

Helena Pina | Felisbela Martins (Eds.)



**THE OVERARCHING ISSUES OF THE EUROPEAN SPACE
GRANDES PROBLEMÁTICAS DO ESPAÇO EUROPEU**

A strategic (re)positioning of environmental and socio-cultural problems?

**Um (re)posicionamento estratégico das questões ambientais e
socioculturais?**

**Faculdade de Letras da Universidade do Porto
2019**



Helena Pina | Felisbela Martins (Eds.)



**THE OVERARCHING ISSUES OF THE EUROPEAN SPACE
GRANDES PROBLEMÁTICAS DO ESPAÇO EUROPEU**

-

A strategic (re)positioning of environmental and socio-cultural problems?

**Um (re)posicionamento estratégico das questões ambientais e
socioculturais?**

**Faculdade de Letras da Universidade do Porto
2019**

Título: **THE OVERARCHING ISSUES OF THE EUROPEAN SPACE**
GRANDES PROBLEMÁTICAS DO ESPAÇO EUROPEU

A strategic (re)positioning of environmental and socio-cultural problems?

Um (re)posicionamento estratégico das questões ambientais e socioculturais?

Organização de: Helena Pina, Felisbela Martins

Prefácio de: Helena Pina

Editor: Universidade do Porto – Faculdade de Letras

Local de edição: Porto

Ano de edição: 2019

ISBN: 978-989-8969-14-9

DOI: 10.21747/9789898969149/over

Contacto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Via Panorâmica, s/n
4150-564
Porto

Email sdi@letras.up.pt

Edição em formato eletrónico disponível em:

<https://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id022id1639&sum=sim>

Organização:

Prof^ª. Doutora Helena Pina, Universidade do Porto

Prof^ª. Doutora Felisbela Martins, CEGOT-Universidade do Porto

Comissão Científica:

Prof^ª. Doutora Ana Isabel Boura, Universidade do Porto

Prof. Doutor André Santos, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Doutor Andrews José de Lucena, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Doutor António Barros Cardoso, Universidade do Porto

Prof. Doutor Atanas Dermendzhiev, University of Verliko Tarnovo

Prof^ª. Doutora Borna Fuerst-Bjeliš, University of Zagreb

Prof^ª. Doutora Célia Taborda, Universidade Lusófona do Porto

Prof^ª. Doutora Conceição Ramos, Universidade do Porto

Prof^ª. Doutora Fantina Tedim, Universidade do Porto

Prof^ª. Doutora Felisbela Martins, CEGOT-Universidade do Porto

Prof^ª. Doutora Fernanda Cravidão, Universidade de Coimbra

Prof^ª. Doutora Glória Teixeira, Universidade do Porto

Prof^ª. Doutora Helena Pina, Universidade do Porto

Prof^ª. Doutora Hélène Roth, Université Clermont- Auvergne

Prof^ª. Doutora Ileana Constantinescu, Université de Bucarest

Prof. Doutor João Luís Fernandes, Universidade de Coimbra

Prof. Doutor Jorge Queiroz, Universidade do Porto

Prof. Doutor José António Aldrey Vázquez, Universidade de Santiago de Compostela

Prof^ª. Doutora Laura Sakaja, University of Zagreb

Prof. Doutor Leandro Dias de Oliveira, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof^ª. Doutora Lucette Laurens, Université de Montpellier III

Prof^ª. Doutora Mary Cawley, National University of Ireland Galway

Prof. Doutor Miguel Pazos Otón, Universidade de Santiago de Compostela

Prof. Doutor Milen Penerliev, University of Shumen

Prof^ª. Doutora Natália Ramos, Universidade Aberta

Prof. Doutor Norberto Santos, Universidade de Coimbra

Prof. Doutor Olívio Patrício, I.S.A., Universidade de Lisboa

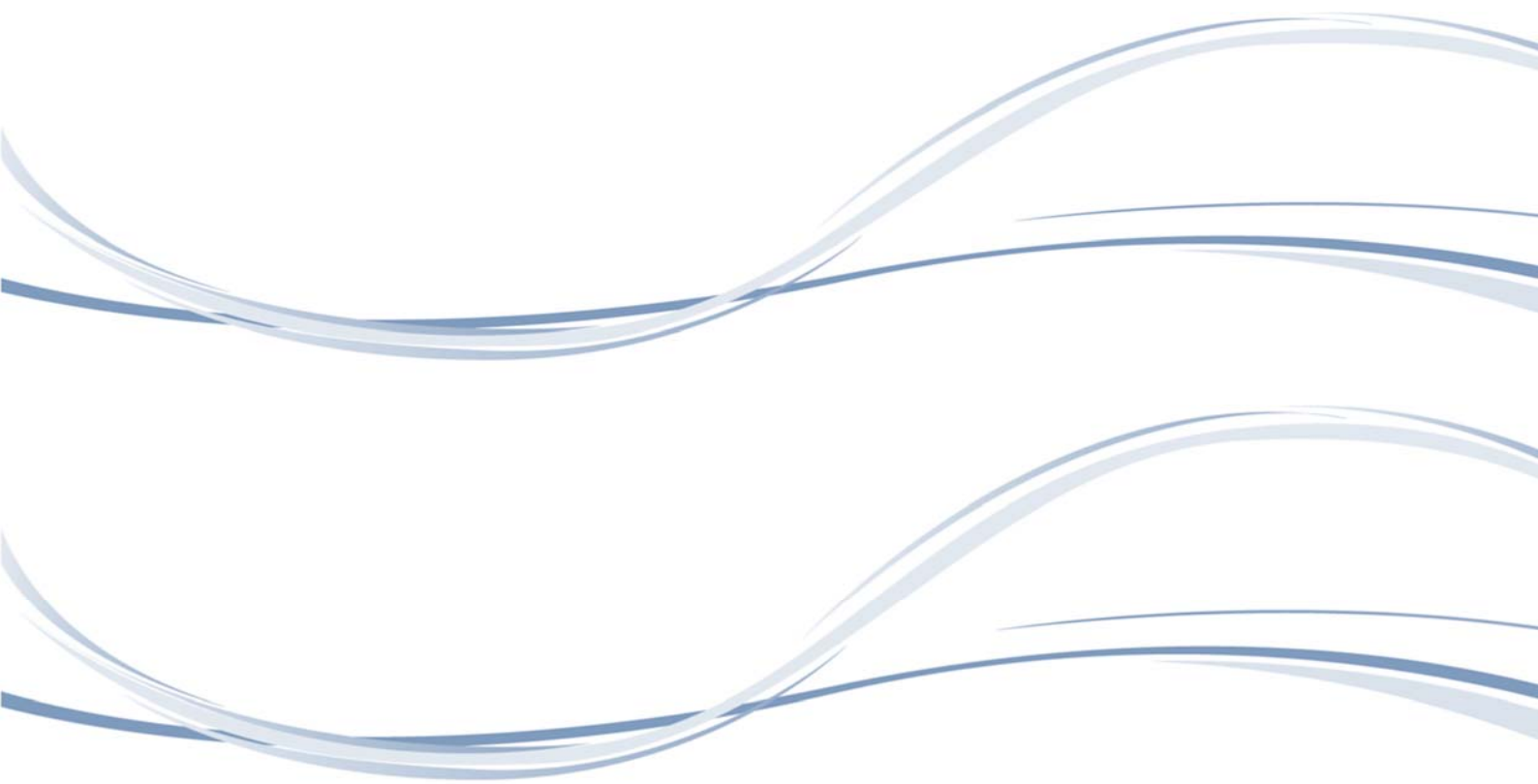
Prof^ª. Doutora Paula Remoaldo, Universidade do Minho

Prof. Doutor Paulo Jorge Santos, Universidade do Porto

Prof^a Doutora Regina Cohen, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Doutor Slavi Dimitrov, University of Verliko Tarnovo

Prof^a. Doutora Stella Dermendzhieva, University of Verliko Tarnovo



Índice

<i>Preface</i>	Helena Pina	11 – 17
----------------	-------------	---------

<i>Prefácio</i>	Helena Pina	18 – 24
-----------------	-------------	---------

Parte I – Educação e Cultura

<i>O ensino como arte narrativa</i>	Paulo Jorge Santos	27 – 35
-------------------------------------	--------------------	---------

<i>Traditions and Innovations in the training on “Geography of countries” in the Secondary Bulgarian School</i>	Stella Dermendzhieva Tamara Draganova	36 – 47
---	--	---------

<i>Bulgarian villages - an authentic "arena" for conducting academic settlement studies</i>	Milen Penerliev Veselin Petkov	48 – 63
---	-----------------------------------	---------

<i>Producción científica de la Unión Europea en el campo del turismo (1998-2017)</i>	José Ramon Cardona María Dolores Sánchez-Fernández	64 – 78
--	---	---------

<i>Religious tourism and religious tourism resources</i>	Slavi Dimitrov	79 - 89
--	----------------	---------

<i>Socio-cultural features of cultural tourism in Bulgaria</i>	Veselin Petkov	90 – 101
--	----------------	----------

<i>Como se “vestia” o Vinho do Porto (séculos XVI e XVIII)</i>	António Barros Cardoso	102 - 111
--	------------------------	-----------

<i>Approximations and distancing between contemporary art and decolonial thinking: Documenta 14 and MASP</i>	Aldones Nino	112 -125
--	--------------	----------

Parte II – Sociedade e Mudança

<i>Tax challenges in the technological and digital contexts</i>	Glória Teixeira Marlene Teixeira de Carvalho	129 – 141
<i>Rural emigration to international destinations and return: a perspective from Ireland</i>	Mary Cawley	142 – 154
<i>Os territórios de espera e o fluxo recente de migrantes clandestinos na Europa. O caso particular do campo Jungle, em Calais (França)</i>	João Luís J. Fernandes	155 – 169
<i>El declive de la poboación en Galicia. ¿Hacia el vacío demográfico?</i>	José Antonio Aldrey Vázquez Xosé Constenla Vega	170 - 183
<i>Protestos no feminino na Europa: das “Marias da Fonte” às marchas mundiais das mulheres</i>	Célia Taborda Silva	184 – 196
<i>Mulheres brasileiras em Portugal e violência de gênero: desafios migratórios em contexto internacional</i>	Marly de Jesus Sá Dias Maria Natália Ramos	197 – 208
<i>Sub-representação das mulheres na política no Brasil: reflexos de uma cultura patriarcal?</i>	Maria Mary Ferreira	209 – 223

Parte III – Ambiente e Sustentabilidade

<i>A política energética alemã - exemplo europeu de sustentabilidade?</i>	Ana Isabel Gouveia Boura	227 – 239
<i>Transição para a cidade pós-carbónica: uma proposta de mobilidade sustentável para Vizela</i>	João Monteiro	240 – 254
<i>Políticas públicas do Brasil para produtos florestais não madeireiros</i>	Nadja Maria da Silva Bianca Cerqueira Martins Augusto César Gomes Nagy Norma da Silva Rocha Maciel	255 – 273
<i>As alterações climáticas nas políticas públicas agrícolas e de desenvolvimento rural, no ensino e na investigação em Portugal</i>	Margarida Quintela Martins	274 – 284
<i>Efectos de la sequía del año 2017 sobre la nubosidad en la Península Ibérica</i>	Dominic Royé Nieves Lorenzo	285 – 297
<i>Transgression and regression of the South Atlantic Ocean, Brazilian Coast. Case study: coastal plain of the Paraíba do Sul River, Brazil</i>	Lucio Carramillo Caetano Sueli Yoshinaga Pereira Heitor Mothé Filho Thiago Andrade de Souza Sarah G. Duarte Thiago Machado do Pinho Igor Cristiano Silva	298 – 312

Parte IV – Economia e Desenvolvimento

<i>Geografia da cooperação internacional para o desenvolvimento: um olhar estratégico das relações Brasil-África no início do século XXI</i>	André Santos da Rocha	315 – 326
<i>A strategy for the Adriatic and Ionian Maritime Region: the making of a macro-region across the EU Border</i>	Regina Salvador	327 – 334
<i>Aspects theoriques et pratiques concernant les retrocessions en Roumanie</i>	Ileana Constantinescu Adriana Moțatu	335 – 343
<i>As “fronteiras” da Região Metropolitana do Rio de Janeiro: mudanças territoriais e ajustes no circuito econômico-produtivo</i>	Leandro Dias de Oliveira	344 – 354
<i>Fortalecimento da agricultura familiar na Baixada Fluminense – RJ (Brasil): identidade camponesa e inclusão social</i>	Edilene Portilho Leticia Ribeiro Pinto dos Santos Livea Cristina Rodrigues Bilheiro Gabriel Alves Botelho de Melo Stéfane Ketlyn de Oliveira Nidia Majerowicz Anelise Dias	355 – 370
<i>A variedade das indicações geográficas brasileiras e o desenvolvimento local</i>	Regina Cohen Barros	371 – 386
<i>La agricultura social (as) como una oportunidad en Europa en el marco de un nuevo enfoque de desarrollo rural sostenible (DRS)</i>	Antoni F. Tulla	387 – 407





Preface

The Earth, the blue planet, has persisted despite the threats and devastation it has suffered. It is composed of a multiplicity of ecosystems, albeit experiencing growing exploitation and a loss of biodiversity. Problems thus multiply, combining dynamic and multi-faceted territorial mosaics, as is the case in much of Europe, with others in decline, where development and sustainability are undermined, especially when economic and political interests supplant social and environmental aspects.

Given these circumstances, strategies have emerged that focus on inclusive development, where environmental and socio-cultural approaches are privileged. The conservation of landscapes and heritage is emphasized, with the revitalization of the social dimensions at their core. However, given progressive environmental degradation, which is inseparable from the destruction of multiple landscape scenarios, reflecting climate change and human intervention, raising awareness has become a major concern, as has the need for widespread global intervention. 2015 is a landmark regarding these concerns, in which the 17 Sustainable Development Goals were set by the UN. At a meeting attended by most of the world leaders, targets were set and strategies defined, aimed at the eradication of poverty, within a framework in which economic, environmental and social development is privileged at different scales, to be achieved by 2030. Agenda 2030 thus aims to promote prosperity and well-being on a global scale, while preserving the environment and tackling climate change, but from an increasingly socialized perspective. This is indisputable, especially when we compare the 17 Sustainable Development Goals with the 8 Millennium Development Goals.

It is hoped that the goals will be progressively achieved at a global scale, encompassing such diverse yet interdependent parameters such as eradicating poverty, promoting equitable access to power, education and quality health services, but also the creation of decent jobs in an environment where sustainability and energy efficiency, conservation and management of endogenous resources are a reality. Attempts are also made to promote effective institutions and stable societies, where justice and equality, along with gender equality, is unequivocal and inclusive, by eradicating all forms of discrimination and violence, by revitalizing social frameworks, and resources management where the preservation of landscapes and heritage is a reality.

The social parameters, however, demand a more incisive approach, given the migration flows in Europe, rising inequalities and political and religious antagonisms, among others. It is therefore urgent to increase solidarity and responsibility by giving priority to the social and cultural dimensions of European and national policies. It is worth noting that, in Europe, the continuous migration flows are increasingly regarded as an opportunity, as they favor the structural rejuvenation of the European population, mitigating existing inequalities.

Environmental issues aggravate this scenario, degrading landscapes, heritage and cultures, which are sometimes centuries-old. Reflecting also climate change, which is

increasingly omnipresent, focus has to be brought to bear on the sustainability of ecosystems and their diversity, going from the local scale, to the European and the global scale. If there is a convergence of the different national policies, where environmental and social strategies gain prominence over the economist ones, such a goal may be possible. However, a framework should also be set up where innovation and ethics are present, for example, by highlighting a circular, humanist economy, or even a bio-economy, rooted in digital media, increasing literacy and technical training. This will make it easier to increase the efficiency of endogenous resources, while preserving their diversity and fostering greater territorial cohesion.

It is in this context that this publication appears, significantly called "THE OVERARCHING ISSUES OF THE EUROPEAN SPACE / GRANDES PROBLEMÁTICAS DO ESPAÇO EUROPEU - A strategic (re)positioning of environmental and socio-cultural problems? / Um (re)posicionamento estratégico das questões ambientais e socioculturais?", where these very complex topics are questioned, comparing spaces such as the European with others such as the Portuguese-speaking ones, particularly the Brazilian. This represents the expansion of synergies and common projects, in a multidisciplinary and interuniversity, dynamic and revitalizing context. Gradually, the environmental and social aspects are highlighted, in an attempt to "humanize and increase social equality", the only way to mitigate existing problems.

This publication intends to contribute to a well-grounded, comprehensive and multifaceted analysis of the multiple problems raised. The volume is divided into four parts, focusing on the socio-cultural aspects and the environment, as well as sustainable, responsible and inclusive development.

Part I, called "Education and Culture", is part of the strategic commitment to education and technical training, a privileged vehicle to broaden the perception of cultural differences, and to visualize the different components that lead to sustainable and intelligent development. It includes papers from eleven authors in eight chapters, which portray different realities and confirm the importance of this dimension. Paulo Jorge Santos reflects on the importance of teaching in "O ensino como arte narrativa" ("Teaching as Narrative Art"), exploring the impact of the narration of good stories on the perception of the world, as catalyzing elements of learning, which raise the students' awareness to the reality surrounding them and its problems.

A multifaceted strategy facilitates, in particular, the conservation of traditions, but under an innovative cover, as is the case in Bulgaria in secondary education. Stella Dermendzhieva and Tamara Draganova address this topic in "Traditions and Innovation in the Training of "Geography of Countries" in the Bulgarian Secondary School". In this case, the authors reflect on teaching from a geographical perspective where the combination of tradition and innovation favours territorial revitalization, the conservation of distinctive endogenous components, boosting development in remote villages and settlements, where the population is in decline, but where the elderly who remain represent a testimony of experiences and of the immaterial culture that slowly dissipates. Here is a work to be valued, as Milen Penerliev and Veselin Petkov also point out in "Bulgarian villages - an authentic arena for conducting academic

settlement studies". It is a holistic development that is experimented, fostering the social and cultural dimensions.

This approach is further reinforced in the following chapters, as confirmed in "Producción científica de la Union Europea en el campo del Turismo (1998-2017)" ("European Union Scientific Production in the Field of Tourism (1998-2017)", by José Ramon Cardona and María Dolores Sánchez-Fernández. Fortunately, culture and heritage are increasingly bolstered, given their many potentialities. Bearing this in mind, it is necessary to recover and revitalize heritage, whether or not resorting to a strategic functional reformulation, especially through tourism, as shown by Slavi Dimitrov in "Religious Tourism and Religious Tourism Resources" in Bulgaria, or Veselin Petkov in "Socio-cultural Features of Cultural Tourism in Bulgaria".

If we return to the Portuguese space, where the previously mentioned dynamics are also replicated in examples in this volume, the importance of dissemination is also discussed, the public presentation of a product, as part of a contextual perspective. It is an element to be explored, in order to expand the dynamics of development, while satisfying the different expectations of the visitor, the tourist and the students. António Barros Cardoso analysis this topic in "Como se "vestia" o Vinho do Porto (seculos XVI e XVIII)" ("How was Port wine 'dressed' (16th to 18th centuries)", emphasizing an aspect that denotes not only the importance of this world-renowned nectar, but also the interference of the image, of the culture embodied in a bottle and its label, adding knowledge to the history of Port wine. Culture and tourism play a harmonious role.

Then, more recent artistic proposals are also presented, which value conservation and documental and artistic dissemination. Analyzing the importance of dissemination platforms, Aldones Nino reflects on new cultural manifestations associated with multiple events, in a very enriching dialogue between the Brazilian milieu and the "old European world" or Africa, in "Approximations and distancing between contemporary art and decolonial thinking: Documenta 14 and MASP".

International society is indeed changing, the reason for the second part of this book. The seven chapters that comprise it, written by ten authors from four countries, correspond to seven perspectives that cover diverse realities, such as the Portuguese, Spanish, Irish and Brazilian.

The components that affect this global change are multiple, but one of the aspects to consider given their interference is the legal framework and its relationship with new technologies and the digital world, as this tool is increasingly part of social and business life. This approach addresses the impact of electronic data processing and transmission, or e-commerce, given that, despite the many advantages, there are challenges to be monitored, resulting in internal updates and regulations, as well as new concepts. Glória Teixeira and Marlene Teixeira de Carvalho address all these dynamics in "Tax challenges in the technological and digital contexts".

But many other challenges have to be faced in the new millennium, because of their impact on urban areas and rural areas, arising in particular from different flows with deep territorial impacts, to which Mary Cawley draws attention in "Rural emigration to International

destinations and return: a perspective from Ireland". The topic is also addressed in broader terms at European level by João Luís J. Fernandes, in the chapter called "Os territórios de espera e o fluxo recente de migrantes clandestinos na Europa. O caso particular do campo Jungle, em Calais (França)" ("The territories of waiting and the recent flow of clandestine migrants in Europe. The particular case of the Jungle camp in Calais (France)"). It is one of the reflexes of extra-European conflicts transferred to the community space, with all the challenges of cultural adaptation and inclusion.

Population decline is already inevitable in Europe, especially in Galicia, and the question that José António Aldrey Vázquez and Xosé Constenla Veja raise is pertinent: "El declive de la poboacion en Galicia. Hacia el vacío demográfico?" ("The decline of the population in Galicia. Towards the demographic vacuum?"). This trend, which is more pronounced in the more peripheral European countries, must be reversed, given the consequences, such as environmental degradation and the abandonment of (tangible and intangible) heritage, or the loss of identity and unique landscapes, accentuating the lack of territorial cohesion, inequalities, and conflicts. Such a scenario must be stopped.

Gender issues, especially the importance of women in society, could not be ignored, and this volume addresses three distinct but complementary facets that confirm the rise of women in today's society. Thus, "Protestos no feminino na Europa: das "Marias da Fonte" às marchas mundiais das mulheres" ("Protests in the feminine in Europe: from the "Marias da Fonte" to the world's women marches") are analysed by Célia Taborda Silva, in a diachronic perspective and at various scales. Other events are also explored, intended to raise the awareness of the competent authorities and society in general to issues such as gender violence in their interconnection with international migration flows, as Marly de Jesus Sá Dias and Maria Natália Ramos examine in "Mulheres brasileiras em Portugal e violência de género: desafios migratórios em contexto internacional" ("Brazilian Women in Portugal and Gender Violence: challenges in an international context").

Focusing on the Brazilian territory, women's reluctance to participate more actively in society and culture is analyzed, portraying the continuity of the patriarchal culture, impeding societal changes and dissuading female political participation, in "Sub-representação das mulheres na política no Brasil: reflexos de uma cultura patriarcal?" ("Underrepresentation of women in politics in Brazil: reflections of a patriarchal culture?"), by Maria Mary Ferreira.

The society is in turmoil, but its foundations and the multiplicity of scenarios remain solid, and many challenges have been faced and solutions found to mitigate their effects. The information conveyed by the media and scientific studies, when analyzing and diffusing such problems and trends, facilitate their resolution.

Although social issues are becoming more widespread as a result of education and literacy, awareness of environmental problems is growing, particularity of the fragility and scarcity of natural resources and the need to preserve the diversity of ecosystems. This is the focus of Part III, which, in its six chapters, by sixteen authors, addresses illustrative examples of these issues. In fact, natural (or anthropic?) catastrophes occur at an overwhelming pace,

perceptible within a single generation. But attention is paid also to finding solutions, for example, through the use of regenerative energies, as Ana Isabel Boura examines in “A política energética alemã – exemplo europeu de sustentabilidade?” (“German energy policy - a European example of sustainability?”), as a strategy to reduce the carbon footprint and to slow down global warming and its impacts.

These problems affect the entire European area, although new environmental strategies, associated or not with a partisan framework, are visible at different scales. This is the case presented by João Monteiro, in “Transição para a cidade pós-carbónica: uma proposta de mobilidade sustentável para Vizela” (“Transition to the Post-Carbonic City: A Proposal for Sustainable Mobility for Vizela”) or, in “Políticas públicas do Brasil para produtos florestais não madeireiros” (“Public Policies of Brazil for non-timber forest products”), by Nadja Maria da Silva, together with three co-authors. The conservation of natural resources and the economic and political environment that surround them must be reconciled in a responsible and sustainable manner.

However, the destruction of the natural order of ecosystems is notorious, reflected in climate change, which requires a proactive approach from the competent authorities, in order to lessen their effects, to anticipate disasters and to slow down environmental and social decline. The rural world especially requires urgent attention, given the rising problems and peripheralism it faces. Margarida Quintela Martins addresses this matter in “As alterações climáticas nas políticas públicas agrícolas e seu desenvolvimento rural no ensino e na investigação em Portugal” (“Climate change in public agricultural policies and their rural development in education and research in Portugal”). There is also a focus on the droughts in the Iberian Peninsula, with serious consequences at different levels, a topic explored in “Efectos de la sequía del año 2017 sobre la nebulosidad en la Península Ibérica” (“Effects of drought in 2017 on cloud cover in the Iberian Peninsula”) by Dominic Royé and Lorenzo Nieves.

Environmental issues deserve our full attention, denouncing dramatic circumstances, but highlighting also revitalizations and associated strategies, at different scales of analysis, including the geological. This is important, as Lúcio Lucio Carramillo Caetano (with six coauthors) states in “Transgression and regression of the South Atlantic Ocean, Brazilian Coast. Case study: coastal plain of the Paraíba do Sul River, Brazil”.

Fortunately, while environmental issues remain urgent, focus is brought to bear on the social and cultural perspective, although the primacy of the economist view persists: it is the financial world that still regulates the world economy, as is evident in Part IV of this publication, although with distinct differentiations, namely between urban and rural spaces, and at different scales of analysis. In seven chapters involving twelve authors, it is clear that, although the economist view dominates, only in an environment with cooperation is sustainability possible. This is explicit in “Geografia da cooperação internacional para o desenvolvimento: um olhar estratégico das relações Brasil-África no início do século XXI” (“Geography of international cooperation for development: a strategic view of Brazil-Africa relations at the beginning of the twenty-first century”), by André Santos da Rocha, but also in the European space, namely in the

coordination of maritime economy through the “Integrated Maritime Policy”. It is a new strategy, where science, technology, innovation and, of course, cooperation, based on a long history but also on the confluence of member states’ interests, favours development, as Regina Salvador sustains in “A strategy for the Adriatic and Ionian Maritime Region: the making of a macro-region across the EU Border”.

But, often, the absence of collaboration stands out, visible at different scales, namely the national one, as Ileana Constantinescu and Adriana Motatu highlight in “Aspects theoriques et pratiques concernant les retrocessions en Roumanie” (“Theoretical and practical aspects of retrocessions in Romania”), where they address the restitution of the rural properties in Romania after 1989 and the issues involved, in particular the political and legal.

Restricting, however, the scale of analysis to more contained spaces, the problems persist. A paradigmatic case is the Metropolitan Region of Rio de Janeiro, as explained by Leandro Dias de Oliveira, in “As “fronteiras” da Região Metropolitana do Rio de Janeiro: mudanças territoriais e ajustes no circuito econômico-produtivo” (“The ‘frontiers’ of the Metropolitan Region of Rio de Janeiro: territorial changes and adjustments in the economic-productive circuit”), based on the expansion of Rio de Janeiro, following the creation of new economic, industrial and logistical centralities at its ‘frontiers’. These spaces have consolidated as new centers of development, but under other legal and, above all, logistical umbrellas, with repercussions on the territorial and social structure, especially in the agricultural areas that remain in the State of Rio de Janeiro. In areas of family-based holdings, under official technical supervision (Federal Rural University of Rio de Janeiro), an increase in the income of these families was provided, while food and nutritional security were bolstered. This project has been very well-received, as it also favours the preservation of the peasant identity and social inclusion, as described by Edilene Portilho (with five coauthors), in “Fortalecimento da agricultura familiar na Baixada Fluminense – RJ (Brasil): identidade camponesa e inclusão social” (“Strengthening family farming in Baixada Fluminense - RJ (Brazil): peasant identity and inclusion Social”). Moreover, in Brazil, after the problems arising from the productivist period, which depleted environmental resources, this project attempts to reverse the situation by highlighting and supporting family agriculture and organic products, or even valuing geographical indications, as Regina Cohen Barros explores in “A variedade das indicações geográficas brasileiras e o desenvolvimento local” (“The variety of Brazilian geographical indications and local development”). Fortunately, this dynamic, where sustainable development is underpinned, is gaining ground, as is also the case with social agriculture, which is examined by Antoni F. Tulla in “La agricultura social (as) como una oportunidad en Europa en el marco de un nuevo enfoque de desarrollo rural sostenible (DRS)” (“Social agriculture (SA) as an opportunity in Europe in the framework of a new sustainable rural development approach (SRD)”). It facilitates the integration and empowerment of social groups at risk, through agricultural activity and contact with nature, or even directing them towards the artisanal transformation of agricultural products. This is a new perspective that views agricultural

practices as a social function, since they provide job creation and training. Thus, social inclusion is favored in the peri-urban areas, especially in Spain.

Gradually, the solidarity economy is bolstered, shifting emphasis from the purely economist approach. Endogenous, physical and human resources, as well as cohesion and territorial sustainability, are also favoured, as exemplified in the success stories analyzed here. Only in this context will a sustainable economy, social well-being and harmony be possible,

In conclusion, a strategic (re)positioning of environmental and socio-cultural issues is effectively required to achieve sustainable development. The issue expressed in the subtitle of this publication has thus gained more relevance.

Porto, May 2019

Helena Pina

Prefácio

A terra, o planeta azul, apesar das ameaças e destruições a que tem sido sujeito, persiste marcado por uma multiplicidade de ecossistemas, ainda que cada vez mais explorados, e em perda de biodiversidade. Assim se multiplicam os problemas, misturando-se os mosaicos territoriais dinâmicos e plurifacetados, como sucede em grande parte do espaço europeu, com outros em declínio, onde o desenvolvimento e a sustentabilidade são postos em causa, sobretudo quando os interesses económicos e políticos suplantam a vertente social e ambiental.

Dada a relevância do quadro apresentado, despontam estratégias que apostam num desenvolvimento inclusivo, onde as abordagens ambiental e sociocultural são privilegiadas. Assim se realça a preservação das paisagens e do património, numa perspetiva em que a revitalização dos quadros sociais é primordial. Porém, dada a progressiva degradação ambiental, indissociável da destruição de múltiplos cenários paisagísticos, que reflete as alterações climáticas e a intervenção humana, a consciencialização desta problemática está a aumentar, bem como a necessidade de uma intervenção generalizada, global. Neste contexto, é de referência obrigatória o ano de 2015, em que foram fixados pela ONU os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Numa reunião em que participaram a maioria dos líderes mundiais, estabeleceram-se metas e definiram-se estratégias, visando-se a erradicação da pobreza, num quadro em que o desenvolvimento económico, ambiental e social é privilegiado a diferentes escalas, tendo como limite temporal 2030. Assim surgiu a “Agenda 2030”, através da qual se promove a prosperidade e o bem estar à escala global, preservando o ambiente, enquanto se combatem as alterações climáticas, mas numa perspetiva cada vez mais socializada. Tal é indiscutível, sobretudo quando comparamos os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, com os antecedentes 8 Objetivos do Milénio.

Projeta-se a progressiva implementação dos objetivos, até se atingir a escala global, abrangendo-se parâmetros tão diversos, mas interdependentes, como erradicar a pobreza, promovendo o acesso equitativo à energia, à educação e aos serviços de saúde de qualidade, mas também a criação de emprego digno num ambiente onde a sustentabilidade e a eficiência energética, a conservação e a gestão dos recursos endógenos sejam uma realidade. Intenta-se, também, a promoção de instituições eficazes e de sociedades estáveis, onde a justiça e a equidade, a par da igualdade de géneros, seja inequívoca e inclusiva, erradicando-se todas as formas de discriminação e de violência, revitalizando-se os quadros sociais, instituindo-se ainda uma gestão de recursos onde a preservação das paisagens e do património seja uma realidade.

Os parâmetros sociais, porém, exigem uma exploração cada vez mais incisiva, já que permanecem os fluxos migratórios no espaço europeu, enquanto se avolumam as desigualdades e se intensificam antagonismos de carácter político e religioso, entre outros. Urge, pois, aumentar a solidariedade e a responsabilidade, privilegiando a vertente social e cultural nas políticas europeias e nacionais. Recorde-se, aliás, que os contínuos fluxos

migratórios estão, na Europa, cada vez mais a ser encarados como uma oportunidade a monitorizar e valorizar, pois favorecem o rejuvenescimento estrutural da população europeia, mitigando as desigualdades existentes.

A agravar o cenário antes apresentado, estão as questões ambientais, dada a contínua degradação de cenários, de património e de culturas, por vezes milenares. Reflexo também das alterações climáticas, cada vez mais omnipresentes, há que apostar na sustentabilidade dos ecossistemas, na sua diversidade, mas numa perspetiva que abrace as problemáticas locais, passando pela europeia, até se atingir o nível global. Se existir uma convergência das distintas políticas nacionais, onde as estratégias ambientais e sociais ganhem ascendência sobre as economicistas, tal desiderato é possível. Contudo, deve instituir-se um quadro onde também a inovação e a ética estejam presentes, realçando, por exemplo, uma economia circular e humanista, ou mesmo uma bioeconomia, sustentada em meios digitais, no aumento da literacia e da formação técnica. Assim se facilitará o aumento da eficiência dos recursos endógenos, preservando a sua diversidade e perspetivando-se uma maior coesão territorial.

É neste sentido que surge a presente publicação, significativamente intitulada “THE OVERARCHING ISSUES OF THE EUROPEAN SPACE / GRANDES PROBLEMÁTICAS DO ESPAÇO EUROPEU - A strategic (re)positioning of environmental and socio-cultural problems? / Um (re)posicionamento estratégico das questões ambientais e socioculturais?”, onde se questionam estas temáticas, muito complexas, comparando espaços como o europeu com outros como os lusófonos, designadamente o brasileiro. Tal representa a ampliação de sinergias e projetos comuns, num contexto multidisciplinar e interuniversitário, dinâmico e revitalizador. Paulatinamente, realçam-se as vertentes ambientais e sociais, numa tentativa de “humanização e maior equidade social”, única forma de mitigar os problemas existentes.

Com esta publicação pretende-se, pois, contribuir para uma análise fundamentada, abrangente e polifacetada das múltiplas problemáticas referenciadas. Para tal, dividimos o volume em quatro partes, onde as vertentes socioculturais e o ambiente se afirmam, tendo em mente um desenvolvimento sustentável, responsável e inclusivo.

Sendo basilar a aposta estratégica na educação e na formação técnica, meio privilegiado de se ampliar a perceção das diferenças culturais, da visualização das distintas componentes que conduzem ao desenvolvimento sustentável e inteligente, surge a Parte I, designada “Educação e Cultura”. Inclui a colaboração de onze autores, cujo trabalho surge plasmado em oito capítulos, que, retratando distintas realidades, confirmam a importância desta componente. Neste contexto, reflete-se sobre a importância do ensino, como faz Paulo Jorge Santos em “O ensino como arte narrativa”, referindo-se ao impacte na perceção do mundo através da narração de boas histórias, elementos catalisadores da aprendizagem, da consciencialização do estudante para a realidade que o envolve e suas problemáticas.

Estratégia multifacetada, facilita, nomeadamente, a preservação das tradições, mas sob um invólucro inovador, como sucede, na Bulgária, no ensino secundário, facto comprovado por Stella Dermendzhieva e Tamara Draganova em “Traditions and Innovation in the training of “Geography of Countries” in the Secondary Bulgarian School”. Privilegiando neste caso a

perspetiva geográfica, as autoras refletem sobre um ensino onde a conjugação da tradição com a inovação favorece, de facto, a revitalização territorial, a preservação das componentes endógenas distintivas, elementos propulsores do desenvolvimento em vilas e lugares recônditos, onde sobressai o declínio populacional, mas onde os idosos que permanecem representam um testemunho de vivências, da cultura imaterial que, lentamente, se dilui. Aqui está um trabalho a valorizar, como referem também Milen Penerliev e Veselin Petkov em “Bulgarian villages – an authentic “arena” for conducting academic settlement studies”. É um desenvolvimento holístico que se intenta, valorizando a vertente social e cultural.

Tal abordagem é, aliás, reforçada nos capítulos seguintes, como se confirma em “Producción científica de la Union Europea en el campo del Turismo (1998-2017)”, escrito por José Ramon Cardona e María Dolores Sánchez-Fernández. Felizmente, a cultura e o património são cada vez mais valorizados, dadas as suas múltiplas potencialidades. Tendo presente esta diretriz, há que recuperar e revitalizar o património, recorrendo ou não a uma refuncionalização estratégica, designadamente a turística, como demonstra Slavi Dimitrov em “Religious tourism and religious tourism resources” na Bulgária, ou Veselin Petkov em “Socio-cultural features of cultural tourism in Bulgaria”.

Se nos retivermos no espaço português, onde as dinâmicas antes explanadas também se replicam em exemplos apresentados neste volume, aborda-se, de igual modo, a importância da divulgação, a apresentação pública de um produto, parte de uma visão conjuntural. Trata-se de um elemento a explorar, para ampliar as dinâmicas de desenvolvimento, enquanto se saciam as distintas expectativas do visitante, do turista e dos estudiosos. É o que analisa António Barros Cardoso que, em “Como se “vestia” o Vinho do Porto (seculos XVI e XVIII)”, realça um aspeto que denota não só a importância deste néctar de renome mundial, mas também a interferência da imagem, da cultura plasmada numa garrafa e no respetivo rótulo, acrescentando conhecimentos à história do vinho do Porto. A cultura e o turismo ombreiam de forma harmoniosa.

Por outro lado, nesta publicação, são estudadas também propostas artísticas mais recentes, que valorizam a preservação e a difusão documental e artística. Analisando a importância de plataformas de divulgação, reflete-se sobre novas manifestações culturais associadas a múltiplos eventos, num diálogo muito enriquecedor entre o meio brasileiro e o “velho mundo europeu” ou África, como nos propõe Aldones Nino em “Approximations and distancing between contemporary art and decolonial thinking: Documenta 14 e MASP”.

A sociedade internacional encontra-se, de facto, em mudança, razão pela qual surge a segunda parte deste livro. Com os sete capítulos que a compõem, redigidos por dez autores provenientes de quatro países, correspondem a sete perspetivas que abrangem realidades diversas, como a portuguesa, a espanhola, a irlandesa e a brasileira.

As componentes que intervêm nesta mudança global são múltiplas, mas uma das vertentes a considerar, dadas as suas interferências, é o quadro jurídico e a sua relação com as novas tecnologias, o mundo digital, já que esta ferramenta cada vez mais faz parte da vida social e empresarial. Assim se aborda o impacte do processamento e da transmissão de dados

por via eletrônica, ou o comércio eletrônico, dado que, apesar das múltiplas vantagens, nascem desafios a monitorizar, pelo que surgem atualizações e regulamentações internas, para além de novos conceitos. Toda esta dinâmica é abordada por Glória Teixeira e Marlene Teixeira de Carvalho em “Tax challenges in the technological and digital contexts”.

Masmuitos outros desafios se tem de enfrentar no novo milénio, pelos seus reflexos nos núcleos urbanos como também nos espaços rurais, decorrentes, nomeadamente, dos fluxos distintos existentes, com impactes territoriais profundos, como alerta Mary Cawley, em “Rural emigration to International destinations and return: a perspective from Ireland”, ou, em termos mais latos, no espaço europeu, João Luís J. Fernandes, no capítulo intitulado “Os territórios de espera e o fluxo recente de migrantes clandestinos na Europa. O caso particular do campo Jungle, em Calais (França)”. É um dos reflexos de conflitos extra-europeus (tirar) transferidos para o espaço comunitário, com todos os desafios de adaptação cultural e de inclusão envolvidos.

Por outro lado, o declínio populacional é já incontornável na Europa, nomeadamente na Galiza, sendo pertinente a questão que José António Aldrey Vázquez e Xosé Constenla Veja colocam: “El declive de la poboacion en Galicia. Hacia el vacío demográfico?”. Há que reverter esta tendência, cada vez mais pronunciada nos meios mais periféricos europeus, dadas as consequências daí decorrentes, como a degradação ambiental e o abandono do património (material e imaterial), ou a perda de identidade e de quadros paisagísticos únicos, o que acentua a falta de coesão territorial, as desigualdades, os conflitos. Há que travar tal cenário.

As questões de género, sobretudo a importância da mulher na sociedade, não poderia ser ignorada e, neste livro, aborda-se três facetas distintas, mas complementares, que confirmam a ascensão crescente da mulher na atual sociedade. Assim se analisa os “Protestos no feminino na Europa: das “Marias da Fonte” às marchas mundiais das mulheres”, visão explorada por Célia Taborda Silva, numa perspectiva diacrónica e a diversas escalas, mas também outros eventos, que despontam no sentido de se alertar as entidades responsáveis, e a sociedade em geral, para problemáticas como a violência de género na sua interligação com os fluxos migratórios internacionais, como referem Marly de Jesus Sá Dias e Maria Natália Ramos, em “Mulheres brasileiras em Portugal e violência de género: desafios migratórios em contexto internacional”.

Focando o território brasileiro, analisa-se a relutância da mulher em participar mais ativamente na sociedade e na cultura, retratando-se a continuidade da cultura patriarcal, impeditiva de mudanças societárias e dissuasora da participação política feminina, em “Sub-representação das mulheres na política no Brasil: reflexos de uma cultura patriarcal?”, temática estudada por Maria Mary Ferreira.

A sociedade encontra-se, em transformação, em ebulição mas, quer os seus fundamentos, quer a multiplicidade de cenários existentes, quer ainda os desafios enfrentados e as soluções encontradas para mitigar os seus efeitos, sucedem-se. A informação veiculada pelos *média* e por estudos científicos, ao analisarem e difundirem tais problemas e tendências, facilitam a sua resolução.

Apesar de as questões sociais registarem uma difusão e afirmação crescentes, fruto da formação e literacia já existente, as problemáticas ambientais instituíram-se sob a égide da maior consciência da fragilidade progressiva escassez dos recursos naturais da necessidade de preservação dos diferentes ecossistemas. Esta é a temática da Parte III da presente publicação, que, nos seus seis capítulos, redigidos por dezasseis autores, aborda exemplos elucidativos destas problemáticas. De facto, as catástrofes naturais (ou antrópicas?) sucedem-se a uma cadência avassaladora, perceptível à escala de uma geração, mas, em simultâneo, também as soluções para a sua mitigação, por exemplo, através do recurso a energias regenerativas, como refere Ana Isabel Boura em “A política energética alemã – exemplo europeu de sustentabilidade?”, enquanto estratégia para se reduzir a pegada do carbono e se desacelerar o aumento das temperaturas à escala global, bem como os seus impactes.

Tal cenário abarca todo o espaço europeu, surgindo novas estratégias ambientalistas, associadas, ou não, a um quadro partidário, mas visível a distintas escalas. É o caso apresentado por João Monteiro, em “Transição para a cidade pós-carbónica: uma proposta de mobilidade sustentável para Vizela” ou, tendo por base recursos escassos, “Políticas públicas do Brasil para produtos florestais não madeireiros”, tema analisado por Nadja Maria da Silva, conjuntamente com três coautores. Há que conciliar de forma responsável e sustentável a preservação dos recursos naturais e o enquadramento económico-político que os envolve.

Os atropelos à ordem natural dos ecossistemas são, porém, notórios, refletindo-se nas alterações climáticas, o que exige uma abordagem pró-ativa das entidades responsáveis, no sentido de se esbater os seus reflexos, de se antecipar catástrofes e de se obstar ao declínio ambiental e social, nomeadamente no mundo rural, aquele que requer uma atenção incisiva, perante o exacerbar dos seus problemas e periferismo. É o que se constata em “As alterações climáticas nas políticas públicas agrícolas e seu desenvolvimento rural no ensino e na investigação em Portugal” (Margarida Quintela Martins), ou, quando nos debruçamos sobre as secas na Península Ibérica, com consequências gravosas a diferentes níveis, reportadas em “Efectos de la sequía del año 2017 sobre la nebulosidade en la Península Ibérica”, tema explorado por Dominic Royé e Nieves Lorenzo.

As questões ambientais merecem, de facto, toda a nossa atenção, denunciando os cenários dramáticos, mas realçando também as revitalizações e estratégias associadas, sem esquecer ainda que existem diferentes escalas de análise, incluindo a geológica. Tal é importante, como refere Lúcio Lucio Carramillo Caetano (com seis coautores), em “Transgression and regression of the South Atlantic Ocean, Brazilian Coast. Case study: coastal plain of the Paraíba do Sul River, Brazil”.

Felizmente, embora as questões ambientais permaneçam incisivas, a perspetiva social e cultural afirma-se, se bem que persista a ascendência da diretriz (tirar) economicista: é o mundo financeiro que ainda regula a economia mundial, como fica patente na Parte IV desta publicação, se bem que com diferenciações nítidas, designadamente entre os espaços urbanos e os rurais, mas sendo indeléveis, e a diferentes escalas de análise. Em sete capítulos da responsabilidade de doze autores, fica patente que, embora a visão economicista domine, só

num ambiente em que exista a cooperação, a sustentabilidade é possível. Tal está explícito em “Geografia da cooperação internacional para o desenvolvimento: um olhar estratégico das relações Brasil-África no início do século XXI”, capítulo da autoria de André Santos da Rocha, mas também no espaço europeu, nomeadamente na coordenação da economia marítima através da “Política Marítima Integrada”. Trata-se de uma nova estratégia, onde a ciência, a tecnologia, a inovação e, obviamente, a cooperação, sustentados num longo historial mas também na conjugação de interesses dos estados membros, favorece o desenvolvimento, como confirma Regina Salvador em “*A strategy for the Adriatic and Ionian Maritime Region: the making of a macro-region across the EU Border*”.

Mas, com frequência, a ausência colaborativa ressalta, sendo visível a distintas escalas, nomeadamente a nacional, como referem Ileana Constantinescu e Adriana Motatu, em “Aspects theoriques et pratiques concernant les retrocessions en Roumanie”, onde abordam a restituição das propriedades rústicas na Roménia após 1989 e as problemáticas envolvidas, nomeadamente as político-jurídicas.

Restringindo, porém, a escala de análise a espaços mais contidos, as problemáticas mantêm-se. Um caso paradigmático é a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, como explica Leandro Dias de Oliveira, em “As “fronteiras” da Região Metropolitana do Rio de Janeiro: mudanças territoriais e ajustes no circuito económico-productivo”, tendo por base a expansão da metrópole carioca, na sequência da criação de novas centralidades económicas, industriais e logísticas nas suas “fronteiras”. Estes espaços consolidaram-se como novos focos de desenvolvimento, mas com outros invólucros jurídicos e, sobretudo, logísticos, com reflexos no ordenamento territorial e no quadro social, designadamente nos espaços agrícolas que subsistem na Baixada Fluminense (Rio de Janeiro). Tratando-se de Espaços de estrutura familiar, sob acompanhamento técnico oficial (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro), proporcionou-se um aumento dos rendimentos destas famílias, enquanto se valorizou a segurança alimentar e nutricional. Este projeto tem obtido a melhor receptividade, pois também favorece a preservação da identidade camponesa e a inclusão social, como descreve Edilene Portilho (com cinco coautores), em “Fortalecimento da agricultura familiar na Baixada Fluminense – RJ (Brasil): identidade camponesa e inclusão social”. Aliás, no Brasil, depois dos problemas decorrentes do período produtivista, deprecador dos recursos ambientais, tenta-se reverter a situação, realçando e apoiando a agricultura familiar e os produtos biológicos, ou valorizando mesmo as indicações geográficas, como explora Regina Cohen Barros, em “A variedade das indicações geográficas brasileiras e o desenvolvimento local”. Felizmente, esta dinâmica, onde o desenvolvimento sustentável está subjacente, impõe-se, como sucede também com a agricultura social, facto valorizado por Antoni F. Tulla em “La agricultura social (as) como una oportunidad en Europa en el marco de un nuevo enfoque de desarrollo rural sostenible (DRS)”. Desta forma, facilita-se a inserção e o empoderamento de grupos sociais de risco, através da atividade agrícola e do contacto com a natureza, ou direcionando-os mesmo para a transformação artesanal dos produtos agrícolas. Assim se afirma uma nova perspetiva que visualiza as práticas agrícolas como uma função social, já que proporcionam a criação de

emprego e formação. Desta forma se favorece a inclusão social nas áreas periurbanas, nomeadamente em Espanha.

Paulatinamente, valoriza-se a economia solidária, relegando para segundo plano a abordagem meramente economicista. Privilegia-se também os recursos endógenos, físicos e humanos, para além da coesão e da sustentabilidade territorial, como o demonstram os casos exemplificativos de sucesso aqui analisados. Só neste contexto se viabilizará uma economia sustentável, o bem estar e a harmonia social,

Concluindo: adivinha-se, efetivamente, um (re)posicionamento estratégico das questões ambientais e socioculturais com o objetivo de se atingir um desenvolvimento sustentável. A questão plasmada no subtítulo desta publicação ganha, assim, a maior pertinência.

Porto, maio de 2019

Helena Pina

Parte I
Educação e Cultura
Education and Culture





O ENSINO COMO ARTE NARRATIVA

Paulo Jorge SANTOS

Departamento de Filosofia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto

pisosantos@sapo.pt

Resumo

Devemos ao psicólogo Jerome Bruner a distinção entre cognição paradigmática e cognição narrativa, duas formas que os seres humanos usam para entender o mundo e atribuir significado à sua existência. A cognição paradigmática recorre a conceptualizações ou a categorizações que se organizam tendo em vista atingir um ideal de descrição e explicação da natureza lógico-formal. Ela centra-se em modelos que isolam as causas gerais dos fenómenos e procura identificar procedimentos suscetíveis de corroborar ou infirmar hipóteses empiricamente testáveis alicerçadas em processos lógico-dedutivos. Na cognição narrativa, por seu turno, a realidade é compreendida através de histórias. Através de um enredo presente na narrativa a ação de um ou mais personagens estrutura-se no espaço e no tempo e confere significado à existência. A utilização de narrativas suscetíveis de funcionarem como elementos catalisadores da aprendizagem tem vindo a configurar um campo particularmente interessante ao nível da educação designado por ensino narrativo. Neste artigo descrever-se-ão os princípios genéricos suscetíveis de estruturar uma abordagem narrativa ao nível do ensino, como o espaço de aula pode tornar-se um local de partilha de narrativas e de co(construção) de significados e os resultados de investigações que evidenciam a sua eficácia ao nível da aprendizagem de conteúdos e do desenvolvimento de competências pelos estudantes.

Palavras-chave: cognição narrativa, cognição paradigmática, ensino narrativo

Abstract

We owe the psychologist Jerome Bruner the distinction between paradigmatic cognition and narrative cognition, two forms humans use to understand the world and to give meaning to their existence. Paradigmatic cognition resorts to conceptualizations or categorizations that are organized so as to achieve an ideal of description and explanation of logical-formal nature. It focuses on models that isolate the general causes of phenomena and seeks to identify procedures that can corroborate or reject empirically testable hypotheses based on logical-deductive processes. In narrative cognition, reality is understood through good stories. Through a plot in the narrative, the action of one or more characters is structured in space and time and gives meaning to existence. The use of narratives that can be used as catalysts for learning has been a particularly interesting field in education called narrative teaching. In this article, I will describe the generic principles that can be used to structure a narrative approach at the level of teaching, and how the classroom can become a place to share narratives and to co-build meanings. I will also present the results of research and studies that show their effectiveness in terms of content learning and the development of competences in the students.

Keywords: narrative cognition, paradigmatic cognition, narrative teaching

“precisamos de histórias, (...), de narradores, como de pão para a boca. (...) Faz parte da nossa condição humana.”

Siri Hustved

1. Introdução

Há aproximadamente 40 anos atrás encontrava-me numa aula de Português, no 9º ano de escolaridade, quando num texto que a minha turma estava a analisar surgiu a palavra *estertor*. Nenhum dos alunos sabia o seu significado e aguardávamos que o professor José Sampaio nos esclarecesse. Ele começou então a contar um episódio ocorrido na guerra colonial onde tinha participado. Numa saída para o mato onde iria decorrer uma operação militar o seu pelotão avistou subitamente um leão que colocava em perigo os soldados. Alguns deles dispararam sobre o animal e os militares dispersaram rapidamente com medo de um possível ataque. “O animal tombou e todos nós o olhávamos fixamente para ver se ele ainda poderia constituir algum perigo. O leão estremecia e as suas pernas faziam uns movimentos espasmódicos. É isso o estertor, os movimentos finais que antecedem a morte, num animal ou num ser humano.”

Passaram-se quatro décadas sobre este episódio, mas eu nunca mais esqueci esta história e o significado de estertor. Agora julgo compreender melhor a razão por que isso sucedeu e o objetivo deste artigo é o de descrever sucintamente uma abordagem que tem ganho alguma proeminência nos últimos anos no âmbito da educação que se designa por ensino narrativo. Todavia, torna-se necessário fazer previamente uma breve incursão pela evolução da psicologia para situarmos histórica e epistemologicamente a questão em análise.

2. A construção narrativa da realidade

Em meados da década de 50 uma nova forma de conceber o sujeito psicológico emergiu no campo da psicologia como contraponto ao comportamentalismo que tinha em B. F. Skinner a sua figura tutelar e na teoria do condicionamento operante o seu quadro teórico privilegiado. A psicologia cognitiva, muito influenciada pelo desenvolvimento da cibernética, da teoria da informação e dos computadores, propunha-se analisar os seres humanos como processadores de informação, recebendo *inputs* do meio e produzindo *outputs*. Desta forma, as variáveis e os processos psicológicos internos envolvidos em áreas tão distintas como a atenção, a memória ou a percepção, por exemplo, começaram a ser objeto de investigação, algo que o comportamentalismo, centrado numa conceção positivista de ciência e no comportamento observável, tinha afastado do campo da investigação psicológica (BRUNER, 1997).

A psicologia cognitiva, na sua primeira fase, colocava grande ênfase em estudar a forma como as pessoas, definidos como agentes racionais, manipulavam símbolos abstratos por intermédio de um processo de computação algorítmica, subordinada à razão e a uma lógica universal, que constituiria a forma privilegiada de aceder à realidade (GONÇALVES, 2000). A partir dos anos 80 esta forma de conceber o sujeito psicológico começou a ser contestada a partir de várias perspetivas. A construção de significados passou a ser concebida como a dimensão privilegiada a partir da qual os seres humanos dotam de sentido e coerência o universo em que habitam. No âmbito desta viragem conceptual, que se afasta de um essencialismo naturalista e que enfatiza a dimensão subjetiva, autopoietica e social da construção psicológica da realidade, a narrativa emergiu como um dos mais interessantes modelos do funcionamento psicológico.

Polkinghorne (1988) definiu narrativa como “uma estrutura de significado que organiza acontecimentos e ações humanas num todo, atribuindo desta forma significado às ações e acontecimentos individuais de acordo com o seu efeito na totalidade” (p. 18). Esta definição capta algumas características que exploraremos mais à frente, mas importa por agora clarificar que iremos usar os termos *história* e *narrativa* como sinónimos aproximados, embora alguns autores sustentem que o primeiro consiste na descrição de um acontecimento específico, individual ou coletivo, que é estruturado de forma a distinguir um início, um meio e um fim, enquanto que o segundo é um termo mais abrangente que pode ser formado por várias histórias e comentários sobre as mesmas (BRASSE, HOUSKA, ZHAO, KINSLOW, CLINTON & CAMPBELL, 2015; MCLEOD, 1997).

Devemos a Jerome Bruner (1986) uma distinção particularmente profícua entre dois tipos de cognição, a cognição paradigmática e a cognição narrativa. A linguagem científica constitui um exemplo perfeito da primeira. Nela o objetivo visa atingir uma descrição e explicação do mundo de natureza matemático-formal que emprega categorias que, devidamente articuladas entre si, formam sistemas que descrevem uma determinada realidade. A ênfase é colocada na identificação de fatores causais e no desenvolvimento de procedimentos lineares e proposicionais, assentes na coerência e na não contradição, que pretendem avaliar a sua verdade empírica através da corroboração ou de infirmação de hipóteses empiricamente testáveis.

Na cognição narrativa, por outro lado, o que se pretende é contar boas histórias e o critério para as avaliar não reside tanto na sua verdade ou falsidade, mas essencialmente na sua *verossimilhança*. Seria através da construção e da partilha de narrativas que o sujeito psicológico alicerça o seu modo *privilegiado* de compreender a realidade, nomeadamente a forma como se percebe a si próprio. O *self* pode ser concebido como o resultado de um processo narrativo que os indivíduos recorrem para dar conta do seu percurso biográfico e da sua identidade. Este trabalho de produção narrativa deve ser entendido como um procedimento que nunca está completamente finalizado. Como afirmam Vieira e Henriques (2014) a identidade não é “(...) algo que emerge na adolescência de maneira acabada, mas está sempre sendo construída e reconstruída. Ela pode ser entendida como uma narrativa aberta, nunca totalmente concluída, ou como uma antologia de histórias mais ou menos integradas e coerentes acerca da vida de uma pessoa. O caráter distintivo destas narrativas é a sua tendência à unidade e à coerência” (p. 167). O nosso percurso de vida, que se expressa na identidade de cada um, não passaria de um conjunto de experiências mais ou menos

caóticas se não as enquadrássemos numa estrutura narrativa que as organize num determinado contexto a partir do qual possamos atribuir-lhes um significado (GONÇALVES, 2003). *Como Howard (1991) sintetizou, na cognição narrativa enfatiza-se o homo fabulus em detrimento do homo scientus.*

Quando nos debruçamos sobre a forma como a realidade é construída e partilhada facilmente constatámos que em muitas instâncias ela se encontra organizada de forma narrativa. Ao nível individual os seres humanos estão constantemente a produzir e a partilhar narrativas sobre as suas vidas uns com os outros (AVRAAMIDOU & OSBORNE, 2009). De facto, é muito comum iniciar uma conversa com uma pessoa e de imediato a situarmos num plano narrativo. Pode ser algo como “Nem queiras saber o que me aconteceu hoje!” ou “Conheci ontem uma pessoa que me contou uma história interessante sobre ti.”, seguindo-se uma descrição de uma ou mais histórias. Podemos igualmente constatar que no plano social é a organização narrativa que predomina. É o caso, por exemplo, no âmbito religioso, da descrição da criação do mundo que encontramos no Génesis do Velho Testamento ou das parábolas de Jesus de Nazaré nos Evangelhos.

Se podemos concluir, pelo menos provisoriamente, que grande parte da cognição humana se estrutura de forma narrativa, convém especificar alguns dos elementos que a definem com o objetivo de compreender de forma mais aprofundada como ela nos possibilita perceber o mundo em que habitamos. A narrativa permite, em primeiro lugar, estabelecer a sequencialidade e a temporalidade de um ou mais acontecimentos (BRUNER, 1997). A experiência humana é por vezes confusa e desorganizada, pelo que se torna necessário dotá-la de algum tipo de organização. Quando contamos histórias sobre nós próprios ou sobre os outros estamos a organizar uma experiência numa determinada sequência e a situá-la temporalmente. A narrativa possibilita elencar os eventos de forma sequencial identificando um início, um desenvolvimento e um desfecho. E o enredo que organiza a narrativa permite, igualmente, situá-la num determinado momento no tempo, mais próximo ou mais distante.

Uma outra dimensão essencial para se compreender a narrativa, seja sobre o *self* ou sobre o mundo, é que ela não se realiza num vácuo social, bem pelo contrário. É por intermédio das ferramentas que a cultura disponibiliza num determinado tempo histórico-social que os indivíduos produzem as suas histórias. Estas devem ser compreendidas no âmbito de narrativas mais vastas, histórica e culturalmente situadas, onde se fundam as formas e os processos inerentes à narração. De facto, qualquer processo narrativo assenta na linguagem, dispositivo que, por definição, é socialmente constituído e partilhado. Por outro lado, as narrativas que os indivíduos produzem só fazem sentido se têm alguém a quem são contadas porque não existe uma narrativa sem um narrador e sem um público que a escute. Ou seja, por outras palavras, toda a narrativa não deve ser vista como um ato puramente individual, mas sim como o resultado de uma produção discursiva que a situa num determinado contexto cultural específico donde ela emerge e na qual adquire um determinado sentido. Como afirmou Gonçalves (2000) a “narrativa cumpre (...) uma dupla função (...) a de organizar simultaneamente a experiência individual e a experiência social” (p. 55).

É ainda importante sublinhar que as narrativas não devem ser necessariamente avaliadas a partir de critérios de verdade ou falsidade que são prevaletentes no discurso científico que se funda na cognição paradigmática, como já tivemos a oportunidade de referir (BRUNER, 1997). Muitos dos

mitos fundadores prevaletentes em inúmeras culturas são historicamente falsos, mas nem por isso deixam de servir como referenciais que organizam a experiência humana de determinadas comunidades. Por outro lado, as narrativas presentes em obras de criação artística, como no cinema ou na literatura, têm muitas vezes um alcance bem mais profundo e duradouro do que histórias que se fundam em acontecimentos reais. A personagem de D. Quixote criada por Miguel de Cervantes ou de Hamlet por William Shakespeare, por exemplo, continuam a exercer um fascínio secular apesar de não passarem de criações literárias e são muitas vezes invocadas para compreender determinadas situações com que os seres humanos se confrontam.

Provavelmente a característica mais importante da narrativa é que ela possibilita dotar de significado o mundo que os seres humanos habitam. No campo da psicologia a psicoterapia existencial será provavelmente a abordagem que colocou a busca do sentido como a dimensão mais importante da existência humana. Devemos a Viktor Frankl (2012) uma das mais realistas e dramáticas descrições dos campos de concentração nazis dos quais ele foi um dos sobreviventes. Mesmo nas condições mais extremas onde a esperança parecia ser completamente absurda, a sobrevivência implicava procurar um sentido num quotidiano marcado por um sofrimento físico e psicológico que nos é difícil compreender. Como Frankl escreveu em *O Homem em Busca de um Sentido*: “A busca de sentido por parte do Homem é a motivação essencial da sua vida (...). O sentido é único e específico na medida em que ele tem que ser preenchido, e pode ser preenchido, somente por ele; só então assume um significado capaz de satisfazer a sua própria vontade de sentido” (pp. 102-103). A organização narrativa da experiência implica um processo de significação, sempre aberto e sujeito a reformulações face à natureza complexa e multifacetada da experiência, sem o qual os seres humanos têm uma enorme dificuldade em habitar o mundo em que vivem.

3. Narrativa, ensino e aprendizagem

No seu sentido mais lato, podemos definir aprendizagem como “uma experiência [que] causa uma mudança relativamente permanente no comportamento ou conhecimento de um indivíduo” (WOOLFOLK, HUGHES & WALKUP, 2008, p. 244). Podemos distinguir três grandes abordagens psicológicas sobre a aprendizagem: as comportamentais, centradas nos processos através dos quais determinados estímulos do meio reforçam ou punem comportamentos; as cognitivistas, que privilegiam variáveis psicológicas internas que codificam, transformam e armazenam informação; e as construtivistas, que sustentam que o conhecimento implica um processo de construção no qual o indivíduo, de forma ativa e em interação permanente com o meio, desenvolve estruturas psicológicas gradualmente mais complexas a partir das quais atribui um significado à realidade. A utilização de histórias no contexto educativo possibilita que os alunos se envolvam num processo de construção de significados que pode ser interpretado como uma estratégia construtivista ao nível do ensino e da aprendizagem (AVRAAMIDOU & OSBORNE, 2009; SZURMAK & THUNA, 2013).

Uma abordagem pedagógica que recorre a narrativas como forma de facilitar aprendizagens duradouras e significativas por parte dos estudantes apresenta várias características que devem ser realçadas. Em primeiro lugar, possibilita ancorar conceitos abstratos em casos concretos e mais

imediatos facilitando, desta forma, a ligação entre a teoria e a prática (Koenig & Zorn, 2002; Santos, 2017; Szurmak & Thuna, 2013). Por outro lado, a utilização de histórias fornece uma contextualização ao providenciar o enquadramento a partir do qual o novo conhecimento pode ser integrado em esquemas psicológicos que os indivíduos já possuem, aumentando a sua capacidade de compreensão e de retenção (AVRAAMIDOU & OSBORNE, 2009; MILLER & WOZNIAK, 2015; Santos, 2017). Uma outra característica particularmente relevante prende-se com a dimensão emocional que as narrativas possibilitam (MILLER & WOZNIAK, 2015). Embora estejamos ainda longe de perceber em toda a sua complexidade a relação entre emoções e aprendizagem (HASCHER, 2010), é razoável pressupor que a ressonância emocional de uma narrativa desempenha um papel importante na compreensão de material novo com que os alunos se confrontam. Por fim, as histórias permitem um meio privilegiado de conhecer o mundo de outras pessoas, principalmente quando o registo narrativo se situa numa dimensão biográfica, possibilitando contrastar modos de análise e de ação de uma ou mais personagens com a pessoa que escuta a narrativa (CHAN, 2012).

As estratégias específicas que recorrem às narrativas no contexto do ensino são demasiado diversas e numerosas para serem objeto de uma descrição sistemática e exaustiva no âmbito dos limites do presente texto, pelo que nos limitaremos a descrever alguns estudos que consideramos representativos do ensino narrativo. Deveremos sublinhar, contudo, que defender uma abordagem narrativa não implica, como deverá ser óbvio, abandonar outras estratégias pedagógicas que os professores já utilizam comumente nas suas aulas, mas sim complementá-las (AVRAAMIDOU & OSBORNE, 2009).

A utilização de estratégias narrativas que se baseiam em obras de cariz artístico, ao nível da literatura ou do cinema, só para referir estes dois domínios, pode constituir um relevante recurso didático suscetível de ser mobilizado para potenciar aprendizagens significativas por parte dos alunos. Reigada (2016), por exemplo, descreveu de que forma utilizou um filme baseado em acontecimentos reais ocorridos no decurso da Guerra Fria com o objetivo de diversificar as fontes a partir das quais uma determinada unidade didática foi lecionada com uma amostra de alunos de História do 3º ciclo do ensino básico. Nas suas palavras, “uma das principais potencialidades do filme consiste exatamente na eventualidade dele desenvolver um conjunto de atividades ligadas à capacidade de comunicação escrita e oral. Se a este facto juntarmos a possibilidade de utilizar o filme com outras fontes, nomeadamente escritas, gráficas ou iconográficas, estamos não só a dinamizar o filme enquanto recurso, mas também a proceder a uma diversificação de estratégias que contribuem para um importante enriquecimento interpretativo que se manifestará numa maior capacidade argumentativa” (p. 85). No estudo de caso descrito pelo autor foi possível constatar um desempenho académico superior nas turmas em que o filme foi exibido e explorado do que nas turmas em foram utilizados somente os recursos didáticos tradicionais.

Com o objetivo de avaliar a utilização de narrativas como recurso pedagógico para ensinar a teoria da seleção natural em turmas do ensino secundário, Prins, Avraamidou e Goedhart (2017) recorreram a dois grupos de estudantes. Em ambos os grupos foi utilizado um texto em formato narrativo para explicar as características da seleção natural. A intervenção implicou uma primeira aula

em que o texto em formato narrativo foi explorado, seguindo-se a aplicação de um questionário para avaliar diversas dimensões do conhecimento adquirido e, num último momento, um período de discussão sobre o tema da seleção natural. Uma semana depois os estudantes foram novamente avaliados com o mesmo questionário com o objetivo de testar o processo de memorização dos conteúdos abordados. A investigação, incluiu, igualmente a observação das aulas pelos investigadores, uma entrevista aos professores e várias entrevistas a alunos. Os resultados revelaram que o formato narrativo possibilitou uma elevada percentagem de informação correta memorizada e, para a maioria dos alunos, constituiu uma experiência educativa enriquecedora, leitura corroborada pela opinião dos professores envolvidos na investigação. Segundo os autores os “estudantes consideram mais fácil memorizar esquemas cognitivos familiares de conteúdo e formato narrativo do que memorizar géneros discursivos tradicionais, como textos expositivos e argumentativos” (p. 32).

A utilização de estratégias narrativas autobiográficas pode constituir um recurso poderoso que possibilita uma reflexão aprofundada sobre um determinado percurso de vida. No âmbito de cursos de formação inicial de professores Reeves (2013) propôs aos seus alunos a realização de um portefólio digital, com a inclusão de pelo menos dez imagens diferentes e uma narração áudio, que ilustrasse a influência da cultura onde foram criados no seu processo de construção identitário. Como ponto de partida a professora disponibilizava o seu próprio portefólio, o que facilitava a criação de um clima relacional de confiança para os estudantes partilharem com a docente e com os seus colegas reflexões sobre o seu percurso de vida que possivelmente não revelariam noutras circunstâncias. Esta tarefa, apesar de ter um objetivo definido, não prescrevia um processo sequencial bem estruturado e organizado, o que obrigava os alunos a lidar com sentimentos de ansiedade e mesmo de resistência que tinham que ser ultrapassados para que fosse possível encontrar um sentido de autoria nos trabalhos que produziram. Embora a autora não tivesse utilizado um procedimento formal para avaliar o impacto da utilização de portefólios na aprendizagem dos alunos, ela concluiu que as suas reflexões possibilitaram uma compreensão mais aprofundada da diversidade cultural e do papel desempenhado pela cultura no processo de construção da identidade dos estudantes.

Uma outra investigação realizada por com alunos do 9º e do 10º anos procurou avaliar o impacto da utilização de narrativas biográficas de três cientistas famosos, Albert Einstein, Marie Curie e Michael Faraday, na sua motivação e realização académicas (LIN-SIEGLER, AHN, CHEN, FANG & LUNA-LUCERO, 2016). As narrativas utilizadas no estudo, num total de nove, pertenciam a três categorias distintas: histórias que descreviam os feitos científicos alcançados pelos cientistas, histórias que se centravam nas dificuldades de natureza intelectual que tiveram que ultrapassar e, finalmente, histórias relacionadas com as dificuldades ao nível das suas vidas pessoais. Os resultados deste estudo permitiram concluir que as narrativas que abordavam as dificuldades intelectuais e pessoais dos três cientistas tiveram um impacto positivo ao nível da realização académica e da motivação dos alunos, principalmente junto do grupo de estudantes de menor rendimento. Os sujeitos da amostra identificaram-se mais com as personagens escolhidas quando as histórias se centravam nos obstáculos que tiveram que ultrapassar do que nas descobertas científicas

que os tornaram famosos, provavelmente porque desta forma é mais fácil encontrar paralelismos entre os dois tipos de percursos biográficos.

4. Conclusão

No presente texto procurei demonstrar como a utilização de narrativas constitui um meio poderoso que pode ser utilizado ao nível do ensino como uma estratégia suscetível de promover aprendizagens significativas e duradouras. A partir da proposta de Bruner (1986, 1990), que defende que a cognição narrativa desempenha um papel central no processo como os seres humanos procuram compreender o mundo em que habitam, sustentei que uma pedagogia narrativa possibilita um espaço de co(construção) de significados) sobre diferentes conteúdos que são abordados nas diversas disciplinas do currículo.

Não pretendo defender, como já sublinhei, que a utilização de estratégias narrativas na educação possa configurar-se como *a solução* para os problemas do ensino e da aprendizagem com que as escolas dos nossos dias se debatem, mas tão só como uma abordagem que pode ser explorada, de formas muito diversas, para atingir objetivos educacionalmente relevantes. Justifica-se prosseguir a investigação neste domínio com o objetivo de identificar e mapear os processos específicos do ensino narrativo que se encontram associados a melhores resultados ao nível das aprendizagens dos estudantes, uma área ainda pouco explorada ao nível da investigação educacional.

5. Bibliografia

- AVRAAMIDOU, I., & OSBORNE, J. (2009). The role of narrative in communicating science. *International Journal of Science Education*, 31 (12), 1683-1707.
- BRASSE, K., HOUSKA, J. A., ZHAO, X., KINSLOW, S., CLINTON, A., & CAMPBELL, B. (2015). The power of story as an instructional strategy. In K. Brasse & J.A. Houska (Eds.), *Telling stories: The art and science of storytelling as an instructional strategy* (pp. 7-13). Disponível em <http://teachpsych.org/ebooks/> [Acedido em 2 de julho de 2018]
- BRUNER, J. S. (1986). *Actual minds, possible worlds*. Cambridge: Harvard University Press.
- BRUNER, J. S. (1997). *Actos de significado*. Lisboa: Edições 70.
- CHAN, E. Y. (2012). The transforming power of narrative in teacher education. *Australian Journal of Teacher Education*, 37 (3), 111-127.
- FRANKL, V. E. (2012). *O homem em busca de um sentido*. Alfragide: Lua de Papel.
- GONÇALVES, M. M. (2003). *Psicoterapia, uma arte retórica: Contributos das terapias narrativas*. Coimbra: Quarteto.
- GONÇALVES, O. F. (2000). *Viver narrativamente*. Coimbra: Quarteto.
- HASCHER, T. (2010). Learning and emotion: Perspectives for theory and research. *European Educational Research Journal*, 9 (1), 13-28.
- HOWARD, G. S. (1991). Culture tales: A narrative approach to thinking, cross-cultural psychology, and psychotherapy. *American Psychologist*, 46 (3), 187-197.
- KOENIG, J. L., & ZORN, C. R. (2002). Using storytelling as an approach to teaching and learning with diverse students. *Journal of Nursing Education*, 41 (9), 393-399.

- LIN-SIEGLER, X., AHN, J. N., CHEN, J., FANG, F. A., & LUNA-LUCERO, M. (2016). Even Einstein struggled: Effects of learning about great scientists' struggles on high school students' motivation to learn science. *Journal of Educational Psychology*, 108 (3), 314-328.
- MCLEOD, J. (1997). *Narrative and psychotherapy*. London: Sage.
- MILLER, R. L., & WOZNIAK, W. J. (2015). Weaving yarns into good psychological science education. In K. Brakke & J.A. Houska (Eds.), *Telling stories: The art and science of storytelling as an instructional strategy* (pp. 27-39). Disponível em <http://teachpsych.org/ebooks/> [Acedido em 23 de julho de 2018]
- POLKINGHORNE, D. E. (1988). *Narrative knowing and the human sciences*. Albany: State University of New York Press.
- PRINS, R., AVRAAMIDOU, I., & GOEDHART, M. (2017). Tell me a story: The use of narrative as a learning tool for natural selection. *Educational Media International*, 54 (1), 20-33.
- REEVES, A. L. (2013). Selves, lives, and videotape: Leveraging self-revelation through narrative pedagogy. *New Directions for Teaching and Learning*, Fall, 55-60.
- REIGADA, T. S. (2016). Ensinar com a sétima arte: O espaço do cinema na didática da História. In Isabel Barca & Luís Alberto Marques Alves (Coords.), *Educação histórica: Perspetivas de investigação nacional e internacional* (pp. 73-90). Porto: CITCEM.
- SANTOS, P. J. (2017). Pedagogia no ensino superior: Três propostas modestas. In Fernando Remião, José Fernando Oliveira, Luís Castro, Maria Amélia Ferreira, Patrícia Rosado Pinto & Rita Cadima (Eds.), *Livro de Atas do CNaPPES 2016 – Congresso Nacional de Práticas Pedagógicas no Ensino Superior* (pp. 355-360). Lisboa: CNaPPES.
- SZURMAK, J., & THUNA, M. (2013). Tell me a story: The use of narrative as a tool for instruction. In D. M. Mueller (Ed.), *Imagine, innovate, inspire: Atas da Association of College & Research Libraries 2013 Conference* (pp. 546-552). Disponível em http://www.ala.org/acrl/sites/ala.org.acrl/files/content/conferences/confsandpreconfs/2013/papers/SzurmakThuna_TellMe.pdf [Acedido em 30 de abril de 2018]
- VIEIRA, A.G., & HENRIQUES, M. R. (2014). A construção narrativa da realidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 27 (1), 163-170.
- WOOLFOLK, A., HUGHES, M., & WALKUP, V. (2008). *Psychology in education*. Essex: Pearson.

TRADITIONS AND INNOVATIONS IN THE TRAINING ON "GEOGRAPHY OF COUNTRIES" IN THE SECONDARY BULGARIAN SCHOOL

Stella DERMENDZHIEVA

Department of Geography, „St. Cyril and St. Methodius” University of Veliko Tarnovo

stela.dermendzhieva@mail.bg

Tamara DRAGANOVA

Department of Geography, „St. Cyril and St. Methodius” University of Veliko Tarnovo

tamara_draganova@mail.bg

Abstract

The geography training of the countries in the secondary school opens a new page of the regulatory framework for the 2018/2019 school year, in which a new curriculum will be constructed. Knowledge of the geographical regions, their countries and typical representative countries for a given region, the tracking of the complex influence of natural, historical, economic, demographic and political factors for the formation of the regions, their differentiation in *Europe, Asia, America, Africa, Australia* and *Oceania*, and assessing the importance of countries by region for forecasting the development of geographic regions is one of the current and modern geographical tendency - *regionalization*.

The transition from the traditional accumulation of knowledge to the problematic development of the learning process aims at revealing and discussing the territorial manifestation of the problems of each region and country or group of countries, with outlining the specific problems and explaining the causes of the emergence.

A system idea is built for an action approach at several levels of formation: general theoretical idea; structure; functions. In the theoretical and practical aspects are search for variants for construction models, techniques and technologies for the control of studying geography on countries.

The aim of the current research is formation of conceptual and situational analysis of the training for the countries on the new curriculum, to identify and provide acquired educational traditions to regional geography under the new conditions, as well as revealing and presenting of the innovations in the new curriculum for the 9th grade covering the study of the countries.

The methods of the research are conceptual analysis, situational analysis, comparative analysis, synthesis and summarization, interpretation method, causal investigation, etc.

The main results are: a sharp contrast in the number and content of the active verbs on one level - curriculum; the new curriculum contains only the main aim; the structural model of the curriculum impersonates with a specific, which is non - traditional for the Bulgarian geographic education as a tradition in the curriculum preparation till now; Learning content by themes is not defined by cores, standards, and themes, but is composed by themes, competences such as expected training results and new concepts; traditionally, there is the requirement of an algorithm/rule in the curriculum for region and country characterization; the innovative moment in country characterization is given by specific examples of countries characterization - 10 countries are proposed for study; changing the learning and communication environment in which environment should be given more space for the interaction; Geography training of countries in the first level of high school is configured to support the knowledges, skills and attitudes of V, VI and VII grade and other.

Keywords: curriculum, geography school education, Geography of countries, traditions and innovations.

Resumo

Ao nível do ensino médio, no ano letivo de 2018/2019, abre-se um novo marco no que diz respeito ao ensino da Geografia, já que se configurou um novo currículo. O conhecimento das regiões geográficas dos respetivos países a que acresce o estudo dos países representativos de uma determinada região, a compreensão da influência complexa de fatores naturais, históricos, económicos, demográficos e políticos para a formação das

regiões e sua diferenciação na Europa, Ásia, América, África, Austrália e Oceânia, são imprescindíveis, pois só avaliando a importância dos países por região e se conseguirá fazer a previsão do desenvolvimento das regiões geográficas, uma das tendências geográficas atual e moderna - a regionalização.

A transição da tradicional acumulação de conhecimento para um processo de aprendizagem das problemáticas, tem como objetivo revelar e discutir a manifestação territorial dos problemas de cada região e país, ou de um grupo de países, delineando as debilidades específicas e explicando as causas do seu surgimento.

Uma ideia de sistema é construída para uma abordagem ativa em vários níveis de formação: ideia teórica geral; estrutura; funções. Nos aspectos teóricos e práticos, buscam-se variantes para modelos de construção, técnicas e tecnologias para o controle do estudo da geografia nos países.

Palavras-chave: currículo, educação escolar de geografia, Geografia de países, tradições e inovações.

1. Regional projections of the new curriculum - Educational reform and school geography

„Knowledge by itself is power”

Francis Bacon

Geography and economics training in the Bulgarian school is an important aspect of understanding our place in the world as well and how people interact with each other and their environment. School education is a bearer of knowledge and strength with a specific educational and social shade that creates the future of every nation. School geographic education increases the tolerance and cultural understanding, interaction and interdependence, equality and fairness at different levels - locally, regionally and globally. The educational vector for students is aimed at expansion the opportunity to develop socio-economic, socio-cultural and environmental values, to continue the formation of rational models of behavior in geographic space through geographical training to create people with a broad geographic culture for the political and socio-economical organization of society, the regions in the world and the countries in them.

Knowledge of the geographical regions, their countries and typical representative countries for a given region, the tracking of the complex influence of natural, historical, economic, demographic and political factors for the formation of the regions, their differentiation in *Europe, Asia, America, Africa, Australia* and *Oceania*, and assessing the importance of countries by region for forecasting the development of geographic regions is one of the current and modern geographical tendency - *regionalization*. The regional projection of the new curriculum is expanded to geographically identifying and naming the world's regions, characterizing regions and selected countries as a rule with the help of information technology. Through the training for countries are applied and other modern geographic trends - *economics, sociology, humanization, ecology* and etc. The learning content of the training in the Bulgarian school on geography of the countries reflects the current trends in the development of the geography.

The geography training of the countries in the secondary school opens a new page of the regulatory framework for the 2018/2019 school year, in which a new curriculum is constructed.

2. Traditions and Innovations in the training on "Geography of countries" under a regulatory framework

According to the framework learning plan, the geography training in the IX-th grade has an annual workload of 36 or 72 teaching hours and the regional part is localized in both cases at the end of the training as the last section. The new realities and normative changes, as well as the introduction of a new law for education, teaching plans and curricula, generalize a new learning environment, objects and subjects, processes and phenomena.

The training in geography of the countries in IX-th grade on the new curriculum, which is a compulsory operational document, shows the traditions and innovations in the training for the countries.

2.1. Structural model of the curriculum

The structural model of the curriculum impersonates with a specific, which is non - traditional for the Bulgarian geographic education as a tradition in the curriculum preparation till now. The IX-th grade curriculum is the winner of an innovative structure reworked in line with the *European reference educational framework* and the requirements of international documents covering the school geography education and the geography training. Traditional segments of the curriculum are the main aim, the learning content of topics, competencies such as expected training results and new concepts; specific methods and forms for assessing students' achievements; context and activities; opportunities for interdisciplinary links. Innovative segments of the new curriculum are: expected training results to achieve general education preparation at the end of the class; the recommended percentage distribution of compulsory school hours (further details); activities to acquire key competences; interdisciplinary links on key competences.

Part of the traditional segments also present in the new curriculum with an updated reading and a new evolved form transformed from the requirements of the *European reference educational framework* and the international operative documents (European Communities, 2008).

Traditionally, in the geographic curricula of the geography at general curriculum present the main purpose of the training, while the purposes of *geography and economics* training are presented separately. The new curriculum contains only the main aim, which is „*aimed at acquiring key competences by mastering the knowledges, skills and attitudes related to the political and socio - economic organization of society, the regions of the world and the countries in them*". (UCHEBNA PROGRAMA, 2017, p. 1).

2.2. The State Educational Standard and Curriculum

An innovative segment of the new curriculum on *geography and economy* is the content of the expected training results to achieve general education preparation at the end of the class. The State Educational Standard (DOS) in *geography and economics* for the middle (secondary) stage of the first

high school level was fully transferred and transformed into the curriculum for the IX-th grade in terms of training for countries in the section *Geography of continents and countries* (Figure 1).

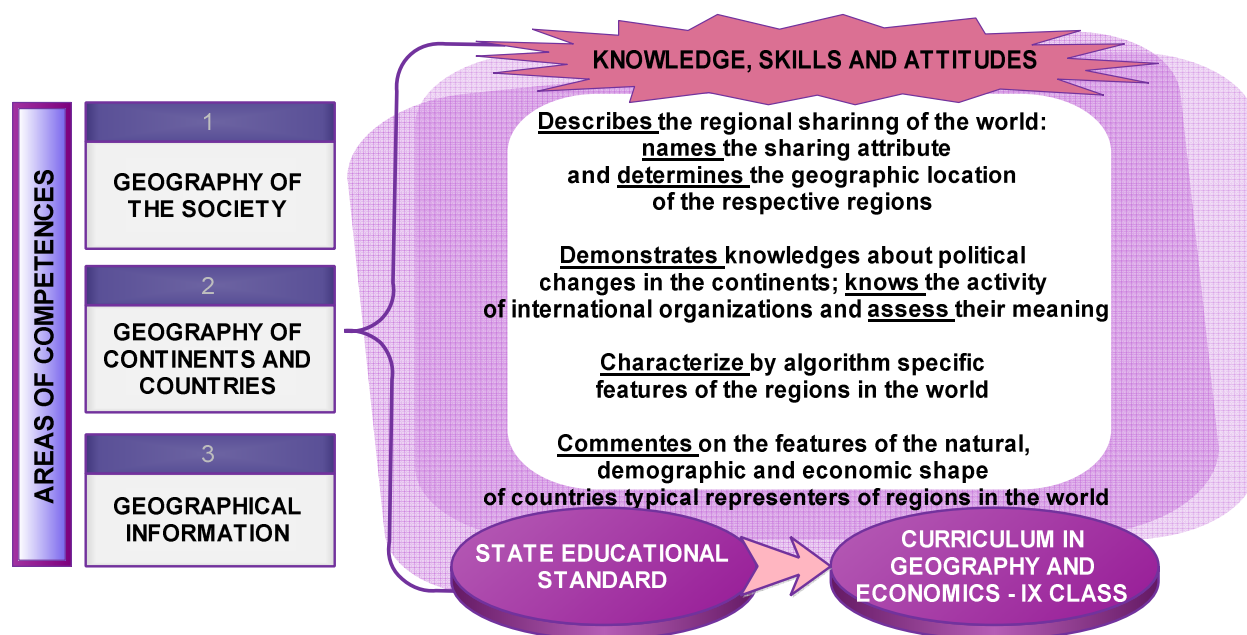


Figure 1 - Transfer of the expected training results to achieve the general education preparation at the end of the class by DOS and curriculum

Source: Uchebna programa po geografiya i ikonomika za IX klas (2017), Naredba № 5 ot 30.11.2015 g. za obshtoobrazovatelnata podgotovka, (2015)

The presence of the expected results by state standard and curriculum in one normative document is an opportunity to reveal the peculiarities of the educational process in geography and to increase the quality and effectiveness of the training, to compare and juxtapose the minimum requirements in standard and curriculum, to follow the educational strategy for development of secondary education.

An interesting moment of transferring the expected results for knowledges, skills and attitudes from the DOS and their presence in the theme *geography of the continents and countries* in the curriculum is to the competencies as the expected result of the training on the learning content in the curriculum. We identify a sharp contrast in the number and content of the active verbs on one level - curriculum. At the end of the training, 4 expected results are obtained, but with the presence of 8 active verbs for the realization of the results. On theme 2, three active verbs were applied to the total of 4 expected results, with only two are carry of the expected results at the end of the class - *named* and *characterized*. Strongly reduced is the proposed for the last high school class of the compulsory preparation on geography a poly - variety of active verbs for the achievement of the expected results on regional geography which do not have its methodical - didactical justification (Figure 2).

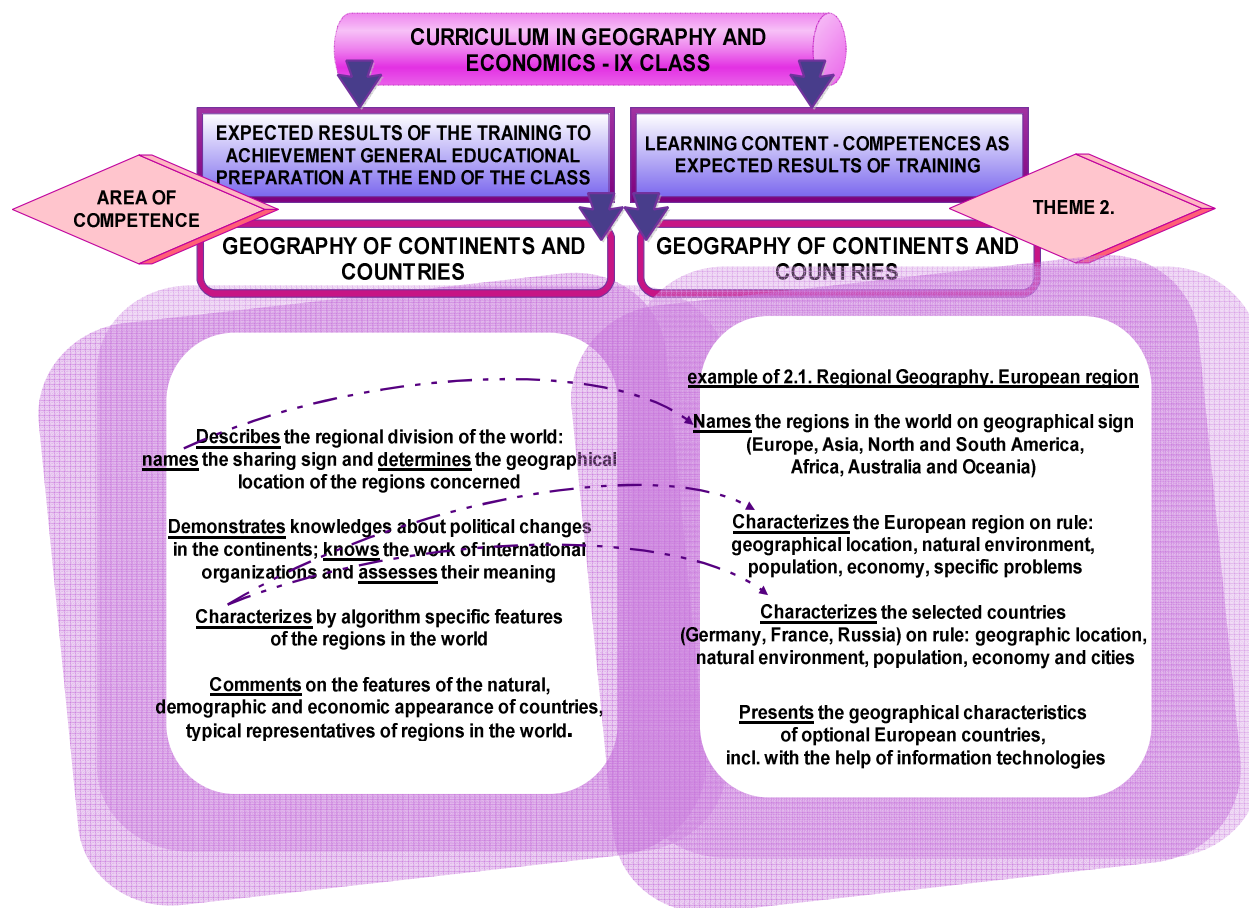


Figure 2 - Transforming the expected results at the end of the class and by the theme from learning content of the curriculum

Source: Uchebna programa po geografija i ekonomika za IX klas (2017)

2.3. Curriculum of *Geography and economy* 9th grade

Learning content by themes is not defined by cores, standards, and themes, but is composed by themes, competences such as expected training results and new concepts. As an innovative moment in the curriculum in learning countries, we define the learning content, which is decomposed into three components - *topics, competences such as expected training results and new concepts.*

Of total two themes in the curricula, the second covers regional geography with the name - *Geography of continents and countries*, which includes two subtopics. The title of the main theme differs from the previous one in the curriculum (until 2018) - *Geographical regions in the world and countries in them*, but it is preserved and with presence of the main aim of presenting the new curriculum. The tradition of the fourth period in the development of school geography after 1989 for the study of regional geography on continents and countries, and not of regions and countries that have a radically different contentious - spatial idea and a trans - territorial foreshortening of learning, has been preserved.

The themes in the new curricula are reduced to 2 with extremely overlapping of competencies as expected training results for the two subtopics - limited to the three active verbs - *naming*, *characterizing* and *presenting* (DRAGANOVA, 2018, p. 33). For comparison, in the previous curriculum there are a total of 16 active verbs on the five core themes - *Geographic regions of the world and countries in them*. The themes in the new curriculum, compared to the previous curriculum in which they are 5, are extremely reduced in number but with a regional - territorial and inductive - deductive approach of presence.

By competences as the expected training results for the two sub - topics is defined imperative approach of studying the countries by regions – *regional - territorial* and *system - typological approach*. There is an obvious preserved educational tradition of school geographic education in the approaches of studying the countries in the new realities.

The innovative moment in country characterization is given by specific examples of countries characterization - 10 countries are proposed for study: *Europe - Germany, France and Russia; Asia - Japan, China, India; North and South America - USA and Brazil; Africa - the Republic of South Africa; Australia and Oceania - Australian Union* (UCHEBNA PROGRAMA, 2017, p. 6). The educational tradition of studying a selected country or countries as *typical representatives of the studied region* is preserved.

Traditionally, there is the requirement of an algorithm/rule in the curriculum for region and country characterization. Unlike the previous curriculum, which does not contain the algorithm itself, the new program has innovatively changed the name - *rule* and contains clearly sequenced steps to characterize region and country. The two rules differ in the last step of a total of 5 steps - *characterization of the specific problems of the region* and *characterization of the cities* (DRAGANOVA, T., 2018, pp. 32-33). Both rules for region and country characterization are traditional geographic algorithms, which are also preserved in the new educational realities of school geography.

The curriculum specificity is the third component of the curriculum - new concepts in which we identify 3 new concepts that are not directly relevant to country learning but are responsive to training for regional organizations that is part of the same theme 2, in the second subtheme. The presence of concepts such as number and type, content and separation on the two themes of the curriculum is a necessity because the concepts are one of the most important components of the theoretical - content side of geographic knowledge. As a result of their reasoned presence in the curriculum, they may lead to an increase in the scientific - theoretical level of geography training. The minimum number of concepts presented in the curriculum is not substantiated, and they are considered as abbreviations of international organizations for the full coverage of competences as the expected results of the training on sub - theme 2.

An innovative segment of the curriculum is the presentation of the recommended percentage distribution of compulsory school hours and further details of the school subject *geography and economics*. The recommended framework for the allocation of the school hours for the school year at the same time provides teacher's didactic freedom to achieve the expected curriculum results, geographic literacy and culture formation, and behavioral models in IX–th grade training. In the context of the percentage distribution of learning countries, more attention is paid to the lessons of new knowledges,

but minimum of other types of lessons, with some of them are not even having a presence on theme 2 in this percentage distribution.

The specific methods and forms of assessing student achievements, de facto, is a traditionally present segment in curricula, but de jure with radically different content in the new geography curricula. An innovative moment is the presence of a ratio in the formation of a term and an annual assessment, which is tabulated presented as a percentage between current assessments, evaluations from control work and estimates from other participations. Innovative are the forms of work and assessment - group work, housework and etc., as well as the traditional - oral and written tests, work in class and etc.

The combined application of traditional and interactive methods is part of the overall conceptual framework of the curriculum, with a strong presence of interactive methods in learning content, such as expected learning results, key competency acquisition activities, and interdisciplinary links. Innovativeness has been brought to the new realities with the application of interactive methods and training techniques such as research method, problem and project method, methods of analysis - intellectual map and others.

An innovative moment in the curriculum is its integration with the *European reference educational framework* (European Communities, 2008) and the requirements for the geography training of the international documents. In an innovative European context, there are also extensive activities for acquire 6 of the key competences. Activities are configured on key competencies through B. Bloom's active taxonomy verbs. All the activities described are applicable in countries training and provoke interaction, application of skills and habits and all activities are aimed to the direct use of geographic knowledges in the practice. An example of such activities are:

- „*generating and interpretation of geographic and economic information from various sources - work with documents, work with statistical materials, compound a plan - conspectus and etc .*
- *using electronic based information sources for searching, collecting, interpreting, presenting and exchanging specific geographic and economic information;*
- *using information technologies to create and present products from a specific task;*
- *expressing an opinion and commenting on geographic questions, study/science - popular/documentary films;*
- *discussing geographic problems and offering ways to solve them, as well as solving case studies and argumentation for solutions;*
- *working with all elements of the textbook, working in a team;*
- *assessing the meaning of objects, processes, phenomena;*
- *comparing, differentiating, referencing, grouping, classifying, characterizing, analyzing, commenting on geographic objects, processes and phenomena;*
- *making generalized conclusions;*
- *reading a geographic map and analyzing different types of graphics, diagrams and other graphical images, and drawing schemes, tables, maps, etc., as well as identifying and locating geographic objects on the map.” (UCHEBNA PROGRAMA, 2017, p. 8)*

In traditional and innovative plan presence has interdisciplinary links but with a different number, conceptual - idea and competency basis, in line with the *European reference educational framework*, the *Law for pre - school and school education (ZPUO)*, the DOS and the learning framework plans and curricula. As an innovative moment of view, the interdisciplinary connections between the nine key competences, with specific examples and the name of the school subject matter of general education preparation, are outlined (ZAKON, 2015). Of the 20 general education school subjects under the ZPUO and Regulation No. 5/30.11.2015, outside of the school subject of *geography and economics*, the horizontal dispersion is directed to 11 school subjects for 1 school subject (history) from the curriculum until 2018 (Figure 3).

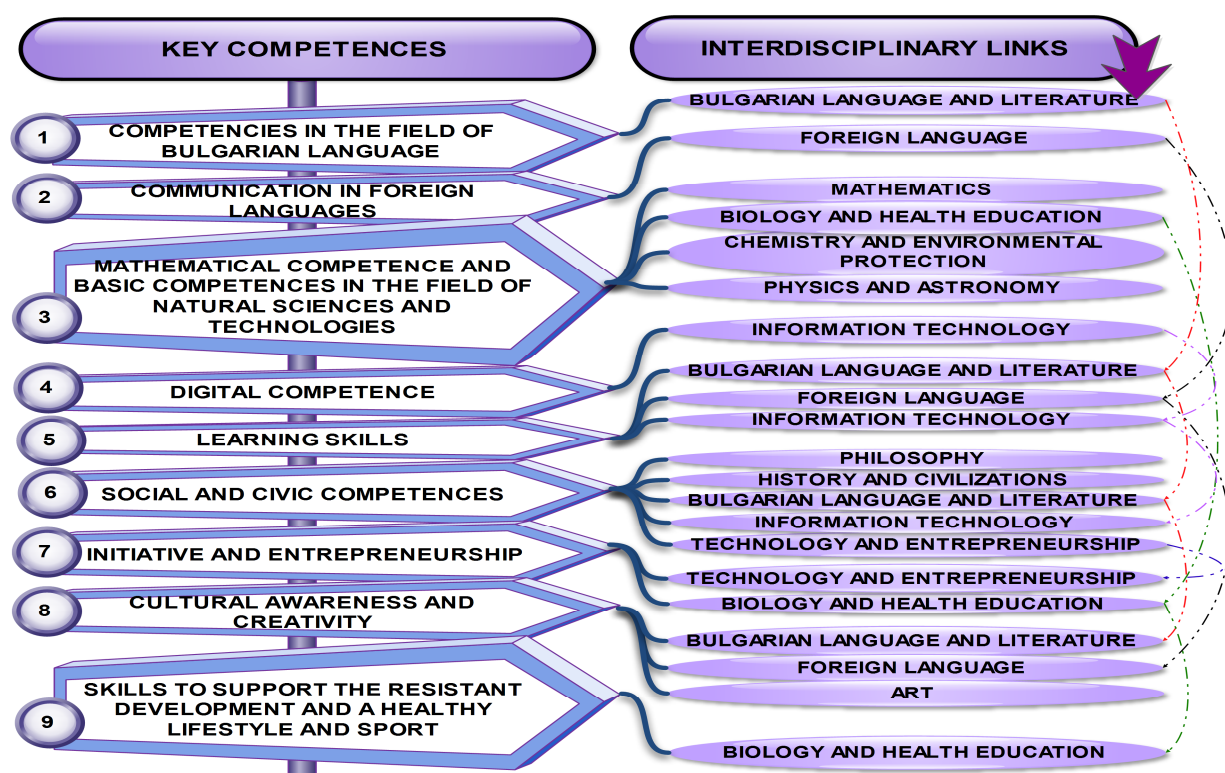


Figure 3 - Graphic organizer for the horizontal links on key competences by curriculum

Source: Uchebna programa po geografija i ikonomika za IX klas (2017)

2.4. The horizontal (interdisciplinary) links in Curriculum

The horizontal links outlined in the curriculum are based on 9 key competences, with the repeatability of some of the school subjects but with a different content and behavioral aspect in the formulation, specification and operationalization by taxonomy of the active verbs and activities. The school subject *Bulgarian language and literature* is applied to key competences 1, 5, 6 and 8, with a repeatability of 5 times in total, with specific activities and activity - *uses, expresses, selects, compares, formulates, enriches, develops, assesses, listens, forms*.

The *foreign language* is based on key competences 2, 5 and 8 as an opportunity to use knowledges and develop a „*foreign language culture in the process of exploring additional geographic information*” (UCHEBNA PROGRAMA, 2017, p. 9) as well as expanding and deepening the intercultural competences, and the formation of single concepts for cultural and historical landmarks in different regions. Applicability is relevant and present in characterizing a selected country as a rule: geographical location, natural environment, population, economy and cities.

The school subject *Biology and health education* is referenced as a horizontal connection on key competencies 3, 7 and 9. The construction of horizontal linkage is consolidated on deepening the knowledges about the ecological factor and the enrichment of the ecological culture in the process of realizing the connections between *nature - society - economic activity*, as well as the necessity to preserve and support the environmental activities of the different territorial - spatial units - *continent, region, country, group of countries*.

The *Information technology* school subject is applied on key competences 4, 5 and 6, with a total repeatability of 4 times, with a defined explicit presence in the curriculum for theme 2 and the two sub - themes in presenting the geographic characteristics of countries from a selected region by optional using the information technologies.

The school subject of *Technology and entrepreneurship* is related to key competences 6 and 7, which horizontally links and develops „*teamwork skills, solving and rationally argumentation of case studies related to the development and localization of economic activity*” (UCHEBNA PROGRAMA, 2017, p. 9, p. 10), as well as with economic concepts and basic principles of economic integration in the study of the countries.

The following subjects have a single presence in the curriculum, but not in the teaching process of geography, with an example of a horizontal connection: *Mathematics, Chemistry and environmental protection, Physics and astronomy, Philosophy, History and civilization, and Art*.

All indicated interdisciplinary links outlined in the curriculum are explicitly and implicitly relevant to the content context of the training for the countries. The collaboration of the horizontal links in the countries' geography training is encoded by the aims and principles of education through the DOS and the curricula, and their methodical - didactic spiraling and absorption of the systematic geographic knowledge in the Bulgarian school, with a clear synchronization of the processes of training, upbringing and socialization.

2.5. The vertical (intradisciplinary) links in Curriculum

Geography training of countries in the first level of high school is configured to support the knowledges, skills and attitudes of V, VI and VII grade which are expanded and deepened by vertical links for the theme *Geography of the continents and the countries*. Traditionally, the mixed curriculum model has been preserved and saved in the construction of the curriculum. The tradition of stepwise formation of geographic culture, „*skills building, the development of cognitive abilities and active values attitudes*” has been preserved, with the unchanging presence in the normative framework of

the complex and systemic approach (DERMENDZHIEVA, Stela, SABEVA, Petya, DIMITROVA, Boyanka, 2010).

An innovative training line, supported by the new normative basis, is aimed at turning the theory into a various practical dimensions. The transition from the traditional accumulation of knowledges to the problematic development of the learning process aims at revealing and discussing the territorial manifestation of the problems of each region and country or group of countries, outlining the specific problems and explaining the reasons of the emergence. The change encompasses the didactic flatness of transition and strengthening the productivity in geography training of the countries.

An innovative moment, as a social order of the post industrial society, is education, which develops in parallel with the development and application of information and communication technologies (ICT) in the learning process. In the training for the countries is explicitly present in information technologies in theme 2 of the curriculum when presenting the geographical characteristics of countries in a given region. By applying ICT in training for the countries, achieves the development and improvement of ICT skills and, on the other hand, the assimilation of skills for use and application of ICT in training, daily life and realization of the policy for learning throughout life and access to information.

In the whole learning process, in the study of the countries, the students from the V-th grade to the IX-th grade assimilate the basis of the systematic geographic knowledge based on the conceptual idea of the final training results, which includes *theoretical* (theories, laws, principles, basic concepts) and *methodological* (way of activity) knowledges and skills of the curriculum before 2018. In the new curriculum and normative changes are proposed in the new conceptual framework which is more advanced, comprehensive and with clearly defined components of the content - procedural aspects.

The basis of systematic geographic knowledge includes two basic components of the geographic competence - *meaningful* and *procedural* (Figure 4). Each of them includes a system of knowledges, skills and attitudes that are decomposed from their side into elements that are bearers of the objective truth in geographic science and the scientific knowledge imported to the school geography. The educational perception of the synthesis of geographic knowledges, skills and habits, as well as models of behavior are also in the basis of training for countries with aim studying the geographical reality and personal perception of students and to interpret the reality and spatial organization of the society.

In order to reach the perception of the geographical environment and the formation of objective ideas it is important to form knowledges about the system of facts and volume of geographic nomenclature which will discover the possibility of following development of the geographical culture. Subject knowledges of *geographical facts* and *geographic nomenclature* are a means of clarifying the scientific hypotheses and theories, of discovering the causative - investigation connections and laws through applying specialized geographic terminology - or knowing and using geographic concepts. Empirical and theoretical geographic knowledges are the substantive and basic aspect of the geographic competence of modern person who can make an objective and up-to-date interpretation and assessment of the perception.

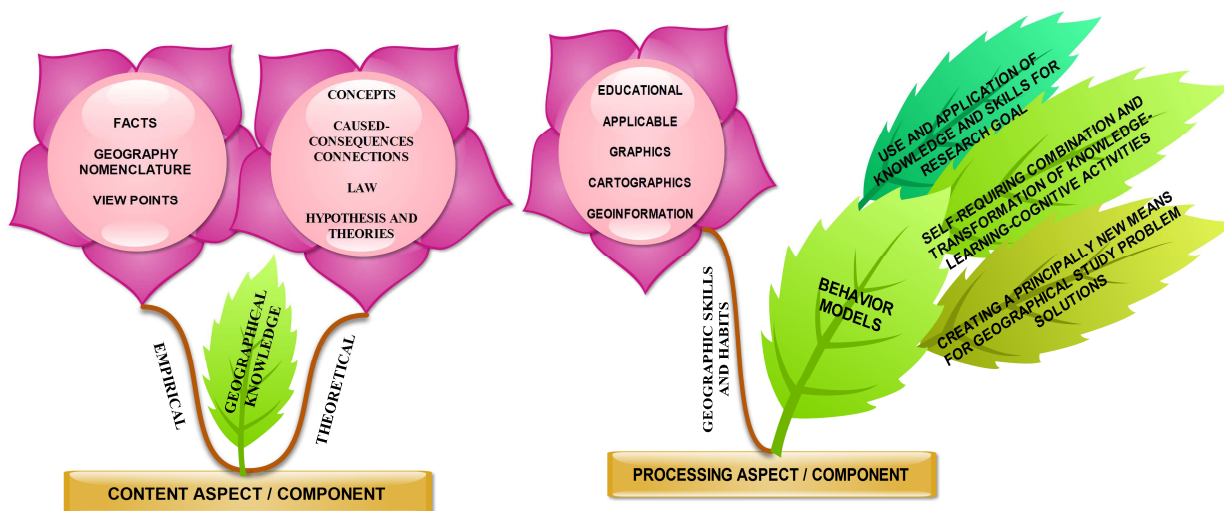


Figure 4 - Graphic organizer of content - procedural components of the geographic competence (Dermendzhieva, Stela, Sabeva Petya, 2018, p. 9).

Source: Dermendzhieva, Stela, Sabeva Petya. *Kniga za uchitelya po geografija i ikonomika*. S., Prosveta, 2018.

The procedural aspect of geographic competence in terms of shaping models of behavior is a new innovative segment of the operational documents and a requirement for global trends in school geography training which is expression and reflection, continuation and natural expression of the unity of geographic knowledge, skills and habits for the geographic understanding of the world.

Innovative segment of training for countries with an advanced basis of traditional values is also the specific *geography and economy* aims for the first level high school of DOS in the area of the formation of values: *interest in geographic knowledge; worldview of the system of nature - society - economy; environmental protection; responsibility, tolerance and respect to the cultural diversity from the position of citizens of Bulgaria, Europe and the world* (NAREDBA № 5, 2015, p. 73).

A new didactic foreshortening to DOC geography training is to continue the formation of skills by areas of competence - *geographic information*: receiving the information from different sources; interpretation and presenting the information; generating the geographic information. (NAREDBA № 5, 2015, p. 73).

3. Conclusions

Changing the learning and communicating environment, changing educational realities, under influence of the information society and its requirements, also leads to changes in the learning process of geography, changes in the school environment, relationships between students and teacher. Country training provokes interest in geographic science and knowledge, but the teacher is in the role of a collaborator, partner and facilitator in the learning process in which there is a redirection of the cognitive line from knowledge for... - to the knowledge of how... In modern training the roles of the two

subjects changes, focusing on the interests, needs, motivation and activity of the students - the student is at the center of the training. (DERMENDZHIEVA, S. i dr., 2010, 54)

Enhancing the role of traditions and innovations in learning the countries in the new educational realities is aimed at changing the learning and communication environment in which environment should be given more space for the interaction. Essential for the efficiency of the learning process and the formation of an objective picture of the world is the organization of the training process using a variety of interactive methods, techniques and forms of work combined with traditional methods.

The penetration of modern techniques of teaching and learning, the penetration of modern ICT into the learning process, the globalization of the world, and the complication of human and social problems impose new, modern training methods.

4. Bibliography

Uчебна програма по география и икономика за IX клас (2017). (obshtoobrazovatelna podgotovka po ramkovi uchebni planove).

DERMENDZHIEVA, S., SABEVA, P. (2018). *Kniga za uchitelya po geografiya i ikonomika*. Sofia, Prosveta.

Naredba № 5 ot 30.11.2015 g. za obshtoobrazovatelната podgotovka, (2015).

Zakon za preduchilishnoto i uchilishnoto obrazovanie, (2015).

DERMENDZHIEVA, S., P. SABEVA, B. DIMITROVA (2010). *Geografiya i obrazovanie. Metodika na obuchenieto po geografiya, I chast*. V. T., UI „Sv. sv. Kiril i Metodii“, 2010.

DRAGANOVA, T. (2018). *Kontseptualen analiz na obuchenieto po geografiya na stranite v novite realnosti po uchebna programa – IX клас*, 41, pp. 30-35.

BULGARIAN VILLAGES - AN AUTHENTIC "ARENA" FOR CONDUCTING ACADEMIC SETTLEMENT STUDIES

Milen PENERLIEV

Department “Geography, regional development and tourism” University of Shumen, Bulgaria
penerliev@yahoo.com

Veselin PETKOV

Department “Geography, regional development and tourism” University of Shumen, Bulgaria
veselin_9003@abv.bg

Abstract

The report regards the villages in Bulgaria as a place for conducting geographic field studies and research for geography students of the Shumen University, Bulgaria. The basic terrain methods, the purpose and the main parameters studied, have been indicated. The depopulating villages are the main research target of such field trips, given the threat of oblivion of the settlements’ stories, the personal impressions of the local elderly population and the fading of the family memory in those locations. The most endangered elements of the local lifestyle (customs, architecture, migration processes and social activities) have been outlined in the report.

The main results of actual settlement research in various rural areas of Bulgaria have been described. The main findings show that demographic aging is a ubiquitous process; there is a risk of oblivion of customs that once used to be important to the local people and, in this sense, of "impoverishment" of the Bulgarian ethnographic memory and literature. Pressing problematic topics such as the closure of schools have been discussed in the report, while in the same time larger villages have been given as a positive example. Last, but not least, the role of such studies for the practical training of geography students, as well as the fostering of their patriotic spirit, their experience in planning and conducting their own studies in the process of professional realization, have also been taken into account.

Key words: rural areas, field studies, research, depopulation

Resumo

O artigo considera as aldeias na Bulgária como um local de excelência para a realização de estudos de campo geográfico e de pesquisa para estudantes de geografia da Universidade de Shumen, Bulgária. Os métodos essenciais de trabalho de terreno, a finalidade e os principais parâmetros estudados, estão aqui indicados. As aldeias despovoadas são o principal alvo de pesquisa de tais visitas de campo, dada a ameaça de esquecimento das histórias dos povoados, as impressões e conhecimentos pessoais da população idosa local e o desaparecimento da memória familiar nesses locais. Os elementos mais ameaçados do estilo de vida local (costumes, arquitetura, processos migratórios e atividades sociais) foram delineados no relatório.

Os principais resultados da pesquisa nas aldeias em várias áreas rurais da Bulgária foram descritos. Os principais resultados mostram que o envelhecimento demográfico é um processo onnipresente; há um risco de esquecimento dos costumes que outrora eram importantes para a população local e, nesse sentido, do "empobrecimento" da memória etnográfica e da literatura búlgaras. A insistência em temas problemáticos como o fechamento de escolas, é discutida neste artigo, ao mesmo tempo que aldeias de maiores dimensões são apresentadas como exemplo positivo. Por último, mas não menos importante, também foram levados em consideração o papel desses estudos para a formação prática de estudantes de geografia, bem como para a promoção do seu espírito patriótico, da sua experiência no planeamento e na condução dos seus próprios estudos tendo em vista a sua realização profissional.

Palavras-chave: áreas rurais, estudos de campo, pesquisa, despovoamento

1. Introduction

Field trips in human geography are divided into separate categories depending on the criteria used. In essence, these are "on-the-spot" trainings that help firming up newly acquired knowledge, extending its stability, as well as acquiring new skills and competencies. All that predetermines the methods used, the objectives, the region and the specific locations to be visited during the field trip.

Depending on their purpose, field trips in human geography can be:

- Complex field trips - studying, observing and analyzing the territory, applying mostly the system and the complex approach;
- Thematic field trips - studying, observing and analyzing a specific business activity (industry, sector – e.g. power production, tourism, etc.) in a given area.

The complex field trip in human geography is the final stage in the system of geography field trips. For its successful implementation students apply knowledge and skills from all previously conducted field trips. Like all other field trips, the complex field trip is conducted in three stages: preparatory, field research and desk research stage. The emphasis, however, is on the capability of the participants (university and high school students) to select and analyze geographical information about the complex study of the region (statistics, cartographic materials, aerospace photographs, Internet resources, specific bibliographic database of published literature, etc.). The field stage is usually the longest. Students acquire a comprehensive geographical image of the studied area on the basis of personal impressions – starting from the settlements, their inhabitants, the economic specialization of the region, as well as the potentially existing environmental, demographic or socio-economic problems in the studied area.

The execution of a complex field trip in human geography, regardless of the participants, emphasizes on the complex approach and is expected to form the following competencies in the participants (MIHAYLOVA, PIYASHOVA, PUHOVA, 2012):

- ability to indicate interrelations between the natural, the economic and the social components of the geographical complexes at various territorial levels.
- tolerant perception of the cultural and national traditions, customs and ways of living of the different population groups in different ethno-confessional regions;
- ability to use methods of regional analysis in solving the problems of the territorial units;
- ability to predict socio-economic processes.

The complex field trip is involves a number of methodological and methodical specific features, which are needed for geography students and future geography teachers. For this reason, this paper presents an exemplary field trip with a parallel examination of the participants' acquisition of practical skills, the specific activities for the field trip realization, as well as the delineation of an exemplary field trip route. A constant relation is sought between the field trip itinerary and the formation of the above-mentioned skills and competencies which the participants are expected to acquire.

According to the earlier mentioned authors (2012), the choice of an area for the complex field trip in human geography is of particular importance. That choice should consider a sufficiently populated area with different types of inhabitants (in terms of ethnicity, religion, ethnographic groups,

etc.) and different demographic characteristics. The selected area should exhibit an array of different, more or less actual, economic activities, with complex economic and spatial relations established between the locations to be visited during the field trip.

2. Methodological aspects of field research in rural areas.

The authors of this paper are strong supporters of the so-called applied geography. With no intention to elaborate on the numerous definitions of that concept, it is clear, however, that the geography field trips, expeditions and travels are one of the main tools for development of the applicability of geography as a science. The importance and value of field research in geography has never been more obvious given the abundance of problem situations faced by modern societies. Those problems range from extreme natural phenomena (such as floods, droughts and earthquakes), environmental problems such as deforestation and desertification, to problems of society such as crime, poverty, unemployment, depopulation, diseases, increased fertility, etc. On this basis, Pacione (2011) identifies the most important tasks to be completed by applied geography (Table 1). We present those tasks here, since we believe that they are the basis for defining the objectives, the type and the scientific profile of geography field trips and expedition:

Table 1. Main processes and objects in applied geography, subject to field research.

Natural and environmental hazards	Methods of analysis
global warming	remote surveys, statistical data analysis
extreme precipitation	computer cartography, modeling
earthquakes and volcanism	GPS analysis
floods	modeling of the geographical environment
extreme climatic phenomena	methods of assessment of the impact on the population
Management of change	Challenges to society
water quality assessment	urbanization
irrigation	delineation of boundaries
combat desertification	geography of poverty
combat deforestation	problems of rural areas
environmental diversity maintenance	segregation and discrimination
environmental impact assessment	city marketing
wetlands protection	urban transport and overbuilding issues

(Pacione, 2011, with abbreviations and modifications).

It is clear from the table that almost all of the contemporary problems faced by society and nature are subject to study and analysis through field research.

The main approaches to conducting a student field trip are:

• **The historical approach.** This is a general scientific method that aims to explain the different processes and phenomena in the surrounding environment, in the context of the "time" category. This category, according to the personal observations of the authors, is difficult for the students to perceive. In the most general example, students find it difficult to perceive geological processes which have taken place over millions of years, in the field (in any given location students may find themselves) - the stages in the evolution of geosystems are usually perceived as part of the current processes and phenomena. At the same time, when visiting urbanized areas, the current development of those areas is often based on historically determined factors. Thus, the "time" category takes on a different meaning and content in the two given examples. That is why geography as a science develops private versions of the historical approach. Those are the *paleogeographic* and the *historical-geographical* approach. The first one is based on the foundations of historical geology, applicable in the so-called "geological time". In that case, based on various methods (examining relics, radiocarbon dating, etc.), scientists define the positioning of a process or phenomenon in the geological history of geosystems, within a certain geological time period. The historical-geographic approach is related to geographical processes and phenomena that occurred after the emergence of human society. With the help of archeological, toponymical, comparative, dendrochronological and other methods, with even greater precision, scientists date processes, phenomena and objects within the human-occupied geographical environment. When exploring natural geosystems and their components, as a rule, history and evolution go hand in hand. Therefore, according to various authors, there is also a reason to speak of a historical-genetic approach.

The applicability of the historical approach in the context of geography field trips requires sufficient amount of theoretical knowledge. During the visual observation of certain objects in nature and society, university / high school students should be familiar with the peculiarities of the "time" category – in particular – to have some upfront knowledge of the geochronological table, the historical periods, etc. This makes it easier to relate a process or object to a given time period, and vice versa - knowing a certain historical period leads to certain expectations for what is seen in the field. Solid cause-effect relationships are built in this way and the concept of remote geological and historical periods in the Earth's and society's history is no longer just an imaginary concept for the students in training.

The system approach. The system approach has been known to science since the late 1940s. Generally speaking, the system is regarded as a complex of elements in constant interaction. Based on the knowledge of the mechanisms of internal connections between the elements of the system, this approach directs the researcher to revealing the integrity of complex objects and phenomena. In geography it is necessary to focus on the distinctive features of the systems as such. Since territoriality is a very typical feature of the systems, it is important for the participants in geography field trips to see, understand and comprehend the internal connections existing within the system being explored, described or simply observed. These interrelations form two categories of system elements: 1) qualitatively heterogeneous but interconnected elements (e.g. geological substrates, soils, etc. in a specific landscape, or the sectors of the economy in a particular socio-economic region) on the one hand and 2) territorial subunits of a lower order e.g. socio-economic sub-

regions, industrial units, individual areas of the complex landscape, etc., on the other. In the scientific literature, and in particular that related to the theoretical socio-economic studies, the term **complex approach** is often used as a synonym of the system approach. While (according to us) there are some differences between those two, these differences represent no significant issue for the immediate purposes of this study. It is important for student researchers to perceive the surrounding environment they are in during field trips and expeditions as a comprehensive well-regulated system. This would facilitate the proper perception of certain processes and phenomena, as well as the regularities in their manifestation.

The regional approach. The regional approach as it is formulated is often confused with the method of regionalization. According to many authors (ANOKHIN and KOSTYEV, 1984, as well as many others), this occurs because the concepts of "approach" and "method" are often used as synonyms. We consider that regionalization (delineation of boundaries, see Table 2) as a method is a complex theoretical and methodological problem of the geographical sciences. In this sense, it has no direct application in geography field trips and expeditions. Here we only mention regional approach as a concept. Students are expected to have a certain notion of it. In socio-economic geography this concept was initially introduced by the Russian scientist N. Kolossovsky, while in geography in general - by Allaev, Baransky, Claval and others. Very often in literature, together with the term "region" / "rayon", the terms "area", "zone" and so forth are also used depending on the purpose of the specific study. According to the contemporary concepts there are two levels of territorial / spatial differentiation, namely - regional and local. Those can vary in scale, as well as in patterns and modes of manifestation of certain processes. That is why students should consider the fact that by exploring or observing an area which exhibits the same regularities and processes within its boundaries, this whole area can be regarded with a great deal of confidence as a territorial unit of some type. By adopting this approach (and not the method of regionalization which has its own tools and specifics), students can apply their critical analysis in existing, distinct natural geographic or socio-economic zones, areas and regions. According to Dimov (2005), regionalization is a scientific result of the objective reality (e.g. altitude-belt zonality) of the existing world. Taking into account this objective reality, the student researchers, by applying the system and the historical approach, must be able to distinguish the territories they visit by origination, development, functioning and purpose.

Methods of observation and information provisioning of the field research in geography. This group of methods has been successfully identified by Isachenko (2004) as the most important, as it is the source of primary information which conclusions, hypotheses and theories are later built upon. These observations can be immediate (in direct contact with the studied object) and indirect (remote), as summarized by Penerliev (2014).

The group of direct observations includes the geography field trips, expeditions and stationary research. Each of those has its specifics and its own private methods. Which of those will be used depends on the objective of the scientific task.

Remote methods allow visual observation of the Earth's surface for a certain purpose. They are divided into aerial and space methods and they are based on using photographic material of varying resolution, scale and altitude of image taking.

An important feature of this group of methods is the mandatory requirement of keeping record of the observations' results. Keeping a research (observation) diary, making terrain profiles and photographing the studied objects is an indispensable and integral part of the field trips and expeditions. Therefore, for achieving better clarity and easier handling of the gathered primary information, leaflets, tables and other forms of information recording should be developed upfront (see Appendices). The "database" of this activity also includes maps with objects positioned on them and on-the-spot data, laboratory soil and air analyses (if necessary), collecting of rock samples in a certain order, making of a herbarium, etc. These important features of field trips and geographical expeditions will be discussed in detail further on.

In the modern age of "information avalanche", no geographical research can consist of just primary information acquired in field conditions. "Secondary information" that comes from different sources is as important as the primary one. "Secondary information" refers to the various thematic maps, various statistical data from different statistical institutions, GPS maps and data, etc. The provisioning of this vast "avalanche" of diverse information is related to the development of information technology and geoinformatics as a separate discipline (even a scientific field) that provides scientific research with data. There is a huge variety of software products for processing primary information such as Statistica, SPSS, Matlab, etc. For conducting geographical research, the so-called GIS (Geographic Information Systems) software is of major importance. Specific software such as ArcGIS, MapInfo and the like, incorporates a large database set into numerous mapping bases, enabling the making of a variety of thematic maps. GIS thus integrates data appropriate for regionalization, zoning, monitoring, demographic and socio-economic observations, etc. GIS ultimately turns out to be one of the leading methods of the above-mentioned geographical approaches.

The cartographic method. This is a method of geography, applied in almost all scientific disciplines. Therefore, we assume that the student researcher is already familiar with the types of geographic maps, as well as the methods of depiction used in map making. As far as field trips are concerned, it is important to know that the geographic map accompanies the field research in all its stages. The map is an observation document, a source of information, the most appropriate means of displaying the results of direct field observations. In this sense, it is imperative that we obtain a map of the area we are planning to visit prior to the trip itself, as well as a map sheet where the observed objects are immediately positioned on the map.

General scientific methods. The most commonly used methods of this kind during field research are the *method of comparison* and the method of *geographical analogues*. The first method we use to establish correlations on the basis of comparison of homogeneous objects (relief forms, settlements, etc.). The comparison method is based on a series of other methods such as the cartographic, the historical, the remote sensing, etc. With the help of those methods we can spot the various qualitative, quantitative, spatial, statistical and other differences between the compared objects. It is one of the most important methods, since the exhibited disparities are used as a base for grouping of different geographical objects by certain indicators, which is in fact the basis of systematization and typology of the geographical objects and phenomena.

The method of geographical analogues is similar to the previous one. At its core is the comparison of heterogeneous objects, one of which is sufficiently studied. In this way, the properties of the studied object can be largely transferred to the one which is not sufficiently studied one. Very often in field research this method is applied even without suspecting it - for example, when defining a rock sample by comparing its appearance, qualities and properties with another rock sample from an existing mineralogy collection or other source.

Mathematical methods. These are methods that are most commonly used once the field studies have been completed, during the so-called desk research stage. Using mathematical formulas and axioms, a large volume of statistical information is processed. It is important to choose the most appropriate method for the specific purpose of the study. These methods are inextricably linked to both the above-mentioned scientific discipline of geoinformatics, as well as to the modeling method.

The modeling method. This is a universal method of scientific research and field observations. The model is a simplified, incomplete analogue of the object or phenomenon being studied. This way, it is organically associated with the method of geographical analogues. One of the first models is the geographic map. Models can be mathematical, spatial, image-symbolic (the geographic map). While spatial models are real, representing the form and the structure of the studied objects, the mathematical ones are abstract and mostly reveal the quantitative - spatial and temporal - changes concerning certain processes and phenomena. Those methods are important for geography field observations, as with their help we transfer the observed surrounding environment in the field to the auditorium, classroom or scientific laboratory, in an almost authentic way. It is important for future geography teachers to be able to model the natural forms of the observed objects in a sketch, and also - based on collected background information - to be able to make well-founded models of the demographic development of settlements.

The geographical projection method. The geographical projection is a way of extrapolating today's findings from the gathered during field observations baseline data in a future timeframe. For example, when examining the demographic situation of the settlements and discovering the relevant patterns, we can assume their future development for a certain period of time ahead. It should be borne in mind that the more ahead in time we make geographical projections, the less accuracy the projections exhibit. The projection would be more accurate if by analyzing various side factors, we could assume future changes in the examined parameters. On this basis it is possible to amend the geographical projection for greater accuracy. The simplest example of this method is the weather forecast based on a series of climatic data. As it is known, the accuracy of such forecasts is only reliable for a few days ahead.

Basic practical benefits and acquired skills during geography field trips in rural areas.

The execution of such field trips, as well as all other types of geography field trips, passes through three stages (Fig.1).

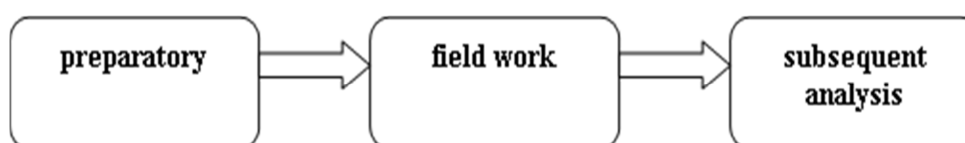


Fig. 1. Stages of geography field trips.

3. Preparatory Stage (Methodical guidelines)

1. *Practical skills for selection of locations, objectives and methods of the field trip.* This stage of the field trip preparation should be able to answer the question about the opportunities a trip to the Primorska Dobruzha region offers in acquiring the following competencies by the participants in the field trip after its successful completion (MIHAYLOVA, PIYASHOVA, PUHOVA, 2012):

- ability to identify interrelations between the natural, economic and social components in the geographical complexes at different territorial levels;
- tolerant perception of cultural and national traditions, customs and ways of living of the different population groups in different ethno-confessional regions;
- ability to use regional analysis methods in solving the problems of the territorial units;
- ability to predict socio-economic processes and phenomena.

2. *Determining the spatial scope of the field research in geography.* This scope depends on the objectives of the field trip, the timing and the realistic possibilities for visiting the selected locations. With regards to the presented human geography field trip model, we assume that Primorska Dobruzha covers a relatively small area within the municipalities of Shabla, Kavarna and Balchik. In it is in that area, where we need to conduct research and achieve the set objectives and complete the research tasks. The studied area is characterized by demographic heterogeneity, a distinctive lifestyle and culture of the local population, as well as negative demographic trends observed in the villages with the highest share of ethnic Bulgarians.

3. *Practical skills for delineation of the field trip route. Selection of locations to be visited.* This stage of the planning is particularly important. The selection of locations and sites should be such, so that their observation, description and analysis should yield results matching the field trip objectives, as well as enhancing the acquirement of certain competencies by the participants.

4. *Practical skills for working with scientific literature and statistical data.* This part of the preparatory phase should include:

- making three separate bibliographical reference lists: references concerning the characterization of the settlements; references concerning the population and the demographic situation (demographic structures, movement, etc.); references concerning the economic utilization of the area and its natural conditions. In each list of references, publications related to earlier descriptions of the studied area (expeditions, description of maps, etc.) should be added as well.
- gathering statistical data for certain settlements through the regional statistical offices and the websites of the Population Register offices and the Unified Classification of The Administrative-Territorial and Territorial Units. On the basis of a preliminary analysis, "interesting" in terms of demographic and ethnographic profile settlements are selected for visitation.
- reading a scholarly text or applying the so-called "critical reading" of sources listed in the bibliographic reference lists, combined with highlighting the most significant features of the area, in particular those features we expect to observe first-hand in the field.

4. Stages of the field research

After the analysis of the literature and the preliminary statistical data, and in connection to both the objectives of the field trip and the main locations selected for visitation, an itinerary is designed for each day of the trip. Preliminary contact with host organizations (companies, museums, community centers, mayoralties, etc.) is established, presenting the plan and the purpose of the visit. A request is also made (especially to community centers) for their preliminary preparation and the provisioning of sources on the settlement history, literature on the problems studied, interviewing elderly locals, etc.

The main field research is conducted using the methods of 1) the interview and 2) the survey.

1. *Conducting surveys.* Surveys can vary depending on the purpose of the study or the pre-assigned task. Here we focus on a not so common type of survey based on the so-called Likert model (Likert scale).

The Likert scale. This is an example of a survey using a questionnaire where a grade assessment of different indicators is applied, following the so-called Likert model. Our main objective is to check the local population's assessment of the development of the settlement as a tourist center. Using that scale, we can assess the perception and impressions of the local population regarding different aspects of local life, regional development, local issues, etc. Instead of the “yes/no” type of possible answers, this type of questionnaire gives the respondents the option to assess a given factor or influence by putting a grade / a mark - most often varying between 1 and 6.

We can apply such a survey in studying the village of Kamen Briag as a tourist center, considering the following: we are aware that the village is considered the event tourism center of the studied area (with the annual event known as “July morning”); within the village lies the “Yailata” architectural reserve, the village is known for being home to the “Kamenbriashkite babi” folklore group – famous not only in Bulgaria. Students are given the opportunity to conduct the survey, thus acquiring new practical skills and competencies. Respectively, the survey can be conducted during the Kavarna rock festivals in order to get the public's opinion about the festivals' impact on tourism and / or the local community. The application of the survey therefore can be considered multifaceted.

Questionnaire for studying extinct settlements. As of the beginning of 2018 more than 180 settlements in Bulgaria were “erased” from the map of Bulgaria. The study of such settlements and the preservation of their history is an important part of human geography and the related scientific disciplines (ethnography, history, local studies). Quite often, such villages do not have a written history to be bequeathed to the future generations.

One of the most thorough research of extinct settlements was the one done by Guncho Gunchev in the distant 1938. He describes various reasons for the extinction of settlements. Back then – just like in modern times – the extinction of settlements was related to their complete depopulation. An extinct settlement, according to Gunchev, should be considered “a settlement, where the connection between the inhabitants, the housing and the land has been breached”. The population starts declining and eventually disappears - according to that same author - for various reasons (natural disasters, economic migrations, etc.). From a modern perspective, the demographic factor plays a leading role. Aging of the population of the villages will lead to the depopulation of a number of

settlements in the future. This is an outcome which is inevitable for some of the still existing settlements.

In fact, this is a process that takes full effect in Dobrudzha, and in particular in Primorska Dobrudzha. In the preliminary analysis of the statistical data (obtained in advance from the National Statistical Institute (NSI) or from the webpage of the Population Register (www.grao.bg), we indicated such settlements (facing complete depopulation) in Primorska Dobrudzha. Along the already marked route of the field trip, we added the villages of Staevtsi and Tvarditsa. A survey for studying extinct settlements was used. Very often university professors develop and update that kind of survey. In modern conditions and also as part of geography field trips, villages with a population below the critical minimum or those with no inhabitants, completely depopulated in recent years, can be successfully studied. Quite often various infrastructure - buildings, road network, and other technical facilities - is still available in such settlements. We are far from the idea of exploring long-extinct villages that have been missing from the geographic maps for decades. For long-extinct settlements, special scientific field trips is required, but yet such expeditions are possible.

It is important in such field studies - which focus on villages with no population - to photograph and describe churches, cemetery headstones, school buildings (if preserved), village drinking fountains, etc. These are buildings and structures that were strongly built, monolithic in design and often remain intact years after the settlement's desertification. For example, writings on headstones in North Dobrudzha indicate the presence of Bulgarian population in those present-day Romanian territories.

Here is a brief description of our earlier observations in the village of Staevtsi, in support of the discussed need to study such settlements.

THE VILLAGE OF STAEVTSI

The village sign is visible on the main road to the village of Spasovo and the other villages along the land border with Romania. The village itself is off the road, with no asphalt streets – only dirt roads – while the houses are scattered like separate hamlets. There are preserved and renovated houses, as well as deserted and abandoned ones. No one is to be seen. About 300 meters down on a dirt road, we see a man who tells us that he is from Sofia, and he comes to the village only for the summer. The man shows us another dirt road leading to the church. The church itself has been restored. Shortly after, we see a well-maintained house with stone foundations, a huge yard, a barn with stone walls. Later we learn from the owner that the house dates back from 1901 and only the roof has been renovated. Grandpa Nikolay is 82 years old, and he and his wife maintain the whole property by themselves. He says there is no shop in the village, but they shop from the nearby village of Durankulak, located some 3-4 km away. The old man says that the people actually living in the village are two families (his own and another one), as well as an elderly woman in a neighboring house. The man drives an old Volkswagen which he uses to go to the market in Durankulak. The man himself looks much younger than he is. He says there is no written history of the village. In a way, he himself is the history of the village. In his own words, he repaired the church on his own. However, we found some information about the village of Staevtsi from a local Bulgarian language teacher from the town of Shabla, who was born in Staevtsi. The border of Dobrudzha according to that teacher is represented by a border stone near the town of Balchik. There used to be a

community center and a school in Staevtsi, the man says. We believe we came upon the old school building. The entire replaced street lighting in the village does not remain unnoticed, given the lack of roads and inhabitants. It is a village that actually shows the future of the villages in Bulgaria - depopulated, with no infrastructure, with tumbled-down and abandoned buildings.

Source: PETKOV, V., M. PENERLIEV. *Scientific expedition “Primorska Dobrudzha - 2011” In: Trips across Bulgaria (findings from geography field trips and scientific expeditions)*, published by Shumen University, 2012.

Please, try to locate the village of Staevtsi on the map. ☺

General questionnaire for settlement survey. The questionnaire is designed according to the purpose of the study. It is filled in either by an administrative official or by the interviewer during the interview itself. Often the questionnaire includes questions concerning: the number and age profile of the settlement's population, the availability of a health center and the number of medical personnel, the availability of a community center and the volume of the literary units in the community center library, the availability of educational institutions, infrastructure, etc.

1. *Keeping a field diary.* Each participant in the expedition should keep a diary where they take notes on personal impressions from the field observations. In the case of each settlement, the field trip participant can focus on the general environment of the settlement. For example, that the settlement can be reached by a run-down, hardly accessible road, or that the former school building is abandoned, or that the common image of the houses is grayish, with predominance of the uninhabited ones. The participants record any positive emotions sensed during the visit to the settlement: for example, one can sometimes spot a number of preserved houses from the Bulgarian Revival era, a well-maintained or a newly-built church, a rich community center library with a friendly community center worker, a renovated central square, friendly and helpful local people, etc. Field trip participants take notes of the conversations with local people (who very often represent the history of the village itself and are quite aware of its problems, the origin of the settlement's name, etc.), as well as any other knowledge acquired during those conversations. Participants are also expected to take photographs of most of the observed sites and buildings. The combination of the right photos and the right notes accompanying them, reestablishes a major part of the impressions, which is needed for the subsequent processing (during the so-called desk research stage) of the gathered base information.

2. *Gathering sources of information.* Each participant in a human geography field trip is expected to create their own "system" for gathering, classifying and sorting information sources and materials. When arranging visits to museums, community centers, town halls, etc., and briefing the administrative staff about the purpose of the field trip, quite often the host institutions prepare materials regarding the settlement themselves - photographs, promotional materials, etc. All of those locally provided materials are described, if possible xeroxed, while all photos taken during the field trips are also described. All conducted surveys are kept, broken down by type and location. All audio files with conducted interviews are also saved. Wherever it is needed, after the end of each working day, briefings are held, at which the data obtained is discussed, merged and entered in common information sheets, for the purposes of easier processing at the subsequent desk research stage.

5. Desk research stage

The desk research stage is the most important one regarding the consolidation of the practical skills and competencies of the human geography field trip participants. Due to the limited volume of the paper, here we only present some of the ideas concerning that last stage of the research.

1. *Practical skills for independent analysis of cartographic and statistical data. Application of mathematical and statistical methods. Selection of the most appropriate methods.* The conducted surveys are supplemented by analysis (in the Appendices). Here we suggest additional options for statistical analysis of the obtained demographic and statistical data.

The most commonly used statistical method is the "Median method". It represents the means of the values of the surveyed parameters (average life expectancy, natural growth and other demographic indicators for the entire studied area).

The most common demographic indicators are calculated using mathematical formulas studied in the Geography of Population and Settlements course.

2. *Practical skills for analyzing questionnaires, observation sheets and drawing of conclusions.* The analysis of the questionnaires should be done separately for each individual question / segment. (see the Likert scale analysis in the Appendices). Conclusions are drawn both for the individual settlements and for the entire studied area. For example: how many health centers (resp. medical personnel) exist per group of neighboring settlements, how many patients per doctor, etc. The data is visualized through charts, graphs, maps, cartograms and so on. On the basis of the conclusions drawn, geographical projections are then made. For example: what will the number of population of the village of Kamen Briag be by 2025, or, what will the natural increase rate in Shabla municipality be in 2020?

3. *Skills for working with specific software.* Within a complex field trip in human geography, easier, additional tasks can also be accomplished. For example, the geography students from Shumen University work on a joint-project with NAVTEQ-Bulgaria Company, which creates the MapCreator platform for web-based navigation maps for Nokia Company. During the field trips students enrich the database by marking new objects along their route (healthcare centers, restaurants, new roads, bank offices, etc.).

In conclusion, we can say that this paper only provides basic methodical guidelines for conducting human geography field trips in rural areas. Each element of the field trip, as well as each of the enclosed Appendices are subject to modifications depending on the number and the qualification of the field trip participants, as well as the purpose of the field trip.

Once the essence and the basic features of the geography field trips have been revealed, we can draw conclusions about their positive results in geography education. A study by the University of Marmara, Turkey (BALCI, 2010) points out that after completing each geography field trip, at the subsequent written exams, students tend to:

- submit a smaller number of "blank" answers in their tests (from 32% to 9%);
- give correct answer to a higher share of test questions;
- get a higher share of high grades compared to the preliminary assessment (over 70%);

- complete the tests for a shorter period of time;
- increase their ability to define basic concepts.

Our own survey, conducted among Shumen University students in the summer of 2018, confirmed these findings.

6. Bibliography

1. BALCI, A. (2010) The impact of geographical trips on geography teaching, *Education*, Vol. 131, No. 1;
2. ISACHENCO, A. (2004). *Theory and methodology of geography science*, Academia, Moskva (In Russian);
3. MIHAYLOVA, N.V., C.N. PIASHOVA, A.G. PUHOV, (2012,) *Educational complex economical and geographical practice*, сп. География в школе, бр. 5, с.47-52; (in Russian)
4. PACIONE, M. (2011) *Applied Geography: Principles and Praxis*, *Croatian Geographical Bulletin*, 73/1, 7 – 28;
5. STORKSDIECK, M. (2001) Differences in teachers' and students' museum field-trip experiences. *Visitor Studies Today*, 4 (1), p. 8-12.;
6. HOBBS, J. (2010). *Fundamentals of World geography*, Brooks/Cole, Belmont, USA.
7. PENERLIEV, M. (2014) *Field studies in human geography*, Shumen, Bulgaria (in Bulgarian)
8. PENERLIEV, M. V. PETKOV. (2018) *Student lectures on geography of population and settlements*, Shumen, Bulgaria (in Bulgarian).

Applications

Research objects in our geographic practices:



1. Stone house in the Rhodope Mountains there are large deposits of traditional stone.



2. Old traditional house in Dobrudja agricultural area - there is no stone.



3. The house is composed.



4 and 5. We investigate other material objects: churches, schools, people and etc.



6. "painted" weddings in the Rhodope Mountains



7. Nestinari – walking on the embers.

PRODUCCIÓN CIENTÍFICA DE LA UNIÓN EUROPEA EN EL CAMPO DEL TURISMO (1998-2017)

José RAMON CARDONA

E. U. de Turismo del C.I.E., Universitat de les Illes Balears, España

josramcardona@gmail.com

María Dolores SÁNCHEZ-FERNÁNDEZ

Facultad de Economía e Empresa, Universidade da Coruña, España

msanchezf@udc.es

Resumen

Europa ha liderado el turismo internacional desde sus inicios pero en el campo de la investigación turística no está tan claro. Medir los resultados de la actividad investigadora es difícil, pero el volumen de artículos en revistas internacionales es la aproximación más habitual. El objetivo de este trabajo es realizar un análisis bibliométrico para determinar el estado de la investigación turística en la Unión Europea. Para ello se tomó en consideración artículos en revistas académicas especializadas, publicados entre 1998 y 2017 e indexados en Scopus. En el análisis destacan dos tipos de países por su producción científica: los países del Mediterráneo, excepto Italia y Francia, y países con alta implicación en investigación (Reino Unido, Finlandia, Dinamarca, Suecia y Austria). Entre los países con producción baja, hay dos grupos: diversos países con poca especialización en turismo (Luxemburgo, Alemania, Francia, Bélgica e Italia) y países del este (Lituania, Polonia, Letonia, República Checa, Rumanía, Hungría, etc.). La falta de tradición en investigación turística de algunos países, el bajo nivel económico de los países del este y el sesgo lingüístico de las publicaciones, que beneficia a los países anglosajones, son los principales retos que deben afrontarse.

Palabras clave: Turismo, Investigación, Unión Europea, Análisis Bibliométrico, Scopus.

Abstract

Europe has led international tourism since its inception but in the field of tourism research is not so clear. Measuring the results of research activity is difficult, but the volume of articles in international journals is the most usual approach. The objective of this work is to carry out a bibliometric analysis to determine the state of tourism research in the European Union. For this, articles in specialized academic journals, published between 1998 and 2017 and indexed in Scopus, was taken into consideration. The analysis highlights two types of countries for their scientific production: the countries of the Mediterranean, except Italy and France, and countries with high involvement in research (United Kingdom, Finland, Denmark, Sweden and Austria). Among the countries with low production, there are two groups: several countries with little specialization in tourism (Luxembourg, Germany, France, Belgium and Italy) and Eastern countries (Lithuania, Poland, Latvia, Czech Republic, Romania, Hungary, etc.). The lack of tradition in tourist research of some countries, the low economic level of Eastern countries and the linguistic bias of the publications, which benefits the Anglo-Saxon countries, are the main challenges that must be faced.

Keywords: Tourism, Research, European Union, Bibliometric Analysis, Scopus.

1. Introducción

El turismo es uno de los sectores económicos más importantes y ha crecido mucho en las últimas décadas. En 2016, hubo 1.235 millones de turistas internacionales en el mundo que generaron un ingreso de 1.220.000 millones de dólares (UNWTO, 2017). Europa ha liderado el turismo internacional desde sus inicios y, en 2016, los 28 países de la Unión Europea (UE) recibieron 500 millones de turistas internacionales (UNWTO, 2017), lo que representa el 40,5% del turismo mundial. Cabe indicar que la distribución del turismo internacional por países no es homogénea (Figura 1). En algunos países la presión turística es baja, como en Rumanía (0,11), Alemania (0,44) y Polonia (0,45), pero en otros países es muy elevada, como en Austria (3,21), Croacia (3,22) y Malta (4,72).

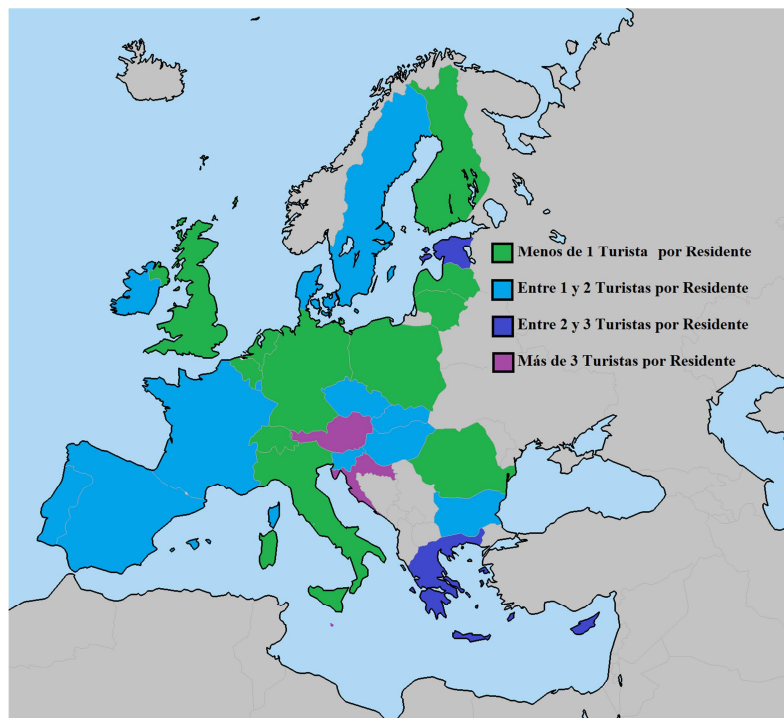


Figura 1 - Peso del turismo internacional en la UE.
Fuente: UNWTO (2017) y elaboración propia.

El turismo, como todo sector económico, debe desarrollarse apoyado por una actividad investigadora que aporte nuevos conocimientos. Aunque la investigación en turismo tiene un desarrollo muy reciente (PARK, PHILLIPS, CANTER & ABBOTT, 2011; VARGAS, 2011), en la actualidad posee un importante volumen de producción y presencia mundial (RAMÓN, 2017). La UE tiene un tradicional liderazgo en el turismo internacional (UNWTO, 2017), pero en investigación turística no está tan claro que la UE disfrute de esa misma posición.

En las últimas décadas hay una tendencia globalizadora y está ampliamente aceptado que hay que competir en un contexto mundial, más aún en el campo de la investigación que siempre ha tenido un contexto internacional. Desde los años cincuenta, Estados Unidos ha liderado la investigación en

la mayoría de los campos, también en el turismo (SHELDON, 1991), y ello conlleva que las publicaciones en inglés se han convertido en sinónimo de ciencia internacional. Esto ha representado una ventaja estratégica para los países anglófonos y un reto añadido para el resto del mundo.

Medir los resultados de la actividad investigadora es difícil pero el volumen de artículos en revistas internacionales indexadas es la aproximación más habitual (JOGARATNAM, CHON, MCCLEARY, MENA & YOO, 2005; LI & XU, 2015; RYAN, 2005). El objetivo de este trabajo es realizar un análisis bibliométrico de los artículos publicados en revistas especializadas e indexadas en Scopus en los últimos veinte años, para determinar el estado de la investigación turística en la UE. También se busca determinar los centros de investigación y autores de alta producción internacional. En la actualidad la UE está compuesta por 28 países que totalizan una superficie de 4.479.968 km² con una población total de 516.195.432 (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY). El hecho de recibir 500 millones de turistas (UNWTO, 2017) implica que hay, de media, un turista por cada residente.

2. Revisión de la Literatura

Desde los años cincuenta el crecimiento del mundo académico ha sido exponencial, primero por el desarrollo de los países occidentales (principalmente Europa, Norteamérica, Japón, Australia y Nueva Zelanda) y más recientemente por el desarrollo de las economías emergentes (destacando China). El gran tamaño alcanzado ha obligado a la aparición de análisis que sirvan de referencia a los investigadores (JAMAL, SMITH & WATSON, 2008; MCKERCHER, 2005; RYAN, 2005): “Whitelists” de revistas académicas; bases de datos de publicaciones; catálogos de expertos; rankings de universidades, y un largo etcétera. Todos estos análisis buscan diferenciar entre los que tienen prestigio y resultados, y los que no tienen resultados o son fraudulentos.

La investigación académica en turismo es tardía, en comparación con otros campos, pero su rápido crecimiento en las últimas décadas (PARK et al., 2011; VARGAS, 2011) ha obligado a realizar diversos tipos de análisis bibliométricos. Frecuentemente, la literatura ha buscado determinar cuáles eran las publicaciones académicas más importantes (BALLANTYNE, PACKER & AXELSEN, 2009; CHANG & MCALEER, 2012; FERREIRA, DEFRANCO & RAPPOLE, 1994; FRECHTLING, 2004; HALL, 2011; KIM, SAVAGE, HOWEY & VAN HOOF, 2009; MCKERCHER, LAW & LAM, 2006; PECHLANER, ZEHRER, MATZLER & ABFALTER, 2004; RYAN, 2005; SVENSSON, SVAERI & EINARSEN, 2009; ZHAO & RITCHIE, 2007), y las tres revistas consideradas tradicionalmente como las más relevantes en turismo son *Annals of Tourism Research*, *Journal of Travel Research*, *Tourism Management* (LI & XU, 2015; MCKERCHER et al., 2006; PECHLANER et al., 2004; RYAN, 2005; SHELDON, 1991).

En otros casos se han analizado los autores (JOGARATNAM et al., 2005; LI & XU, 2015; MCKERCHER, 2008; PARK et al., 2011; ZHAO & RITCHIE, 2007) y las universidades (JOGARATNAM et al., 2005; LI & XU, 2015; RYAN, 2005) con mayor producción de artículos. En los años ochenta lideraba en publicaciones University of Hawaii seguida de University of Waterloo en Canadá (SHELDON, 1991), en los noventa el liderazgo es de Texas A&M University seguida por

Hong Kong Polytechnic University (JOGARATNAM et al., 2005) y en el nuevo siglo Hong Kong Polytechnic University lidera a mucha distancia del resto de centros (LI & XU, 2015; SEVERT, TESONE, BOTTORFF & CARPENTER, 2009).

Los resultados de estos estudios son de gran utilidad para los investigadores porque aportan información sobre: las revistas científicas mejor valoradas (BALLANTYNE et al., 2009; CHANG & MCALEER, 2012; HALL, 2011; KIM et al., 2009; LI & XU, 2015; MCKERCHER et al., 2006; PECHLANER et al., 2004; RYAN, 2005; SVENSSON et al., 2009; ZHAO & RITCHIE, 2007); los investigadores más productivos (JOGARATNAM et al., 2005; LI & XU, 2015; MCKERCHER, 2008; PARK et al., 2011; RYAN, 2005; ZHAO & RITCHIE, 2007); los centros líderes en el campo (JOGARATNAM et al., 2005; LI & XU, 2015; RYAN, 2005; SEVERT et al., 2009). Esta información resulta fundamental para las personas que inician una carrera investigadora y necesitan planificar su futuro de la forma más exitosa posible.

Cabe indicar que también es fundamental que la información sobre los centros, autores y revistas este basado en datos objetivos, para evitar que las percepciones subjetivas induzcan a sobreestimar centros, autores y revistas que los datos objetivos muestran secundarios, en decadencia o superados. Un ejemplo son las evoluciones de University of Hawaii y Hong Kong Polytechnic University (JOGARATNAM et al., 2005; LI & XU, 2015; SEVERT et al., 2009).

3. Metodología

Este trabajo es un estudio bibliométrico basado en el análisis de los artículos y revisiones indexadas en Scopus y pertenecientes a una selección de 80 revistas académicas especializadas en turismo, hospitalidad y ocio. Para el periodo 1998-2017 se encontraron 33.150 documentos que cumplían estos requisitos y, de estos documentos, 10.102 (30,5%) tenían algún autor radicado en países de la UE. Dentro de la base de datos analizada se profundizó en los 28 países de la UE, indicando la producción total, la evolución, y los centros y autores que destacan por número de publicaciones.

4. Resultados

Dentro de los países con mayor producción científica (Figura 2) destacan los anglosajones (Estados Unidos, Reino Unido, Australia, Canadá y Nueva Zelanda) y los asiáticos (China, Hong Kong, Taiwán y Corea del Sur). Dentro de la UE, los mejor situados son Reino Unido (2º), España (7º), Italia (12º), Países Bajos (14ª), Portugal (17º), Francia (18º), Suecia (19º) y Grecia (20º). En valor absoluto, Reino Unido (4.358 documentos) y España (1.435 documentos) superan ampliamente al resto. El Reino Unido participa en el 13,15% de la producción mundial, España en el 4,33% y ningún otro país europeo posee más del 2% de la producción mundial (Tabla I).

Dentro de los países analizados se han encontrado 156 centros de investigación con 20 o más publicaciones en el periodo 1998-2017. De estos centros, 6 se encuentran entre los primeros 50 del

mundo (todos ellos en el Reino Unido), 22 entre los 100 primeros del mundo y 41 entre los 150 primeros del mundo (Tabla I). Estos centros más destacados son los líderes de la investigación en turismo, hospitalidad y ocio del continente y son los más interesantes para futuros estudiantes e investigadores.



Figura 2 - Producción mundial (1998-2017).
Fuente: Scopus y elaboración propia.

Al analizar los autores más productivos, 50 publicaron 20 o más artículos y de ellos, 27 se encuentran en centros del Reino Unido (Tabla I). Destacan Thomas Baum (University of Strathclyde) con 58 artículos y Dimitrios Buhalis (Bournemouth University) con 48 artículos, por su elevado nivel de publicación (Tabla II). El principal reto que deben afrontar los centros de investigación es atraer y

retener a los autores altamente productivos, siendo las retribuciones y las condiciones de trabajo un elemento fundamental.

Tabla I - Producción científica, centros y autores destacados.

País	Documentos 1998-2017	Centros				Autores Líderes	Sobre Mundial
		Top 50	Top 100	Top 150	Líderes		
Reino Unido	4.358	6	12	18	61	27	13,15%
España	1.435		3	7	26	1	4,33%
Italia	581		1	1	7	2	1,75%
Países Bajos	537		2	2	10	4	1,62%
Francia	448				4	2	1,35%
Portugal	448		1	3	6	4	1,35%
Suecia	433			3	6	2	1,31%
Grecia	404		1	1	8	1	1,22%
Austria	376		1	2	6	3	1,13%
Alemania	367				2	1	1,11%
Finlandia	281		1	2	4	1	0,85%
Dinamarca	256			1	4	1	0,77%
Irlanda	162				2		0,49%
Croacia	156				3		0,47%
Eslovenia	113			1	2		0,34%
Chipre	108				1		0,33%
Polonia	108						0,33%
Bélgica	100				1		0,30%
Rumania	69				1		0,21%
Hungría	68						0,21%
Eslovaquia	55				1		0,17%
Bulgaria	51				1	1	0,15%
Rep. Checa	48						0,14%
Estonia	17						0,05%
Malta	16						0,05%
Lituania	8						0,02%
Letonia	5						0,02%
Luxemburgo	3						0,01%

Fuente: Scopus y elaboración propia.

Tabla II - Autores más productivos (1998-2017).

Autor	Documentos 1998-2017
Reino Unido	
Aberystwyth University	Garrod, B. 21
Bangor University	Jones, E. 22
Bournemouth University	Buhalis, D. 48

	Ladkin, A.	26
Edinburgh Napier University	Hannam, K.	24
	Leask, A.	20
Global University for Lifelong Learning	Teare, R.	29
Henley Business School	Ekinci, Y.	21
Leeds Beckett University	Font, X.	39
	Thomas, R.	23
Manchester Metropolitan University	Pratten, J.D.	20
Oxford Brookes University	Altinay, L.	40
Sheffield Hallam University	Bramwell, B.	32
Swansea University	Morgan, N.	33
University of Central Lancashire	Sharpley, R.	31
University of Exeter	Coles, T.	31
University of Hertfordshire	Page, S.J.	37
University of Nottingham	McCabe, S.	26
University of Strathclyde	Baum, T.	58
	Butler, R.	34
	Airey, D.	38
University of Surrey	Tribe, J.	36
	Li, G.	25
	Riley, M.	22
	Cohen, S.A.	21
University of Westminster	Peng, N.	20
<i>Sin Adscripción</i>	Pritchard, A.	38
España		
Universitat de les Illes Balears	Alegre, J.	22
Italia		
Università degli Studi di Sassari	Del Chiappa, G.	27
Università Commerciale Luigi Bocconi	Baggio, R.	22
Países Bajos		
NHTV internationaal hoger onderwijs Breda	Isaac, R.K.	21
	Peeters, P.	21
	Nawijn, J.	20
Tilburg University	Richards, G.	24
Francia		
Université de Bretagne Sud	Jacob, C.	21
	Guéguen, N.	20
Portugal		
Universidade do Algarve	Correia, A.	44
Universidade de Lisboa	Barros, C.P.	25
Universidade de Aveiro	Kastenholz, E.	24
IPDT, Institute of Tourism	Costa, J.	20
Suecia		
Linnéuniversitetet	Gössling, S.	38
Göteborgs universitet	Andersson, T.D.	25
Grecia		
Aristotle University of Thessaloniki	Alexandris, K.	21
Austria		
MCI Management Center Innsbruck	Zehrer, A.	39
	Peters, M.	33
MODUL University Vienna	Smeral, E.	27

Alemania		
Katholische Universität Eichstätt-Ingolstadt	Pechlaner, H.	27
Finlandia		
Oulun Yliopisto	Saarinen, J.	21
Dinamarca		
Syddansk Universitet	Hjalager, A.M.	24
Bulgaria		
Varna University of Management	Ivanov, S.	25

Fuente: Scopus y elaboración propia.

4.1- Evolución de los países de la UE

La UE pasó de 197 documentos en 1998 a 1.122 en 2017, pero el porcentaje que representa sobre la producción mundial no ha variado demasiado, siendo aproximadamente el 30% a lo largo de los 20 años analizados. Por tanto, la Unión Europea ni gana ni pierde peso en el contexto mundial, a diferencia de las economías emergentes que sí ganan importancia en detrimento de los países anglosajones. Pero dentro de la UE hay dinámicas distintas según de que país se trate, aunque en mayor o menor medida casi todos están aumentando su producción científica en el campo del turismo.

Los dos países con mayor producción científica son el Reino Unido y España. Reino Unido ha duplicado su producción científica pero ya tenía elevados niveles de publicación en los años noventa. España ha tenido una mejora muy importante en los últimos cinco años y, aunque aún no lo ha conseguido, se está acercando a los niveles de Reino Unido (Figura 3).

El Reino Unido genera el 43,1% de las publicaciones de la UE, tiene 61 centros con más de 20 publicaciones (Tabla I), siendo University of Surrey el centro más productivo de la UE, y 27 autores con un elevado nivel de publicaciones (Tabla II). El peso del turismo internacional en el Reino Unido es bajo (Figura 1) pero las características adoptadas por la investigación científica desde finales de la Segunda Guerra Mundial le han beneficiado (publicaciones en inglés e importantes inversiones). Aun así, la salida del Reino Unido de la UE puede tener efectos negativos debido a la gran cantidad de fondos e investigadores que recibe del resto de la Unión y que se verá dificultada o eliminada al abandonar la UE.

España recibe elevados volúmenes de turistas internacionales desde hace décadas pero, debido al tamaño del país, la presión turística no es de las más elevadas de la UE (Figura 1). El turismo es un sector muy importante desde los años cincuenta y, desde los noventa, se ha potenciado la formación universitaria y la investigación en turismo. En los últimos 20 años, España ha generado el 14,2% de las publicaciones académicas de la UE y tiene 26 centros con más de 20 publicaciones (Tabla I), pero sólo un investigador con más de 20 publicaciones (Tabla II). Ello indica que la investigación en turismo está muy dispersa entre muchos investigadores.

Entre los países del Mediterráneo que son miembros de la UE desde los años ochenta hay situaciones dispares. España es el que tiene la mayor producción científica, especialmente en los

últimos cuatro años, y los otros cuatro países tienen producciones totales similares pero evoluciones distintas. Francia e Italia poseen evoluciones positivas pero sus cifras aún no se corresponden al tamaño, riqueza e importancia del turismo en esos países. Grecia era un país destacado en el campo del turismo pero, tras la crisis de 2008, su producción científica se ha estancado. Por el contrario, Portugal muestra la evolución más explosiva, especialmente en la última década. Entre los centros más destacados están Universidade do Algarve (Portugal), Universidad del Egeo (Grecia) y Libera Università di Bolzano (Italia).

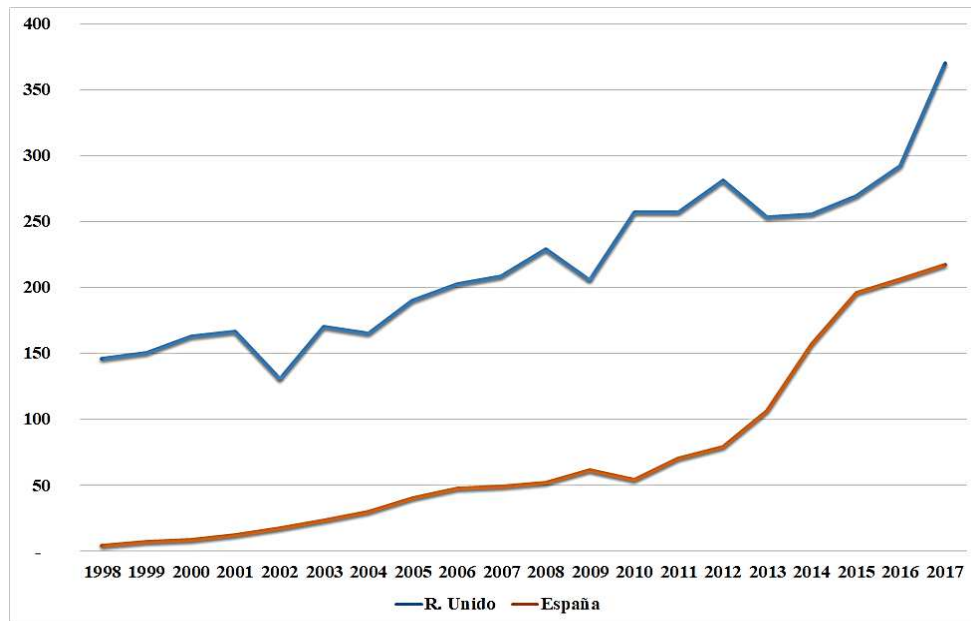


Figura 3 - Evolución de las publicaciones en Reino Unido y España.
Fuente: Scopus y elaboración propia.

Los países del Mediterráneo oriental incorporados más recientemente a la UE (Chipre, Croacia y Eslovenia) son pequeños y con producciones modestas pero con una evolución positiva, salvo Chipre que tiene cierto estancamiento en los últimos años. Estos países tienen un importante desarrollo turístico (Figura 1) y realizan un gran esfuerzo en investigación, con centros que concentran gran parte de la investigación en turismo. Son los países del este de Europa que mayor esfuerzo realizan en este campo.

Alemania y Austria tienen similitudes culturales pero son puntos contrapuestos en el campo de la investigación en turismo. La producción científica de ambos países evoluciona en paralelo y con cifras similares, incluso Austria supera ligeramente a Alemania en el total de documentos (Tabla I) a pesar de tener sólo una décima parte de su población. Alemania tiene relativamente poco turismo internacional (Figura 1) y la investigación en ese campo es escasa y dispersa en múltiples centros. El turismo no es uno de los sectores prioritarios para Alemania y, actualmente, no tiene ningún centro entre los 150 primeros del mundo (Tabla I). Austria posee una presión turística mucho más elevada (Figura 1) y, al ser un país mucho más pequeño, tiene concentrada la investigación científica en

centros de Viena e Innsbruck. Austria es un país con una presencia importante de la actividad turística y con una gran implicación en la investigación científica.

Los países del Norte de Europa (Dinamarca, Finlandia y Suecia) tienen crecimientos lentos pero bastante constantes. Se trata de países que dedican importantes cantidades a la investigación y desarrollo, y ello tiene efecto en todos los campos de las ciencias. Cabe indicar que Noruega, que no forma parte de la UE, tiene una producción total superior a la de los otros tres países (Figura 2). Al tratarse de países pequeños, pero con significativos volúmenes de publicaciones, la investigación está bastante concentrada y hay bastantes centros con producciones elevadas: seis centros en Suecia y cuatro en Finlandia y Dinamarca. Además, los tres países tienen centros entre los 150 primeros del mundo, aunque no están posicionados muy arriba en el ranking mundial (Tabla I).

En el ámbito atlántico, además del Reino Unido, es muy importante la producción científica de Países Bajos. Países Bajos es el cuarto país del continente en publicaciones, por detrás de Italia y por delante de países como Francia y Alemania, y posee 10 centros (Tabla I) y cuatro autores (Tabla II) con más de 20 publicaciones en los últimos 20 años. De los 10 centros de investigación, dos se encuentran entre los 100 primeros del mundo, destacando NHTV internationaal hoger onderwijs Breda (puesto 61). En el campo del turismo y el ocio, el crecimiento de las publicaciones en los últimos diez años ha sido muy importante. En general, Países Bajos es un país muy competitivo en múltiples campos de investigación y ello también tiene su reflejo en turismo y ocio, a pesar de que no es uno de los países con más peso del turismo en su actividad económica (Figura 1).

Bélgica e Irlanda poseen una producción científica baja y más o menos estable, con pocos centros que destaquen y sin ningún autor con altos niveles de publicaciones (Tabla I). Tampoco son de los países con mayor desarrollo turístico (Figura 1) y, por el momento, no parece que forme parte de sus prioridades en investigación. En el caso de Irlanda, el idioma de publicación no resulta un reto, debido a que es mayoritario el uso del inglés. En Bélgica el único centro que destaca es KU Leuven, que es el centro más antiguo del país y está situado en la parte flamenca.

La mayoría de los países del este (R. Checa, Bulgaria, Eslovaquia, Hungría, Polonia, Rumania) tienen volúmenes de publicaciones pequeños. Ello implica que aún son muy escasos los centros con un volumen de publicaciones significativo (Tabla I) y ninguno está entre los 100 primeros del mundo. Estos países tienen un volumen de turistas medio o bajo (Figura 1), sin demasiada tradición en el turismo internacional, y rentas bajas. Unos bajos niveles de riqueza dificultan la generación de publicaciones de impacto internacional y obliga a priorizar inversiones. Al no ser grandes destinos turísticos, más allá de algunas ciudades como Praga, no es un sector prioritario. La evolución de los últimos cinco años hace pensar que esta situación cambiará en la próxima década y estos países se acercaran a los niveles de Europa Occidental. Portugal, Croacia y Eslovenia son posibles modelos a seguir para estos países.

Finalmente, hay cinco países con menos de 20 artículos en el periodo 1998-2017, siendo difícil un análisis detallado. Estos países son las repúblicas bálticas (Estonia, Letonia y Lituania) y los dos estados más pequeños de la UE (Luxemburgo y Malta). En el primer caso el pequeño tamaño y los

bajos niveles de renta explican sus bajas cifras. En el segundo caso, el pequeño tamaño es la principal limitación. Hasta el momento, ninguno de estos países ha generado más de cuatro artículos en un mismo año pero es posible que aumente el número de publicaciones en el futuro, dada la tendencia mundial y europea.

4.2- Comparativa de los países de la UE

Si no se tienen en cuenta las diferencias entre países (Figura 4), los más importantes son Reino Unido y España, seguidos por Italia y Países Bajos. Pero los países que conforman la UE tienen importantes diferencias en superficie, población, desarrollo turístico y renta, debiendo relativizar la producción científica. El PIB total de un país en Paridad de Poder de Compra puede ser un buen indicador del tamaño y riqueza. Al relativizar la producción científica (Figura 5), Chipre es el país que obtiene mejores resultados, seguido de Reino Unido, Eslovenia y Croacia. Por el contrario, los países que conforman el centro geográfico de la UE (Francia, Bélgica, Alemania, Polonia, etc.) tienen los niveles más bajos de producción científica en turismo.

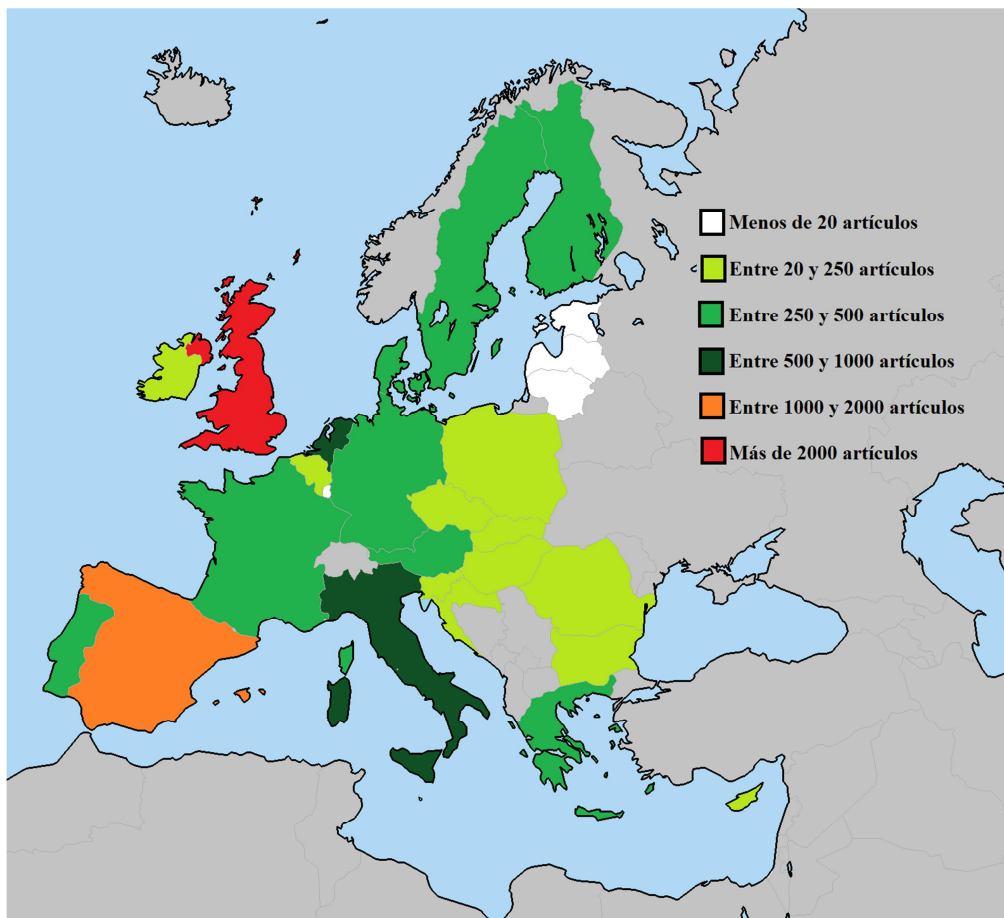


Figura 4 - Producción total (1998-2017).
Fuente: Scopus y elaboración propia.

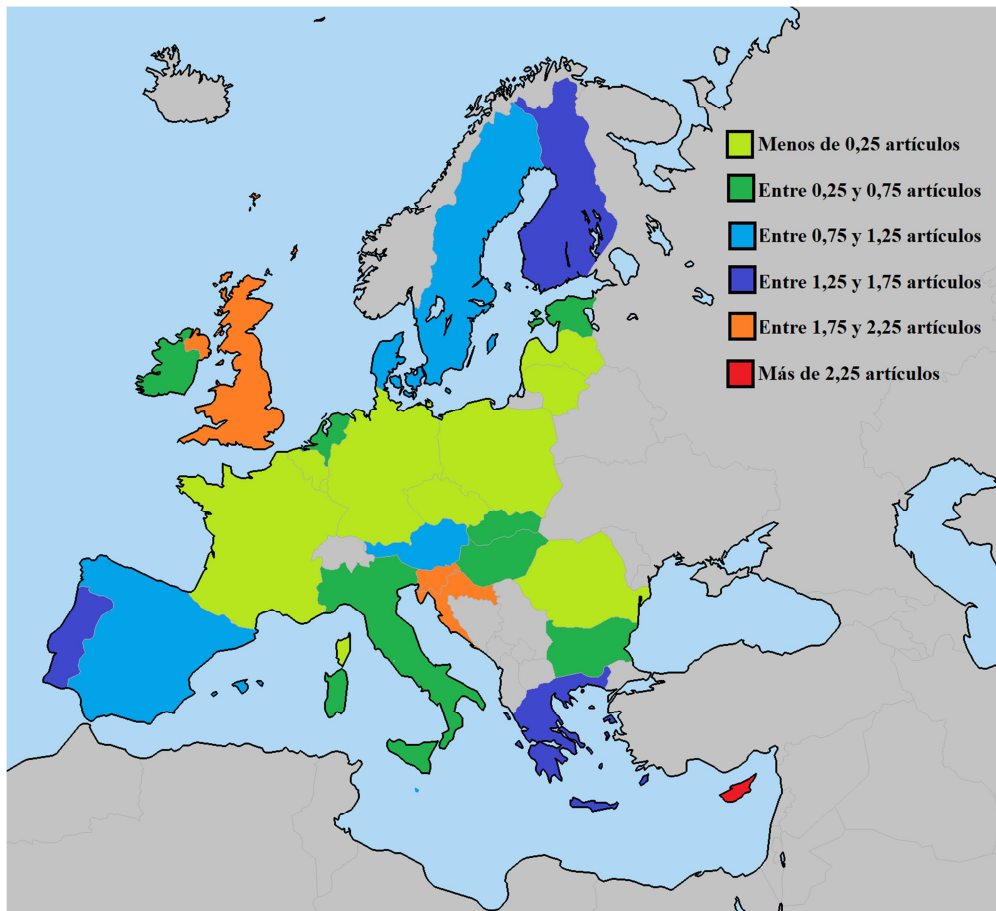


Figura 5 - Producción relativa (1998-2017) comparado con PIB 2017 (1.000 mill. €).
Fuente: Central Intelligence Agency, UNWTO (2017), Scopus y elaboración propia.

5. Conclusiones

Al tener en cuenta el tamaño del país y su riqueza (medida con el PIB), destacan dos tipos de países por su producción científica: los países del Mediterráneo, excepto Italia y Francia; y un grupo de países con alta implicación en investigación (Reino Unido, Finlandia, Dinamarca, Suecia y Austria). Entre los países con una producción baja hay dos grupos: diversos países centrales con poca especialización en turismo (Luxemburgo, Alemania, Francia, Bélgica e Italia); y los países del este (Lituania, Polonia, Letonia, Republica Checa, Rumanía, Hungría, etc.).

Los países del este poseen niveles de riqueza inferiores al resto y eso dificulta la generación de publicaciones en revistas de alto impacto, más aún en sectores con poca tradición como sector económico, como es el caso del turismo. En este contexto hay que destacar el esfuerzo de Croacia y Eslovenia, especialmente el de algunas de sus universidades. En Europa occidental hay que mencionar el caso de Portugal, ya que ha conseguido mejorar significativamente su producción científica durante la última década, a pesar de la situación económica del país. Ello se ha debido al esfuerzo de los investigadores portugueses por captar fondos europeos que suplan la falta de

financiación nacional. La situación contraria a la de Portugal es la de Grecia, al vivir un estancamiento en la última década que le ha hecho perder peso internacional en el campo del turismo.

Aunque la producción científica de la UE ha aumentado, gracias a que cada vez más centros y países realizan investigación en este campo, sólo representó el 33,7% del total mundial en 2016, no mucho más del 29,9% de 1998. Ello es debido al rápido crecimiento de las publicaciones sobre turismo en el mundo, principalmente en las economías emergentes. Aun así es una evolución mejor que la de los países anglosajones, que han crecido menos que el total mundial y pierden peso relativo. Ese 33,7% mundial de 2016 es inferior al volumen de turistas internacionales recibidos ese año (40,5%). Ello indica que la investigación académica europea aún no se encuentra al nivel de su sector económico.

La salida de Reino Unido puede mermar significativamente los resultados de la UE y del propio Reino Unido. El Reino Unido ha participado en el 43,1% de las publicaciones en turismo de la UE, muchas de ellas colaboraciones entre investigadores británicos y de otros países europeos. Sin el Reino Unido, las publicaciones totales de la UE se verán reducidas significativamente, pero se mantendrán colaboraciones y parte de la actividad científica del Reino Unido se trasladará a centros del continente.

Aunque hay importantes crecimientos en los volúmenes de publicaciones, diversos países cuentan con cifras muy bajas debido a que este tipo de publicaciones tienen dificultades que perjudican a los países más pequeños y pobres:

- El acceso a la bibliografía internacional es de pago en la mayoría de casos. El coste del acceso a estas publicaciones es muy elevado, incluso para los centros punteros de los países más ricos, y prohibitivo para los países pobres. Para contrarrestar esta barrera se han creado acumuladores online. Se trata de un caso de "piratería" que busca superar la barrera de los elevados costes de acceso a las publicaciones de las grandes editoriales.
- La redacción de los trabajos académicos implica dificultades, no sólo por el aprendizaje de los estilos típicos en los trabajos académicos. El predominio del inglés en las revistas académicas internacionales deja en desventaja a los autores no anglosajones, ya que deben exponer cuestiones complejas en un idioma que no es el suyo. Ello implica costes en aprendizaje del inglés, y en traducción y revisión de textos. También es motivo de muchas de las colaboraciones con investigadores anglosajones.

Finalmente, cabe indicar que la investigación en turismo es muy reciente y vive una expansión exponencial que hace que en cinco o diez años la situación internacional cambie significativamente. Los análisis bibliométricos deben realizarse periódicamente y para todos los países con la finalidad de detectar cambios de tendencia o nuevos centros y autores con potencial internacional.

La principal limitación de este trabajo está en que no se han ponderado las diversas publicaciones tomadas en consideración y no se han tenido en cuenta otras revistas especializadas de menor relevancia. Otra limitación es el funcionamiento del buscador de la base Scopus, ya que muestra algunas imperfecciones que hacen difícil repetir los mismos resultados con total exactitud.

6. Bibliografía

- BALLANTYNE, R., PACKER, J., & AXELSEN, M. (2009). Trends in tourism research. *Annals of Tourism Research*, 36(1), 149-152.
- CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). *The World Factbook*. Washington, D.C.: Central Intelligence Agency. Disponible en: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/> [acceso el 15 de marzo de 2018]
- CHANG, C. L., & MCALEER, M. (2012). Citations and impact of ISI tourism and hospitality journals. *Tourism Management Perspectives*, 1, 2-8.
- FERREIRA, R. R., DEFRANCO, A. L., & RAPPOLE, C. L. (1994). Rating the hospitality journals. *International Journal of Hospitality Management*, 13(3), 209-218.
- FRECHTLING, D. C. (2004). Assessment of tourism/hospitality journals' role in knowledge transfer: an exploratory study. *Journal of Travel Research*, 43(2), 100-107.
- HALL, C. M. (2011). Publish and perish? Bibliometric analysis, journal ranking and the assessment of research quality in tourism. *Tourism Management*, 32(1), 16-27.
- JAMAL, T., SMITH, B., & WATSON, E. (2008). Ranking, rating and scoring of tourism journals: Interdisciplinary challenges and innovations. *Tourism Management*, 29(1), 66-78.
- JOGARATNAM, G., CHON, K., MCCLEARY, K., MENA, M., & YOO, J. (2005). An analysis of institutional contributors to three major academic tourism journals: 1992–2001. *Tourism Management*, 26(5), 641-648.
- KIM, Y., SAVAGE, K. S., HOWEY, R. M., & VAN HOOFF, H. B. (2009). Academic foundations for hospitality and tourism research: a reexamination of citations. *Tourism Management*, 30(5), 752-758.
- LI, J., & XU, Y. (2015). Author analyses of tourism research in the past thirty years-Based on ATR, JTR and TM. *Tourism Management Perspectives*, 13, 1-6.
- MCKERCHER, B. (2005). A case for ranking tourism journals. *Tourism Management*, 26(5), 649-651.
- MCKERCHER, B. (2008). A citation analysis of tourism scholars. *Tourism Management*, 29(6), 1226-1232.
- MCKERCHER, B., LAW, R., & LAM, T. (2006). Rating tourism and hospitality journals. *Tourism Management*, 27(6), 1235-1252.
- PARK, K., PHILLIPS, W. J., CANTER, D. D., & ABBOTT, J. (2011). Hospitality and tourism research rankings by author, university, and country using six major journals: The first decade of the new millennium. *Journal of Hospitality & Tourism Research*, 35(3), 381-416.
- PECHLANER, H., ZEHRER, A., MATZLER, K., & ABFALTER, D. (2004). A ranking of international tourism and hospitality journals. *Journal of Travel Research*, 42(4), 328-332.
- RAMÓN, J. (2017). Reflexiones sobre el turismo en el ámbito académico español. *REDMARKA: Revista Digital de Marketing Aplicado*, 18(1), 83-121.
- RYAN, C. (2005). The ranking and rating of academics and journals in tourism research. *Tourism Management*, 26(5), 657-662.
- SCOPUS. Disponible en: <https://www.scopus.com/> [acceso el 10 de febrero de 2018]
- SEVERT, D. E., TESONE, D. V., BOTTORFF, T. J., & CARPENTER, M. L. (2009). A world ranking of the top 100 hospitality and tourism programs. *Journal of Hospitality & Tourism Research*, 33(4), 451-470.
- SHELDON, P. J. (1991). An authorship analysis of tourism research. *Annals of Tourism Research*, 18(3), 473-484.

SVENSSON, G., SVAERI, S., & EINARSEN, K. (2009). "Empirical characteristics" of scholarly journals in hospitality and tourism research: an assessment. *International Journal of Hospitality Management*, 28(3), 479-483.

UNWTO (2017). *Panorama OMT del turismo internacional: Edición 2017*. Madrid: UNWTO.

VARGAS, A. (2011). ¿Los principales destinos son también las principales potencias en la investigación en turismo? *Estudios Turísticos*, 188, 91-111.

ZHAO, W., & RITCHIE, J. R. B. (2007). An investigation of academic leadership in tourism research: 1985-2004. *Tourism Management*, 28(2), 476-490.

RELIGIOUS TOURISM AND RELIGIOUS TOURISM RESOURCES

Slavi DIMITROV

Faculty of Economics, University of Veliko Tarnovo

s.dimitrov@uni-vt.bg

Abstract

Regularly motivated trips are as old as religion itself, and therefore religious tourism is the oldest type of tourism that has been in existence since ancient times. Religious tourism is a type of specialized tourism that satisfies religious and spiritual needs as well as related art, cultural and historical and other values. Religious tourism is highly developed in many countries. These countries have a rich base of religious monuments, monasteries, temples. Bulgaria also has numerous religious tourism resources, which is a prerequisite for the development of this kind of tourism. Some of the sites are under the auspices of UNESCO. These are the Rila Monastery, the Boyana Church and the Ivanovo Rock Monasteries.

Keywords: Religious tourism, tourist resources, cultural and historical heritage.

Resumo

Viagens regularmente motivadas são tão antigas quanto a própria religião e, portanto, o turismo religioso é o tipo de turismo mais antigo que existe desde a antiguidade. O turismo religioso é um tipo de turismo especializado, que satisfaz necessidades religiosas e espirituais, assim como arte relacionada, valores culturais e históricos e outros valores. Em muitos países, incluindo a Bulgária, o turismo religioso é altamente desenvolvido. Estes países têm uma rica base de monumentos religiosos, mosteiros, templos que designamos como recursos turísticos religiosos. A Bulgária também possui numerosos recursos turísticos religiosos, o que é um pré-requisito para o desenvolvimento deste tipo de turismo. Alguns dos sites estão sob os auspícios da UNESCO. Estes são o Mosteiro de Rila, a Igreja Boyana e os Mosteiros Rock Ivanovo.

Palavras-chave: Turismo religioso, recursos turísticos, patrimônio cultural e histórico.

1. Introduction

Regularly motivated trips are as old as religion itself, and therefore religious tourism is the oldest type of tourism that has been in existence since ancient times. Religious tourism is a modern (specialized) type of tourism. It is often intertwined, more or less, with other types of tourism. The strongest combination with cultural tourism (due to the nature of the objects who are visiting) is often determined as part of it. Its development requires religious tourism resources that are the subject of research in the present work.

2. Definition of Religious Tourism

At the core of the essential characteristic of religious tourism is, as a rule, the meaning of the term “religion”, and hence the definition of “religious”. From the point of view of its more precise interpretation, it is necessary to compare it with other similar concepts, such as “cult”. The cult is interpreted as: “religious tribute, prayer, spells, external actions, etc.; serving a deity; adoration, exalted honor, adoration “or even as” a poem, an idol, a god, a deity, a fetish, a worship, worship, exaltation, raise, worship”.

The term “religion” has a broader meaning as “a form of public consciousness, a set of systems of views, attitudes and customs based on belief in supernatural powers, as well as a set of moral norms, practices, values, institutions and rituals accompanying this system”. It is also defined as “an ideology, a distinctive feature of which is belief in supernatural, in gods, spirits, etc. or “religion, faith, belief, creed, dogma”.

The term “religious tourism” combines the meaning of religion (cult) with tourism (tourist travel) and is most directly related to the needs and motives that the latter satisfies. It follows that clarifying the essence of religious tourism is appropriate starting from its motivational basics. An overview of some of its definitions confirms this conclusion (NESHKOV, 2008).

In his *Travel, Tourism, and Hospitality Dictionary*, S. Medlik defines religious tourism in a narrow sense as “trips and visits for the purpose of religious experiences, such as pilgrimage to Jerusalem, Lourdes or Mecca”, but in the broad sense „travel and visits motivated by religious heritage such as churches and cathedrals” (MEDLIK, 1996).

In the English language version of the free Wikipedia encyclopedia, religious tourism is defined as “a form of tourism where believing people travel individually or in groups for worship, mission or entertainment”.

In German, religious tourism is most often mentioned to as “spiritual tourism” (Spiritual Tourism). Art History Specialist Karin Berkemann defines spiritual tourism as a “spiritual and physical journey undertaken by people seeking knowledge of the transcendental, the meaning of life and values”.

The Catholic theologian Herbert Poensgen understands spiritual tourism as “that form of travel, rest and unloading, which is fueled by longing for spiritual values, healing, holism (socialization), and by the drive to the supernatural”.

Marketing psychologist Christoph B. Melchers defines spiritual tourism in the widest sense as “establishing intimacy with the peculiarity”, which can range from “a family image before the statue of a certain personality to a perception of the meaning of life” (MARINOV, 2011).

In the presentation of Eugenio Yunis, representative and spokesperson of the World Tourism Organization (WTO) at the International Conference on Religious Tourism (ICORET) in Nicosia, Cyprus in October 2006, religious tourism is defined in two substantive aspects: 1) Traveling pilgrims (pilgrims) and holy places, motivated by piety, spiritual fulfillment or pilgrimage; 2) Type of tourism in religious sites or places (as a variety of the cultural). Here, the narrow meaning of this concept is clearly distinguished.

In the previously published electronic material of the First International Tradeshow & Convention for the Religious Travel Industry in Orlando, Florida, at the end of October 2008, this type of tourism is categorically defined as "... the world's tourism market... and an important part of the tourism industry". In a meaningful aspect, the definition includes: "travel to destinations with religious sites and places; traveling with spiritual... (NESHKOV, 2008)".

T. Hristov defines religious tourism as "types of activities related to the provision of services and the satisfaction of the needs of tourists traveling to holy places and religious centers beyond their usual environment" (HRISTOV, 2003).

Sometimes trips to religious sites are extremely long and bear all the signs of the tourist trip. Boris Vukonich gives the following definition: these are forms of tourist travel that arose as a result of the religious motivation of man (VUKONIC, 1996).

Most authors view pilgrimage tourism as a variety of religious tourism. O. Halyva (HALYVA, 2015) notes that in religious tourism many modern scholars like A. Babkin, M. Birjakov and others mention two main varieties: pilgrimage tourism and religious tourism with an excursion-cognitive orientation.

A little more broadly, he views the pilgrim tourism M. Vinokurov (VINOKUROV, 2004). In his view, pilgrimage tourism aims to visit holy places, centers, church monuments and relics. The given type of tourism implies trips for important religious ceremonies, cognitive tours for religious monuments, the history and culture of different religions, as well as scientific trips of specialists related to religious matters. This definition allows participation in pilgrimage tourism not only of believing people.

Under religious tourism, A. Babkin (BABKIN, 2008) understands the types of activities related to providing services and meeting the needs of tourists heading to holy places and religious centers beyond the usual environment. Pilgrim tourism, as defined by this author, is - a set of trips of representatives of various professions with pilgrimage purposes. Pilgrimage means the aspiration of believing people to worship in the holy places.

There is another point of view. Thus, K. Mazin considers it unacceptable to identify the terms "tourist" and "pilgrim", respectively, the terms "tourism" and "pilgrimage". Against the attribution of pilgrimage to tourism are joining by representatives of different religions.

Agreeing with K. Mazin's view of the need to allow legislative and tax preferences for religious pilgrims, it should be noted that religious pilgrimage is also the subject of research and, accordingly, is in the sphere of scientific interest (MAZIN, 2009).

Dash Ushakov's Talking Dictionary (enc-dic.com), in most cases, is defined as the journey of pilgrims to the holy places. According to D. Ushakov and S. Ozegov, the concept of "pilgrimage" has another meaning. In particular, it means a trip, walking somewhere for the purpose of acquaintance with all sights, as well as celebrity faces. Therefore, in such understanding, such trips may not be related to religious purposes.

The Sociological Dictionary notes that along with religious pilgrimage in modern society, growth and secular pilgrimage (for example, in Disneyland or Elvis Presley's mound in Memphis, Tennessee), is noted. This feature of modern tourism industry brings within itself traits of traditional pilgrimage.

According to B. Kolev (KOLEV, 2015), pilgrimage or cult (religious tourism) can also be considered a variety of cultural and historical tourism, as its objects are very important components of the cultural and historical heritage. Cult tourism is a type of specialized tourism, including exploring, perceiving and worshipping historical values created in past historical epochs - tangible objects, temples of different kinds, lit tombs, routes, etc. Pilgrim tourism means a pilgrimage journey with a distinctly religious purpose.

A very pragmatic and comprehensive content is the definition of religious tourism by the World Religious Travel Association. According to the association, "today the religious journey and the corresponding hospitality are defined by:

- travel to religious destinations;
- travel to religious events (events);
- a mission with a mission or humanitarian purpose;
- a non-commercial trip".

St. Marinov (MARINOV, 2011) offers two brief definitions of a religious tourist and religious tourism.

A religious tourist is a person traveling and temporarily away from their usual environment to visit religious sites, sites, and events.

Religious tourism is a set of activities to meet the needs of religious travelers.

Religious tourism as a specialized species can be defined as a tourist journey motivated by the satisfaction of religious needs through the consumption of religious values (DICHEV, 2008).

According to Encho Kostov (KOSTOV, 2000), a tourist traveling with a religious purpose is a person who leaves his permanent residence for a period of no more than half a year to visit holy places or religious centers. Religious tourism is a specialized tourist trip motivated partly or entirely by religious needs, satisfied by participation in religious attractions.

We could define two distinct aspects of religious tourism:

- 1) Religious pilgrimage tourism, provoked by purely religious purposes, to explore God and himself;
- 2) Religious cultural-cognitive tourism, initiated by more general objectives related to the study of natural and cultural-historical sites related to individual religions.

Unlike all other segments of the tourist market, the main motive for religious tourism is faith. Based on the analysis of literary sources, basic research and contemporary trends in tourism development, we can synthesize a generic definition of religious tourism. Religious tourism is a specialized type of tourism where people travel individually or in groups to religious destinations beyond the limits of their usual environment for the purpose of consuming religious values in one form or another.

3. Religious tourism resources

The product of religious tourism includes countless many religious attractions that can be grouped in the following directions:

- (a) holy places and religious centers serving the purpose of religiously motivated pilgrimage visits;
- b) religious buildings and monuments that have both historical and architectural and artistic value;
- c) religious events and celebrations (festivals, processions, rituals, offices, etc.);
- d) cult objects, souvenirs, sound recorders, books and others with religious themes (KOSTOV, 2001).

The American scholar Mary Nolan (NOLAN, 1992) makes the classification of religious tourist attractions in three groups:

Sanctuaries. These are temples or places where people are believed to have worked or have appeared to be important religious characters. The most numerous are those devoted to Sts. Virgin Mary, just over 2000 in Italy, Jesus Christ and others. Sacred relics and parts of clothing, relics, objects, miraculous icons are kept in some, and legends and real events enhance their attractiveness. Although there is not enough convincing scientific evidence, a number of them, like Lourdes, are curing many pilgrims with severe disabilities and illnesses.

Religious sites with complex motives to visit. They have not only a religious but also an architectural, historical, cultural-cognitive value. This group includes monasteries, most of the ancient churches, baptisteries and many of the chapels. Their dissemination is ubiquitous, and this determines their secondary, complementary role in the tourist journey.

Religious festivals and anniversaries. They are opposed to two needs: the religious one, requiring silence, privacy for the true ritual, and the tourist, with the mass presence of thousands of noisy groups. That is why they move away from the sanctuaries, they are held more in objects with valuable masterpieces of art or with particular historical fate and events. Their mass is strengthened if worship is done in the presence of a senior hierarchical officer, and especially the head of the religion (Pope John Paul II for the Catholic world, for example).

Religious sites and centers

Europe's continent is characterized by the densest network of buildings and places of pilgrimage and religious tourism. Their total number is difficult to determine, but it is enough to see the WHL, which includes 31 churches as a single object - in Tourne, Belgium; Boyana and in the village of Ivanovo in Bulgaria; Episcopal in Porec, Croatia; and in Sibenik, in the province of Trodos, Cyprus; in Green people, Sedlec Olomouc Czech Republic, etc. Not only national but also world-famous have: the cathedral in Assisi; the French in Chartres, Amiens; Cologne in Germany; Canterbury in the UK; the monasteries on the rock giants - Meteora in Greece, the Jerónimos in Lisbon, the Romanian in Horezu and a number of others. The specific value is: the pilgrimage path of St. Jacob in France; the respective church in Santiago de Compostela, Spain, and the path of pilgrims beside her.

Most are the religious sites in Italy and Spain, which is explained by their great religiosity and the specific role of the Vatican. The main Italian centers of pilgrimage are: Loreto - 4.0 million, Assisi - 4 million, Rome with Vatican - 7 million, Padua - 4.6 million, Siena, Neutno to Rome, and their total number is 450, of which 112 are of international importance. By age, the XIX and XX centuries prevail with 91 centers; from the Baroque period (1600-1800) -163 centers; and the Gothic (XII - XV century) -

84 centers. For France, the same ranking is held by Parisian Virgin Mary - 8 million people, Lourdes - 5 million people, "Saint Bogorodica from Furviere" in Lyon - also 5 million people, in Marseilles - 1.5 million people, the Ljasio pilgrimage center - 1.2 million people. It is interesting that 717 trains travel to Lourde, a city with 17,000 inhabitants, its airport accommodates 530 thousand passengers (for comparison - Varna has 520 thousand passengers) and the accommodation base in hotels, catholic boarding houses and others reaches 36 thousands of beds, that is, 2.1 beds per inhabitant. In Poland, more than 4 million pilgrims visit the churches and monasteries of Yasna Gura Hill near Czestochowa, and the other larger pilgrimage centers are Lichén, Gura Sveta Anna, Piskara Słonski and others.

The specific religious significance of the most famous and tourist most attractive pilgrimage centers is expressed in:

Austria. The established center of pilgrimage is Mariahilf, located in the Eastern Alps, between Graz and Vienna. It is situated at 862 m which is why it is also visited as a winter resort. Its main church dates from the 11th century.

Bosnia and Herzegovina. In 1981, a group of six children from Intergroup reported the appearance of the Virgin Mary, specifically in the village of Biaakovichi on June 24th. On the third day here come 1000 people and the fifth - 15 000. Now the number of pilgrims exceeds 1.2 million people. The appearance continues, and the worshipers seek religious mercy in the church "St. Jacob" in the city (MARKOV, 2015).

Greece. Sveta Gora. Monasteries of Mount Athos. The first settler monks came to Mount Athos in the 5th century, but a more settled settlement began in the 7th century. In the short period (963-1050) 150 monasteries were built in Mount Athos. Of 190 monasteries and over 12,000 monks, there are now 20 monasteries on Mount Athos, about 600 cells with just over 3,800 monks. Of the monasteries Bulgarian is only "Zograph", Serbian is "Hilendar", Russian – „St. Pantaleimon". The remaining 17 are Greek (ALEXIEVA, 2007).

Great Britain. Westminster Abbey has the highest number of pilgrims (3.25 million people). Since 1066, all English kings have been crowned and buried here. The Coronation Corridor and the Royal Chapel are on display. Includes: octagonal Gothic cathedral of the 13th century, abbey museum, tombs of the most important British figures - Newton, Darwin, Dickens, Churchill, etc. Located on the north bank of the Thames near Buckingham Palace and „Trafalgar Square".

Germany. In southern Bavaria, a hundred kilometers east of Munich, is Altoying, the leading pilgrimage center of the whole country. The first worship was in 1483 in the Gannen Chapel. Against him there is the church „St. Philip and Jacob" with its renowned treasure from 1400 and the magnificent panorama of 1902 – „The Crucifixion of Christ", with an area of 1200 m² (MARKOV, 2015). The tourist flow between Germany and Austria and the Netherlands and Germany is most powerful, due to their territorial proximity and the lack of a language barrier (LEVKOV, 2015b).

Spain. The most important is the pilgrimage path of St. Jacob coming from France, through Burgos and Leon, to Santiago de Compostela. There is also a coastal route along the Bay of Biscay (DIMITROVA, 2015). It passes through many monasteries, churches and inns, with a total length of 800 km. In the city itself, some of the pilgrims (up to 7-8 thousand people) come on foot, bicycle or horse, as in the Middle Ages. The pilgrimage ends in the majestic cathedral where the tomb of the

saint is the protector of all of Spain. Approximately 3 million people visit each year. More than one and a half million of them are pilgrims in the largest church-monastery complex Montserrat, 30 km west of Barcelona. It was built in the 11th century and its last restoration was from the 19th century. The surrounding landscape is extremely beautiful, with huge rock figures like fortress towers (MARKOV, 2015).

Italy. The Vatican is located in the western part of Rome. It is a papal sovereign city state, the residence of the Roman pope. The architectural complex of the Vatican includes cult, palace and fortress buildings. The Vatican is the largest Catholic cathedral in the world “St. Peter” (VELIKOV, 2009) and one of the main sacred places of Catholicism¹. In Padua there is the Basilica of St. Antony of 1231 and the nearby Healing Baths of Evgenia, with the sanctuary of St. Virgin Mary. Near the eastern coast is the town of Loreto, which is the “holy house” of the Virgin of Nazareth. According to legends, it was carried here on the wings of angels, and more credibly aboard a crusader ship. The other important pilgrimage center, Assisi, is located north of Rome, with a basilica and monastery dating back to the 13th century dedicated to the patron saint of all of Italy St. Francis. Each year, on January 1, the official symphonic concert shown by televisions is shown to 300 million viewers.

Poland. Apart from the mentioned churches and monasteries devoted to Sts. Virgin Mary in Czestochowa, a large pilgrimage stream (of over 1 million people) is headed to Liechen. In August, more than 300,000 people come to Czestochowa to worship the miraculous icon of St. Virgin Mary. Many of them hope through prayers to receive healing. Large processions and liturgies are organized in front of 500,000 people (MARKOV, 2015).

Portugal. Fátima is a place of worship similar to Lourdes, which is also visited by patients in the hope of being healed². In 1919 a chapel was built in the holy place, which in 1922 was destroyed by an explosion in an attack. In 1928 the bishop of the city of Leiria laid the foundation stone of a church and sanctuary, completed in 1930, the large building was in the neoclassic style. Here are the tombs of the two shepherds Francisco e Jacinta Marto. The third shepherd Lúcia dos Santos died in 2005 in Coimbra at the age of 98.

John Paul II himself has visited Fátima 3 times. There, on 13 May 2000, he declared Jacinta and Francisco Marto as blissful. Every year, from May 13 to late October, pilgrims from the entire

¹ According to Catholic tradition, the church is buried in the church. Peter, one of the twelve apostles of Jesus Christ, considered by the Catholics to be the first bishop of Rome and the first in the list of Roman pope. The Christian church has also existed since the IV century, and the construction of the modern building began on 18 April 1506 and was completed on 18 November 1626.

² According to the legend of May 13, 1917, Virgin Mary appears to the three children of a local shepherd, Lúcia dos Santos, Jacinta Marto and Francisco, in the middle of the field. She tells them they have to go back to this place on the 13th of the month. The children agreed to keep a confidential meeting with God's mother, but Jacinta violated the agreement and on 13 July the place was visited by some curious people who wanted to convince themselves with the eyes of the children's story. In the following months, the number of people who cheated with the story grew more and more until God's mother announced that a miracle would happen on October 13. At the appointed day, thousands witnessed the „Sunshine Miracle”. People could no trouble watching the sun, which resembled a silver disk and spun like a fiery ball.

On May 13, 1930, the bishop of Leiria declared the phenomenon true and the official worship of the Virgin Mary in Fátima was permitted. During the third appearance on July 13, the three children were bequeathed to the three secrets of Fátima. In 1941, Lúcia, one of the three children and the only living (the other two victims of the Spanish flu), recorded the first and the second, and in 1944 the third. Some refer to the content of the secret to the assassination of Papa John Paul II on 13 May 1981, which was done on the day of the first appearance of Our Lady.

Catholic world are coming to Fátima. This contributes to the development of religious tourism, all the more so since Fátima begins the pilgrim's pilgrimage path to Santiago de Compostela (DIMITROV, 2014).

France. Together with the mentioned main pilgrimage center, Lourdes, from 1859 stand out Mon-sen Michelle and Lizzie. The first one also has an important economic role, with an annual revenue of nearly EUR 700 million. The island monastery fortress Mont-des-Michel has a smaller bed base in hotels around 1200 beds and over 700 in campsites, and in Lisieux there are 1160 beds in hotels and 280 in campsites accommodating 1.5 million tourists.

United States. Significant are the opportunities for development of this type of tourism in the US, especially in the historical regions - New England and the Middle-Atlantic States (LEVKOV, 2015a).

Travel and Leisure specializes in the 40 most visited holy places in the world. Here are included temples of different religions - Christianity, Buddhism, Islam, Judaism, and others. The ranking of the most visited holy places looks like this in recent years by an average number of visitors (pilgrims and tourists):

1. Shijo Temple Meiji in Tokyo - visited by about 30 million people a year (Shinto is a traditional religion in Japan only and precedes the emergence of Buddhism in this country). It was built 100 years ago in honor of Emperor Meiji and Empress Shaken. Surrounded by a forest of over 100,000 trees and beautiful gardens.

2. Sensoji Buddhist Temple in Tokyo - 30 million people. Built in honor of Buddha Kanon.

3. Kashi Vishwanta in Varanasi (India) - 21.9 million people. It is located on the west bank of the Ganges River and is the most famous Hindu temple dedicated to Lord Shiva in Varanasi.

4. Catholic bases Nuestra Señora de Guadalupe in Mexico City - 20 million people. Thousands come here to visit the liturgy and see the image of Our Lady, which is alleged to have appeared on its own on a canvas in 1531.

5. The Hindu Temple of Tirumala Tirupati Devasthanams in Andhra Pradesh, India - 18.25 million people. Hindu sects began building this temple 1200 years ago.

6. Notre Dame Cathedral in Paris - 13.6 million people. It was built in 1345 and is the most visited site in Europe.

7. Sacre Coeur Basilica, Paris - 10.5 million people. On this hill, initially druids worshiped their gods Mercury and Mars. Today a beautiful 19th-century basilica towers overlooking Paris.

8. Buddhist temple Naritasan Shinchogji in Chiba Prefecture, Japan - 10 million people. It was built in 940.

9. The Shintoi Temple, Tsurugaoka Hachimangu, in the Kanagawa Prefecture, Japan - 10 million people. It was built in honor of the God of War in the 12th century.

10. Kumidzuwara Buddhist Temple in Kyoto (Japan) - 10 million people. It is known as a temple of pure water and is protected by UNESCO.

11. Shinto Temple Ise Jingfu, in Isse, Japan - 8.5 million people. The forest here is worshiped as sacred before it began building a temple in the 3rd century AD.

12. St. Peter's Basilica, Vatican City - 7 million people. One of the most famous buildings in the world. Here are some of the most famous Renaissance masters like Rafaello, Bernini, Michelangelo and others. Under the protection of UNESCO.

13. Dazaifu Tenangu Temple (Japan) - 6.6 million people.

14. Buddhist Kinkaku-shi Temple in Kyoto (Japan), built in the 15th century - 6 million people.

15. Cologne Cathedral (Germany), under the protection of UNESCO - 6 million people.

The list is dominated by Japanese and other eastern temples. It is noteworthy that many famous cathedrals and mosques are located outside the top 20. The Sistine Chapel in Rome, for example, is only 24th with 4 million people a year. Hagia Sophia in Istanbul is 29th with 2.9 million people a year. The largest Muslim temple in the world The sacred Al-Haram Mosque in Mecca, whose yard is the famous black stone of Kaaba, is only 30th. Sagrada Familia in Barcelona is 31st (2.3 million people). Jerusalem appears only in 19th place with the Wailing Wall. This ranking by number of visitors (pilgrims and tourists) over time changes, but basically preserves the arrangement of the sanctuaries and temples (KOLEV, 2017).

Probably the data on the attendance of the 15 temples is somewhat surprising because most people, both in Bulgaria and in Europe, are accustomed to accepting that one of the largest, most valuable and world-renowned religious sites are on our continent. These data show another and perhaps a bit surprising picture. There is hardly a lot of people, for example, aware of the Japanese temples mentioned above, which lead the presented rankings by degree of attendance. Explanations of these facts can also be sought. One of them is the very large number of the population of India, Mexico and Japan, as well as their preserved national and religious traditions. Another explanation may be based on the fact that in these three countries the degree of religiosity is much greater than that of the European peoples, which forms flows mainly made up of tourists and fewer pilgrims looking for sincere religious experiences and emotions. The high attendance of the listed temples in Japan and India is not a one-time action, but an annual traditional pilgrimage practice. This explains the extraordinary number of pilgrims.

Bulgaria has experienced a nearly half-century period of atheism and restricting religious tourism, and such large pilgrimage centers have not been established. Of the 160 monasteries most visited are Rilski, Bachkovski, Troyanski, Arapovski. Cross Forest also attracts many visitors. Among the 1245 churches of cultural significance tourist interest is shown to "Al. Nevski" - Sofia, Shipka, Pazardzhik, Samokov, Veliko Tarnovo and others. For the Catholic religion this is the temple "St. Ludwig" in Plovdiv, and for the Muslim – "Tombul Mosque" in Shumen (MARKOV, 2015).

Three of the Bulgarian sites included in the UNESCO List of World Natural and Cultural Heritage are Orthodox temples - the Boyana Church, since 1979, the Ivanovo Rock Monasteries of the Roussenski Lom River, from 1979 and the Rila Monastery since 1983. This is a high recognition of the world cultural and historical significance of these sites (KOLEV, 2017).

Despite its undeniable cultural heritage, Bulgaria can offer much more for the development of this type of tourism (LEVKOV, 2017).

4. Conclusion

Religious tourism develops as a modern type of tourism, inseparably linked to cultural tourism but having its own peculiarities. An important condition for its development is the presence of religious attractions and the ability of the subjective factor to transform them into tourist products. In this area, countries developing religious tourism should be targeted, and of course Bulgaria, which is also rich in religious tourism resources.

5. References

- ALEXIEVA, Jor., St. STAMOV. (2006). Specialized types of tourism. Part One. Publishing House „Kota, Stara Zagora.
- BABKIN, A. V., (2008). Special types of tourism. -Rust-on-Don: Phoenix.
- DICHEV, D., (2008). Religious values and tourist trips. -B: Religious Tourism. Monasteries - Bearers of Bulgarian Spirituality. Black Sea Economic Forum, Varna.
- DIMITROV, S., (2014). Alentejo: the Land of Bread, Wine and Olive Oil. -In: Almanac „30 Years Department of „Geography” in Veliko Tarnovo University „St. St. Cyril and Methodius”, Veliko Tarnovo.
- DIMITROVA, T., (2015). The dictatorship of General Primo de Rivera goes back on the road to democracy. Publishing House „Faber“, Veliko Tarnovo.
- HALYVA, O. A., (2015). Sociocultural and legal grounds for the development of cultural tourism // Humanitarian reports of TSPU them. L.N. Tolstogol – №1 (13).
- HRISTOV, T., (2003). Religious tourism. Moscow: Academy.
- KOLEV, B., (2015). Cult tourism. Publishing House „Neofit Rilski”, Blagoevgrad.
- KOLEV, B., (2017). Major and most visited cult and religious sites. -In: Proceedings of the 65th Anniversary of Prof. Markov, Publishing House „Faber”, Veliko Tarnovo, 2017.
- KOSTOV, E., (2000). Religious tourism of Bulgaria - yesterday, today and tomorrow. UNWE, Sofia.
- KOSTOV, E., (2001). Cultural tourism. University Publishing House „Holding”, Sofia.
- LEVKOV, Kr., (2015a). Tourism in the USA – contemporary state, tendencies, problems. New Knowledge Journal of Science, Academic Publishing House „Talent“, Plovdiv, №1/, pp. 34-44.
- LEVKOV, Kr., (2015b). Tourism in the EU. New Knowledge Journal of Science, Academic Publishing House „Talent”, Plovdiv, №3/, pp. 37-46.
- LEVKOV, Kr., (2017). Bulgaria's place in world tourism (an attempt to positioning). New Knowledge Journal of Science, Academic Publishing House „Talent”, Plovdiv, №1, pp. 151-162.
- MARINOV, St., (2011). Modern Tourism Types. Publishing House „Science and Economics”, University of Economics - Varna.
- MARKOV, Iv., N. Apostolov. (2015). Tourist resources. Publishing House „Astarta”, Plovdiv.

- MAZIN, K. A., (2009). Pilgrimage and religious tourism: a comparison through the prism of millennia // Modern problems of service and tourism - №4.
- MEDLIK. S., (1996). Dictionary of Travel, Tourism and Hospitality. Butterworth-Heinemann Oxford.
- NOLAN, M., (1992). Religios sites as tourism attraction. - Annals of Tourism Research. №1.
- NESHKOV, M., (2008). Religious tourism - emergence, essence and modern forms. -In: Religious Tourism. Monasteries - Bearers of Bulgarian Spirituality. Black Sea Economic Forum, Varna.
- VELIKOV, V., (2009). International Tourism. Publishing House „Matcom”, Sofia.
- VINOKUROV, M. A., (2004). What is tourism? // Izvestiya of the Irkutsk State Economic Academy. - №3.
- VUKONIC, B., (1996). Tourism and Religion. „Elsevier Science”. London.
- <http://enc-dic.com/word/p/Palomnichestvo-34791.html>

SOCIO-CULTURAL FEATURES OF CULTURAL TOURISM IN BULGARIA

Veselin PETKOV

Shumen University of Shumen

Episkop Konstantin Preslavski

Veselin_9003@abv.bg

Abstract

The study examines an understudied side of the multirange aspects of the cultural tourism in Bulgaria. Socio-cultural aspects have been viewed through their spatial-temporal logic, where tourism resources are predetermined by the "substrate" on which those resources develop. This is the so-called cultural landscape to which substantial attention has been paid in this study. On the other hand, the tourists' notion for a given tourist destination goes through their purely mental rethinking in a socio-cultural aspect – something we refer to as "geographical (tourist) image". The imagined geographies (geography of images) is considered a part of cultural geography, but in the same time it is a socio-cultural element of the tourist industry. The creation of the tourists' profile also includes socio-cultural elements: tourists - with their demographic, financial, emotional profile are part of all that. Those features are considered within the cultural tourism in Bulgaria only. Viewed through such a "prism", the socio-cultural features respond to many well-known cause-effect relations in cultural tourism wherever it is developed, while on the other hand, socio-cultural features are able to explain the common mistakes made in tourism planning.

The present study identifies specific examples related to the socio-cultural aspects of cultural tourism. For example, Shumen region is a territory full of "past". Its cultural landscape is formed as a result of centuries-old deposits of different cultures, most of all those are the first Bulgarian capitals. In the following period, the region was the spiritual center of Bulgaria. Community centers ("Chitalishte"), theaters and musical performances gave the appearance of the city lifestyle in more recent historical periods. These cultural features make the territory of the region quite specific in terms of cultural tourism on an international scale. This is how the cultural landscape which has been shaped without the efforts of the contemporary society, has transformed the territory into a unique area for practicing this type of tourism. On the other hand, the territory of the Rhodope Mountains, for example, is abundant with sites and artefacts from the time of the ancient Thracians. The cultural landscape in that region therefore would be different from that in the region of Shumen and would facilitate predominantly the development of archaeological tourism (as part of the cultural tourism) or religious tourism, while the tourist flow to those type of tourist sites will exhibit different socio-cultural characteristics compared to those featuring the tourist flow to Shumen region for example.

Key words: cultural tourism, landscape, image, socio-culture.

Resumo

O presente estudo pretende dar conhecimento sobre os aspetos multivariáveis do turismo cultural na Bulgária. O estudo identifica exemplos específicos relacionados com os aspectos socioculturais do turismo cultural. A região de Shumen é um território cheio de "passado". A sua paisagem cultural resulta de depósitos seculares de diferentes culturas, a maioria das quais correspondem às primeiras capitais búlgaras. No período seguinte, a região era o centro espiritual da Bulgária. Os centros comunitários ("Chitalishte"), os teatros e as apresentações musicais demonstram o estilo de vida da cidade em períodos históricos mais recentes. Essas características culturais tornam este território bastante específico em termos de turismo cultural à escala internacional. É assim que a paisagem cultural que foi moldada ao longo dos tempos, transformou o território numa área única para a prática desse tipo de turismo. Por outro lado, o território dos Montes Ródope é abundante em sítios e artefactos da época dos antigos trácios. Nesta região, a paisagem cultural será diferente da existente na região de Shumen e ajudará a desenvolver predominantemente o turismo arqueológico (como parte do turismo cultural) ou o turismo religioso. O fluxo turístico para este local turístico poderá exibir características socioculturais diferentes em comparação com aqueles que caracterizam o fluxo turístico para a região de Shumen.

Palavras-chave: turismo cultural, paisagem, imagem, sociocultural.

1. Introduction

The development of the tourism sector (including cultural tourism) depends on different socio-cultural characteristics, both of the environment and the tourist contingent itself. This paper examines the socio-cultural aspects of the second element – those of the tourist contingent. The development of a particular type of tourism in a given space is determined by the environment where tourism is developed. Tourism is, in turn, a product of the interaction between the natural environment and the cultural product of the society that inhabits that environment, and has left its specific social and cultural prints, thus creating the so-called cultural landscape.

On the other hand, the perceptions of each environment including the tourism environment is dependent on the individual perceptions of the tourists or the local residents. The images (as part of the society) we create for each landscape, are an important socio-cultural feature of cultural tourism. Main objective: defining the socio-cultural profile of tourists in Bulgaria

2. Socio-cultural profile of tourists

According to the definition of the European Program for the Impact of Cultural Tourism on Urban Resources and Economy (ALEKSIEVA. BOKOVA, 2013), *cultural Tourism is a form of tourism focused on culture, the cultural environment, including the landscapes of the destination, values and styles of life, local heritage, arts, spectacles, traditions and the entertainment resources of the host community. Cultural tourism can include participation in cultural events, museum visits and meetings with the local.*

It is important to note that cultural tourism is not a computable economic activity, but rather an activity that encompasses the experience of the visitors in a given place, experiencing something beyond their everyday life. Cultural tourism occupies about 20% of the world's tourism travel market and about 60% of the tourism market in Europe (ALEKSIEVA. BOKOVA, 2013),

The introduction of the concept of cultural tourism and its development is has to do with international institutions such as ICOMOS, which "operates" on behalf of the UNWTO. In the 1960s, tourism was understood as a way of life became a program of mutual acquaintance between Europeans, as well as an economic tool for the development of the European regions. That was the time when designing programs for cultural heritage, whose apogee - "The Days of Heritage" gained popularity in the 1980s. At that same time, the UN imposed new terminology (www.icomos.org, 10.10.2018r.)

to be used for expressing and indicating the differences, and introduced the speaking of ethnic differences as of cultural differences. Gradually, cultural differences become a universal value that has its own visibility. This visibility is ensured through the World Heritage List while later – through the development of a program for the preservation of "the living human treasures".

Cultural tourism focuses on the differences in the ways of life and the opportunity to explore the "authenticity", experiencing other cultures, and so on. All these activities and practices at the international level have their economic and social aspects which are hard to separate, regulated or set for regulation by the political figures. In other words, *cultural tourism is a continuation of the development of tourism - mutual acquaintance and searching for economic effects at the local level...*

Formally in 1965, ICOMOS set the theme of cultural tourism, but later its place was constructed in the way of that it is regarded as opposition to mass tourism – the one associated with “destroys” the destinations, while cultural tourism is seen as the one that preserves them. In 1987, the UN and UNESCO announced a world-class decade of cultural development, with cultural tourism being a key tool, which should protect cultural values while ensuring good income. The tracking of ICOMOS's history is a history of the "image" and the “tool” called "cultural tourism" (www.icomos.org).

Along with researchers' criticisms of the gradual transformation of the concept of cultural tourism into something which only serves the legitimacy of international organizations such as UNESCO today, there is a gradual shift in the political sphere along with a transition from “universalism” to “difference”. On the one hand, it is the recognition of the traditional and modern cultures, being equally valuable alongside the historical monuments, with the introduction of a specific value – that of "the intangible heritage" - most often related to performing arts such as singing, dancing, craftworks, etc. On the other hand, the expansion of the sphere of cultural tourism encompasses heritages which are beyond the concept of the Western Europeans (BORTOLOTTI 2007, quoted by ALEXIEVA, BOKOVA, 2013), something which is seen as a positive effect.

Today, the interest is focused on exploring the various forms of cultural tourism and concepts in a diverse national context, in the context of regional development of the world or of a particular country, etc. Without even a lengthy field study, the different emphasis in demand and supply, strategies and policies aimed at "cultural tourism" are clearly visible. Whether it is to deepen knowledge by visiting historic sites or visiting emotionally, visually or otherwise, whether it is directed towards the elitism of knowledge and experience or "passing" through an important and world-wide object.

The personal characteristics of the tourist gives clarity about the preferences for a certain type of tourism, gives the opportunity to build the so-called tourist profile, which facilitates the management of destinations and their proper planning. The tourist profile includes socio-cultural elements such as demographic parameters, educational and financial status, marital and gender structure of the tourist contingent. This is an important part of the analysis of the tourism industry.

According to Penerliev (2016), studying the tourists' behaviour - however varied it should be - provides a prerequisite for making proper projection of the tourism industry. Studying tourists' behaviour is an activity that beyond those employed in tourism, requiring the involvement of psychologists, anthropologists, ethnographers, etc. The behaviour is part of the general characteristic of the personality, which has different dimensions. It may be positive or negative, conscious or unconscious, etc. Behaviour differs between different ethnic or ethnographic groups, depending on the geographic areas they inhabit, etc. An essential question in tourism studies is: Should we examine tourist behaviour and why? The natural answer of course is yes, because: it gives us an idea of the

wishes of the tourists; directions for future action; enables us to spot our mistakes; to accurately predict and plan our future actions. Along with some general trends in the behaviour of tourists segmentation is also required depending on certain regional differences. For example, globally speaking, as far as the so-called Western Civilization is concerned, the main trends in the behaviour of tourists are limited to certain demographic, financial or ecological dependencies, which not necessarily applies to all tourists around the world.

The modern consumer of tourism and leisure worldwide has the following characteristics: they are the ideal tourist multi-user; for a certain period of time (e.g. one year) they perform various activities depending on the type of tourism being practiced; they have certain experience in tourism that allows them to assess tourist services and to choose the best value for money; they demand more because they are well-informed about the product as a whole and about the tourist destination itself; they know they are part of a supply market rather than a demand one, which make them quite flexible and inconsistent with regard to consumer criteria and selective in making tourism decisions; they seek truth, not promises; they require security and warranty for the purchase, although under certain circumstances they are also ready to accept surprises to a certain extent; they want to be more active as a confirmation of their individuality - not only do they participate in the experience, but they also choose the elements of that experience; they are looking for self-realization; they want to satisfy more of their emotional/spiritual interests because they are better educated; apart from the main product, they are also interested in the availability of additional programs; they divided their stay into parts; holidays are shorter but numerous, distributed throughout the year; they are tempered by various daily destinations and products, or exotic, adventurous trips involving long journeys; they retain their preference for traditional and relatively close destinations Penerliev (2016).

In addition, modern tourists seek more tourist products and packages; they increasingly seek a stay in the nature, adventure, exotics, risk and sports along with the classic products such as recreation, culture, culinary. They possess better awareness of environmentally friendly, sustainable use of natural resources, which they see as a balance between the natural landscape and urbanization, as well as the opportunity to enjoy all that intensively. Modern tourists look for new contacts with the local population. They want to be properly welcomed and hosted and to mingle into new environments. They use a variety of sources of information when choosing a tourist destination to visit, and the Internet becomes more and more dominant as a source of such information (PENERLIEV, M. 2016). The socio-cultural attitudes of the tourists practicing cultural tourism in Bulgaria according to Penerliev (2016) in a survey to tourists, are limited to:

- Men and women are distributed almost equally, with a slight prevalence of men (men - 54%, women - 46%). Forty-nine percent are between the ages of 36 and 55, 36% - between 15 and 35 years; 73% are employed. The share of people with higher education is 68%;
- cultural tourism enthusiasts of come mainly from Western Europe, the Balkan countries and Russia; 55% of cultural tourism practitioners have already been in Bulgaria before. They are here for an "adventure" holiday and are attracted mainly by the cultural-historical sights, the low prices and the nature;

- Thirty-seven percent arrive via a travel agency. Approximately 2/3 plan their trip a month or even 2-3 months in advance;
- A quarter of the respondents arrived in the country without prior reservation;
- the average number of overnight stays is 6.4 days, spend 80 euros per day per person on the average, or 458 euros per person for the whole stay.

According to the data shown in Fig. 1 it becomes clear that cultural tourism comes second as a preferred type of tourism, after sea tourism, which makes it the second most important type of tourism among those mentioned in the survey. We can assume that in Bulgaria most of the time sea tourism is combined with cultural-cognitive tourism – something undeniably proved in the Shumen region. Cultural tourism is followed by SPA, eco- and other types of tourism, while last but not least - golf tourism is also practiced.

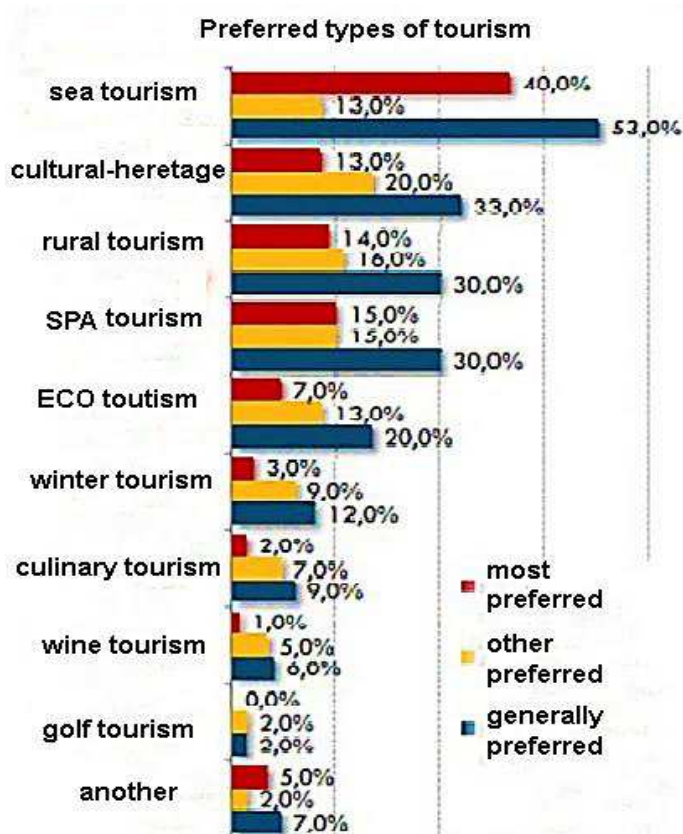


Figure 1 – Preference for practicing cultural tourism among tourists in Bulgaria (Source: <http://www.mi.government.bg> /13.10.2018r.)

As a result of the presented data and facts, it becomes clear that the description of the tourist contingents includes mainly socio-cultural elements such as behaviour, attitudes, desires, etc., together with basic features of the demographic structures of tourists (age, gender, educational level, etc.).

The main conclusions show that:

- Cultural tourism practitioners come mainly from Western Europe, the Balkan countries and Russia;

- By sex, men and women are almost equally represented, with a slight prevalence of men;
- The average stay of a tourist is just over 6 days;
- About 70% of cultural tourism practitioners have higher education;
- Cultural-cognitive tourism is the second most important in Bulgaria.

3. Socio-cultural features of the territory

According to the Bulgarian dictionary, the term *landscape* (from German *Landschaft*) refers to a specific geographic territory which represents a system of all natural components (rocks, soil, air, water, vegetation and fauna) that change over time under the influence of natural factors and human activity. A synonym of the French *paysage*.

The term *cultural landscape* has been in use since the emergence of cultural geography (i.e. from the beginning of the 20th century). Cultural landscape refers to **a natural-cultural complex formed under the influence of the combined impact of nature and man** (Penerliev, 2017). Human society changes that landscape (pay sage) with its socio-cultural and economic activity. In 1932, a German scholar (Krebs) described the cultural landscape poetically as: *Created over the natural landscape as a fine (or inappropriate) clothing on the body of man* (PENERLIEV, PETKOV, 2017). In fact, the cultural landscape is the environment that surrounds us, altered by human activity under the influence of natural conditions, of the human's historical past, the religious and ethnic views and the result in specific culture. The architecture in a specific area differs from that of other cultural landscapes, so are lifestyles and livelihoods, which are different for different geographic territories even within a single country.

4. Functional links between cultural landscape and cultural tourism

Since the cultural landscape is a natural-cultural complex (see the definition above), it is composed of separate components (elements) that interact continuously as a system. **The main elements of that system are: the natural landscape, the urban formations of the people, their economic activity, the language (including the toponymy¹ of the geographic environment), the spiritual and intangible culture (mainly folklore)** (Penerliev, Petkov, 2017) In fact, these are the elements that form the objects of the tangible and intangible cultural heritage. In the theoretical aspects of cultural tourism, those are the tourism resources that determine and develop it. This theoretical-methodological similarity is particularly important.

In fact, the cultural landscape as a category is the basis for the formation of most of the Bulgarian cultural heritage sites and is a cultural tourism resource - this is the case of the Old town of Nesebar, the Ivanovo Rock Monasteries, the Boyana Church, the Tsarevets Fortress, the Madara

¹Toponymy: the science of names. Very often, the names of settlements and localities reflect the landscape utilized by humans.

Horseman, etc. The combination of geographical location, the culture developed on the respective area and the objects built in a given area make it unique. Nesebar houses are not to be found anywhere else, even less so – along the Black Sea coast.

The cultural area may, to some point, replace the cultural landscape, but it rather complements the latter. For example, the cultural area which in a purely mental way emerges in our minds when talking about the Nestinar dances encompasses not just the village of Bulgari and the neighbouring ones, where Nestinar dancing is practiced, but the whole of the Strandzha mountain, as some mystic and extraordinary mountain. It is a custom that extends the scope of its cultural-geographical manifestation in our minds, although directly related to just a few settlements. The cultural area has wider mental areas than material. The cultural area of Bulgarian folklore is much wider than Bulgaria's geographic boundaries. This gives "expanse" to cultural tourism and development of tours beyond the borders of the country itself - in places where the Bulgarian element is preserved or should be preserved.

The cultural area and the cultural landscape in the context of cultural tourism define the "different" in the territory. In turn, that gives the territory different attractiveness and image. It is well-known that the tourist is looking for something different from their own home or place of residence – i.e. for a different and attractive cultural landscape (paysage).

The described elements of the cultural landscape form several types (including subtypes) of cultural landscapes, highlighting their differences. The division of cultural landscapes varies depending on the chosen leading criterion. According to Livinskaya (2014), cultural landscapes are divided into the following types:

1. A group of cultural landscapes that bear a valuable world or national cultural heritage. There are two subgroups in this group:

- cultural landscapes bearing the material (tangible) cultural heritage (archaeological monuments, architectural sites) as well as some natural phenomena.

- cultural landscapes, bearing intangible cultural heritage (lifestyle and culture of the local population), established by the local verbal folklore.

2. A group of cultural landscapes, established by scientific methods, which landscapes are valuable to the world in general or the region where they have been formed. They are also divided into two subgroups:

- cultural landscapes made up of real sites which represent objects of interest to scholars, folklorists, anthropologists and so forth. Those objects of interest may be the population itself (for example, isolated tribes in the Amazon basin), as well as historical monuments of ancient cultures.

- cultural landscapes based on mythology, religion, folk art, etc. Those cultural landscapes can be real (e.g. the Shopluk region in Bulgaria) or virtual (e.g. the undiscovered mythical continent of Atlantis). In fact, all Greek mythology and its development onto the natural landscape, namely - the Mount Olympus, is an example of a virtual landscape formed in our consciousness based only on myths and legends.

3. Cultural landscapes occurring only in the minds of artists (painters, musicians, authors). Though hard to understand and too abstract for us, these are the landscapes described in most

fantasy novels (e.g. the environment where Harry Potter lives). Naturally, these types of landscape are not the subject of this study.

Thus described, cultural landscapes are formed on the basis of their predetermined natural resources (resulting from the natural landscape) or the presence of cultural values and cultures in their territories. If we define landscapes according to their outward appearance, then their division will look in a different way. As early as 1942, the prominent Bulgarian geographer Prof. Ignat Penkov argues that cultural geography studies the cultural landscape in its economic, urban and communicational aspect. Thus the above-mentioned author actually tries to divide cultural landscapes according to their appearance. Today, the overall opinions are similar. Most modern geographers distinguish:

- agricultural landscape
- rural cultural landscape
- industrial cultural landscape

Some of the authors (Livinskaya, Mitin, 2014 etc.) supplement this idea with religious (sacral), recreational, reservation (including cultural archaeological reserves), memorial (e.g. Arlington National Cemetery near Washington, D.C., military cemeteries of Bulgarian soldiers in Northern Dobrudzha) and other cultural landscapes.

The described types (subtypes) of cultural landscape are nothing more than the various resources for the development of cultural tourism in its variations (festival, literary, archaeological, adventure, industrial, scientific, etc.). Knowledge of the nature that determines those types of tourism facilitates the perceptions of their development, functioning and management. This comes to prove that the cultural landscape is the "substrate" of cultural tourism.

An interrelation has been established between the cultural tourism sites and the cultural landscape – the latter being the "substrate" (the environment) where those sites have been formed. The study of both is carried out by following the same algorithm and using similar methods. Scientific research is important for the preservation of the cultural landscape (the tourism resources for cultural tourism).

The cultural-geographic environment only becomes a fact after a certain time period of formation and modeling. That environment is definitely attached to a particular territory. The genetic approach is often applied in the study of cultural-geographic environment. This is a general scientific method that aims to explain the different processes and phenomena occurring in the environment in the context of the "time" category. The genetic approach is an important method for determining conservation and management actions concerning the intangible cultural heritage. For example, when analyzing the custom of "Surva" or the Koprivshitsa fair, it is important to define the historical-temporal framework of their emergence and development, as well as the cultural-geographical area that the custom covers. The protection of such heritage is not only conceived in its annual presentation to guests or tourists (in the case of the Koprivshitsa fair– held every four years). Both are examples of gathering activities and customs from a much larger territory than the place of their manifestation. These are customs that are not attached to a specific geographic environment. Therefore, their preservation requires not only their organization, but also activities such as:

- Mapping the locations of their main manifestations;
- Identification of the spatial cultural-geographic differences;
- Justification of the historical reasons that have led to such differences, using the methods of analysis of the cultural landscape;
- Based on the above, the most urgent activities for the preservation and conservation of those customs and folklore peculiarities can be identified.

Protecting the local cultural landscape is mandatory, considering that identity preservation is a top priority. Kuker masks and games exist not just in Bulgaria but also in Serbia, Italy, Spain and elsewhere. Therefore, the local uniqueness should be the distinctive feature. In this context, the Bulgarian cultural-geographic identity should be sought and protected.

In the light of the above theses, the intersections between cultural tourism sites and cultural landscape are indisputable. In fact, these are identical areas and sites, merely viewed from different angles.

5. Socio-cultural features of tourism resources

The continuous improvement of the definitions of cultural tourism, focusing on one or other aspect of the concept, has been brought together by Zheleva-Martins (2005). Author of some of the most famous definitions of cultural tourism: *a journey undertaken by somebody with the intention of enriching their ideas about the cultural values of Europe* (ATLAS); "travelling of people to cultural attractions away from their permanent residence, in order to gather new information and experience to satisfy cultural needs"; "any travelling of people to specific cultural attractions such as: historical sites, artistic and cultural events, arts and drama, outside their permanent residence" (JELEVA-MARTINIAS, 2005). Marin Neshkov has complemented that last "working definition" of cultural tourism focusing on *the consumption of goods originating in a definitive cultural context of the tourism resources and products, as well as a specific niche of tourism demand and a particular part of the tourism industry* (Penerliev, 2017).

It is interesting to extend the concept of "cultural tourism", which, according to another author, means *all trips to cultural-historical sites and acquiring knowledge of the cultural heritage of a given destination, which includes architecture, performing and visual arts, way of life of the local population, local traditions and beliefs* (MARINOV, 2011) In the context of the new dimension of cultural tourism, Marinov emphasizes that in the 20th century embodies the ideas of the intellectual and moral solidarity of mankind, and is defined as one of the most promising variations of the tourism industry which facilitates the exploration, the studying and the comparing of nations' cultural heritage.

International tourism helps the world economy and politics not only as the most applicable means of cultural exchange. It is a recognized resource for building and maintaining national and regional identity and cultural diversity. An argument for the preservation of this diversity in Bulgaria is a precisely formulated goal in the "Cultural Tourism Charter" for the Management of the Natural and

Cultural Heritage, which Europe preserves: giving publicity to its importance for society and the need to preserve it.

The preservation of the tangible and intangible heritage requires the personal commitment and empathy of the successors of Bulgarian history, culture and traditions. Both cultural tourism and the image of the country itself will benefit given *that investment and entity, responsibility and vision, advertising and communications, information technologies and interactivity* are united into a single entity (ALEXIEVA, 2010).

The development of one of the most interesting types of tourism, however, is not only a function of the advantages of a given tourist destination and its cultural and natural heritage. At the heart of the creation and professional promotion of the cultural tourism product is the activity of numerous working cultural institutions, various tourist companies and agencies, and last but not least - the use of specialized companies for integrated marketing and communication in so as to multiply the advantages of new technologies and of the new media to attract new customers and create an image and recognition in an increasingly competitive tourism market.

It is a well-known fact that the cultural-historical heritage of Bulgaria is heavily concentrated in certain regions where the cities have always had real chances for professional development of cultural tourism. Those regions have traditionally offered a wide variety of tourist products, motivated by the need of tourists to enrich and expand their general and specialized knowledge. Because of the diversity of cultural tourism, these cities attract "diverse forms or nuances: cultural, recreational, educational, scientific, etc. *A typical feature of cultural tourism in general is its universality, which means it can be combined with almost any other type of tourism* (NESHKOV, 2007).

The criteria used for the division of cultural tourism, however, are different according to the researchers. For the classification of the different types of cultural tourism, a wide variety of elements is taken into consideration, such as: cultural and historical monuments; architectural sites; ethnographic complexes, monastery complexes and churches; museums and monuments; different cultural attractions; national parks; gardens and reserves; industrial heritage, etc.

According to some researchers, one of the criteria used in the contemporary classification of cultural tourism is the so-called *same-rank unity (being of the same rank) of the socio-cultural needs and the cultural attraction while (...) the individual types and forms of cultural tourism manifest themselves in a certain cultural environment* (KOSTOV, 2001). On the basis of this criterion, the following categories of cultural tourism are used in the specialized literature: religious (educational religious tourism, pilgrimage, missionary, festival religious tourism); educational (congress, field trips, industrial); festival (festivals of various arts: cultural holidays, festivals of traditional national products); cultural tourism related to the cultural-historical heritage (historical and architectural monuments, museums and galleries). These, among other subtypes of cultural tourism complement its main purposes, such as cultural-cognitive and educational; conservation and heritage preservation; communicational function, etc.

In such dynamic and successful and yet controversial times for world tourism development, the change of consumer attitudes and the new expectations for cultural tourism, complement the travel motivation of the tourists. According to the official documents of leading international organizations,

culture is increasingly seen as a resource for building and maintaining local, national and regional identity, as well as cultural diversity. The definition of the term *culture* has been expanding continuously, thanks to the acknowledgement that popular culture, such as music, movies and even sports, can also be regarded as a part of the definition of *culture*. There is much evidence that the market is expanding due to the growing interest in culture among consumers.

6. Conclusion

The main reason for the increasing demand is the growing educational level. New consumers of cultural tourism come from regions such as Central and Eastern Europe and Asia, where education and personal health have been improving. The motivation for cultural tourism has been slowly changing towards more general interests in culture, rather than towards more specific cultural purposes. This implies the need to combine cultural, leisure and leisure-related products in the future (PARUSHEVA, 2010).

This shift other perception of both culture and tourism, together with the natural broadening of the boundaries of cultural heritage, are part of the understanding how diverse cultural heritage can be. Because exploring this heritage is not just about some specific history - *In the globalizing world, an increasing number of nations and communities are looking for their roots, looking for some support to their identity. When people know their history and what they have inherited, they become more tolerant to others, they feel more like citizens of the world* (PENERLIEV, 2016). It is exactly that change in the understanding of cultural heritage, together with the enrichment of concepts, which turn centuries-old traditions into a basis of the modern society and change its views on the combination of monuments and their messages today. At the same time, however, the changes that globalization inevitably provokes in the lifestyles of modern societies, having a strong influence on the motivation and prerequisites for the development of cultural tourism, should not be underestimated. On the one hand, despite its proven potential for successful development in our country, a "realistic and balanced approach" is needed. On the other hand, however, while being un constrained by "seasonality", cultural tourism requires significantly higher investments compared to other types of tourism. By creating real opportunities for sustainable tourism, along with higher revenues, higher expectations and more effective reflections on Bulgaria's positive image as a tourist destination, cultural tourism also implies a higher risk against the background of the aggressively growing competition in the supply of cultural tourism.

7. Bibliography

1. ALEKSIEVA. S..I. BOKOVA (2013), *Turizmyt i kultutnoto nasledstvo*, izd. NBU, (in bulgarian)
2. KOSTOV, E. (2001). *Kulturen turizam*, (in bulgarian)
3. LIVINSKAYA, O. A. *Ponyatie kulturen landshaft v otechestvenoy geografii*, 2014, (in russian)

4. PENERLIEV, M., V. PETKOV. (2017), Sbornik uchebni materiali po kulturna geografia, Shumen (in bulgarian)
5. PENERLIEV, M. (2016), Izsledvane na turisticheskoto povedenie I profila na turistite v Bulgaria, Sb. Nauchna konferenciya Geografski aspekti na planiraneto I izpolzvaneto na teritoriyata v usloviya na globalni promeni, gr. Varshec, (in bulgarian)
6. PENERLIEV, M. (2016), Turizmyt – syvremenni teoretichni aspekti, izd. SHU, Shumen, (in bulgarian)
7. PENERLIEV, M. Cultural landscape: the "substrate"of cultural tourism, Journal Sociobrain (www.sociobrain.com), issue 38, October 2017
8. ZHELEVA-MARTINS, D. (2005), Kulturen turizam, (in bulgarian)
9. <http://www.mi.government.bg> (13.10.2018r.)
10. <http://www.nsi.bg> (20. 09.2018r.)
11. www.icomos.org (10.10.2018r.)

COMO SE “VESTIA” O VINHO DO PORTO (SÉCULOS XVI E XVIII)

António Barros CARDOSO

CITCEM, Faculdade de Letras da Universidade do Porto

abarroscardoso@sapo.pt

Resumo

Este artigo pretende traçar, à luz dos conhecimentos atuais, a evolução das formas usadas para armazenar o vinho do Porto durante os séculos XVI a XVIII, e focar da importância da arte da tanoaria na cidade do Porto, enquanto primeira arte de "vestir o vinho". Depois o vidro substituiu a madeira no armazenamento do vinho do Porto para algumas finalidades ou complementa-a no processo de guarda e envelhecimento. Por exemplo, os "Vintage Port" não dispensam o envelhecimento em garrafa de vidro e a evolução da tecnologia do tratamento do mesmo está intimamente ligada ao formato da garrafa cilíndrica, a única que permite acomodar nas garrafeiras, em pilha, os vinhos que, após estágio de um ano em madeira, continuam o seu processo de envelhecimento na própria garrafa.

Palavras-chave: Porto, Vinho do Porto, garrafas, tanoaria

Abstract

This article intends to trace, in the light of current knowledge, the evolution of the forms used to store Port wine during the 16th and 18th centuries, and to focus on the importance of the art of cooperage in the city of Porto, as the first art of "dressing the wine ". Then the glass bottle replaced the wood in the storage of Port Wine for some purposes or complements it in the process of guarding and aging. For example, "Vintage Port" cannot be obtained without aging in glass bottles and the evolution of glass treatment technology is therefore closely linked to the shape of the cylindrical bottle, the only one that allows to accommodate in the wineries the wines that after remaining a year in wood, continue your aging process in the bottle itself.

Key words: Port, Port wine, bottles, cooperage

1. Introdução

Não se encontram em grande número estudos históricos sobre as formas de guardar o vinho do Porto. Propomo-nos no entanto deixar aqui algumas notas que nos parecem importantes sobre a temática em apreço. Quando falamos de “vestimenta” do vinho queremos significar vasilhame que cobre e guarda o precioso líquido a que nos reportamos – o Porto. Fazemos esta ressalva para que a

expressão “vestimenta” não seja confundida com a rotulagem das garrafas ou de outros invólucros onde se guarda o vinho.

Ao contrário do que acontece por exemplo na região de Bordéus, os vinhos do Porto, sabemos, só tomaram o nome Porto porque armazenados e preparados para exportação junto à barra que lhe servia de porta para o mundo e dela saíam – a barra do Douro junto ao Porto. Tais vinhos são produzidos numa região montanhosa ligada à cidade do Porto pelo rio Douro, um curso de água hoje tranquilo por força das muitas barragens construídas ao longo do seu curso mas que, noutros tempos foi um rio difícil de navegar. Contudo, desde tempos medievais que o vinho produzido em “cima do Douro” foi transportado em pipas, dispostas da forma mais conveniente em barcos rabelos, de uma configuração própria para vencer as agruras do rio.

2. Vila Nova a par de Gaia – Guardiã do Vinho do Porto

Até aos anos quarenta do século XVIII, o vinho resultante das uvas das vindimas anuais durienses era conduzido até à cidade do Porto e, até ao mês de Março/Abril do ano seguinte ao da colheita, era guardado nos armazéns dentro do espaço urbano que hoje conhecemos como Porto. Tais vinhos não permaneciam aí muito tempo, seguindo diretamente para os portos de importação, particularmente para as docas da Ilha inglesa de Guernesey e para os cais de Londres e de outros portos britânicos ou rumavam aos portos coloniais portugueses, com destaque para os das capitânicas do Brasil. O estanciar dos vinhos ocorria nestes portos de destino. Contudo, por razões que se prendem com a falta de qualidade de alguns carregamentos, os destinatários importadores e respetivos comissários de comerciantes ingleses do Porto, começaram por essa altura a comprar somente vinhos que “tivessem dado a prova do tempo”. Ou seja, vinhos que tivessem permanecido nos armazéns do Porto, pelo menos durante três anos. Ora, está bem de ver que tais armazéns que até aquela data se concentravam no velho casco urbano, ainda cercado pelos muros da cidade, mostraram-se insuficientes para guardar o triplo da quantidade de vinhos relativamente à sua capacidade de armazenagem. É nessa altura que os vinhos do Douro começam a ser armazenados na margem do rio fronteira ao Porto. Nasceram as caves do Vinho do Porto em Vila Nova de Gaia (LIMA, Eng. J. da Costa, 1945, I).

3. Os tanoeiros

A mudança na forma de tratar os vinhos do Douro fomentou a multiplicação de armazéns em Vila Nova de Gaia, embora não tenha sido, de per si, responsável pelo aperfeiçoamento da arte da tanoaria no Porto, para isso contribuiu decisivamente. De facto, a tanoaria como arte primeira no que se refere à confeção do vasilhame para a guarda dos vinhos e outros líquidos tem tradição antiga na cidade do Porto. Pelo menos desde Maio de 1443 que os tanoeiros são notícia nos livros da Câmara da Cidade do Porto. Com efeito, no dia 25 desse mês e ano foi nomeado João Fernandes para exercer o cargo de Vedor do Ofício, competindo-lhe repartir a matéria-prima (aduela e vimes) pelos

oficiais tanoeiros. Compreende-se já nesse tempo recuado a importância do ofício para a economia da urbe uma vez que se recomenda, sob penas, que os tanoeiros nunca se ausentassem da cidade (CRUZ, António, 1943, p. LXVI).

Ao tempo de D. Afonso V, uma ata de vereação de 28 de Agosto de 1475 dá nota da presença deste grupo sócio profissional entre os principais mestreiros da cidade. Nessa altura, como olheiros, vigiavam as decisões do governo municipal. Representaram então o ofício da tanoaria *Vasco Annes e Gill Fernandez* (CRUZ, António, 1943, p. XXX).

Anos mais tarde, na vereação de 3 de Julho de 1484, os tanoeiros do Porto voltaram a dar sinais da sua importância, quando elegem Pedro Álvares, morador ao Postigo, para o cargo de marcador de todas as obras ou louças feitas pelos tanoeiros da urbe. Proibiu-se então a venda de qualquer obra de tanoaria sem as marcas da cidade e do seu fabricante. Visava-se evitar as fraudes no fabrico do vasilhame, vulgares na arte da tanoaria. De resto, é também esta a data da instituição do primeiro livro de registo de marcas na cidade do Porto e foram precisamente os tanoeiros os primeiros oficiais mecânicos a imprimir nesse livro as respetivas marcas. Contava então o Porto com mestres de tanoaria (CRUZ, António, 1943, p. XXX).

Entrado o século XVI, contavam-se entre as propriedades prediais municipais 7 assentos de aduelas, todos eles localizados na Rua dos Banhos. Pagavam então à cidade um foro que variava entre 20 e 25 reais. Aqui os tanoeiros recorriam à força do fogo para dar à madeira a curvatura adequada para a construção das pipas e toneis (MACAHDO, Maria de Fátima Pereira, 1997, p. 109).

Torna-se por isso seguro afirmar que, desde os tempos medievos, esta arte ganhou importância na cidade do Porto. Produziam-se então aqui tonéis, meios tonéis, cubas, pipos de meio tonel e redondeletas de quarto de tonel (GUIMARÃES, Gonçalves, 1998, p. 5).

-Tanoeiros comerciantes de vinhos na cidade

Muitos destes oficiais do ofício da tanoaria foram também comerciantes de vinho no Porto, atividade documentada pelos mesmos desde finais do século XVI (SILVA, Francisco Ribeiro da, 1988, Vol. I, p. 114-115)¹. De facto, numa lista dos mais importantes mercadores de vinho elaborada com base nos livros da Imposição do Vinho respeitantes aos anos de 1620 a 1640, constam já 4 tanoeiros, alguns já com expressão significativa no negócio vinícola (SILVA, Francisco Ribeiro da, 1988, Vol. I, p. 156-160), sinal claro da importância do ofício na época, mas também da existência de uma certa tendência por parte dos tanoeiros do Porto para se envolverem no comércio dos vinhos que preenchia o vácuo do vasilhame que fabricavam.

Não se estranha pois que, chegados ao século XVIII, a participação dos tanoeiros portugueses no trato vinícola se mostre a acompanhar o desenvolvimento do sector vitivinícola na vida económica da cidade. A arte da tanoaria conhece e desenvolve novos métodos graças à atividade dos ingleses, os principais interessados no seu incremento. Embora se desconheçam os contornos técnicos de tal evolução, a verdade é que, desde 1708, um alvará régio autorizou os ingleses do Porto a terem

¹ Nos anos de 1584, 1585, 1591 e 1639, constam a manifestar açúcar na Alfândega portuguesa pelo menos 3 tanoeiros.

oficiais tanoeiros ao seu exclusivo serviço nos seus *armazéns, casas e feitorias*, sem que fossem obrigados a fazer o exame do ofício, a fim de lhes fabricarem as pipas que transportavam os seus vinhos para fora (CARDOSO, António Barros, 2003, Vol. I, p. 538).

Com base nas moradas dos registos da Imposição do Vinho foi possível conhecer as áreas da cidade do Porto e Vila Nova onde se localizaram as tanoarias entre (1700 e 1756) constam do mapa seguinte:

Pode comprovar-se através da análise do mapa que as áreas envolventes da Porta Nova, as áreas ribeirinhas de Miragaia e de Vila Nova, são áreas de referência na fixação dos tanoeiros. Foram 41 os mestres tanoeiros que se envolveram no negócio dos vinhos entre 1700 e 1756 (CARDOSO, António Barros – *Baco & Hermes*, 2003, Vol. I, p. 538). Muitos deles apenas manifestaram vinhos esporadicamente na Imposição do Porto. Significa isto que não ancoravam grandes cabedais no negócio ou que o fizeram à comissão, em nome de terceiros. Porém alguns deles assumem-se mesmo como grandes mercadores de vinho.

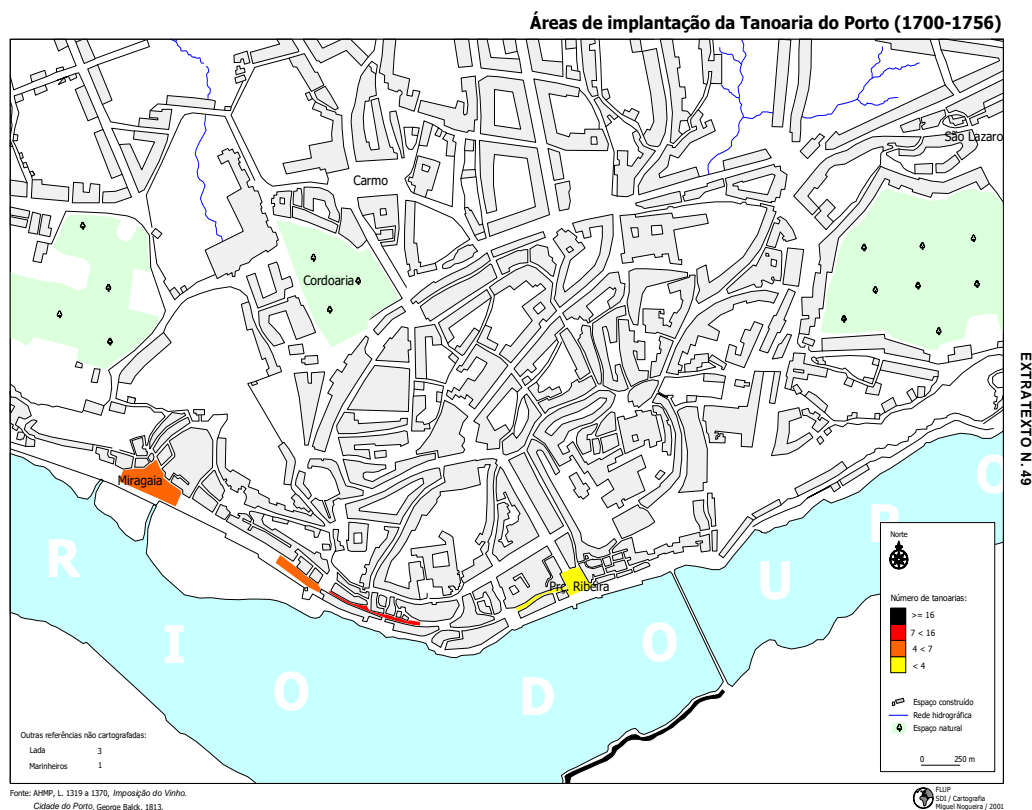


Figura 1- (Fonte: AHMP – Livros da Imposição do Vinho 1700-1756)

Ao longo do período cronológico que estudamos de forma mais minuciosa, as fontes indicam-nos que foi irregular a presença dos tanoeiros no mercado portuense de vinhos (CARDOSO, António Barros – *Baco & Hermes*, 2003, Vol. I, p. 537):

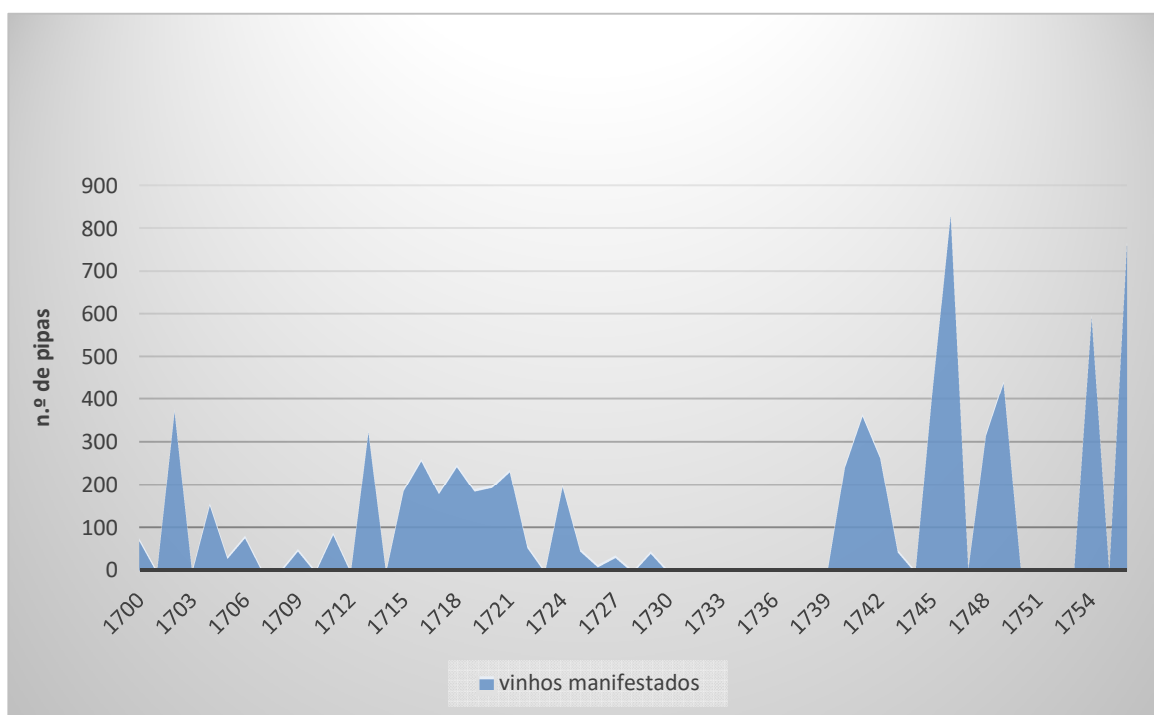


Figura 2- Vinhos manifestados na Imposição do Porto por tanoeiros (1700-1756).
Fonte: AHMP – Livros da Imposição do Vinho 1700-1756

Pelo gráfico percebe-se que, desde os inícios do século e até 1715, os volumes de vinho que movimentaram não foram muito expressivos. Entre 1716 e 1724 apresentaram-se regularmente na Imposição portuense. De 1724 a 1730 os volumes de pipas manifestados descem claramente e há mesmo um longo período de ausência do negócio vinícola por parte dos tanoeiros do Porto, ao longo de toda a década de 30. A partir de 1740, os seus manifestos voltam a aumentar de volume e de frequência anual. Ou seja, o seu envolvimento no negócio vinícola seguiu o desenvolvimento do sector a partir de 1715 mas somente até ao ponto em que os mercadores britânicos começaram a dominar totalmente o comércio de vinhos no Porto, o que acontece de forma mais intensa entre 1724 e 1738. A partir de 1740, altura em que o crescimento do sector conhece algum refreamento e em que o dinamismo dos ingleses entra numa fase de estabilização, novas oportunidades de negócio com os vinhos no Porto ficaram reservadas aos tanoeiros que daí até 1756 (data da criação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto-Douro) aumentam a sua entrega ao trato vinícola.

Alguns destes oficiais de tanoaria envolveram-se mesmo no negócio da exportação sobretudo com destino à colónia do Brasil. Foram claramente os casos de Manuel de Almeida, morador na Rua de Baixo de Vila Nova², José de Azevedo, morador ao adro da Igreja de Santa

² AHMP, L. 1370, *Imposição do Vinho*, fls. 52 v.

Marinha, em Vila Nova³, Manuel Francisco da Costa, morador na mesma rua, Juiz do ofício de tanoeiro e oficial da pareação das pipas⁴.

Outros, como Domingos da Costa, igualmente Juiz do Ofício de tanoaria, morador na *Volta de Vila Nova*⁵ venderam sobretudo no mercado local e na área circundante da cidade do Porto designada por *Termo Velho*, que engloba Gaia e Matosinhos.

Também houve alguns destes tanoeiros a apostar nos mercados do norte da Europa. Foi claramente o caso de Domingos da Costa⁶.

O mestre tanoeiro António da Costa, da Porta Nova funcionou sobretudo como comissário de produtores da região do Douro que lhe confiavam o trato dos seus vinhos⁷.

Manuel de Pinho, de Miragaia⁸, merece atenção particular. Tratou-se por certo de um dos mais importantes mercadores de vinho do seu tempo na freguesia de Miragaia, por isso foi eleito mordomo para as festas do Espírito Santo em 16 de Maio de 1723, para servir até 1724⁹, sinal do seu prestígio na comunidade ribeirinha do Porto. Manifestou em média, nos 30 anos da sua atividade 351,8 pipas de vinho. Não se limitou a vender vinhos na cidade do Porto, mas a sua atividade estendeu-se também à exportação para o Brasil e para o norte da Europa, para onde enviou em média anual 76,7 e 52,8 pipas, respetivamente. Embora sem grande expressão no cômputo dos seus manifestos, também vendeu algum vinho para os arredores do Porto, nomeadamente para Matosinhos e São João da Foz. O mercado da capital também o interessou. Vendeu vinhos verdes e maduros. Os maduros do Douro constituíram a parte mais significativa dos vinhos que fez entrar na cidade, embora tenha negociado com vinhos de Viana.

4. Vidros e garrafas

Nos séculos XIV e XV a garrafa era em ferro, revestida a couro e destinava-se sobretudo a transportar o vinho próprio do viajante. Posteriormente e pouco a pouco, começou a utilizar-se o vidro insuflado. Até ao século XVI, este objeto era considerado precioso. Contudo, entre os séculos XVII e primeira metade do XVIII, a garrafa não se destinava ainda à conservação do vinho. Somente em meados do XVIII as garrafas começam a chegar às mesas (ARTS ET MÉTTIERS DU VIN, s. d., p. 77).

No que se refere ao Vinho do Porto ou vinho do Douro, os testemunhos mais antigos do uso de garrafas são de origem arqueológica e remontam aos séculos XVII e XVIII. Foram encontrados nas escavações realizadas na “Casa do Infante”, ou seja no espaço da antiga alfândega da cidade,

³ AHMP, L. 1370, *Imposição do Vinho*, fls. 36-39.

⁴ AHMP, L. 81, *Vereações*, fls. 345-346.

⁵ Até 1722 declarou-se morador *de fora da Porta Nova à fonte do Touro*. AHMP, L. 1324, *Imposição do Vinho*, fls. 273. A partir daquele ano transferiu as suas instalações para Vila Nova. AHMP, L. 1338, *Imposição do Vinho*, fls. 97.

⁶ AHMP, L. 1357, *Imposição do Vinho*, fls. 193 e AHMP, L. 1359, *Imposição do Vinho*, fls. 211.

⁷ AHMP, L. 1319 a 1341, *Imposição do Vinho*.

⁸ AHMP, L. 1332, *Imposição do Vinho*, fls. 147.

⁹ APM, *Livro das eleições dos mordomos*, fls. 13 v.

mandada erigir pelo rei D. Afonso IV em 1354 (TAVARES, Rui, 1990, p. 40), ainda hoje um espaço nobre e preservado do Porto. Implantada na área mais antiga da velha urbe medievá hoje património da humanidade, o edifício actual que integra estruturas primitivas da alfândega régia foi classificado monumento nacional em 1924. Contudo, somente a partir de 1991 lá se iniciaram escavações de algum significado. Foram esses trabalhos que permitiram o reconhecimento de uma longa sequência ocupacional da época romana aos nossos dias. Nessa prospeção, foram encontrados sobrepostos a vestígios de construções tardo-romanas, níveis do período compreendido entre os séculos XIV e XVI que revelaram uma intensa ocupação humana do local, decorrente da atividade das “casas da alfândega”, do próprio edifício aduaneiro e da Casa da Moeda.

Foi precisamente nesses estratos que foram encontrados fragmentos de garrafas de vidro provenientes de depósitos dos séculos XVII e XVIII e alguns do século XIX.

Do vasto espólio recolhido relacionado com o acondicionamento vinário destacamos:

- Fragmentos de ânforas tardo-romanas;
- Pichees Bragueeses – cerâmica de paredes finas (2mm) – louça muito comercializada pela cidade do Porto a avaliar pelos registos alfandegários;
- Um Belarmino do século XVI, certamente proveniente dos contactos exteriores da cidade com Hamburgo – São peças de cerâmica cozidas a altas temperaturas, totalmente vitrificadas, em forma de jarros ou garrafas decoradas com uma máscara barbada.
- Uma garrafa proveniente das Torres, datável do século XVII – Shaft & Globe;
- Encontrou-se ainda uma garrafa Squat Cylinder, datada de 1740-1750 (COSME, Susana Rodrigues, 2001, p. 193-201).

Não se sabe muito quanto à origem destas garrafas. Portugal nos séculos XVII e XVIII conheceu um único forno para produzir garrafas, o forno do Covo, isto a norte do Tejo. Só a partir de 1748, com o estabelecimento do inglês John Beare na Marinha Grande se começa a esboçar o arranque da indústria do vidro que D. João V protegeu através da transferência para o mesmo local da Real Fábrica do Vidro antes estabelecida em Coima. De resto, nesta localidade, é conhecida a indústria vidreira desde o século XV. Nas fábricas aí instaladas, não se encontra documentada a produção de garrafas. Acredita-se que é provável que já as produzissem mas em número pouco relevante. Contudo, parece-nos que as garrafas destinadas ao armazenamento de vinho, no caso do Porto, tenham tido origem na importação de Inglaterra, onde a sua produção é conhecida pelo menos desde 1640. De resto, nas mercadorias de importação entradas pela barra do Douro em navios ingleses ou oriundos de portos britânicos com destino a mercadores ingleses residentes no porto, são feitas referências a “vidros” sem se especificar de que vidros se tratam. Serão garrafas? A pergunta é legítima e é bem provável que o sejam, já que os ingleses do Porto as importaram, como importaram outro tipo de vasilhame (CARDOSO, António Barros, 2003, Vol. II, p. 893-908).

As garrafas e o Porto Vintage

Como todos sabemos, “Vintage” significa vindima. Para os ingleses do Porto, como já referimos, os grandes comerciantes de vinho no século XVIII, o termo passou a ter outro significado. “Vintage” passa a significar não uma vindima qualquer, mas a vindima de um ano excepcional. Trata-se de um ano de produção de um vinho do Douro retinto, encorpado, com paladar e aroma muito finos, frutado e forte, digno de ficar na memória e na garrafeira. Ou seja, um vinho para durar, engarrafado jovem e com capacidade de envelhecer sem perder todas as suas qualidades (PEREIRA, Gaspar Martins, 1999, p. 13).

A designação é britânica mas, até meados do século XIX, estes vinhos a envelhecer em garrafas de vidro eram designados por “vinhos de novidade”. A adoção da designação “vintage” como indicadora de um vinho do Porto de qualidade superior, só foi pela primeira vez aceite em 1932 pela Comissão de Viticultura do Douro (PEREIRA, Gaspar Martins – *Origem e evolução de um grande vinho*: in “ Porto Vintage”, Porto, IVDP – Campo das Letras – Editores, S.A., 1999, p. 15), vinhos estes que passaram a poder ser exportados para a Inglaterra com pelo menos 18 meses de idade. Contudo, até aos anos sessenta do século passado, perdurou a já referida expressão “Vinhas de Novidade”. Por exemplo, no Solar do Vinho do Porto, sala de provas por excelência dos melhores néctares do Douro, a expressão foi usada até essa data.

Mas quando nasceram estes vinhos? O nascimento do Porto Vintage não pode ser dissociado das notícias mais recuadas sobre vinhos produzidos na região do Douro e que em 1531-1532, Rui Fernandes refere como vinhos com a capacidade de envelhecerem sem dano e que os havia de 4,5 e 6 anos e de quantos mais anos mais excelentes e mais cheirosos eram (FERNANDES, Rui, p. 546-613). Estes vinhos diferenciavam-se dos restantes produzidos na região do Douro que ainda hoje os designa por “vinhos finos” que os ingleses aguardentaram a partir da segunda metade de setecentos.

O incremento comercial inglês a partir da segunda metade do século XVII e particularmente na segunda metade do XVIII protagonizados pelos mercadores ingleses instalados na cidade do Porto, conduziram à aguardentação dos vinhos do Douro para a sua melhor conservação e transporte e foi na sequência deste processo de apuro das diversas qualidades de vinhos do Porto que surgiram já na segunda metade do século XVIII os “vintage” vinhos que o consumidor mais exigente guardou não só na memória mas também na garrafeira. Ora, tratando-se de um vinho que engarrafado jovem que necessita de envelhecer lentamente, durante dez, vinte ou mais anos para atingir o pleno das suas qualidades, as velhas garrafas de corpo bojudo ou irregular e gargalo comprido, do tipo “shaft & globe”, “onion”, “bladder” e “mallet”, anteriores a meados do século XVIII, adequavam-se muito mal à função de guarda do vinho, antes serviam de vasilha de transporte da pipa à mesa do consumidor. Algumas, como a imagem documenta tinham a marca ou do fabricante, ou do proprietário que as usou.

Warner Allen (WARNER, H. Walter – *The Wines of Portugal*. In SIMON, André L., 1962, p. 433) refere que o aparecimento do atual tipo de garrafa de vinho do Porto, caracterizada pelo alongamento do corpo cilíndrico e encurtamento do gargalo, terá aparecido por volta de 1775, altura em que para este autor admite o aparecimento do primeiro “vintage port”. Contudo, um catálogo da Christie’s de

1768 anuncia já a venda de um “vintage” de 1765 (PEREIRA, Gaspar Martins, 1999, p. 22). Ou seja, os melhores vinhos do Douro acompanharam o processo de vinificação em garrafa que outras regiões vitícolas estavam simultaneamente a desenvolver: Bordéus – Michael Broadbent, refere um claret de 1771 com o primeiro “vintage” bordelês, vendido num leilão da Christie’s de 1776. Duas das mais antigas garrafas a conservar o vinho de Bordéus datam de 1784 – um Château Margaux e um Château d’Yquem e há mesmo a notícia de que um grupo de enófilos terá aberto, em 1987, uma garrafa deste último, mas datada de 1747 (PEREIRA, Gaspar Martins – *Origem e evolução de um grande vinho*: in “ Porto Vintage”, Porto, IVDP – Campo das Letras – Editores, S.A., 1999, p. 23 (PEREIRA, Gaspar Martins, 1999, p. 24).

No Porto, através dos tratados sobre vinhos de finais do século XVIII e inícios do século XIX, sabemos que a prática do envelhecimento em garrafa era utilizada desde há décadas. No fim do século XIX, a Real Companhia Vinícola do Norte de Portugal, ao anunciar a venda de vinhos de uma frasqueira reservada, dá notícia de vinhos de 1756, 1760 e 1790 a preços que variaram entre os 20 e os 10 mil réis a garrafa.

Do que não há dúvidas é que os “Vintage port” estão intimamente ligados à garrafa que os guarda no tempo e às transformações no seu formato. Era impossível acomodar os vinhos como a imagem documenta, usando as garrafas em formato de cebola.

5. A terminar

Refira-se que os estudos sobre a evolução histórica do vasilhame que guardou ao longo dos séculos os vinhos do Douro que acabaram por correr mundo sob a designação Porto, estão ainda em estado embrionário. Contudo, no que se refere às caves é possível adiantar datas e motivos para o seu aparecimento em Vila Nova, com intensidade a partir dos anos quarenta do século XVIII. Faltam-nos estudos sobre a evolução da sua arquitetura e os sequentes estudos comparativos com a evolução arquitetónicas dos locais de armazenamento de outras regiões vitícolas europeias igualmente importantes no contexto da viticultura mundial. Quanto à tanoaria portuense, vimo-lo, a sua importância aparece documentada desde tempos medievos. Algumas notícias esparsas falam de evolução no século XVIII, face à influência inglesa. Do protagonismo dos oficiais tanoeiros no negócio do vinho do Porto, temos notícias que remontam aos alvares de setecentos. Sabemos alguma coisa sobre a relação entre os Porto “vintage” e a evolução das garrafas no mercado portuense. Fica a certeza que o Porto acompanhou a moda de envelhecer os seus melhores vinhos em garrafeiras, como sucedeu com outros grandes vinhos do mundo ao longo da segunda metade do século XVIII.

6. Fontes

AHMP, L. 2090, *Registo Geral*

AHMP, L. 1370, *Imposição do Vinho*

AHMP, L. 1324, *Imposição do Vinho*

AHMP, L. 81, *Vereações*

AHMP, L. 1357, *Imposição do Vinho*, fls. 193 e AHMP, L. 1359, *Imposição do Vinho*, fls. 211.

AHMP, L. 1319 a 1341, *Imposição do Vinho*.

AHMP, L. 1332, *Imposição do Vinho*.

APM, *Livro das eleições dos mordomos*

7. Bibliografia

LIMA, Eng. J. da Costa, *Porque é que os armazéns de vinho do Pôrto se encontram em Gaia?* in “O Tripeiro”, Série V, Ano I, fasc. 3, Porto, 1945.

CRUZ, António – *Os Mesteres do Porto*: Porto, 1943.

MACAHDO, Maria de Fátima Pereira – *O Porto de D. Manuel I a D. João III (1518-1530)*: Porto, Faculdade de Letras, 1997, p. 109 (edição policopiada).

GUIMARÃES, Gonçalves - *A Oficina de Tanoaria de Miguel dos Santos Oliveira*: Vila Nova de Gaia, Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, 1998.

SILVA, Francisco Ribeiro da - *O Porto e o seu Termo – Os Homens, as Instituições e o Poder*, Porto: AHMP, 1988, Vol. I e II.

CARDOSO, António Barros – *Baco & Hermes – O Comércio Interno e Externo dos Vinhos do Douro*: Porto – GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto, 2003, Vol. I e II.

ARTS ET MÉTTIERS DU VIN – edition du Musée Vaudois de la Vigne et du Vin, s. d.

TAVARES, Rui – *Do Almazem Régio à Alfândega Nova: Evolução de um tipo de arquitectura portuária*. In “A Alfândega Régia e o despacho Aduaneiro”: Porto, Câmara Municipal do Porto, 1990.

COSME, Susana Rodrigues – *Garrafas da Época Moderna na Casa do Infante*. In “Actas del Simpósio de La Asociación Internacional de Historia y Civilización de La Vid y el Vino”, Puerto de Santa María, 2001, Vol. I.

PEREIRA, Gaspar Martins – *Origem e evolução de um grande vinho*: in “Porto Vintage”, Porto, IVDP – Campo das Letras – Editores, S.A., 1999.

FERNANDES, Rui – *Descrição da cidade de Lamego duas léguas (1532)*. In “Inéditos de História Portuguesa. Tomo V. Lisboa: Academia Real das Ciências, 182.

WARNER, H. Walter – *The Wines of Portugal*. In SIMON, André L. (ed.) - “Wines of the World”, Londres, 1962.

PEREIRA, Gaspar Martins – *Origem e evolução de um grande vinho*: in “Porto Vintage”, Porto, IVDP – Campo das Letras – Editores, S.A., 1999.

APPROXIMATIONS AND DISTANCING BETWEEN CONTEMPORARY ART AND DECOLONIAL THINKING: DOCUMENTA 14 AND MASP¹

Aldones NINO

University of Granada / Federal University of Rio de Janeiro.

aldones.c@gmail.com

Abstract

This article aims to analyze recent artistic proposals that work with categories such as post coloniality and decoloniality. The present research analyzes the institutional places and platforms of diffusion of this recent production, a dynamic process that is creating new cultural manifestations, in several geographies, with interest to question the remaining of the cultural submission, starting from a work of interpretation and visibility based on mechanisms linked to politics and resistance. We will seek a transnational dialogue, based on the public programs of *documenta 14* and the São Paulo Museum of Art (MASP), highlighting the commitment that these programs have in evidencing the emergence of new narratives starting from the booming of themes that involve histories, establishing the possibility of creating debates in which the remnants of colonial structures that are sometimes questioned, sometimes evidenced. Such programs can be seen as a set of elements that help to reflect on a new political, social and global order.

Keywords: Contemporary Art, Public Programs, Curatorship, Decoloniality.

Resumo

Esta comunicação tem como objetivo analisar propostas artísticas recentes que trabalham com categorias como *pós colonialidade* e *decolonialidade*. A pesquisa apresentada analisa os lugares institucionais e plataformas de difusão desta produção recente, processo dinâmico que está criando novas manifestações culturais, em diversas geografias, com interesse de questionar os restos da submissão cultural, partindo de um trabalho de interpretação e visibilidade com base em mecanismos vinculados à política e resistência. Buscaremos um diálogo transnacional, com base nos programas públicos da *documenta 14* e do Museu de Arte de São Paulo (MASP), destacando o compromisso que estes programas possuem em evidenciar o surgimento de novas narrativas que partem da ebulição de temas que envolvem histórias, instaurando a possibilidade de criação de debates em que os resquícios de estruturas coloniais são ora questionados, ora evidenciados. Tais programas podem ser encarados como um conjunto de elementos que ajudam a refletir sobre uma nova ordem política, social e mundial.

Palavras Chave: Arte Contemporânea, Programas Públicos, Curadoria, Decolonialidade.

¹This text is the result of the debates generated in the XIII International Conference on Great Problems of the European Space in the Faculty of Letters of the University of Porto (May / 2018) and in the Conversation Circuit of the Public Art Gallery Short Circuit, organized by the School of Fine Arts of the Federal University of Rio de Janeiro (October / 2018).

1. Crisis, Historiography and Erasure

This text aims to bring the reflection on the relation between public programs and decolonial thinking, discussing how some themes are inserted in museums' agendas and other important events related to contemporary art. Such questions are at the center of global debates about culture, and are highlighted here, so their relation with decolonial thinking can be understood. This objective of this text is to contribute to the reflection on epistemological interlacings, which contributes to the formulation of artistic and curatorial practices that question European colonial legacies explicitly. There is nothing new about dealing with the matters of identity and sense of belonging throughout the visual arts, especially when the dynamics of societies with colonial tradition are considered. The main focus of this reflection lies in the notion of 'Europe', considering its reverberations nowadays. These questions intensify after the second half of the twentieth century, with the independence movements that resulted in new countries that soon began to review their histories, in the words of the Portuguese researcher António Pinto Ribeiro,

No final do milénio, a queda do muro de Berlim e o surgimento, a Leste, de outros países que de certo modo constituem parte do movimento pós-colonial, impuseram novas interrogações sobre a noção de Europa e sobre o legado da filosofia ocidental² (RIBEIRO, 2006, 11).

One of the central concepts to this paper is the border epistemology, as postulated by the Venezuelan professor Arturo Escobar, in *Mundos y conocimientos de otro modo* (2003), the author understands border epistemologies as “o que emerge nos momentos de fratura dentro do imaginário do sistema-mundo produzindo uma dupla crítica (do eurocentrismo, ao mesmo tempo que das tradições excluídas). [...] é o deslocamento e ponto de partida como crítica e afirmação de uma ordem alternativa do real³” (ESCOBAR, 2003, 66). The world-systems theory originates in the ideas of the historian Fernand Braudel⁴, based on the study of the interrelations between the social system and the advance of the global capitalism between different countries. According to traditional approaches, the economic, political and sociocultural spheres are separated into distinct analysis, but this theory offers an unit for investigations based on the interconnection that permeates all processes. Immanuel Wallerstein continued these analyses⁵, postulating the formation of this system started at the 16th century and followed an expansion process that culminated in the current global system of economic exchanges. This system works according to a series of hierarchies that unequally establish the benefits and losses.

In his book *European Universalism: The Rhetoric of Power* (2007), Wallerstein approaches theses that defend the social and economic foundations of modernity, use rhetorical frameworks used

²Free translation: At the end of the millennium, the fall of the Berlin Wall and the emergence in the East of other countries that are in some way part of the postcolonial movement have imposed new questions on the notion of Europe and on the legacy of Western philosophy.

³Free Translation: what emerges in moments of fracture within the imaginary of the world-system producing a double criticism (of Eurocentrism, at the same time as of the excluded traditions). [...] is the displacement and starting point as criticism and affirmation of an alternative order of the real

⁴ Braudel, F. *The Mediterranean and the Mediterranean World in the Age of Philip II* (2 Vols). New York: Harper and Row, Publishers, 1972, 1973.

⁵ WALLERSTEIN, I. *The Modern World System*. New York: Academic Press, 1974.

to reassert a superiority of the western (Europe-United States) of techniques and strategies is the so-called "European Universalism". He states that we must persist in attempting to analyze the world-system of our transitional time, and thus " esclarecer as alternativas disponíveis e, portanto, as escolhas morais que teremos de fazer e, finalmente, lançar luz sobre os caminhos políticos que desejamos seguir⁶" (WALLERSTEIN, 2007, 124). So the collapse of European Universalism points to the blossoming of another age, which no longer uses rhetorical frameworks to propose unique paths of action and understanding of the world.

So let's highlight the events involving activities that took place at *documenta 14* and the Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP). Locating the public programs of these institutions as agglutinative elements of issues that stress our present moment, locating contemporaneity within this crisis of hegemony. Before we go into the specificity of these public programs, I think it is necessary to make two clarifications about decolonial thinking, in order to mark the specificity of decolonial thinking in the face of postcolonial theories. To do so I am going to mention two authors who contributed to the development of this thought.

The first is the Argentine researcher Walter D. Mignolo, who wrote works like *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar* (1999) and *Desobediência epistémica. Retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad* (2010). In *Desobediência Epistémica*, the author affirms that post colonialism and critical theory are transformational projects which operated almost exclusively from the perspective of the European and American academy. The decolonial option is a project of epistemic detachment for the sphere of the social, although it also turns to the academic scope, this is seen as part of the social world, thus diluting the idea of a center of action and elaboration (MIGNOLO, 2010, 15). Another author with enormous contributions to decolonial thinking is the researcher Catherine Walsh, professor at Universidad Andina Simón Bolívar (Ecuador). She is co-editor with Walter Mignolo of the book *On Decoloniality: Concepts, Analytics, Praxis* (2018), and series editor *Pedagogías decoloniales: Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir*, published in two volumes (2013-2017). In an interview⁷, Walsh presents what she considers to be the main contribution of a decolonial pedagogy, which is the fact it does not need an author, a manual, recipes or schemes that advocate for a form. It is the posture of continually questioning and asking, recognizing that there is a power structure, and such a structure maintains continuities, due to the intrinsic colonial / modern relationship.

Postulated these two contributions, it is worth mentioning in the field of art history, this sort of questioning and request for revision, maintains important historical precedents. I am specifically interested in the text published in *Arts Magazine* in December 1988, by the poet and art critic John Yau, entitled: *Please Wait By the CoatRoom: Wilfredo Lam in the Museum of Modern Art*. The text turns to the question of the disposition of the painting *The Jungle* (1943) of the Cuban artist Wilfredo Lam which was arranged in the hall that leads to the museum cloakroom. For the critic, the position of

⁶ Free Translation: clarify the available alternatives and therefore the moral choices we will have to make and finally shed light on the political paths we wish to pursue.

⁷ Source: UTV Esmédios UNIMINUTO. Colômbia, Fev. de 2017. mp4, 25m. Fonte: <<https://bit.ly/2CGEV8X>> Access in 10th September, 2018.

the painting, far from the museum's galleries, reveals a logic that runs through various institutions. Placing such a work in a passage space near the entrance door would be a reflection of a hierarchical view of the artistic manifestations. Wilfredo Lam in an interview with Max-Pol Fouchet in 1976 says

Eu queria, do fundo do meu coração, pintar o drama do meu país, mas expressando minunciosamente o espírito negro, a beleza da arte plástica dos negros. desse modo, eu podia agir como um cavalo de Troia que jorraria figuras alucinantes com o poder de surpreender e perturbar os sonhos dos exploradores. Eu sabia que estava correndo o risco de não ser entendido nem pelos homens nas ruas nem pelos outros. Mas um retrato verdadeiro tem o poder de colocar a imaginação para trabalhar, mesmo que isso possa levar algum tempo (YAU, 2018, 83)⁸.

While Lam sought to be a Trojan Horse, in Yau's understanding, MoMA redefined him as an office boy who waits without entering the galleries. The text of John Yau considers the influence of the writing of William Rubin⁹ (1927-2006) in the positioning of *The Jungle*, because, Yau finds only a paragraph of six sentences on the painting of Lam, written by Rubin, and still with several problematics, about which he discourses phrase to phrase. The task of John Yau concerns us in this study specifically by two points, the first is how a historiography of art that seeks to frame artists in a continuing tradition of Western art can result in systemic deletions, and also by the alert made by the author who says "com a proximidade do fim do século e estando num país cuja demografia está mudando rapidamente, talvez tenha chegado a hora de reavaliar essas suposições¹⁰" (YAU, 2018, p. 82).

2. Enunciation policies and memory

The city of Kassel (Germany) has an interesting history for thinking about some exchanges between history, art and politics. This city was home to some very emblematic episodes, which I consider relevant in the history of *documenta*. Created in 1955 by curator Arnold Bode, the headquarters of *documenta* is the museum *Fridericianum* opened in 1779, the first public museum in Europe. The city suffered strategic attacks between February 1942 and March 1945. In a single attack carried out between 22 and 23 October, 150,000 people were bombed, resulting in the destruction of the entire city center, plus a fire that lasted seven days, also destroying the Fridericianum Museum. Another powerful image are photographs found in many historical archives, where trains carrying people to concentration camps hold the inscription *Deutsche Reichsbahn Kassel*¹¹.

Throughout Germany, museums have begun to remove modern works of art under the official *entartete Kunst* (degenerate art). The term "degeneration" (*Entartung*) was borrowed from medicine to art in the late nineteenth century, a word originating in the German Middle Ages, which meant "going

⁸Free translation: I wanted, from the bottom of my heart, to paint the drama of my country, but expressing meticulously the black spirit, the beauty of black art. so I could act like a Trojan horse that would gush forth hallucinatory figures with the power to surprise and disturb the dreams of the explorers. I knew I was in danger of being misunderstood by the men on the streets or by the others. But a true portrait has the power to put the imagination to work, even if it may take some time.

⁹ Director of the painting and sculpture department of MoMA between 1973 and 1988.

¹⁰ Free translation: with the approach of the end of the century and being in a country whose demographics are rapidly changing, it is perhaps time to re-evaluate these assumptions.

¹¹ German national railway system created after the end of World War I from the regional railways of the individual states of the German Empire.

out of style". In this way, works that did not meet the art and beauty conception of *Deutsche Kunst* (German art). On July 19, 1937, the exhibition "Degenerate Art" was inaugurated in Munich, with 650 works confiscated from 32 German museums. The exhibition received more than two million visitors, counting on the exhibition of images in schools and associations affiliated to the regime. This process was already outlined in 1930, when Minister Wilhelm Frick issued the *Wider Die Negerkultur für deutsches Volkstum* (Against Black Culture, in favor of German nationalism) decree.

In 1955, Arnold Bode sought to bring the avant-garde, who had been defamed and banished back to Germany and reintroduce it to a large audience that had long been deprived of these works, while also seeking to promote conversations in the contemporary arts in opposition to the specters of nationalism, neo-Nazism and fascism. With the five-year periodicity, soon the documenta took a prominent place in the agenda of global contemporary art events, together with the Venice Biennale and the São Paulo Biennial. From the 1990s, the *documenta* joined the global decentering movement of the Western historical-artistic canon. Evidenced by two unpublished events, in *documenta X* (1997), for the first time the artistic direction was not exercised by a man from the Germanic Europe, but by the French curator Catherine David. A fact that was added to the spatial decentralization inaugurated with *documenta 11* (2002), curated by the Nigerian Okwui Enwezor (first non-European curator), with platforms in Berlin, Vienna, New Delhi, Saint Lucia and Lagos, this was the *first truly global, postcolonial documenta exhibition*¹².

In 2015 the Greeks decided in a referendum not to accept the conditions of the International Monetary Fund (IMF) and the European Central Bank (ECB) for financial aid, as the required measures included raising taxes and cutting pensions. Thousands of "No" supporters crowded into Syntagma Square in central Athens, displaying Greek flags and posters with the word OXI (No), repeating slogans against austerity. "No, for a free country" and "No, for the future, for our children," said some of the posters. The protesters shouted Oxi, oxi, some sang and others danced. This event has a double symbology because it was an event resulting from the 2008 global financial crisis, and the city of Athens has a great historical weight, since the city is considered as one of the "cradles of Western epistemology", since the city was the birthplace of Plato and Aristotle. Founder of Ethics, Logic, Ethics, Method, Dualism, Theory of Ideas, Demiurge, Concept, Justice, Physics, Rhetoric, Metaphysics, Poetics, Politics, Virtue, among many other creations, which laid the foundations of a universalist science. In the text *Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política* (2008), Walter D. Mignolo says

O que os pensadores gregos chamaram de filosofia (amor à sabedoria) e os pensadores aymara, de tlamachilia (pensar bem) são expressões locais e particulares de uma tendência comum e uma energia em seres humanos. O fato de que a "filosofia" se tornou global não significa que também é "uni-versal." Simplesmente significa que o conceito grego de filosofia foi assimilado pela intelligentsia ligada à expansão imperial/colonial, aos fundamentos do capitalismo e da modernidade ocidental¹³ (MIGNOLO, 2008, 298).

¹²Documenta official website: Source: <<https://www.documenta.de/en/retrospective/documenta11>>. Access in 10th October, 2018.

¹³Free translation: What Greek thinkers called philosophy (love of wisdom) and Aymara thinkers, tlamachilia (think well) are local and particular expressions of a common tendency and an energy in human beings. The fact that

All this development has resulted in the *documenta 14* (2017), conducted by the artistic director Adam Szymczyk, where the chosen theme was "the South as a State of Mind", fact that evidenced the relevance of this question in the international scope. The proposal of the event had the interest of pointing out the possibility of another sphere of relations with Europe, starting from the South as a "mental state". The central idea was to construct a mentality that could reject, rebel and present new possibilities of non-passive communication, contrary to the verticalization of orders, thus defending a horizontality of decisions. The South, in this case, appears as a possibility of insurrection in the face of the crisis that is taking place in the world. For the first time, the model initiated by Okwui Enwezor (*documenta 11*) was ripped and the exhibition was also based in southern Europe. And there was no charge of tickets at the Athens-based exhibition.

Adam Szymczyk invited philosopher and curator Paul B. Preciado to create public programs, which sought to discuss the need for alliances between artists, activists and critical thinkers, in order to build open, anti-monumental forms within the existing institutional ruins¹⁴. Thus, it was proposed ways of collectively experimenting with a radical transformation of the public sphere and proliferation of new forms of subjectivity, not creating distinctions between speech and performance, theory and action, criticism and art. Documenta's public programs were started seven months before the opening of the exhibition (September 2016). Entitled *The Parliament of Bodies*, which was based on the idea that the Parliament¹⁵ was in ruins, soon the "true" Parliament was in the streets, constituted by undocumented and undocumented entities that resisted to measures of austerity and xenophobic policies¹⁶. Such programs have a dimension that deserves detailed analysis, but in this text our objective is to insert their central ideas so that they are considered within the complexity of a global neoliberal economy, and in a context of growing neocolonial and neofascist discourses. Fundamental references for the organization of public programs are societies of friends that emerged in the late nineteenth century, generating activities which sought to foment the abolitionist struggle. These associations of friends wanted to develop at the same time epistemological, discursive, political and poetic imagination alternatives to the colonial regime, functioning as "a public countercultural program¹⁷", such as

In 1787, eleven friends founded the Society for the Abolition of the Slave Trade in England, with the aim of informing the public about the treatment of enslaved Africans within England, in the colonies, and on plantations, campaigning in favor of a new law to abolish slave trade locally and overseas, and establishing areas in West Africa where Africans could live free of the risk of capture and sale into slavery. The members of the Society pursued these proposals vigorously by writing and publishing antislavery books, abolitionist prints, posters, and pamphlets and by organizing public lecture tours and theatrical displays in English towns and cities. A year later, following the same model of action, La Société des Amis des Noirs was founded in France. Organized as "societies of friends," both groups promoted the creation of

"philosophy" has become global does not mean that it is also "uni-versal." It simply means that the Greek concept of philosophy was assimilated by the intelligentsia tied to imperial / colonial expansion, to the foundations of capitalism and Western modernity.

¹⁴ Source: <<https://www.documenta14.de/en/calendar/1351/d14-sessions-8>> Access in 10th October, 2018.

¹⁵ Understood as a political representation of citizens within the governmental structure of a constitutional regime.

¹⁶ Source: <<https://www.documenta14.de/en/public-programs/>> Access in 10th October, 2018.

¹⁷ Ibidem.

social and friendly bonds between those who were considered legally and politically unequal. Two years later, in 1791, the revolt of slaves on the Caribbean island of Saint-Domingue developed into the first major antislavery revolution¹⁸.

The *Parliament of Bodies* took place in two emblematic buildings of the city, which offer elements to think not only of history and memory, but also illustrate different ways of dealing with public cultural industries within the spectrum of contemporary neoliberalism. So the activities took place in the *Parko Eleftherias* (Liberty Park), created in the area where there was a complex of military districts of the nineteenth century. The building of the *Athens Municipality Arts Center* was a military junta headquarters from 1967 to 1974 (Regime of the Colonels), and just behind this building is the *Museum of Anti-dictatorial and Democratic Resistance*, which in turn was an installation for detention and torture. Thus both spaces were the scene of repressive governmental measures, including censorship, persecution and torture of dissidents. The building of the *Athens Municipality Arts Center* underwent renovations in the 1980s and was transformed into the traditional "white cube" so that it could be used as a contemporary art space and a public gallery. *The Museum of Anti-dictatorial and Democratic Resistance* was partially rebuilt, while retaining its interior spaces as in the 1960s and 1970s. The disconnection of both buildings reveals distinct ways of dealing with historical processes of violence. For the realization of the Parliament of Bodies the concept of open form was developed by Oskar Hansen¹⁹, which started from critical ideas of the traditional conceptions inherited by Le Corbusier, thus contributing for rethinking contemporary architecture and urbanism. Starting from this idea, the Greek architect Andreas Angelidakis was invited to transform the architecture of both buildings, an activity that he called an exercise of research restoration. A direct connection was created in both spaces by reopening the back door of the building, the panel walls were partially cut off, allowing the stone walls to emerge showing the material history of the building, and the windows were covered with black curtains. In this space it is tried to avoid facing the public as aesthetic visitors or neoliberal consumers. Angelidakis designed a soft architecture composed of sixty-eight blocks of fake concrete "ruins" that can be assembled and remounted in various ways that rearrange the inner structure of space. For each one of the activities occurred the reorganization of these Ruins, creating different platforms for enunciation, exhibition or action.

The *documenta 14* was accompanied by publications that explore forms of writing - such as letters, stories, parables, essays, diaries, speech acts, legal documents, propaganda, poetry, among others. Including *South as a State of Mind*, a magazine founded by Marina Fokidis in Athens in 2012, and since the beginning of 2015, has temporarily become *the documenta 14 journal*, presenting and accompanying the research processes that train the exhibition. Its four editions focused on: [2015 # 1] Examining forms and figures of displacement, expropriation and modes of resistance - aesthetic, political, literary, biological; [2016 # 2] Explores questions of identity and silencing, orality and recognition, indigenism and exile, ancestry and repatriation, colonialism and gender violence; [2016 # 3] Concerns the constant correlation between nature, capital, power, and language; [2017 # 4] Seeks to understand violence as one of the structuring devices of our world. *The documenta 14: Daybook*

¹⁸Ibidem.

¹⁹For more details see: Oskar Hansen, Zofia Hansen, "The Open Form in Architecture—the Art of the Great Number". in CIAM '59 in Otterlo, edited by Oscar Newman, Stuttgart: Karl Krämer Verlag, 1961, p. 190–191.

has its emphasis on the 163 days of the exhibition, each artist has a day in the book, which includes a newly commissioned text as well as images selected by the artist specifically for publication, followed by two map leaflets, which are available in the exhibition and can be inserted into the cover sheet, thus completing the book. *The Documenta 14 Reader*, is the main publication of *documenta* and explores the discursive and practical concerns of the project, such as debt, donation, coloniality of power, art economies, languages and coins. An anthology that merges newly commissioned texts into the project as other fundamental ones, involving artists and historical actors included in the *documenta* project. Each of these publications articulates greater historical and political concerns of art, concentrating also on daily activities and practices of resistance.

3. Stories, when the canon is questioned

Across the Atlantic, we can find another interesting point of debate at MASP, a museum founded in 1947, at the initiative of the Brazilian Assis Chateaubriand, founder and owner of *Diários Associados* - at the time the largest conglomerate of communication vehicles in Brazil. Currently the MASP collection is listed by the National Historical and Artistic Heritage Institute (IPHAN), and has the most important and comprehensive collection of Western art from Latin America and the entire southern hemisphere. Throughout its history it has contributed with important initiatives in the field of museology and a marked didactic activities. The MASP (like *documenta*) was a pioneer institution in the promotion and diffusion of the artistic tendencies that emerged after the II World War.

Since November 1968, the headquarters of MASP is the building designed by the architect Lina Bo Bardi - one of the most important modernist works of the country. Its inauguration even counted on the presence of the queen Isabel II. The first temporary exhibition presented in 1969 was *A mão do povo brasileiro*, exhibition designed by Lina Bo Bardi with the director of the museum, Pietro Maria Bardi, the filmmaker Glauber Rocha and the theater director Martim Gonçalves. The exhibition presented a vast panorama of the material culture of Brazil (about a thousand objects). In 2016 the exhibition was rebuilt with the title *A mão do povo brasileiro - 1969/2016*. This attitude was taken by the institution as “um objeto de estudo e um precedente exemplar da prática museológica descolonizadora”²⁰. The central question of this show was: “de que maneira podem ser reconstruídas, lembradas e reconfiguradas as histórias sobre a arte e a cultura no Brasil, para além dos modos, gostos e ofícios das classes dominantes?”²¹. The MASP has a long-lasting project, around the idea of other stories, as the prefix stories, in the plural - open, unfinished and never totalizing - provokes . Also offering a program focused on public school network teachers, seeking to pulverize the discussions presented. These discussions include artists, cultural workers, teachers and activists who help to elaborate a critique of *European Universalism*, from lectures, workshops, publications and film shows.

²⁰ Source: < <https://masp.org.br/exposicoes/a-mao-do-povo-brasileiro-19692016>> Access in 10th October, 2018.

²¹Free Translation: how can stories about art and culture be reconstructed, recalled and reconfigured in Brazil, beyond the modes, tastes and offices of the ruling classes?. Ibidem.

The artistic director of MASP, Adriano Pedrosa, states that “A disciplina da história da arte, com suas raízes, estruturas e modelo profundamente europeus, é o aparato mais poderoso e duradouro do imperialismo e da colonização²²” (PEDROSA, 2018, p.8). So, the guiding question is what other stories can art deal beyond the history of art? What are the other characters, themes, narratives and periods of the discipline itself? In this sense, artistic production could reveal important aspects of several other stories. The MASP has organized, through extensive research, a program that revolves around these questions, generating thematic axes that agglutinate issues and knowledge that also result in exhibitions. However, it is not a closed program, since the themes intertwine in the measure that there is possibility to expand visions and methods beyond the position diffused by the centrality of the western museum. In this sense, in recent years the exhibitions have taken place: *Histórias Mestiças* (2014), *Histórias da Infância* (2016), *Histórias da Sexualidade* (2017), *Histórias Afro-Atlânticas* (2018). These exhibitions are the end result of the program that takes place in previous years, including thematic seminars with the participation of national and international voices that can contribute to these elaborations. In the next years, according to the program presented by the museum, there will be *Histórias do Feminismo e das Mulheres* (2019), *Histórias da Dança* (2020) and *História dos Indígenas* (2021).

Part of the result of these seminars, is followed by publications released together with the catalog in two volumes. Vol. 1 containing the images of the works of the exhibition and texts on the thematic axes, and vol. 2 which presents an anthology of texts. In the Anthology of texts of the exhibition *Afro-Atlânticas*, for example, 44 texts have been published, from *I am not a woman?*, by Sojourner Truth from 1851, the previously quoted text of John Yau, *Please Wait By the CoatRoom: Wilfredo Lam in the Museum of Modern Art* (1988), to rare texts of the historiography of Brazilian art, for example, *The Brazilian black in the plastic arts*, of Clarival do Prado Valladares, originally published in *Cadernos Brasileiros* in 1968. A final session called *Some Questions* is added to this publication, thus presenting texts commissioned for publication with the positioning of artists, who have worked through these questions.

In 2018, the *Seminar on Art and Decolonization* took place at MASP, due to a partnership established between MASP and *Afterall*²³. The research project includes publications of academic articles on the subject between 2018 and 2019, which will be gathered in an anthology to be published in 2020, including other texts that are already reference on art and decolonization. The objective is to raise questions and proposals for the reinterpretation of exhibitions and museum collections, from readings that challenge the traditional narratives of art. Adriano Pedrosa, wondered what would be the path to decolonize the museum, and the answer he finds is very interesting in the scope of this research, because it is necessary to recognize the impasses and incongruities of this idea. He states that “decerto não há uma receita para descolonizar o museu, e há diversos entendimentos em torno

²²Free translation: The discipline of art history, with its deeply European roots, structures and model, is the most powerful and enduring apparatus of imperialism and colonization.

²³Afterall, is a Research Center of the University of the Arts London, located in Central Saint Martins. Founded in 1998 by Charles Esche and Mark Lewis, Afterall focuses on contemporary art and its relationship to a broader artistic, theoretical and social context.

do que isso possa ser”²⁴ (PEDROSA, 2018, p.10). And he emphasizes that the interpretation of those engaged in these attempts is that this project can not be carried out, but in return, it is necessary to continue on this path, since it can always be even more decolonized.

4. Tensioning the structure: problems and positions

After this brief presentation of these two institutions and their public programs, I consider important to problematize these projects, inasmuch as these platforms, even if viewed as a device for criticizing hegemonic structures, can not escape complex challenges that demonstrate their own logic spaces. The first case involves *documenta 14* and exchanges of accusations through public letters, the second aims to point control of institutions mechanisms, which delimit the imaginative geography of certain subalternized groups.

On September 12, 2017, art critic Catherine Hickley published in *The Art Newspaper*²⁵ the article *Documenta faces yawning €7m deficit, seeks financial help*, where it says that the company that runs the *documenta* faces a deficit of 7 million euros and is seeking help from the state of Hesse and the city of Kassel. Soon after being communicated, the mayor immediately called a meeting, the matter informs us that, according to information from a local newspaper²⁶ (HNA), the excess costs of the current edition of *documenta* was partly due to miscalculations by the financial management team, and electric bills were extortionately high because of the cost of air conditioning due to the external temperatures of 40 degrees Celsius, added to the transport of the works between Kassel and Athens.

On September 14, the artistic director of *documenta 14* Adam Szymczyk and the team of curators published an open letter²⁷ in response to this matter of HNA, stressing the importance of maintaining the independence of *documenta* as a public, cultural and artistic institution in the face of political interests. In the letter the team claims that politicians have provoked a turnaround in the media spreading an image of imminent bankruptcy, while presenting themselves as "saviors." They also state that *documenta* is made public in a collective, transnational manner and that it must be kept away from the mechanisms of local, regional, national and associated financial systems. Adam reports that by the end of 2013, when he presented his concept of two sites, clearly all responsible parties were informed. The *Supervisory Board of Documentation gGmbH* and the *International Selection Committee* (both parties concerned) welcomed and authorized the appointment of Adam Szymczyk committing himself to the fulfillment of his project. So it's time to question the mega-exposition's value-production regime, denouncing *the exploitative model under which the stakeholders of documenta wish the "most important exhibition of the world" to be produced*. This statement is sent to the German and international media, hoping to generate a careful discussion of what would be at stake.

²⁴Free translation: there is certainly no recipe for decolonizing the museum, and there are several understandings around what this might be.

²⁵ Source: < <https://www.theartnewspaper.com/news/documenta-faces-yawning-euro7m-deficit-seeks-financial-help>> Acesso em 10th October, 2018.

²⁶ German newspaper Hessische/Niedersächsische Allgemeine - HNA (12/09/2017).

²⁷ Source: < <https://www.theartnewspaper.com/news/documenta-faces-yawning-euro7m-deficit-seeks-financial-help>> Acesso em 10th October, 2018.

On 18th September, 2018 another open letter signed by 212 artists who had participated in *documenta* in various editions was published in ARTFORUM²⁸, with the title "On the emancipatory possibility of decentered exhibitions". It highlights the criticisms that accompanied *documenta 14* since the presentation of the project, such as the challenge of working with local communities in an environment of equality and partnership, inserted in a large exhibition infrastructure, considering also if a mega-exhibition would be the best to break discursive hegemonies. Without ignoring this debate, the letter turns to broad criticism for financial issues, as the shortfall in the operating budget is suggested as a result of Athens. Emphasizing the need to escape from a neoliberal logic that does not allow alternative methods, histories and experiences. The curatorial innovation of *documenta 14* sought to create this meeting space between Athens and Kassel. Although the exhibition has presented a juxtaposition of stories, often misleading, this was its intention, to show the impossibility of total apprehension of the phenomena that cover the culture and the current production, but allowing the creation of platforms where infinite possibilities can occupy the same space beyond traditional hierarchies. Thus, with the accumulation and impossibility of seizure in its totality, the exhibition would be fulfilling one of its objectives. They further state that:

We feel that casting a false shadow of criticism and scandal over *documenta 14* does a disservice to the work that the artistic director and his team have put into this exhibition. Shaming through debt is an ancient financial warfare technique these terms of assessment have nothing to do with what the curators have made possible, and what the artists have actually done within this exhibition²⁹.

4. Conclusions

Both the curatorial team and the artists involved in this project recognize the challenges. However, in locating decolonial thinking in this context, some positions may be dubious, so I repeat Catherine Walsh's speech to the extent that so many cultural workers, artists and the institutions must follow the decolonial pedagogy proposing a constant exercises that is to continue questioning, not proposing objective forms, but rather exercising a critical eye and tensing these forces more and more. For all the financial interests involved in this debate, the defense should be directed not to institutions, but it is everyone's task to find ways to maintain the possibility of discussion, because only then can we find a way out to these issues, which have long ceased to be of specific groups, since the path that has been pursued, both in the arts and in other areas, locate this debate as a central problem of the whole society.

To think about the positioning of certain agents and proposals in this contemporary cultural system it also must be taken into account the risk of spectacularization and emptying, which can sometimes measure the freedom of certain agents with the interest of satisfying an audience that does not have a real commitment to some kind of change, which in the case of decolonial thinking is one of

²⁸ Source: < <https://www.artforum.com/news/documenta-14-artists-defend-exhibition-in-open-letter-71159>> Access em 10th October, de 2018.

²⁹Source: < <https://www.artforum.com/news/documenta-14-artists-defend-exhibition-in-open-letter-71159>> Access em 10th October, de 2018.

the central objectives. For, as the Brazilian artist Jota Mombaça points out, power operates by fiction, and these fictions produce our world with distinct effects for certain groups through multiple mechanisms that distribute violence disproportionately, this idea is debated in greater depth in its text *Rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência!*, published with the support of the 32nd São Paulo Biennial, where she states that:

Liberar o poder das ficções do domínio totalizante das ficções de poder é parte de um processo denso de rearticulação perante as violências sistêmicas, que requer um trabalho continuado de reimaginação do mundo e das formas de conhecê-lo, e implica também tornar-se capaz de conceber resistências e linhas de fuga que sigam deformando as formas do poder através do tempo³⁰ (MOMBAÇA, 2016, p.5).

This risk of emptying of some proposals is not new when one thinks the location of certain agents in power structures. For more than half a century Clarival do Prado Valladares, in discussing the position occupied by the black in the Brazilian plastic arts, anticipates questions that many artists and cultural workers who are members of historically subalternized groups face today, he affirms that

A sociedade "branca" sabe armar o circo de suas exposições e promoções, porém, necessita injetar, de tempos em tempos, cotas de validade do "contexto histórico e cultural". Estas são as oportunidades em que artistas negros, [...] são descobertos, assimilados, promovidos e amplamente consumidos pela sociedade "branca"³¹ (VALLADARES, 2018, p.23).

In the 14th edition of the *Festival Internacional de Teatro* (FIT), held in the city of Belo Horizonte, on 17th September, 2018, Jota Mombaça presented in a reading session the text *Mundo = Ferida*³², she points out that by occupying a position within the privileges diagram that constitutes racialized societies it is inserted unequally in these structures, because when it is associated with the framework of the historical struggles that made possible the occupation of these spaces with its body, it is evident the process of updating the structures which aims to delimit their creative and imaginative capacities. Being this point of extreme importance, because the imagination emerges as a basis for thinking new codes, because before something exists it is necessary to be imagined, only creativity and freedom of thought break the limits of what exists and germinate new ways of being, act and be in the world. Then she states that

Num certo sentido, o acesso a circuitos artísticos e intelectuais preocupados com as assim chamadas "políticas da diversidade" está predicado na nossa habilidade em reproduzir - até mesmo como posição crítica - a lógica mesma através da qual somos marcadas. [...] nossa presença está condicionada por uma demanda de auto-objetificação positiva, de acordo com a qual nós devemos sempre endereçar nossa

³⁰Free translation: Releasing the fictions power from the totalizing domain of the fictions of power is part of a dense process of rearticulation in the face of systemic violence, which requires a continuous work of reimagining the world and ways of knowing it, and implies also becoming capable of designing resistances and escape lines which continue to deform the forms of power over time.

³¹Free translation: The "white" society knows how to set up the circus of its exhibitions and promotions, however, it needs to inject, from time to time, quotas of validity of the "historical and cultural context". These are the opportunities in which black artists [...] are discovered, assimilated, promoted and widely consumed by the "white" society.

³²Text not yet published.

desobediência sexual e de gênero e nossa negritude como tema central de nossa especialidade³³.

Another important voice to think about these issues is the Brazilian artist Musa Michelle Mattiuzzi, who has interesting points of intersection with the research of Jota Mombaça, in addition to the joint work, both were residents in document 14 from the Capacete Athens Program. Mattiuzzi wrote a text for vol. 2 of the catalog (anthology of texts) of the Afro-Atlantic exhibition, she raises the same problem of inserting her body in these circuits, questioning the interests involved, she says

quiseram nos fazer crer que tornaram-se nossos "aliados"... Assim, questiono, em minha prática artística, como constranger a política extrativista dessas pessoas brancas, cisgêneras, hegemônicas e supremacistas? essas pessoas que nos roubam e assim também delimitam a nossa geografia imaginativa. Narram nossas histórias como temática social. Esse mecanismo de controle se apresenta como uma oportunidade quando, de fato, é um exercício de poder disfarçado de inclusão. Tal mecanismo, ao se apropriar da reivindicação de grupos subalternizados, gera demanda de representatividade em troca de uma boa imagem institucional, do que seria correto em termos políticos³⁴ (MATTIUZZI, 2018, p. 608).

I have tried to present these questions, pointing out that the initiatives of these institutions can be considered important cases in the understanding of the curatorial logic of public programs, which, in my view, show important changes in the symbolic production of meanings. These institutions are stages of initiatives that present a critique of colonial structures, and question the remnants of coloniality that permeate our present. Documenta and MASP are institutions that present projects of interest to think about how the relationship between contemporary art, humanities and political participation are articulated with the interest of identifying and questioning the interconnection which permeates the continuity of the processes of exclusion occurring at different temporal and spatial scales, making use of diverse disciplines linked to the arts and helping in their understanding and development. Different geographies point to the growing interest the theme has acquired in contemporary debates. Proposing a reflection about the importance of the existence and resistance of different identity consciousnesses, as well as other communication and cognition processes.

5. Bibliographic references

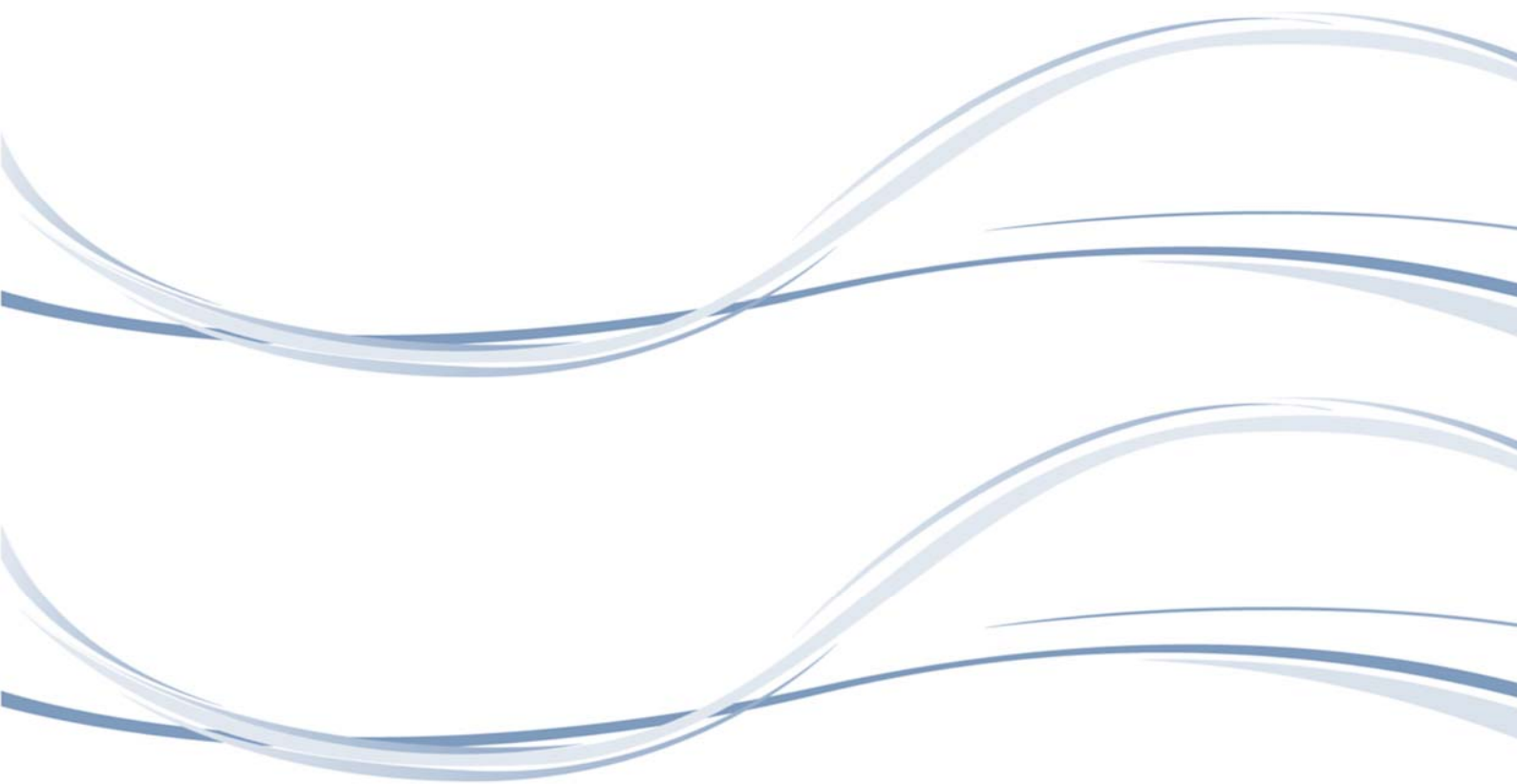
AHMED, N.; GILL, G.; VANGAD, R. C. (2015). *Negative Moment: Political Geology in the Twenty-First Century*. - South Magazine Issue #6 [documenta 14 #1] - documenta 14.

ANTONAS, A. (2015). *The Construction of Southern Ruins, or Instructions for Dealing with Debt* - South Magazine Issue #6 [documenta 14 #1 - documenta 14.

³³Free translation: In a sense, access to artistic and intellectual circuits concerned with the so-called "politics of diversity" is predicated on our ability to reproduce - even as a critical position - the very logic through which we are marked. [...] our presence is conditioned by a demand for positive self-objectification, according to which we must always address our sexual and gender disobedience and our negritude as the central theme of our specialty.

³⁴Free translation: they wanted us to believe that they became our "allies" ... So, I question, in my artistic practice, how to constrain the extractive politics of these white people, cisgenic, hegemonic and supremacist? these people who rob us and so also delimit our imaginative geography. They narrate our stories as social themes. This control mechanism presents itself as an opportunity when, in fact, it is an exercise of power disguised as inclusion. Such a mechanism, by appropriating the claim of subalternized groups, generates demand for representativeness in exchange for a good institutional image, of what would be politically correct.

- BHABHA, H. K. (1997). "Culture's In-Between". In: HALL, S.; GAY, P. D. *Questions of Cultural Identity*, Londres: SAG.
- CASTRO-GÓMEZ, S.; MENDIETA, E. (1998). *Teorías sin disciplina (latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate)*. México: Miguel Ángel Porrúa.
- ESCOBAR, A. (2003). Mundos y conocimientos de otro modo. *Tabula Rasa*. Bogotá - Colombia, No.1: 51-86.
- MATTIUZZI, M. M. (2018). Histórias Afro-Atlânticas. in: PEDROSA, A.; CARNEIRO, A.; MESQUITA, A. (Org.). *Histórias afro-atlânticas: [vol. 2] antologia*. São Paulo: MASP,.
- MATO, D (2003). Estudios y otras prácticas latinoamericanas en cultura y poder. In: WALSH, C. (Ed.) *Estudios culturales latinoamericanos retos desde y sobre la región andina*. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar / Abya-Yala.
- MIGNOLO, W. D. (2008). Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*, nº 34, p. 287-324.
- MIGNOLO, W. D. (2010). *Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad*. Buenos Aires: Ediciones del Signo.
- MIGNOLO, W. D. (2013). *Historias locales, diseños globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*. Madrid: Akal.
- MIGNOLO, W. D. (2003). Las humanidades y los estudios culturales: proyectos intelectuales y exigencias institucionales. In: WALSH, C. (Ed.) *Estudios culturales latinoamericanos retos desde y sobre la región andina*. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar / Abya-Yala.
- MOMBAÇA, J. (2016). *Rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência!*. Fundação Bienal de São Paulo.
- PEDROSA, A. (2018). History, Histórias. in: PEDROSA, A.; CARNEIRO, A.; MESQUITA, A. (Org.). *Histórias afro-atlânticas: [vol. 2] Antologia*. São Paulo: MASP.
- RIBEIRO, A. P. (2006). Proposição. In: *O Estado do Mundo*. Edições tinta-- da--china: Lisboa.
- VALLADARES, C. P. (2018). O negro brasileiro nas artes plásticas. in: PEDROSA, A.; CARNEIRO, A.; MESQUITA, A. (Org.). *Histórias afro-atlânticas: [vol. 2] antologia*. São Paulo: MASP.
- WALLERSTEIN, I. (2007). *O Universalismo Europeu: a retórica do poder*. São Paulo: Boitempo.
- YAN, J. (2018). Por favor, aguarde no guarda-volumes. in: PEDROSA, A.; CARNEIRO, A.; MESQUITA, A. (Org.). *Histórias afro-atlânticas: [vol. 2] antologia*. São Paulo: MASP.



Parte II
Sociedade e Mudança
Society and Change





TAX CHALLENGES IN THE TECHNOLOGICAL AND DIGITAL CONTEXTS

Glória TEIXEIRA

Faculty of Law, University of Porto
gteixeira@direito.up.pt

Marlene Teixeira de CARVALHO

Bank of Portugal
martcarvalho@gmail.com

Abstract

Society has undergone very significant technological and digital changes. The significance of e-commerce is increasing in corporate life and influences the growth of the economy in the Member States and across Europe. The inherent advantages of this reality are various but the challenges are even more and more pressing.

Delimiting our theme to the tax challenges, we refer to the difficulties existing in the national tax systems, with an inappropriate social taxation system not fitting to the current reality, with the necessity of the enforcement of VAT to the new digital services and alteration of the regulatory framework on transfer pricing, a more assertive fight against abusive tax planning, tax competition, tax evasion and double taxation (or lack thereof).

It should also be referred to problems related to consumer protection, trust and security in digital services and the processing of personal data, lack of coordination between the public administration and the need for innovation and investment to consolidate the digital single market.

The Member States and the European Union, together with the OECD, should play an active role in regulating these matters. Updating laws and policies to solve the challenges of the digital age is the only way to cope with this new reality and to ensure the economic development of the European Union, alongside consumer confidence, so that consumers can carry out balanced and safe transactions without fear.

Keywords: E-commerce; tax challenges; digital single market;

Resumo

A sociedade tem vindo a sofrer alterações muito significativas em termos tecnológicos e digitais. O comércio eletrónico assume cada vez mais importância na vida empresarial das sociedades e influencia o crescimento da economia dos Estados-Membros e de toda a Europa. Os desafios a solucionar são cada vez mais prementes.

Delimitando a nossa temática aos desafios fiscais, refiram-se as dificuldades existentes nos sistemas fiscais nacionais, com um regime de tributação das sociedades desadequado à realidade atual, com a necessidade da aplicação do IVA aos novos serviços digitais e alteração do quadro regulamentar em matéria de preços de transferência, um combate mais assertivo ao planeamento fiscal abusivo, à concorrência fiscal, à elisão fiscal e à dupla tributação (ou falta dela).

Refiram-se ainda os problemas na defesa do consumidor, a confiança e segurança nos serviços digitais e no tratamento de dados pessoais, a falta de coordenação entre a administração pública e a necessidade de inovação e investimento para sedimentar o mercado único digital.

Os Estados-Membros e a União Europeia, a par da OCDE, devem assumir um papel ativo na regulamentação destas matérias. A atualização das leis e das políticas para solucionar os desafios da era digital são a única forma de conviver com esta nova realidade e garantir o desenvolvimento económico da União Europeia, a par da confiança dos consumidores, para que estes possam efetuar, sem medo, transações comerciais equilibradas e seguras.

Palavras chave: comércio eletrónico; desafios fiscais; mercado único digital;

1. Introduction

The contemporary globalized world is increasingly characterized by technological advances, fast media, e-commerce and digital economy. As a result of this new and auspicious digital era, which brings along numerous challenges, Member States are facing legal orders that are incapable of providing answers to these new realities, and in some areas they have become obsolete. This phenomenon should not be identified as a problem, but only as a necessary and enriching legal and normative evolution, which all the Member States will have to know and apply.

By mastering the challenges in the technological and digital context, it will be easier to solve the impacts, not only for each Member State but, essentially, for the whole European Union, as a digital single market. The aim of this article is to identify the challenges that exist in the European Union, in particular the tax challenges – even without intending to exhaust all of them – and to point out possible solutions to them. The way forward for this work will be facilitated by delineating two main specific objectives: 1) describe the challenges identified by the European Union over the last few years and 2) identify the legislative changes and proposals already presented and outline feasible solutions for the future. Each of these specific objectives will correspond to a chapter.

The analysis will be based upon the concept of e-commerce, its inherent advantages and disadvantages with repercussions on the challenges of the digital age, such as the problems of consumer protection, trust and security in digital services and the processing of personal data, lack of coordination between the public administration, the need for innovation and investment to seduce the digital single market. In terms of taxation, reference should be made to the existing difficulties in European tax legislation namely, a system of income taxation that is inappropriate to the current situation, the need to apply VAT to new digital services and to change the regulatory framework for transfer pricing, a more assertive fight against abusive tax planning, tax competition, tax avoidance and double taxation (or lack thereof).

The monitoring of these matters requires a sound knowledge of European and international legislation, first and foremost the OECD Recommendations and the European Commission's Directives and Communications.

The transformation of the digital economy that we know today as a result of digitization should stimulate the Member States and the European Union to seize the opportunities arising from the digital age. The establishment of a digital single market will only be possible if it is based on tax systems that are coherent and adapted to the new digital reality, respecting tax fairness and transparency, and complemented by the updating of the relevant European legislation.

2. The Challenges

We all know that new technologies are part of our day-to-day life. With them, all the daily life tasks have become easier and the distance in most cases is no longer a problem. The expansion of information technology, technological development, the emergence of the Internet and all that it provides have challenged society, common habits and the national legal systems.

E-commerce is, from the outset, one of the great challenges of the digital era. With its origin in EDI (*Electronic Data Interchange*) technology, e-commerce should be understood as consisting of all forms of business transactions involving both organizations and individuals and which are based on electronic data processing and transmission, including text, sound and image¹.

Its advantages are known, such as the ease of finding jobs, goods and services, stimulating economic growth and investing in innovation. It also strengthens the competitiveness of European industry, making communication easier and making it more flexible, at a lower cost. Accordingly, European citizens and operators shall benefit from such advantages and it is necessary that Community legislation and the characteristics of the Community legal order are adapted to that effect. Directive 2000/31/EC of the European Parliament and of the Council was one of the first ways for the European Union to ensure a high level of integration of Community legislation *"in order to establish a real area without internal borders for Information society services."*² However, we are aware of the emergence of a set of obstacles, bottlenecks and legal obstacles to the proper functioning of the internal market³, which are a direct result of e-commerce, globalization and technological evolution.

In fact, nowadays several problems can be identified such as the deficient coordination between public authorities, where contact is fragmented and incomplete; a lack of consolidation of the global financial system; a lack of interoperability, which implies that businesses and citizens are overburdened by different legal systems when they carry out electronic transactions; prevention of unfair discrimination of consumers and businesses is lacking and confidence or security in digital services and the processing of personal data could be improved⁴. In addition, as digital markets are being segmented, more investment in networks is needed, in combination with more research and innovation⁵ efforts, and also a greater improvement of electronic and digital skills. There are great potential in the emergence of these new services⁶, but the European Union is not fully benefiting from this new reality.

The tax framework of the European Union can be pointed out as one of the main challenges to be solved, which we intend to address more specifically in this article. It will be easy to understand that

¹ See, National Initiative for Electronic Commerce, Resolution of the Council of Ministers no. 94/99, Diário da República No. 198, 1. Series B, August 25, 1999 – Recommendation of the Council Guidelines for the protection of consumers in the context of E-commerce, available in https://read.oecd-ilibrary.org/governance/recomendacao-do-conselho-relativa-as-linhas-directrizes-que-regem-a-proteccao-dos-consumidores-no-contexto-do-comercio-electronico_9789264065802-pt#page5.

² Directive 2000/31/EC of the European Parliament and of the Council of 8 June 2000, on certain legal aspects of information society services, in particular E-commerce, in the internal market («Directive on E-commerce») – Memorandum 3 of the Directive. In Portugal it was transposed through Decree-Law no. 7/2004 of January 7.

³ *"According to Article 14 (2) of the Treaty, the internal market comprises an area without internal frontiers in which the free movement of goods and services and freedom of establishment are ensured."* See: Directive 2000/31/EC of the European Parliament and of the Council of 8 June 2000 – Memorandum 1.

⁴ This is due, for example, to the lack of knowledge of their rights and obligations.

For further developments see, Organization for Economic Co-operation and Development – Recommendation on the guidelines for the protection of consumers in the context of E-commerce.

⁵ See Communication from the Commission to the European Parliament, the European Council, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions – "A new European Agenda for Research and Innovation – Opportunity for Europe to chart its future" – COM (2018) 306 final – Brussels, 15.5.2018.

⁶ For example, in the fields of content and media, health and smart energy meters. See also the Communication from the Commission to the European Parliament, the European Council, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions – "Artificial Intelligence for Europe" – COM (2018) 237 final – Brussels, 25.4.2018.

the changes we see today as good and desirable in structural, societal, mercantile and technological terms cause serious disruption to existing national and European legislation. The tax regimes of today's societies – both national, European and international – are out of date⁷ and in need of reform. They have been designed for traditional business models that are not compatible with current globalization – with new modes of value creation in the digital economy⁸, that require less physical presence and where user contributions and intangible assets play an important role – and with the problems we have already pointed out above. A careful, structured and systematic change is needed, the only one capable of ensuring the uniqueness and effectiveness of the whole digital single market. It should be noted that the implications go far beyond traditional models such as *"economics, politics, governance, enforcement and business models, but also tax and customs administration."*⁹

We can recall that other problems related to double taxation, tax competition, and abusive tax planning¹⁰ had already been identified since the early 1990s. In order to prevent these and other tax obstacles, the European Union has legislated through the «Parent-Subsidiary Directive» and «Interest and Royalties Directive»¹¹ or has used the non-binding Code of Conduct on Business Taxation. However, technological developments, new models of value creation in the digital economy and increasingly fierce tax competition between Member States have led to the reduction of corporate tax revenues¹², despite the support in the Annual Growth Survey for 2015 which recommends that *"broadening tax bases, simplification and enhanced transparency can also help increase the efficiency of the tax system and improve tax compliance as well as the fight against aggressive tax planning."*¹³

⁷ *"The corporate tax systems in place today were conceived to a large extent in the aftermath of World War I. At that time, multinational enterprises were mostly industrial companies, selling tangible products. Business models were largely decentralised, with production processes clearly divided between parent and subsidiary companies. This made source taxation, whereby profits are taxed where they arise, relatively simple to apply. To ensure the fair distribution of tax revenues between countries, while avoiding double taxation, transfer pricing based on the arm's length principle (ALP) was devised. The ALP ensured that the price of intra-group transactions matched comparable market prices, thereby providing a clear means of allocating profits within a multinational enterprise. To resolve cross-border disputes on corporate taxation, bilateral treaties were chosen as the preferred tool, rather than a multilateral approach."* See Communication from the Commission to the European Parliament and to the Council – "A fair and efficient Corporate Tax System in the European Union: five Keys areas for action" – COM (2015) 302 final – Brussels, 17.6.2015, p. 3.

⁸ It is also seen that *"the collaborative economy, by generating social value in the digital economy environment, may offer a new opportunity for growth and development for the countries of the European Union, as it allows untapped resources to be mobilised and gives the initiative to individual people."* p. 1. For further developments see Opinion of the European Economic and Social Committee on Taxation of the collaborative economy — analysis of possible tax policies faced with the growth of the collaborative economy (exploratory opinion requested by the Estonian presidency) (2018/C 081/09) – 2.3.2018.

⁹ Communication from the Commission to the European Parliament and the Council – "A fair and efficient tax system in the European Union for the digital single market" – COM (2017) 547 final – Brussels, 21.9.2017, p. 3.

¹⁰ For further developments see Communication from the Commission to the European Parliament and the Council – "Fiscal Anti-Offset Package: Next Steps for Effective Taxation and Greater Fiscal Transparency in EU" – COM (2016) 023 Final – Brussels, 28.1.2016.

¹¹ Council Directive 2003/49/EC of 3 June 2003 on a common system of taxation applicable to interest and royalty payments made between associated companies of different Member States. In Portugal, it was transposed by Law no. 55/2013 of August 08, 2013, which amended the Corporate Income Tax Code, approved by Decree-Law no. 442-B / 88, dated December 30, November.

¹² For further developments in tax and business tax rates see COM (2015) 302 final.

¹³ Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Central Bank, the European Economic and Social Committee, the Committee of the Regions and the European Investment Bank – "Annual Growth Survey 2015" – COM (2014) 902 final – Brussels, 28.11.2014, p.15.

It is time to weigh the need for tax fairness (which is increasingly desired¹⁴, first and foremost by ensuring non-distortion that damages the single market), on the one hand, and the search for more attractive and competitive regimes, on the other, which further complicates the already arduous task of the European Union and the OECD/G20¹⁵. The challenge is also to deal with the creation of national unilateral measures that are parallel to European regulations and which exacerbate the risk of fragmentation¹⁶. The inertia in solving this problem will only lead to more opportunities for tax evasion, reduced tax revenue for public budgets, a move away from equity and social justice, and increased fiscal uncertainty.

Today, *"the application of the current corporate tax rules to the digital economy has led to a misalignment between the place where the profits are taxed and the place where value is created."*¹⁷ It is questionable how to regulate when there are no physical and intermediate physical boundaries, how to identify the buyer and seller, how to qualify income obtained, how to delimit concepts as a permanent establishment?

For example¹⁸, the following criteria can be seen as one of the aims to achieve a fairer and more efficient taxation¹⁹: *"The underlying principle for corporation tax is that profits should be taxed where the value is created."*²⁰ ²¹ But, where to tax when value is highly fragmented or difficult to allocate?²² What type of tax shall apply to digital transactions?²³ These are major challenges. In addition, each Member State must ensure that it is able to properly assess the activities of the companies under its jurisdiction.

Last, but not least, the single market has to be protected and the European Union has to address all these issues externally (e.g OECD and BEPS project), *"to deal with non-cooperative tax jurisdictions and to increase tax transparency"*²⁴.

¹⁴ " *All taxpayers must pay their fair share, to ensure the level playing field between businesses that is central to the success of the Single Market, and also to protect the European Social Model on which citizens depend.*" – Communication from the Commission to the European Parliament and the Council – "Time to establish a modern, fair and efficient taxation standard for the digital economy" – COM (2018) 146 final – Brussels, 21.3.2018, p. 3.

¹⁵ The OECD has examined this issue in the context of the OECD / G20 BEPS Project – OECD Report on Action 1 of the BEPS «Addressing the Tax Challenges of the Digital Economy», 2015, available in <http://www.oecd.org/tax/addressing-the-tax-challenges-of-the-digital-economy-action-1-2015-final-report-9789264241046-en.htm>.

¹⁶ Member States will accept flexibility but the existence of minimum standards is mandatory.

¹⁷ Proposal for a Council Directive laying down rules relating to the corporate taxation of a significant digital presence – COM (2018) 147 final – 2018/0072 (CNS) – Brussels, 21.3.2018, p. 1.

¹⁸ For further developments regarding the tax challenges arising from the digitization of the world economy, see COM (2018) 147 final.

¹⁹ The approach should pursue the following objectives: equity, competitiveness, integrity of the single market, sustainability. For further development see COM (2017) 547 final.

²⁰ COM (2017) 547 final, p. 7.

²¹ As envisaged in the June 2015 Action Plan for a Fair and Effective Taxation of Societies in the EU (Action Plan for a Fair and Efficient Corporate Tax System in the EU), June 2015. Available at https://ec.europa.eu/taxation_customs/business/company-tax/action-plan-corporate-taxation_en. For further developments see COM (2016) 023 final.

²² " *How to establish and protect taxing rights in a country where businesses can provide services digitally with little or no physical presence despite having a commercial presence.*" See COM (2017) 547 final, p. 7

²³ " *How to attribute profit in new digitalised business models driven by intangible assets, data and knowledge.*" See COM (2017) 547 final, p. 7.

²⁴ COM (2015) 302 final, p. 6.

3. The Legislative Proposals

After the financial crisis which began in 2008, there has been a period of transformation²⁵. In this context, in order to combat the above-mentioned and other problems, the Commission, on 3 March 2010, put forward a strategy for a smart, sustainable and inclusive growth, commonly known as "Europe 2020"²⁶, where five quantifiable EU targets for the 2020 horizon have been presented *"that will steer the process and be translated into national targets: for employment; for research and innovation; for climate change and energy; for education; and for combating poverty"*²⁷. Alongside these, the Europe 2020 strategy set out three priorities: smart, sustainable and inclusive growth, which could be achieved through seven key initiatives, of which we highlight one of relevance for the case under consideration: *"– "A digital agenda for Europe" to speed up the roll-out of high-speed internet and reap the benefits of a digital single market for households and firms."*²⁸

In addition, the European Union believes that it is of the utmost importance to create a single market capable of creating a favorable climate for investment in digital networks, research and innovative companies²⁹. This digital single market *"is one in which the free movement of goods, persons, services and capital is ensured and where individuals and businesses can seamlessly access and exercise online activities under conditions of fair competition, and a high level of consumer and personal data protection, irrespective of their nationality or place of residence."*³⁰ From this, or hypothetically, if all the obstacles to its proper functioning (some already explained above) are tackled and the market is fully operational - incalculable benefits may come for the European Union, such as the further increase in European GDP, the expansion of the digital economy, the promotion of better and new services, etc.

²⁵ Recall the words of José Manuel Barroso: *"2010 must mark a new beginning. I want Europe to emerge stronger from the economic and financial crisis. (...) The last two years have left millions unemployed. It has brought a burden of debt that will last for many years. It has brought new pressures on our social cohesion. It has also exposed some fundamental truths about the challenges that the European economy faces. And in the meantime, the global economy is moving forward. How Europe responds will determine our future."* See Commission Communication Preface – "Europe 2020 – A strategy for smart, sustainable and inclusive growth" – COM (2010) 2020 final – Brussels, 3.3.2010, p. 1.

²⁶ See [EUROPA 2020 - Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, COM\(2010\) 2020](#).

²⁷ COM (2010) 2020 final, p. 4.

²⁸ COM (2010) 2020 final, p. 6. *"The aim is to deliver sustainable economic and social benefits from a Digital Single Market based on fast and ultra fast internet and interoperable applications, with broadband access for all by 2013, access for all to much higher internet speeds (30 Mbps or above) by 2020, and 50% or more of European households subscribing to internet connections above 100 Mbps."* See COM (2010) 2020 final, p. 14. For further developments, see Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions – "A Digital Agenda for Europe" – COM (2010) 245 final/2 – Brussels, 26.8.2010. It should be noted that the creation of opportunities for tax administrations, solutions to reduce administrative burdens, collaboration between tax administrations and the fight against tax avoidance are some of the many advantages inherent in the digital single market.

²⁹ See Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions – "Upgrading the Single Market: more opportunities for people and business" – COM (2015) 550 final – Brussels, 28.10.2015.

³⁰ COM (2015) 192 final, p. 3.

This market is based on three pillars: 1) Better access for consumers and businesses to goods and services online across Europe; 2) Creating the right conditions for the development of digital networks and services; and 3) Optimizing the growth potential of our European Digital Economy³¹.

The European Union has also made use of the Digital Agenda (one of the seven initiatives of the Europe 2020 strategy), where proposals for urgent actions are formulated which may help the European Union to comply with the Europe 2020 plan such as the strengthening of the telecommunications services, access to content, simplifying cross-border and online transactions, building confidence in digital technology, standards and interoperability through coordination, among others.

The European Union, outlined its strategy as mentioned above, and since then has been legislating³² and proposing a set of changes to the national systems in search for the necessary regulatory balance in its various areas and full operation of the digital single market³³. In the tax field, the Commission Report of May 2014³⁴ – identified as urgent to tackle the problems of erosion of the taxable base and transfer of profits³⁵, namely in the context of the digital economy.

Meanwhile, EU member states implemented a set of norms that strengthened tax transparency³⁶ and signed international agreements with Switzerland, Andorra, Liechtenstein, San Marino and Monaco³⁷. Tighter rules have been put in place to prevent EU funds being invested in tax havens³⁸ and other measures to prevent companies from taking advantage of the asymmetries between the tax

³¹ For further development see COM (2015) 0192 final and Annex: roadmap for the full realization of the digital single market.

³² See Regulation (EU) No 1025/2012 of the European Parliament and of the Council of 25 October 2012 on European standardization, amending Council Directives 89/686/EEC and 93/15/EEC and Directives 94/9/EC, 94/25/EC, 95/16/EC, 97/23/EC, 98/34/EC, 2004/22/EC, 2007/23/EC, 2009/23/EC and 2009/105/EC of the European Parliament and of the Council and repealing Council Decision 87/95/EEC and Decision No 1673/2006/EC of the European Parliament and of the Council. See Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions “European Standards for the 21st Century” – COM (2016) 358 final – Brussels, 1.6.2016; Interinstitutional Agreements between the European Parliament, the Council of the European Union and the European Commission on better law-making of 13 April 2016, and European Commission Communication from the Commission — “EU law: Better results through better application” – C/2016/8600 – (2017/C 18/02) – 19.1.2017.

³³ For further development see Communication from the Commission to the European Parliament, the European Council, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions – “Completing a trusted Digital Single Market for all – The European Commission's contribution to the Informal EU Leaders' meeting on data protection and the Digital Single Market in Sofia on 16 May 2018” – COM (2018) 320 final e ANNEX – Brussels 15.5.2018.

³⁴ See Report of the European Commission Expert Group on Taxation of the Digital Economy, May 28, 2014, available at http://europa.eu/rapid/press-release_IP-14-604_pt.htm.

³⁵ See Base Erosion and Profit Shifting - BEPS Project.

³⁶ Council Directive (EU) 2015/2376; Council Directive (EU) 2016/881; Council Directive (EU) 2016/2258; Proposal for a Directive of the European Parliament and of the Council amending Directive 2013/34/EU as regards the disclosure of information on income tax by certain undertakings and branches – COM (2016) 198 final – Strasbourg, 12.4.2016; Proposal for a Council Directive amending Directive 2011/16/EU as regards automatic exchange of obligatory information in the field of taxation with regard to cross – border mechanisms to be communicated – COM (2017) 335 final – Brussels, 21.6.2017.

³⁷ ANNEX – COM (2018) 146 final.

³⁸ September 2016. ANNEX – COM (2018) 146 final.

systems of the Member States and third countries³⁹. They also implemented dispute settlement mechanisms in tax matters⁴⁰ and adopted binding rules in the fight against tax avoidance⁴¹.

Within this framework, recently, in the Communication from the Commission to the European Parliament and the Council – *“Time to establish a modern, fair and efficient taxation standard for the digital economy”*⁴², the Commission specified a number of requirements in adapting the corporate tax system to the 21st century. Accordingly, it presented a Directive proposal on company taxation with a significant digital presence⁴³ and a proposal for a Directive on a common system of a digital services tax.

However, and notwithstanding the validity of the proposed tax Directives, it remains to be seen if member states accept these new tax frameworks.

On the other hand, in international terms, the European Union cannot disregard relations with third countries, guaranteeing an efficient, equitable and competitive market⁴⁴ between EU companies and third countries. To this end, Member States have been concluding double taxation conventions, which will follow closely a Commission recommendation, thus avoiding legislative disharmony and fragmentation in national tax systems.

Finally, the European Union is committed to legislate on other issues where the challenges are also present, as we have seen above, and which can influence the smooth and efficient functioning of the digital single market⁴⁵. Reference should be made namely, to the Regulation on roaming in the European Union⁴⁶, the European Union's Regulation on trust services⁴⁷, the adoption of a European

³⁹ October 2016. ANNEX – COM (2018) 146 final.

⁴⁰ Council Directive (EU) 2017/1852 of 10 October 2017 on tax dispute resolution mechanisms in the European Union.

⁴¹ Council Directive 2015/2376 of 8 December 2015 amending Directive 2011/16/EU with regard to compulsory automatic exchange of information in the field of taxation; Council Directive 2016/881 of 8 December 2015 amending Directive 2011/16/EU as regards compulsory automatic exchange of information in the field of taxation; Council Regulation (EU) 2016/1164 of 12 July 2016 laying down rules against tax evasion practices directly affecting the functioning of the internal market and Council Directive 2017/952 of 29 May 2017 amending Directive 2016/1164 as regards hybrid asymmetries with third countries. In Portugal, Law No 98/2017 of 24 August implemented Council Directives (EU) 2015/2376 and (EU) 2016/881, and amended several diplomas.

⁴² COM (2018) 146 final, p. 1.

⁴³ See, COM (2018) 147 final.

⁴⁴ *“New business models should support entrepreneurship while ensuring a level playing field. All levels of policymaking must ensure that the regulatory environment is simple and supportive to entrepreneurs, especially SMEs. As highlighted in the Commission's reflection paper on harnessing globalization (...)”* (available at https://ec.europa.eu/commission/sites/beta-political/files/reflection-paper-globalisation_en.pdf) See COM (2018) 146 final, p. 3.

⁴⁵ For further developments See Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions – “Commission Work Program 2018” – COM (2017) 650 final – Strasbourg, 24.10.2017, in particular, Annex 1.

⁴⁶ Regulation (EU) 2015/2120 of the European Parliament and of the Council of 25 November 2015 laying down measures concerning open internet access and amending Directive 2002/22/EC on universal service and users' rights relating to electronic communications networks and services and Regulation (EU) No 531/2012 on roaming on public mobile communications networks within the Union.

⁴⁷ Regulation (EU) No 910/2014 of the European Parliament and of the Council of 23 July 2014 on electronic identification and trust services for electronic transactions in the internal market and repealing Directive 1999/93/EC.

Parliament Resolution on E-platforms and the digital single market⁴⁸ and the implementation of an EU-wide online dispute resolution platform⁴⁹.

Other measures are worth mentioning such as adoption of a European Cybersecurity Strategy⁵⁰ with the implementation of the Network and Information Security Directive⁵¹ and the implementation of the European Security Agenda⁵², the approval of the General Data Protection Regulation⁵³, the Directive on the protection of data in the field of police and judicial authorities with regard to the processing of personal data and the free movement of such data⁵⁴, the adoption of a Communication on international data flows⁵⁵, the proposal for the revision of the Regulation on consumer protection cooperation⁵⁶, the conclusion of a new deal for consumers⁵⁷, the adoption of measures to update the

⁴⁸ Of 15 June 2017 – (2016/2276 (INI)) and Regulation of the European Parliament and of the Council on the creation of a digital single platform for the provision of access to information, procedures and support and resolution services for problems and amending Regulation (EU) No 1024/2012 – PE-CONS 41/18 – Brussels, 14.09.2018.

⁴⁹ COM (2015) 192 final and <https://ec.europa.eu/consumers/odr/main/index.cfm?event=main.home.show&lng=EN>.

⁵⁰ JOIN (2013) 1 final. See also the Communication “Resilience, deterrence and defense: building strong cybersecurity for the EU” – JOIN (2017) 450 – Brussels, 13.9.2017.

⁵¹ COM (2013) 48 final. In connection with these matters, see the Opinion of the European Economic and Social Committee on the Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions: “Protecting businesses from misleading commercial practices and effective implementation of the rules” – Revision of Directive 2006/114/EC on misleading and comparative advertising – COM (2012) 702 final – (2013/C 271/11) – 19.9.2013.

⁵² COM (2015) 185 final and https://ec.europa.eu/home-affairs/what-we-do/policies/european-agenda-security_en. Furthermore, with the aim of meeting the objectives of the Agenda for the European Criminal Investigation Decision, Directive 2014/41/EU of the European Parliament and of the Council of 3 April 2014 on the European Investigation Order Criminal Law and the Fourth Money Laundering Directive (Directive 2015/849 of the European Parliament and of the Council of 20 May 2015 on prevention of the use of the financial system for the purposes of money laundering or terrorist financing, amending Regulation (EU) No 648/2012 of the European Parliament and of the Council, and repealing Directive 2005/60/EC of the European Parliament and of the Council and Commission Directive 2006/70/EC). In Portugal see Law No. 83/2017, of August 18 and Law No. 89/2017, of August 21. See also the European Parliament and Council Directive 2016/1148 of 6 July 2016 concerning measures for a high common level of security of network and information systems across the Union. In Portugal, see Law no. 46/2018, of August 13, 2018.

⁵³ Regulation (EU) 2016/679 of the European Parliament and of the Council of 27 April 2016 on the protection of natural persons with regard to the processing of personal data and on the free movement of such data and repealing Directive 95/46/EC and Proposal for a Regulation of the European Parliament and of the Council on the protection of individuals with regard to the processing of personal data and on the free movement of such data (General Data Protection Regulation) COM (2012) 11 final – Brussels, 25.1.2012.

⁵⁴ Directive 2016/680 of the European Parliament and of the Council of 27 April 2016 on the protection of persons with regard to the processing of personal data by competent authorities for the purposes of the prevention, investigation, detection or prosecution of criminal offences or the execution of criminal penalties, and on the free movement of such data, and repealing Council Framework Decision 2008/977/JHA.

⁵⁵ See http://europa.eu/rapid/press-release_MEMO-17-15_en.htm.

⁵⁶ Regulation (EC) No 2006/2004 of the European Parliament and of the Council of 27 October 2004 on cooperation between national authorities responsible for the enforcement of consumer protection laws (the Regulation on consumer protection cooperation) – “that will clarify and develop the powers of enforcement authorities and improve the coordination of their market monitoring activities and alert mechanisms to detect infringements faster.” See COM (2015) 192 final, p. 5. See also in these matters the Proposal for a Directive of the European Parliament and of the Council amending Council Directive 93/13/EEC of 5 April 1993, Directive 98/6/EC of the European Parliament and of the Council of the Directive 2005/29/EC of the European Parliament and of the Council and Directive 2011/83/EU of the European Parliament and of the Council as regards better enforcement and modernization of EU consumer protection rules – (COM 2018) 185 final. In Portugal, see Decree-Law no. 24/2014, of February 14 and Law no. 47/2014, of July 28. Furthermore, Directive 2006/123/EC of the European Parliament and of the Council of 12 December 2006 on services in the internal market, which regulates the purchase or contracting of services by consumers in other European Union countries or the provision of professionals in these countries. In Portugal, see Decree-Law no. 49/2010, of May 19.

⁵⁷ See Communication from the Commission to the European Parliament, the Council and the European Economic and Social Committee – “A New Deal for Consumers” – COM (2018) 183 final – Brussels, 11.4.2018.

regime on misleading and comparative advertising⁵⁸, the adoption of the SOLVIT Action Plan, the creation of the 'Your Europe' Portal⁵⁹, of the Single Points, the Product Contact Points, and the Contact Points for Construction products and the presentation of a proposal for the creation of a Digital Single web Portal⁶⁰ and the European E-Justice Portal⁶¹.

The Commission also adopted a series of measures to reinforce the Capital Markets Union (CMU)⁶², such as the Proposal for a Directive of the European Parliament and of the Council amending Directive 2009/65/EC of the European Parliament and of the Council and Directive 2011/61/EU of the European Parliament and of the Council as regards the cross-border distribution of collective investment funds⁶³, which is foreseen in the Commission Work Program 2018⁶⁴, and should be integrated into the Capital Markets Union Action Plan for the CMU⁶⁵.

4. Conclusions

Every day more than 360 million Europeans use the internet in their daily lives. The challenges inherent in this, as we have seen, are immense and can only be solved by creating a genuine digital single market, integrated in a more cohesive, strong and democratic European Union. E-commerce requires an equitable single market that must be interlinked with effective strategies that foster innovation and economic growth and be open to new global partners.

The proper functioning of this market will depend, first and foremost, in the areas of justice and fundamental rights, on mutual trust, to be guaranteed by the citizens' well-being and effectiveness in obtaining structural solutions in the various areas of European Union intervention, notably the creation of a modern and fair tax framework for the economy, which is conducive to growth. In fact, all these realities must be properly framed in national legal systems and, even before this application, it is mandatory to achieve some form of consistency in European and international law. Only in this way will it be possible to safeguard that the positions taken by the Member States doesn't dismember the single market and make legal implementation and adaptation to these new concepts even more difficult.

The European Union has clearly identified the great majority of the challenges arising from the digital age and has, over the last few years, come up with numerous legislative proposals and adopted

⁵⁸ COM (2012) 702 final (2013/C 271/11).

⁵⁹ See https://europa.eu/youreurope/citizens/index_en.htm.

⁶⁰ "The Commission considers that any established company should be able to expand its operations cross-border online and be pan-European within a month building on the interconnection of business registers and the 'Once-Only' principle." See COM (2015) 192 final, p. 17 and see further http://europa.eu/rapid/press-release_IP-17-1086_en.htm.

⁶¹ https://e-justice.europa.eu/content_find_a_company-489-en.do. For further developments see Report from the Commission – Monitoring the application of European Union law 2017 Annual Report – COM (2018) 540 final – Brussels, 12.7.2018.

⁶² Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions – "Action Plan on building a Capital Markets Union" – COM (2015) 468 final – Brussels, 30.9.2015.

⁶³ COM (2018) 92 final – Brussels 12.3.2018.

⁶⁴ COM (2017) 650 final.

⁶⁵ COM (2015) 468 final and Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions – "On the Mid-term Review of the Capital Markets Union Action Plan" – COM (2017) 292 final – Brussels, 8.6.2017.

various strategies to solve these problems. The path is open but ultimately it will be up to the Member States to move forward and to complete the strategies presented by the European Union. The central priority of the Member States should be to achieve fair, competitive, efficient, growth-enhancing and digital-friendly standards, which must be implemented in each national system, respecting the rules, principles and objectives defined by the Union European Union.

Informação:

"Qualquer opinião expressa neste artigo pertence unicamente à autora, não representando a opinião do Banco de Portugal, a menos que expressamente se afirme que a autora está autorizada para tanto."

5. Bibliography

- Commission Communication Preface – “Europe 2020 – A strategy for smart, sustainable and inclusive growth” – COM (2010) 2020 final – Brussels, 3.3.2010.
- Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions – “A Digital Agenda for Europe” – COM (2010) 245 final/2 – Brussels, 26.8.2010
- Opinion of the European Economic and Social Committee on the Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions: "Protecting businesses from misleading commercial practices and effective implementation of the rules" – Revision of Directive 2006/114/EC on misleading and comparative advertising – COM (2012) 702 final – (2013/C 271/11) – 19.9.2013.
- Report of the European Commission Expert Group on Taxation of the Digital Economy, May 28, 2014. Available at http://europa.eu/rapid/press-release_IP-14-604_pt.htm. [Accessed 25 October 2018]
- Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Central Bank, the European Economic and Social Committee, the Committee of the Regions and the European Investment Bank – “Annual Growth Survey 2015” – COM (2014) 902 final – Brussels, 28.11.2014
- Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions – “A Digital Single Market Strategy for Europe” – COM (2015) 192 final – Brussels, 6.5.2015.
- Action Plan for a Fair and Effective Taxation of Societies in the EU (Action Plan for a Fair and Efficient Corporate Tax System in the EU), June 2015. Available at https://ec.europa.eu/taxation_customs/business/company-tax/action-plan-corporate-taxation_en. [Accessed 25 October 2018]
- Communication from the Commission to the European Parliament and to the Council – “A fair and efficient Corporate Tax System in the European Union: five Keys areas for action” – COM (2015) 302 final – Brussels, 17.6.2015.
- Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions – "Action Plan on building a Capital Markets Union" – COM (2015) 468 final – Brussels, 30.9.2015.
- Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions – “Upgrading the Single Market: more opportunities for people and business” – COM (2015) 550 final – Brussels, 28.10.2015

- OECD Report on Action 1 of the BEPS «Addressing the Tax Challenges of the Digital Economy», 2015. Available at <http://www.oecd.org/tax/addressing-the-tax-challenges-of-the-digital-economy-action-1-2015-final-report-9789264241046-en.htm>. [Accessed 25 October 2018]
- Communication from the Commission to the European Parliament and the Council – “Fiscal Anti-Offset Package: Next Steps for Effective Taxation and Greater Fiscal Transparency in EU” – COM (2016) 023 Final – Brussels, 28.1.2016.
- Proposal for a Directive of the European Parliament and of the Council amending Directive 2013/34/EU as regards the disclosure of information on income tax by certain undertakings and branches – COM (2016) 198 final – Strasbourg, 12.4.2016.
- Interinstitutional Agreements between the European Parliament, the Council of the European Union and the European Commission on better law-making of 13 April 2016.
- Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions “European Standards for the 21st Century” – COM (2016) 358 final – Brussels, 1.6.2016.
- European Commission Communication from the Commission — “EU law: Better results through better application” – C/2016/8600 – (2017/C 18/02) – 19.1.2017.
- Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions - "European Interoperability Framework – Implementation strategy" – COM (2017) 134 final – Brussels, 23.3.2017.
- Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions – "On the Mid-term Review of the Capital Markets Union Action Plan" – COM (2017) 292 final – Brussels, 8.6.2017.
- Proposal for a Council Directive amending Directive 2011/16/EU as regards automatic exchange of obligatory information in the field of taxation with regard to cross – border mechanisms to be communicated – COM (2017) 335 final – Brussels, 21.6.2017.
- Communication “Resilience, deterrence and defense: building strong cybersecurity for the EU” – JOIN (2017) 450 – Brussels, 13.9.2017.
- Communication from the Commission to the European Parliament and the Council – “A fair and efficient tax system in the European Union for the digital single market” – COM (2017) 547 final – Brussels, 21.9.2017.
- Communication from the Commission to the European Parliament, the Council and the European Economic and Social Committee – “On the follow-up to the Action Plan on VAT Towards a single EU VAT area – Time to act” – COM (2017) 566 final – Brussels, 4.10.2017.
- Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions – “Commission Work Program 2018” – COM (2017) 650 final – Strasbourg, 24.10.2017 and Annex 1.
- Opinion of the European Economic and Social Committee on Taxation of the collaborative economy — analysis of possible tax policies faced with the growth of the collaborative economy (exploratory opinion requested by the Estonian presidency) (2018/C 081/09) – 2.3.2018.
- Proposal for a Directive of the European Parliament and of the Council amending Directive 2009/65/EC of the European Parliament and of the Council and Directive 2011/61/EU of the European Parliament and of the Council as regards the cross-border distribution of collective investment funds – COM (2018) 92 final – Brussels 12.3.2018.
- Communication from the Commission to the European Parliament and the Council – “Time to establish a modern, fair and efficient taxation standard for the digital economy” – COM (2018) 146 final – Brussels, 21.3.2018.
- Proposal for a Council Directive laying down rules relating to the corporate taxation of a significant digital presence – COM (2018) 147 final – 2018/0072 (CNS) – Brussels, 21.3.2018.
- Commission staff working document summary of the impact assessment accompanying the document – Proposal for a Council Directive laying down rules relating to the corporate taxation of a

significant digital presence and Proposal for a Council Directive on the common system of a digital services tax on revenues resulting from the provision of certain digital services {COM (2018) 147 final} – {COM (2018) 148 final} – Brussels, 21.3.2018.

Communication from the Commission to the European Parliament, the Council and the European Economic and Social Committee – “A New Deal for Consumers” – COM (2018) 183 final – Brussels, 11.4.2018.

Communication from the Commission to the European Parliament, the European Council, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions – “Artificial Intelligence for Europe” – COM (2018) 237 final – Brussels, 25.4.2018.

Commission Staff Working Document Executive Summary of the Impact Assessment – Accompanying the document Proposal for a Directive of the European Parliament and of the Council amending Directive (EU) 2017/1132 as regards the use of digital tools and processes in company law and Proposal for a Directive of the European Parliament and of the Council amending Directive (EU) 2017/1132 as regards cross-border conversions, mergers and divisions – SWD (2018) 142 final – 2018/0113 (COD) – Brussels, 25.4.2018.

Communication from the Commission to the European Parliament, the European Council, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions – “A new European Agenda for Research and Innovation – Opportunity for Europe to chart its future” – COM (2018) 306 final – Brussels, 15.5.2018.

Communication from the Commission to the European Parliament, the European Council, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions – “Completing a trusted Digital Single Market for all The European Commission's contribution to the Informal EU Leaders' meeting on data protection and the Digital Single Market in Sofia on 16 May 2018” – COM (2018) 320 final e ANNEX – Brussels, 15.5.2018.

Report from the Commission – Monitoring the application of European Union law 2017 Annual Report – COM (2018) 540 final – Brussels, 12.7.2018.

Tax Challenges Arising from Digitalization – Interim Report 2018. Available at <http://www.oecd.org/ctp/tax-challenges-arising-from-digitalisation-interim-report-9789264293083-en.htm>. [Accessed 25 October 2018]

RURAL EMIGRATION TO INTERNATIONAL DESTINATIONS AND RETURN: A PERSPECTIVE FROM IRELAND

Mary CAWLEY

Whitaker Institute and School of Geography and Archaeology, National University of Ireland Galway.

mary.cawley@nuigalway.ie

Summary

This article aims to contribute to a better understanding of international emigration from and return to rural areas using evidence from Ireland. The paper introduces key concepts relating to migration and return more generally. The results of interviews with forty-six returned migrants, who were interviewed in 2011 and 2013, are then discussed. All emigrants spent at least one year resident overseas and spent at least one year resident in Ireland following return. The evidence reveals the continued influence of economic and social factors on emigration. Emigration and access to employment were facilitated by family and friends overseas, among the lower skilled, whilst the more highly qualified used agencies and advertisements. Most migrants lived within transnational frameworks; they maintained regular contact with family at home and many visited home at least once annually. These links functioned as sources of information about opportunities in Ireland. Most returned to employment; however, reuniting with family was a key motivation for return coupled with memories of an idyllic countryside. The experience following return did not always meet expectations and some returnees emigrated again.

Key words: rural emigration, return, Ireland

Résumé

Cet article a pour but de contribuer à une meilleure compréhension de l'émigration internationale et du retour dans les espaces ruraux en utilisant des données provenant d'Irlande. Le document présente des concepts clés relatifs à l'émigration des espaces ruraux et au retour vers ces espaces. Les résultats des entretiens avec quarante-six migrants de retour, qui étaient interviewés en 2011 et 2013, sont ensuite discutés. Tous les émigrants ont passé au moins un an à l'étranger et ont passé au moins une année en Irlande après leur retour. Les observations révèlent l'influence continue des facteurs économiques et sociaux sur l'émigration. La migration et l'accès à l'emploi ont été facilités par la famille et les amis à l'étranger, parmi les moins qualifiés, tandis que les plus qualifiés ont utilisé les agences et les annonces. La plupart des migrants vivaient dans des cadres transnationaux ; ils ont maintenu un contact régulier avec leur famille à la maison et beaucoup ont visité l'Irlande au moins une fois par an. Ces contacts ont servi de sources d'information pour les opportunités en Irlande. La plupart ont retrouvé un emploi; cependant, la réunion avec la famille était une motivation clef pour le retour couplée aux souvenirs d'une campagne idyllique. L'expérience suivant le retour n'a pas toujours répondu aux attentes et certains rapatriés ont de nouveau émigré.

Mots-clés : l'émigration des zones rurales, retour, Irlande.

1. Introduction

Emigration overseas, the subject of this article, is one form of migration. Migration per se is subject to many different definitions in terms of its meaning, the scale at which it takes place and the

time period involved (BARCUS & HALFACREE, 2018). Migration is usually interpreted as referring to a change of residence but this can be at a local, regional, national or international scale. In the past, emigration overseas tended to be viewed as a permanent or long-term move, although a 'myth of return' was known to exist, even if the myth was not attained (ANWAR, 1999). Shorter-term movement, referred to as 'mobility', is also increasing because of lowered travel costs and increased access to information about employment opportunities through the internet (SHELLER & URRY, 2006). This chapter adopts the internationally-accepted definition of migration as involving a change of residence of at least one year's duration (EC, 2018). Migration takes place for many different reasons, including education, employment, stage in the family life cycle and retirement. This article is concerned particularly with labour-related emigration overseas from rural areas by adults who make personal decisions to leave and return at a later stage. Nowadays that return is usually anticipated and the period of absence may be known in advance, especially if regulated by a work permit. The research is based on interviews, conducted in 2011 and 2013, with a sample of forty-six returnees to rural Ireland (the Republic of Ireland) who spent at least one year living outside the island of Ireland and who spent at least one year resident in rural Ireland again following their return, before being interviewed. The majority were labour migrants but the sample also included students who emigrated for educational purposes. A small number had emigrated again and were interviewed by Skype. Rural areas are defined according to the Irish census of population definition as being places with a population of less than 1500 people and include small towns, villages and the open countryside. The article consists of the following: a review of key concepts relating to labour migration; discussion of rural emigration and return; the geographical context of Ireland; the data sources and analysis; the findings; and a discussion and conclusions.

2. Concepts

The explanation of labour migration nationally and internationally has attracted extensive research attention from economists, geographers, sociologists and anthropologists from different disciplinary perspectives (BRETTELL & HOLLIFIELD, 2008). It is not the purpose of this paper to review the extensive body of literature that exists. Instead, a number of the main explanations for labour migration, including emigration overseas, from and return to rural areas will be referred to. Traditional macroeconomic explanations, based usually on official data sources, draw on neoclassical economics to explain movement from low wage to higher wage locations (GREENWOOD, 1985; MASSEY et al., 1993; TODARO, 1969). SJAASTAD (1962) introduced a micro-economic perspective at an early stage in proposing that individuals weigh up the costs of moving as against the perceived benefits that might be expected to result in their decision making. In the neoclassical model, return to the place of origin is viewed as a failure of the migrant to maximise on the opportunities provided in the new destination to increase income and achieve permanent settlement (CASTLES et al., 2014). The new economics of labour migration (NELM), associated with the work of STARK (1991) and STARK & BLUM (1985) recognises the role of families and households in migration decision-making. The NELM is based on evidence for developing countries, in particular, where people move in order to

remit funds for family support and/or accumulate funds for investment in household improvements and/or a business on a planned future return. It may be encouraged by the government in the country of origin and its duration is usually influenced by migration policy in the destination country (RUIZ, 2008). In the NELM, return is part of migration planning, instead of being a sign of failure. More generally, it is recognised that the national and international mobility of professional, managerial, skilled, semi-skilled and unskilled workers, for periods of less than one year, is increasing (SHELLER & URRY, 2006). The concept of '(e)migration' as a long-term or permanent move, as conceived in the neoclassical model, is therefore questioned.

Whilst economists have recognised the role of individual migration decision-making, much of the research in this context is conducted by geographers, sociologists and anthropologists based on qualitative studies. Such humanistic studies sometimes adopt a longitudinal approach following the migrant over part of the life course from migration to return (e.g., Ni LAOIRE, 2008). BARCUS & HALFACREE (2018, 117) identify the merits of adopting a biographical approach to the study of migration as "a life course expression". They say that a biographical approach is not limited to the individual migrant but includes the role of the family in influencing the individual biography and extends beyond migration per se (ibid.,119). National and international migration is recognised as being 'path-dependent' in that it becomes part of the culture of particular families and groups and may take place between clearly defined geographical areas (BOYD, 1989; BOYLE & HALFACREE, 1998). BOYLE and HALFACREE (1998) refer to 'cultures of migration' whereby migration appears as an integral aspect of the way of life of particular groups. Emigration overseas has for long been part of Irish culture. It has taken place particularly, but not exclusively, from rural areas, because of the inability of the employment base locally or nationally to absorb the natural increase in population. Return migration has also taken place, especially during periods of economic recovery (PUNCH & FINNERAN, 1999).

International emigration has always had certain transnational dimensions, in that links were retained with the country of origin through correspondence, initially, then telephone and, more recently, advanced information and communication technologies (ICTs) (LEVITT et al., 2003). The types, intensity and frequency of links have increased with advances in ICTs and the reduced costs of international travel. Return visits on holiday have become more usual, even from distant destinations, as the costs of international travel have declined. Visits by family to emigrants overseas have increased. Emigrants may also engage in business activities between their area of origin and the migration destination, in serving ethnic markets or as part of international business relationships (LEY, 2009). Some emigrants and emigrant groups engage in transnationalism, as expressed in continued active involvement in political activities in their country of origin (GUARNIZO et al., 2003). Transnational practices are therefore being recognised increasingly as features of international migration. They have important implications as sources of information about employment opportunities overseas, may provide accommodation and other supports on arrival and later serve as channels of information about employment opportunities in the area of origin (BOYD, 1989). Such links with family and friends conform to GRANOVETTER'S (1973) concept of 'strong ties', by contrast with the 'weak

ties' of agencies and advertisements associated with more formal sourcing of employment. Transnational links influence both emigration and return (CONWAY & POTTER, 2006).

3. Rural to urban emigration and return

Notwithstanding urban to rural residential migration since the 1970s, as part of counterurbanisation trends, rural to urban migration continues within and between countries arising from the restructuring of agricultural and other natural resource systems and the absence of adequate sources of alternative employment to absorb the demand that exists (STOCKDALE, 2004). Rural to urban migration within countries is associated also with progression to post-secondary education and the limited opportunities that exist for third level graduates in their areas of origin (THISSEN et al., 2010). Rural to urban migration takes place overseas as part of EU Erasmus and Socrates programmes and to access specialist courses (TEICHLER, 2004). Only a small proportion of graduates can expect to return to live and work in a rural area. Apart from the quest for employment, urban areas are known to exert an appeal for young people in search of personal freedom as they move into adulthood and seek self-realization (ARNETT, 2000). The urban is perceived as a place of possibilities, economically and personally. This paper is concerned in particular with emigration from rural areas in one country to large city environments in other countries in search of employment. This phenomenon is not confined to Ireland, as the history of migration from Europe to the US illustrates, but it is a distinctive feature. Research on rural emigrants in urban areas has traditionally focused on their tendency to live in close proximity with, often, people from particular areas clustering together in a form of translocalism (LEY, 2009). Nevertheless, feelings of disorientation caused by being in an unfamiliar cultural space while abroad have been documented (AHMED, 1999).

Return from urban areas to rural areas of origin has received increased attention during the last three decades (KING, 1986). The ideotope of place and its influence on the migrant is discussed by PASCUAL de SANS (2014). MORSE (2018) has recently documented the emotional pull of the rural area of origin and particularly its scenic qualities among highly educated international return emigrants to the state of Vermont in the USA. Desires to live near family, to raise children in one's home area, to live in a small community, and to feel a sense of belonging have been identified as factors in rural return migration to Ireland (CAWLEY & GALVIN, 2016; Ní LAOIRE, 2007), the United Kingdom (HOLMES & BURROWS, 2012), and the United States (von REICHERT et al., 2014).

Whilst an idyllic memory of the countryside may influence the decision to return, the experience following return can have negative dimensions. Returnees have changed as a result of their overseas experiences. The places and populations they return to may have changed also. Nevertheless, the constraints on economic well-being and standards of living that influenced emigration in the first instance often persist. It may be necessary to readapt in unanticipated ways.

4. Geographical context: Ireland

Ireland has a long history of emigration from rural areas to cities in the State but especially to overseas cities in Britain, the United States (US), Canada and Australia, since the Great Famine in the mid-nineteenth century (Mac LOUGHLIN, 1994). Because of the small size of the national economy and the national space, emigration overseas has continued to serve as a pathway to employment and self-fulfilment and a control on unemployment (GLYNN et al., 2014; PUNCH & FINNERAN, 1999). Currently (2019), there is free movement between Ireland and Britain which are effectively one labour market; the implications of Britain's withdrawing from membership of the EU for migration between the two countries remain to be seen. Emigration to the US, Canada and Australia has varied over time, in line with their immigration policies, and has become more difficult in recent decades (GLYNN et al., 2014). Currently, most movement to these countries takes place through short-term work permits. Joining the then EEC, in 1973, opened up new migration opportunities for Irish people, particularly after the Maastricht Treaty established the EU in 1992 and introduced the principle of European citizenship. Ireland has a long history of emigration of Christian missionaries to countries of Asia and Africa. Missionary migration has declined numerically but emigration of workers employed by aid agencies has increased in recent decades (INGLIS, 2008). These various overseas movements have included people of rural as well as urban origin.

Whilst emigration from Ireland has been highlighted in the academic literature, because of its scale and role in controlling population numbers, return migration has taken place also (CORCORAN, 2002; GMELCH, 1986; PUNCH & FINNERAN, 1999). Return to rural areas has received some research attention. The role of life course events, connections with family and recollections of an idyllic countryside are discussed by Ní LAOIRE (2007) and, more recently, by CAWLEY & GALVIN (2016). Links with entrepreneurship are identified (CAWLEY, 2015; Mc GRATH, 1991). Apart from Mc GRATH (1991) and CAWLEY (2015) few studies focus specifically on migrants who moved from and returned to a place with less than 1500 residents. This study discusses information relating to such a group.

5. Data sources and analysis

This article is based on personal interviews with forty-six returned emigrants, who migrated and returned between 1947 and 2010 to a place of less than 1500 population, defined as 'aggregate rural areas' in the Irish census of population (Table 1). All emigrated from the RoI, spent at least one year resident overseas, primarily in Britain (75%), the US (17%) and Australia (6%), in a major city which included London, New York and Sydney. All visited whilst away, maintained regular contact with family and friends at home and with compatriots abroad and were resident again in the State for one year or more when interviewed. Some, primarily recent, emigrants and those migrating for educational purposes, returned several times annually. The periods of time spent away varied from one to 48 years, with an average of 11, a mode of 3 and a median of 7 years. The interview data were obtained from a sample sourced through university geography students who were studying migration as an

academic module, a recognised valid source of information (FORTUIJN & VAN DER MEER, 2006). The interviewees included grandparents, parents, aunts, uncles and siblings, providing information for a long time period. A structured interview schedule with closed and open questions was developed by the author and given, in February 2011 and 2013, to the students and detailed instructions were provided in a lecture and a workshop about the conduct of the interview and the recording of the information. The data were entered into a database and transferred to SPSS® to tabulate the quantitative variables. Extensive iterative qualitative data analysis was conducted on the text from the open questions to identify key themes and sub-themes and relate them to the personal characteristics of the respondents (BRYMAN, 2008).

Although the numbers are small, broad relationships may be identified between the periods of emigration and return and the state of the Irish economy (Table 1). Emigration was relatively higher prior to the 1970s and between 1971 and 1990 which included periods of recurring recession. Return exceeded emigration between 1991 and 2007 which covered a period of marked economic growth in Ireland (OECD, 2010). It is interesting to note that although emigration increased following the recession of 2008 return migration also increased as the economy began to recover after 2011. This has been attributed, in part, to the capacity of former emigrants (and their families) to return from Britain in response to an upturn in the economy (LUNN, 2012).

Table 1: Sample distribution by period of emigration and return (%) (n=46)

Time period	Emigration (%)	Return (%)
Pre-1971	26.1	13.0
1971-1990	39.1	21.7
1991-2000	4.3	21.7
2001-2007	6.5	17.4
2008 on	24.0	26.2

Source: survey data from 2011 and 2013

The sample contained more males than females (63.0% versus 37.0%), whereas the male-female ratio among returnees in the census of 2011 is more evenly balanced. The higher return of males than of females to rural areas is explicable partly because of recovery in the construction industry which is a source of male employment primarily (LUNN, 2012). Some females in the sample who left rural areas returned to towns with a population of 1500 or more and are not included in the analysis.

6. Findings

The profile of the emigrants in terms of age and conjugal status conforms to a pattern of emigration in the late teens and early twenties when people have greater freedom of movement before they undertake family commitments (SJAASTAD, 1962) (Table 2). Human capital levels were

relatively high as indicated by the education levels attained; a majority of both males and females held a secondary level (high school) or third level education (university or institute of technology). More males than females emigrated with a primary education only, before access to second level education became freely available in Ireland in 1967. Emigration took place from employment and from unemployment. The reasons cited by the employed migrants revealed that they were in jobs below their level of qualification which they found unsatisfactory and which offered few opportunities for advancement, reflecting other Irish research (SEXTON et al., 1991; GLYNN et al., 2014). Such features point to the limited opportunities available in rural areas in general and, more specifically, during periods of recession. Small numbers of males and females emigrated to obtain higher education qualifications in specialist disciplines or because they did not qualify for a course in Ireland.

Table 2. Socio-economic characteristics of sample at time of emigration

Age	Male (n=29)	Female (n=17)
≤20 years	48.3	53.0
21-24	38.0	29.4
25-29	10.3	17.6
30+	3.4	-
Conjugal Status		
Single	72.4	82.4
Married/partner	27.6	17.6
Education		
Primary	27.6	5.9
Secondary	38.0	70.6
Third level	24.1	23.5
Postgraduate	6.9	-
Other	3.4	-

Source: survey data from 2011 and 2013

The respondents were asked an open question about their reasons for emigrating and returning which they were requested to list in order of importance; the reasons were not suggested to them. During the analysis, a ranking was conducted based on all of the responses (Table 3). Most respondents mentioned several factors as influencing their decision to emigrate. Not surprisingly, given their employment profile, being unemployed and seeking work was the first reason cited, followed by wishing to gain a better job or experience that would improve their employment prospects in the future (Table 3). Life style factors had a role for some in terms of wishing to travel and experience other cultures; this motivation was expressed especially during the years of economic growth when the respondents felt that they would be able to obtain employment on their return to Ireland after spending a year or two working overseas. Motivations that relate to personal fulfilment through gaining independence from family were cited also.

Because of a history of emigration overseas, many Irish people have a network of personal connections in major international cities which contribute to a path-dependent culture of migration. 'Strong ties' with relatives and friends overseas were mentioned by skilled and semi-skilled emigrants to Britain, in particular, as sources of information about employment opportunities and sources of

support on arrival (GRANOVETTER, 1973). Longer-distance emigrants to Australia and the professionally qualified were more likely to use the 'weak ties' of formal sources of information such as agencies and advertisements. Socialising with other Irish people overseas in pubs or bars, Irish clubs and playing sports was the norm and must have provided social and psychological support. All of the interviewees had visited their home area at least once whilst away and most did so at least once annually. They were also in regular contact with parents and siblings in Ireland using media that had changed over time from letters to texting, Skype and Facebook. These various connections with people in Ireland were sources of information about employment opportunities which may have influenced the decision to return and the timing of return.

Table 3. Reasons cited for emigration and return in order of importance

Reasons for emigration	Rank
Unemployed/seeking work	1
Gain experience/a better job	2
'See the world', 'travel', independence	3
Reasons for return	
Missed family and friends	1
Raise/educate children in Ireland	2
Employment opportunity available	3
Family obligations	4
Finished an educational course	5
Retirement	6

Source: survey data from 2011 and 2013

Although regular contact was reported with Irish people overseas, the move from the countryside to a large city posed certain challenges which emerged when the respondent was asked about differences from the place of origin. In particular the loss of the sense of being known, which is associated with a small community, as documented by Ní LAOIRE (2007), and the loss of a green landscape were referred to. Recapturing these features emerged in the reasons for return. A woman who emigrated in 1954 to Leeds, England, aged 19 (and returned in 1974 with her family), valued the superior city services, but said: "It was not home... so many strange faces. When at home, you always knew someone and a friendlier face". A man who moved to London, aged 20, in 1982, experienced: "no real sense of community in towns and cities compared to a small village". The contrast in the physical environment was highlighted by a man who moved to Boston in 1994, aged 24 (and returned, in 2004, with his partner before the birth of their second child): "Boston was like a concrete jungle compared with (place of origin's) green". He also missed the Irish practice of casual conversation: "(I) missed the chat (talk) from Ireland as (in the) USA (it) was a very fake chat as people were un-friendly unless they wanted something".

The reasons for return prioritised social factors over the economic, as JONES (2003) observed in earlier Irish research, although the capacity to return in most cases depended on access to employment, possession of financial capital (among retirees) or inheritance of property (Table 3). 'Missed family and friends' was the first reason cited for return, which CORCORAN (2002) described

as a search for 'anchorage' among US returnees. The influence of stage in the life course was also strong, notably planning a family, the birth of a child or a child or children starting school. At these stages some emigrants began to consider the advantages of proximity to family and education in Ireland, in comparison with the city environment where they then lived. A woman who returned from London, aged 30, in 2011, gave her reasons as being "a desire to settle down and start a family with (my) partner away from the hustle and bustle of city life". A 41 year-old man who returned, from New York, with his spouse and children in 2000, to a small town, cited "the education of (the) children" and (A) better growing up process in Ireland", than in New York, as primary motives. Acquisition of the Irish language was referred to by a 32 year-old woman from the Gaeltacht (where Irish is the first spoken language and the medium of instruction in schools) who returned in 1993. A small number of people returned to take care of elderly parents or take over the running of a farm (family reasons) (Table 3). Two people who returned on retirement cited closeness to family as a main motivation. Students returned on completing an education course, without necessarily having employment arranged, some of whom emigrated again and returned again, as in the following example. A student who moved to England in 2003 to pursue a degree course, returned on graduation, in 2006, and left again in 2007 with friends for "travel and adventure". She travelled in Southeast Asia, worked in a number of different jobs in Australia, and returned in 2009 to join her partner, who had returned already.

Closeness to family was also mentioned first in response to a question about what was enjoyed most about having returned to live in Ireland. Several people also referred to the advantages of living again in a rural environment, reflecting features of life that they missed whilst overseas. One respondent, who emigrated in 1947, aged 17, and returned with his wife and family in 1970, cited what he enjoyed most on return as: "A peaceful life and being with friends and family". Another man who migrated in 1987 as an unskilled labourer and returned in 1999, because employment was available, also valued closeness to family and a return to the countryside: "back to family roots; coming back to rural Ireland- freedom and fresh air". A 35 year old woman who returned from New York to care for her ill father, in 2000, referred to a sense of disjuncture in not being an insider or an outsider, but valued the "peaceful life, slow-paced; family; old friends and familiar surroundings".

The experience of living in Ireland again following return was queried. There was an initial euphoria in being close to family and friends again, as discussed above. Some of the realities of rural life such as poor levels of public transport and service provision, which contrasted markedly with life in a city, were found difficult, particularly by women, as GMELCH (1986) found some three decades ago. The woman who wished to escape the 'hustle and bustle' of city life, cited above, identified challenges associated living in the countryside again: "Re- adapting to the slow pace of life and lack of facilities in the countryside. Leaving behind the good friends we made in the UK". A 29 year-old man who returned from Bedford in England in 1966, to take care of the family farm, found life in his area of origin "lonely and quiet". A woman who returned from London with her spouse and children, in 1996, to a village some 30 Km from her area of origin, said that there were difficulties in "Getting to know people in the community and leaving friends behind".

Corroborating Ní LAOIRE's (2008) findings, some younger returnees found rural life dull in comparison with a city and experienced a lack of privacy in small communities (the obverse of the

anomie which they had experienced in a city). Some discovered that many of their friends had emigrated. A young man who returned in 2011 to attend university, having spent three years away, said that: "Most people of (the) same age had moved away, (the) area was quiet, even less jobs than when I left". Similarly, a 21 year old nurse who returned from London in 2012, referred to "the boredom, lack of activities...loss of independence... loss of private life".

The sample included repeat migrants, who are under-studied in Ireland. Eight returnees emigrated again (five of whom returned a second time), pointing to the growing occurrence of shorter-term migration and mobility. They included young people who wished to travel, as in the case of the female discussed earlier who travelled to Southeast Asia on completing her degree in the UK. Others, although having employment, missed city life and returned for a number of years to a city where they had worked or studied. One family returned to a US city, in 1997, to obtain special medical care for a child.

7. Discussion and conclusions

Economic factors have long been identified as reasons for rural to urban migration nationally and internationally and remain influential (CASTLES et al., 2014). During the last two decades, geographers, in particular, have advocated the merits of adopting a life course approach to the study of migration and emigration and of moving 'beyond the economic' (HALFACREE, 2004). Personal narratives have been given attention as a method of gaining additional insights into the influences involved (Ní LAOIRE, 2007). The reported research adopted a biographical approach to the study of emigration and return among returnees in rural villages and open countryside in Ireland. The sample covers a longer period of time than do most earlier studies and has a specific focus on small rural areas. The findings reveal broad commonalities over time in the reasons for emigration, the experience overseas, the reasons for returning and the experience following return. These findings corroborate several findings of earlier research but also highlight the transnational contexts in which emigration and return take place (LEVITT et al., 2003). The evidence shows that economic motives underpin a decision to emigrate but that social factors are also involved in impelling young people to leave rural areas which provide limited opportunities for personal fulfilment more generally, as in the Netherlands (THISSEN et al., 2010). Their migration is facilitated by transnational connections arising from previous emigration streams. For the most part, they move to areas where Irish 'communities' exist which provide social and psychological support (WALTER, 1980). However, a remembered home environment surrounded by family and friends is missed and a more critical perspective emerges on a city environment as a place to bring up children. A city school is also perceived, by some parents, as providing a less positive educational experience for children than their remembered schooling in Ireland. These factors influence the decision to return, if economic circumstances permit. The experience following return does not always meet the memory, as the realities of rural living, which may have been overlooked during holiday visits, intrude (GMELCH, 1986; Ní Laoire, 2008). Nevertheless, people with children, who have found employment and usually invested in housing, adapt for the most part. Younger returnees may find rural realities less acceptable and use their

transnational experience and connections to emigrate again. There is therefore evidence of shorter-term migration and mobility.

Return migration across the life course brings human, social and economic capital to rural areas. Rural communities benefit through increased numbers of children attending primary schools and using local services (CAWLEY, 2015). Returnees bring skills and experience gained overseas and should be supported further by development agencies. Local communities also need to be more receptive of returnees who, in turn, must be able to reconcile the remembered idyll with the lived rurality. The present study documented broad features of migration and return over a substantial period of time in rural Ireland. This approach contributes to understanding of migration and return. More detailed research is required on different age-cohorts and occupational groups of returnees and potential returnees as inputs to rural policy design to attract emigrants back.

8. References

- AHMED, S. (1999). Home and away: narratives of migration and estrangement. *International Journal of Cultural Studies*, 2(3), 329-347.
- ANWAR, M. (1979). *The myth of return*. London: Heinemann.
- ARNETT, J. (2000). Emerging adulthood: a theory of development from the late teens through the twenties. *American Psychologist*, 55(5), 469-480.
- BARCUS, H.B. & HALFACREE, K. (2018). *An introduction to population geography: lives across space*. Abingdon: Routledge.
- BOYD, M. (1989). Family and personal networks in international migration. *International Migration Review*, 23(3), 638-670.
- BOYLE, P. & HALFACREE, K. (Eds.) (1998). *Migration into rural areas: theories and issues*. Chichester: Wiley.
- BRETTELL, C.B. & HOLLIFIELD, J.F. (Eds.) (2008). *Migration theory: talking across disciplines* (2nd ed.). London: Routledge.
- BRYMAN, A. (2008). *Social research methods*. Oxford: Oxford University Press.
- CASTLES, S., de Haas, H., & MILLER, M.J. (2014). *The age of Migration* (5th ed.). London: Palgrave Macmillan.
- CAWLEY, M. (2015). International return migration and rural sustainability: Irish evidence. *Carpathian Journal of Earth and Environmental Sciences*, 10(3), 15-24.
- CAWLEY, M. & GALVIN, S. (2016). Irish migration and return: continuities and changes over time. *Irish Geography*, 49(1), 11-27.
- CONWAY, D. & POTTER, R.B. (2006) Caribbean transnational return migrants as agents of change. *Geography Compass*, 1, 1-21.
- CORCORAN, M. (2002). The process of reinvention of self: returning Irish migrants. *Éire-Ireland*, 37(1-2), 175-191.
- de BREE, J., DAVIDS, T., & de HAAS, H. (2010). Post-return experiences and transnational belonging of return migrants: a Dutch-Moroccan case study. *Global Networks*, 10(4), 489-509.
- EC (European Commission) (2018). Eurostat Statistics Explained, accessible at: <http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Glossary> [accessed 27 July 2018].
- FORTUIJN, J.D. & van der MEER, M. (2006). Gender and voluntary work in late adulthood in rural communities in the Netherlands. *GeoJournal*, 65, 381-392.
- GLYNN, I., KELLY, T. & MacENRÍ, P. (2014). *Irish emigration in an age of austerity*. Cork: Emigré Project University College Cork.
- GMELCH, G. (1986). The readjustment of return migrants in western Ireland. In R. King (Ed.), *Return migration and regional economic problems* (pp. 152-170). London: Croom Helm.

- GRANOVETTER, M. (1973). The strength of weak ties. *American Journal of Sociology*, 78(6), 1360–1380.
- GREENWOOD, M.J. (1985). Human migration: theory, models, and empirical studies. *Journal of Regional Science*, 25(4), 521-544.
- GUARNIZO, L.E., PORTES, L. & HALLER, W. (2003). Assimilation and transnationalism: determinants of transnational political action among contemporary migrants. *American Journal of Sociology*, 108(6), 1211–48.
- HALFACREE, K. (2004). A utopian imagination in migration's terra incognita? Acknowledging the non-economic worlds of migration decision-making. *Population, Space and Place*, 10, 239-253.
- HOLMES, M. & BURROWS, R. (2012). Ping-pong poms: emotional reflexivity in contemporary return migration from Australia to the United Kingdom. *Australian Journal of Social Issues*, 47(1), 105-113.
- INGLIS, T. (2008). *Global Irish: same difference*. London: Routledge.
- JONES, R.C. (2003). Multinational investment and return migration in the 1990s: county-level analysis. *Irish Geography*, 36(2), 153-169.
- KING, R. (1986). Return migration and regional economic development: a review. In R. KING (Ed.), *Return migration and regional economic problems* (pp. 1-37). London: Croom Helm.
- LEVITT, P., DeWIND, J., & VERTOVEC, S. (2003). International perspectives on transnational migration: an introduction. *International Migration Review*, 37(3), 565-575.
- LEY, D. (2009). Transnationalism. In R. KITCHIN & N. THRIFT (Eds.), *The international encyclopaedia of human geography* (pp. 388-393). London: Elsevier.
- LUNN, P. (2012). The impact of recession on migration: a preliminary analysis of census 2011, research notes. In D. DUFFY, D. DURKAN, & E. CASEY (Eds.), *Quarterly economic commentary* (pp. 1-12). Dublin: Economic and Social Research Institute.
- Mac LOUGHLIN, J. (1994). *Ireland: the emigrant nursery and the world economy*. Cork: Cork University Press.
- MASSEY, D.S., ARANGO, J., HUGO, G., KOUAOUCCI, A., PELLEGRINO, A., & TAYLOR, J.E. (1993). Theories of international migration: a review and appraisal. *Population and Development Review*, 19(3), 431-466.
- Mc GRATH, F. (1991). The economic, social and cultural impacts of return migration to Achill Island. In R. KING (Ed.), *Contemporary Irish migration, Geographical Society of Ireland special publication no. 6* (pp. 55-69). Dublin: Trinity College.
- MORSE, C. (2018). The emotional geographies of global return migration to Vermont. *Emotion, Space and Society*, 25, 14-21.
- Ni LAOIRE, C. (2007). The 'green green grass of home'? Return migration to rural Ireland. *Journal of Rural Studies*, 23(3), 332–344.
- Ní LAOIRE, C. (2008). 'Settling back'? A biographical and life-course perspective on Ireland's recent return migration. *Irish Geography*, 41(2), 195–201.
- OECD (Organisation for Economic Cooperation and Development) (2010). *Economic outlook 2010* OECD: Paris.
- PASCUAL-de-SANS, A. (2004). Sense of place and migration histories: *idiotopy* and *idiotope*. *Area* 36(4), 348-357.
- PUNCH, A. & FINNERAN, C. (1999). The demographic and socio-economic characteristics of migrants, 1986–1996. *Journal of the Statistical and Social Inquiry Society of Ireland*, 28(1), 213–263.
- RUIZ, N.G. (2008). Managing migration: lessons from the Philippines. *Migration and Development Brief 6*. Washington DC: World Bank. Accessible at: http://neilruiz.org/wp-content/uploads/2015/07/MD_Brief6.pdf [accessed on

- RYE, J. (2006). Rural youths' images of the rural. *Journal of Rural Studies*, 22(4), 409-421.
- SEXTON, J.J., WALSH, B.M., HANNAN, D.F. & McMAHON, D. (1991). *The Economic and Social Implications of Emigration, Report No. 90*. Dublin: National Economic and Social Council.
- SHELLER, M. & URRY, J. (2006). The new mobilities paradigm. *Environment and Planning A*, 38, 207-226.
- SJAASTAD, L.A. (1962). The costs and returns of human migration. *The Journal of Political Economy*, 70 (5ii), 80-93.
- STARK, O. (1991). *The migration of labour*. Oxford: Blackwell.
- STARK, O. & BLUM, D. (1985). The new economics of labour migration. *American Economic Review*, 75(2), 173-78.
- STOCKDALE, A. (2004). Rural out-migration: community consequences and individual migrant experiences. *Sociologia Ruralis*, 44(2), 167-194.
- TEICHLER, U. (2004). The changing debate on internationalisation of Higher Education. *Higher Education*, 48, 5-26.
- THISSEN, F., DROOGLEEVER, J., STRIJKER, D., HAARTSEN, T. (2010). Migration intentions of rural youth in the Westhoek, Flanders Belgium and the Veenkoloniën, The Netherlands. *Journal of Rural Studies*, 26, 432-436.
- TODARO, M. P. (1969). A model of labour migration and urban unemployment in less-developed countries. *The American Economic Review*, 59, 138-48.
- von REICHERT, C., CROMARTIE, J., & ARTHUN, R. (2014). Reasons for returning and not returning to rural US communities. *Professional Geographer*, 66(1), 58-72.
- WALTER, B. (1980). Time-space patterns of second wave Irish immigration into British towns. *Transactions of the Institute of British Geographers, New Series* 5(3), 297-317.

ACKNOWLEDGEMENTS:

I am grateful to the students who conducted the interviews and to Dr Stephen Galvin who collated the students' data entries and conducted an initial analysis of the numeric data.

OS TERRITÓRIOS DE ESPERA E O FLUXO RECENTE DE MIGRANTES CLANDESTINOS NA EUROPA. O CASO PARTICULAR DO CAMPO *JUNGLE*, EM CALAIS (FRANÇA)

João Luís J. FERNANDES

Faculdade de Letras (Universidade de Coimbra)/CEIS20/CEGOT

jfernandes@fl.uc.pt

Resumo

A Europa foi destino de um fluxo de migrantes, na procura do estatuto de refugiado, que teve a sua expressão máxima no verão de 2015. O atravessamento do Mediterrâneo e o movimento em direção ao norte do continente, levou ao aparecimento de um conjunto diversificado de espaços que procuraram travar essas deslocamentos. Nesses territórios de paragem e espera, a insegurança, as tensões e a violência são riscos reais. Uma Europa que promove os valores da hospitalidade e dos direitos humanos deve olhar para essa cartografia de potencial conflitualidade.

Palavras chave: Territórios de Espera, Migrantes, Refugiados, Europa, Calais

Abstract

In the summer of 2015, a high flow of migrants arrived in Europe seeking refugee status. The crossing from North Africa and the movement towards the center of the European continent, led to the appearance of a diverse set of spaces that sought to stop these spatial movements. Life in these territories of waiting and mobility delay is affected by high risks of insecurity, human confrontation and violence. A welcoming Europe in which human rights are defended and promoted should look at this cartography of potential conflict.

keywords: Waiting Territories, Migrants, Refugees, Europe, Calais

1. Nota introdutória – os territórios de espera enquanto contextos de tensão, potencial insegurança e violência

Para Alain Musset (2015, 306), “Los fenómenos de movilidad y desplazamiento se afirman como características principales de nuestras sociedades contemporáneas. Sin embargo, lejos de ser fluidos, homogéneos o lineales, estos desplazamientos están marcados por tiempos y momentos, más o menos largos, de espera. Su origen puede ser por razones técnicas, administrativas o

políticas, y a menudo tales momentos encuentran una traducción espacial: hay territorios que acogen a estas sociedades en situación de espera”.

Este geógrafo francês remete-nos para o capital assimétrico de mobilidade espacial. O mundo contemporâneo está marcado pelo movimento e pelas deslocações geográficas. No entanto, diferentes fluxos estão sujeitos a diferentes efeitos de atrito. Os bens materiais e, sobretudo, a informação e o capital financeiro, circulam com alguma fluidez e, dependendo dos casos, com barreiras mínimas. O mesmo não ocorre no que às populações diz respeito. Mesmo nestas, existem diferenças de grupo para grupo e de indivíduo para indivíduo.

No que diz respeito à população que se desloca, na Geografia e noutras áreas afins tem sido dada maior atenção ao movimento e menor ao que ocorre quando esses fluxos são interrompidos.

A mobilidade espacial das populações pode ser travada, em diferentes contextos geográficos, mas também durante períodos variados de tempo. As fronteiras que regulam esses movimentos, nas quais se controlam as identidades e se conferem as mercadorias, constituem, por definição, espaços de uma espera mais ou menos prolongada, consoante as circunstâncias e os atores dessa mobilidade espacial.

Também na circulação rápida, por meios de transporte como os aviões, existem espaços e tempos de espera, seja nas sucessivas barreiras de controlo que um passageiro (e respetiva bagagem) devem atravessar, seja nos momentos de paragem entre as diferentes ligações aéreas, no caso das viagens que impliquem múltiplas escalas.

O mesmo ocorre, noutras circunstâncias, na vida quotidiana das cidades. Os espaços e os tempos de espera nas rodovias durante os usuais engarrafamentos de trânsito são disso exemplo. Mesmo fluindo sem problemas, a espera pelo momento no qual se ilumina o sinal verde de um semáforo, que autoriza os condutores a avançar, é muitas vezes tensa. Por parte dos peões, a espera pela ocasião certa para atravessamento de uma via pode ser um tempo de ansiedade e precipitação.

Igual desestabilização individual e coletiva poderá ocorrer nos contextos espaço-temporais de espera para entrada ou saída de recintos desportivos ou de eventos culturais e de entretenimento, como concertos musicais. Nestes casos, de modo a reduzir os riscos, quer a arquitetura e a organização estrutural dos edifícios (ou dos recintos ao ar livre), quer os planos de evacuação, devem respeitar regras como a redução dessa espera a um tempo mínimo.

O levantamento de barragens ao movimento e a conseqüente formação de territórios de espera, tensos e potencialmente violentos, também acontece em contextos de reivindicações de massas e movimentações coletivas. Assim ocorreu em Paris e noutras cidades francesas em novembro de 2018, no denominado “Protesto do Colete Amarelo”, que contestava a decisão governamental de aumento dos impostos sobre os combustíveis fósseis. A saída de cerca de 290 mil pessoas para a rua, interrupções compulsivas de estradas e vias urbanas e ameaças ao total bloqueio da capital, definiram uma cartografia temporária, mas conflituosa, de territórios de espera, que coloca em confronto manifestantes, autoridades e cidadãos que apenas pretendem seguir viagem (BARATA, 2018).

Neste sentido, e seguindo ainda Musset (2015), mas também Vidal e Musset (2015), por espaços de espera devem entender-se as circunstâncias nas quais, numa espacialidade mais ou menos restrita e confinada, se alarga o tempo de interrupção de um fluxo humano. Para estes autores, ainda que existam alguns espaços preparados para essa paragem (por exemplo, as salas de espera numa estação de comboios), em muitos casos essa espécie de suspensão ocorre em espacialidades não preparadas para o efeito.

Para além disso, e prosseguimos com as mesmas referências bibliográficas, esses espaços de espera não são neutros sob o ponto de vista social e geohumano. Pelo contrário, seja numa fronteira de paragem de potenciais imigrantes, seja numa pausa de espera para entrar num avião, estabelecem-se relações interpessoais e desenvolvem-se estratégias de apropriação do espaço, mais ou menos duradouras e/ou precárias, consoante o tempo envolvido.

Os confinamentos espaciais prolongados em resultado de condenações judiciais (em espaços como as prisões ou outros centros de detenção), podem incluir-se neste contexto de sociabilidades e apropriações. Por isso, mais do que espaços, estamos perante territórios de espera, que resultam de dinâmicas muito diversificadas de desterritorialização-reterritorialização, isto é, de perda e recuperação (ainda que parcial) de controlo sobre o território por parte de quem se desloca ou pretende deslocar-se (HAESBAERT, 2004).

Os territórios, enquanto espacialidades que resultam de alguma forma de apropriação (RAFFESTIN, 1980), podem ser construídos quer pelos indivíduos em espera, quer por outros atores que organizam a sua territorialidade em torno dessa paragem, prestando serviços e retirando alguns benefícios desse envolvimento. A esse propósito, Alain Musset (2015) mostra-nos como, nos engarrafamentos de automóveis numa rodovia de Tijuana, no México, um conjunto de vendedores se organiza e se estrutura sob o ponto de vista espacial. Neste estudo de caso, cada grupo tem uma localização específica e apropria-se de um determinado setor da fila de automóveis, usando os tempos de espera dos condutores para comercializar os seus produtos.

Contudo, os territórios de espera podem significar prudência. Os portos de abrigo nas viagens marítimas, as albergarias e as estalagens nas velhas travessias a cavalo, a espera num aeroporto aguardando a passagem da tempestade, os bancos abrigados numa qualquer paragem urbana de espera de um autocarro, todos estes contextos espaço-temporais fazem parte de estratégias de mitigação dos riscos e aumento do conforto e da segurança. Em muitos destes casos, a espera torna a viagem segura e viável.

No entanto, a espera prolongada, indefinida, não planificada e involuntária, pode ser uma territorialidade e um contexto espacial e temporal potencialmente inseguro e violento. A frustração da não chegada do transporte. A espera em espaços mal preparados para o efeito. A incerteza e a falta de garantias no que respeita ao limite da espera, todos estes fatores podem aumentar a tensão e ampliar o potencial de violência.

Por vezes, a espera prolonga-se em contextos de confinamento territorial. Assim ocorreu ao longo da História com múltiplos casos de quarentena. Assim foi em Ellis Island, no final do século XIX, onde os potenciais imigrantes que pretendiam entrar nos EUA eram retidos por tempo indeterminado por razões sanitárias. O mesmo se verificou, nestas geografias higienistas, com a

paragem e confinamento dos doentes em leprosarias como a ilha de Spinalonga, em Creta, na Grécia (KOTSIU, MICHALAKI E ANAGNOSTOPOULOU, 2017), ou nos sanatórios montanhosos e serranos, para doentes com tuberculose, em regiões como os Alpes ou, no caso português, a Serra da Estrela e o Caramulo (VELOSO, 2009).

A espera prolongada numa rodovia interrompida, assim como o confinamento territorial de passageiros num aeroporto durante um período de greve ou de intempérie meteorológica, cria contextos espaço-temporais delicados e potencialmente conflituosos, sobretudo se se associarem a grandes massas de condutores/passageiros retidos em espaços delimitados e impedidos de se movimentarem.

Noutro contexto, a retenção espacial e precária da população palestina na Faixa de Gaza, constitui um território de espera de potencial agressividade e insegurança, como se demonstra pelos constantes episódios de violência entre esta comunidade confinada e os militares israelitas que vigiam o perímetro muralhado (HASS, 2005; KAJJA, 2008). Nesta territorialidade em espera, assiste-se também à degradação da qualidade de vida das populações, como se confirma no estudo de Abdel Aziz Mousa Thabet (2017) a propósito das crianças da Palestina e, em particular, desta faixa de território confinado e vigiado a partir do exterior. Como refere Thabet (2017, 7), “Palestinian children had been the victims of trauma and violence due to war and conflict and they are at great risk of developing mental health problems such as PTSD, depression, anxiety, hyperactivity, and somatic disorders. Presence of mental health problems were related to severity and continuity of stress and trauma”.

Nesta perspetiva, quando a precariedade é grande e os riscos elevados, estes territórios de espera são lugares de instabilidade, ansiedade e infracção de direitos elementares. Tratam-se de *traumas* de sofrimento e demonstração violenta de relações assimétricas de poder (TUMARKIN, 2005).

São muitos os exemplos de cidades e populações sitiadas ao longo da História da Humanidade, espaços urbanos em espera no contexto de conflitos armados (DOWDALL e HORNE, 2018). O cerco a Sarajevo durante a guerra dos Balcãs, na Bósnia, promovido pelas forças sérvias da autoproclamada República Srpska e do Exército Popular Jugoslavo, entre 5 de abril de 1992 e 29 de Fevereiro de 1996, provocou um longo território de espera, humilhação e degradação das condições de sobrevivência das populações. Segundo Ivana Macek (2009), para além da espera coletiva de todo um território urbano, viveram-se contextos conflituosos de espera de serviços e recursos como a água potável, a eletricidade, o gás ou o acesso a voos excepcionais assegurados pela Organização das Nações Unidas.

Outro exemplo - uma cidade cercada por forças inimigas e, nesse sentido, um território de espera aguardando a chegada de auxílio que a libertasse desse aprisionamento, foi Leninegrado, a atual Sampetersburgo, durante a II Guerra Mundial, entre 1941 e 1944 (JONES, 2008).

Como refere ainda Watcher (2018, 37), “The German decision to besiege rather than conquer Leningrad, and the Soviet decision to hold the city at any cost, resulted in one of the greatest human catastrophes of the Second World War. Estimates are that at least one out of three million civilians² fell victim to starvation between 8 September 1941 and 27 January 1944; only a minority of these

civilian casualties were caused by illness, bombing or shelling. Living conditions during the blockade of Leningrad, especially in the first winter under siege, have been compared to living conditions in Nazi concentration camps. Not only the scale of death and deprivation, but also the sense of alienation, exposure and disintegration of social and psychological processes, justify such a comparison.”

Este raciocínio pode transportar-nos para os atuais territórios políticos de identidade incerta nas relações internacionais, supostos espaços geográficos soberanos (ou que se pretendem soberanos). Por exemplo, o Kosovo, apesar da declaração da independência ter ocorrido em 2008, apenas foi reconhecido e admitido pela UEFA e pela FIFA, duas instituições associadas à globalização do futebol, em 2016. A Abecásia, a Ossétia do Norte ou a Transnístria, aguardam também uma definição política e um reconhecimento mais alargado no conjunto dos Estados que fazem parte da Organização das Nações Unidas. Nestes territórios de espera, a precariedade e a degradação das condições de vida são um risco elevado que compromete um futuro incerto. Segundo Tomczyk (2018, 53), tratam-se de “separatist regions at a standstill” ou, por outras palavras, territórios e populações a viver uma espécie de “life in limbo” (WAAL, 2018, 8) que aumenta a desconfiança e compromete os projetos individuais e coletivos.

Ainda assim, um dos exemplos mais expressivos de um território de espera será um campo de refugiados. Após a desterritorialização, algures numa área de conflitos, os refugiados (ou candidatos à condição de refugiado) ali se reterritorializam, muitas vezes de modo precário, aguardando a retoma do trajeto em direção a um destino final desejável (HAESBAERT, 2004). Em muitos casos, nestes territórios demarcados, essa espera pode prolongar-se por anos, por vezes até por diferentes gerações, tornando a espera um processo que se arrasta lentamente no tempo (AGIER, 2014).

No entanto, nas dinâmicas espaciais da população refugiada, os territórios de espera vão-se (re) configurando em múltiplas etapas desta mobilidade precária, como se discutirá a propósito do fluxo que pressionou as fronteiras europeias, sobretudo no verão de 2015.

2. Territórios de Espera no âmbito dos fluxos de refugiados na Europa durante o Verão de 2015

A guerra na Síria e a desintegração do Estado líbio, uma série de outros conflitos não resolvidos em África, mas também os ciclos de pobreza nestes territórios e a conjugação destes fatores com o crime organizado concorreram para o recente aumento da pressão migratória, sobretudo clandestina, sobre o Mediterrâneo e as fronteiras europeias, com especial incidência no verão de 2015 (Figura 1).

De acordo com a ESI- European Stability Initiative (2017), no período entre 2009, antes do início da Primavera Árabe e da eclosão da guerra na Síria, e 2016, terão ocorrido cerca de 2 milhões e 50 mil atravessamentos ilegais nas fronteiras da União Europeia. Desse total, 65% seguiu a rota do Mediterrâneo Oriental, em direção à Grécia. 32% seguiu o trajeto do Mediterrâneo Central, que converge para a Itália. Desses mais de 2 milhões de migrantes, 51% delocaram-se em 2015, ano de especial pressão sobre as costas gregas, correspondendo a 885 mil entradas ilegais. Na Itália, esse valor atingiu os 154 mil migrantes.

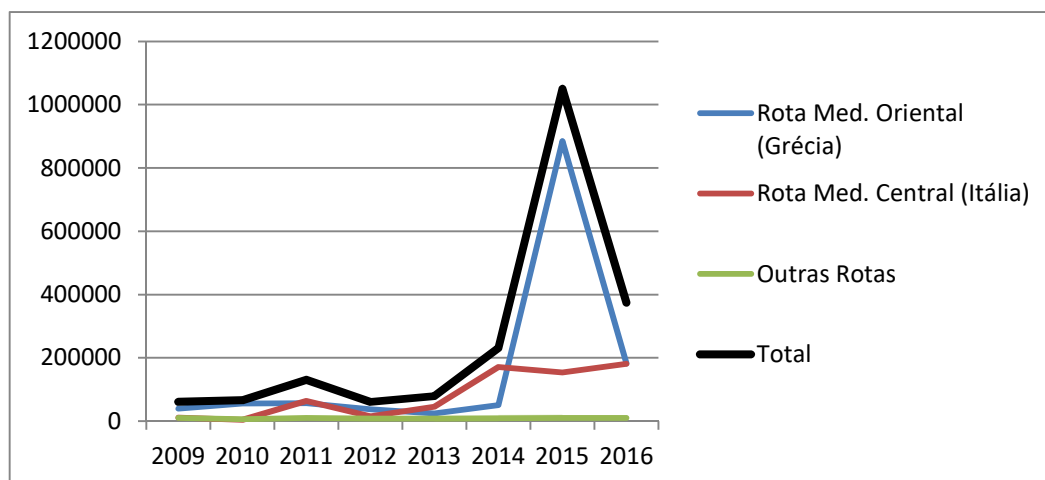


Figura 1 – Fluxo de migrantes ilegais que atravessaram as fronteiras da União Europeia, entre 2009 e 2016, seguindo as rotas do Mediterrâneo e outras (Fonte:ESI, 2017).

Estas estatísticas traduziram-se em diferentes dinâmicas geográficas, nas quais se incluem aqui os referidos territórios de espera, que começam a ser estruturados logo antes da tentativa de entrada da Europa.

No norte de África, as cidades líbias de Tripoli e Zuwarah, as mais próximas das fronteiras europeias, a cerca de 160 milhas marítimas da ilha grega de Lampedusa, são lugares de chegada de múltiplas rotas que, nalguns casos, atravessam o Saara, noutros trazem migrantes desde o Próximo e Médio Oriente, mas também de países como a Somália ou a Eritreia.

Ponto de partida para viagens clandestinas de barco, esta região litoral é o primeiro obstáculo ao prosseguimento dos migrantes que desejam chegar à Europa. Como referem Tinti e Reitano (2018), muitos destes deslocados são vítimas de suborno por parte de redes criminosas e ficam retidos em campos de detenção. Nestes, a espera prolonga-se e a exploração de seres humanos faz-se a pretexto do necessário pagamento das dívidas contraídas junto destes grupos de traficantes.

Para Alain Musset (2015), as embarcações precárias que partem para Lampedusa e outros pontos de chegada, podem ser considerados territórios de espera. Neste caso, a espera faz-se em movimento, aguardando a vista de uma costa segura. Também nas embarcações se constroem territórios, pois neste contexto de vulnerabilidade estabelecem-se hierarquias e relações de poder. Como acrescentam Tinti e Reitano (2018), em muitos casos os melhores lugares e o direito ao uso de colete salva-vidas estão reservados aos imigrantes sírios, com maior poder económico. Os deslocados da África subsaariana ocupam os lugares restantes, apenas para completar a lotação do barco.

Uma viagem pela Europa daquela época é um percurso por um conjunto diversificado de espaços de paragem e confinamento de migrantes provenientes deste e de outros corredores de mobilidade. Este efeito de atrito com o qual a Europa se foi protegendo, protelando o avanço destes fluxos, materializou-se na constituição de territórios de espera, alguns efémeros e de rápido desaparecimento, outros mais perenes e duráveis.

A ilha de Lesbos, também na Grécia, localiza-se a 10 km da costa turca. Com 1600 km² de superfície e uma população residente de 86 mil habitantes (38 mil na sua principal cidade, Mytilene), este território insular foi outro dos pontos de entrada procurados por quem seguiu a rota do Mediterrâneo Oriental (JAUHAINEN, 2017). Chegando a concentrar um número de deslocados 80% acima das suas capacidades, parte da população migrante ficou retida, por um longo período de espera, em lugares demarcados. Nestes campos (de retenção ou detenção?). Moria foi um dos principais pontos de chegada. Este antigo campo militar rodeado por muros é regulado pelas autoridades gregas, com a presença do ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados.

Como nos indicam Polly Pallister-Wilkins (2018) e Lydie Arbogast (2016), Moria é considerado um *hotspot* de receção de deslocados: “since spring 2015, a new type of detention facility has emerged: hotspots. Established under the auspices of the EU, hotspots focus on the systematic identification and registration of all migrants arriving in ‘frontline’ countries, i.e. Greece and Italy. Officially presented as “access points” established to respond to the tragic drownings in the Mediterranean and the ‘refugee crisis’, they have become new detention and filtering camps to “store” people awaiting relocation to another Member State or deportation from the EU” (ARBOGAST, 2016, 26).

Dividido por setores étnicos, em Moria os migrantes alojaram-se em tendas, entretanto substituídas por edifícios mais consistentes mas, ainda assim, precários. Como se refere em Jauhiainen (2017) e em Murray (2018), a ocupação excessiva aumentou a tensão, provocou distúrbios e motins, justificando a presença de forças de segurança, dentro e fora do campo. Após o verão de 2015, chegaram a fixar-se cerca de 20 mil deslocados em Lesbos. Nem Moria nem os restantes campos daquela ilha tinham capacidade para além dos 25% desse valor (MURRAY, 2018).

Os conflitos, as carências, a ausência de serviços básicos, a má qualidade de vida, doenças mentais, as tentativas de suicídio (alguns consumados), a morte pela exposição a temperaturas extremas, a exploração de seres humanos, foram acontecimentos comuns neste território ‘precário’ de ‘espera’, no qual era possível a saída do migrante (que, no entanto, ficava confinado na ilha), mas negado o acesso a pessoas estranhas ao campo (ARBOGAST, 2016; JAUHAINEN, 2017).

Ainda consultando Jauhiainen (2017), num levantamento efetuado em 2016, apenas 16% se sentiram seguros em Moria. Estes valores refletem as características deste território de espera: o primeiro centro de acolhimento de migrantes precários nesta ilha, sobretudo deslocados individuais do sexo masculino. Para Jauhiainen (2017, 33), perante as indefinições burocráticas em relação ao futuro, neste campo “Life is wasted in seemingly eternal waiting”. Ainda para este autor (2017, 41), “Most asylum seekers stay in the reception sites in Lesvos for several months. They do not know about their future, including if and when they will be able to settle in the European Union or whether they will have to return to their country of origin. The long waiting process creates problems for asylum seekers, and the authorities are having to deal with these problems”.

Como refere Arbogast (2016, 12), “Detention of migrants in the EU and elsewhere takes place in a complex and multifaceted environment. Located in ad hoc buildings or pre-existing structures such as prefabs, warehouses, army barracks and prisons, closed camps are mostly surrounded by

walls, fences or barbed wire. However, the reality of confinement is not limited to these traditional set-ups. Other so-called “open” centres, most often designed for temporary accommodation of asylum seekers in isolated areas, are also based on confinement: under the guise of ‘accommodation’ for migrants, they facilitate administrative and social control”.

O excesso de migrantes nos campos de contenção de Lesbos levou à ocupação de solos intersticiais daquele território de chegada. Segundo Murray (2018, 87), “(...) as tendas espalharam-se pelo centro da cidade de Mytilene, em qualquer espaço relvado ou cheio de entulho disponível, em rotundas e passeios”. No entanto, como prova de alguma solidariedade local, Douglas Murray (2018) afirma também que, no inverno de 2016, em resultado de estados de tempo extremos e desconfortáveis, parte da população local abriu as suas casas e garagens para acolher alguns destes migrantes precários.

Estes territórios de espera difusos, distribuídos de modo irregular por vácuos das áreas urbanas, como solos livres debaixo dos viadutos ou de escadarias, espaços em redor das estações do metropolitano, em áreas ajardinadas, praças ou vias de circulação, expuseram estes migrantes nos espaços públicos de cidades como Paris, Atenas ou Roma. Estes acampamentos improvisados transportaram para as ruas de algumas cidades da Europa, imagens que os cidadãos europeus apenas viam à distância, através dos meios de comunicação social.

Em cidades como Paris e outras, à escala da União Europeia, criou-se uma rede legal de lugares de acolhimento, nos quais também aqui a espera por uma decisão burocrática pode ser prolongada. Esses podem ser espaços de controlo estatal. No entanto, dependendo do país, é possível serem também geridos pela iniciativa privada (ARBOGAST; 2016).

Contudo, a atitude de muitos Estados europeus levou também ao reforço securitário das respetivas fronteiras. Este fluxo teve como resposta o levantamento de barreiras materiais para interromper a passagem e proteger a Europa. Já nos anos (19)90 se haviam levantado vedações em Ceuta (em 1993, com 9 km de comprimento) e Melilla (em 1998, com 12 quilómetros), para blindar o enclave espanhol no norte de África.

Com a crise de 2015, levantaram-se outros muros. A Hungria ergueu barreiras nos limites que a separam da Croácia e da Sérvia. À revelia dos Acordos de Schengen, a Áustria reforçou a sua fronteira com a Eslovénia, construindo um muro e postos de controlo em Spielfeld. O mesmo ocorreu na Grécia, na fronteira com a Turquia, junto à aldeia de Nea Vyssa, onde se construiu uma vedação de 12,5 km, coroada por um reforço suplementar de arame farpado. Também na fronteira entre a Macedónia e o espaço nacional grego se procedeu ao esforço policial e securitário, fazendo da aldeia grega de Idomeni um território de espera e contenção que travou a viagem dos refugiados para norte.

Nesta geografia de muros temporários, impôs-se a lógica do levantamento de barreiras na retaguarda, sempre que o fluxo, a montante, na sua caminhada para o centro da União Europeia, em especial em direção à Alemanha e à Inglaterra, não era interrompido.

Como refere Lydie Arbogast (2016, 5), apesar da aplicação de tecnologias no controlo e regulação dos migrantes (satélites, drones ou câmaras de infravermelhos), “(...) Apart from these legal and operational mechanisms, real physical barriers such as walls, fences, barbed wire and watchtowers are springing up along the borders of the Schengen area, accompanied by a range of

security measures of ever increasing sophistication – drones, satellites, heartbeat detectors, infrared cameras, etc. – to keep migrants out. Restrictive and security policies have failed to dissuade prospective migrants, and merely oblige them to change course, making longer, more costly, more risky journeys, sometimes putting their lives in danger”.

Nestes territórios de tensão e de espera, confrontam-se as novas tecnologias com os velhos métodos de contenção – o arame farpado, uma inovação do final do século XIX, nos EUA, para proteção da propriedade privada agrícola dos colonos europeus, face aos riscos de assédio por parte das populações nómadas autóctones e dos avanços dos criadores de gado (HARFORD, 2018).

Com estes muros, mais ou menos efémeros, multiplicaram-se os espaços e os tempos de paragem e definiram-se territórios de espera. Estes acontecem na perspetiva dos grupos humanos que viam o seu percurso interrompido, aguardando oportunidade para seguir viagem. Mas, esta espaço-temporalidade de espera também ocorre no território que se define na outra margem, no outro lado da barreira. Enquanto linha de tensão entre quem desafia um poder (migrantes em espera) e quem o exerce (as autoridades policiais), também dos lado das forças de segurança se define um território de espera, vigiando e aguardando as investidas do aglomerado humano que pretende seguir caminho.

Leia-se, a este propósito, Reece Jones (2017, 13-14): “Spain began to construct fences and barricades on the boundaries of Melilla in 1993, and they have been redesigned and expanded in multiple times. The current wall complex is made of three fences, the tallest of which is six meters (...), all heavily reinforced to prevent them from being knocked down by a truck. **The Spanish Guardia Civil, in older white trucks with green doors, patrol the roads along the edge of the fences, looking for anything out of place**” (o destaque é nosso).

Com efeito, existe uma cartografia heterogénea de territórios de espera e de geografias de potencial (e efetiva) conflitualidade definidas por pontos, linhas ou áreas, nas fronteiras externas da União Europeia, mas também no interior do próprio espaço Schengen. Nesta realidade geográfica que se (re) estruturou e, nalguns casos, se reforçou a partir do afluxo de potenciais refugiados através do Mediterrâneo no verão de 2015, a perenidade dos muros de demarcação é também muito diversificada. Em muitos casos, trata-se de uma geografia flexível, ou líquida, como diria Bauman (2007), de duração limitada, mas com efeitos sistémicos. Nestes territórios incertos, como se verá no caso do denominado *Jungle*, em Calais (França), esta espacialidade precária representará um sistema global contraditório, social e politicamente fragmentado, que coexiste justapondo diferentes velocidades.

3. The Jungle (a Selva) - território de espera em Calais, no norte de França. O documentário “Calais, the end of the jungle”, de Dan Reed (2017)

Um dos territórios de espera com mais visibilidade na Europa, no período de maior afluxo de migrantes e potenciais refugiados durante o verão de 2015, formou-se em Calais, no norte de França. A efemeridade do lugar dá valor aos registos documentais, que deixaram imagens e sons daquela

realidade geográfica. Como qualquer obra cinematográfica, o documentário de Dan Reed, editado em 2017, não é um retrato mas sim uma representação. As narrativas, os planos, a fotografia, a condução geral daquele trabalho audiovisual são, com naturalidade, elementos filtrados pelos seus autores. No entanto, esse facto não condiciona o realismo desta obra de Reed nem a sua relevância enquanto instrumento de aproximação a uma geografia complexa.

Esta incursão no filme de Dan Reed é uma viagem pelo *Jungle*, uma toponímia improvisada que, simbolicamente, nos remete para um retrocesso civilizacional que feriu a Europa dos valores e dos Direitos Humanos no interior do seu próprio território. Com a duração aproximada de uma hora, “Calais, the end of the Jungle”, acompanha aquele campo improvisado de migrantes entre o momento, após o verão de 2015, da sua máxima ocupação (que refere aproximar-se dos 10 mil migrantes) e o seu desmantelamento no início de 2017.

Localizado na proximidade do porto de ferries que seguem para o Reino Unido, confinando com uma via rápida que dá acesso a essa área portuária e não muito distante do terminal do Eurotúnel, o (campo) *Jungle* é um território de exclusão enclavado nos interstícios geográficos de vias e nós de mobilidade rápida nas quais assenta a ligação de França (e da Europa continental), com a Inglaterra.

Nesse sentido, este microterritório murado por vedações reforçadas por arame farpado, confina com os nós e as redes da globalização, sem ao mesmo tempo fazer parte destas. Neste mundo fragmentado, organizado em diferentes velocidades e estruturado por efeitos de atrito muito diferenciado, a coexistência euclidiana (e a proximidade física) não implica contacto, fluidez e liberdade de movimentos. As distâncias social, cultural, económica e política são grandes e condicionadas pelo medo. No documentário, Reed entrevista alguns dos responsáveis pela gestão territorial de Calais. Estes expressam temores e receios: a cidade, com cerca de 70 mil habitantes, poderia comportar 1500 a 2000 migrantes, mas não consegue acondicionar os valores e as densidades verificados no *Jungle*, ainda que não existam certezas absolutas sobre a real dimensão demográfica deste espaço geográfico.

As câmaras de Reed mostram-nos um campo que não é uniforme. Este território de espera é um espaço de múltiplos atores e as relações de poder entre cada um destes protagonistas são assimétricas. Esta é uma geografia de deslocados, migrantes e potenciais refugiados, sobretudo masculinos – as incertezas resultam da indefinição de estatuto, uma das componentes da espera que, no tempo e no espaço, vai afetando a condição destas populações.

Dan Reed não o refere de modo explícito, mas o campo está dividido por grupos étnicos que refletem os conflitos geopolíticos, com uma diversidade que, seguindo Hassina Mechaï (2015) espelha as crises geopolíticas contemporâneas – entre outros, aqui encontram-se deslocados sudaneses e do Darfur, em resultado da guerra no Sudão do Sul e da fuga ao regime de Omar al-Bashir. Também aqui se fixaram afegãos que há muito foram escapando do antigo regime repressivo dos talibans, da intervenção externa, das faltas de garantias do país na defesa dos direitos humanos e na promoção do bem-estar, mesmo sob o governo das novas autoridades. Para além destes, viam-se mulheres da Eritreia, com idades inferiores aos 17 anos – fugiam do regime político e escapavam ao encarceramento num serviço militar obrigatório compulsivo e de prazos indefinidos. Para além

destes, também lá estão os sírios e os líbios, como testemunhos do colapso e dos conflitos nestes dois territórios políticos.

Neste *Jungle* de diversidade étnica e cultural, o espaço geográfico vai-se estruturando, ritmado, entre outros registos sonoros, pela voz do muezim que chama os fiéis para a oração. No *Jungle* criaram-se espaços religiosos e pequenas mesquitas improvisadas, mas no *skyline* filmado por Dan Reed também se veem torres com símbolos cristãos. Neste lugar efémero, existem espaços de pernoita e residência, bazares, armazéns e mercados nos quais se disponibilizam produtos doados.

Mas este espaço geográfico é também o território das autoridades, dos agentes de segurança e das forças francesas antimotim, que entram no campo para demonstrar o seu poder e disciplinar os imigrantes. O *Jungle* é também o espaço no qual se inscrevem os criminosos organizados em rede. De acordo com este trabalho de Reed, no terreno estariam sempre 10 equipas de passadores, cada uma com 2 ou 3 elementos e uma carrinha. Em cada noite, cada grupo conseguiria fazer passar 15 clandestinos. A uma média de 3 mil euros cobrados por cada um desses deslocados em direção a Inglaterra, esta atividade criminosa sustenta uma economia informal elevada.

Para além destes, o *Jungle* é o território dos voluntários, alguns vindos da Inglaterra, mas também de outros países europeus e não só. Perante o triângulo migrante-passador-polícia, na ótica deste documentário de Reed, o contacto com as organizações não governamentais, e com as pessoas que as dinamizam, acaba por ser uma experiência de relações humanas (e de humanidade) num contexto extremo no qual a desumanização é a regra.

Naquele momento considerado o maior *slum* de África, no *Jungle* a precariedade é grande. Trata-se de um território de tendas, que depois evoluiu, com a ajuda humanitária, para construções frágeis de madeira. Faltam serviços básicos, o acesso à alimentação está organizado por filas que protelam as refeições. Num território no qual o tempo se prolonga, fazem-se pausas e há uma espera para alcançar os bens essenciais.

Neste confinamento anti-idílico, as pressões e os conflitos são frequentes, por vezes entre as diferentes comunidades dos próprios imigrantes, entre sudaneses e afegãos, por exemplo. Dan Reed recolhe alguns testemunhos oficiais: no *Jungle* terão sido usadas, por parte da polícia, mais de 30 mil bombas de gás lacrimogénio.

Contudo, este será sempre um contexto contraditório de dilemas morais. Para algumas autoridades francesas entrevistadas, como se pode negar o acesso destes migrantes ao desejado destino final (a Inglaterra, a escassos 20 km)? Tratam-se de deslocados que viajaram por percursos de 2 ou 3 mil km, durante várias semanas, ou meses, vivendo trajetos difíceis, ultrapassando barreiras ineficazes levantadas na retaguarda, a montante.

Este território de espera está marcado por outro dilema: como justificar, perante a opinião pública de França, que as autoridades nacionais estejam a defender a fronteira do Reino Unido e, de modo indireto, a estimular a fixação destes migrantes no território francês?

Neste espaço geográfico, são muitas as pressões sobre os muros de confinamento e evidentes as relações de poder ali estabelecidas. O próprio grupo de migrantes não é homogéneo. Os deslocados mais pobres, de origem subsaariana, como não conseguem pagar uma passagem

clandestina nem ter acesso às geografias subterrâneas das redes criminosas organizadas, acabam por deambular pelo campo e pelas suas intermediações.

Para estes migrantes mais pobres, o acesso ao objetivo desejado – o atravessamento do Canal da Mancha, faz-se por tentativas. Procura-se a entrada clandestina no Eurotúnel ou, como se enfatiza no trabalho de Dan Reed, tenta-se o acesso forçado aos veículos pesados que percorrem a via rápida em direção ao porto marítimo.

Entrar nos camiões em movimento é impossível. Por isso, levantam-se barragens ao movimento (e, de certo modo, novos territórios de paragem e de espera), colocando obstáculos na estrada para obrigar os condutores a parar. Troncos, postes, colchões incendiados e botijas de gás, são muitas as estratégias para fazer parar os camionistas, simultaneamente em diferentes pontos da estrada, para distrair e dividir a atenção das autoridades. O conflito é aqui elevado. Este é um território de medo: alguns condutores sofreram agressões e receiam ser multados à entrada de Inglaterra, caso transportem passageiros clandestinos. Algumas dezenas de imigrantes morreram na tentativa de entrar e esconder-se nos veículos. Em cada ataque nesses engarrafamentos forjados, avançam 200 ou 300 deslocados, sobretudo africanos. Segundo informações recolhidas por Reed, por noite ocorreriam 20 a 25 bloqueios, demonstrando, pelo menos, que a população que espera não o faz numa atitude passiva.

Estes migrantes, os mais saudáveis e bem preparados sob o ponto de vista físico entre aqueles que terão atravessado o Mediterrâneo, tentam contornar as barreiras de acesso e entrar nos canais de velocidade da globalização. Neste *Jungle* de espera, estas populações precárias procuram tirar partido de um poder: o da interrupção de uma via rápida e de trânsito fluído, que liga duas cidades do Arquipélago Metropolitano Mundial – Londres e Paris.

Como referido, Dan Reed acompanha a fase de desintegração deste espaço geográfico efémero e transitório. Esse dismantelamento, a avaliar pelas palavras de entrevistados, fez-se em pouco tempo. Demasiado rápido para um processo que implicaria a identificação dos migrantes e a sua deslocação para centros de acolhimentos legais noutras cidades francesas, nos quais encontrariam a face mais humana de França e boas oportunidades de legalização (segundo testemunhas oficiais entrevistadas por Dan Reed).

Contudo, assim não ocorreu. Estes aglomerados de exclusão em movimento, que se vão fixando e deslocando em ciclos sucessivos de des-reterritorialização (Haesbaert, 2004), não partem do campo *Jungle* sem antes reagirem, provocando desacatos e ateando incêndios. Este tornou-se um território de difusão caótica de parte dos deslocados que ali se tinham fixado. A câmara de Dan Reed acompanha-os até Paris e redescobre-os nas praças, nos passeios e nos espaços devolutos debaixo de viadutos urbanos. Num dos planos, associando estas geografias deambulantes à política, filma-se um cartaz de Marine Le Pen e da Frente Nacional.

Apesar da destruição do campo, com uma paisagem de caos que se assemelharia a uma *warscape*, alguns destes migrantes acabaram por regressar a Calais, mas o *Jungle* não se repetiu. Por parte dos deslocados, era preciso insistir no acesso a Inglaterra, onde eram aguardados por familiares.

O documentário termina com um testemunho, o primeiro refugiado ouvido no filme de Dan Reed: um eritreu que chegou à Europa através da Itália e que, depois de muitas tentativas em Calais, acabou por alcançar o Reino Unido. Fugido de abusos e da exploração humana, na Eritreia estava condenado a um serviço militar obrigatório permanente, que lhe cativaria toda a vida. O Reino Unido era um objetivo: pela língua mas também pela vontade de continuar a estudar e frequentar uma universidade inglesa. Esteve 2 meses em Calais, numa situação de espera, sempre tentando uma oportunidade. Apesar do cansaço, renasceu assim que entrou no Canal da Mancha.

Para uma voluntária europeia do *Jungle*, o tema dos refugiados será sempre um problema. Este fluxo não terminará. Como disse perante as câmaras de Reed, tal como acontece com a água, este movimento trava-se aqui mas irá aparecer noutro lugar. Porventura, estes deslocados poderão regressar ao norte de França. Como refere Jessica Reinish (2015, 7), “Whether or not they succeed in their attempts to come to Europe is still determined by their luck, financial resources, family connections and ability to manoeuvre through the paper world of asylum and immigration policies. Many hundreds of thousands will continue to embark on dangerous and humiliating journeys in search of a better life, one without the daily threat of war, hunger, disease, or poverty, and many of them will continue to die in the process. A few of them might end up in Calais”.

4. Notas finais

O conceito de território de espera permite realizar uma viagem por diferentes contextos espaciais e temporais. A referida espera pode ser uma estratégia defensiva de mitigação de riscos. Contudo, em múltiplas circunstâncias, a interrupção dos fluxos e o confinamento de populações em espaços reduzidos, criam contextos de potencial tensão, conflitualidade e violência. As migrações, com um foco muito particular na Europa que atraiu uma procura elevada de deslocados, em especial no verão de 2015, promovem múltiplos lugares de espera e de interrupção do movimento.

Como a mobilidade espacial não é livre, como o efeito de atrito para a deslocação das populações não desapareceu, os candidatos ao estatuto de refugiado que se dirigiram para a Europa no culminar da crise ocorrida em espaços geográficos com a Líbia e a Síria, foram sendo progressivamente confrontado por múltiplas barreiras. Estes muros desaceleravam o movimento destes migrantes, fazendo-os, por vezes, parar em espaços confinados.

Um dos exemplos foi explorado neste trabalho. A Selva (*Jungle*, no original) foi um campo de aglomeração de potenciais refugiados, localizado nas portas entre França e Inglaterra, na margem sul do Canal da Mancha (Calais). Foi também um território de espera efémero, desmantelado logo nos inícios de 2017. Ainda assim, tratou-se de um espaço geográfico de encontro (e, por vezes, confronto) entre diferentes atores: os migrantes (muito divididos por etnias, nacionalidades, percursos e capital disponível); as redes de crime organizado; as forças de segurança e as autoridades francesas; e, por fim, os voluntários e as Organizações Não Governamentais.

Em Calais, este campo de contenção de migrantes existe entre os eixos e os nós da globalização, que atravessam o Canal da Mancha e unem França e a Inglaterra. Estas vias rápidas parecem fluir sem notar a presença destes deslocados.

No entanto, a coexistência pacífica entre a veloz geografia da compressão do espaço-tempo e as territorialidades precárias das populações em espera, é uma ilusão. O choque deu-se no Eurotúnel e na via rápida que liga Calais, e o resto do país, ao porto de ferries e, daqui, a Inglaterra e a uma cidade global – Londres. Os candidatos a refugiados boicotaram a estrada, criando também nesta um território de espera (e confronto), entre os residentes no *Jungle* e os camionistas obrigados a abrandar e a estabilizar. Esta paragem abria uma possibilidade: a entrada nos veículos pesados poderia ser uma porta de entrada na desejada Inglaterra.

Os episódios de tensão, e o ambiente de conflitualidade entre estes diferentes atores, ocorreram em Calais mas também em Lampedusa, Lesbos, Atenas, Roma, Paris, ou nos campos de detenção da Líbia, às portas do continente europeu. A Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, na qual se promove, no seu artigo 1º, o respeito e a proteção da inviolabilidade da dignidade do ser humano, obriga a que se foquem estes territórios de espera como uma das prioridades dos Estados europeus democráticos e signatários desses princípios.

5. Bibliografia

- AGIER, M. (dir.) (2014). *Un monde des camps*. Paris: La Découverte.
- ARBOGAST, L. (2016). *Migrant detention in the European Union: a thriving business. Outsourcing and privatization of migrant detention*. Brussels: Migreurop.
- BARATA, C. (2018). A revolta dos Coletes Amarelos ameaça bloquear Paris no sábado. *Público*, edição de 20 de novembro, 26.
- BAUMAN, Z. (2007). *Liquid Times: Living in an Age of Uncertainty*. Cambridge: Polity Press.
- DOWDALL, A.; HORNE, J. (ed.) (2018). *Civilians Under Siege from Sarajevo to Troy*. London: Palgrave Macmillan.
- ESI- EUROPEAN STABILITY INICIATIVE (2017). *The refugee crisis through statistics. A compilation for politicians, journalists and other concerned citizens*. Berlim.
- HAESBAERT, R. (2014). *O mito da desterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- HARFORD, T. (2018). *50 coisas que mudaram o mundo*. Lisboa: Objectiva.
- HASS, A. (2005). *Beber o mar em Gaza. Dias e noites de uma terra cercada*. Lisboa: Caminho.
- JAUHAINEN, Jussi (2017). *Asylum seekers in Lesvos, Greece, 2016-2017*. Turku: Turun yliopisto ja geologian laitoksen maantiede.
- JONES, M. (2008). *Leningrad. State of siege*. London: John Murray.
- KAJJA, Kamal (2009). Al-Jazeera, phénomène ou leurre?. *Hérodote*, n° 133, 152-163.
- KOTSIU, A.; MICHALAKI, V.; ANAGNOSTOPOULOU, H. N. (2017). Devastating epidemics in recent ages greek populations. *Acta Med Hist Adriat*, 15(2), 283-290.
- MACEK, Ivana (2009). *Sarajevo under siege. Anthropology in wartime*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- MURRAY, D. (2018). *A estranha morte da Europa. Imigração, identidade, religião*. Porto Salvo: Edições Desassossego.
- MUSSET, A. (2015). De los lugares de espera a los territorios de la espera. ¿Una nueva dimensión de la geografía social?. *Documents d'Anàlisi Geogràfica*, vol. 61/2, 305-324.

- PALLISTER-WILKINS, P. (2018). Hotspots and the geographies of humanitarianism. *Environment and Planning D: Society and Space*, 1–18.
- RAFFESTIN, C. (1980). *Pour une géographie du pouvoir*. Paris: Librairies Techniques (LITEC).
- REINISCH, J. (2015). 'Forever Temporary': Migrants in Calais, Then and Now. *The Political Quarterly*, 1-8.
- THABET, Abdel Aziz Mousa (2017). Palestinian Children: Victims of Decades of Violence and Trauma. *JOJ Nursing & Health Care*, (2)3, 1-8.
- TINTI, P.; REITANO, T. (2018). *Migrant, refugee, smuggler, savior*. London: Hurst & Company.
- TOMCZYK, A. (2018). Georgia's separatist regions at a standstill. *New Eastern Europe*, nº3-4 (XXXII), 53-59.
- TUMARKIN, M. (2005). *Traumascapes: The Power and Fate of Places Transformed by Tragedy*. Melbourne: Melbourne University Press.
- VELOSO, A. (2009). *Caramulo. Ascensão e queda de uma estância de tuberculosos*. Lisboa: By the Book.
- VIDAL, L.; MUSSET, A. (dir.) (2015). *Les territoires de l'attente. Migrations et mobilités dans les Amériques (XIXe-XXIe siècle)*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes.
- WAAL, T. de (2018). Uncertain territory. The strange life and curious sustainability of de facto states. *New Eastern Europe*, nº3-4 (XXXII), 7-14.
- WACHTER, A. (2018). 'This Did not Happen': Survivors of the Siege of Leningrad (1941–1944) and the 'Truth About the Blockade'. In Alex Dowdall and John Horne (ed.), *Under Siege from Sarajevo to Troy*. London: Palgrave Macmillan, 37-60.

EL DECLIVE DE LA POBOACIÓN EN GALICIA. ¿HACIA EL VACÍO DEMOGRÁFICO?

José Antonio Aldrey VÁZQUEZ

Departamento de Xeografía. Universidade de Santiago de Compostela

joseantonio.aldrey@usc.es

Xosé Constenla VEGA

Departamento de Didácticas Especiais. Universidade de Vigo

xose.constenla@uvigo.es

Resumen

En este trabajo se realiza un análisis demográfico clásico de la población gallega. Además de realizar una introducción teórica sobre los estudios de población que se han realizado sobre la Comunidad Autónoma, se abordan los aspectos fundamentales que atañen a la dinámica y estructura demográfica de Galicia: su evolución y, su estructura por edad y sexo, concluyendo con la presentación de una proyección de la misma a medio plazo. Las escalas de análisis varían de la caracterización del conjunto de la comunidad a las provinciales o locales, incidiendo también en las comarcales cuando el tipo de datos existentes así lo requiere. La intención del mismo no es otra que la de constatar si realmente existe un problema demográfico, tal y como indican los medios de comunicación constantemente, y si se constata, caracterizar su gravedad y cómo evolucionará a medio plazo.

Palabras Clave: Galicia, demografía, proyecciones demográficas.

Abstract

In this paper we will make a recent demographical analysis about the development of the population in Galicia. Will also discuss fundamental aspects in relation with the dynamic and demographical structure in Galicia: the evolution and age structure; finishing off with a presentation on the medium term. The intention of this paperwork is to realise and check if there is really a demographical problem like the local media is constantly talking about. And if we find evidence, check how severe it is and how it will develop on the medium term.

Key Words: Galicia, demography, demographic projections.

1. Los estudios demográficos sobre Galicia

La demografía, y más concretamente la Geografía de la Población o Geodemografía, es una disciplina poco desarrollada y de reciente aparición, pues fueron muy pocos los trabajos que sobre esta temática se hicieron con anterioridad a la década de 1970 (ALDREY, 2003), y se mantuvieron en

un número reducido hasta bien avanzada la década de 1990 o comienzos de la de 2000 (HERNÁNDEZ BORGE, 2003).

Fue a partir de esa primera fecha mencionada cuando la población gallega comenzó a contar con algunos estudios, fundamentalmente de autoría de Jean-René Bertrand, Julio Hernández Borge y Xosé Manuel Souto. El primero de ellos llegó a Galicia a mediados de los años 1970 para realizar su Tesis de Estado sobre la población gallega, publicando varios trabajos sobre esta temática previos a la finalización de esa tesis, que se tituló *La population de Galice, étude géographique* (1986), publicada en gallego en 1992. Por su parte, el profesor Hernández Borge es el autor que más estudios ha publicado sobre la materia, tocando en ellos diferentes temáticas dentro de las cuestiones demográficas. Por su parte, Xosé Manuel Souto se ocupó de hacer estudios globales del conjunto de Galicia, ya fuese solo (1988) o en coautoría con otros autores (CAMPILLO, MÉNDEZ Y SOUTO, 1993).

Pero no sólo la Geografía se ocupó de estudiar la población, sino que también desde otras ciencias como la historia, la economía, la sociología o la estadística aparecieron trabajos sobre demografía (FERRÁS, 2011), evidenciándose que este tipo de estudios tienen un marcado carácter pluridisciplinar (ALDREY, 2003).

A partir de 1990 destacan sobre todo trabajos que se ocupan del estado de la población de Galicia, con una preocupación creciente sobre la ya incipiente crisis demográfica que comienza a dejar patentes sus efectos sobre el territorio (HERNÁNDEZ BORGE, 1990; PRECEDO Y VILLARINO, 1994; y, RODRÍGUEZ GONZÁLEZ et al., 1999).

Esta preocupación se incrementa y durante la década siguiente siguen publicándose estudios, cada vez más numerosos, en los que se siguen midiendo los impactos de una evolución demográfica cada vez más negativa (ALDREY, 2006; HERNÁNDEZ BORGE, 2005). Como la situación no mejoró, sino todo lo contrario, a partir de 2010 aparecen títulos que se preocupan ya por el negro porvenir demográfico a corto y largo plazo, y se generaliza su estudio a varias disciplinas, apareciendo expresiones como catástrofe demográfica, suicidio demográfico, envejecimiento anunciado, etc. (HERNÁNDEZ BORGE, 2011; BARREIRO, PASCUAL Y MONZÓ, 2013; BLANCO DESAR, 2014; GONZÁLEZ REBOREDO, 2014; ALDREY Y DEL RÍO, 2014).

En todo caso, se puede afirmar que se observa la existencia de muchas publicaciones con contenidos teóricos, muchas veces reiterativos en la información presentada, pero muy pocos intentan ir más allá, ofreciendo soluciones para la planificación territorial o para la ayuda en el diseño de políticas públicas que puedan incidir en mitigar las consecuencias de la crisis demográfica de Galicia (ALDREY, 2003; FERRÁS, 2011).

2. La evolución provincial y del conjunto de Galicia

Para poder comprender bien la situación actual de la población de Galicia y apuntar cual puede ser su situación en los próximos años, se hace necesario un conocimiento de cómo ha evolucionado desde comienzos del siglo XX.

El gran cambio demográfico en este período temporal se produce en el nivel del conjunto demográfico gallego a partir de 1960, pues hasta entonces había existido un crecimiento poblacional moderado pero continuado (CAMPILLO, MÉNDEZ Y SOUTO, 1993). A partir de esa década aparecen episodios de estancamiento, reducción y leves recuperaciones, que se han tornado ya en un descenso en todas las provincias a partir de 2011, tal y como profundizaremos algo más adelante.

La situación referida entra en contraste con el aumento continuado de la población en el conjunto de España. La repercusión inmediata de esta constatación es la pérdida de peso relativo de Galicia en lo tocante al volumen demográfico con relación al estatal. De este modo, pasó de suponer un 11% a comienzos del siglo XX a situarse en un 5,9 % atendiendo a los datos del Padrón de Habitantes de 2018. La causa es la citada reiteradamente por los investigadores sobre demografía en Galicia (CAMPILLO, MÉNDEZ Y SOUTO, 1993; HERNÁNDEZ BORGE, 1990 y 2001; ALDREY, 2006): los continuos saldos migratorios negativos fruto de la emigración continuada (interrumpida por las prohibiciones o dificultades en las salidas en algunos períodos), que incidió en un envejecimiento progresivo de Galicia (al irse los jóvenes) y una reducción acusada de la natalidad (por la misma razón y por las dificultades económicas de los que se quedaron, además del cambio social común a toda Europa y otras regiones del globo).

Tabla 1.- Evolución de la población a nivel provincial, del conjunto de Galicia y de España, 1900-2018.

Año	A Coruña	Lugo	Ourense	Pontevedra	Galicia	España
1900	681.895	476.357	419.665	495.721	2.073.638	18.830.649
1910	726.697	512.467	446.342	546.247	2.231.753	19.990.909
1920	772.363	517.918	466.398	585.866	2.342.545	22.012.663
1930	835.906	523.911	476.336	630.446	2.466.599	24.026.571
1940	912.662	545.128	494.966	685.801	2.638.557	26.386.854
1950	971.641	521.213	494.283	714.666	2.701.803	28.172.268
1960	1.035.619	491.955	488.241	715.181	2.730.996	30.776.935
1970	1.030.745	423.064	441.260	781.334	2.676.403	34.041.531
1981	1.093.122	405.377	430.175	883.268	2.811.942	37.683.363
1991	1.096.966	384.365	353.491	896.847	2.731.669	38.872.268
2001	1.096.027	357.648	338.446	903.759	2.695.880	40.847.371
2011	1.141.286	348.067	328.697	954.877	2.772.928	46.815.917
2018	1.119.091	331.232	309.112	941.535	2.700.970	46.698.569

Fuente: Elaboración propia en base a datos de los Censos de Población, 1900-2011 (INE); y del Padrón de Habitantes (IGE), 2018.

Esta evolución puede ser matizada si nos acercamos al comportamiento provincial y a los datos intercensales (hasta 2011) y padronales (desde 2012 hasta 2018). Un primer momento señalado por los investigadores y fácilmente comprobable en los datos de la tabla y figura 1 es el que comprende hasta 1930 (Hernández Borge, 1990; Aldrey Vázquez, 2006), cuando ya se pueden vislumbrar ritmos de crecimiento bastante más pausados en las provincias de Lugo y Ourense respecto de las atlánticas.

Si nos centramos en la evolución acontecida desde el año 2000, podemos apuntar que durante el período 2001-2011 se produce un leve repunte demográfico (se venía de una situación de declive desde 1981), protagonizado sólo por las provincias occidentales, pero con fuerza suficiente para contrarrestar la notable pérdida de efectivos que venían arrastrando desde tiempo atrás tanto Lugo como Ourense. Incidió en esta recuperación un saldo migratorio positivo, ya que se logró el asentamiento de un mayor número de foráneos que las pérdidas de gallegos hacia el exterior (la emigración de jóvenes continuó durante este período intercensal) siguiendo la dinámica de recepción de inmigrantes que vivió el conjunto del Estado, aunque en el caso que nos ocupa con una intensidad mucho menor (ALDREY Y DURÁN, 2011).

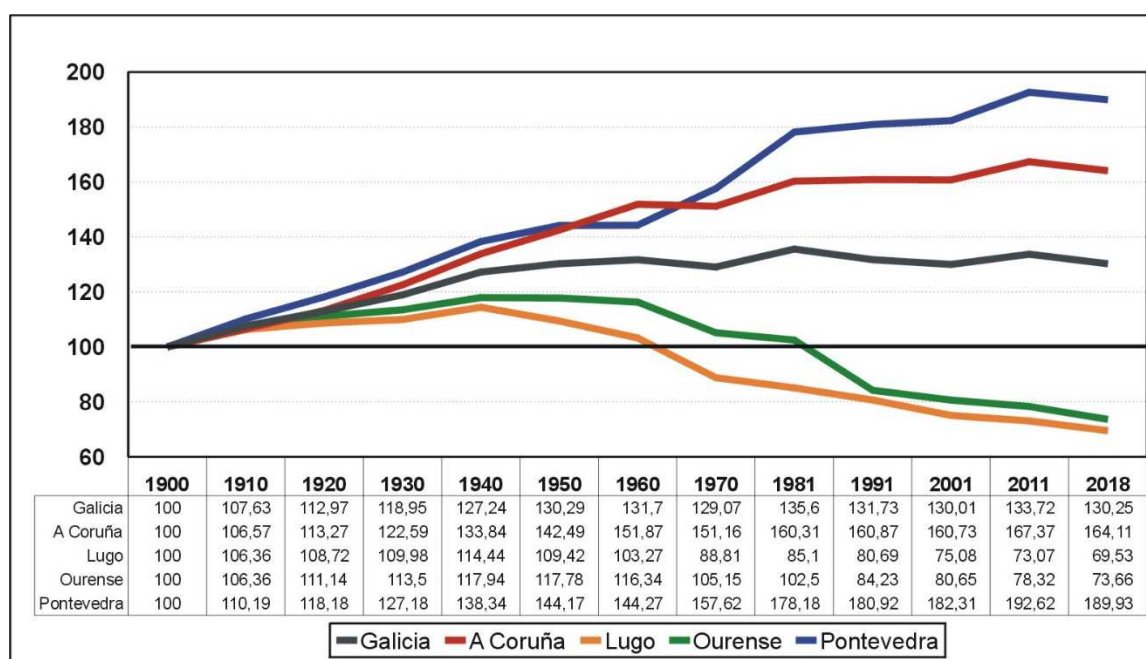


Figura 1.-Evolución demográfica de Galicia y provincias (1900-2018). 1900=100.

Fuente: Elaboración propia en base a datos de los Censos de Población, 1900-2011 (INE); y del Padrón de Habitantes (IGE), 2018.

La fuerte crisis económica iniciada en 2008 y de la que apenas estamos saliendo en el presente, es la base de la nueva caída continuada que vive Galicia. Cortados los flujos de inmigración que se habían producido en el período precedente, el saldo vegetativo negativo cada vez más intenso y la nueva emigración de jóvenes hacia el exterior ante las negativas perspectivas vitales y laborales, la población ha entrado en una senda de caída libre que por primera vez incluye también a la provincia de Pontevedra, que durante todo el período considerado había conseguido incrementar su

población. La situación de pérdida de efectivos parece ahora una situación francamente difícil de revertir, porque como veremos a continuación, está llevando a muchas áreas de Galicia hacia una progresiva desertización.

3. La evolución demográfica a escala municipal

Los escasos matices que ofrece la visualización de los datos a una escala provincial como la que acabamos de hacer, se pueden enriquecer con un análisis en el que introduzcamos una cartografía a escala municipal.

El intervalo temporal que utilizaremos en esta aproximación será para los veinte años transcurridos entre 1998 y 2017. La figura 2 muestra la evolución demográfica municipal ocurrida entre esas dos fechas. En ella apreciamos unas pérdidas demográficas sumamente notables en una gran parte del territorio gallego. Más de la mitad de sus municipios (164 de 315, el 52 %) perdieron más del 20 % de su población, y aún podemos matizar más indicando que 54 ayuntamientos tuvieron pérdidas superiores a un tercio de su población (17 %), llegando a casos extremos como los de Dozón, San Xoán de Río, Chandrexa de Queixa, A Teixeira, Agolada, Muras, Navia de Suarna, Montederramo, Rodeiro, Beariz, Ribeira de Piquín o Covelo, en los que en estos veinte años han perdido por encima del 45 % de su población.

En el mapa apreciamos como una grandísima parte del territorio oriental de la Comunidad Autónoma, en especial las zonas de topografía más accidentada, como son los municipios de montaña de Lugo y Ourense, aquéllos limítrofes entre estas provincias y las atlánticas, espacios con comunicaciones deficientes (como en el área centro occidental coruñesa, Ortegá, Costa da Morte), ha tenido una muy fuerte caída demográfica, que se viene a sumar a la que ya habían vivido a lo largo de buena parte del siglo XX (CAMPILLO, MÉNDEZ Y SOUTO, 1993; ALDREY, 2006). Fuera de estos espacios con pérdidas tan notables, hemos de indicar que la caída demográfica se ha producido en 243 municipios (un 77 % del total), escapando a ella únicamente pequeñas porciones del territorio.

Los espacios que presentan un crecimiento del número de habitantes desde 1998 ocupan un territorio exiguo, con una clara concentración en las áreas periurbanas de las principales ciudades de Galicia, donde se dieron los incrementos más notables, llegando a superar el 20 % en municipios periféricos a las siete ciudades, en los que se han vivido intensos procesos de desconcentración demográfica y económica desde la urbe inmediata (son tan solo 25 municipios, el 8 %) y el único que está fuera de la órbita de las ciudades es Burela, en la Mariña lucense. Algunos de ellos han tenido crecimientos ciertamente espectaculares, destacando por encima de todos Ames y Barbadás (crecimientos del 117 % y 93 %, respectivamente), aunque varios de ellos tienen por encima del 50 % más de población que en 1998 o rozan ese incremento (Culleredo, Oroso, San Cibrao das Viñas, Salceda de Caselas, Cambre, Arteixo, Sada u Oleiros). Fuera de esas áreas urbanas sólo aparecen con valores positivos algunas pequeñas ciudades ("vilas"), buena parte de la costa de las Rías Baixas y algunos municipios de la Mariña lucense. Dos ciudades, Ferrol y Ourense no han conseguido crecer

en estos veinte años, la primera por la crisis económica profunda en la que está sumida desde hace ya tiempo y, en el caso de la segunda, por el declive demográfico acusado de la provincia que centraliza y los fuertes procesos de desconcentración residencial que ha vivido hacia los municipios situados hacia el sur y este de la urbe, que han favorecido esta situación. El resto de ciudades, excepto Pontevedra y Lugo con incrementos relativamente importantes, han conocido un leve progreso demográfico, influidas también por los notables crecimientos de sus periferias.

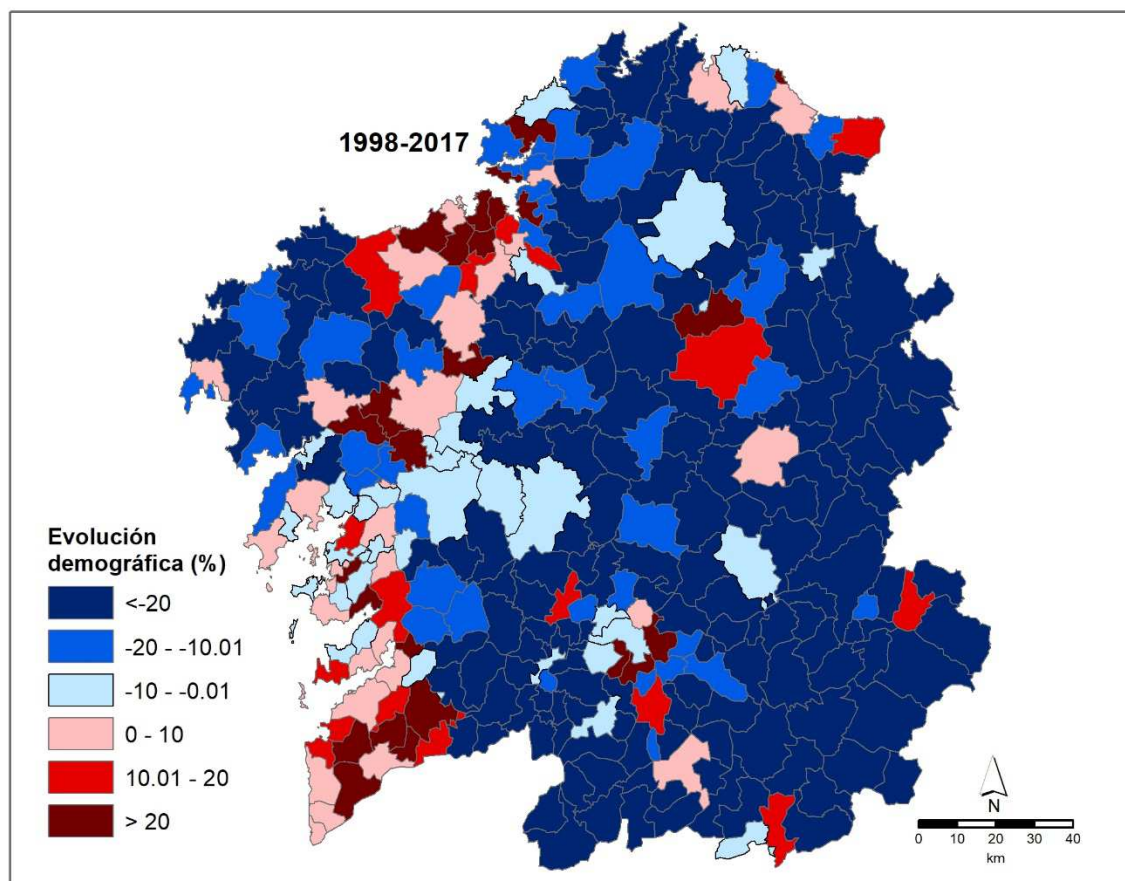


Figura 2.- Evolución demográfica municipal. 1998-2017.

Fuente: Elaboración propia en base a datos de la estadística *Padrón Municipal de Habitantes*. IGE.

Otros datos reveladores de como el aumento demográfico se concentra en determinadas áreas de las provincias de A Coruña y Pontevedra son que el 28,7 % y el 46,8% de sus municipios, respectivamente, crecieron durante el período (27 y 29 ayuntamientos). Frente a un 10,4 % de los municipios lucenses (7 en números absolutos) y un 9,8 % de los ourensanos (9 en total).

Podemos concluir indicando que el crecimiento se produce principalmente en el eje atlántico y en cualquier caso es urbano (en un sentido amplio, de áreas urbanas) y/o litoral. Por otra parte, todos los datos disponibles parecen indicar que el proceso de despoblación es acumulativo: cada vez existe menos población y progresivamente se pierden más efectivos demográficos. Cuanta menor población queda en un municipio este tiende a despoblarse más rápidamente. Y ello incide también en un menor crecimiento de las áreas más dinámicas que se restringen progresivamente.

4. La estructura por edad

Vista la evolución de la población en Galicia la estructura por edad es otro de los vectores fundamentales para poder hacer una caracterización de la demografía de Galicia.

Tabla 2.- Estructura por grandes grupos de edad (%). 2002 y 2017

Edad	<16		16-64		65 y +	
	2002	2017	2002	2017	2002	2017
Galicia	12,83	12,76	66,09	62,67	21,08	24,57
A Coruña	12,64	13,00	67,50	63,05	19,86	23,95
Lugo	11,08	10,61	61,47	60,66	27,45	28,73
Ourense	10,98	10,49	61,11	58,58	27,91	30,93
Pontevedra	14,45	13,98	68,07	64,30	17,49	21,73
España	15,60	16,03	67,39	65,01	17,01	18,96

Fuente: Elaboración propia en base a datos de la estadística Cifras poboacionais de referencia. IGE.

Si nos fijamos en los datos (tabla 2), vemos como desde 2002 hasta la actualidad la situación de los diferentes grupos de edad ha variado de manera notable. Así, Galicia ha visto acrecentar de significativamente su índice de envejecimiento, pasando de poco más de una quinta parte de su colectivo demográfico a casi uno de cada cuatro efectivos. Sin embargo, el grupo de jóvenes ha mantenido cierta estabilidad, marcado por una pequeña recuperación del número de nacimientos en este período, tal y como ocurrió en el resto de España, aunque la tendencia de los últimos datos existentes marca una nueva bajada de la natalidad. De esta manera, el grupo de viejos se ha estado nutriendo básicamente del de adultos, que ha visto bajar su proporción en la misma medida que se ha incrementado el de la población anciana. Esto supone una cierta novedad, porque como han apuntado otros estudios (Aldrey, 2006), el grupo de adultos fue el que a lo largo de todo el siglo XX se mantuvo más estable, porque se nutría el de viejos al mismo tiempo que se reducía la proporción de jóvenes, aunque con más efectivos cada vez entre los 40 años. El fuerte envejecimiento actual y la marcha de parte de los efectivos jóvenes dentro de este grupo hacia la emigración (como vimos) hacen que se esté reduciendo su proporción de manera acusada y que esto repercuta fundamentalmente en el de personas más mayores. Por provincias, como cabría esperar por los aspectos ya vistos hasta el momento, son Pontevedra y A Coruña (por este orden) las que cuentan con una mayor proporción de personas jóvenes (Pontevedra destaca, con un grupo de jóvenes del 14 %, frente a A Coruña con un punto menos), aunque se sitúan claramente por debajo de la media estatal (tabla 2). Son también las provincias menos envejecidas, aunque lejos de la media estatal. En este aspecto, el del envejecimiento, el progreso del índice en los 15 años que separan las dos fechas

contempladas ha sido muy acusado en todo el territorio gallego, aunque el caso de Ourense es especialmente significativo con casi un tercio de su población por encima de los 65 años.

Estos datos a nivel provincial, sin duda significativos, no permiten matizar la magnitud del envejecimiento que estamos viendo y no indican donde aparecen las mayores proporciones o donde resulta menos grave. Para poder comprenderlo mejor se hace necesario descender a una escala de análisis municipal (figura 3).

En lo que respecta a la distribución de los menores de 16 años (figura 3, superior), 244 municipios (el 77%) están por debajo de la media gallega del 12,76 % de personas de esa edad. Por debajo del 10 % se sitúan 188 municipios (el 60 %), abarcando la práctica totalidad de Lugo y Ourense (sólo escapan a esa cifra algunas “vilas”, las capitales provinciales y algunos de sus municipios periurbanos) y la gran mayoría del territorio de las provincias atlánticas, huyendo de esa dinámica únicamente el denominado Eje Urbano Atlántico (Pazos, 2005), ampliado a buena parte de la costa al sur de Ribeira y algunas pequeñas ciudades como Lalín o Melide. Este espacio, como vimos en su momento, es el que ha concentrado también los crecimientos demográficos y el asentamiento de los inmigrantes, de manera que se convierte cada vez más en el baluarte demográfico de Galicia, sin indicadores de gran vitalidad, pero mucho mejores que los del resto del territorio. Un ejemplo de ello es que sólo 18 municipios gallegos (6 % del total), todos de las orlas periurbanas de las ciudades, presentan un grupo de menores de 16 años que supere el 15 % de su colectivo demográfico. Por tanto, podemos concluir que los jóvenes escasean en todo el territorio, y los pocos que hay son mayoritariamente urbanos y residen en las periferias de las principales ciudades.

Si cartografiamos la proporción de mayores de 65 años (figura 3, inferior), apreciamos casi un negativo fotográfico de la situación que acabamos de describir.

Una primera visual de los colores del mapa ya nos muestra como la provincia de Ourense es la que tiene los valores más altos de municipios con envejecimientos muy elevados, al igual que Lugo, aunque en este caso cuenta con menos entidades municipales en los valores más extremos. En todo caso, en el mapa se puede señalar que cuentan con un envejecimiento superior al 30 % un total de 192 municipios (61 %), cifra que ha crecido significativamente desde 2004, cuando eran 154 (el 49 %) los territorios municipales que superaban esa cifra (Aldrey, 2006). Entre ellos están buena parte de los de las provincias orientales (sólo escapan a esa cifra 14 municipios de Lugo y 12 de Ourense).

Este extremado grado de envejecimiento afecta también en buena medida a las provincias occidentales, sobre todo en las estribaciones de la Dorsal Meridiana, especialmente en la comarca de Ortegal y la parte oriental de la ferrolana, al este de la de Betanzos, a la Terra de Melide, la Terra de Soneira, Xallas, Barcala, Tabeirós-Terra de Montes, oriente de Pontevedra y la Paradanta.

Dentro de este grupo, el envejecimiento aún es mucho más grave, superando el 40 % del total demográfico municipal (78 municipios, el 25 % del total de Galicia), en áreas del Norte de Lugo (Ourol, Muras o Abadín) y del extremo montañoso oriental, uno coruñés (Aranga) y otro pontevedrés (Forcarei), así como en la Ulloa, el valle del Sil y buena parte de las comarcas ourensanas de O Carballiño, Terra de Caldelas, Allariz-Maceda, Terra de Trives, Viana, Verín, A Limia, Baixa Limia, Terra de Celanova y Valdeorras, llegando en esta provincia a haber ocho municipios que superan el

50 % de su población por encima de la edad de jubilación: O Bolo, Calvos de Randín, Gomesende, O Irixo, Lobeira, San Xoán de Río, A Teixeira y Vereia

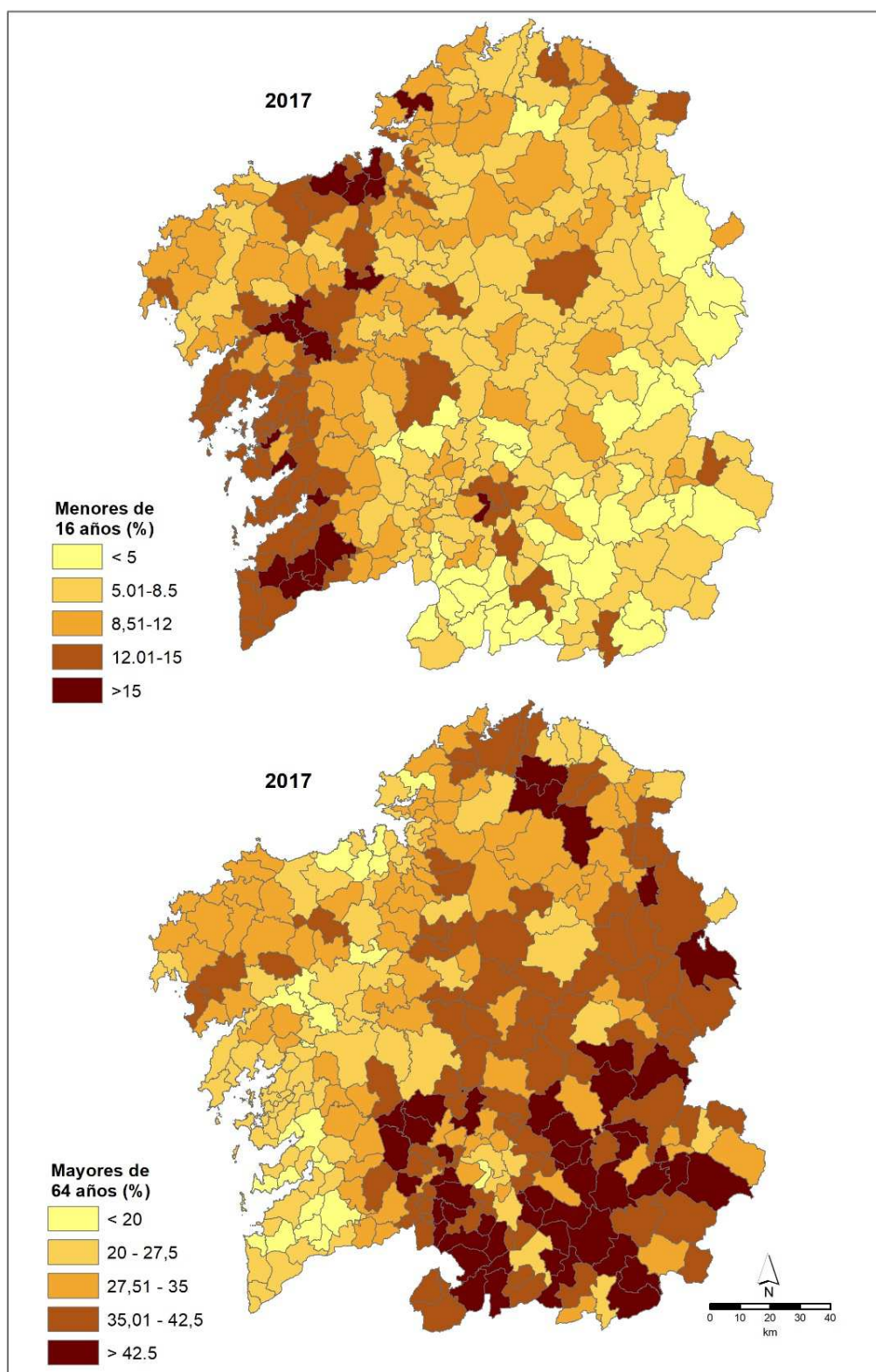


Figura 3.- Menores de 16 años y mayores de 65 años a escala municipal, 2017.Fuente: Elaboración propia en base a datos del Padrón de Habitantes. IGE.

Por su parte, los municipios con menores contingentes de personas mayores son los mismos que contaban con la mayor proporción de jóvenes, es decir, los de las periferias de las principales ciudades del Eje Atlántico y en general en los municipios urbanos y costeros de las Rías Baixas, así como en las principales “vilas”. Son estos espacios, muy limitados en extensión en el global de Galicia, los que cuentan como venimos reiterando con las mejores perspectivas demográficas.

5. Las proyecciones demográficas a medio plazo

Para tener una idea de cuál puede ser la evolución a medio plazo utilizaremos las proyecciones publicadas recientemente por el IGE (con fecha de referencia de los datos de 1 de enero de 2015), con un horizonte que abarca hasta el 2031 (15 años desde que se realizaron, trece ahora en 2018). Buscando una fiabilidad aceptable el organismo estadístico de Galicia (IGE) ha realizado estas proyecciones a una escala comarcal, debido a los escasos volúmenes demográficos con los que cuentan muchos de los municipios de Galicia.

De este modo, las proyecciones consultadas publicadas por el IGE nos muestran como las tendencias apuntadas de descenso demográfico se confirman, con una caída que, para el conjunto de Galicia y hasta el 2031, se acercaría a un 8 %, con unas pérdidas de más de 210.000 habitantes, para contar con una población inferior a los 2,5 millones de efectivos en esa fecha (tabla 3).

Tabla 3.- Proyección demográfica Galicia y provincias, 2031

Año	2018	2031	Evolución	%
Galicia	2.700.970	2.489.946	-211.024	-7,81
A Coruña	1.119.091	1.038.034	-81.057	-7,24
Lugo	331.232	298.151	-33.081	-9,99
Ourense	309.112	275.094	-34.018	-11,01
Pontevedra	941.535	878.668	-62.867	-6,68

Fuente: Elaboración propia en base Proyeccións de Poboación. IGE. Dato de 2018 tomado del Padrón de Habitantes, IGE.

Las pérdidas serían notables en las cuatro provincias, si bien estas serían menores en Pontevedra y A Coruña (circunstancia lógica dada su menor senectud y el comportamiento no tan negativo de su saldo natural) y francamente acusadas en Lugo y especialmente en Ourense, con un 10 % de descenso en el primer caso y por encima del 11 % en el segundo, de manera que ambas provincias bajarían decididamente de los 300.000 habitantes (tabla 3).

Si cartografiamos a nivel comarcal la evolución demográfica hasta 2031 (figura 4), podemos comprobar como con la única excepción de la comarca de Santiago, todas ellas verán descender su población, algunas de forma muy acusada, lo cual vendría a agravar la situación de espacios ya

francamente en declive como vimos en los capítulos previos de este trabajo. Así, comarcas de las sierras orientales, del sur y centro ourensano, y las coruñesas de Ortegal, Muros y Terra de Soneira, conocerán descensos superiores al 20 %. En el extremo opuesto, además de la ya citada de Santiago con valores positivos, sólo aparecen comarcas urbanas (las centralizadas por las dos capitales del interior, A Coruña, Pontevedra) y A Paradanta, con caídas demográficas poco acusadas. En todo caso el panorama es francamente negativo e incidirá en un claro agravamiento de los problemas de despoblación y envejecimiento de amplias áreas de Galicia.

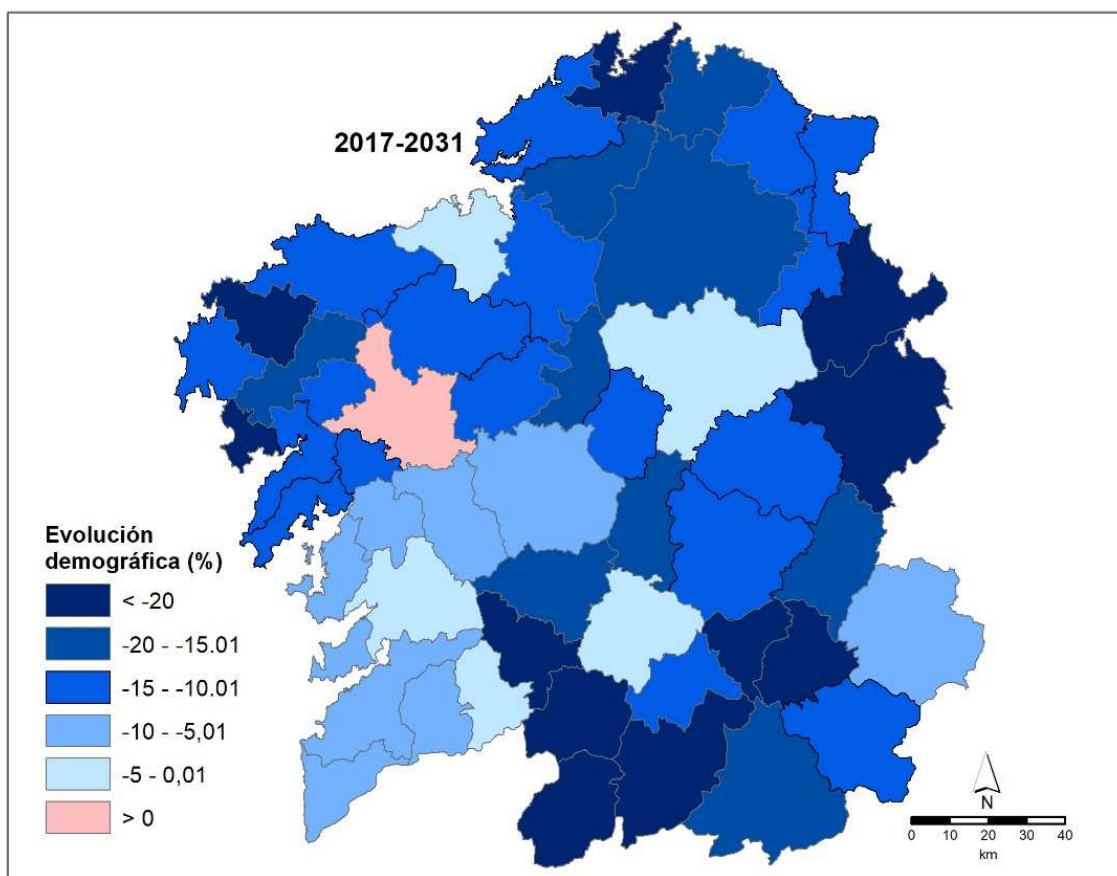


Figura 4.-Evolución demográfica comarcal, 2017-2031.

Fuente: Elaboración propia en base *Proxeccións de Poboación*. IGE. Datos de 2017 tomados del *Padrón de Habitantes*, IGE.

Por tanto, lo que marcará la evolución demográfica y de las densidades es un mantenimiento de las disparidades actuales, acentuándose aún más, con una clara dualidad entre los espacios litorales (con la excepción del Ortegal y la Costa da Morte al norte de Fisterra), urbanos (incluyendo las principales “vilas”) y periurbanos, con respecto al resto del territorio en franco declive demográfico y con una tendencia clara hacia la despoblación que se ve muy claramente en la disminución de las densidades demográficas (Aldrey et al., 2013), con áreas concretas que prácticamente serán a la altura de 2030 espacios semidespoblados.

6. Conclusión

Tras el análisis realizado podemos concluir que sí que parece que Galicia camine hacia una desertización demográfica, pues cualquier política demográfica que se quiera poner en práctica chocará de frente con el extremado envejecimiento, difícilmente reversible, aunque pudiesen “inyectarse” efectivos jóvenes en la estructura por edades. Algo que no parece factible, pues aunque el saldo migratorio se mantenga en valores próximos a cero o positivos, la salida de personas jóvenes está siendo muy importante y dificulta cualquier atisbo de recuperación. Desde luego, la única salida parece la llegada de inmigrantes jóvenes, dispuestos a tener descendencia en Galicia, pero esta posibilidad es desde luego lejana pues la manera de atraerlos sería con una oferta laboral atractiva y estable, aspectos ambos que no se dan ni parece que se vayan a dar en un futuro próximo.

En todo caso podemos constatar, una vez realizado el estudio, que en un futuro a medio plazo se va a mantener la dualidad entre una Galicia urbana, “vilega” y costera (con la excepción de la comarca de Ortegal y del tramo coruñés entre Cee y Carballo), que se concentra en menos de un tercio del territorio, y una Galicia oriental y del interior. Diferencia que será cada vez más acusada, de manera que la Galicia algo más joven y dinámica continuará densificándose en detrimento del resto del territorio que tendrá cada vez una población más envejecida y en franco retroceso.

En consecuencia, si tenemos una Galicia con dos realidades contrapuestas, habrá que aplicar medidas diferentes en cada uno de esos ámbitos. En el caso de la Galicia más dinámica serían necesarias políticas integradas en las áreas urbanas, superando las lógicas municipales, con dotaciones de servicios y equipamientos de carácter supramunicipal buscando lógicas sostenibles de organización territorial, económica, de movilidad, entre otras.

Por su parte, en la Galicia más regresiva, con una despoblación que crece de manera rápida y acusada, serán necesarias fórmulas de cooperación intermunicipal para hacer viables los municipios, cada vez con menor dinamismo y recursos decrecientes para hacer frente a necesidades mayores en el ámbito asistencial.

En cualquier caso, ambas lógicas no deben perder de vista la necesidad de establecer algunas líneas de actuación que entiendan el territorio en su conjunto, evitando así fenómenos de competencia interterritorial. La existencia de una Galicia dual debe hacer reflexionar sobre su conveniencia y, en su caso, sobre su superación hacia modelos de planificación y gestión que impliquen cierta corresponsabilidad espacial.

El extremado envejecimiento hará crecer las demandas de dependientes, sobre todo en áreas de accesibilidad más deficiente y tendentes a la despoblación. Esta situación no es exclusiva de Galicia sino común a la mayoría de los ámbitos rurales de Europa occidental. El éxodo rural conlleva, más tarde o más temprano, al desplome demográfico, y con él se empuja a la práctica desaparición a muchas aldeas y parroquias, así como a una pérdida de peso económico de las cabeceras comarcales que les dan cobertura terciaria, y por supuesto al paulatino desfiguramiento y posterior desaparición de hábitats y paisajes muchas veces centenarios que se explicaban y mantenían con las

lógicas pasadas de poblamiento y aprovechamiento económico del rural, hoy desaparecidas. Esto es una consecuencia de la evolución social del proceso de urbanización, de los cambios en las pautas de vida y de los intereses de la población occidental en general, y de la gallega en particular (LOIS GONZÁLEZ, 1993 y 1996).

En este sentido, esta pérdida brusca e irreversible de contingentes demográficos provoca un deterioro importante de las relaciones sociales que construyen y dan sentido al territorio y, en consecuencia, una pérdida de su complejidad espacial, llegando a un estado sistémico de colapso (CONSTENLA, 2018). De algún modo, el declive demográfico puede ser entendido así, como un síntoma de una patología espacial de mayor envergadura y profundidad que interpela al conjunto del territorio como un organismo con dinámicas propias.

Esta situación hace que debamos acostumbrarnos a un territorio que tendrá extensiones más o menos amplias con bajas densidades y con población muy envejecida. Con esta realidad cabe demandar a los poderes públicos, la aplicación de políticas públicas orientadas hacia las personas mayores, con provisión de cuidados en el ámbito familiar (teleasistencia, servicios de ayuda a domicilio, etc.), fundamentales para fijar a la población anciana, para que si no lo desea no tenga que abandonar su hogar para trasladarse a residir con sus familias o a residencias geriátricas, muchas veces situadas en ámbitos urbanos (ALDREY, 2009). Esto posibilitaría, además, fijar alguna población gracias a la creación de empleo relacionado con los servicios sociales y asistenciales.

Por otro lado, sería fundamental mejorar la accesibilidad hospitalaria y a los centros de salud (reducción de los tiempos de desplazamiento y mayores facilidades para acudir a las consultas), cuestiones clave para una población anciana que demanda este tipo de servicios con frecuencia.

Se trataría, en definitiva, de dotar de unos servicios sanitarios y de asistencia lo menos diferentes posible a los que las personas mayores pueden acceder en ámbitos urbanos o desde sus proximidades.

7. Bibliografía

- ALDREY VÁZQUEZ, J. A. (2003). *Xeografía Social e da Poboación na metade sur da provincia de A Coruña: unha análise a diferentes escalas*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.
- ALDREY VÁZQUEZ, J. A. (2006). *A poboación galega, 1900-2005. Cambio demográfico e implicacións territoriais*. Vigo: Ir Indo.
- ALDREY VÁZQUEZ, J. A. (2009). Implicaciones socioterritoriales de la despoblación en la montaña astur-galaico-leonesa. In, L. López Trigo et al (Coords.), *Envejecimiento, despoblación y territorio* (pp. 547-566). León: Universidad de León.
- ALDREY VÁZQUEZ, J. A. y DURÁN VILLA, F. R. (2011). As novas tendencias na poboación galega: da emigración á inmigración. In, M. J. Piñeira y X. M. Santos (Coords.), *Xeografía de Galicia* (pp. 229-277). Edicións Xerais de Galicia, Vigo.
- ALDREY VÁZQUEZ, J. A.; FERNÁNDEZ CASAL, R.; y, LÓPEZ GONZÁLEZ, A. (2013). Proyecciones demográficas de Galicia 2011-20130. Análise dos resultados. *Documento de Traballo do IDEGA, Análise Económica 55* (monográfico).

- ALDREY VÁZQUEZ, J. A. y DEL RÍO FRANQUEIRA, D. (2014). Crónica de un envejecimiento anunciado: Galicia 2015-2030. In VV.AA., *Cambio demográfico y socio-territorial en un contexto de crisis. XIV Congreso Nacional de la Población Española* (pp. 69-82). Sevilla: Universidad Pablo de Olavide.
- BARREIRO RIVAS, X. L.; PASCUAL MONZÓ, R. M.; Y, ARAUJO CARDALDA, L. X. (Eds.). (2013). *O reto demográfico de Galicia*. Santiago de Compostela: Escola Galega de Administración Pública.
- BERTRAND, J.-R. (1992). *A Poboación de Galicia. Estudos Xeográficos*. Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela.
- BLANCO DESAR, M. (Ed.). (2014). *Galicia: un pobo con futuro? O noso devalo demográfico*. Vigo: Edicións Xerais de Galicia.
- CAMPILLO RUIZ, A.; MÉNDEZ MARTÍNEZ, G.; y, SOUTO GONZÁLEZ, X. M. (1993). A Poboación e a Acción Xeodemográfica. In A. Pérez Alberti (Dir.), *Xeografía de Galicia*, tomo 4. Santiago de Compostela: Gran Enciclopedia Gallega.
- CONSTENLA VEGA, X. (2018). O colapso territorial em Galiza. Unha ollada espacial da construción social do país. Vigo: Editorial Galaxia.
- FERRÁS SEXTO, C. (2011). De la aldea al suburbio. Cambios demográficos y territoriales en Galicia, 1990-... *Revista Galega de Economía*, 20, 1-19.
- GONZÁLEZ REBOREDO, X. (2014). Contra o suicidio demográfico polas súas consecuencias socio-culturais. In, M. Blanco Desar (Ed.): *Galicia un pobo con futuro? O noso devalo demográfico* (pp. 13-18). Vigo: Edicións Xerais de Galicia.
- HERNÁNDEZ BORGE, J. (1990). *Tres millóns de galegos*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.
- HERNÁNDEZ BORGE, J. (2001). Los recursos demográficos. In, M^a. P. de Torres Luna (Dir.), *Xeografía de Galicia*. Vigo: Faro de Vigo.
- HERNÁNDEZ BORGE, J. (2003). Bibliografía geodemográfica de Galicia. In, VV.AA., *La dinámica geodemográfica protagonista del territorio. Actas del VIII Congreso de la Población Española* (pp. 103-119). Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.
- HERNÁNDEZ BORGE, J. (2011). Despoblación y envejecimiento: Galicia hacia el año 2020. *Revista Galega de Economía*, 20, Pp. 121-140.
- LOIS GONZÁLEZ, R. C. (1993). Problemas para a delimitación dos espacios urbanos e rurais. In, VV.AA., *Concepcións espaciais e estratexias territoriais na Historia de Galicia* (pp. 201-221). Santiago de Compostela: ASGH.
- LOIS GONZÁLEZ, R. C. (1996). As novas formas de urbanización. In, VV.AA., *A guerra en Galicia. O rural e o urbano na Historia de Galicia* (pp. 451-489). Santiago de Compostela: ASGH.
- PRECEDO LEDO, A. y VILLARINO PÉREZ, M. (1994). *A poboación de Galicia. A crise demográfica e o seu impacto territorial*. Santiago de Compostela: Gabinete de Planificación e Desenvolvemento Territorial, Xunta de Galicia.
- RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, R. et Al. (1999). *A despoboación en Galicia: preocupación ou lóxica territorial*. Santiago de Compostela: Tórculo.

PROTESTOS NO FEMININO NA EUROPA: DAS “MARIAS DA FONTE” ÀS MARCHAS MUNDIAIS DAS MULHERES

Célia Taborda SILVA

Professora Associada, Universidade Lusófona do Porto

celia.taborda@ulp.pt

Resumo

As mulheres estiveram presentes nos protestos ao longo da época contemporânea, embora seja difícil até ao século XX discernir o papel concreto que tiveram nas revoltas ou contestação públicas. Alguns estudos revelaram que elas tiveram um papel ativo nos motins de subsistência dos finais do século XVIII e início de XIX na Europa. Muitas vezes, eram as mulheres que desencadeavam os motins, de forma espontânea, embora, quase sempre, fossem os homens que os finalizavam. Desta maneira também ocorreu na maior revolta popular que aconteceu em Portugal, em 1846, a “Maria da Fonte”. No nome desta revolta estão personificadas todas as mulheres anónimas que ao longo da história tiveram coragem de se manifestar, fosse por uma questão de subsistência, religiosa, política ou social.

Nos anos 60, do século XX, as feministas organizaram um conjunto de ações coletivas, que fugiam às tradicionais lutas de classes, muito ligadas ao movimento operário e ao marxismo. As mulheres atuavam em coletivos e juntavam-se a outras “minorias”, como estudantes e negros, tinham preocupações culturais, identitárias, de género, daí as suas manifestações públicas terem sido integradas naquilo que os sociólogos denominaram de novos movimentos sociais. Como afirmou Touraine, os direitos culturais foram-se sobrepondo aos económicos, políticos e sociais, mas sem os eliminar (2006).

Os movimentos sociais feministas foram conseguindo algumas benesses sociais e políticas para as mulheres, ao mesmo tempo que sensibilizaram a opinião pública para a sua causa.

Atualmente, continuam a manifestar-se, como é exemplificativa a Marcha Mundial das Mulheres, que começou no ano 2000, e que procura dar visibilidade às questões de género, sexualidade e diversidade.

Numa Europa que pugna pela igualdade e justiça social, as mulheres ainda buscam reconhecimento, como refere Fraser (2002), o que nos leva a pesquisar, neste artigo, as conquistas efetivas das mulheres através dos protestos públicos.

Palavras-chave: Mulheres, protestos, direitos, conquistas

Abstract

Women were present in the protests throughout the contemporary era, although it was difficult until the twentieth century to discern the concrete role they had in public revolts or contestation. Some studies have shown that they played an active role in the food riots of the late eighteenth and early nineteenth centuries in Europe. Often, it was the women who set off the riots, spontaneously, though, almost always, the men were finishing them. So also occurred in the greatest popular revolt that happened in Portugal, in 1846, the "Maria da Fonte". In the name of this revolt are embodied all the anonymous women who throughout history had the courage to manifest, whether for subsistence, religious, political or social.

In the 1960s, in the twentieth century, feminists organized a set of collective actions that ran away from traditional class struggles, closely linked to the workers' movement and Marxism. Women acted collectively and joined other "minorities" as students and blacks, had cultural, identity, gender concerns, hence their public manifestations were integrated into what sociologists have called new social movements. As Touraine argued, cultural rights overlapped with economic, political and social rights, but did not eliminate them (2006). Feminist social movements have achieved some social and political benefits for women, while raising public awareness of their cause. The World March for Women, which began in the year 2000, continues to manifest itself as an example. It seeks to give visibility to issues of gender, sexuality and diversity. In a Europe that struggles for equality and social justice, women still seek recognition, as Fraser (2001) points out, which leads us to research in this article the actual achievements of women through public protest.

Keywords: Women, protests, rights, achievements

1. Introdução

A historiografia só começou a interessar-se por questões sociais, nomeadamente os movimentos sociais, nos quais se inserem os protestos femininos, no início do século XX, com a Escola dos Annales (BURKE, 1990). Até então, os estudos históricos incidiam sobre temáticas políticas, diplomáticas, institucionais, razão pela qual a história social e cultural, na qual se insere a história das mulheres, mais concretamente a dos protestos, só tem trabalhos de referência a partir dos anos 1960-70.

A História ao afastar-se do positivismo do século XIX, abriu espaço para o estudo das minorias coletivas, interessou-se pela história dos sem história, ou seja, as pessoas comuns, incluindo nas suas pesquisas a história das mulheres. A partir desse momento, estas passaram de uma categoria biológica a sujeitos que vivem e atuam no tempo. No entanto, a história das mulheres, enquanto objeto de estudo, é recente, foi impulsionada a partir de 1970, muito pela difusão do Feminismo. Assuntos relacionados com as mulheres, que durante muito tempo foram desconhecidos ou desvalorizados, chamaram a atenção dos historiadores, como é o caso dos protestos femininos.

Doravante uma “nova especialidade histórica nasceu contendo por objeto as mulheres, tornando-as sujeitos da história” (LOUISE TILLY, 1994: 34). A história das mulheres permitiu observar as mesmas nas suas relações sociais, económicas e políticas, bem como desconstruir as representações do papel feminino, que ditava que às mulheres cabiam as tarefas do lar e da procriação, construídas pelo discurso masculino.

As mulheres sempre foram atores da História, embora essa visibilidade só lhes foi reconhecida a partir do momento em que o seu papel começou a ser estudado. Como “sujeitos” históricos elas promoveram ou participaram em motins, revoltas, manifestações, marchas e greves ao longo do tempo, sobretudo nos séculos XIX e XX. Atualmente, continuam a manifestar-se da mesma forma, como revela o movimento de alterglobalização Marcha Mundial das Mulheres, e a despeito dos direitos que foram alcançando, ainda sentem falta de reconhecimento que vá além da justiça social, como refere Nancy Fraser (2002). Assim sendo, neste artigo, pretendemos analisar se os protestos só trouxeram visibilidade ou conquistas efetivas para as mulheres e qual a razão que as leva a utilizar, em pleno século XXI, o mesmo método reivindicativo, o protesto nas ruas, que utilizavam nos séculos passados, para alcançar reconhecimento.

2. As mulheres nas revoltas

Não é fácil aos historiadores discernirem o papel que as mulheres tiveram nas revoltas populares, pelo facto de que, na maioria dos casos, elas não apareciam diferenciadas na documentação. É comum na descrição de uma revolta referenciar apenas os amotinados, sem fazer referência ao género. Mesmo em motins em que havia detenções e alguns dos sublevados se tornavam mais visíveis, a percentagem de mulheres que compareciam ante os tribunais era em muito menor número. De acordo com Edward Thompson isso acontecia, porque, muitas vezes, eram as mulheres que desencadeavam o motim, mas eram os homens que o terminavam. A iniciativa do

levantamento era das mulheres, ao qual se juntavam os homens, que acabavam por ficar sozinhos no final da rebelião, principalmente quando apareciam as autoridades (THOMPSON, 1995 a: 360).

Alguns trabalhos têm revelado que as mulheres tiveram um papel ativo nas revoltas, nomeadamente nos motins de subsistência dos finais do século XVIII e XIX (LOGUE, 1979, THOMPSON, 1995). Segundo Edward Thompson o seu destaque aconteceu por serem elas mais sensíveis aos problemas relacionados com a falta de cereais, o preço exagerado dos mesmos ou as práticas abusivas por parte dos comerciantes. Em Newcastle, um grupo de mulheres, lideradas por uma tal Jane Bogey, tocaram os sinos a rebate e, revoltadas, cortaram a passagem aos cavalos que transportavam cereais (THOMPSON, 1995a). Em Birmingham, um grupo de «fúrias mulheres» apedrejaram um comerciante com as suas próprias batatas (THOMPSON, 1995).

Devido à sua maior sensibilidade quanto à inanição familiar, com frequência elas provocavam um motim espontâneo, que podia começar por uma gritaria em frente à tenda de um vendedor, ou o impedimento de carros de cereais de passarem por uma determinada urbe. A sua explosão devia-se a terem menos temor à lei, quer por ignorância, quer pelo privilégio do seu género (THOMPSON, 1995). Na altura, existia uma certa inculpação das mulheres, pois durante muito tempo foram consideradas inimputáveis.

As mulheres não participaram só em motins de subsistência. É hoje inquestionável a participação das mulheres na Revolução Francesa, não obstante, nessa época, a intervenção das mulheres no espaço público ser "rejeitada por praticamente todos os homens" (HUNT, 2009: 23). O seu papel era ocupar-se do espaço privado, encarregar-se de cuidar da casa, do marido e dos filhos, os assuntos relacionados à vida pública eram uma desonra. Como escreveu Rousseau a D' Alembert: "toda mulher em público que se mostra, se desonra" (PERROT, 2008: 136).

Malgrado a distinção rígida entre géneros seguida na sociedade francesa do século XVIII (PERROT, 2008:136), em Paris, algumas mulheres organizaram clubes femininos ou tornaram-se membros de sociedades populares (GODINEAU, 1984: 574). É claro que a sua ação "política" era menos organizada que a dos "sans-culottes" masculinos, por isso a sua palavra revolucionária era passada frequentemente nos mercados e ruas por onde costumavam andar. Desta forma, a sua organização era pouco estruturada, mas tinha a vantagem de ser mais dificilmente controlável e desmantelada (GODINEAU, 1984: 574). Foi, então, a partir das suas incipientes sociedades ou mesmo da rua que elas participaram massivamente nas lutas revolucionárias. Designadas por as "bota fogo", encontramos as mulheres à cabeça das principais insurreições parisienses. Na marcha sobre Versalhes, em 1789, foram as primeiras a avançarem. Nos levantamentos da Primavera de 1795, foram elas que tocaram os sinos a rebate e fizeram rufar os tambores nas ruas da cidade. Utilizavam a sua criatividade, as formas pouco formais de atuação, os velhos ritos carnavalescos para zombarem das autoridades e darem corpo aos protestos. Ocupavam as ruas e incitavam os homens à ação. Mas apesar de todo este protagonismo, as mulheres foram excluídas das associações políticas, das assembleias e, a partir de maio de 1795, foram proibidas de se juntarem na rua em número superior a cinco. A sociedade, dominada politicamente pelos homens, não podia permitir aqueles devaneios femininos por muito tempo. Terminada a revolução, as mulheres foram devolvidas ao «santuário doméstico» que lhes estava reservado, dada a sua natureza «doce e frágil», tendo os

clubes sido interditos, já que elas não deviam sair das suas famílias para se imiscuir em assuntos do governo (GODINEAU, 1984: 575). Após 1789, os governantes referiam que só foi permitido às mulheres participar na revolução para consolar e encorajar os companheiros na sua batalha patriótica.

Apesar dos silêncios das mulheres na História (PERROT, 2005:26), os seus protestos nas ruas mostram a ausência de passividade feminina. Algumas, ainda que um pequeno grupo, oriundas da baixa burguesia, interessaram-se pela política e pelos direitos femininos. As mulheres que tiveram um papel relevante durante a revolução francesa sentiram-se excluídas dos direitos propagados na mesma revolução. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789) dizia que todos os homens nasciam livres e iguais, dotados de razão, com exceção das mulheres. É certo que nem todos os homens estavam aqui incluídos, apenas os instruídos ou possuidores de bens, mas as mulheres estavam totalmente excluídas. O contrato social de Rousseau não contemplava as mulheres como sujeitos de direitos políticos, relegava-as para o espaço privado, limitando-as à sua função reprodutora. Tanto este filósofo iluminista, como outros, expuseram uma visão muito doméstica do papel da mulher. Condorcet foi dos poucos que defendeu a igualdade entre homens e mulheres. Neste cenário, foram as próprias mulheres que defenderam os seus direitos, mesmo arriscando a vida, como fez Olympe de Gouges (1748-1793). Esta adepta das ideias de Condorcet reivindicou a participação pública das mulheres, na Assembleia, nos salões e nas ruas. Em 1791, escreveu a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, onde afirmou a igualdade de nascimento da mulher face ao homem. O seu posicionamento político acabou por levá-la à morte, foi guilhotinada em 1793, sob acusação de contra revolucionária.

Durante a primeira metade do século XIX, na europa ocidental, foi através dos motins nas ruas que as mulheres mostraram a sua força, principalmente nos meios rurais, como aconteceu em Portugal, em 1846, na revolta da “Maria da Fonte”.

2.1. A revolta das mulheres portuguesas, a “Maria da Fonte”

A História das mulheres em Portugal também enferma dos mesmos problemas da historiografia europeia, falta de informações “concretas e circunstanciadas” (VAQUINHAS, 2004: 150). A exclusão das mulheres do poder, das instituições, do direito, juntamente com uma interiorização dos valores masculinos por parte das mesmas, tornou-as praticamente invisíveis. A mulher assumiu um papel social de inferioridade e subordinação sustentado em narrativas masculinas. Em nome de uma moral defensora da virtude e do silêncio feminino (PERROT, 1998), aceitaram ou consentiram a dominação dos homens.

Toda esta moral de recato, pudor e de recolhimento dos olhares externos aplicava-se muito mais à mulher aristocrata ou burguesa do que à camponesa. Esta última tinha maior liberdade de comportamento, de palavras, de gestos, de atitudes (VAQUINHAS, 2004: 152), por causa disso apareceram frequentemente em levantamentos ou motins populares, sobretudo em motins de

subsistência, tal como na Europa (NETO, 1996). Por esta razão não é de estranhar que tivessem desencadeado a maior revolta popular da História portuguesa, a "Maria da Fonte".

Esta revolta aconteceu em pleno período de implantação do liberalismo, época de grandes mudanças estruturais tendentes à modernização do país. O liberalismo foi difícil de implementar no Portugal rural que existia no século XIX (SILVA, 2007). A legislação liberal suscitou muita reação por parte dos povos, particularmente nas regiões mais afastadas da capital, como o Minho, motivo pelo qual, em 1846, foi palco da grande revolta camponesa em oposição à legislação do ministro Costa Cabral.

Em 1842, António Bernardo da Costa Cabral, conquistou o poder, e de imediato tomou uma série de medidas tendentes à reestruturação da Administração e Finanças, com vista ao progresso do país. O descontentamento popular não tardou a manifestar-se. As reformas mais polémicas, contudo, foram as tributárias e as da saúde. Em 19 de abril de 1845, foi publicado o diploma sobre as contribuições diretas de repartição, que operava uma profunda transformação no sistema fiscal, substituindo uma série de impostos por três tributos: predial, de maneio e pessoal. A lei foi posta em execução a 16 de fevereiro de 1846, sendo de imediato contestada (Silva, 2015). Para o povo, como refere Oliveira Martins (s/d), o imposto era considerado a «ladroeira» dos homens de Lisboa. Os camponeses começaram a desconfiar dos empregados do Estado que lhes batiam à porta para inquirir dos seus bens e a entrarem em confronto com eles. A contribuir para o desagrado sobreveio a execução das Leis de Saúde, que decretava a obrigatoriedade dos enterramentos nos cemitérios, e o imposto do covato, provocando uma transformação das atitudes relativas às práticas ligadas à morte e aos enterros. Por tudo isto, não foi com indiferença que as populações rurais viram ruir o Portugal antigo, para elas o verdadeiro, o ditoso, o bom, mais uma vez, nas palavras de Oliveira Martins (s/d), substituído por um novo e desconhecido Portugal (OLIVEIRA MARTINS, s/d).

A "Maria da Fonte", como o nome faz alusão, foi uma revolta de mulheres. Mulheres do povo do Minho. Os primeiros motins da "Maria da Fonte", começaram na Póvoa de Lanhoso, distrito de Braga, entre 19 e 24 de março, na freguesia de Fonte Arcada, quando um grupo de mulheres impediu o pároco da freguesia de sepultar um cadáver fora da Igreja, no cemitério local, fazendo-o elas mesmas dentro do templo (CAPELA E BORRALHEIRO, 1996). Foi uma revolta tipicamente rural, logo não visava a mudança mas a perpetuação do costume. Segundo Charles Tilly (1976), as revoltas rurais são, em regra, sempre defensivas, reativas a algo que desestabilize a ordem tradicional rural e viole os direitos locais. Nesta revolta do Minho, a reação prendeu-se com aspetos soteriológicos, na alteração dos seus hábitos religiosos, crenças e mesmo de afetividade para com os seus parentes falecidos. A sepultura nos cemitérios era um sacrilégio para a mentalidade popular da época, sobretudo a feminina, a mais ligada aos rituais fúnebres. Desobedecendo às leis do Estado, estas "Marias", amotinaram-se e fizeram frente ao pároco e aos guardas e, apesar da sua coragem, não visavam nada de novo, apenas preservar os seus costumes.

Existem várias teorias acerca da designação deste movimento, houve uma mulher a liderar o motim ou foi o grupo? Desde a literatura à historiografia todos procuraram uma heroína, alguns destacaram mesmo algumas figuras femininas da época, mas nenhuma das versões aventadas convenceu. A versão mais aceite é que o movimento foi coletivo, foi uma ação de heroínas, mulheres

que enfrentaram o poder pelas suas convicções. Os motins de abril e maio de 1846, ao começaram em Fonte Arcada, pensa-se, deram o nome ao movimento, fazendo alusão a esse facto o nome da freguesia "Fonte". "Maria" representava todas as mulheres, pois no Minho a mulher tinha um papel relevante na família e na economia da casa, era um pilar para a sobrevivência familiar (DURÃES, 2002: 142). Destarte, a individualidade do nome remete para a ousadia feminina, razão para ter permanecido na memória coletiva como um símbolo da coragem e determinação das mulheres. O nome desta revolta é simbólico, invoca a ação coletiva feminina, não de uma, mas de todas as mulheres que destemidamente ou inconscientemente ousaram enfrentar o poder do Estado.

Nas cidades, o papel da mulher portuguesa não foi tão destacado como no meio rural, ficando secundarizada face ao Homem nos protestos. Porém, foi nos meios urbanos europeus que surgiu o feminismo e as mulheres afirmaram a sua cidadania.

2.2. Os protestos femininos urbanos oitocentistas

Nas cidades portuguesas, também houve "Marias da Fonte", especialmente no final da segunda metade do século XIX, época de industrialização e progresso do país. A estabilização política que se seguiu a 1851 permitiu que se dotasse Portugal de infraestruturas que facilitaram o desenvolvimento industrial, e com ele o surgimento do movimento operário, à semelhança do que há muito vinha a acontecer na Europa. As duras condições de vida do operariado levou-os a manifestações e greves, as mulheres também participaram, embora em muito menor número e raramente identificadas (SILVA, 2016: 126). O trabalho nas fábricas era duro para os homens, mas para as mulheres era quase insustentável. A existência destas mulheres era extremamente fatigante. Cuidavam da casa, dos maridos e dos filhos e trabalhavam à volta de 12 horas por dia. Algumas ainda tinham de andar quilómetros, descalças, para chegar ao local de trabalho. Na fábrica dedicavam-se a um trabalho árduo e monótono, que não admitia enganos e se se enganavam, descontavam-lhes no ordenado; se se distraíam, podiam ficar sem os dedos. Eram doze horas no meio de um frio gélido no Inverno ou de um calor sufocante no Verão, mas sempre no meio da poeira. Os homens viam-nas como causa do desemprego masculino e desrespeitavam-nas e os capatazes eram intolerantes. Inseridas num meio tão adverso desde a meninice, tornavam-se rudes, brutas e zaragateiras, algumas acabavam por enveredar pelo caminho da prostituição (SILVA, 2016: 119). Alguns jornais evidenciaram a exploração feminina, pela voz das próprias mulheres, escreveu uma delas: "A vós companheiras de trabalho e de infortúnio, me dirijo; a vós que sofreis como eu a dupla escravidão do capital e do homem. Algumas de nós abraçámos o belo ideal libertário, porque compreendemos que só com a ampla liberdade que ele preconiza a humanidade poderá ser feliz. Todos os homens, quer proletários, quer burgueses, e todas as classes dominantes têm conservado sempre a mulher na maior ignorância para mais facilmente a poderem dominar" (COSTA, 2013: 14). Este artigo assinado por uma mulher evidencia laivos de feminismo no seio do movimento operário português, ecoando as ideias feministas que circulavam pela Europa. As mulheres portuguesas tinham motivos para protestar nas ruas e fizeram-no, embora conjuntamente com os homens, as suas

reivindicações foram sobretudo salariais e laborais: melhores salários, redução das horas de trabalho, melhores condições de trabalho. A questão da cidadania política ou direito ao voto pouco se colocava, uma vez que os homens ainda não haviam conquistado esse direito (CRUZ, 1996: 250).

Pelo contrário, no restante espaço urbano europeu, durante o século XIX, a ação coletiva feminina esteve muito ligada às reivindicações de direitos políticos, como o direito ao voto. Muitas mulheres participaram no movimento operário e as sufragistas fizeram diversas manifestações e ações públicas para conseguirem obter direitos fundamentais. Os protestos das sufragistas atingiram grandes proporções: ocupação de ruas, passeatas, comícios, greves de fome, o que levou a agressões e distúrbios públicos. Muitas sufragistas foram presas, destacando-se, nesta luta, Emmelyne Pankhurst. Esta mulher, nascida em 1858, foi uma ativista dos direitos das mulheres e fundadora da União Social e Política das Mulheres. Provenientes da aristocracia, burguesia e classe trabalhadora, as mulheres lutaram toda a segunda metade do século XIX pelos seus direitos, inclusive chegaram a morrer por aquilo em que acreditavam. Foi o caso de Emily Davison, que morreu, em 1913, quando se atirou para a frente do cavalo do rei, na famosa corrida de cavalos, em Derby.

Esta primeira “onda” de contestação feminina tinha por base questões de cidadania política e também direitos básicos como educação, propriedade e melhor remuneração. Segundo Eisler “o trabalho de centenas de feministas do século XIX melhorou e muito a situação do contingente feminino da humanidade” (Eisler, 2007: 218). Contudo, só no final de um período de muito protesto e por alterações no contexto histórico, no início do século XX, as reivindicações das mulheres tiveram expressão política.

3. Os protestos das “Marias” no século XX: dos N.M.S aos movimentos globais

As Guerras do século XX, ao mobilizarem os homens para lutar, abriram o espaço público para as mulheres e, embora esse espaço estivesse muito condicionado ao esforço de guerra, permitiu que “a categoria “mulher”, que esteve até o século XX numa situação de exclusão sócio-económica e inferioridade na escala de prestígio social” (GOHN, 2007: 45), se afirmasse.

As guerras trouxeram alterações políticas e sociais, que se manifestaram no pós-guerra pela emergência de um conjunto de movimentos sociais: estudantis, pacifistas, étnicos, feministas, com cariz mais identitário e cultural, são os designados de Novos Movimentos Sociais (N.M.S). Para alguns dos teóricos dos Novos Movimentos Sociais (TOURAINÉ, 1998, HABERMAS, 1986, MELUCCI, 1996) os protestos verificados na década de sessenta do século XX, são o reflexo de uma nova classe média (HABERMAS, 1986, OFFE, 1985), menos preocupada com questões materialistas ou sociais elementares e mais focada em questões universalistas como a paz, o meio ambiente ou o género. A era dourada do capitalismo permitiu que mais indivíduos tivessem acesso a um bem-estar económico, fazendo emergir uma classe média escolarizada, qualificada, muito ligada a funções públicas (OFFE, 1985) e cujos protestos já não resultam da industrialização mas da pós-

industrialização, em que os conflitos deixam de girar à volta do capital-trabalho e se centram em quesitos culturais e informacionais. Todavia, a estes novos protestos juntaram-se os atores dos velhos protestos (OFFE, 1985).

Os anos sessenta ficaram marcados por grande contestação social. Nos Estados Unidos, mais precisamente na Califórnia, surgiu o movimento hippie, contra a guerra do Vietname, e com a proposta de um novo modo de vida que contrariava os valores de consumo e morais da época. O seu lema era "paz e amor". Os negros americanos lutavam pela igualdade racial liderados por Marther Luther King. As colónias europeias procuravam a autodeterminação. Na Europa, aconteceu o "Maio de 68", em Paris, quando os estudantes ocuparam a Sorbonne, pondo em causa a ordem académica estabelecida há séculos, em busca de novas formas culturais. Em Portugal, vivia-se a ditadura do Estado Novo, o que não impediu alguma contestação, inclusive feminina. Mesmo com o discurso de domesticidade do regime, nos meios urbanos, a "oposição das mulheres ao regime fazia-se sentir em torno das lutas nos locais de trabalho centradas nas questões salariais, na defesa do emprego, do horário de trabalho de oito horas e na melhoria das condições de trabalho" (TAVARES, 2008: 94). E, não obstante, as restrições legais que impediam a autonomia e emancipação das mulheres, houve algumas manifestações, mormente universitárias, em que participaram.

No meio desta efervescência contestatária há uma "erupção dos feminismos" (OFFEN, 2008), embora com cadências distintas nos países europeus. Na década de sessenta, as mulheres fundaram movimentos de libertação inspiradas em feministas, como Betty Fridan e a sua obra "Mística Feminina", que intervinham socialmente em busca de maior liberdade e igualdade. A medicina deu uma ajuda com o surgimento da pílula anticoncepcional, que revolucionou os costumes e deu à mulher uma ousadia sexual, até então inexistente.

Essa década terminou com as mulheres nas ruas a protestar. No final de 1968, um ajuntamento de mulheres, cerca de 400 ativistas do movimento Women's liberation, tentou impedir o concurso Miss América, em Atlantic City. Tencionavam fazer uma fogueira para queimar sutiãs e outros apetrechos femininos (DUFFET, 1968). Apesar de terem sido impedidas de protestar pelas autoridades, o episódio que ficou conhecido como a "queima de sutiãs" estendeu-se à Europa, onde realmente houve fogueiras. Em 1970, fizeram uma greve, em Nova Iorque, que trouxe 50 mil pessoas para as ruas. Estas manifestações de feministas, o compartilhar experiências comuns, refletir sobre a condição feminina e o papel das mulheres na sociedade forjou uma identidade coletiva (MELUCCI, 1989, 2001) e a partir daí o seu reconhecimento como atores sociais.

Segundo Iris Marion Young, as várias correntes do feminismo afirmaram o Feminismo como o "movimento de política cultural de mais alcance" (YOUNG, 2000:150), tornando-se, assim, um dos grandes movimentos do século XX.

No final do século, na Europa e Estados Unidos, o movimento feminista conseguiu que algumas das reivindicações das mulheres fossem ouvidas e atendidas pelos setores da sociedade política e civil. Discussões em volta de temas como a sexualidade, a contraceção e o aborto, foram-se dissipando à medida que se tornavam conquistas legais. As mulheres conseguiram afirmar a identidade feminina e a partir de então repensaram o modelo de atuação no espaço público,

buscaram a internacionalização e o reconhecimento e o movimento feminista tentou ganhar dimensão à escala global. Foi neste contexto que surgiu o movimento Marcha Mundial das Mulheres (MMM).

A Marcha Mundial das Mulheres insere-se nos movimentos à escala global. Agregou vários movimentos internacionais. A marcha é uma das formas de ação coletiva, a par das manifestações, petições, greves, e já tinha sido usada, ao longo da História (DEBOUZY, 2003, PIGENET e TARTAKOWSKY, 2003) como forma de reivindicação. Esta Marcha, sendo de grande dimensão, pretendia projetar o movimento através da divulgação que teria nos meios de comunicação social e desta forma chamar a atenção para a sua causa. Como refere Sherer-Werren a finalidade era “produzir visibilidade através da mídia e efeitos simbólicos para os próprios manifestantes (no sentido político-pedagógico) e para a sociedade em geral, como uma forma de pressão política das mais expressivas no espaço público contemporâneo” (2006: 112).

A inspiração para a criação da Marcha Mundial das Mulheres partiu de uma manifestação realizada em 1995, no Canadá, quando 850 mulheres marcharam 200 quilômetros, entre Quebec e Montreal, pedindo, simbolicamente, “Pão e Rosas”. No final desta ação, diversas conquistas foram alcançadas, como o aumento do salário mínimo, mais direitos para as mulheres imigrantes e apoio à economia solidária.

A Marcha Mundial das Mulheres não foi uma mobilização pontual, tornou-se numa plataforma de ação de caráter mais permanente, definida como uma rede feminista mundial, que começou no dia 8 de março de 2000 e se repetiu em 2005 e 2010. As marchas têm uma carga simbólica e, na maioria das vezes, as datas em que ocorrem não são escolhidas por acaso (DEBOUZY, 2003: 22). É o caso do 8 de março, Dia Internacional da Mulher.

O lema da marcha de 2000 foi a luta contra a violência e pobreza. Teve ações em mais de 150 países, envolvendo mais de 6000 grupos de mulheres (TAVARES, BENTO, MAGALHÃES, 2004: 11). No final da marcha, estes grupos participantes, redigiram um documento com dezassete pontos de reivindicações para ser entregue à O.N.U. Este movimento aspirava a que os governos tomassem medidas concretas contra a pobreza e violência sobre as mulheres. As ações, deste ano, terminaram a 17 de outubro, com uma manifestação em Nova Iorque.

Em 8 de março de 2005, o movimento MMM realizou marchas por todo o mundo onde estiveram presentes nas ruas milhares de mulheres. A marcha era pela Solidariedade e Diversidade, e tinha por objetivo a mudança política e social. No final elaboraram a Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade. Nesse documento são exaltados os valores da igualdade, liberdade, justiça, paz e solidariedade entre os Povos. Entre 8 de março e 17 de outubro foi proposto a cada país que elaborasse um retalho em forma de quadrado para a confeção de uma colcha, aludindo às propostas da Carta, mas com especificidades culturais de cada país participante, donde resultou uma colcha-mosaico de solidariedade (PINGRET, 2012: 11).

Entre 8 e 18 de março de 2010, ocorreram várias marchas pelo mundo para assinalar o centenário do Dia Internacional da Mulher. As ações de 2010, tinham como slogan “seguiremos em marcha até que todas sejamos livres”. Os eventos deste ano encerraram em Bukavu, na República Democrática do Congo, cidade onde as mulheres se confrontavam diariamente com o conflito armado. As integrantes da Marcha justificaram a escolha:

“Exercer pressão política sobre governos e instituições políticas multilaterais (por exemplo, ONU) para que efetuem as mudanças necessárias para melhorar as condições e a qualidade de vida das mulheres do mundo, incluindo uma política de desarmamento e de resolução pacífica dos conflitos, o fim de toda impunidade, da corrupção, da utilização do estupro como arma de guerra, das ocupações e da presença militar estrangeira, bem como a imposição de embargos políticos e econômicos” (documento 5 da 3ª ação da MMM).

O movimento MMM chamava a atenção da O.N.U que Tratados e Convenções só faziam sentido quando fossem reais para todas as Mulheres. A globalização, ainda evidenciou mais as desigualdades sociais e mostrou que “as mudanças tecnológicas, laborais, culturais, políticas e sociais dos últimos quarenta anos provocaram rupturas mas reforçaram continuidades na opressão, subordinação e exploração das mulheres” (TAVARES, BENTO, MAGALHÃES, 2004: 3). Deste modo, justificava-se o recurso à marcha, uma “arma” que sempre foi eficaz nos protestos públicos, para chamar a atenção para uma causa.

Este movimento também se expressa, como tantos outros de feministas, nos Fóruns Sociais Mundiais. Em 2003, no Fórum de Porto Alegre, as feministas da MMM organizaram um painel inserido na temática “Direitos Humanos” (TAVARES, BENTO, MAGALHÃES, 2004: 10), podendo, desta forma, ter uma participação mais ativa. Em Portugal, a UMAR integra esta rede e, como tal, teve um papel significativo nas Marchas organizadas pela MMM. Estes movimentos de alterglobalização, ao mundializarem a resistência feminina, contribuem para o empoderamento das mulheres.

4. Conclusão

Ao longo do tempo, as mulheres foram tomando consciência de si como sujeitos históricos. A subordinação social a que estiveram votadas, perpetuada por hábitos e costumes ancestrais, colocou-as numa posição de desvantagem e injustiça (YOUNG, 1990). Este processo de consciencialização foi redefinindo o papel das mulheres em termos sociais e políticos.

As ações de protesto tiveram um papel crucial neste caminho, ao permitir-lhes sair da esfera privada da domesticidade e reprodução a que tinham sido relegadas pela superioridade e dominação masculina (OKIN, 2008: 308). Os motins populares foram a expressão mais visível das primeiras manifestações das mulheres na esfera pública, da sua presença fora de casa e da influência que tiveram junto da comunidade. As revoluções liberais do século XIX deixaram as mulheres sair às ruas, abrir clubes revolucionários, mas também as souberam fazer regressar aos lares sem sequer lhes reconhecerem mais privilégios. Mesmo os filósofos das luzes, que reconheciam os direitos universais, deixaram de fora as mulheres, já que esses direitos era para quem usava a razão e as mulheres eram consideradas sentimentais, vinculadas ao mundo das emoções, daí terem-lhes rapidamente retirado protagonismo. Foi só no século XX, muito por ação do movimento feminista, que algumas das reivindicações das mulheres se tornaram direitos adquiridos. Os movimentos sociais feministas foram alcançando benesses sociais e políticas, ao mesmo tempo que sensibilizaram a

opinião pública para a sua causa. No início do século XXI, os protestos femininos ganharam projeção e visibilidade mundial com a comunicação de massas e as redes sociais e os movimentos feministas passaram a atuar em redes de movimentos globais, como é o caso do movimento MMM. Desta forma pretendem o empoderamento de todas as mulheres no mundo, pois as conquistas das mulheres europeias ainda não são uma realidade global. O movimento MMM mostrou que a atuação em Fóruns e Congressos não tinha resultados práticos para o reconhecimento de todas as mulheres, pois os abusos, o preconceito, a violência, os silêncios, ainda existem, logo a utilização da Marcha. As marchas sempre foram usadas como ação privilegiada nos movimentos de contestação, porque não implicam envolvimento político ou ideológico (DEBOUZY, 2003: 66-68), provavelmente, a escolha desta forma de protesto terá que ver com a autonomia institucional e política que o movimento quis dar a esta marcha pela diversidade, pluralidade e solidariedade. Apesar de a marcha não visar conotações institucionais ou políticas, esta almejava conseguir mudanças políticas para todas as mulheres.

5. Bibliografia

- BURKE, P. (1990). *La revolucion historiografica francesa. La escuela de los Annales: 1929-1989*. Barcelona: Gedisa, 1990.
- CAPELA, J., VIRIATO, BORRALHEIRO, R. (1996). *A Maria da Fonte na Póvoa de Lanhoso*. Póvoa de Lanhoso: Câmara Municipal.
- COSTA, A.A. (2013). O Germinal, um roteiro acrata para a revolução social. In *Atas do I Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal* (pp.8-24),vol. I. Lisboa: FCSH-UN.
- CRUZ, M. A. (1996). Direito de voto no tempo da Maria da Fonte. In *Atas do Congresso Maria da Fonte* (pp.249-263). Póvoa de Lanhoso: Câmara Municipal.
- DEBOUZY, M. (2003). Les marches de protestation aux États-Unis (XIXe - XXe siècles). In *Le Mouvement Social*, nº202 (1), 15-41.
- DUFFET, J. (1968). WLM vs. Miss America. *Voice of the Women's Liberation Movement*, 4.
- DURÃES, M. (2002). Qualidade de vida e sobrevivência económica da família camponesa minhota: o papel das herdeiras (secs XVIII-XIX). *Cadernos Noroeste*, vol.17 (1-2), 125-144.
- EISLER, R. (2007). *O cálice e a espada: nossa história, nosso futuro*. Rio de Janeiro: Rocco.Editora.
- FRASER, N. (2002). A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, outubro, 7-20.
- GODINEAU, D. (1984). Vision de la participation politique des femmes à la Révolution française (1793 – An III). In *Mouvements Populaires et Conscience Sociale, XVI-XIX siècles*. Paris: Maloine.
- HABERMAS, J. (1986). *The Theory of Communicative Action. The Critique of Functionalist Reason*, vol. 2. Cambridge: Polity Press.

- HUNT, L. (2009). *Revolução francesa e vida privada*. In Philippe Ariés & George DUBY(Org.). *História da vida privada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- LOGUE, K. J.(1979). *Popular disturbances in Scotland, 1780-1815*. Edimburgo.
- MELLUCCI, A. (1989). Um objetivo para os movimentos sociais? *Revista Lua Nova*, nº 17, 49-66.
- MELUCCI, A. (1996). *Challenging Codes. Collective Action in the Information Age*. Cambridge, Cambridge University Press.
- MELLUCCI, A. (2001). *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes.
- NETO, M. S. (1996). Motins populares na Gândara em 1778. In *Atas do Congresso Maria da Fonte* (pp.249-263). Póvoa de Lanhoso: Câmara Municipal.
- OFFE, C. (1985). New social movements: challenging the boundaries of institutional Politics. *Social Research*, 52 (4), 817-868.
- OKIN, S. (2008). Gênero, o público e o privado. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 16(2): 305-332.
- OLIVEIRA MARTINS (s/d). *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Europa-América, 2ºvol.
- PERROT, M. (2005). *As mulheres ou os silêncios da História*. São Paulo: EDUSC.
- PERROT, M. (2009) (Org.). *História da vida privada 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras.
- PIGENET, M., Tartakowsky, D. (2003). Les marches en France aux XIXe et XXe siècles : récurrence et métamorphose d'une démonstration collective. *Le mouvement Social*, nº202 (1), 69-94.
- PINGRET, A. (2012). A composição visual da marcha mundial das mulheres (Brasil, 2000-2010). *Domínios da imagem*, ano V, n. 10, 7-22.
- SCHERER-WERREN, I. (2006). Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Sociedade e Estado*, v. 21, n. 1, 109-130.
- SILVA, C. T. (2007). *Movimentos sociais no Douro no período de implantação do liberalismo (1834-1855)*. Porto: Gehvid.
- SILVA, C.T (2015). Ação colectiva no Douro oitocentista: a propósito da "Maria da Fonte". *Atas das 3as Conferências do Museu de Lamego* (pp.47-59). Lamego: Museu de Lamego/Citcem.
- SILVA, C.T (2016). Conflitualidade operária no Porto Oitocentista. In António Simões do Paço; Cátia Teixeira; Paula Godinho; Raquel Varela; Virgílio Borges (coord.). In *Atas do I Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal* (pp.117-128). Lisboa: FCSH-UN.
- THOMPSON, E. (1995 a). La Economía Moral Revisada. In *Costumbres en Común*. Barcelona: Crítica.
- THOMPSON, E. (1995). La Economía «Moral» de la Multitud en la Inglaterra del siglo XVIII. In *Costumbres en Común*. Barcelona: Crítica.
- TILLY, C (1976). *The Vendée*. 3ªed. Massachusetts: Harvard University Press.
- TILLY, L.A (1994). Gênero, História das Mulheres e História Social. *Cadernos Pagu* (3), 29-62.
- TOURAINÉ, A. (1998). *Pourrons-Nous Vivre Ensemble?* Paris, Editions Fayard.

- VAQUINHAS, I. (2004). As mulheres na sociedade portuguesa oitocentista. Algumas questões económicas e sociais (1850-1900). In Benedita Duque Vieira (org.), *Grupos sociais e estratificação social em Portugal no século XIX* (pp.149-164.). Lisboa: CEHCP.
- YOUNG, I.M. (2000). *La Justicia y la Política de la diferencia*. Madrid: Ediciones Cátedra.
- OFFEN, K.(2008). Erupções e fluxos: reflexões sobre a escrita de uma história comparada dos feminismos europeus, 1750-1950. In Anne Cova (dir.), *História Comparada das Mulheres* (pp.29-45). Lisboa: Livros Horizonte.
- GOHN, M.G. (2007). Mulheres – atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático. *Política & Sociedade*, nº 11, outubro, 41-70.
- TAVARES, M., BENTO, A., MAGALHÃES, M.J. (2004). *Feminismos e Movimentos Sociais* em tempos de Globalização: o caso da MMM. In *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, (pp.1-17). Coimbra: CES.
- TAVARES, M. (2008). *Feminismos em Portugal (1947-2007)*. Tese de Doutoramento em Estudos sobre as Mulheres, Especialidade em História das Mulheres e do Género. Lisboa.Universidade Aberta.

MULHERES BRASILEIRAS EM PORTUGAL E VIOLÊNCIA DE GÊNERO: DESAFIOS MIGRATÓRIOS EM CONTEXTO INTERNACIONAL

Marly de Jesus Sá DIAS

Universidade Federal do Maranhão/CEMRI-UAb.

marlydejesus@yahoo.com.br

Maria Natália RAMOS

Universidade Aberta de Lisboa/ CEMRI.

natalia@uab.pt

Resumo

O presente texto discute o fenómeno da migração em Portugal, país atualmente eleito por brasileiras/os como residência por motivações diversas, com destaque na progressão numérica de mulheres desta nacionalidade. Parte-se da premissa de que o processo de integração num novo território depende de numerosas condições e superação de desafios que, possivelmente, se elevam para as mulheres e que as podem expor a situações violentas e difíceis. Pesquisas revelam que a violência contra as mulheres é recorrente em todo o mundo e em diferentes espaços da vida social, com perdas e danos para as mulheres, famílias e sociedade, dadas as suas vulnerabilidades sociais, económicas e culturais. Subsidiada por revisão bibliográfica e documental, esta reflexão procurou apreender se o fenómeno da migração, na sua relação com o género, concorre para a violência de género que atinge brasileiras nesta condição em Portugal. Conclui-se que a condição de imigrante não pode ser, por si só, responsabilizada por situações de violações aos direitos humanos e exclusão social. Contudo, essa condição, em circunstâncias nas quais se inclui o recorte género, geração, etnia, classe orientação sexual, pode contribuir para a violência de género, que faz das mulheres vítimas frequentes, motivo pelo qual urge fortalecer e ampliar as políticas públicas e a luta em prol do reconhecimento destas mulheres como sujeitos de direitos e na perspetiva de construção de uma sociedade mais justa e equitativa entre os seres humanos.

Palavras-chave: migração internacional; violência de género; mulheres migrantes; brasileiras em Portugal.

Abstract

The present text discusses the phenomenon of migration in Portugal, a country currently chosen by Brazilians as a residence for various motivations, with emphasis on the numerical progression of women of this nationality. It starts from the premise that the process of integration into a new territory depends on numerous conditions and the overcoming of challenges that possibly arise for women and can expose them to violent and difficult situations. Research reveals that violence against women is recurring across the world and in different spaces of social life, with losses and damages for women, families and society, given their social, economic and cultural vulnerabilities. Supported by bibliographical and documentary revision, the reflection sought to understand if the phenomenon of migration, in its relation with the gender, contributes to the gender violence that reaches Brazilians in this condition in Portugal. It is concluded that the status of immigrant can not be held accountable for situations of human rights violations and social exclusion. However, this condition, in circumstances in which gender, generation, ethnicity, and sexual orientation may be included, may contribute to gender-based violence that makes women frequent victims. This is why it is necessary to strengthen and expand public policies and the struggle for recognition as subjects of rights and in the perspective of building a more just and equitable society among human beings.

Keywords: international migration; gender violence; migrant women; Brazilian women in Portugal.

1. Introdução

A migração é um fenómeno social antigo, motivado por fatores diversos e que na contemporaneidade adquire novos contornos e complexidades, dada a sua recorrência, temporalidade, progressão numérica, diversificação dos fluxos, perfis, destinos e impactos nos países de saída e de chegada (demográfico, social, económico, político, cultural). No seio dessas mutações e evoluções migratórias, diferenças de género fazem-se presentes em termos quantitativos e qualitativos. O número de mulheres imigrantes aumenta relativamente ao de homens nesta condição no mundo inteiro, o que confere visibilidade e importância relativas ao público feminino no conjunto da população estrangeira, inclusive enquanto sujeito ativo do processo migratório, originando o que a literatura tem denominado de *feminização das migrações* (RAMOS, 2011, 2014; RAMOS, MC, 2013, 2015; MARQUES & GÓIS, 2012; OLIVEIRA & GOMES, 2017).

Dados do Observatório das Migrações, divulgados no Relatório “Indicadores de Integração de Imigrantes”, informam que, no universo de migrantes internacionais, é cada vez maior o número de países em que a proporção de mulheres ultrapassa a dos homens, a exemplo de Portugal, com uma realidade migratória marcada por algumas oscilações, ocupando, em janeiro de 2016, o 21.º lugar entre os 28 países do espaço europeu em número de estrangeiros residentes (3,8%) e cuja população migrante estrangeira está concentrada, principalmente, em Lisboa, Porto e Faro (RAMOS, 2015; OLIVEIRA & GOMES, 2017).

Desde a década de 1980 que Portugal se evidencia como país de imigração, acolhendo pessoas originárias de países diversos, além daqueles com quem mantém laços históricos, coloniais, culturais, políticos ou económicos, com destaque para os PALOP e para a presença crescente de mulheres.

O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), citado pelo já referido Relatório, menciona que a tendência da feminização vem sendo observada no país desde 2012, com as mulheres estrangeiras a registar uma progressão contínua nas duas últimas décadas (em 2011, representavam menos 0,3 pontos percentuais que os homens, passando para mais 2,9 pontos percentuais em 2015 e mais 3 pontos percentuais em 2016) (OLIVEIRA & GOMES, 2017: 55). Informação similar foi evidenciada também por Marques e Góis (2012), que registam que entre 1999 e 2008 este crescimento foi de 158%, contra um aumento masculino de 110%, com destaque para as mulheres que migram por decisão própria e autónoma. No *ranking* das 10 nacionalidades em que as mulheres estão numericamente mais representadas em Portugal¹, o Brasil ocupava, em 2016, posição de destaque, liderando com 61,9% no total de residentes dessa nacionalidade (OLIVEIRA & GOMES, 2017).

Convém lembrar que a migração é bem mais do que um simples deslocamento ou percurso de saída e de chegada num novo destino, imprimindo vários desafios, o que fomentou inquietações expressas nesta reflexão, cujo objetivo é analisar se o fenómeno da imigração em contexto

¹ Os 10 países referenciados pelo Relatório Indicadores de Integração de Imigrantes, segundo a distribuição por sexo das principais nacionalidades residentes em Portugal em 2016, são: Brasil, Angola, Cabo Verde, Ucrânia, China, Espanha, Reino Unido, França, Guiné-Bissau e Roménia. Mais detalhes em OLIVEIRA e GOMES (2017: 57).

internacional, na sua relação com o gênero, concorre para a violência de gênero em mulheres brasileiras nesta condição em Portugal. Trata-se de um estudo qualitativo, exploratório e descritivo, subsidiado pela revisão bibliográfica e documental, no qual se parte da premissa de que o processo de integração num novo espaço geográfico depende de uma série de condições legais, ambientais, habitacionais, económicas, emocionais, psicológicas (RAMOS, 2004, 2008), que possivelmente aumentam para as mulheres que emigram sem quaisquer redes de relações sociais no país de destino, por vezes indocumentadas, ao mesmo tempo que as pode expor a situações violentas, expressas através de discriminações étnicas, sexistas, geracionais, materializadoras da dominação e opressão de gênero que atinge também as mulheres e que pode interseccionar-se com outras pertenças, como a classe social, a nacionalidade e o estatuto migratório (RAMOS & FRANKEN, 2018; QUEIROZ, 2018).

Por outro lado, alguns dados revelam que vários tipos de violência contra as mulheres têm sido recorrentes em todo o mundo e em diferentes espaços, seja em casa (violência doméstica, familiar), seja fora desta, a exemplo do mundo do trabalho (RAMOS MC & PATRICIO, 2015). Estas diferentes violências permeiam todas as esferas da vida social em diferentes sociedades e contextos, independente da classe, etnia, idade, religião, orientação sexual, identidade de gênero ou estatuto civil das vítimas, apresentando-se como uma realidade concreta, problema universal expresso de forma diferenciada e com distintas implicações, com perdas e danos para as mulheres, de modo geral, famílias e sociedade, dadas as suas vulnerabilidades sociais, económicas, culturais, cuja análise precisa ser feita compreendendo a singularidade e subjetividade de cada situação e de cada mulher.

2. Feminização das migrações: protagonismos e desafios para mulheres

O fenómeno migratório é complexo, global e multidimensional (RAMOS, 2008, 2014, 2018), e, no caso Brasil/Portugal, igualmente recente, o que faz com que os seus efeitos sejam diversos e de extensões desconhecidas. Como já referido, os brasileiros figuram em Portugal como principal comunidade imigrante, com maior número de residentes, totalizando 81.251 cidadãos e cidadãs em 2016, de acordo com dados do SEF (2016).

Se, tradicionalmente, a história da imigração portuguesa era marcada pela prevalência do sexo masculino, a partir da década de 2000 a percentagem de mulheres aumenta, com algumas flutuações em 2006 e 2007, por exemplo, facto observado na comunidade brasileira e em todos os grupos nacionais residentes neste território, ainda que a maior percentagem de homens permanecesse na população total (MARQUES & GÓIS, 2012). Vale a pena ressaltar que a adoção da categoria sexual ou de gênero nos estudos dessa natureza se apresenta como uma das hipóteses explicativas para a atual percepção da progressão e participação ativa da população feminina nos processos migratórios em geral, referenciada como *feminização das migrações*.

Conforme Marques e Góis (2012), até à década de 1980 a migração das mulheres era analisada apenas como decorrente da migração masculina, possivelmente por ser a mais frequente,

o que as colocava na condição de “seguidoras passivas” dos seus familiares homens. As estatísticas não se apresentavam especificadas em função do critério sexo, o que, por certo, contribuiu para insuficiências e dificuldades na compreensão da sua importância nos fluxos migratórios, do qual sempre fez parte, embora com diferentes percentagens.

Os estudos de gênero configuram-se como fundamentais, “tanto para a observação dos fluxos migratórios no seu conjunto, como enquanto variável explicativa para diferenças significativas entre fluxos migratórios de diferentes nacionalidades” (MARQUES & GÓIS, 2012: 23), e, principalmente, para dar visibilidade aos protagonismos das mulheres nesse processo, a exemplo das motivações que as fazem emigrar, dos meios e formas de inserção económica, das dificuldades enfrentadas para adaptação a esta realidade social, bem como para mostrar as suas particularidades enquanto categoria plural, uma vez que as mulheres não são todas iguais, provindo de vários lugares, estratos sociais, etnias, e possuindo diversos valores culturais e sociais, idades, escolaridades, ocupações laborais.

A intersecção do gênero com outras divisões sociais que têm como base a nacionalidade, os níveis de educação, os recursos económicos, sociais e/ou culturais em conjunto com as políticas migratórias ou de integração cria uma complexa (e quase sempre invisível) matriz de estratificação que importa desocultar (MARQUES & GÓIS, 2012: 24-5).

Essa visibilidade é fundamental para que essas outras dimensões da vida social possam ser consideradas, uma vez que as relações de gênero permeiam todas as esferas da produção e reprodução da vida em sociedade, extrapolam a dualidade homem/mulher e remetem para relações assimétricas de poder entre ambos, estabelecendo uma divisão e hierarquia em que as categorias gênero-classe-raça/etnia-geração e nacionalidade se entrelaçam. Ou seja, conformam lugares, papéis e significação destas relações de poder de forma desigual na vida das pessoas de ambos os sexos. Segundo Mira (2017: 26), “O gênero vai-se construindo, classificando os corpos com marcas – visíveis e invisíveis – através de gestos, posturas, vestuários, reforçando lugares e expectativas sociais”. Logo, ao acrescentar a categoria gênero nestes estudos sobre a migração, ampliam-se as possibilidades de interpretação do real, de percepção de que as mulheres historicamente têm desempenhado um papel importante nos vários domínios da vida, inclusive nos fluxos migratórios. Torna-se igualmente imperativo para a formulação e implementação de políticas públicas com a transversalidade de gênero, com vista a garantir e a resguardar direitos sociais, económicos e políticos basilares para que se possam integrar e participar no país de destino, distante e diferente daquele em que viviam.

As motivações para a eleição de Portugal como destino são diversas, no contexto dos fluxos migratórios. Muitos são os fatores de atratividade que certamente pesam nesta decisão, como, por exemplo: o seu desempenho no cenário internacional entre os países com melhores enquadramentos de cidadania (1.º lugar); os bons resultados na aquisição da nacionalidade no total de residentes estrangeiros (3.º lugar entre os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico –OCDE, em 2014); melhores resultados em relação aos demais países da União

Europeia (UE) no que diz respeito a “atitudes pessoais face à discriminação” (OLIVEIRA & GOMES, 2017).

Presume-se que, no caso específico das mulheres brasileiras, além dos atrativos pontuados, a eleição igualmente tenha em conta a familiaridade com a língua, os laços históricos e culturais entre os dois países, bem como a busca financeira, expressa na expectativa de trabalho (independente, temporário ou permanente), sobretudo no contexto da crise económica, política e ética que assola o Brasil nos últimos tempos, ao lado de motivações não económicas, igualmente significativas, tais como a facilidade para emigrar mediante os avanços legislativos na área da imigração², o processo de entrada no espaço europeu menos burocratizado, a segurança, a educação com qualidade para aprimoramento dos estudos/profissões, a saúde pública com taxações moderadas e isenções destas em alguns casos, ou as ligações afetivas com alguém nascido e/ou residente em Portugal.

Contudo, nesse percurso migratório não faltam dificuldades e desafios para as mulheres, pois, embora esse processo seja constituído por uma multiplicidade de sujeitos (o ser que migra, o local de saída e de chegada, o processo de legalização), é uma experiência singular, vivenciada de forma particular, individual, com expectativas e desejos alimentados por essas pessoas que chegam, oriundas de todas as regiões do Brasil, com as suas crenças, valores, atitudes, comportamentos e na condição de imigrantes. A imigração é, assim, múltipla, complexa e heterogénea (RAMOS, 2015). Deste modo, a migração tanto pode ser uma experiência positiva e contribuir para o crescimento pessoal, como pode ser negativa, impulsionadora de tensões, angústias, sofrimentos, por ausência ou excesso de identificações (RAMOS, 2004, 2008, 2009, 2014; XAVIER, 2007) e múltiplas vulnerabilidades, “devido às rupturas, transformações e mudanças psicológicas, culturais, linguísticas, laborais, sociais, familiares, ambientais e políticas” (RAMOS, 2015: 2956), por vezes agravadas por estereótipos e preconceitos negativos que geram discriminações, humilhação, constrangimento, caracterizadores de violências de gênero, manifestas em função do gênero a quem se destina a opressão, podendo ser mulheres ou homens.

3. Violência de gênero em mulheres brasileiras imigrantes em Portugal

A violência de gênero é entendida como fenómeno social e como uma das várias formas de expressão das desigualdades sociais entre homens e mulheres. É caracterizada por qualquer ato, omissão ou conduta (direta ou indireta) que provoque sofrimentos físicos, sexuais ou mentais, através de enganos, ameaças, intimidações, humilhações, que recusem a dignidade humana, a autonomia sexual, a integridade física e/ou moral de quem a sofre, que abalem a sua segurança pessoal, amor próprio, personalidade, ou ainda que afetem as suas capacidades físicas e intelectuais (CUNHA & PINTO, 2008: 24).

² Segundo o quarto relatório que analisa e compara as políticas de integração de imigrantes em todos os países europeus e também na Austrália, Canadá, Islândia, Japão, Coreia do Sul, Noruega, Suíça, Turquia e Estados Unidos, contabilizando um total de 38 países, Portugal ocupa a segunda posição em termos globais relativamente às políticas favoráveis à integração dos imigrantes. Mais detalhes em: <http://www.mipex.eu/portugal>

A violência de gênero perpetrada contra mulheres remonta às desigualdades de gênero e ao patriarcado, remodelada no e pelo capitalismo, contexto em que se alia à violência estrutural com acréscimos das opressões de etnia e de classe, conformando um sistema de dominação-exploração que Saffioti (2004) intitula de “patriarcado-capitalismo”, responsável por injustiças sociais e desigualdades de várias ordens, como nas relações homem-mulher, entre etnias e classes sociais. Nas sociedades de classes, particularmente na sociedade capitalista, as diferenças biológicas entre os sexos masculino e feminino que demarcam possibilidades e impossibilidades de cada um (MIRA, 2017) foram convertidas em desigualdades históricas tidas como naturais quando foram socialmente construídas com distribuição desigual de poder, prestígio e oportunidades. E, qualquer que seja a sua modalidade (simbólica, física, sexual, psicológica, patrimonial), a discriminação, dominação e exploração sofridas pelas mulheres fazem-se latentes de formas diversas.

Secularmente, as mulheres, ao lado de outras categorias sociais, a exemplo de negros, índios, homossexuais, crianças, sofrem com as discriminações e violências, seja por parte de outrem, seja por parte do Estado. Convém lembrar que os problemas que atingem as mulheres na condição de imigrantes não estão à margem daqueles vigentes na sociedade patriarcal em que preconceitos e estereótipos são disseminados para reforçar modelos, padrões de comportamentos e manter as estruturas de poder instituídas, seja nos espaços públicos ou privados, seja instrumentalizando, anulando ou reduzindo a importância das mulheres no contexto social e político (KERGOAT, 1996; SAFFIOTI, 2004).

Mesmo figurando como importante objeto de vários tratados internacionais, entre os quais se destacam a Convenção de Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979), a Declaração da Eliminação da Violência contra a Mulher (1993), a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (1994), a Plataforma de Ação de Beijing (1998), entre outros, que favoreceram avanços deste problema no âmbito do direito internacional, bem como para a adoção de legislações específicas com vista a assegurar os direitos da ala feminina, a persistência da discriminação é visível nas relações íntimas e familiares, no mundo do trabalho, com predomínio de diferenças salariais consoante o sexo dos profissionais, na parca representação feminina nas instâncias decisórias, nos sectores públicos ou privados, persistindo como um grave desrespeito aos direitos humanos.

Uma cultura de tolerância para com determinados atos que a caracterizam (humilhações, constrangimentos, ameaças, assédios) tem imperado para que esta herança patriarcal seja disseminada, naturalizada, banalizada, ou simplesmente ignorada, o que em muito contribui para que tais violações nem sempre cheguem, ou demorem a chegar, ao conhecimento das autoridades competentes, estando o medo, a vergonha e a dependência financeira dos parceiros entre as principais causas que conduzem à omissão e ao silenciamento.

Como já referido, muitas das mulheres que imigram atualmente para Portugal fazem-no por decisão própria, autónoma, como parte de um projeto independente, emancipador, pessoal ou profissional, fora do contexto do reagrupamento familiar, contribuindo para a dinamização económica local, seja na condição de trabalhadoras, seja como consumidoras (SANTOS, 2005; RAMOS, MC, 2013, 2015), dado confirmado pelo “Relatório Indicadores de Integração de Imigrantes”, de 2017, que

mostra que houve uma redução do número de mulheres estrangeiras titulares de Autorização de Residência (AR) para o reagrupamento familiar em menos de 73%. Em contrapartida, o mesmo regista o aumento de AR para mulheres imigrantes para fins de investigação e atividades altamente qualificadas (taxa de variação de mais de 132%), para trabalho independente (taxa de variação de mais de 287%) e para estudantes de nível superior (mais de 36%).

Apesar de crescente e contínua, a migração individual ainda não se constitui maioritária no conjunto das migrações, sendo porém um indicador de que também neste domínio da mobilidade transacional o estatuto e o papel das mulheres estão em mutação (POLICARPO & COSTA, 2012). Tratam-se de mulheres provenientes de vários meios sociais, estados civis, principalmente divorciadas, separadas ou solteiras (POLICARPO & COSTA, 2012), com diversas idades (apenas 7,5% dos estrangeiros residentes possuem mais de 65 anos), predomínio da ala jovem, e em que a nacionalidade brasileira novamente se destaca com a maior concentração de pessoas com idades entre os 20 e os 49 anos, faixa etária ativa, com 71% (OLIVEIRA & GOMES, 2017: 55-6). Deslocam-se sozinhas, sem famílias, e, por vezes, sem redes sociais e de suporte, no país recetor, isentas dos apoios expressos no estatuto do reagrupamento familiar, suportes importantes cujas ausências elevam as suas dificuldades.

Para Ramos (2015), ao mesmo tempo que a feminização das migrações pode promover múltiplas oportunidades a nível identitário, social, educacional e económico, pode igualmente implicar inaptações, conflitos, stresses vários, doenças, riscos e vulnerabilidades psicossociais. Informações contidas no “Relatório Indicadores de Integração de Imigrantes” de 2017 evidenciam que, em Portugal, é entre os estrangeiros residentes que se verificam os maiores riscos de pobreza, privação material, rendimentos baixos, piores condições de vida, comparativamente aos nacionais, tal como ocorre nos demais países europeus (OLIVEIRA & GOMES, 2017:169).

Marques e Góis (2012) assinalam que muitas das mulheres migrantes, independentemente da nacionalidade, se inserem no mercado de trabalho dos países de acolhimento com dificuldades, em setores vinculados aos serviços de cuidados a idosos e domésticos, atividades profissionais muitas vezes aquém das suas habilitações, com requisições de baixas qualificações, sobretudo no âmbito do setor privado ou da economia informal, nichos femininos que reproduzem clivagens entre os sexos. Apesar de serem oportunidades encontradas para sobreviverem com rendimentos melhores que os auferidos no país de origem, são espaços laborais em que vigoram a informalidade na contratação, sem a devida regulamentação legal, e uma parca fiscalização, o que dificulta a reclamação de direitos, acesso aos mecanismos de proteção social, denúncias de casos de assédios, explorações com jornadas de trabalhos prolongadas e/ou sem pagamentos de horas extra, maus-tratos, entre outras situações que conformam violações em que as dimensões raça, etnia, classe social se entrecruzam com o gênero e, por vezes, com a nacionalidade (RAMOS, 2014; RAMOS, MC & PATRICIO, 2015).

Marques e Góis (2012: 40-1) relatam que as migrantes com atuação nestes serviços pessoais e domésticos estão entre os grupos mais vulneráveis no mercado de trabalho. Policarpo e Costa confirmam e acrescentam que nesse processo migratório em que as mulheres se deslocam sozinhas, sejam casadas ou solteiras, esta vulnerabilidade é maior, tanto em relação aos homens imigrantes

como às mulheres portuguesas, seja nas questões referentes ao trabalho, seja na vida íntima/privada. E, via de regra,

são sujeitas a uma dupla pressão: económica e relativa à vida privada. No primeiro caso, ganhar dinheiro, melhorar as condições de vida, inclusivamente enviar remessas para a família no país de origem. No segundo caso, manter a fidelidade matrimonial e uma “conduta sexual impecável”, tendo muitas vezes que gerir o estigma por terem partido (e estarem fora da alçada do controlo da sociedade de origem, frequentemente muito sexista) (POLICARPO & COSTA, 2012: 136).

A condição de mulher e imigrante concorre igualmente para uma maior exposição ao desemprego. Com base nos levantamentos feitos para a composição do livro intitulado *A Emergência das Migrações no Feminino*, Marques e Góis mostram que o desemprego atinge 15,2% das imigrantes e 4,7% dos homens nesta condição; a remuneração média/hora é também desigual entre os sexos – o valor da remuneração média/hora para imigrantes é de 3,55€ para elas e 4,31€ para eles (MARQUES & GÓIS, 2012: 47-9). A desigualdade de remuneração entre os sexos é real no mundo inteiro e demonstra o quanto o mercado laboral é estratificado, étnica e sexualmente, com desvantagem para o sexo feminino, bem como para negras e negros. Como destacam Policarpo e Costa (2011: 135), a realidade das mulheres imigrantes reflete a desigualdade de poder que caracteriza as relações de gênero em geral e também as relações no mercado de trabalho.

A partir de uma amostra com 1830 portugueses sobre as atitudes face à imigração e aos imigrantes em Portugal em 2010, tendo como referência três principais grupos de imigrantes (brasileiros, africanos e oriundos dos países da Europa do Leste), António (2011) mostra que os resultados expressam ambivalências reveladas pelos participantes do estudo, ora favoráveis à redução do número de imigrantes, ora com o reconhecimento de suas contribuições para a dinamização da economia e vida cultural local, com elevada apreciação pelos imigrantes dos países ocidentais (o Brasil ficou na terceira posição, juntamente com os asiáticos e europeus do leste). Revela ainda que “ser imigrante em Portugal não acarreta o mesmo tipo de experiências para uma pessoa originária de um país da União Europeia, de um dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), do Brasil, da Ucrânia ou do Paquistão” (ANTÓNIO, 2011: 40). Neste sentido, grupos de imigrantes distintos cujas representações são partilhadas por um conjunto de indivíduos podem possuir diferentes graus de aceitação por parte da população portuguesa, muitas vezes sob a influência dos meios de comunicação em que a pertença de gênero e a origem geográfica dos e das imigrantes se fazem presentes. Dado o seu poder de influência, o que se dissemina a esse respeito, seja positivo ou negativo, interfere nos níveis de aceitação ou rejeição no que respeita aos e às imigrantes por parte da opinião pública.

Na sua dissertação de mestrado apresentada em 2007 e intitulada *Redescobindo o Brasil: processos identitários de brasileiros em Portugal*, Mariana Xavier mostra como estereótipos socialmente construídos dificultam o respeito pela diversidade, ao mesmo tempo em que exacerbam outros estereótipos negativos que se reproduzem e se generalizam por desconhecimento, neste caso

do Brasil e do seu povo, que não se resumem a futebol, samba, carnaval, mulatas e novela. A autora assinala igualmente, a partir de entrevistas realizadas com 17 brasileiros (nove do sexo feminino e oito do sexo masculino) oriundos de vários estados e regiões do país, a ambivalência destacada pelos participantes no modo como se consideram vistos por alguns portugueses. Por um lado, são descritos pelos nacionais como alegres, bem-dispostos, trabalhadores, e, por outro, se do sexo masculino, muitas vezes rotulados de marginais e de pouca cultura. Se do sexo feminino, são associadas à prostituição, à disponibilidade para programas sexuais em troca de dinheiro, oportunistas que migram em busca de casamentos com portugueses de posses. Queiroz (2018) acresce a essa reflexão a evidência de que as migrantes brasileiras tendem a ser racializadas em Portugal, percebidas como mestiças, hipersexualizadas, e, quando indocumentadas, experienciam situações em que as suas pertenças identitárias as expõem a vulnerabilidades como assédio moral e sexual.

A associação de estereótipos negativos como os que envolvem imigrantes brasileiras em Portugal interfere tanto no seu processo de integração na sociedade portuguesa como contribui para a redução de oportunidades diversas – habitacionais, laborais, comunicacionais, entre outras (MARQUES & GÓIS, 2012: 57). É possível que a visão negativa que alguns nacionais têm da população imigrante brasileira tenha sofrido influência do caso de mulheres que, tempos atrás, na década de 1990, adentraram o território português pela rede do tráfico de mulheres para a exploração sexual e a prostituição e/ou do movimento promovido pelas mulheres de Bragança em 2003 contra a prostituição brasileira, bastante noticiado na imprensa portuguesa, ou ainda de situações que envolviam imigrantes brasileiros/as que extrapolam a civilidade e desrespeitam as normas locais por acharem que, estando longe de casa, podem fazer o que entenderem.

Cumprе esclarecer que, constitucionalmente (Artigo 15.º da atual carta magna do país), estrangeiras/os residentes têm os mesmos direitos e obrigações dos cidadãos portugueses, exceto no que remete aos direitos políticos, exercício de funções públicas e redes de prostituição e tráfico humano que comportam várias nacionalidades. Assim como convém denunciar as discriminações sofridas por qualquer imigrante, independente do sexo ou da nacionalidade, fazendo-se urgente que as autoridades competentes coíbam generalizações que humilham, constroem, adoecem, bem como a falta de respeito às regras e cultura locais pelos que chegam. Experiências negativas logo na chegada ajudam igualmente a reproduzir estereótipos e a minar relações (XAVIER, 2007).

Não se pode perder de vista que o acolhimento, a integração e o bem estar de quem é imigrante envolve um conjunto de elementos sociais, económicos, políticos, culturais, jurídicos, além da boa aceitabilidade local. Ou seja:

[...] aprender a viver, a comunicar e a trabalhar com o outro exige competências de cariz psicológico, social, cultural, pedagógico e comunicacional baseadas na experiência da alteridade e da diversidade e no equilíbrio entre o universal e o singular (RAMOS, 2015: 2958).

Deste modo, ainda que Portugal conte com um conjunto de legislação favorável à igualdade de direitos sociais entre os seres humanos, independente do sexo, etnia, idade, credo religioso,

orientação sexual, e disponha de serviços públicos ou não governamentais com vista a contribuir para a integração dos imigrantes e defesa dos seus direitos, estes não se encontram materializados de forma concreta na vida de todas e de todos. Embora fundamentais, não têm conseguido enfrentar as relações patriarcais de gênero, seja pelo desconhecimento da sua existência por parte das vítimas, seja pela desatenção ao seu cumprimento.

4. Considerações finais

A migração internacional é uma realidade global, bem visível em Portugal. Nesse contexto, as mulheres apresentam-se com uma progressão contínua nos últimos anos no conjunto dos imigrantes das principais nacionalidades residentes no país. A comunidade brasileira destaca-se como aquela que apresenta maior evolução numérica de mulheres em relação aos homens, evidenciando protagonismos e desejos emancipatórios. Porém, ao mesmo tempo em que essa feminização de fluxos migratórios origina positivamente, gera também inquietações.

A migração não é só diversa, complexa, portadora de oportunidades para as mulheres que emigram de forma independente, como parte de um projeto emancipatório, mas é igualmente permeada por dificuldades e desafios, agravados pelas questões de gênero, raça, classe, por vezes expressas em violências que historicamente têm atingido mais o público feminino, inclusive na condição de imigrantes.

Para as brasileiras que migram, sobretudo sozinhas, para Portugal, representações e estereótipos construídos socialmente pela população e que as associam a imagens negativas, principalmente ao mercado do sexo, constringem, humilham, ao mesmo tempo em que abalam a sua integridade moral e psicológica. Sobretudo porque não refletem a realidade, dado que o trabalho que mais as absorve é a prestação de serviços domésticos e cuidados com doentes e idosos (Santos, 2005; Ramos, 2014). Estas representações e preconceitos reduzem as oportunidades de trabalho, lazer e arrendamento de habitação, ou seja, têm efeitos perversos que atingem a sua autoestima e os seus direitos. Embora tais estereótipos não correspondam ao pensamento da totalidade da população portuguesa, os danos que provocam são dolorosos.

É imperativo destacar que em Portugal vigora uma lógica não discriminatória e de acolhimento igualitário entre cidadãos nacionais e estrangeiros legalmente residentes, pelo que à partida não deveria comportar nenhum tipo de discriminação. Conforme Policarpo e Costa (2012), a grande maioria dos portugueses reconhece a importância que a contribuição dos imigrantes, principalmente das mulheres imigrantes, traz a esta nação. Contudo, estas discriminações subsistem de forma diversa e “atingem a mulher e impedem, de facto, o acesso a uma cidadania plena” (MARQUES & GÓIS, 2012: 74). Nestes termos, ainda que a condição de imigrante não seja, por si só, causadora de violências de gênero, tal condição, em determinadas circunstâncias, nas quais se incluem os recortes de gênero, geração, etnia, classe, orientação sexual, nacionalidade, pode contribuir para tal violação, fazendo das mulheres vítimas frequentes.

Resta assinalar que a lógica não discriminatória e de acolhimento igualitário entre cidadãos nacionais e estrangeiros legalmente residentes, expressa num conjunto de políticas públicas vigentes

em Portugal, precisa de ser mais divulgada entre a população imigrante, de modo a prevenir e punir algum tipo de discriminação e diferenciação em função de qualquer variável que estratifique as pessoas. O direito à igualdade de tratamento, à proteção, à migração, precisa ser universal. Afinal de contas, migrar é um direito humano.

5. Bibliografia

- ANTÓNIO, João H. C. (2011). Atitudes face à imigração e aos imigrantes em Portugal. In ANTÓNIO, João H. C., POLICARPO, Vera. *Os imigrantes e a imigração aos olhos dos portugueses: manifestações de preconceito e perspectivas sobre a inserção de imigrantes* (pp.73-92). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- EUROSTAT (2011). *Indicators of immigrant integration: a pilot study*, Eurostat Methodologies and Working Papers. Luxemburgo: European Commission.
- KERGOAT, Daniele (1996). Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: LOPES, M. J. M.; MEYER, D.; WALDOW, V. (Orgs.) *Gênero e saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, pp. 55-61.
- MARQUES, José Carlos & GÓIS, Pedro (2012). *A emergência das migrações no feminino: feminização das migrações de (e para) Portugal e suas consequências sociopolíticas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- MIRA, Rita (2017). *O arquétipo da princesa na construção social da feminilidade*. Lisboa: Edições Colibri.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (2002). *Relatório mundial sobre violência e saúde*. Genebra: Ed. E. G. Krug, OMS.
- POLICARPO, Verónica & COSTA, Leonor Pereira da (2011). Imigração feminina: contacto e percepções de realidades diversas (pp. 133-166). In ANTÓNIO, João H. C & POLICARPO, Vera. *Os imigrantes e a imigração aos olhos dos portugueses: manifestações de preconceito e perspectivas sobre a inserção de imigrantes*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- QUEIROZ, Camila Craveiro da Costa Campos (2018). *Os estereótipos também envelhecem? Uma análise descolonial das intersecções entre racismo, sexismo e idadeismo, a partir das vivências de migrantes brasileiras em Portugal*. Dissertação de Mestrado. Braga: Universidade do Minho.
- RAMOS, Maria da Conceição Pereira (2013). Globalização e multiculturalismo. *Revista Eletrónica Inter-Legere* "Políticas públicas, teorias e experiências", 13 (jul/dez), 75-101.
- RAMOS, Maria da Conceição Pereira & PATRÍCIO, Olívio (2015). Riscos laborais de homens e mulheres migrantes e segurança no trabalho (pp. 2948-2955). In *Livro de Atas do 1.º Congresso da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa, 2015*. Lisboa: Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa. Lisboa: CONLAB.
- RAMOS, Natália (2004). *Psicologia clínica e da saúde*. Lisboa: Universidade Aberta.
- RAMOS, Natália (2008). *Saúde, migração e interculturalidade: perspectivas teóricas e prática*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB.
- RAMOS, Natália (2009). Saúde, Migração e Direitos Humanos. *Mudanças – Psicologia da Saúde*. 17 (1), 1-11.
- RAMOS, Natália (2011). Gênero e migração: Dinâmicas e políticas sociais, familiares e de saúde (pp. 263-282). In Boschila, Roseli & Andrezza, Maria Luísa. *Portuguesas na diáspora. Histórias e sensibilidades*. Curitiba: Editora UFPR.
- RAMOS, Natália (2014). Migração, tráfico de pessoas e trabalho doméstico. *Revista Políticas Públicas*, 18 (2), 425-438.

- RAMOS, Natália (2015). Famílias migrantes nas cidades interculturais: acolhimento, solidariedade e saúde (pp 2956-2968). In *Livro de Atas do 1.º Congresso da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa*, 2015. Lisboa: CONLAB.
- RAMOS, Natália & FRANKEN, Ieda (2018). Cidadania e direitos aprisionados de brasileiros imigrantes ilegais na Suíça: Implicações na saúde e qualidade de vida. *Revista Ambivalências*. 6 (11), 9-34.
- SAFFIOTI, Heleith I. B (2004). *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- SANTOS, Clara Almeida (2007). *Imagens de mulheres imigrantes na imprensa portuguesa: análise do ano 2003*. Dissertação de Mestrado. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS (2016). *Relatório de Imigração. Fronteiras e Asilos*. Lisboa: SEF.
- UNITED NATIONS (2011). "Trends in international migrant stock: migrants by age and sex". [On line]. Disponível em: http://www.un.org/esa/population/migration/CD-ROM%20DOCUMENTATION_UN_MigrantStock_2010.pdf. [Acedido em: 30/05/2018]
- XAVIER, Maria (2007). *Redescobrimo o Brasil: processos identitários de brasileiros em Portugal*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Instituto Superior do Trabalho e da Empresa.
- ZLOTNIK, H. (1995). "The South to north migration of woman". In *International Migration Review*, Vol. XXIX (1), 229-454.

SUB-REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA NO BRASIL: REFLEXOS DE UMA CULTURA PATRIARCAL?

Maria Mary FERREIRA

Universidade Federal do Maranhão; UNESP/FCLAr.

mmulher13@hotmail.com

Resumo

Esta investigação, de cunho teórico, busca refletir a sub-representação feminina no Brasil e de que forma a cultura patriarcal contribuiu para reforçar a atual exclusão das mulheres na política brasileira. Ao longo da construção do Estado brasileiro, as mulheres foram alijadas dos espaços de decisão. Políticas Públicas implementadas nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva favoreceram a ascensão de Dilma Rousseff, porém, o conservadorismo e o patriarcado renovado nas relações políticas conservadoras que marcam a vida do Congresso Nacional, conduzidos pela elite, sustentados pela mídia, pelos setores do judiciário e pelas bancadas fundamentalistas, contribuíram para o retrocesso político que culminou com o golpe de 2016. O desdobramento desse golpe se faz sentir na eleição de 2018 quando os brasileiros optaram por um projeto ultraconservador, tendo em vista que o Presidente eleito representa um projeto que anula os ganhos políticos conquistados no período de 2013-2015. Os dados que ilustram esse estudo são parte de pesquisa de campo realizadas em 2006, 2010, 2014 e 2016, que permitem confrontar os indicadores do Tribunal Regional Eleitoral disponíveis através de reflexões e análises de matérias jornalísticas colhidas na mídia.

Palavras-chave: Patriarcado; Gênero; Sub-representação; Dilma Rousseff; Brasil.

Abstract

This theoretical research seeks to reflect the female under-representation in Brazil and how the patriarchal culture contributed to reinforce the current exclusion of women in Brazilian politics. Throughout the construction of the Brazilian State, women were left out of decision spaces. Public policies implemented in the governments of Luiz Inácio Lula da Silva favored Dilma Rousseff's rise, but conservatism and renewed patriarchy in conservative political relations that mark the life of the National Congress, led by the media-supported elite, the judiciary and by the fundamentalist congressional benches, contributed to the political setback that culminated in the 2016 coup. The split of this coup is felt in the 2018 election when the Brazilians opted for an ultra conservative project, since the President-elect represents a project that nullifies the political gains made in the period 2013-2015. The data that illustrates this study are part of the field research carried out in 2006, 2010, 2014 and 2016, which allow comparisons with available TRE indicators with reflections and analyzes of journalistic material collected in the media.

Key words: Patriarchate; Genre; Sub-representation; Dilma Rousseff; Brazil.

1. Introdução

A eleição de Dilma Rousseff, em 2010, para o principal cargo de poder no Brasil, criou a falsa imagem de que o país, no Século XXI, alcançou patamares de igualdade de gênero. Porém, o impeachment que destituiu a presidenta Dilma Rousseff do poder demonstra que a democracia no Brasil nunca foi consolidada e a igualdade de gênero é um projeto distante de ser concretizado. O

processo que culminou com o golpe foi coberto de falhas, fazendo emergir um discurso conservador, patriarcal e machista que se acirrou, ainda mais, nas eleições de outubro de 2018, favorecendo a vitória do candidato ultraconservador Jair Bolsonaro, do PSL.

O desgaste promovido pela mídia nacional ao governo de Dilma Rousseff, desde a sua posse, em janeiro de 2014, não se resumiu apenas as críticas à sua política econômica. Foram disseminadas de forma negativa imagens que expuseram a presidenta em muitas situações vexatórias, pouco convencionais, mostrando imagens de desequilíbrio e insegurança.

O desdobramento do golpe, ou as consequências do mesmo, trouxeram à tona a vitalidade do patriarcado expresso nos discursos e ações do presidente empossado, Michel Temer que, ao assumir o cargo, não nomeou nenhuma mulher para os ministérios e proferiu declarações que evidenciaram a visão conservadora do grupo que hoje comanda o país. O impeachment da presidenta Dilma Rousseff fez emergir o debate sobre o patriarcado e as dificuldades das mulheres em ascender ao poder. Por essa razão, o debate sobre as categorias “sub-representação” e “patriarcado” são pertinentes para compreender a dimensão do golpe de 2016 no Brasil, e analisar como a cultura machista e patriarcal que perpassam a vida política brasileira incide sob a sub-representação das mulheres nos espaços de poder ao criar no imaginário social a ideia de que as mulheres não são afeitas ao poder, ou não tem as qualificações adequadas para dirigir os destinos do país, fato que não se justifica em virtude das brasileiras terem mais tempo de estudo e serem hoje a maioria nos cursos de mestrado e doutorado, estão portanto aptas a assumirem cargos na gestão pública, assim como na privada.

A forma como foi forjada a ideia de que Dilma não tinha capacidade para comandar o Estado, demonstra que a cultura patriarcal, machista e misógina foi construída pela imprensa e pela elite brasileira, delineada enquanto branca, racista, excludente e machista. As matérias jornalistas e os discursos veiculados na mídia traduzem essa visão que se espalhou na sociedade brasileira, de norte a sul do Brasil, através de veiculações nas Revista Veja, Folha de São Paulo, Revista Época, Rede Globo e seus diversos canais de comunicação, Rádio Jovem Pan, principalmente. Esses canais de comunicação trabalharam diuturnamente para enfraquecer o governo de Dilma Rousseff, com a perspectiva de construir o golpe. Observamos, a partir de um conjunto de matérias analisadas, que a ação da mídia direcionada para desgastar a imagem da Presidenta teve um efeito devastador, além de forjar o golpe, contribuiu para a desvalorização das mulheres na política. Considero também que o número pouco expressivo de mulheres eleitas, em 2014, para os cargos de deputadas estaduais, federais e senado, também refletiu o desgaste da Presidenta eleita e a exposição das mulheres, principalmente naquelas que tiveram atuação mais aguerrida no parlamento, veja os exemplos da deputada Maria do Rosário e da senadora Gleici Hoffmann, do Partido dos Trabalhadores e da senadora Vanessa Grazziotin do Partido Comunista do Brasil, que foram agredidas em muitas situações no Congresso.

A proposta desse estudo é refletir sobre a sub-representação das mulheres na política do Brasil. Nessa comunicação buscamos discutir dois conceitos chaves: cultura patriarcal e sub-representação das mulheres no contexto da sociedade brasileira, para assim contribuir com o debate sobre os rumos que tem tomado esse país na última década. Trata-se de um estudo qualitativo,

construído a partir de dados de pesquisas que desenvolvo no Brasil e em especial no Maranhão com foco nas relações de gênero, no feminismo e na cultura.

2. Sub-representação das Mulheres no Brasil: um diálogo com as categorias patriarcal e sub-representação feminina para refletir sobre os paradoxos de uma democracia interrompida e inconclusa

Para compreender como essas relações se mantêm na política brasileira, trago algumas reflexões sobre o conceito de patriarcal que explicam a permanência de relações desiguais, hierarquizadas e a naturalização da violência contra as mulheres, que perpassa a vida privada e se insere na vida pública, cerceando o direito das mulheres de exercerem a cidadania.

2.1 Patriarcal: uma categoria que explica a exclusão de mulheres na Política

A categoria patriarcal, na última década, vem sendo recuperada pelas pesquisadoras e estudiosas feministas e tem provocado inúmeros debates nos movimentos em virtude de ser um conceito estratégico para explicar a permanência das relações de subalternidade que mantêm as mulheres subordinadas às relações de violência. Essa categoria explica, em grande parte, como as mulheres são levadas a se submeterem a situações de violência, tendo em vista que o maior número dessas violências se efetivam nos espaços domésticos ou privados. Seus reflexos, entretanto, perpassam essas esferas para se inserir na vida pública criando mecanismos que irão excluir as mulheres dos espaços de decisão e de poder.

Ao buscar um entendimento de como o patriarcal se proliferou no mundo ocidental, alimentou-se e se mantém vivo nos dias atuais, encontramos nos estudos da Mary Wollstonecraft algumas explicações que merece uma atenção maior de nossa parte. Quando escreveu seu livro "*Reivindicação dos Direitos das Mulheres*", a autora já nos alertava sobre o problema, no Século XVIII. O livro reflete como as mulheres foram excluídas da vida social e pública na Inglaterra. No debate apresentado, a autora faz severas críticas ao pensamento de Jean Jacques Rousseau que considerava as mulheres incapazes de exercer cargos na vida pública, sua visão sobre as mulheres é extremamente conservadora e patriarcal, vejamos o que dizia a autora:

[...] Rousseau declara que uma mulher não deveria, nem por um momento, sentir-se independente, que ela deveria ser governada pelo temor de exercitar sua astúcia natural e feita uma escrava coquete, a fim de tornar-se um objeto de desejo mais sedutor, uma companhia mais doce para o homem, quando este quiser relaxar. [...] Que bobagem! Quando surgirá um grande homem com força mental suficiente para dissipar a névoa que o orgulho e a sensualidade têm espalhado sobre o assunto? Se as mulheres são, por natureza, inferiores aos homens, suas virtudes devem ser as mesmas em relação à qualidade, se não ao grau, ou então a virtude é uma ideia relativa; conseqüentemente, sua conduta deveria ser fundamentada nos mesmos princípios e ter os mesmos objetivos. (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 47).

Como podemos observar a partir da crítica de Wollstonecraft, a visão da sociedade sobre as mulheres, expressa nas palavras de Rousseau, é que ela era vista como um ser inferior que tinha

como única função servir aos desejos dos homens, entretê-los, obedecê-los, sofrer calada as injustiças:

[...] Os homens dependem das mulheres somente por conta de seus desejos; as mulheres dependem dos homens em virtude tanto dos desejos como de suas necessidades, Nós poderíamos viver melhor sem elas, do que elas sem nós. [...] A primeira e mais importante qualificação em uma mulher é uma boa natureza ou a suavidade de caráter: formada para obedecer a um ser tão imperfeito como o homem, frequentemente cheio de vícios e imperfeições, ela deve aprender cedo até mesmo a sofrer injustiças e suportar os insultos de um marido sem se queixar; não em consideração a ele, mas a si própria, ela deve ter um temperamento apazível (ROUSSEAU apud WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 109-113).

As falas desse pensador, considerado um dos grandes intelectuais do Século XVIII, autor de obras de referência como “*O Contrato social*” reproduz o conservadorismo da sociedade da época sobre as mulheres. Seus escritos aprofundam a visão patriarcal e preconceituosa que foi forjada sobre as mulheres ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX e se espalha no Século XXI tendo em vista os indicadores de violência de gênero e a sub-representação das mulheres na política. É equivocado pensar que o domínio dos homens sobre as mulheres é algo natural, próprio da condição sexual de cada um. Na verdade, o patriarcado tem sido uma construção histórica. Foi construído cultural, social, política e economicamente durante muitos séculos, à medida que as sociedades humanas tornavam-se mais elaboradas e complexas. Embora milenar, não deixou de existir, ao contrário, renovou-se e isto é perfeitamente visível nos escritos de Rousseau, e fortaleceu-se conforme as sociedades avançaram na modernidade. Os dados eleitorais retram este fortalecimento quando em grande parte das nações as mulheres estão subrepresentadas.

Ao analisar a situação das mulheres nas esferas públicas, observamos que muitos países vêm alterando as relações patriarcais no âmbito dos espaços de poder e decisão, principalmente na esfera dos legislativos, porém, é visível que a sociedade concentrou o poder nas mãos dos homens, são eles que dominam a economia e a política na maior parte dos países do mundo, embora tenhamos exceções em alguns países como Alemanha, cujo comando político está sob a responsabilidade de Angela Merkel há mais de uma década.

O patriarcado se manifesta na política quando são os homens que assumem os principais cargos de decisão no mundo público: deputado, senador, vereador, gerente de loja, reitor das universidades, secretários de estado, donos dos grandes empreendimentos econômicos, gerente dos postos de gasolina e dos supermercados, ou seja, os homens estão à frente da maior parte dos negócios, empreendimentos, decisões políticas, assim como na vida privada ao assumir a posição de “dono”, “senhor”, julgam-se proprietários das mulheres, assim como dos filhos, das suas empresas e dos bens que possuem. No privado a palavra final, em geral, é dada ao homem que decide os destinos da família. Assume, como enfatiza Saffiotti (1996, p.37), “a posição de caçador, comportam-se como sujeito desejante em busca de sua presa”. É o seu desejo e vontade que prevalece e as mulheres, em muitas situações, se submetem.

Esse comportamento desviante não foi adquirido com o nascimento, porque nenhum homem nasce violento, dono da verdade, e senhor das mulheres, enfatiza Saffiotti (1987) esse senso de dominador foi desenvolvido pela cultura patriarcal que ensina aos meninos desde cedo a ter posições

de mando, desde cedo são ensinados a serem determinados e a dominar, inclusive as mulheres. É por meio desse tipo de cultura que a sociedade incute nos homens e nas mulheres os valores da dominação, da submissão e da subordinação, conforme enfatiza Biroli (2018, p. 43).

As relações de autoridade que produzem a subordinação das mulheres são tecidas por múltiplos fatores. A dupla moral sexual, a tolerância à violência que as atinge por serem mulheres, a ideologia maternalista e os limites para o controle autônomo de sua capacidade reprodutiva são alguns deles. A divisão sexual do trabalho apresenta-se como variável específica (ainda que não independente), determinante para compreensão de como se organizam as hierarquias de gênero.

A situação de subalternidade das mulheres forjada na sociedade patriarcal contribuiu para que sua voz não tenha ressonância. Suas falas e expressões aparecem apenas quando estão sob delegação de algum cargo de poder, (reitora, senadora, deputada, vereadora, delegada, gerente, chefe de setor), ainda assim, é com muito esforço que suas vozes repercutem. O machismo exacerbado impede que as mulheres sejam ouvidas, consideradas iguais e com capacidade e determinação para definir rumos, caminhos para a sociedade. É como se estivessem sempre seguindo a sina descrita na fala de Pitágoras quando declara: “uma mulher em público está sempre deslocada”.

Essa situação de subalternidade incide sobre as atribuições sociais das mulheres contribuindo para que o masculino se sobreponha ao feminino. O exemplo mais claro desta situação foi o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, usurpada de seu mandato por um golpe, capitaneado por homens, brancos e ricos que ocupam a maior parte das cadeiras do Congresso Nacional sob a justificativa de um “crime” denominada de “pedaladas fiscais” que todos os ex-presidentes que a antecederam já haviam cometido e o mais grave ainda, o presidente que a sucedeu legalizou o “crime” em uma clara afronta a inteligência dos brasileiros e brasileiras. A violência sofrida por Dilma Rousseff, reflete em todas as mulheres. Não é por acaso que os índices de estupros e feminicídios, aumentaram assustadoramente após o golpe.

O conceito de patriarcado explica a sujeição das mulheres tendo como princípio o exercício do poder dos homens, construído a partir das relações de dominação. Pode ser compreendido como um sistema de dominação e exploração das mulheres pelos homens desde o controle de sua sexualidade, perpassando os espaços públicos e privados a partir das estruturas de poder que coisificam a mulher, anulando sua importância no contexto social e político.

Ao discutir essa categoria Weber (2005), em seu livro *Economia e sociedade*, enfatiza que o patriarcado retrata uma situação em que a dominação é exercida por uma só pessoa, em geral o pai, chefe de família que de acordo com regras estabelecidas hereditariamente e fundamentada, na maioria das vezes, pelo domínio da condição econômica, esse pai ou chefe de família mantém uma relação de total domínio e poder sobre os demais membros da família ou sobre a comunidade em que vive.

Weber nos explica ainda que essa dominação se mantém apoiada em bases jurídicas onde se funda a legitimidade. Em relação às mulheres essa dominação também se sustenta através dos preceitos religiosos que, dependendo da interpretação do grupo ou tendência religiosa, reforça a submissão das mulheres e seu enclausuramento ao mundo doméstico.

Por fim, é importante ressaltar que a dominação patriarcal se sustenta na crença da supremacia masculina, nos poderes senhoriais dos homens, vistos como senhores que ordenam e súditos que aprendem desde cedo a obedecer—a partir de uma tradição forjada na cultura, na educação das crianças, passado de geração em geração. (WEBER, 2005, p.184). Isso explica, em grande parte, a situação de subalternidade em que se encontram as mulheres que por não terem seu trabalho valorizado, ficam à mercê da relação de domínio do marido, que se vê como provedor e, por esta razão, exerce o poder de mando e domínio sobre as mulheres e as crianças.

Uma boa contribuição para o debate sobre patriarcado vem das teorias de Pateman (1993) no seu livro: “*O contrato sexual*”. A autora traz as concepções dos liberais contratualistas de que os homens nascem livres e são iguais entre si, são indivíduos dotados de direitos políticos que têm discernimento e, portanto, podem fazer suas escolhas através da razão, não mais por explicações místicas, como era nos regimes patriarcais em que o poder do patriarca era justificado pela tradição, sendo então o patriarcado abolido pelas sociedades modernas capitalistas de forma gradativa. Porém, Pateman (1993) afirma que isso não se sucedeu uma vez que o patriarcado se restabeleceu na sociedade moderna se reconstituindo nas relações afetivas e no confinamento das mulheres ao mundo do privado.

No seu livro Pateman (1993) critica o contrato social de Jean Jacques Rousseau ao dizer que a história do contrato social é apresentada como uma história de liberdade, em que os homens, no estado natural, trocam as inseguranças pela liberdade civil salvaguardada pelo Estado. No contrato sexual de Pateman, a autora reflete a história da sujeição, dominação dos homens sobre as mulheres, na qual o direito masculino se efetiva no livre acesso aos corpos das mulheres, no cerceamento de sua liberdade civil e se traduz nos limites impostos pelos liberais que, desde o princípio, limitou os direitos das mulheres, não os universalizando.

A história do contrato sexual é sobre relações (hetero) sexuais e sobre mulheres personificadas como seres sexuais. A história nos ajuda a compreender os mecanismos através dos quais os homens reivindicam os direitos de acesso sexual e de domínio dos corpos das mulheres. Além disso, as relações heterossexuais não estão limitadas à vida privada. (PATEMAN, 1993, p. 36).

Desse modo, podemos afirmar que o conceito de patriarcado explica os processos de exclusão das mulheres na sociedade, permite compreender como a diferença sexual tem sido convertida em diferença política para naturalizar a sujeição das mesmas. Explica também como a condição de dependência econômica das mulheres contribui para mantê-las subjugadas ao marido, ou companheiro. Através do patriarcado é possível compreender como os homens constroem suas relações de domínio sobre as mulheres na medida em que se representam acima das mesmas, anulando suas iniciativas e singularidades. Para Beauvoir (1986, p.13):

O homem representa a um tempo o positivo e o neutro, a ponto de dizermos “os homens” para designar os seres humanos, tendo-se assimilado ao sentido singular do vocabulário vir o sentido geral da palavra homo. A mulher aparece como negativo, de modo que toda determinação lhe é imputada como limitação, sem reciprocidade.

As ideias expressas por Beauvoir (1986) permitem compreender o processo de impedimento da presidenta Dilma Rousseff coordenado por homens que sempre dominaram o cenário político brasileiro. São homens que representam a elite conservadora que não concebe as mulheres enquanto sujeito político.

2.2 A sub-representação das mulheres no Brasil e seus reflexos no Golpe de 2016

A sub-representação feminina é um conceito que denota a discrepância entre eleitorado feminino e o número de mulheres eleitas. No Brasil está relacionada aos números ínfimos de mulheres eleitas nos pleitos para os diversos cargos de poder e representação, considerando, ser as mulheres, maioria do eleitorado no país.

Ao afirmar que as mulheres são sub-representadas o fazemos a partir dos dados eleitorais quando se percebe que apenas 9,8% das mulheres que se candidataram foram eleitas para a Câmara Federal nas eleições de 2014. A sub-representação feminina é reflexo das condições que precedem os pleitos eleitorais: está nas relações patriarcais de convivência nos partidos, fator determinante com o intuito de desestimular a presença das mulheres nos campos de decisão partidária, está também na cultura do silêncio que lhes foi imposta e na educação de gênero, que impõe às mulheres assim como aos homens, valores que subestimam as mulheres, desqualificam sua opinião e desestimulam seu exercício de cidadã. Para Ferreira (2015, p. 215):

A sub-representação feminina também está relacionada, entre outros fatores, a resistências e preconceitos presentes nas organizações partidárias, no acesso seletivo aos recursos econômicos e sociais. Isso é perfeitamente passível de comprovar pelos valores arrecadado pelas mulheres nas campanhas eleitorais em relação aos homens.

Ao analisar as eleições de 2008 em Belém do Pará¹ segundo estudos de Figueira e Alvares (2012) as mulheres arrecadaram apenas 10% dos recursos privados em relação aos homens. Esses dados ajuízam a realidade das eleições de todos os Estados brasileiros. Segundo os pesquisadores "Hoje quem financia as campanhas é um conjunto de interesses privados. Essas candidaturas [de negros, índios e mulheres] normalmente são minoritárias, têm menos recursos e menos espaço na mídia". (FIGUEIRA; ALVARES, 2012, p. 234).

Nas eleições de 2018, com o fim do financiamento privado das campanhas, os Partidos passaram a receber recursos para financiar as campanhas eleitorais de seus candidatos, embora ainda seja prematura para avaliar os resultados finais destas eleições, entretanto, muitas mulheres que se candidataram denunciaram seus partidos pela discriminação da distribuição dos recursos públicos nessa eleição.

Para entender a sub-representação das mulheres na política brasileira é importante não perder de vista as relações patriarcais, como mencionado no item anterior, e os preconceitos de gênero,

¹ Estou me referindo a Capital do Estado do Pará que fica no Norte do Brasil.

marcas da discriminação sexual que são submetidas as mulheres de forma irracional. O tratamento discriminatório, obcecado pelas diferenças entre homens e mulheres, não deveria ser justificado com suporte em diferenças sexuais, uma vez que esta tem sido uma das justificativas para mantê-las distanciadas dos espaços de poder.

Os discursos recorrentes na sociedade veicularam a crença de que: “as mulheres não gostam de política”, ou “as mulheres não sabem fazer política”. Mas, falta a sociedade debater sobre se as mulheres têm tempo de fazer política partidária e sindical, por exemplo, a sobrecarga de trabalho, a dupla jornada de trabalho e a forma como os partidos se organizam, excluem as mulheres deste tipo de atividade e dificulta seu reconhecimento enquanto protagonistas. Isso apenas confirma o fato de que os preconceitos e os estereótipos tradicionais a respeito dos supostos papéis atribuídos aos homens e às mulheres ainda continuam a ser regra em toda a conjuntura social. Ao comentar o problema Ferreira (2015, p. 221) enfatiza ainda que:

O aprisionamento das mulheres ao mundo doméstico, mesmo quando exercem atividades fora de casa, tem contribuído para o afastamento das mulheres da política formal e dos partidos. Embora muitos avanços tenha ocorrido neste sentido, especialmente acerca dos arranjos familiares, as tarefas domésticas e a socialização e inserção dos filhos permanecem como atribuições das mulheres, e este é um dos principais empecilhos para sua inserção na vida partidária, caminho que leva aos cargos de representação política.

Além dessas explicações acima mencionadas, a pesquisadora Ana Alice Costa (1999) acrescenta que a baixa representação feminina está relacionada à construção do processo liberal democrático que não consegue perceber as mulheres como parte da sociedade. Além disso, a conquista tardia do voto feminino também influenciou no imaginário social a ideia de que política e voto não são compatíveis com as mulheres.

Os esforços das mulheres brasileiras para alterar as desigualdades de gênero na política se intensificaram no final do século XX, quando os movimentos feministas passaram a fazer veladas críticas e a questionar o “Estado democrático” e a exclusão das mulheres nos espaços de poder. Ao questionarem o “Estado democrático” as feministas denunciavam a sub-representação das mulheres na política trazendo ao mesmo tempo um conjunto de questões ainda não atendidas pelo Estado brasileiro. Vale destacar que é na década de noventa que as primeiras ações efetivas começam a ser implementadas para mudar o quadro de desigualdade de gênero na política. Isto se dá com a inserção de cotas de 25% para um sexo diferenciado em 1995. Dois anos depois, Lei Nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 que estabelece normas para as eleições daquele ano. Nesta Lei a política de cotas é alterada para 30%, entretanto, não foi efetivado garantias para o cumprimento das legislações que criaram a políticas de cotas para a igualdade de gênero no Brasil.

Mas, é importante ressaltar que a situação das mulheres passou a ter maior atenção com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, eleito em 2002. Ao definir seu ministério esse presidente indica várias mulheres para assumir postos nos Ministérios, houve então um aumento real de representação feminina em cargos decisórios e maior reconhecimento das mulheres no poder. Quatro mulheres assumem cargos no Ministério de Lula: **Benedita da Silva – Assistência e Promoção Social; Dilma**

Rousseff – Minas e Energia; Marina Silva – Meio Ambiente; Emília Fernandes – Secretaria Nacional de Direitos da Mulher.

É importante lembrar que nos governo de Itamar Franco (1992-1994), a única mulher a assumir de fato uma pasta foi Luiza Erundina, que comandou a Secretaria de Administração Federal por 5 meses após a saída de Osiris de Azevedo. No governo de Fernando Collor (1990-1992) duas mulheres assumem cargos ministeriais: Margarida Maia Procópio que assumiu o Ministério da Ação Social e Zélia Cardoso de Mello que assumiu o importante Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, fato que causou grande repercussão no cenário político brasileiro de então.

A ascensão de Dilma Rousseff na política brasileira se dá quando o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva lhe indica para o Ministério **Minas e Energia e, posteriormente, para o Ministério da Casa Civil em substituição ao ex-ministro José Dirceu. Segundo notícias veiculadas na imprensa e entrevista de auxiliares mais diretos** o estilo "trator" de Dilma, e sua fama de durona e trabalhadora ganhou pontos com Lula por ter, na visão dele, colocado o setor energético "em ordem" após o apagão de 2001 durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Os comentários da imprensa são bem ilustrativos quando da nomeação de Dilma em 2005:

Será a primeira mulher a chefiar a Casa Civil na história. Dirceu avalia que Dilma tem um perfil "desenvolvimentista" e pode manter contraponto ao "monetarista" ministro da Fazenda, Antônio Palocci Filho, que chegou a ser cogitado para a Casa Civil. Apesar de esses rótulos serem uma definição pouco precisa, Dirceu e a cúpula do PT avaliaram que a escolha de Dilma evitaria a concentração hegemônica de poderes em Palocci. (ALENCAR, 2005, p.1).

É importante ressaltar que a nomeação de Dilma Rousseff, em 2003, para Ministra das Minas e Energia, surpreendeu por ser uma mulher pouco conhecida no cenário nacional, e por não pertencer aos quadros tradicionais do Partido dos Trabalhadores, porém, suas falas pontuais na construção do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e nos projetos envolvendo energia elétrica repercutiam de forma positiva no cenário político. Sua nomeação em 2005 para Ministra da Casa Civil consolida seu poder junto ao Presidente Lula. As matérias jornalistas veiculadas pela grande imprensa nacional e internacional em 2005 reforçaram uma imagem de mulher forte e competente.

Sua indicação para suceder Lula na eleição de 2010 refletiu seus esforços na coordenação dos principais projetos de desenvolvimento do País, entre os quais o Pacto de Aceleração de Crescimento – PAC que se constituiu como um plano audacioso do governo federal para estimular o crescimento da economia brasileira, através do investimento em obras de infraestrutura (portos, rodovias, aeroportos, redes de esgoto, geração de energia, hidrovias, ferrovias, etc.). Foi responsável por mudanças substanciais na economia e alterou as relações sociais em todo o País.

Ao assumir o mandato de Presidenta em 2011 as mulheres passaram a ter maior expressão no governo de Dilma Rousseff. Nove mulheres são nomeadas para os ministérios: Ideli Salvatti (PT-SC) - Ministério da Pesca; Maria do Rosário (PT-RS) - Secretaria de Direitos Humanos; Miriam Belchior (PT-SP) - Ministério do Planejamento, Luiza Helena de Bairros (PT) - Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial, Tereza Campello (PT) - Ministério do Desenvolvimento Social, Iriny Lopes (PT-ES) - Secretaria Especial e Políticas para as Mulheres, Izabella Teixeira - Meio Ambiente, Ana de Hollanda - Ministério da

Cultura e Helena Chagas - Secretária de Comunicação Social. As críticas que recebeu quando a nomeação das mulheres denotam a real dimensão do conservadorismo da imprensa e de outras instituições nacionais.

2.3 A sub-representação das mulheres no Congresso Nacional e seu reflexo sobre o Golpe de 2016

Ao observarmos com mais atenção o quadro de mulheres e homens eleitos em 2014, constatamos que as mulheres não conseguiram ocupar nem mesmo 10% das 513 cadeiras que compõe a Câmara Federal. A Tabela 1 demonstra que a ascensão das mulheres no Legislativo Federal é lenta.

É visível a sub-representação das mulheres na política brasileira. O número pouco representativo de mulheres eleitas surpreende, também, em virtude das políticas públicas de igualdade de gênero que foram investidas tanto nos dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva, (2003-2006; 2007-2010), assim como no primeiro mandato do governo Dilma (2011-2014). Surpreende inclusive, pelo fato de que em praticamente toda a América Latina as mulheres terem superado os indicadores de sub-representação: Argentina, México, Costa Rica, Bolívia, Equador entre outros países as mulheres alcançaram patamares que aproximou as mulheres da paridade política. Na Bolívia as mulheres representam no atual contexto 53% do Congresso daquele país.

Tabela 1 – Representação feminina na Câmara Federal no Brasil – 1995-2018.

PERÍODO LEGISLATIVO	DEPUTADAS	DEPUTADOS	TOTAL
2015-2018	51	462	513
2011-2014	45	468	513
2006-2010	45	468	513
2003-2006	42	471	513
2002-1999	28	485	513
1998-1995	34	479	513
TOTAL	255	2833	

Fonte: Dados Pesquisa Mary Ferreira, 2018.

A tabela 1 mostra a lentidão como esse processo vem se alterando no Congresso Brasileiro e a dificuldade das mulheres conquistarem os espaços, considerados ainda inacessíveis a exemplo da política. Observamos que em 1994 foram eleitas 34 mulheres e 479 homens o que corresponde a apenas 7,4%, ou seja, em vinte anos as mulheres praticamente não alteraram as relações patriarcais dentro da política brasileira. Acreditamos que uma maior presença feminina na política impactaria muito na formulação de políticas públicas. Nos estudos que realizamos com vereadoras e vereadores, em sete município maranhenses, constatamos que os projetos que beneficiam mais

diretamente a população feminina foram iniciativas de vereadoras. Um número maior de mulheres na Câmara Federal também impactaria diretamente em questões de políticas públicas, ou seja, daria mais atenção a situações do déficit das creches, da descriminalização do aborto, no aumento da licença de paternidade, nas campanhas de combate a violência de gênero, entre outras questões que afetam a população feminina. (FERREIRA, 2010; 2015; 2017).

O número pouco representativo de mulheres eleitas em 2014, e um número expressivo de evangélicos, latifundiários e policiais eleitos que passaram a constituir a “bancadas da bala”, grupo ultraconservador que dominou o Congresso Brasileiro na gestão de Dilma Rousseff, contribuiu em grande parte para o desgaste do governo, culminando com o golpe de 2016 mascarado de impeachment. Na tabela II podemos observar com mais clareza como foi sendo construído o golpe de 2016, passo a passo. Esse golpe teve desdobramentos inesperados que hoje colocam em risco a democracia brasileira com a eleição de Jair Bolsonaro do PSL. A eleição deste Presidente ultraconservador, eleito em clima de grandes conflitos, coloca em risco os ganhos políticos conquistados nos governos de Lula Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, e abre uma possibilidade real de aprovação das contrarreformas que desorganizam a vida social e põe em risco a vida de milhares de brasileiros que dependem dos programas sociais implementados nos governos mencionados.

Tabela 2- Os Passos na Construção do Golpe de 2016 que destituiu a Presidenta Dilma Rousseff

O GOLPE DE 2016: O PASSO A PASSO (2013-2015)	
Junho 2013	O Brasil prepara-se para a Copa das Confederações.
05 de junho	Reportagens de Glenn Greenwald para o The Guardian com base em documentos obtidos por Edward Snowden, ex-consultor da NSA (Agência de Segurança Nacional dos EUA), revelam extenso programa de vigilância norte-americano com monitoramento das comunicações pessoais e corporativas, tanto nos Estados Unidos quanto no exterior.
06 a 13 junho	Manifestações contra o aumento da tarifa de transporte público em São Paulo, organizadas pelo Movimento Passe Livre sofrem violenta repressão da PM.
17 e 20 junho	Grandes manifestações em capitais e outras cidades por melhorias nos serviços públicos, contra gastos na Copa de 2014 e contra a corrupção. Cobertura da grande mídia em tempo real, com mudança da avaliação negativa inicial e crescente apoio às manifestações. Primeiros sinais de rejeição às bandeiras de partidos políticos.
24 de junho	Após reuniões com ministros, governadores e prefeitos e ainda com sindicalistas, líderes de movimentos sociais e membros do Movimento Passe Livre, Dilma anuncia cinco pactos nacionais: pelo transporte público, reforma política e combate à corrupção, pela saúde pública (criação do Programa Mais Médicos), educação (100% dos royalties do petróleo, 50% do pré-sal) e responsabilidade fiscal.
30 de junho	Após o fim da Copa das Confederações, a mídia volta a focar atos de violência e vandalismo das manifestações, apoiando a repressão das PMs aos manifestantes.
2 de Julho	Dilma apresentou ao Congresso temas para a elaboração de plebiscito sobre a reforma política: financiamento de campanha, sistema eleitoral, coligações partidárias, fim do voto secreto no Congresso e fim da suplência de senador. O PMDB não apoiou a iniciativa, que foi rejeitada na Câmara dias depois.

1º de setembro	Reportagem do Fantástico (Rede Globo) com base em documentos da NSA próximos em 2011.
8 de setembro	Nova reportagem do Fantástico revela que a Petrobrás era espionada. 24 de setembro – Presidenta Dilma critica espionagem americana em seu discurso na abertura da Assembleia Geral da ONU.
2014	
Março	Deflagrada a fase ostensiva da Operação Lava Jato, que investiga a Petrobrás. Setembro e outubro – A Lava Jato é utilizada na mídia contra Dilma na campanha eleitoral.
6 de outubro	Primeiro turno das eleições, Congresso eleito é o mais conservador desde 1988
26 de outubro	Segundo turno das eleições presidenciais. Dilma reeleita com mais de 54 milhões de votos.
2015	
1º de fevereiro	Eleição de Eduardo Cunha para a presidência da Câmara dos Deputados, com apoio da oposição a Dilma. Estratégia é de inviabilizar o governo de Dilma.
15 de março	Manifestações contra o governo de Dilma e contra a corrupção mobilizam quase um milhão de manifestantes em mais de 150 municípios brasileiros, convocados pelo Movimento Brasil Livre (MBL), Vem pra Rua, Revoltados Online, partido Solidariedade e SOS Forças Armadas.
19 de março	Senador José Serra apresenta PL 131/2015, com vistas a alterar o regime de exploração do pré-sal. Em 2010, Wikileaks havia revelado conversas de José Serra com lobistas do petróleo.
8 de abril	Votação do PL 4330/2004 na Câmara dos Deputados alcança 324 votos contra 137. O projeto de lei libera a terceirização dos contratos de trabalho para as atividades-fim das empresas. Entidades de trabalhadores denunciam a ameaça aos direitos trabalhistas.
5 de setembro	Conferência Nacional Popular em Belo Horizonte, criação da Frente Brasil Popular reunindo MST, CUT, UNE, UBES, UJS, Levante Popular da Juventude, CPT, Fórum 21, Via Campesina, Marcha Mundial das Mulheres, Movimento da Reforma Sanitária e dezenas de outros movimentos sociais. Lançamento do Manifesto ao Povo Brasileiro pregando a união em torno da defesa da democracia, soberania nacional, integração regional e combate ao neoliberalismo.
4 de novembro	Parecer favorável em Comissão Especial para a PEC 99/2011 que confere às organizações religiosas direitos restritos a determinados representantes do Estado, como o de propor Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIN) ao Supremo.
11 de novembro	Instalação de CPI na Câmara para investigar a atuação da FUNAI e do INCRA na demarcação de terras indígenas e de remanescentes de quilombos.
Novembro de 2015	Movimento de estudantes secundaristas ocupa mais de 200 escolas contra projeto de reorganização proposto pelo governo de Geraldo Alckmin e consegue recuo. Dezenas de escolas ocupadas também em Goiás contra projeto de privatização do ensino.
2 de dezembro	Presidente da Câmara, Eduardo Cunha, autoriza a abertura de processo de impeachment de Dilma, em retaliação ao apoio do PT ao processo de cassação de seu mandato, com base nas informações de contas não declaradas na Suíça.
13 de dezembro	Manifestação a favor do impeachment de Dilma Rousseff, com apoio da FIESP, no dia do aniversário da aprovação do Ato Institucional número 5 (AI-5), em 1968, que consolidou a ditadura civil militar no Brasil.
16 de dezembro	Manifestações reúnem indígenas em Brasília contra a PEC 215/2000 que propõe que seja exclusividade do Congresso a demarcação de terras indígenas e de remanescentes de quilombos.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados e informações disponíveis nas redes sociais

A tabela dois revela bastidores do governo e demonstra o passo a passo da construção do golpe. Seu desdobramento foi capitaneado a partir de três frentes: parlamentares da direita, em especial os que representavam a “bancada da bala”, conforme mencionado, a mídia, liderada principalmente pela Rede Globo e Rede Record que pertence ao maior político evangélico do país, proprietário da Igreja Universal do Reino de Deus e ainda a Revista Veja, baluarte do Golpe de 1964 e Rádio Jovem Pan que prega diuturnamente um discurso fascista contra os Partidos de Esquerda. Aliado a esses dois grandes grupos se soma o Poder Judiciário, capitaneado pelo Supremo Tribunal Federal que funcionou como um tribunal de exceção, e seguiu as ordens da elite econômica que se fez claramente presente pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – Fiesp e seu pato amarelo e pelos seus adeptos, como Paulo Lemman (2015)², o homem mais rico do Brasil que se prevaleceu do golpe para aumentar mais ainda sua enorme fortuna com a compra de parte das ações da Eletrobrás. Essa empresa nacional foi privatizada pelo governo de Temer, logo que assumiu o governo após o impeachment, em um processo criticado por vários setores da sociedade, conforme pode ser observado nas matérias veiculadas na imprensa³ a exemplo de Barrocal⁴ que classifica a privatização de negociata.

3. Considerações finais

A proposta desse texto foi discutir como a cultura patriarcal impregnada nas instituições políticas interfere na representação das mulheres. No Brasil essa cultura foi visível em todo processo que culminou com o impeachment da Presidenta eleita Dilma Rousseff. Porém, não se pode desconsiderar que a lentidão com que as mulheres vêm ascendendo nos espaços de poder a exemplo dos legislativos, refletiu de forma substancial no golpe de 2016. Em estudo recentemente publicado na Revista Diálogos Insubmissos⁵ discuto com mais detalhes o processo do impeachment e a forma como a imagem da Presidenta foi sendo desgastada paulatinamente, pela grande imprensa e pela classe política conservadora, composta majoritariamente por homens brancos, embora se perceba que em todo o processo que muitas mulheres que compunham a bancada de senadoras e deputadas também contribuiu para o desgaste da presidenta. O exemplo mais ilustrativo desta ação denominada por alguns atores políticos como o Dia da Vergonha Nacional foi o processo de aprovação do golpe. Uma vez que o que se viu foi:

O espetáculo político mais caricato já visto no plenário daquela casa legislativa, denota o quão vergonhoso foi ouvir deputados defendendo suas famílias, seus redutos políticos, em nome de uma democracia que nenhum deles acreditava e que era visível em seus semblantes. Alguns deles tiveram que engolir sua afronta ao ser preso na semana seguinte por corrupção depois de declarar que votava pela ética. (FERREIRA, 2018, p.72).

² Jorge Paulo Lemann é quem financia o golpismo? (2015)

³ Na privatização da Eletrobrás, incompetência e irresponsabilidade. Carta Capital. (2018)

⁴ BARROCAL, André. O cheiro de negociata na privatização da Eletrobrás. Carta Capital. 2017

⁵ Estou me referindo ao texto: Movimentos feministas no Brasil e sua ação insubmissa frente ao golpe de 2016, disponível no site: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/debatesinsubmissos/article/view/237868>.

Os desdobramentos após o golpe tem nos mostrado que este episódio não se encerrou naquele momento, o processo de demonização das esquerdas e em especial do Partido dos Trabalhadores, vai trazer um profundo desalento para os setores mais progressistas da sociedade. Observamos que houve um acirramento das relações patriarcais, na medida em que foi sendo forjada a candidatura de Jair Bolsonaro, eleito de forma surpreendente pelos brasileiros.

A candidatura de Bolsonaro trouxe a público a desqualificação dos grupos minoritários: mulheres, negros e indígenas. As ameaças feitas de forma direta, o discurso de ódio estimulado pela candidatura deste militar, arregimentou brasileiros principalmente no sul e sudeste do Brasil. Frases do tipo: “mulher tem que ganhar menos porque engravida” surtiu um efeito negativo na candidatura, porém, não impediu que ele fosse eleito.

Podemos, então, concluir enfatizando que a eleição do atual Presidente da República do Brasil coroa o conservadorismo patriarcal da sociedade brasileira, embora saibamos que muitos elementos podem ser agregados nesse debate para ampliar as análises sobre o momento que vivenciamos nos últimos anos que reflete como o processo foi construído paulatinamente.

Por fim, é importante ainda ressaltar que ao lado destas questões mencionadas, destacamos os atos de resistências protagonizados pelos movimentos feministas em todo País, movimentos como ELE NÃO! Construído das lutas feministas no Brasil, se espalhou por vários países da Europa e África, mostrando a solidariedade feminista no mundo e a preocupação com os destinos dos brasileiros.

4. Referências

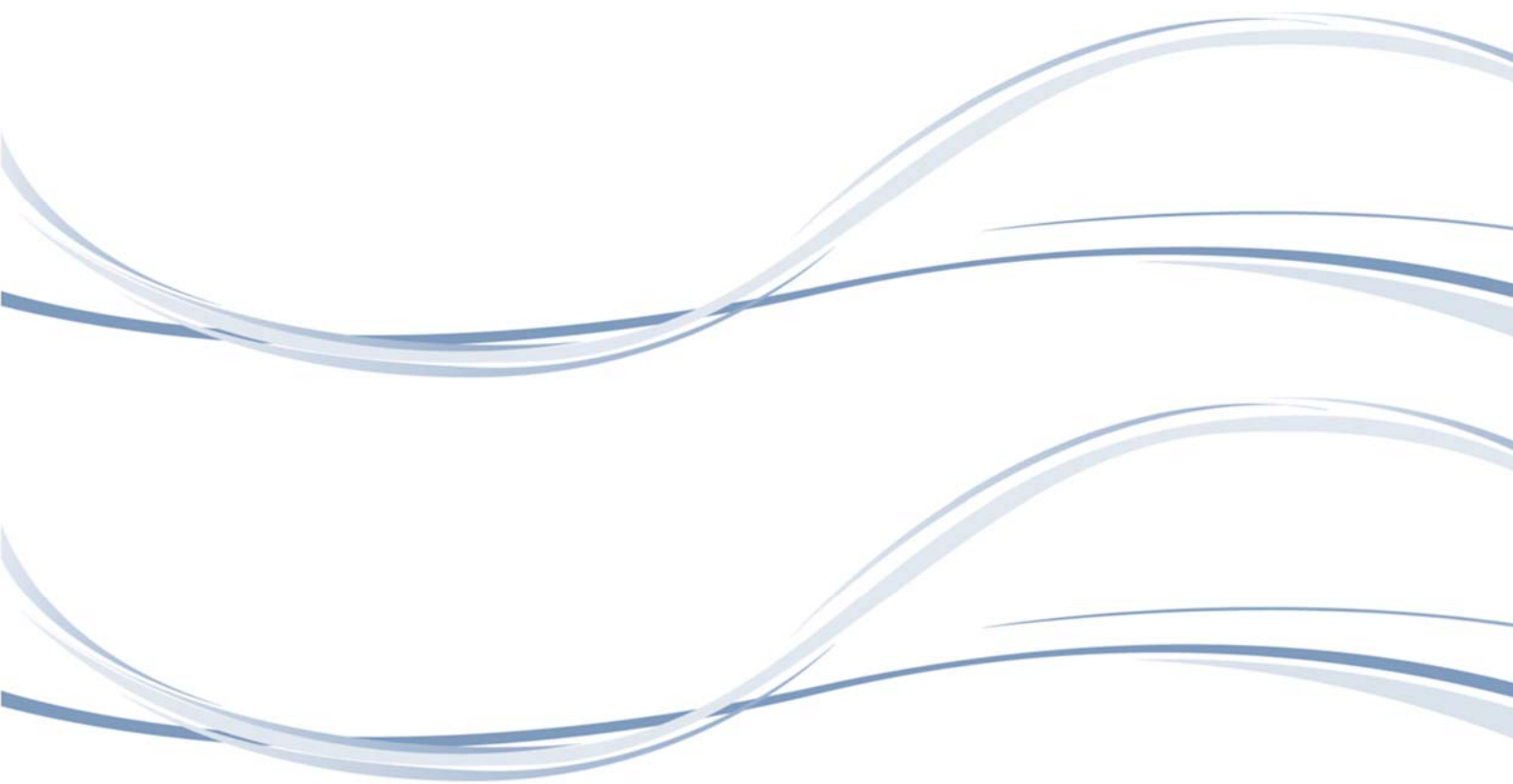
- ALENCAR, Kennedy. (2005). Lula confirma Dilma para a vaga de Dirceu na Casa Civil. Folha de São Paulo, 21 de junho de 2005. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2106200502.htm>> Acesso em 30 out. 2018.
- BRASIL, LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997. Estabelece normas para as eleições. Diário Oficial da União, Brasília, 30 de setembro de 1997. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9504.htm>
- BEAVOIR, Simone. (1986). O segundo sexo: fatos e mitos. São Paulo: Circulo do Livro, 1986.
- BIROLI, Flávia. Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil. (2018). São Paulo: Boitempo.227p.
- COSTA, Ana Alice Alcântara. (Org.) (2009). Trilhas do poder das mulheres: experiências internacionais em ações afirmativas. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara.
- FERREIRA, Maria Mary. et. al. (2016) Direitos iguais para sujeitos de direito: empoderamento de mulheres no combate à violência doméstica. São Luís: EDUFMA.
- FERREIRA, Maria Mary. et. al. (2018) Movimentos feministas no Brasil e sua ação insubmissa frente ao golpe de 2016. Revista Debates Insubmissos, v. 1, n. 2, maio/ago. 2018, p.55-74.Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/debatesinsubmissos/article/view/237868/29957>>. Acesso em 30 out. 2018.
- FERREIRA, Maria Mary. (2010). Os Bastidores da Tribuna: mulher, política e poder no Maranhão. São Luís: EDUFMA.
- FERREIRA, Maria Mary. (2018). Protagonismo feminino e relações de gênero. Relatório preliminar de Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa, São Luís, 2018. 75p.

- FERREIRA, Maria Mary. (2015) Igualdade de gênero e participação política. In: SOUZA, Cristiane de Aquino. In: Democracia, Igualdade e Liberdade: perspectivas jurídicas e filosóficas. Rio de Janeiro: Lumem Juris. p.211-228.
- FERREIRA, Maria Mary. (2015). Vereadoras e Prefeitas maranhense: ação parlamentar sob a ótica de gênero. São Luís: EDUFMA.
- FIGUEIRA, Murilo Cristo; ALVARES, Maria Luzia Miranda.(2012) Financiamento Eleitoral: desigualdade de gênero nas eleições do Pará – 2008. In: FERREIRA, Maria Mary. (Org.). Gênero, Política e poder: participação das mulheres nos espaços de poder no Norte e Nordeste. São Luís: EDUFMA, p.225-242.
- JORGE Paulo Lemann é quem financia o golpismo? Brasil 247. 9 mar.2015. Disponível em: <https://www.brasil247.com/pt/247/economia/172505/Jorge-Paulo-Lemann-%C3%A9-quem-financia-o-golpismo.htm>; [Quem financia os grupos que pedem o impeachment?](#)
- PATEMAN , Carole. (1993) O contrato sexual Sa o Paulo: Editora Paz e Terra.
- QUEM financia os grupos que pedem o impeachment? Diário do Centro do Mundo. 13 mar. 2015. Disponível em: <<https://www.diariodocentrodomundo.com.br/quem-financia-os-grupos-que-pedem-o-impeachment/>>. Acesso em 26 jun. 2018.
- SAFFIOTI, Helleith Iara Bongiovani. (1987). O poder do macho. São Paulo: Moderna.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. (2004). Gênero, patriarcado e violência. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.151p.
- WEBER, Max. (1999). Dominação patriarcal e dominação patrimonial. In: Economia e sociedade. Brasília: UNB, p. 233-256.
- WOLLSTONECRAFT, Mary. (2016). Reivindicação dos direitos da Mulher. São Paulo: Boi Tempo.



Parte III – Ambiente e Sustentabilidade
Environment and Sustainability





A POLÍTICA ENERGÉTICA ALEMÃ - EXEMPLO EUROPEU DE SUSTENTABILIDADE?

Ana Isabel Gouveia BOURA

CITCEM / Faculdade de Letras da Universidade do Porto

aboura@letras.up.pt

Resumo

A transição energética para as energias renováveis tem constituído objetivo privilegiado na política governamental da Alemanha reunificada. Na ação concertada de diversos ministérios, sucedem-se as medidas que visam uma progressiva substituição dos combustíveis fósseis e nucleares por energias renováveis. Ao investimento estatal nas estruturas de produção, distribuição e armazenamento energéticos, junta-se o apoio governamental aos consumidores de energia, que, assim, beneficiam quer de amplas ações informação, quer de distintos programas de incentivo. Tal esforço governamental alemão em prol das energias regenerativas não se reduz ao plano interno: tanto enquanto membro de instituições internacionais, como através de iniciativas de cooperação científica e económica, a República Federal da Alemanha partilha com países de todos os continentes a experiência bem sucedida da sua nova política energética.

Palavras-chave: Alemanha, energias renováveis, sustentabilidade

Abstract:

The energy transition to renewable energies has been a prime objective in the government policy of reunified Germany. In the concerted action of various ministries, important measures have been taken to gradually replace fossil and nuclear fuels with renewable energy. To state investment in energy production, distribution and storage the German government adds support to energy consumers, who thus benefit from extensive information and incentive programs. Such governmental effort to use regenerative energies is not limited to the internal plane: in meetings of international institutions, as well as through cooperation projects, the Federal Republic of Germany shares with countries on all continents the successful experience of its new energy policy.

Keywords: Germany, renewable energies, sustainability

1. Reforma do setor energético

Intimamente associada ao tema das alterações climáticas – cada vez mais premente na atualidade política, económica e mediática internacional –, a expressão *energias renováveis* assoma, com crescente frequência, nas resoluções emanadas de cimeiras intergovernamentais, nas iniciativas projetadas por agentes macroeconómicos e nos textos informativos divulgados pela televisão, pela rádio, pela imprensa e pela internet.

Tanto mais, por conseguinte, se impõe a múltipla interrogação: a que nos referimos, quando falamos em *energias renováveis*? Que pretendemos significar com o termo *renovável*? Saberão os cidadãos europeus, como os norte-, centro- e sul-americanos, ou os asiáticos e os africanos – adereçados nas agendas político-económicas, nos projetos científicos e tecnológicos e nos programas da comunicação social – enunciar exemplos de energias renováveis, apontar vantagens de tais fontes energéticas, indicar as nações que, em maior grau, ameaçam o equilíbrio climático-ambiental, nomear os países que, com maior eficácia, procedem à implementação sistemática de energias renováveis? Ou, em pergunta menos abrangente, mas não menos direta: estarão os habitantes da velha Europa conscientes de que as energias renováveis constituem, indubitavelmente, uma das grandes problemáticas do espaço europeu?

A resposta a tal conjunto de questões variará consoante o enquadramento geográfico, a moldura político-ideológica, o estatuto socioeconómico e a formação cultural dos potenciais inquiridos. E se, no concerto europeu, a República Federal da Alemanha avulta como signo de estabilidade política, desenvolvimento económico, avanço científico e progresso tecnológico, não surpreenderá, decerto, que os cidadãos germânicos acusem, em matéria de energias renováveis, não só mais elevado nível de informação, mas também superior benefício, pela implementação precursora e sistemática de energias alternativas.

Justifica-se, assim, de imediato, a interrogação de espectro simultaneamente diacrónico e sincrónico: como se preparou a Alemanha reunificada para a renovação do seu sistema energético? Que importância assumem na Alemanha de hoje as energias renováveis? Que implicações futuras traz, no plano nacional, no âmbito da EU e no palco transeuropeu, o recurso da República Federal da Alemanha a estas fontes de energia?

As agendas políticas e económicas internacionais em torno das problemáticas do clima e do ambiente deixam bem evidente que o século XXI constitui o século da descarbonização. Multiplicam-se, em sucessivos encontros de agentes políticos, económicos, sociais e culturais, os apelos incisivos ao recurso global de energias regenerativas, apontadas como pressuposto essencial e garante primordial de sustentabilidade ambiental e económica.

Tal insistência multilateral em energias alternativas não surpreende, porquanto à crescente degradação do ecossistema se junta a progressiva escassez universal das fontes energéticas convencionais, em iniludível contraste com a sustentabilidade dos recursos energéticos naturais. De facto, as energias renováveis apresentam-se abrangente e permanentemente disponíveis, pois que a maioria dos países afige de sol, água, vento, biomassa e geotermia em quantidades muito superiores à crescente procura mundial de energia.

A reforma do setor energético constitui a resposta nacional da República Federal da Alemanha ao problema global das alterações climáticas e do desgaste ambiental. Sob a designação lapidar *Energiewende*, em tradução literal: *viragem energética*, se congregam os objetivos governamentais que fundamentam e balizam a política energética da Alemanha definida para a primeira metade do século XXI.

São, neste sentido, propósitos orientadores das agendas políticas alemãs a redução das emissões de gases CO₂, pelo recurso decrescente a fontes energéticas convencionais,

designadamente, aos combustíveis fósseis e à energia nuclear, e pela consequente utilização crescente de energias regenerativas; a construção e / ou modernização de novas redes de transporte e de distribuição de energia; a integração das energias renováveis no mercado nacional, a custo sustentável, a disponibilização de energias renováveis a todos os consumidores nacionais e a garantia de abastecimento energético sem rutura, qual seja a momentânea situação atmosférica; a ação concertada de entidades governamentais e municipais, agentes económicos, organizações científicas e tecnológicas e da sociedade civil; a cooperação, no setor das energias regenerativas, com estados dos continentes europeu, africano, asiático e americano, através de parcerias nacionais e regionais.

A *Lei para a Implementação das Energias Renováveis (Gesetz für den Ausbau erneuerbarer Energien)*, abreviadamente, *Lei das Energias Renováveis (Erneuerbare-Energie-Gesetz, EEG)*, em vigor desde 2000 e sucessivamente revista (EEG 2004, EEG 2009, EEG 2012, PV-Novelle, EEG 2014, EEG 2017), constitui a grande linha de orientação no processo de implementação de energias renováveis na República Federal da Alemanha. São objetivos fundamentais consignados no texto legal o recurso progressivo a fontes de energia regenerativa, a modernização infraestrutural, a inovação tecnológica, a integração competitiva das energias renováveis no mercado nacional e a competitividade internacional do setor energético alemão. A EEG 2017 prevê a desativação de todas as centrais nucleares em solo alemão até 2022, atribuindo aos exploradores das instalações produtoras os encargos da desativação e do embalamento dos resíduos tóxicos e conferindo ao Estado a responsabilidade pelo armazenamento temporário e definitivo dos mesmos.

Na senda da *Lei das Energias Renováveis (Erneuerbare-Energie-Gesetz, EEG)* se situam a *Agenda de 10 Pontos da Viragem Energética (10-Punkte-Agenda der Energiewende)*, datada de junho de 2014 e revista e aumentada em janeiro de 2016, que lista e calendariza os objetivos centrais da transição energética, e a *Lei do Mercado Energético (Strommarktgesetz)*, promulgada em julho 2016, que enuncia os procedimentos conducentes à flexibilidade da produção, da distribuição e do consumo energéticos.

2. Implementação das energias renováveis

Consideravelmente ambiciosos, tais múltiplos objetivos impõem um vasto conjunto de medidas, distribuídas por numerosos órgãos institucionais e desdobradas em distintos, mas concertados programas de ação.

Refira-se, antes de mais, a construção e a renovação de instalações geradoras de energia renovável, nomeadamente, coletores solares, parques eólicos terrestres e marítimos, centrais hídricas e instalações geotérmicas. Prepondera o recurso à energia eólica, à energia solar e à biomassa, sendo, no aproveitamento solar, especialmente relevantes as instalações fotovoltaicas, em detrimento de grandes centrais solares, pela baixa quantidade de radiação anualmente recebida em território alemão. Não obstante, também a utilização de energia hídrica, no setor elétrico, e de energia geotérmica, no setor do aquecimento e da refrigeração, a par do uso de biocombustíveis, no setor

dos transportes, assume considerável importância no programa alemão de sustentabilidade energética.

Aposte-se, por outro lado, a criação das designadas autoestradas energéticas - milhares de quilómetros de redes de transmissão elétrica, que, privilegiando cabos subterrâneos e submarinos, em detrimento dos tradicionais cabos aéreos, e substituindo a corrente trifásica por corrente contínua, sulcarão transversalmente o país, possibilitando, por exemplo, quer a ligação dos parques eólicos, maioritariamente localizados no norte e leste da Alemanha, com os maiores centros de consumo energético do território germânico, situados a sul e oeste, quer a transmissão para norte de energia produzida em instalações fotovoltaicas sediadas a sul. Deste modo se pretende e se providencia que as energias regenerativas cheguem, a todo o momento, a cada tomada dos consumidores alemães.

O traçado e a execução de tais redes transmissoras ficam a cargo de consórcios europeus do setor, sob a supervisão da Agência Federal de Redes de Eletricidade, Gás, Telecomunicações, Correio e Ferrovia (Bundesnetzagentur, BNetzA) e com subsídio da União Europeia, não sem ampla consulta prévia de especialistas externos e da sociedade civil, que, aliás, não se escusou a apontar, nos planos, reparos relativos ao eventual impacto ambiental e geológico, obrigando à correção dos traçados inicialmente previstos e, deste modo, determinando o significativo adiamento dos prazos de construção.

Constituem aqui projetos de maior envergadura o SuedLink, destinado a transportar energia eólica desde o estado alemão de Schleswig-Holstein, a norte, até aos estados de Baden-Württemberg, a sudoeste, e da Baviera, a sul, numa extensão de cerca de 700 kms; o SuedOstLink, que garantirá a transmissão energética entre os estados de Saxónia-Anhalt, a nordeste, e da Baviera, numa extensão de cerca de 580 kms; e o NordLink, que irá ligar a Alemanha setentrional à Noruega, pelo transporte recíproco de energia eólica alemã e energia hídrica norueguesa, numa extensão de cerca de 623 kms.

Ressalte-se, paralelamente, a monitorização digital do setor das energias renováveis, estipulada na *Lei para a Digitalização da Transição Energética (Gesetz zur Digitalisierung der Energiewende)*, de 29 de agosto de 2016, que gere a adaptação do sistema de provimento de energia à transição para as energias renováveis. Com vista à coordenação eficaz de produção, distribuição e consumo energéticos, e, deste modo, ao armazenamento de reservas para quadros climáticos imprevisíveis, porque diretamente dependentes das eventuais condições atmosféricas, como seja o abastecimento de energia em dias sem sol, ou sem vento, o Estado alemão promove a vinculação digital de produtores, distribuidores e consumidores de energias regenerativas, apoiando a implementação da tecnologia digital *Smart Grid*. Pela comunicação em rede, através de sistemas digitais, das centrais de produção, das redes de distribuição e dos aparelhos de consumo, de forma a calibrar continuamente a oferta e a procura, garante-se a informação atualizada, quase em tempo real, sobre que aparelho, em que momento, utiliza quanta energia, ou seja, possibilita-se a indicação de qual a quantidade de energia disponível em cada situação espacial e em cada lapso temporal.

Para o efeito de monitorização, foi desenvolvido o designado *Smart-Metering-System*, um sistema inteligente de medição digital do consumo energético, que, em substituição dos contadores tradicionais, procede à medição contínua do consumo energético, proporcionando uma base geral de

dados e concorrendo, deste modo, para a utilização otimizada de energia. Os primeiros aparelhos de *Smart-Metering-System* foram colocados, em 2017, nas instalações de grandes produtores e consumidores, prevendo-se que, a partir de 2020, sejam disponibilizados nos espaços domésticos de maior consumo energético.

Constitui firme propósito governamental a promoção de uma observação contínua e pormenorizada da transição energética alemã. A reunião de dados relativos à utilização nacional das energias regenerativas numa base ampla e sincronizada e a configuração de estatísticas a partir das informações recolhidas estão a cargo do Grupo de Trabalho Estatísticas de Energias Renováveis (Arbeitsgruppe-Erneuerbare-Energien-Statistik, AGEESat), um grémio independente de especialistas, criado em 2004, que reúne membros de diversos órgãos governamentais, nomeadamente do Ministério Federal para a Economia e a Energia (Bundesministerium für Wirtschaft und Energie, BMWi), do Ministério Federal para o Ambiente, a Proteção da Natureza e a Segurança Nuclear (Bundesministerium für Umwelt, Naturschutz und nukleare Sicherheit, BMU), do Ministério Federal para a Nutrição e a Agricultura (Bundesministerium für Ernährung und Landwirtschaft, BMEL) e do Gabinete Federal do Ambiente (Umweltbundesamt, UBA), mas também do Gabinete Federal de Estatística (Statistisches Bundesamt, StBA), da Agência Federal de Redes de Eletricidade, Gás, Telecomunicações, Correio e Ferrovia (Bundesnetzagentur, BNetzA), da Agência Especializada de Recursos Regenerativos (Fachagentur Nachwachsende Rohstoffe, FNR), da Sociedade de Trabalho Relatórios de Energia (Arbeitsgemeinschaft Energiebilanzen, AEEB) e do Centro para a Investigação sobre Energia Solar e Recursos Hídricos de Baden-Württemberg (Zentrum für Sonnenenergie und Wasserstoff-Forschung Baden-Württemberg, ZSW).

No sentido de possibilitar a produtores, comercializadores e consumidores de energia uma informação pertinente quer sobre o curso do mercado energético alemão, quer sobre e evolução do setor das energias renováveis na República Federal da Alemanha, foi criada a SMARD, uma plataforma informativa, desde julho de 2017 *online*, que procede à ampla divulgação de dados abrangentes e atuais relativos à produção, à comercialização e ao consumo energéticos em território nacional. Para facilitar o acesso dos utentes aos indicadores apresentados, devidamente avaliados pela Agência Federal de Redes de Eletricidade, Gás, Telecomunicações, Correio e Ferrovia (Bundesnetzagentur, BNetzA), a plataforma não apenas recorre a gráficos de fácil leitura, como também disponibiliza artigos de fundo suscetíveis de esclarecerem aspetos conceituais e metodológicos pertinentes. Os utilizadores da plataforma SMARD encontram, assim, respostas acessíveis e permanentemente atualizadas sobre a tipologia, a capacidade e localização (regional e nacional) de fontes de energia, sobre os níveis e os custos de consumo energético, sobre as rotas e os volumes de importação e exportação alemãs no setor da energia.

Aos consumidores privados de energia elétrica cabe, desde 2003, uma parcela contributiva no investimento estatal em energias renováveis. De facto, a fatura mensal de energia paga pelos consumidores finais não estatais inclui a designada *EEG-Umlage*, uma quota extraordinária destinada a aliviar o esforço estatal de transição energética. Anualmente determinado pelas empresas de distribuição de eletricidade, de acordo com o previsto na *Lei das Energias Renováveis (Erneuerbare-Energie-Gesetz, EEG)*, o suplemento resulta da diferença entre as receitas e despesas do

abastecimento elétrico, tendo sofrido sucessivos aumentos desde a sua introdução, mas apresentando, nos últimos anos, uma leve, porém continuada redução. Note-se, a título ilustrativo, que o montante da parcela extra orçava, em 2017, 6,880 ct / Kwh, sendo, em 2018, 6,792 ct / Kwh e, em 2019, 6,405 ct / Kwh.

Não faltam, todavia, medidas de apoio estatal no âmbito energético, realizadas através de programas diversificados, que incentivam quer a investigação científica em tecnologias de ponta, quer o investimento em instalações de geradoras de energia, quer a informação sobre eficiência energética.

Constitui, desde logo, aqui exemplo a *Regulamentação Especial de Compensação (Besondere Ausgleichsregelung)*, que, consignada na *Lei das Energias Renováveis (Erneuerbare-Energie-Gesetz, EEG 2017)* e anualmente adaptada, possibilita a empresas com elevados custos de energia elétrica e a empresas de transporte sobre carris auferirem uma redução da quota extraordinária para o financiamento da transição energética. Mas também indivíduos ou grupos não empresariais, como sejam organizações de utilidade pública, cooperativas de habitação, proprietários de imóveis, profissões liberais ou consumidores domésticos beneficiam de apoio financeiro no seu recurso sistemático a energias renováveis.

São, por outro lado, ilustrativos os numerosos programas de divulgação e aconselhamento, destinados ao esclarecimento geral dos cidadãos. Tal informação é disponibilizada tanto em gabinetes urbanos de atendimento personalizado, como através de publicações de pequena dimensão e em linguagem despretensiosa - brochuras, *flyers* - emanadas de fontes governamentais, ou provenientes de organizações estatais afins, e colocadas gratuitamente à disposição dos cidadãos em *sites* oficiais da responsabilidade de diversos Ministérios Federais. Destacam-se, no manancial de materiais informativos, por um lado, os portais *Energias Renováveis (Erneuerbare Energien)* e *A Alemanha age com eficiência (Deutschland macht's effizient)*, e, por outro lado, as publicações em formato digital *Quem é quem da viragem energética na Alemanha. Interlocutores na política, economia e sociedade (Who is who der Energiewende in Deutschland. Ansprechpartner in Politik, Wirtschaft und Gesellschaft)*, ou *Livro Verde Eficiência Energética (Grünbuch Energieeffizienz)*.

A eficiência energética constitui, de facto, diligência central no processo político alemão de transição energética. Com o propósito de promover a redução do consumo energético nos diversos setores estatais e privados, o governo alemão federal apresentou, em 2007, O *Plano Nacional de Ação Eficiência Energética (Nationaler Aktionsplan Energieeffizienz, NAPE)*, que, sucessivamente revisto, aponta, um conjunto de medidas promotoras de poupança energética, nomeadamente pela utilização consciente de energia e pelo investimento em requisitos energeticamente eficientes.

Ao investimento financeiro estatal na eficiência do sistema energético, que se prevê orçar, até 2020, cerca de dezassete mil milhões de euros, junta-se o repto governamental aos usuários privados em prol do uso eficiente de energia. As empresas são, assim, por exemplo, incentivadas à significativa redução de custos pela aquisição de equipamentos eficientes e pela adoção de processos otimizados. Dados fornecidos pela Agência Alemã de Energia (Deutsche Energie-Agentur, dena) evidenciam, nos últimos anos, sintomática diminuição das despesas energéticas no setor

industrial – uma vantagem não só em termos de mercado interno ou externo alemão, como ainda uma significativa contribuição para a sustentabilidade ambiental global.

Também os consumidores em espaços domésticos, comerciais e de serviços são, por exemplo, aconselhados, através de múltiplos canais estatais, a procederem à substituição dos seus aparelhos elétricos com utilização superior a dez anos por aparelhos de consumo otimizado, ou a fazerem a comparação de tarifas dos fornecedores de energia. Significativamente, em 2015, cerca de quatro milhões de consumidores optaram por alterar o seu contrato de fornecimento energético, ou por mudar de empresa fornecedora.

Com idêntico intuito de aumentar a eficiência energética, foi, em novembro de 2015, apresentada a *Estratégia de Eficiência Energética dos Imóveis (Energieeffizienzstrategie Gebäude, ESG)*, um plano estratégico para a viragem energética no setor imobiliário, focado no objetivo governamental de que o parque imobiliário alemão atinja, em 2050, pelo consumo eficiente de energia e pela implementação de energias renováveis, o estatuto de neutralidade climática.

Neste sentido, os proprietários de imóveis e os arrendatários são elucidados sobre a necessidade de garantirem a impermeabilização dos telhados e das fachadas e a calafetação das janelas e de optarem por um sistema otimizado de eletricidade e de aquecimento / refrigeração. Através do *Financiamento do [Banco] KfW para a Reabilitação de Edifícios (KfW-Förderung für Gebäudesanierung)*, os governos da Alemanha reunificada têm financiado a modernização energética dos edifícios existentes, mas também a construção de novos imóveis, ultrapassando já os 4,6 milhões o número de edifícios contemplados, num volume global de investimento superior a 270 mil milhões de euros.

Cerca de 35% do consumo final de energia na República Federal da Alemanha cabe, de facto, a edifícios. No respeitante aos edifícios novos, o Estado alemão não apenas apela à boa impermeabilização e calafetação das zonas interfaciais, como ainda requer um abastecimento elétrico e térmico com recurso às energias regenerativas, defendendo nomeadamente a utilização de energia geotérmica para aquecimento das habitações, seja através da instalação de bombas para captação de calor subterrâneo em zonas próximas da superfície terrestre, seja por geotermia remota, com captação de calor em regiões geológicas mais profundas. Porque mais dispendiosas, as instalações geotérmicas de captação profunda beneficiam de apoio financeiro estatal consignado, desde logo, na *Lei de Energias Renováveis (Erneuerbare-Energie-Gesetz, EEG)* e agilizado pelo *Programa de Incentivo do Mercado (Marktanzreizprogramm, MAP)*.

Embora fração menos significativa, no consumo energético, do que as parcelas da energia elétrica (pública e privada) e da energia térmica (especialmente convocada para o aquecimento e a refrigeração de espaços domésticos), a fatia energética dos transportes atinge valores internacionais não despididos, colocando o setor no conjunto das maiores ameaças ambientais. Daí a atenção prestada pelo Estado alemão aos modos de abastecimento nacional de automóveis, comboios, barcos e aviões, fomentando a utilização estatal e privada de biocombustíveis, como sejam o álcool etílico, o biodiesel e o biogás, e favorecendo o crescente recurso à eletromobilidade. Significativamente, o portal alemão Statista indica que o número de viaturas elétricas, registadas, em

2018, na Alemanha ascendeu a 53861 unidades, um valor superior, em quase 58%, ao índice homólogo do ano antecedente.

Para melhor assegurar o apoio financeiro a todos os consumidores de energia, o Estado alemão não descarta a contenção das despesas orçamentais impostas pela transição energética, procurando estrategicamente atenuar tal esforço. Assim se entende a implementação de concursos públicos regulares, em regra trimestrais, para a construção e manutenção de centrais de produção de energias renováveis, através dos quais se logra a redução progressiva da participação estatal: a subsídio governamental é calculada a partir do resultado de cada concurso público. Escolhidos são os candidatos que apresentarem orçamentos mais baixos, sem prejuízo da qualidade e da eficiência energéticas. Em resultado, por exemplo, a média de financiamento estatal para instalações fotovoltaicas desceu, nos últimos anos, quase 30%.

3. Impulsos da viragem energética

Sobremaneira custosa, quer pelas drásticas remodelações estruturais, quer pelos avultados custos orçamentais, a viragem energética da República Federal da Alemanha afigura-se, antes de mais, relevante motor de inovação, pois que estimula e sustenta a pesquisa, o desenvolvimento e a aplicação de novas tecnologias. Numerosos centros de investigação científica delineiam, em coordenação com firmas altamente especializadas, novos modelos operativos e instrumentais. Não surpreende, por conseguinte, o número anual crescente de novas patentes no âmbito da alta tecnologia germânica para o setor energético.

Ciente de que a produção, o transporte, a distribuição, o armazenamento e o consumo de energia, no quadro da transição para um sistema energético ecológica, económica e socialmente sustentável, requerem novas soluções tecnológicas, o governo alemão apoia a pesquisa, o desenvolvimento e a experimentação de tecnologias inovadoras, por exemplo, através do *Programa de Investigação sobre Energia (Energieforschungsprogramm)*. Iniciada em 1977, na senda da primeira crise petrolífera, a edição estreada do programa almejava contributos de investigação para a diminuição das importações alemãs no setor da energia, a redução do consumo energético nacional e a diversificação de fontes de energia, com especial valorização das energias não nucleares.

A sétima edição do programa, promulgada, após ampla consulta de parceiros políticos, económicos e científicos, em setembro de 2018, contempla o período de 2018 a 2022 e pretende apoiar projetos desenvolvidos não apenas em universidades, ou em centros científicos, mas também em empresas, já consolidadas ou *start-ups*, do setor. Disponibilizado por três Ministérios - o Ministério Federal para a Economia e a Energia (Bundesministerium für Wirtschaft und Energie, BMWi), o Ministério para a Cultura e a Investigação (Bundesministerium für Bildung und Forschung, BMBF) e o Ministério para a Nutrição e a Agricultura (Bundesministerium für Ernährung und Landwirtschaft, BMEL), o montante de financiamento previsto ronda os 6,4 mil milhões de euros - superior, em cerca de 60%, ao valor orçamentado para a sexta edição do programa, que abrangeu o período de 2013 a 2017, e constituindo quase 50% da quantia disponibilizada entre 1977 e 2017.

Concomitantemente, a implementação de energias renováveis revela-se importante motor de desenvolvimento económico. Com efeito, a mudança energética alemã movimentou, por um lado, investimentos nacionais, em distintas áreas, no valor de milhares de milhões de euros e promove, por outro lado, a abertura de novas áreas de mercado interno, sobretudo nos setores do comércio e da indústria. A constante necessidade de materiais de construção e de apetrechamento, de aparelhos originais e peças de substituição, de obras de montagem e serviços de manutenção traduz-se, ademais, no mercado de trabalho, justificando o sucessivo aumento de postos laborais. Informação colhida no portal governamental *Energiewende direkt* revela que, em 2016, o setor das energias renováveis empregava, direta e indiretamente, 338 600 trabalhadores.

Repercussão positiva assume o recurso às energias regenerativas igualmente na balança comercial da República Federal da Alemanha, seja pela progressiva redução da importação de matérias primas fósseis e nucleares, seja pela oportunidade de exportação de requisitos tecnológicos e de *know how*. Sabidamente, as empresas alemãs de produtos e serviços no setor energético distinguem-se internacionalmente pela inovação, eficiência e sustentabilidade de equipamentos e processos. O selo *made in Germany*, que guindou, no final do século XIX, a Alemanha Guilhermina a primeiro lugar da indústria mundial, surge, no atual mercado das energias renováveis, como garantia máxima de pioneirismo, excelência e sustentabilidade.

A implementação das energias regenerativas exige uma atuação concertada à escala nacional e internacional. E a República Federal da Alemanha beneficia, também no domínio das energias renováveis, da sua situação geográfica no centro da Europa. De facto, fazendo fronteira com a França, a Holanda, a Bélgica, o Luxemburgo, a Suíça, a Áustria, a República Checa, a Polónia e a Dinamarca, o estado alemão encontra-se no cerne de uma rede energética europeia, que ativamente persegue a remodelação do sistema energético.

De facto, o êxito do processo global de transição energética pressupõe a participação ativa de todos os atores políticos, os parceiros económicos e os grupos sociais, num diálogo concertado, gerido por plataformas nacionais, mas também internacionais. Precisamente, no domínio das energias renováveis, a Alemanha mantém estreita e frutuosa colaboração, não apenas com os seus nove estados vizinhos, mas também com a Suécia e a Noruega, o que permite, por exemplo, conjugar produtivamente a energia hídrica dos países escandinavos e alpinos com a energia eólica e a energia fotovoltaica alemãs.

Significativamente, em 2016, o governo alemão procedeu, no quadro de uma cooperação piloto, à abertura bilateral de concursos para instalações de energia solar com sede simultaneamente na Dinamarca e em território alemão. Conduzidos pela Agência Federal de Redes de Eletricidade, Gás, Telecomunicações, Correio e Ferrovia (Bundesnetzagentur, BNetzA) e pela sua congénere dinamarquesa, tais concursos constituíram os primeiros concursos transfronteiriços no setor das energias renováveis no espaço europeu, preparando já o governo alemão semelhantes iniciativas transnacionais também no setor da energia eólica.

A República Federal da Alemanha participa ativamente no programa de convergência energética dos vinte e oito estados-membro da União Europeia. Ilustra tal empenhamento germânico no projeto europeu para a sustentabilidade ambiental e para a estabilização climática, antes de mais,

o cumprimento estrito dos objetivos gerais conjuntamente enunciados, mas, não menos, a implementação de medidas específicas suscetíveis de reforçarem e acelerarem os propósitos comunitários. Saliente-se, exemplificativamente, a abertura estatal de concursos transfronteiriços com sede fora do território alemão: 5% dos concursos públicos alemães destinados à instalação anual de centrais de energia renovável visam apoiar a construção de centrais de produção energética com sede em outros estados-membro da UE.

Não se reduzem, obviamente, ao âmbito europeu as iniciativas alemãs de cooperação no setor energético. Enquanto membro de numerosas organizações internacionais, várias delas especificamente orientadas para o setor energético, como sejam a International Energy Agency (IEA) e a International Renewable Energy Agency (IRENA), a República Federal da Alemanha trabalha em estreita colaboração com países dos vários continentes, que, através de parcerias nacionais e / ou regionais, beneficiam da experiência alemã de transição energética. E, se os estados alvo de cooperação, ganham com o apoio financeiro, tecnológico e humano do Estado germânico, as empresas germânicas logram, em contrapartida, a entrada, com apoio governamental, em mercados internacionais recetivos a tecnologias inovadoras, eficientes e sustentáveis.

Merece aqui particular referência o programa *Iniciativa à Exportação (Exportinitiative)*, sob a égide do Ministério Federal para a Economia e a Energia (Bundesministerium für Wirtschaft und Energie, BMWi), que incentiva empresas alemãs de novas tecnologias no setor energético a procurarem mercados de exportação à escala internacional. Auferem, neste caso, apoio preferencial as empresas de pequena e média dimensão, com sede na Alemanha, que ofereçam soluções energéticas inovadoras e sustentáveis, sobretudo na área das energias regenerativas e no domínio da eficiência energética, mas também no respeitante a redes digitais e tecnologias de armazenamento de energia. Através do programa, que aposta na divulgação e no aconselhamento, mas também na pós-formação, as empresas veem facilitados a procura de parceiros, o estabelecimento de contactos e a consolidação de relações de âmbito externo.

Em 2017, a Alemanha aproveitou também a presidência do G20, que precisamente agrupa países industrializados, países emergentes e países em desenvolvimento, para dinamizar uma reflexão sistemática sobre a transição das energias convencionais para as energias ecológicas, aproximando, deste modo, o grupo de estados-membro dos objetivos enunciados na Declaração do Rio de Janeiro (1992), na Declaração do Milénio (Nova Iorque, 2000), no Tratado de Paris (2015) e na Agenda 2030 (Nova Iorque, 2015).

Neste mesmo sentido, o governo alemão, através do Ministério Federal para a Economia e a Energia (Bundesministerium für Wirtschaft und Energie, BMWi) e do Ministério das Relações Exteriores (tradução aproximada da denominação oficial *Auswärtiges Amt*) e em conjugação com a Associação Alemã Federal das Energias Renováveis (Bundesverband Erneuerbare Energie, BEE), a Associação Alemã Federal do Setor Solar (Bundesverband Solarwirtschaft, BSW-Solar), a Agência Alemã de Energia (Deutsche Energie-Agentur, dena) e a firma de consultoria empresarial eclareon, promove, desde 2015, o congresso anual *Berlin Energy Transition Dialogue*, que convoca dezenas de entidades estatais e não estatais para uma abordagem fundamentada e dinamizadora dos múltiplos aspetos que informam a viragem energética à escala global. Ao longo de dois dias, membros de

governos, administradores de empresas, presidentes e diretores de agências e institutos dos vários continentes discutem experiências, projetos e modos viáveis de transformação sustentável do sistema energético.

Por demais ilustrativo se afigura o *Berlin Energy Transition Dialogue* 2018, desde logo, pelo número e pela relevância dos participantes, cerca de dois mil, sendo aqui pertinente destacar, no programa, o conjunto de oradores: aos ministros alemães responsáveis pela pasta da economia e da energia juntaram-se homólogos da Etiópia, Finlândia, Geórgia, Grécia, Jordânia, Lituânia, Macedónia, Noruega, Polónia, Roménia, Tailândia, Tunísia, Turquia e Mianmar, do Bangladesh, Gana, México e Uganda e dos Emirados Árabes Unidos. Aos ministros germânicos a cargo do ambiente e das relações externas agregaram-se os respetivos pares da Costa Rica, do Sri Lanka e dos Camarões. Secretários de Estado vieram da Espanha, França e Suécia, de Marrocos e do Kuwait; outros representantes governamentais chegaram da China, Índia, República da Coreia e do Egito.¹ Integraram igualmente o grupo de oradores altos dirigentes de grupos industriais, associações comerciais, instituições financeiras, organizações não governamentais e centros de investigação, com sede em países dos diversos continentes e distinguidos por excelente qualificação nas áreas da produção e do abastecimento energéticos, da consultoria tecnológica, financeira e jurídica, da pesquisa científica, do investimento e da cooperação.²

Saliente-se que o *Berlin Energy Transition Dialogue* se inscreve na *Berlin Energy Week*, no decurso da qual se realizam eventos que precedem, acompanham e se seguem a cada congresso anual, designadamente, visitas guiadas, *workshops* e encontros interempresariais. Em número avultado - dez, na edição de 2018 -, as visitas guiadas permitem aos participantes não apenas o contacto direto com dirigentes empresariais, agentes de investimento e investigadores científicos, mas também uma perceção *in loco* dos cenários mais avançados e dos projetos mais auspiciosos que configuram a viragem energética alemã.

4. Exemplo europeu de sustentabilidade

São, nas circunstâncias acima expostas, por de mais relevantes e promissores, os resultados do esforço governamental alemão de reconversão energética. De facto, em janeiro de 2017, a maioria dos objetivos enunciados na *Lei para a Implementação das Energias Renováveis (Gesetz für den Ausbau erneuerbarer Energien)* encontrava-se realizada, sendo marcante a progressiva redução do consumo energético nacional, apesar do concomitante crescimento do PIB alemão, e o aumento da participação das energias renováveis na produção e no consumo final de energia.

Assim, segundo dados fornecidos pela Repartição Federal do Ambiente (Umweltbundesamt, UBA), a parcela de energias renováveis no consumo nacional bruto de energia elétrica foi, em 2016, de 31,6% e, em 2017, de 36,0%. No setor do aquecimento e refrigeração, a fatia de energias

¹ Contrariando a versão do programa datada de 06.04.2018, na qual constava o nome do Secretário de Estado da Energia de Portugal, Dr. Jorge Seguro Sanches, a integrar a mesa subordinada ao tema *Carbon Pricing*, a agenda programática com data de 16.04.2018 não referencia qualquer membro do governo português.

² O programa do Congresso, não referencia, nem na versão de 06.04.2018, nem na versão do dia 16.04.2018, qualquer entidade pública, ou estatal portuguesa.

regenerativas constituiu, em 2016, 13,6% e, em 2017, 13,9%. Menos elevado, o valor das energias renováveis no setor dos transportes rondou, em 2016 e 2017, os 5,2%. São metas governamentais que, no cômputo nacional de produção energética, a produção alemã de energias regenerativas, fique entre os 40% a 45% em 2020, se situe entre os 55% a 60% em 2035 e se salde em 85% a 90% em 2050.

Em resultado do crescente recurso a energias renováveis, a emissão de gases com efeito de estufa na República Federal da Alemanha diminuiu consideravelmente. Com efeito, segundo informação divulgada pela Repartição Federal do Ambiente (Umweltbundesamt, UBA), a utilização de energias regenerativas permitiu, em 2017, evitar a emissão de gases CO₂, ou equivalentes, em cerca de 135 milhões de toneladas, no setor da eletricidade, 35 milhões de toneladas, no setor do aquecimento e refrigeração, e 7,4 milhões de toneladas no setor dos transportes. No *Plano de Proteção Climática 2050 (Klimaschutzplan 2050)*, aprovado em novembro de 2016, o governo federal compromete-se a promover ativamente a redução de gases carbónicos nos setores da energia agrícola, industrial, imobiliária e dos transportes, prevendo-se que, relativamente a 1990, as emissões de CO₂ diminuam 40% até 2020, 55% até 2035, 70% até 2040 e 80% a 85% até 2050.

A viragem energética constitui hoje não apenas um dos principais projetos de investimento da República Federal da Alemanha, mas também um modelo de repercussão internacional, pelo resolutivo decréscimo do recurso ao carvão, ao petróleo, ao gás e ao urânio, pela adoção de um sistema flexível de produção energética, pela eficaz coordenação digital de produção, distribuição e consumo, pela garantia de ininterrupto abastecimento nacional.

O número exponencial de encontros nacionais e internacionais em torno das questões ambientais e climáticas, o vasto conjunto de resoluções consignadas em tratados e em parcerias globais ou regionais, que apologizam a redução, quando não a eliminação, de emissões de gases carbónicos, pela progressiva e cabal substituição de combustíveis fósseis e nucleares por fontes de energia regenerativa, justificam que o século 21 seja já universalmente apelidado de século da descarbonização - epíteto eufórico, para os defensores da sustentabilidade ecológica, mas também disfórico, para os guardiães da multissecular herança industrial. E, contudo, pode, sem receio, afirmar-se que o presente século não ficará nos anais da economia mundial, como o século da desindustrialização: o caso exemplar da viragem energética alemã deixa evidente que o menor recurso global às fontes convencionais de energia não obsta à inovação e à modernização, antes fomenta e garante o desenvolvimento sustentável da comunidade internacional.

A situação mais avançada da Alemanha no âmbito das energias renováveis não deve, porém, intimidar os restantes países do globo, nem mesmo os estados que com ela fazem parte da União Europeia, sem ostentarem idêntica posição dianteira, antes, pelo contrário, deve animar os respetivos governos a questionarem a sustentabilidade das medidas energéticas adotadas pelos parceiros políticos e económicos alemães, de modo a colherem nos exemplos germânicos práticas eficazes, a curto, médio e longo prazo, de energias renováveis em contexto nacional. O que, desde logo, pressupõe, e exige, a convicta aposta de cada governo nacional não apenas na cabal qualificação dos agentes propulsores das novas soluções energéticas, como também na informação fundada, ampla e sistemática da sociedade civil, pois que ao setor público-estatal se deve, melhor: se tem de

aliar o domínio privado, de forma a maximizar os benefícios nacionais e, por inerência, internacionais da viragem energética.

5. Bibliografia

Berlin Energy Transition Dialogue 2018. Programme. Disponível em: <https://www.energiewende2018.com/#Agenda>. [Acedido em 23.12.2018].

BUNDESMINISTERIUM FÜR WIRTSCHAFT UND ENERGIE (ed.). (2016). *Erneuerbar. Effizient. Erfolgreich. Deutschlands Weg in eine umweltfreundliche Zukunft*, Berlin.

BUNDESMINISTERIUM FÜR WIRTSCHAFT UND ENERGIE (ed.). (2017). *Die Energiewende: unsere Erfolgsgeschichte*. Berlin.

BUNDESMINISTERIUM FÜR WIRTSCHAFT UND ENERGIE (ed.). (2018). 7. *Energieforschungsprogramm der Bundesregierung*. Berlin.

Gesetz für den Ausbau erneuerbarer Energien (Erneuerbare-Energien-Gesetz - EEG 2017).

Disponível em: http://www.gesetze-im-internet.de/eeg_2014/EEG_2017.pdf .[Acedido em 14.11.2018].

ULRICH, P. & U. LEHR (2018). *Erneuerbar beschäftigt in den Bundesländern. Bericht zur aktualisierten Abschätzung der Bruttobeschäftigung 2016 in den Bundesländern*, GWS mbH Osnabrück.

VERBRAUCHERZENTRALE (ed.) (2018), *Die neuen Stromzähler kommen*. Disponível em: <https://www.verbraucherzentrale.de/wissen/umwelt-haushalt/wohnen/die-neuen-stromzaehler-kommen-13275>, acedido em 08.12.2018.

ZENTRUM FÜR SONNENENERGIE- UNDWASSERSTOFF-FORSCHUNG BADEN-WÜRTTEMBERG & UMWELTBUNDESAMT (ed.). *Erneuerbare Energien in Deutschland 2017*
Disponível em: https://www.umweltbundesamt.de/sites/default/files/medien/376/publikationen/180315_uba_hg_einzahlen_2018_bf.pdf [Acedido em 13.10.2018].

TRANSIÇÃO PARA A CIDADE PÓS-CARBÓNICA: UMA PROPOSTA DE MOBILIDADE SUSTENTÁVEL PARA VIZELA ¹

João MONTEIRO

Departamento de Geografia, Universidade do Minho

joao.miguel15@hotmail.com

Resumo

Um dos grandes desafios das sociedades contemporâneas é o de conciliar desenvolvimento com sustentabilidade, tal como é preconizado pelos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável elencados na Agenda 2030. Nesta lógica, o desafio da mobilidade tem merecido particular atenção, pois o setor dos transportes constitui um dos mais relevantes fatores para a (in)sustentabilidade urbana com evidentes impactos negativos sobre o ambiente, a economia e a sociedade. Deste modo, urge encontrar novas formas de pensar e fazer cidade, tendo por base a tríade da sustentabilidade e num processo de transição da cidade contemporânea para a cidade pós-carbónica.

Face ao exposto, neste artigo é apresentado um projeto de mobilidade sustentável para o município de Vizela, denominado "Projeto Mobizela" e que consiste na proposta de pedonalização de parte do seu centro histórico e o desenho de uma rede ciclável, procurando traduzir um novo paradigma de mobilidade que se pretende introduzir neste território.

Para tal, recorreu-se a operações de análise espacial através da utilização dos Sistemas de Informação Geográfica (S.I.G.), no qual revelaram-se ser ferramentas essenciais no apoio à tomada de decisão no âmbito do planeamento estratégico. Assim, espera-se que este projeto se possa constituir como um contributo no processo de transição de tornar Vizela uma cidade mais Sustentável, mais Acessível, mais Segura, mais Atrativa e mais Saudável.

Palavras-chave: transição; mobilidade sustentável; Vizela; S.I.G.; Projeto Mobizela.

Abstract

One of the great challenges of contemporary societies is to reconcile development with sustainability, as advocated by the 17 Sustainable Development Objectives presents in Agenda 2030. In this logic, the challenge of mobility has deserved particular attention, because the transport sector is one of the more relevant factors for urban (in) sustainability with evident negative impacts on the environment, economy and society. In this way, it is urgent to find new ways of thinking and making city, based on the triad of sustainability and in a process of transition from the contemporary city to the post-carbonic city.

Therefore, this article presents a sustainable mobility project for the municipality of Vizela, called the "Mobizela Project", which consists of the proposed pedestrianization of part of its historical center and the design of a cycling network, seeking to demonstrate a new paradigm to be introduced in this territory.

To this end, were used spatial analysis operations through the use of Geographic Information Systems (G.I.S.), in which they proved to be essential tools to support strategic decision-making. Thus, this project is expected to be a contribution to the transition process of making Vizela a more sustainable, accessible, safer, attractive and healthier city.

Keywords: transition; sustainable mobility; Vizela; GI.S.; Mobizela Project.

¹ O presente artigo tem por base a dissertação defendida pelo autor, a 18/12/2017, intitulada "Projeto Mobizela: uma proposta de mobilidade sustentável para Vizela *Cittaslow*" (<http://hdl.handle.net/1822/54640>).

1. A Problemática

Durante milénios que as cidades foram planeadas e desenhadas em função da capacidade de deslocação das pessoas, sendo a escala humana um princípio basilar do desenho urbano. Contudo, no último século e sobretudo nas últimas décadas, as necessidades de mobilidade aumentaram substancialmente com grandes modificações nos padrões de mobilidade e na própria morfologia urbana. A crescente urbanização da sociedade assente num tecido urbano cada vez mais difuso e fragmentado, assim como os novos ritmos de vida, fizeram com que a população tenha de realizar mais deslocações para satisfazer as suas necessidades diárias, com viagens mais longas, mais complexas e cada vez mais dependentes do transporte motorizado individual (BANISTER, 2008).

Verifica-se, assim, um “decisivo triunfo do automóvel”, sendo o século XX considerado, indubitavelmente, como o “século dos carros” (ARUP, 2016: 17). SHELLER & URRY (2000) consideram que os automóveis criaram verdadeiras “sociedades da automobilidade”, indo ao encontro do antropólogo Manuel Ramos que defende o “fenómeno da automobilização das sociedades contemporâneas” (RAMOS, 2013: 185). Efetivamente, esta dependência automobilística fez com que as cidades começassem a ser pensadas e desenhadas para o automóvel (NEWMAN & KENWORTHY, 2015). Neste sentido, o tradicional modelo de planeamento territorial produziu uma verdadeira cultura do automóvel, no qual DOMINGUES (2006) defende que o automóvel modificou drasticamente a forma de habitar o urbano.

Considera-se então que os automóveis têm, de certa forma, “colonizado o espaço da vida humana quotidiana” (ARUP, 2016: 17), subordinando outras formas de mobilidade (URRY, 2004). O tráfego não-motorizado, nomeadamente a deslocação pedonal e ciclável, tem sido desta forma constantemente marginalizado e excluído (MERRIMAN, 2009; NEWMAN & KENWORTHY, 2015), o que provoca desequilíbrios desenvolvidos na construção social da rua (NORTON, 2008). Já nos anos 60 do século passado, críticos como Lewis Mumford, Jane Jacobs, William H. Whyte ou Jan Gehl começaram a questionar este domínio do carro na cidade, preocupados com o desprezo da escala humana no desenho urbano. O espaço urbano tem assim sofrido uma desumanização em prol de um planeamento que privilegia o veículo motorizado individual, o que acarreta uma série de impactes negativos que afetam não só a comunidade em geral, mas, também, o próprio indivíduo. Assim, vejamos.

O setor dos transportes é um dos mais dependentes dos combustíveis fósseis e um dos principais responsáveis pela emissão de dióxido de carbono e de outros gases poluentes. Segundo dados do último Relatório do Estado do Ambiente, o setor dos transportes, fortemente dominado pelo tráfego rodoviário, representava em 2015, cerca de 24% do total das emissões nacionais, superior à média europeia que se situava nos 21% (A.P.A., 2018). Importa destacar a estratégia europeia de descarbonização da sociedade, concretamente a nova revisão do Livro Branco, que sublinha a necessidade de se reduzir em 60% as emissões de gases com efeito de estufa até 2050 (C.E., 2011).

Do ponto de vista da eficiência do sistema de transporte, os modos suaves são os meios de transporte mais rápidos e ajustados às necessidades de deslocações em meio urbano, uma vez que 50% destas deslocações são inferiores a 5 km (C.E., 2000). Além disso, a Comissão Europeia

considera que os congestionamentos rodoviários são um dos maiores problemas urbanos atuais, refletindo-se em perdas anuais perto dos 100 mil milhões de euros, isto é, 1% do PIB da União Europeia (C.E., 2016).

É igualmente pertinente verificar alguns dos principais impactes do tráfego automóvel ao nível da saúde. Um estudo recentemente publicado, realizado no Reino Unido e com uma amostra de 263 450 pessoas, demonstrou que as pessoas que se deslocam frequentemente de bicicleta ou a pé para o trabalho apresentam um risco inferior de falecer devido a doenças cardíacas do que aqueles que se deslocam de automóvel ou transporte público: menos 52% para os ciclistas e menos 36% para os pedestres (CELIS-MORALES ET AL., 2017). Por outro lado, a O.M.S. considera mesmo que a poluição do ar representa o maior risco ambiental para a saúde pública, causando cerca de 3 milhões de mortes prematuras por ano (O.M.S., 2016). Só em Portugal, 6 630 pessoas terão morrido prematuramente em 2015 devido à má qualidade do ar (A.E.A., 2017). Ora, se a poluição atmosférica é o principal problema para a saúde pública, a O.M.S. considera que o ruído é o segundo mais prejudicial, sendo que o tráfego automóvel constitui a principal fonte de ruído na urbe (C.E., 2016). Segundo um relatório da Agência Europeia do Ambiente, cerca de 125 milhões de pessoas estão expostas a níveis elevados de ruído, sendo a causa de mais de 900 mil casos de hipertensão, 43 mil hospitalizações e 10 mil mortes prematuras (A.E.A., 2014).

Neste sentido, deve-se contribuir para uma efetiva mudança de paradigma de mobilidade, invertendo a noção presente da pirâmide modal, sendo que os modos suaves, como andar a pé ou de bicicleta, devem ser privilegiados em detrimento do transporte motorizado individual. De acordo com o arquiteto e urbanista Jan Gehl, no seu livro “Cidades para Pessoas”, depois de décadas de negligência com a dimensão humana e de se conhecerem os malefícios provenientes de uma mobilidade insustentável, agora, no início do séc. XXI, existe a necessidade e a vontade de se criar cidades vivas, seguras, sustentáveis e saudáveis, isto é, verdadeiras cidades para pessoas (GEHL, 2013). Verifica-se então uma forte tendência de humanização da cidade no planeamento urbano contemporâneo (BOARETO, 2010), no qual as diretrizes internacionais apelam a uma redução na dependência do uso do automóvel e o foco noutros meios de transporte mais sustentáveis. De forma a ultrapassar este desafio, a nova cultura de mobilidade suave tem de ser, necessariamente, acompanhada por um novo desenho do espaço urbano e pela construção de cidades (mais) caminháveis e cicláveis (GEHL, 2013).

2. O território

O município de Vizela localiza-se na N.U.T.S. II do Norte de Portugal Continental, mais precisamente na N.U.T.S. III do Ave, com uma área de apenas 24,7 km² (o 7º município mais pequeno de Portugal). À semelhança do noroeste português, e em particular da sub-região do Ave, Vizela caracteriza-se por um modelo territorial difuso e disperso, assente numa plurifuncionalidade do uso do solo (indústria, comércio, agricultura, serviços e habitação) e numa estreita ligação com o processo de industrialização patente neste espaço geográfico (CANTEIRO, 2005).

Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (I.N.E., 2011), o município de Vizela contabilizava, em 2011, 23 736 habitantes, apresentando a maior taxa de variação populacional do Ave, com uma variação positiva de 18,6%, no período entre 1991 e 2011. Além disso, Vizela registava, em 2011, uma densidade populacional de 961 hab./km², muito superior à média sub-regional (411 hab./km²), regional (173 hab./km²) e nacional (115 hab./km²). Destaque ainda para o facto de Vizela apresentar uma estrutura etária bastante jovem, sendo que 37% da sua população residente tinha menos de 25 anos, em 2011.

As características naturais de um dado território, nomeadamente a orografia e o clima, são fatores determinantes na implementação de uma estratégia de mobilidade sustentável, na medida em que estes podem incentivar ou desincentivar a utilização dos modos suaves. Em Vizela, verifica-se que 21% do seu território está associado a áreas com declives pouco acentuados (inferiores a 8%) localizando-se junto aos principais cursos de água (Rio Vizela) e no núcleo urbano central. Em termos climáticos, Vizela insere-se numa região com afinidades mediterrâneas, mas com forte influência atlântica, o que se traduz num clima de temperaturas amenas, com pequenas amplitudes térmicas e forte pluviosidade média. Este facto demonstra que Vizela apresenta características naturais que são favoráveis à utilização da bicicleta e andar a pé.

No que diz respeito aos padrões de mobilidade, importa realizar uma análise à evolução da repartição modal entre 2001 e 2011. Desta forma, a partir da análise à Fig. 1 é possível retirar-se algumas conclusões que são transversais tanto a Vizela como no seu contexto supra-municipal.

Primeiramente, verifica-se uma diminuição generalizada do uso do transporte público. Esta diminuição foi mais expressiva em Vizela (-4,4%), do que no Ave (-3,4%), no Norte (-3,1%) e em Portugal (-3,2%). Este facto é bastante negativo uma vez que poderá colocar questões de viabilidade e sustentabilidade económica do serviço de transporte coletivo associados a uma baixa procura, levando assim a dificuldades acrescidas na definição de serviços regulares de transporte público. Em segundo lugar, à semelhança do que ocorre noutras escalas territoriais, o município Vizela regista igualmente uma perda de expressão dos modos suaves, ou seja, do modo pedonal e do modo ciclável. Apesar dos valores do uso da bicicleta estarem agregados aos do uso do motociclo, é sabido que, em 2011, o uso da bicicleta nas deslocações pendulares não ultrapassava os 0,5% no caso de Portugal, sendo que em Vizela estes valores são ainda mais residuais (0,1%). No caso do modo pedonal, verifica-se também um decréscimo em todas as escalas analisadas, sendo que o caso de Vizela é bastante preocupante, uma vez que num período de apenas dez anos, a população que se desloca a pé nas suas viagens pendulares, reduziu drasticamente em um terço. Se em 2001 era o meio de transporte preferido (39%), em 2011, este valor era de apenas 26%. A terceira conclusão que se pode retirar e que está intrinsecamente relacionada com as anteriores, prende-se com o facto de existir um predomínio crescente das deslocações em automóvel. Entre 2001 e 2011, verificou-se um aumento considerável em Portugal (+16,2%), no Norte (+18,3%) e no Ave (+20,9%). No caso de Vizela este aumento foi ainda mais acentuado, com um acréscimo de cerca de 23,3% e passando a ser o meio de transporte mais utilizado nas deslocações pendulares dos vizelenses em 2011 (57%).

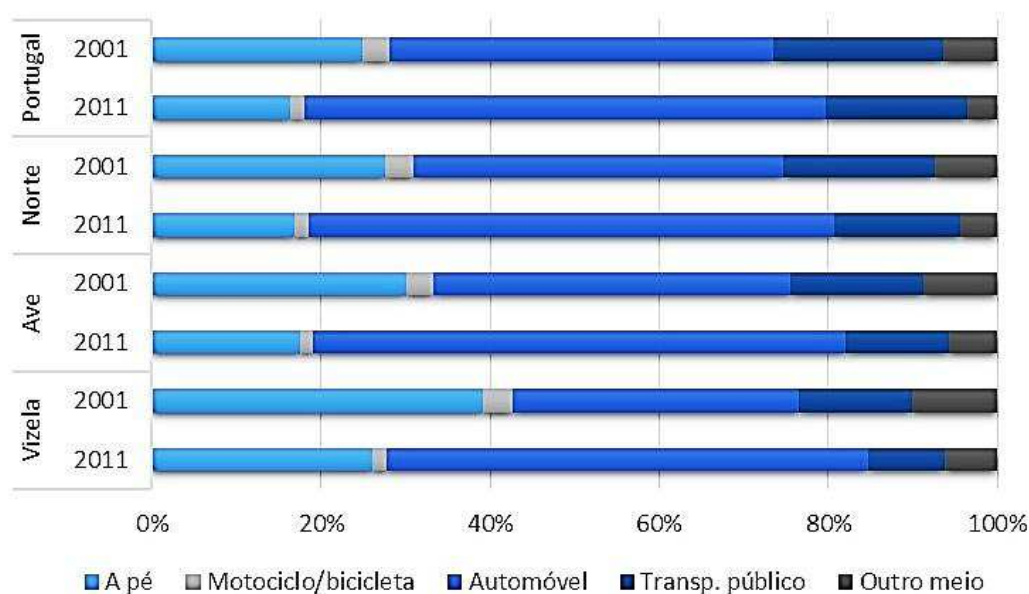


Figura 1 – Evolução da repartição modal, por escala territorial, entre 2001 e 2011.

Face ao exposto, verifica-se que as principais características da evolução da repartição modal centram-se, sobretudo, ao nível da diminuição do transporte público, da perda de expressão dos modos suaves e do predomínio crescente das deslocações em automóvel. Estes factos vêm reforçar a ideia do fenómeno da automobilização das sociedades contemporâneas defendida pela comunidade científica, com os consequentes impactes que este tipo de mobilidade acarreta consigo. Desta forma, torna-se necessário a adoção de medidas com vista a uma mudança no paradigma da mobilidade sustentável através de uma transferência modal (*modal shift*) em torno dos modos suaves.

3. O Projeto

Durante as últimas décadas, Vizela, em paralelo com grande parte da realidade internacional e nacional, foi continuamente desenhada e planeada quase exclusivamente em função do automóvel. Este mono-planeamento em torno do veículo motorizado individual marginalizou outras formas de mobilidade, sobretudo os modos suaves, retirando-lhes o seu espaço e contribuindo para um processo de desumanização da cidade. Além disso, a massificação do automóvel contribuiu para uma degradação da qualidade do ambiente natural e urbano com efeitos nefastos a múltiplas dimensões.

Contrariando essa estratégia do passado, o denominado “Projeto Mobizela” procura traduzir um novo paradigma de mobilidade que se pretende introduzir neste território e assenta num princípio de devolução da cidade de Vizela e dos seus espaços públicos às pessoas que nela habitam, estudam, trabalham ou visitam. Para isso, propõe-se a pedonalização de parte do centro histórico de Vizela e o desenho de uma vasta rede ciclável, no sentido de existir uma efetiva transferência modal do automóvel para o peão e para a bicicleta e de contribuir para uma partilha mais equitativa e

democrática do espaço público. Deste modo, pretende-se construir uma verdadeira cidade para pessoas, sendo que a preocupação com a escala humana e a qualidade de vida deve ser uma constante ao longo deste processo, tornando Vizela uma cidade + Sustentável, + Acessível, + Segura, + Atrativa e + Saudável (S.A.S.A.S.). O nome “Mobizela” deriva da tentativa de agrupar o conceito de mobilidade com o território em que vai incidir este projeto, dando origem a um termo original, curto, de fácil compreensão e fácil de recordar, tal como o exemplo “MobiCascais”.

Relativamente aos procedimentos metodológicos, nas últimas décadas tem-se verificado uma crescente aplicação dos Sistemas de Informação Geográfica (S.I.G.) ao nível do planeamento e do ordenamento do território, estando intrinsecamente associados à análise territorial dos sistemas de transportes. Neste sentido, efetuaram-se operações de análise espacial e modelação, tendo-se recorrido a ferramentas de análise de redes como as Áreas de Serviço e a Matriz de Origem/Destino. Importa salientar que optou-se por desagregar a informação ao nível do edificado, evitando assim possíveis “vazios demográficos” e enviesamentos na distribuição da população por subsecção e tornar a análise mais próxima da realidade.

3.1- Proposta de pedonalização

O município de Vizela, apesar de apresentar um modelo urbanístico disperso, possui um centro urbano relativamente consolidado, com uma grande oferta e diversidade de equipamentos que geram importantes fluxos pedonais. A Fig. 2 representa a distribuição dos principais equipamentos no centro urbano de Vizela e o seu acesso pedonal, no qual é possível observar que existe uma grande concentração de equipamentos num raio de 500 e 1000 metros e que estes estão perfeitamente acessíveis através de curtas deslocações pedonais. Este é um aspeto bastante positivo na implementação de um projeto de mobilidade sustentável, uma vez que é preciso recordar o grande potencial que o modo pedonal tem nas deslocações urbanas de menor distância.

No entanto, a crescente e exagerada utilização do automóvel nas deslocações diárias tem contribuído para uma imagem caótica e desordenada em alguns pontos da cidade de Vizela. Esta problemática verifica-se sobretudo no centro histórico, onde a pressão do automóvel proporciona um agravamento da poluição atmosférica e sonora e origina constrangimentos em termos de circulação e congestionamento. Além disso, a excessiva presença do veículo motorizado individual nesta área sensível contribui para uma progressiva deterioração das condições de *walkability*. Embora o modo pedonal possua uma grande expressão na repartição modal, pelo facto de que, aproximadamente, um em cada quatro vizelenses deslocar-se a pé nas suas viagens pendulares, a rede de percursos pedonais apresenta algumas deficiências. De acordo com um levantamento efetuado em 2011 sobre as condições de acessibilidade no núcleo urbano de Vizela, verificou-se que 10% das ruas não possuem passeios e que cerca de 15% dos passeios existentes possuem uma largura inferior àquela exigida por lei (C.M.V., 2011). Ora, tais valores representam um desafio no que diz respeito à acessibilidade e à segurança da circulação pedonal, contribuindo diretamente para a formação da “cidade das imobilidades” tal como é defendido por TELES (2014). Adicionalmente, verificam-se

outros constrangimentos como a existência de barreiras arquitetónicas/urbanísticas (e.g. árvores, degraus/escadas, candeeiros ou postes de iluminação) que interrompem o percurso pedonal e uma certa “anarquia” da ocupação do espaço público pelos automobilistas através do estacionamento abusivo e ilegal.

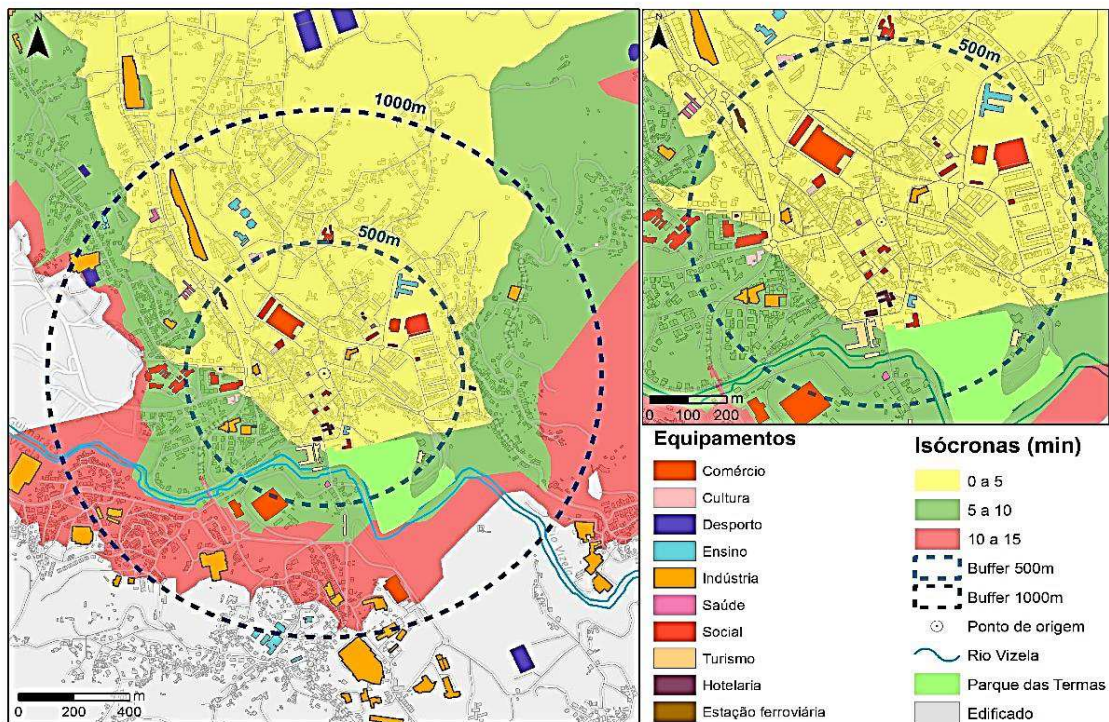


Figura 2 – Acesso pedonal aos principais equipamentos localizados no centro urbano de Vizela.

Neste sentido, propõe-se a pedonalização de parte do centro histórico de Vizela através da remoção da circulação motorizada em determinadas ruas. Assim, a criação de uma ampla área pedonal permitirá obter uma série de benefícios para a manutenção da qualidade do ambiente urbano. Desde logo, com a remoção do tráfego automóvel, as emissões de gases poluentes e os níveis de ruído irão baixar significativamente, o que irá contribuir para uma melhoria da qualidade do ar e, principalmente, da qualidade de vida dos cidadãos. Além disso, existirá um aumento da segurança na usufruição destes espaços através da redução do número de conflitos entre os pedestres e os veículos. Outro fator extremamente positivo que a possível área pedonal trará, é ao nível da atratividade que o centro ganhará, através de um renovado espaço público que seja convidativo e que atraia as pessoas de volta a este local, com uma consequentemente maior dinamização económica. Desta forma, Vizela verá o seu património valorizado, com um centro urbano atrativo e vibrante, envolvendo a comunidade ao mesmo tempo que estimula a atividade económica.

A Fig. 3 apresenta a proposta para a pedonalização de parte do centro histórico de Vizela que aproveita os espaços pedonais da Praça da República e do Jardim Público Manuel Faria e que, na sua fase final, irá abranger uma área total de mais de 15 mil m². Sugere-se que este seja um

processo gradual e faseado, por forma a que a cidade e a própria população se possa adaptar a esta nova realidade e reconhecer as suas vantagens associadas a esta medida, aumentando assim o seu grau de aceitação. Salienta-se que nem todas as ruas podem ser exclusivamente pedonais, sendo necessário garantir o acesso aos moradores locais e aos comerciantes para cargas e descargas.

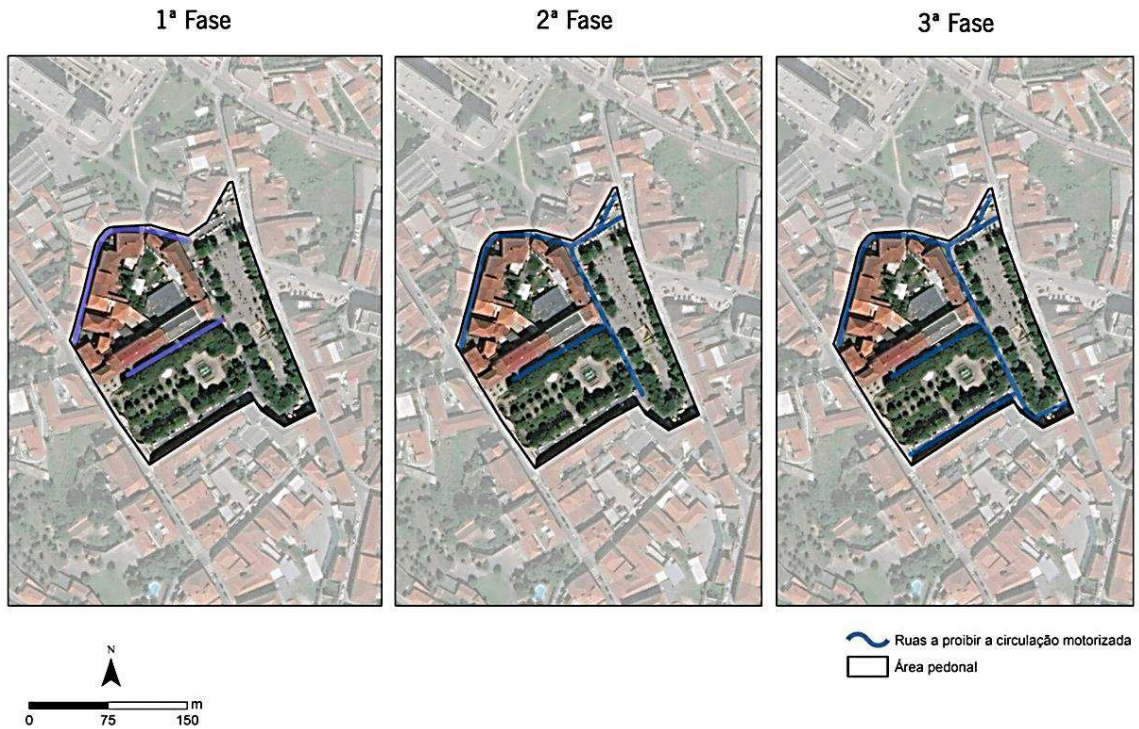


Figura 3 – Fases da proposta de pedonalização.

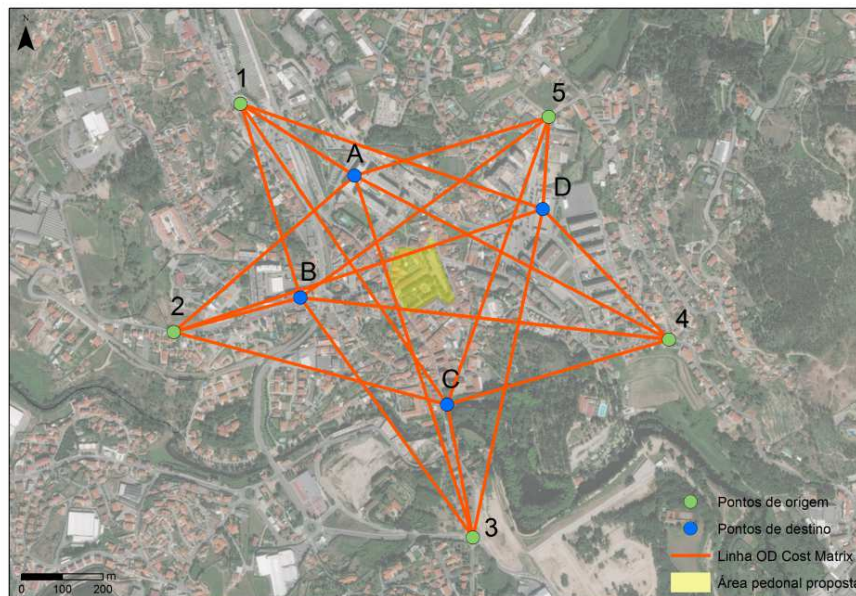


Figura 4 – Localização dos pontos da Matriz Origem/Destino

Um dos maiores obstáculos num projeto de pedonalização de uma determinada área é o receio de que a medida resulte num aumento da distância e dos tempos de viagem da circulação automóvel. Para isso, realizou-se uma análise Matriz Origem/Destino no qual escolheram-se, como pontos de origem, cinco pontos periféricos e de entrada no núcleo central de Vizela (1, 2, 3, 4, 5) e, como pontos de destino, quatro dos principais equipamentos: Câmara Municipal (A), Bombeiros (B), entrada principal do Parque das Termas (C) e Mercado (D) (Fig. 4). Desta forma, torna-se possível comparar cenários com o objetivo de avaliar qual o impacto que a área pedonal proposta poderá vir a ter. Os valores destes cenários (antes e depois da pedonalização) encontram-se expostos na Tabela I. Numa breve análise, constata-se que a proposta de implementação de uma área pedonal no centro histórico de Vizela não trará significativos impactes na circulação automóvel.

Tabela I – Resultados da Matriz Origem/Destino em termos de tempo (minutos)

Pontos de Origem	Pontos de Destino							
	A		B		C		D	
	Antes	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois
1	0,32	0,32	0,43	0,43	1,17	1,17	1,12	1,12
2	1,02	1,02	0,23	0,23	1,05	1,05	1,33	1,43
3	1,19	1,19	0,49	0,49	0,24	0,24	1,41	1,41
4	1,19	1,19	1,40	1,50	1,19	1,19	0,45	0,45
5	0,59	0,59	1,26	1,36	1,33	1,33	0,17	0,17

Fonte: Elaboração própria

3.2- Proposta de rede ciclável

A única infraestrutura ciclável existente no município de Vizela localiza-se na margem esquerda do Rio Vizela, junto ao Parque das Termas. Esta foi inaugurada em 2012, no âmbito da reabilitação da margem ribeirinha do Rio Vizela e é utilizada apenas para fins recreativos e de lazer. Possui uma dimensão residual (pouco mais de 1 km de extensão), sendo claramente insuficiente para servir de forma eficiente a população vizelense. Verifica-se então que existe a necessidade de implantação de uma rede ciclável que deverá responder tanto às necessidades lúdicas como às necessidades de deslocação diária, uma rede que funcionará como um estímulo à utilização da bicicleta em detrimento do automóvel, com claros benefícios em termos ambientais, económicos e sociais. Neste sentido, com o Projeto Mobizela propõe-se a construção de uma extensa rede ciclável que seja coesa e funcional com uma extensão total de 27,7 km distribuídos não só pelo centro urbano, mas também pelas restantes freguesias que compõem o território de Vizela (Fig. 5). Adicionalmente, sugere-se uma possível expansão desta rede para os municípios vizinhos, designadamente Felgueiras,

Lousada, Guimarães e Santo Tirso, por forma a aumentar a sua área de influência e o seu número de utilizadores. Desta forma, a bicicleta poderá ser utilizada como meio de transporte nas intensas deslocações pendulares intermunicipais que se verificam entre estes territórios.

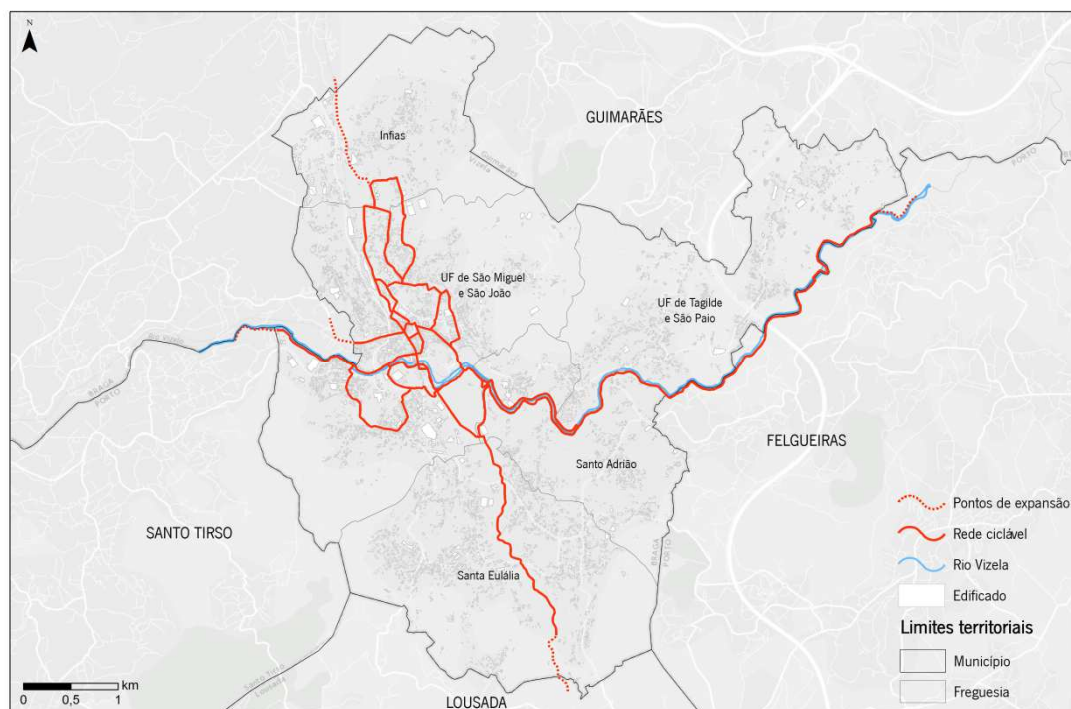


Figura 5 – Rede ciclável proposta.

De acordo com os princípios que emanam do conceito de *bikeability*, uma rede ciclável deve possuir uma grande cobertura territorial e oferecer ligações contínuas, diretas e seguras aos principais polos geradores de tráfego, como equipamentos públicos, áreas residenciais, áreas comerciais ou pontos de lazer. Desta forma, a rede ciclável proposta abrangerá 13 296 habitantes, ou seja, aproximadamente 56% da população residente de Vizela estará a menos de 300 metros de uma infraestrutura ciclável (Fig. 6).

Paralelamente, um dos pontos mais importantes na conceção de uma rede ciclável é a sua ligação aos principais polos geradores de tráfego uma vez que pode representar uma maior taxa de utilização. Através da Fig. 7 é possível constatar que a rede ciclável proposta abrange a maior parte destes equipamentos, estando acessíveis por bicicleta em deslocações até 15 min. Aliás, numa análise mais pormenorizada verifica-se que em deslocações com duração inferior ou igual a 5 minutos é possível aceder, a partir de um percurso ciclável, a uma série de equipamentos.

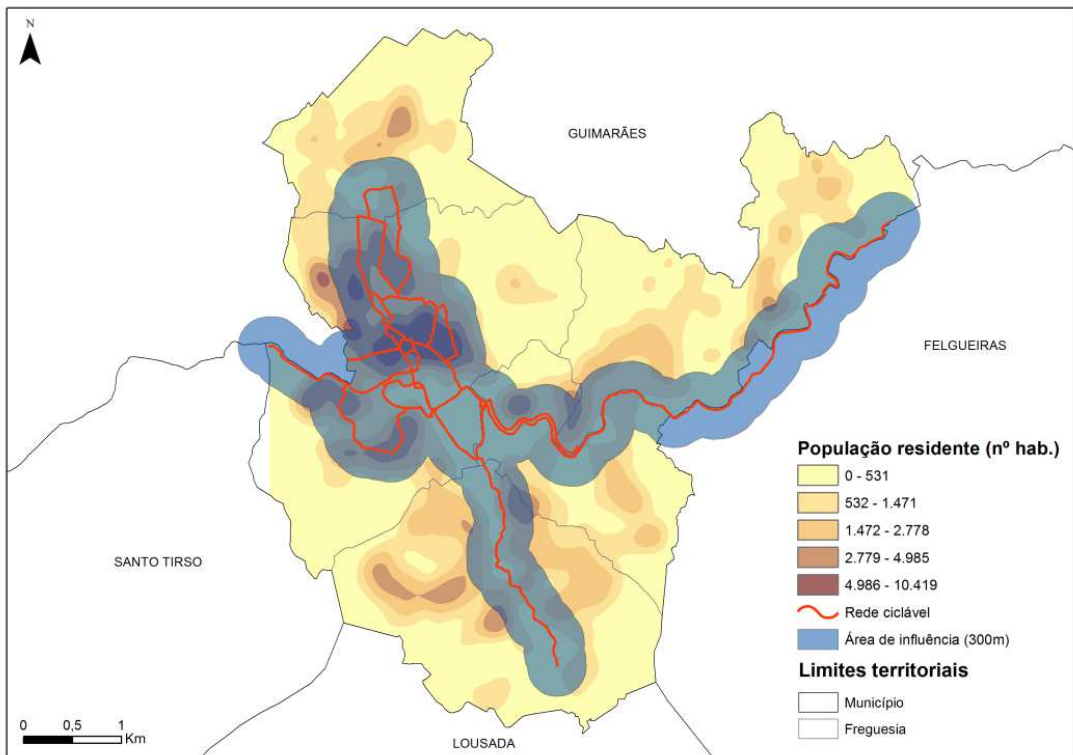


Figura 6 – Área de influência da rede ciclável proposta

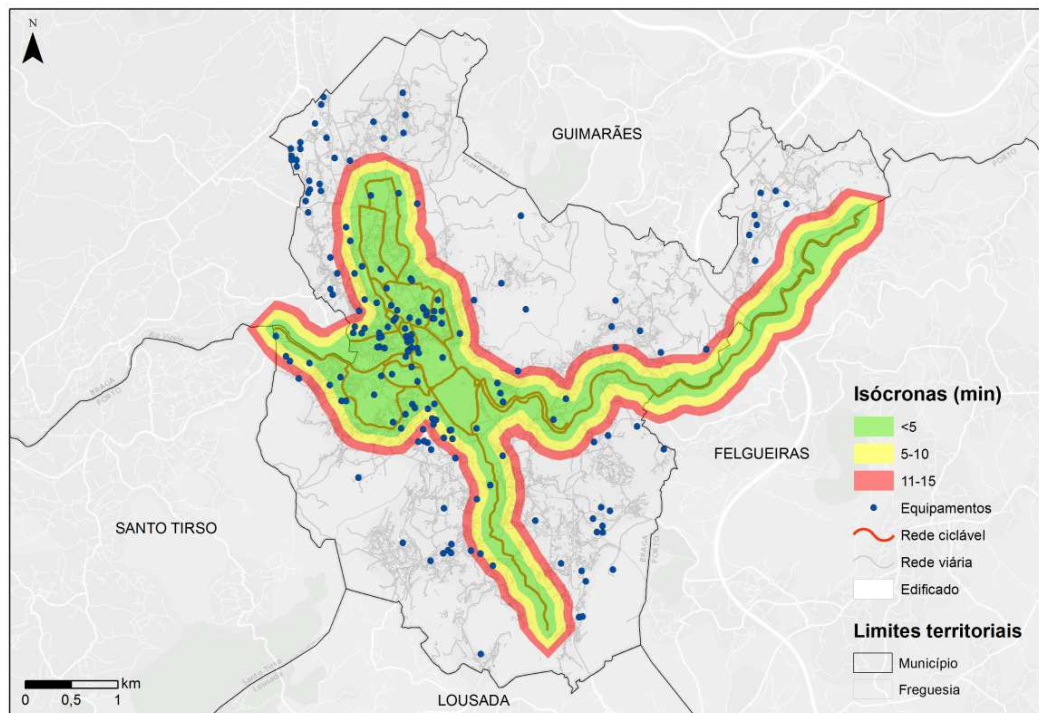


Figura 7 – Equipamentos abrangidos pela rede ciclável até 15 minutos de distância.

No entanto, é importante dedicar uma análise mais centrada num outro equipamento que é considerado fundamental na implementação de uma estratégia de mobilidade sustentável: a escola. Deste modo, considerou-se todas as escolas básicas e secundárias do município de Vizela e verificou-se que a maior parte destas se localiza a menos de 15 minutos da rede ciclável (Fig. 8).

Ao cruzar esta informação com os dados populacionais, constata-se que 55,3% da população vizelense se insere neste intervalo temporal de 15 min., sendo que 30,2% se encontra até 5 minutos de distância. Porém, é necessário efetuar esta análise a um segmento populacional mais restrito, designadamente ao da população com idade compreendida entre os 10 e os 19 anos, uma vez que são estes quem serão os principais utilizadores dos percursos cicláveis para as deslocações a estes equipamentos. Assim, verifica-se que 53,2% dos habitantes entre os 10 e os 19 anos de idade estão a menos de 15 minutos de uma escola a partir da rede ciclável proposta e pouco mais de 1/4 (28,3%) a menos de 5 minutos de distância (Fig. 9).

Desta forma, uma grande parte dos percursos casa-escola podem ser realizados com recurso à bicicleta, no qual se deve promover a implementação de iniciativas cicláveis, como o Bike2school. É importante o incentivo desta camada mais jovem da população a adquirir estes hábitos de deslocação saudáveis, uma vez que, por um lado, são uma forma de combate ao sedentarismo e de promoção do desporto na população em idade escolar e, por outro, são determinantes para uma maior autonomia dos mais jovens.

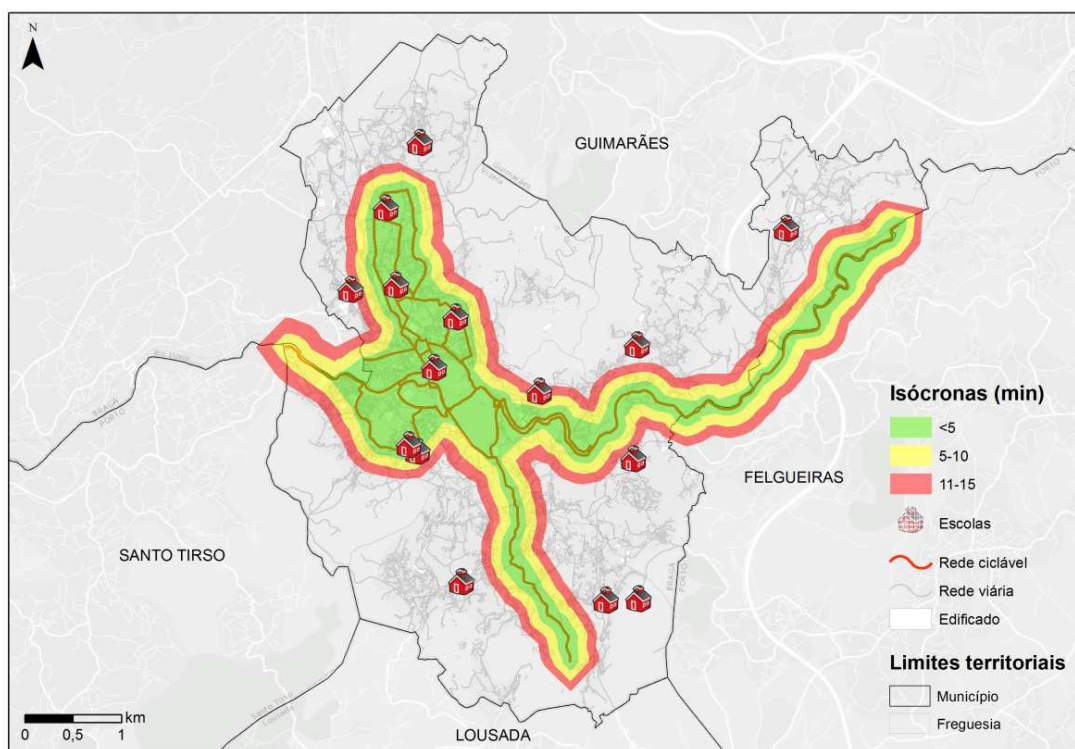


Figura 8 – Escolas abrangidas pela rede ciclável

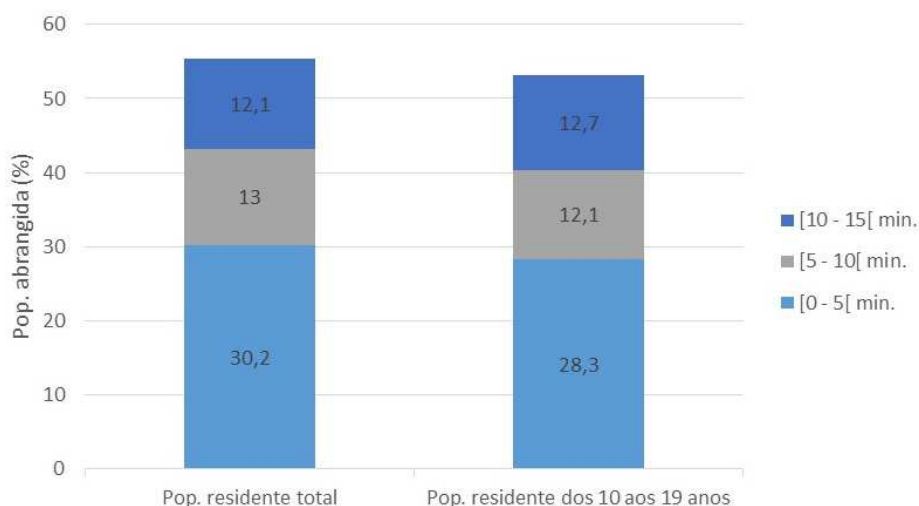


Figura 9 - População (total e dos 10-19 anos) abrangida pela rede ciclável e até 15 min. de uma escola.

3. Considerações finais

A mobilidade sustentável é cada vez mais uma prioridade de quem gere as nossas cidades e os nossos territórios, sendo necessário implementar estratégias e projetos neste âmbito. A Comissão Europeia assim como a comunidade científica têm constantemente alertado para os impactos nocivos que o tradicional mono-planeamento em torno do automóvel tem causado no ambiente, na economia e na sociedade. Neste sentido, verifica-se que existe uma evidente necessidade de se concretizar uma efetiva mudança do paradigma de mobilidade.

Para tal, é fundamental inverter a noção da pirâmide modal atual, no qual os modos de transportes mais sustentáveis, como o andar a pé e a bicicleta, devem ser privilegiados em detrimento do veículo motorizado. Saliente-se que não se trata de criar cidades onde não se possa andar de automóvel; trata-se sim, de criar uma cidade onde o automóvel é uma opção e não uma real necessidade. Desta forma, devem-se desenhar cidades mais caminháveis e mais cicláveis, no sentido de uma utilização mais racional do automóvel e, simultaneamente, garantir melhores condições de vida aos seus habitantes e visitantes.

Porém, não nos podemos basear exclusivamente no célebre princípio “constrói e eles virão”. Assim, a aposta numa estratégia de mobilidade sustentável deve ser encarada como um investimento tanto ao nível da infraestrutura como ao nível das pessoas, no sentido de se alcançar uma verdadeira nova cultura de mobilidade. O maior desafio a ultrapassar reside pois na mudança de mentalidades e comportamentos, uma vez que através da compreensão e adesão das pessoas, sobretudo das camadas mais jovens, é que se conseguirá atingir o sucesso pretendido. Nesta lógica, é fundamental a realização de iniciativas de formação e sensibilização (e.g. Semana Europeia da Mobilidade, Dia Europeu sem Carros, Sexta de Bicicleta, Cycle Chic, Bike2school, EducaBicla, PediBus, entre outras), de modo a estimular uma maior utilização da bicicleta e andar a pé. Além disso, deve-se

salientar um outro fator-chave que é crucial numa estratégia de mobilidade sustentável: a vontade política. A alteração do paradigma de mobilidade que as (so)ci(e)dades contemporâneas devem adotar depende, acima de tudo, da vontade dos seus decisores políticos, no qual os conceitos de descarbonização e de humanização são indissociáveis em prol de uma maior sustentabilidade e qualidade de vida da população.

4. Bibliografia

- AGÊNCIA EUROPEIA DO AMBIENTE (2014). *Noise in Europe*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- AGÊNCIA EUROPEIA DO AMBIENTE (2017). *Air quality in Europe*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE (2018). *Relatório do Estado do Ambiente*. Lisboa: Agência Portuguesa do Ambiente.
- ARUP (2016). *Cities Alive – Towards a walking world*. Londres: Arup.
- BANISTER, D. (2008). The sustainable mobility paradigm. *Transport Policy*, 15, 73-80.
- BOARETO, R. (2010). *A bicicleta e as cidades: como inserir a bicicleta na política de mobilidade urbana*. São Paulo: Instituto de Energia e Meio Ambiente.
- CÂMARA MUNICIPAL DE VIZELA (2011). *Plano de Soluções Integradas de Acessibilidade para Todos*. Vizela.
- CANTEIRO, E. (2005). *Mortalidade Infantil e práticas associadas ao primeiro ano de vida - Um estudo no território de Vizela*. Guimarães: Núcleo de Estudos de População e Sociedade da Universidade do Minho.
- CELIS-MORALES, A., LYALL, D., WELSH, P., ANDERSON, J., STEELL, L. YIBING, G., MALDONADO, R., MACKAY, D., PELL, J., SATTAR, N. & GILL, J. (2017). Association between active commuting and incident cardiovascular disease, cancer, and mortality: prospective cohort study. *British Medical Journal*, BMJ, 357: j1456.
- COMISSÃO EUROPEIA (2000). *Cidades para Bicicletas, Cidades de Futuro*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- COMISSÃO EUROPEIA (2011). *White paper 2011: Roadmap to a single European transport area – towards a competitive and resource efficient transport system*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- COMISSÃO EUROPEIA (2016). *Estratégia Europeia de Mobilidade Hipocarbónica*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- DOMINGUES, A. (2006). *Cidade e Democracia. 30 Anos de Transformação urbana em Portugal*. Lisboa: Argumentum.
- GEHL, J. (2013). *Cidades para Pessoas*. São Paulo: Perspectiva.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2011). XV Recenseamento Geral da População e V Recenseamento Geral da Habitação – Resultados definitivos. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- MERRIMAN, P. (2009). Automobility and the Geographies of the Car. *Geography Compass*, 3, 586-599.
- NEWMAN, P. & KENWORTHY, J. (2015). *The End of Automobile Dependence*. Washington: Island Press.

- NORTON, P. (2008). *Fighting Traffic: The Dawn of the Motor Age in the American City*. Massachusetts: Massachusetts Institute of Technology.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (2016). *Ambient air pollution: A global assessment of exposure and burden of disease*. Genebra: OMS.
- RAMOS, M. (2013). *A automobilização do Pensamento Selvagem*. Lisboa: ISCTE.
- SHELLER, M. & URRY, J. (2000). The city and the Car. *International Journal of Urban and Regional Research*, 24, 737-57.
- TELES, P. (2014). *A Cidade das (i)Mobilidades. Manual técnico de Acessibilidade e Mobilidade para Todos*. Porto: MPT.
- URRY, J. (2004). The 'system' of automobility. *Theory, Culture, and Society*, 21, 25–39.

POLÍTICAS PÚBLICAS DO BRASIL PARA PRODUTOS FLORESTAIS NÃO MADEIREIROS

Nadja Maria da SILVA

Câmpus Floresta, Universidade Federal do Acre

nadjamsilva2006@hotmail.com

Bianca Cerqueira MARTINS

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Acre

efbicerg@hotmail.com

Augusto César Gomes NAGY

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Acre

augustonagy@hotmail.com

Norma da Silva Rocha MACIEL

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

normamaciel03@gmail.com

Resumo

No Brasil, produtos florestais não madeireiros (PFNM) tais como cascas, folhas, frutos, raízes, sementes, resinas, gomas, látex, lenha, beleza cênica e outros, sustentam a subsistência e a economia das comunidades rurais e ribeirinhas, além de parte dos pequenos municípios e empreendimentos de diferentes setores e portes. Este trabalho teve como objetivo caracterizar as Políticas Públicas do âmbito Federal, que se destinam a implementação de projetos para produção de PFNM. Foram analisados aspectos como escopo, regiões prioritárias, públicos-alvo, faixas de valor de financiamento, regras de carência, perspectiva de duração da iniciativa e níveis tecnológicos exigidos. Identificaram-se dezenove Políticas ou Programas, principais, de iniciativa de três Ministérios, contemplam total ou parcialmente os PFNM, nove se sobrepõem no apoio ao manejo florestal sustentável e sistemas agroflorestais. Dentre as linhas de crédito, apenas o PRONAF Eco contempla as cadeias produtivas do dendê e da seringa, e o FCO Conservação da Natureza contempla a produção de seringa, erva-mate, pequi, castanha-do-Brasil, mangaba, cupuaçu, araticum, açaí e outras espécies nativas. As linhas de crédito do BNDES são as que financiam os valores mais elevados na faixa dos milhões, conseqüentemente seus beneficiários são grandes produtores, empresas e multinacionais, provavelmente com investimentos no agronegócio. De modo geral, há crédito disponível para muitas atividades produtivas com a finalidade implementar o manejo florestal sustentável e os sistemas agroflorestais. Cadeias produtivas como produção de açaí, de castanha-do-Brasil e de erva-mate estão em ascensão e possuem políticas públicas de crédito específicas.

Palavras chave: Legislação; Políticas setoriais; Brasil; América Latina.

Abstract

In Brazil, non-timber forest products (NTFP) such as bark, leaves, fruits, roots, seeds, resins, gums, latex, firewood, scenic beauty and others support the livelihood and economy of rural and riverside communities, besides part of the small municipalities and companies of different sectors and sizes. This work aimed to characterize the Public Politics of the Federal scope, which are intended to

implement projects for the production of NWFP. Aspects such as scope, priority regions, target audiences, funding value ranges, lack rules, perspective of the duration of the initiative and the technological levels were analyzed in according its requirement. Nineteen Politics or Programs, main, initiated by three Ministries, fully or partially contemplate NTFP, nine overlap in support of sustainable forest management and agroforestry systems. And between the lines of credit, only PRONAF Eco contemplates the production chains of palm and syringe, and FCO Nature Conservation contemplates on the production of syringe, yerba mate, pequi, brazil nuts, mangaba, cupuaçu, araticum, açaí and other native species. The BNDES credit lines are those that finance the highest values in the millions, consequently the beneficiaries are big producers, companies and multinationals, probably with investments in agribusiness. In general, there is credit available for many productive activities to implement sustainable forest management and agroforestry systems. Productive chains such as açaí production, Brazil nuts and yerba mate are on the rise and have specific public credit politics.

Keywords: Legislation; Sectoral politics; Brazil; Latin America.

1. Introdução

O Brasil, por ser detentor de grande biodiversidade, e assim de imenso capital natural, tem parte do suprimento de insumos utilizados em diferentes segmentos da indústria, além da geração de benefícios e conhecimentos associados ao uso tradicional, feito por populações que os utilizam para a subsistência e/ou os comercializam. Esta economia diversificada é considerada por muitos uma das alternativas para que se consiga manter as florestas “em pé”, pois, como considerado por SANTOS et al., (2003), a valorização apenas da madeira pode inviabilizar a extração de outros produtos e serviços da floresta, favorecendo o desmatamento.

Os referidos produtos são chamados de produtos florestais não madeireiros (PFNM) e, de modo abrangente, são definidos como “todos os produtos de origem vegetal, animal ou paisagístico, incluindo-se a madeira, exceto a madeira destinada à serraria, movelaria e a construção civil, que podem ser extraídos de florestas nativas ou plantadas, ambientes alterados e sistemas agroflorestais, além dos serviços ambientais mantidos por tais ambientes” (SALIMON; MARTINS, 2015, 376).

Entre os séculos XIX e XX, não haviam condições para extrair a madeira e tudo era queimado, somente a partir de 1920 a indústria madeireira propiciou o desenvolvimento da região sudeste com madeiras como peroba, ipê e jacarandá (CABRAL; CESCO, 2008). O pau-brasil, após o descobrimento, forneceu o principal produto florestal inicialmente explorado, mas depois de esgotado no litoral passou a ser trocado com os índios por meio do escambo (BORIS, 1996), uma relação comercial que consiste na troca de bens e serviços sem que haja remuneração em dinheiro (GRAEBER, 2011). Na economia colonial o cacau representou 97% do valor das exportações, a borracha foi o terceiro produto mais importante durante 30 anos, correspondendo a 39% e em 1945 (II Guerra Mundial) chegou a 70%, em seguida na década de 1950, o pau-rosa atingiu 16% e a castanha-do-Pará assumiu a liderança com a participação de 71% da Região Norte (HOMMA, 2003; HOMMA, 2008, p.18).

SILVA (2003) e HOMMA (2010, 2012) destacaram a importância dos PFNM nos aspectos econômico, político e social da Amazônia separando-os em ciclos, tais quais: “drogas do sertão” (1641-1700) e cacau (1701-1850); borracha (1851-1930), múltiplos produtos (castanha-do-pará,

palmito e fruto do açaí) (1931-1970), e a extração da madeira, a partir de 1970. SOUZA et al., (2013) citam o caso do extrativismo da borracha no estado do Acre, que associado a exploração de outros produtos contribuiu com a sustentação econômica da Região.

Há mais de três décadas os PFM foram reconhecidos pela *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO), em 1995, como produtos importantes para a sobrevivência de muitas pessoas, devido a contribuírem, em quantidade e qualidade, com alimentos que fornecerem nutrientes essenciais em locais em que a dieta não seja adequada, de acordo com o suprimento ideal das necessidades nutricionais. MACHADO (2008) ressaltou como esses produtos contribuem com a segurança alimentar e a geração de renda, afirmando que são fonte de alimentos e bens de troca. SANTOS et al., (2003) foram além, associando-os ao uso medicinal pelos povos que residem nas florestas e a usos como: cosméticos, construções, tecnologias tradicionais, produção de utensílios, desenvolvimento turístico, dentre outros.

É direito dos cidadãos alcançar melhorias para sua qualidade de vida, e o Brasil assegura em sua Carta Magna “direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” BRASIL (1988, Art. 6º). Todavia, tais direitos somente são conseguidos pela conscientização de todos, desde a produção até o consumo, com a valorização econômica e ambiental dessa atividade e com divulgação de modelos adequados de produção (FIEDLER et al., 2008).

Entretanto, apesar da reconhecida importância, há carência de informações relativas a quantidade produzida, preços de venda e etapas do processo produtivo, do manejo, da industrialização e da comercialização destes (PEDROZO et al., 2011). Nesse aspecto, FIEDLER et al., (2008) defendem o uso de tecnologias industriais para melhorar a lucratividade pois, dentre todos os PFM potenciais, somente alguns têm valor agregado. Outra questão é a avaliação do risco e do custo energético da transformação de produtos naturais, que deve ser avaliada quanto aos imprevistos ecológicos como a variação de potencial produtivo e todas as etapas da exploração (HOMMA, 2012).

Nos distintos biomas brasileiros (Mata Atlântica, Cerrado, Amazônia, Pantanal, Caatinga e Pampas) onde a exploração de PFM pelas populações locais é necessária a sobrevivência, para FIEDLER et al., (2008), deve ser incentivado o associativismo e o cooperativismo, que BENTES-GAMA (2005) afirmou ser uma alternativa que pode eliminar os atravessadores e aumentar o retorno para o produtor. Deve haver equilíbrio entre a atividade econômica e a conservação florestal, mas como o acesso a escolaridade é limitado e os investimentos financeiros reduzidos a comercialização dos produtos é realizada com dificuldade. Investimentos em mercados, tecnologias e recursos financeiros ainda são feitos aquém do necessário, mas poderão ser alavancados com o crescimento da atividade (BALZON et al., 2004). Ainda hoje, tais dificuldades permanecem como gargalos na economia florestal.

A exploração predatória contribui para degradação dos recursos naturais, então CARVALHO et al., (1984) atribuíram ao manejo racional o papel de integrar ecologia e economia, visando diminuir impactos ambientais e favorecer uma produção contínua, com base em estudo de viabilidade, de

modo a impedir o desmatamento e propiciar a conservação do solo. Como estratégia para conter o desmatamento acelerado, diversos instrumentos normativos e programas são criados com o objetivo de fortalecer a conservação e a preservação dos ecossistemas, incluindo a recuperação de áreas alteradas (VIEIRA, 2010), segundo uma agenda global. Assim, as instituições governamentais (Serviço Florestal Brasileiro (SFB), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), dentre outras oferecem oportunidades que podem beneficiar diferentes PFNM.

O conceito de políticas públicas foi definido por SCHMITHÜSEN (2005, 1) como “conteúdos e decisões relacionadas a campos ou setores específicos, segundo determinam os planos, objetivos e medidas que regulam questões importantes de interesse público”, esse complementou afirmando que são implementadas pelos poderes do Estado, determinados pela Constituição, leis, decretos e demais instrumentos normativos. Para BUCCI (2002, 241), são programas de ação governamental visando coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos relevantes e politicamente determinados. Mas, também, são ações do Estado focadas em segmentos específicos da sociedade, compostas de instrumentos legislativos, econômicos e administrativos (SILVA, 2003). SILVA e RAULI (2005) ressaltam que há campos específicos e que se deve considerar a inter-relação entre instituições, o processo e o seu conteúdo, e a ciência política.

Em tese, a criação de políticas públicas ocorre devido às demandas da sociedade, preferências e dificuldades de participação, devendo ser encarada como um compromisso público de longo prazo para ser estabelecida e controlada pelos cidadãos (PECCATIELLO, 2011). Uma vez que, os resultados das políticas dependem de outras políticas, é requerida uma visão ampla sobre processos de construção e aplicação, considerando-se os resultados políticos, econômicos, sociais e ambientais (SCHMITHÜSEN, 2005), ou haverá dificuldades para a implementação de políticas regionais em função da diversidade de situações, pois a Constituição de 1988 restringiu à União, aos Estados e ao Distrito Federal a competência para legislar sobre florestas e desenvolver programas para gestão, conservação e desenvolvimento sustentável de florestas comunitárias por demandas dos territórios (BRASIL, 1996, 1; HOEFLICH et al., 2007, 5).

O foco em espécies de interesse econômico em risco de extinção e a não disposição de força política, administrativa e financeira governamental (VALLEJO, 2003), geraram políticas econômicas que, segundo BACHA (2004), não consideravam os recursos florestais como essenciais, e ainda incentivou a implementação de modelos econômicos predatórios, estabelecendo políticas setorizadas (floresta, águas, pesca, terras). Para FIELDLER et al., (2008), os programas de manejo florestal comunitários desenvolvidos enfrentam como desafios: burocracia, situação fundiária indefinida; dificuldade de comercialização; falta de assistência técnica; falta de transparência; falta de foco estratégico e dificuldade para punição de infratores.

Esta pesquisa de conjuntura teve como objetivo examinar as políticas públicas federais, relacionadas com os PFNM e que favorecem a inserção desses na economia. É apresentada a cronologia da criação de cada uma e sua correlação com políticas de crédito, bem como a difusão das oportunidades disponibilizadas para distintos públicos.

2. Metodologia

Realizaram-se pesquisas em cartilhas, livros, trabalhos acadêmicos, leis e decretos relacionados ao tema “políticas públicas relativas aos produtos florestais não madeireiros no âmbito federal”, e disponíveis em *websites* oficiais como os do Ministério do Meio Ambiente (MMA), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) e outros. Identificaram-se as políticas vigentes até 2013 no Brasil, diretamente e indiretamente, relacionadas aos PFNM e que contribuem para um melhor ambiente social, logístico ou organizacional, sendo verificados inclusive informes, editais e bancos de dados.

Averigou-se em quais aspectos estas se sobrepõem ou se complementam e identificou-se as atribuições de cada Organização envolvida. Foram analisados: escopo; áreas prioritárias para a difusão da política (Regiões); públicos-alvo (assentados, populações tradicionais, empreendedores (micro e grandes) e/ou outros); faixas de valor para financiamento e regras relacionadas ao tempo de carência.

3. Políticas públicas do Brasil para a promoção de cadeias produtivas de PFNM

Identificaram-se 19 políticas públicas nacionais (PPN), principais, que incentivam o aproveitamento de PFNM, essas são apresentadas de forma sucinta a seguir:

- **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**: Coordenado pelo Ministério da Educação (MEC), objetiva beneficiar os estudantes da educação básica e estimular o desenvolvimento econômico sustentável das comunidades (BRASIL, 2016). Em 2009 foi criado o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), responsável pela transferência dos recursos financeiros. Esse Programa permite que as escolas comprem alimentos para as merendas escolares das próprias comunidades.

- **Estatuto da Terra**: Coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), foi instituído para implementar a Reforma Agrária e promover a Política Agrícola. É implementado pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (BRASIL, 1964). A distribuição de terras é realizada em concomitância com programas de assistência técnica gratuitas e créditos para reforma agrária (BRASIL, 1991). Tem como público alvo: proprietários rurais, posseiros e beneficiários da reforma agrária.

- **Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA)**: Coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), objetiva preservar, melhorar e recuperar a qualidade ambiental. É implementada pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) (BRASIL, 1981). Esta Política, como o Código Florestal, busca garantir a base natural para exploração de produtos florestais madeireiros e PFNM.

- **Programa Nacional de Florestas (PNF)**: Coordenado pelo MMA, objetiva estimular o uso sustentável das florestas, apoiar as iniciativas de manejo comunitário, reprimir crimes ambientais, apoiar industrialização de base florestal, ampliar mercado de produtos com proteção da biodiversidade (BRASIL, 2000a; MMA, 2016b);

- **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**: Coordenado pelo MDA objetiva promover o desenvolvimento sustentável do meio rural, com produção, emprego e renda (BRASIL, 2001). Disponibiliza linhas de crédito para produção e organização social, aplicado com programas de assistência técnica e extensão rural para acesso aos créditos. Por exemplo o Programa de Agroindústria, que apoia a inclusão dos agricultores familiares no processo de agroindustrialização e comercialização da produção (MDA, 2016b);

- **Programa de Desenvolvimento da Agricultura Orgânica (PDAO)**: Coordenado pelo Ministério de Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), cria em 2008, o sistema orgânico de produção agropecuária para acompanhar e auxiliar na promoção dos objetivos, atitudes e valores relacionados a este tipo de produção (BRASIL, 2003b).

- **Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF)**: Coordenado pelo MDA, objetiva garantir a sustentação de preços da agricultura familiar, estimular a diversificação da produção e articular as diversas políticas de crédito e de comercialização (MDA, 2016c). Busca assegurar a remuneração dos custos de produção da agricultura familiar, via PRONAF, viabilizando a amortização ou liquidação das operações de financiamento (BRASIL, 2006a). Por meio do Programa Mais Alimentos permite modernizar a produção com instalações e equipamentos, melhorando a qualidade e os preços dos produtos.

- **Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (PNAFEFR)**: Coordenada pelo MDA e executado pelo INCRA, objetiva envolver os produtores rurais na formulação de políticas públicas para atender a agricultura familiar (BRASIL, 2006b).

- **Programa BR-163 Sustentável**: Coordenado pelo MMA, pretende valorizar a floresta, com cadeias produtivas sustentáveis e a participação das comunidades locais (MMA, 2016c). Faz parte da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) para a Área de Influência da Rodovia BR-163, dos estados do Pará, Mato Grosso e Amazonas.

- **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT)**: Coordenada pelo MMA, objetiva promover o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares (PCTAFs), com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, articula a construção participativa de planos de desenvolvimento comunitários, além de fóruns regionais e locais (BRASIL, 2007).

- **Programa Territórios da Cidadania (PTC)**: Coordenado pelo MDA, objetiva promover e acelerar a superação da pobreza e das desigualdades sociais no meio rural com a estratégia de desenvolvimento territorial com participação social na gestão das políticas públicas dos territórios

(BRASIL, 2008b). Instituições públicas e representantes de organizações sociais compõem o Comitê Gestor Nacional (BRASIL, 2011).

- **Plano Amazônia Sustentável (PAS)**: Coordenado pelo MMA, objetiva orientar o desenvolvimento sustentável da Amazônia, valorizando a diversidade sociocultural e ecológica, reduzindo as desigualdades regionais (MMA, 2016a), com melhorias da infraestrutura, regularização fundiária e combate ao desmatamento.

- **Política Geral de Preços Mínimos (PGPM)**: Coordenada pelo MAPA e executada pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), objetiva garantir preço aos produtos das atividades agrícola, pecuária ou extrativista (BRASIL, 1966; BRASIL, 2008a).

- **Plano Nacional de Promoção das Cadeias dos Produtos da Sociobiodiversidade – Agregação de Valor e Consolidação de Mercados Sustentáveis (PNPCPS)**: Coordenação pelo MDA, objetiva agregar valor e consolidar mercados, fortalecer a organização social e produtiva e os serviços da sociobiodiversidade (MMA, MDA, MDS, 2009).

- **Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar (PFMFCF)**: Coordenado pelo MMA, objetiva favorecer o uso sustentável, promover o bem-estar econômico, ambiental e social, por meio de financiamento de assistência técnica, educação ambiental, pesquisa e tecnologia. O MMA e o MDA compõem o Comitê Gestor que gerencia recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, Fundo Amazônia, Fundo Nacional de Meio Ambiente (BRASIL, 2009).

- **Plano ABC**: Coordenado pelo MAPA, objetiva de reduzir a emissão de Gases de Efeito Estufa (BRASIL 2010b; MAPA, 2012). Regulamenta a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), criando o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAmb), o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado), o Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE), o Plano para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (PCEBECA) e o Plano de Redução de Emissões da Siderurgia (PRES).

- **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER) e Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER)**: Supervisionado pelo MDA, atende gratuitamente beneficiários da reforma agrária e agricultores familiares, focando a agroecologia, com apropriação de inovações tecnológicas e organizativas, adequadas ao público beneficiário e com a integração deste ao mercado produtivo nacional (BRASIL, 2010a); O Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) e as conferências determinam critérios para cadastro de entidades que prestam o serviço de Assessoria Técnica e Extensão Rural (ATER), estimulando a participação e a racionalização dos recursos.

- **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**: Engloba o Programa de Apoio à Conservação Ambiental (PACA) e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais (PFAPR), que são implementados pelos MDA, Ministério do Desenvolvimento Sustentável (MDS) e MMA. É executado

pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), que incentiva a agricultura familiar para a inclusão econômica e social, também o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar, por meio da promoção do abastecimento de alimentos e apoio da sua organização e comercialização (BRASIL, 2003a; BRASIL, 2011). Essa política valoriza a agricultura familiar, permitindo que a merenda escolar e estoques públicos sejam adquiridos de cooperativas de produtores rurais na própria comunidade, estimulando a organização social. **PACA**: Executado pelo MMA, oferece capacitações (ambiental, social, educacional, técnico e profissional) e beneficia agricultores familiares e comunidades de produtores que desenvolvem ações de conservação em seus territórios. **PFAPR**: Executado pelo MDA e pelo MDS, objetiva gerar trabalho e renda de forma sustentável, promover segurança alimentar e nutricional, estimular a participação dos beneficiários em capacitação social, educacional, técnica e profissional. As capacitações são realizadas por meio da atuação de organizações sociais (BRASIL, 2011).

- **Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) e Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO)**: Executados pelo MAPA, objetivam integrar, articular e adequar as ações do Estado para transição agroecológica e para produção orgânica, além de contribuir com desenvolvimento, qualidade de vida e uso racional de recursos ambientais e aumentar oferta e demanda de produtos orgânicos (MAPA, 2009). Nesse contexto, foi criado o extrativismo sustentável orgânico, para gerar produtos extraídos e/ou coletados em ecossistemas que não dependam do uso sistemático de insumos externos (MAPA, 2016a e b). Os produtos orgânicos são certificados e fiscalizados pelo MAPA, têm rastreabilidade, consumidores e órgão fiscalizador têm livre acesso aos locais de produção e processamento (BRASIL, 2003b).

O CONAB é uma empresa pública, vinculada ao MAPA e criada em 1990, voltada para a inclusão social, geração de emprego e renda para comunidades em situação de insegurança alimentar e nutricional (BRASIL, 1990). O CONDRAF, por sua vez, é constituído por membros representantes de Órgãos governamentais e de organizações da sociedade civil, com atuação no desenvolvimento rural sustentável, na agricultura familiar e reforma agrária, dentre outros (BRASIL, 2018).

O desenvolvimento sustentável é um objetivo comum entre os principais Órgãos, isso pode ser percebido a partir da missão a que se propõem:

“Promover a política de desenvolvimento do Brasil rural, a democratização do acesso à terra, a gestão territorial da estrutura fundiária, a inclusão produtiva, a ampliação de renda da agricultura familiar e a paz no campo, contribuindo com a soberania alimentar, o desenvolvimento econômico, social e ambiental do país”. (Ministério do Meio Ambiente, 2018).

“Formular e implementar políticas públicas ambientais nacionais de forma articulada e pactuada com os atores públicos e a sociedade para o desenvolvimento sustentável”. (Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2018).

“Promover o desenvolvimento sustentável da agropecuária e a segurança e competitividade de seus produtos”. (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2018).

A Tabela I, apresenta a cronologia das PPN instituídas entre 1955 e 2012, algumas correlacionadas com políticas de crédito que financiam diversas atividades florestais, os recursos

normalmente têm origem em fundos constitucionais (FC). O Órgão à frente do maior número de políticas é o MDA, que coordena individualmente 15 políticas, três compartilhadas com outros Órgãos, os quais MDS, MMA, CONAB, CONDRAF e INCRA. O MMA apoia seis políticas próprias e uma conjunta com MDA, MDS e CONAB. O MAPA implementa quatro políticas, sendo uma executada pelo CONAB.

Tabela I. Cronologia das Políticas públicas e/ou Programas que abrangem os PFNM.

IDENTIFICAÇÃO	POLÍTICA/PROGRAMA	CRONOLOGIA	COORDENAÇÃO/EXECUÇÃO
19.1	PLANAPO	2012	MAPA
19	PNAPO	2012	MDA
18.2	PFAPR	2011	MDA
18.1	PACA	2011	MDA
18	PAA	2011	MDA/MMA/CONAB
17	PLANO ABC	2010	MAPA
16.1	PRONATER	2010	MDA/CONDRAF
16	PNATER	2010	MDA/CONDRAF
15	PPCPS	2009	MDA
14	PFMFCF	2009	MDA
13	PGPM	2008	MAPA/CONAB
12	PTC	2008	MDA
11	PAS	2008	MMA
10	PNDR(BR 163)	2007	MMA
9	PNPCT	2007	MMA
8.1	MAIS ALIMENTOS	2006	MDA
8	PGPAF	2006	MDA
7	PNAFEFR	2006	MDA/INCRA
6	PDAO	2003	MAPA
5	PRONAF	2001	MDA
4.1	P.AGROINDÚSTRIA	2001	MDA
4	PNF	2000	MMA
3	PNMA	1981	MMA
2	ESTATUTO DA TERRA	1964	MDA
1	PNAE	1955	MEC

Fonte: os Autores (2016).

SILVEIRA (2009) ressaltou que existem divergências, quando da criação das políticas, com relação à definição de conceitos dentro e entre Ministérios e, também, de acordo com interesses políticos distintos ou divergentes. Entretanto, apesar de serem coordenadas e executadas por Organizações de diferentes abordagens, é perceptível que existem aspectos teóricos em comum, que priorizam o acesso à terra, melhoria da qualidade de vida, adequação da capacidade produtiva, proteção do meio ambiente e apoio à comercialização. Também, beneficiam as populações e comunidades tradicionais, bem como, produtores rurais que exploram de forma direta, ou indireta, os PFNM.

O Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), estabeleceu em 2006 princípios, diretrizes, eixos temáticos, objetivos gerais e específicos, além de estratégias para fortalecer o Sistema Nacional de Unidades de Conservação nos âmbitos federal, distrital, estaduais e municipais

do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) de modo a consolidá-lo como um sistema ecologicamente representativo e efetivamente manejado, até 2015. Isso representa o destaque dado às populações tradicionais, especialmente aquelas residentes em unidades de conservação de uso sustentável (BRASIL, 2006c).

Conforme BRASIL (2006c, eixo temático 4.), um dos objetivos gerais definidos é “potencializar o papel das unidades de conservação e demais áreas protegidas no desenvolvimento sustentável e na redução da pobreza” para o qual foi proposta a estratégia de “implementar políticas de incentivo e apoio à produção, escoamento e comercialização dos produtos das unidades de conservação, suas zonas de amortecimento e demais áreas protegidas”. Um compromisso assinado durante a Convenção Sobre Diversidade Biológica, em 1992.

Do ponto de vista dos aspectos abrangidos pelo princípio de equilíbrio proposto pelo conceito de desenvolvimento sustentável (social, econômico, cultural, ecológico e político), os Órgãos governamentais compartilham alguns objetivos comuns (preço, comercialização, mercado, sistema orgânico, organização social, assistência técnica e capital natural) (Tabela II), e se complementam por meio de outros como: crédito, redução de custos, agroindustrialização, agricultura familiar, superação da pobreza, desenvolvimento territorial, qualidade ambiental, conservação, valorização da floresta, redução do desmatamento, manejo comunitário, diversidade cultural e ecológica, produção, plano de desenvolvimento, infraestrutura, formulação de políticas e participação.

Tabela II. Principais aspectos apoiados por Órgãos governamentais executores de políticas públicas que abrangem PFNM no Brasil.

ASPECTO DA SUSTENTABILIDADE	ÓRGÃOS EXECUTIVOS DO GOVERNO FEDERAL			
	MDA	MMA	MAPA	MEC
Econômico	Preço Comercialização Mercado Redução de custos Crédito	Preço Comercialização	Preço Mercado	-
Ecológico	Qualidade ambiental	Conservação da biodiversidade Valorização da floresta	Redução do desmatamento	-
Socioambiental	Sistema orgânico	-	Sistema orgânico	-
Sociocultural	Organização social	Manejo comunitário Diversidade cultural, ecológica	Organização social	-
Socioeconômico	Reforma agrária Assistência técnica Capital natural Agroindustrialização Agricultura familiar Superação da pobreza Desenvolvimento territorial	Cadeias produtivas Capital natural/recursos naturais Plano de desenvolvimento Infraestrutura	Assistência técnica Produção	Alimento
Político	Formulação de políticas	Participação social	-	-

Fonte: Os Autores, 2018.

4. Políticas públicas de crédito que financiam a extração vegetal e a silvicultura no Brasil

As Políticas Públicas de Crédito (PPC) que contemplam os PFNM financiam diversas atividades do setor florestal, dentre elas: o manejo florestal sustentável, a silvicultura, os sistemas agroflorestais e silvipastoris, além de florestas industriais, recuperação de áreas de Reserva legal (RL) e Áreas de preservação permanente (APP). O Código Florestal (Lei nº 12.651/ 2012) estabelece diretrizes a serem seguidas para que se possa aproveitar, de modo econômico e para subsistência, os produtos madeireiros e não madeireiros existentes nas florestas brasileiras (BRASIL, 2012). Neste, são estabelecidas a RL e as APP, cada qual com exigências próprias para a realização do manejo florestal sustentável, mas as atividades de baixo impacto e aproveitamento de PFNM destinados à subsistência têm algumas dessas exigências flexibilizadas (FONSECA, 2012). Para o MMA (2014), esta modalidade de manejo respeita os mecanismos de sustentação, com vistas ao uso múltiplo da floresta, incluindo os serviços florestais.

A União, por meio dos Fundos Constitucionais de Financiamento (FCF), apoia a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), que visa a redução das desigualdades socioeconômicas entre as regiões do País. Para tanto, uma fração das taxas cobradas, como o Imposto de Renda (IR) e o Imposto de Produtos Industrializados (IPI), é destinada pelo Tesouro Nacional às regiões Norte e Centro-Oeste (0,6% cada) e 1,8% para a região Nordeste (MI, 2015). Os financiamentos são realizados por fundos constitucionais regionais como: o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO); o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO); e o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), que atendem a região Nordeste e municípios dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. Esses são executados por bancos públicos regionais como o Banco da Amazônia (BASA), o Banco do Nordeste (BNB), o Banco do Brasil (BB) e o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Até 2013, as PPC existentes estavam distribuídas em 17 linhas de financiamento destinadas ao setor florestal que, atendendo a diversas finalidades florestais, envolvem os PFNM. Essas podem ser acessadas por diversos beneficiários, desde pequenos produtores a grandes empreendimentos. São PPC ou os Fundos Constitucionais (FCO, FNE, FNO, PRONAF e variadas modalidades do BNDES). O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) disponibiliza as linhas crédito: BNDES Florestal, o BNDES Apoio a investimento em Meio Ambiente, o Programa Fundo Clima e seus Subprogramas (Energias Renováveis; Carvão Vegetal; Combate à Desertificação). Esses têm o objetivo de apoiar empreendimentos para a compra de maquinário e equipamentos, para o desenvolvimento tecnológico, considerando-se que, por meio da modernização da produção é possível contribuir para a redução da emissão dos gases do efeito estufa (GEE). Em 2013, R\$ 4.722 milhões foram contratados para atividades contempladas no FNO (MOURÃO; AMIN, 2017).

As linhas de crédito que podem ser acessadas, em qualquer região do País, por diferentes beneficiários, inclusive o produtor rural, seja pequeno, médio ou grande. São 16 tipos de

beneficiários, as associações têm disponíveis 14 dessas linhas de crédito, os produtores rurais (10), as cooperativas (9), as empresas (3), os agricultores familiares e as empresas individuais (7).

A região Norte, embora tenha mais linhas de crédito disponíveis, não tem como prioridade as atividades florestais, havendo desconexão entre o potencial de uso do capital natural da Região e a disponibilização de crédito para favorecer atividades como o manejo florestal. Dentre os beneficiários destes fundos se encontram os produtores rurais, pessoas físicas e jurídicas, associações e cooperativas instaladas também nas regiões Nordeste e Centro-Oeste, e nos municípios dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. Os fundos financiam os setores: Agroindústria, Agropecuária; Comércio, Exportação, Indústria, Mineração, Serviços, Tecnológico e Turístico. Os beneficiários são definidos de acordo com a renda bruta anual, que determina os limites, prazos e carências do financiamento. Uma inovação apresenta o PDAO que tem como beneficiários produtores e consumidores de produtos orgânicos.

O FNE Verde, a linha de crédito com o maior número de categorias de beneficiários, se distingue por apoiar prestadores de serviços, indústrias, comércios, empresas rurais, associações e empresas individuais, o FNO Biodiversidade Apoio à recuperação de APP e RL e o FNO Amazonas Sustentável financiam agricultores familiares, associações, cooperativas, empresas, empresas individuais e empresas públicas. O FNO financia, também, produtores rurais. As linhas de crédito do BNDES financiam elevados valores (milhões) a juros variando em função do crédito, como o PRONAF a 1 % a.a. e o PRONAF Agroecologia e Agroindústria até 2% a.a. Seus beneficiários são grandes produtores, empresas e multinacionais com investimentos no agronegócio. Os Fundos (FCO, FNO, FNE) têm taxas de juros que variam de 5 % a 8,50 %, dependendo do porte de seu beneficiário. O PRONAF Agroindústria financia produtores rurais, empreendimentos familiares, empresas individuais cooperativas, associações e agricultores familiares que, assim como os produtores rurais (pessoas físicas), são contemplados praticamente por todas as linhas de crédito do PRONAF.

FURLANETO (2011) relatou que os financiamentos dos créditos rurais adotados no País sempre privilegiaram os grandes proprietários das regiões Sul e Sudeste, e mesmo após a criação do PRONAF, essa continua sendo a realidade, por ser mais seguro e atraente para as Instituições financeiras distribuírem o crédito para os agricultores com maior capacidade de competição, além disso, grande parte dos agricultores familiares não acessam as Instituições, e se o fazem não preenchem todos os requisitos para obtenção do crédito.

Os prazos de reembolso, o tempo de carência para início do reembolso, as linhas de financiamento e demais condições não se adequam aos longos ciclos necessários para o desenvolvimento de muitas das atividades florestais, que são desenvolvidas em longo prazo e são susceptíveis às variações das condições ambientais. As linhas de crédito possuem prazos que variam de 5 a 20 anos, dependendo do tipo de crédito, do investimento e da finalidade do financiamento. Os menores prazos de reembolso (5 a 10 anos) são os do PRONAF, por exemplo o PRONAF ECO (5 anos). Mas há linhas cujo prazo de reembolso é de 20 anos, são eles: FCO conservação Natureza, PRONAF Floresta, PRONAF Eco para cultura da seringueira. Possuem prazos de 15 anos: FCO

Integração-Lavoura-Pecuária-Floresta, FNE Verde, BNDES Energias renováveis, BNDES Carvão Vegetal, BNDES Florestal e FCO conservação da natureza.

O valor financiado varia de R\$15.000,00 até R\$10.000.000,00 ou 70% da disponibilidade financeira dependendo do porte do empreendimento e da Região em que esteja situado. Mas a exemplo do BNDES esses valores podem atingir cifras mais elevadas ou, no caso do BASA mais baixas. Segundo JANUÁRIO (2008), o tempo de carência varia de acordo com a finalidade e a linha de crédito (entre 1 a 15 anos). A maioria das linhas de crédito tem uma carência de 3 anos, como o PRONAF Semiárido, Agroindústria, Agroecologia e o FCO Integração Lavoura-Pecuária-Floresta. As linhas de crédito PRONAF Eco, Floresta, FCO Conservação da Natureza e FCO Integração-Lavoura-Floresta estabelece 8 anos de carência. Os financiamentos do BNDES operam com carência de 6 meses.

Foram identificadas 41 finalidades favorecidas pelas linhas de crédito florestal, dentre essas, o manejo florestal, os sistemas agroflorestais e a restauração de Biomas, que são as finalidades com mais investimentos disponíveis, como é o caso do BNDES com o combate à desertificação. Poucas possuem cadeia produtiva específica, mas o PRONAF Eco contempla as cadeias produtivas do dendê e da seringa (látex), o FCO Conservação da Natureza contempla as cadeias produtivas da seringa (látex), erva-mate, pequi, castanha-do-Brasil, espécies nativas, mangaba, cupuaçu, araticum e açaí.

Os produtos da extração vegetal e silvicultura produzidos entre 1986 e 2017, apresentaram queda na quantidade (to/ano), exceto aqueles classificados como alimentícios (açaí, castanha-de-caju, castanha-do-pará, erva-mate, mangaba, palmito, pequi, pinhão, umbu e outros (Figura 1) (IBGE, 2017, 2013, 2006, 1996, 1986). Essa tendência de queda produtiva foi semelhante para a produção de carvão vegetal (3.364.773 to/ano; 426.401 to/ano) e de lenha (126.136.230 to/ano; 21.520.156 to/ano), para 1986 e 2017, respectivamente (IBGE, 1986, 2017). Há que se investigar quais fatores levaram a essa redução da produção, se estão relacionados a dificuldades operacionais e legais, ou a mudanças por parte do mercado consumidor.

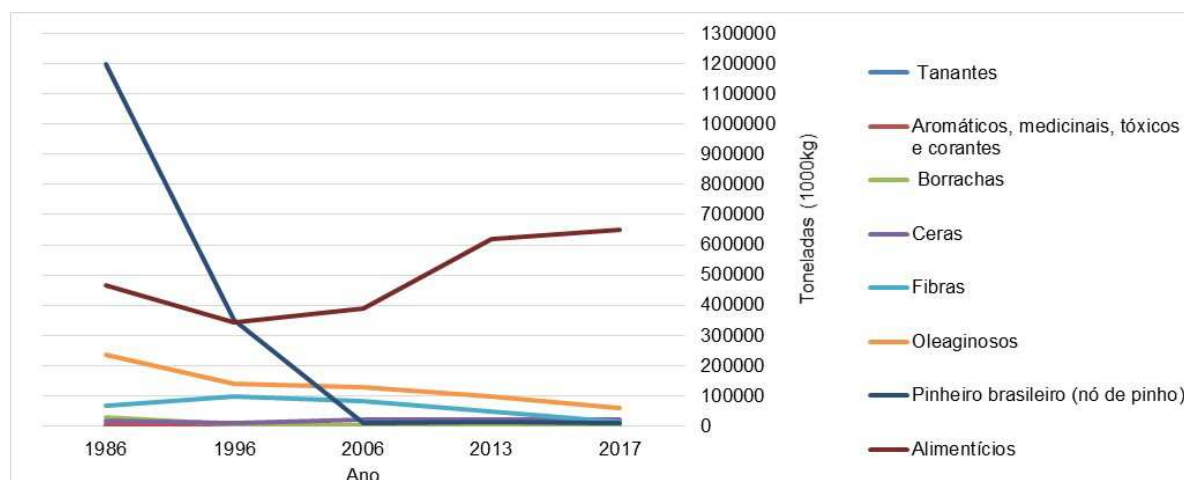


Figura 1. Evolução da produção anual dos principais produtos obtidos com a extração vegetal e a silvicultura brasileira. Fonte: Adaptado de IBGE (1986, 1996, 2006, 2013, 2017).

É importante salientar que, há no País um conjunto de leis que protegem o uso de produtos florestais não madeireiros e que, dentre outras, a Lei n 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), todas as normativas que regulam a gestão das terras indígenas, bem como as demais que tratam da proteção das florestas, do desenvolvimento de atividades agrárias e que tratam da distribuição de terras, garantem conjuntamente suprimentos para as indústrias de base florestal (BRASIL, 2000).

5. Considerações finais

Constatou-se que, ao longo de pelo menos seis décadas, houveram diversos esforços dedicados à promoção de atividades produtivas diversificadas e menos extensivas, para as quais foram disponibilizadas políticas públicas e programas que, de modo direto ou indireto, poderiam estimular a valorização dos PFNM. Mas as políticas de crédito e de assistência técnica gratuita não foram concretizadas suficientemente para possibilitarem a esses produtos a relevância econômica compatível com o potencial brasileiro.

Mas, de modo geral, há crédito disponível para muitas atividades produtivas com a finalidade implementar o manejo florestal sustentável e os sistemas agroflorestais. Cadeias produtivas como produção de açaí, de castanha-do-Brasil e de erva-mate estão em ascensão e possuem políticas públicas de crédito específicas.

Essas Políticas Públicas são articuladas entre vários Ministérios, principalmente o MDA, MMA e o MAPA. Entende-se que a contribuição do INCRA, do MDS e do MEC, supere em muito a influência positiva retratada nesta pesquisa. Além disso, se reconhece que várias organizações não governamentais (ONG) desenvolvem um trabalho primordial, no sentido de apoiarem iniciativas voltadas ao desenvolvimento sustentável e, assim, convergentes com interesses comuns estabelecidos pelos Órgãos governamentais como: superação da pobreza, desenvolvimento territorial, qualidade ambiental, conservação, valorização da floresta, redução do desmatamento, diversidade cultural e ecológica.

Considerando o arcabouço de informações existentes, acredita-se que seja oportuno a realização de uma análise de todas as ações praticadas em função das políticas públicas instituídas, de modo que se possa apontar quais dessas obtiveram resultados positivos e negativos, quais foram os fatores preponderantes para tais resultados e quais aprendizados devem ser incorporados aos mecanismos de planejamento e gestão.

6. Referências Bibliográficas

BACHA, C. J. C. (2004). O Uso de recursos florestais e as políticas econômicas brasileiras. *Estudos Econômicos* [SciELO] 34(2), 393-426. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612004000200007. [Acedido em 14 de novembro de 2018].

- BALZON, D. R.; SILVA, J. C. G. L. da.; SANTOS, A. J. dos. (2004). Aspectos mercadológicos de produtos florestais não madeireiros – Análise retrospectiva, *Floresta*. [Online] 34(3), 363-371. Disponível em: <www.ufmt.br/ppgcfca/.../6657b7364a5100ec1449af2c29dd9dfd.pdf>. [Acedido em 03 de junho de 2014].
- BENTES-GAMA, M. M. (2005). *Importância de produtos florestais não madeireiros (PFNMs) para a economia regional*. Circular Técnica 81, Embrapa, Porto Velho: RO.
- BRASIL. Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, p.49. 30 nov., 1964. (Suplemento).
- BRASIL. Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, Institui normas e preços mínimos de operações de financiamento e aquisição de produtos agropecuários. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 19 de dez., 1966.
- BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 02 de set., 1981.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição [da] República Federativa do Brasil. Senado Federal. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 3 de out., 1988.
- BRASIL. Lei n 8.029, de 12 de abril de 1990. Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração Pública Federal, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 12 de abr., 1990.
- BRASIL. Lei n.º 8.171 de 17 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política agrícola. Câmara dos Deputados. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 12 de mar., 1991.
- BRASIL. Lei n.º 3396 de 17 de agosto de 1996. Estabelece Bases da Política Florestal. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 17 de ago., 1996.
- BRASIL (2000a). Decreto nº 3.420, de 20 de abril de 2000, Dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Florestas – PNF. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 20 de abr., 2000.
- BRASIL (2000b). Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 19 de jul., 2000.
- BRASIL. Decreto nº 3.991, de 30 de outubro de 2001, Dispõe sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 31 de out., 2003.
- BRASIL (2003a). Lei nº 10.696 de 2 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 3 de jul., 2003.
- BRASIL (2003b). Lei Federal nº 10.831 de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 24 de dez., 2003.
- BRASIL (2006a). Decreto nº 5.996, de 20 de dezembro de 2006, Dispõe sobre a criação do Programa de garantia de preços para a agricultura familiar - PGPAF e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 21 de dez., 2006.
- BRASIL (2006b). Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 25 de jul., 2006.
- BRASIL. (2006c). Decreto n. 5.758, de 13 de abril de 2006, Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 17 de abr., 2006, p.1.
- BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 8 de fev., 2007.

- BRASIL (2008a). Lei. Nº 11.775, de 17 de setembro de 2008. Institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 18 de set., 2008.
- BRASIL (2008b). Decreto s/n., de 25 de fevereiro de 2008, Institui o Programa Territórios da Cidadania. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, p. 1, 25 de fev., 2008.
- BRASIL. Decreto 6.874, de 05 de junho de 2009, Instituto Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar - PMCF. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 08 de jun., 2009.
- BRASIL (2010a). Lei nº 12.188 de 11 de janeiro de 2010. Institui a PNATER e o PRONATER, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 12 de jan., 2010.
- BRASIL (2010b). Decreto nº 7.390, de 9 de dezembro de 2010, Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 10 de dez., 2010.
- BRASIL (2011). Lei nº 12.512 de 14 de outubro de 2011. Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 17 de out., 2011.
- BRASIL. Código Florestal Brasileiro. Lei n. 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 28 de mai., 2012, p. 1.
- BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae>>. [Acedido em 03 de fevereiro de 2016].
- BRASIL. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead). CONDRAF. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/node/24919>. [Acedido em 13 de novembro de 2018].
- BORIS, F. (1996). *História do Brasil cobre um período de mais de quinhentos anos, desde as raízes da colonização portuguesa até nossos dias*. Edusp, Disponível em: <oficinas.incubadora.ufsc.br/index.php/revhist/article/download/.../1079>. [Acedido em 03 junho de 2014].
- BUCCI, M. P. D. (2002) *Direito administrativo e Políticas Públicas*. Editora Saraiva. Editora Saraiva; Ed.1. ISBN10 8502035355. 298 p.
- CABRAL, D. de C.; CESCO, S. (2008). Notas para uma história da exploração madeireira na mata atlântica do sul-sudeste. *Rev. Ambiente & Sociedade*. [Online] 11(1), p. 33-48. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/317/317111104.pdf>>. [Acedido em 03 junho de 2014].
- CARVALHO, J. O. P.; SILVA, J. N. M. LOPES, J. C. A.; COSTA B., H. (1984). *Manejo de florestas naturais do trópico úmido com referência especial à Floresta Nacional do Tapajós no estado do Pará*. Embrapa, Porto Velho: RO. Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Úmido – CPATU, Belém. PA.
- FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. (1995). *Non-wood forest products and nutrition*. In Report of the international expert consultation on non-wood forest products. Rome, Italy. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/V7540e/V7540e15.htm>>. [Acedido em 03 de julho de 2014].
- FIEDLER, N. C.; SOARES, S. T.; SILVA, G. F. (2008). Produtos Florestais Não Madeireiros: Importância e manejo sustentável da floresta. *Revista Ciências Exatas e Naturais*. [Online] 10 (2), 263-278. Disponível em: <https://revistas.unicentro.br/index.php/RECEN/article/download/712/885>. [Acedido em 15 de novembro de 2018].
- FONSECA, B. C. R. (2012). *As principais alterações trazidas pelo novo Código Florestal brasileiro*. Pós-Graduação Lato Sensu. Rio de Janeiro: Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.
- FURLANETO, T. (2011). *Crédito rural e a Agricultura Familiar no Brasil*. Programa Nacional de Formação em Administração Pública (Pós-graduação). Maringá: PR.
- GRAEBER, D. *O mito do escambo*. Subla. Disponível em: we.riseup.net/subta/mitodoescambo. [Acedido em 10 de novembro de 2018].

- HOEFLICH, V. A.; SILVA, J. de A.; SANTOS, A. J. (2007). *Política florestal: conceitos e princípios para a sua formulação e implementação*. Colombo: Embrapa Florestas. ISSN 1679-2599.
- HOMMA, A. K. O. (2003). *História da agricultura na Amazônia: da era pré-colombiana ao terceiro milênio*. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica.
- HOMMA, A. K. (2012). O Extrativismo vegetal ou plantio: qual a opção para a Amazônia? *Estudos avançados*. [Online] 26, 74. São Paulo. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142012000100012. [Acedido em 14 de julho de 2014].
- HOMMA, A. K. O. (2008). *Extrativismo, Biodiversidade e Biopirataria na Amazônia*. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica. 97p. ISSN 16775473;27.
- HOMMA, A., K. O. (2010). Política agrícola ou política ambiental para resolver os problemas da Amazônia? *Revista Política Agrícola*, 19 (1), 99-102.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Quantidade produzida e valor da produção na extração vegetal, por tipo de produto extrativo. Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/geratabela?name=Tabela1.xlsx&format=xlsx&medidas=true&query=t/289/n1/all/n2/all/n3/all/v/allxp/p/2017/c193/all/l/t%2Bp,v,c193>. [Acedido em 11 de novembro de 2018].
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2013. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/74/pevs_2013_v28.pdf. [Acedido em 11 de novembro de 2018].
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2006. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/74/pevs_2006_v21.pdf. [Acedido em 11 de novembro de 2018].
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 1986. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/74/pevs_1996_v11.pdf. [Acedido em 11 de novembro de 2018].
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 1996. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/74/pevs_1986_v1.pdf. [Acedido em 11 de novembro de 2018].
- JANUÁRIO, V. P. S. (2008). *Linhas de financiamento para atividades florestais*. Monografia de Graduação. Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- MACHADO, F. S. (2008). *Manejo de Produtos Florestais Não Madeireiros: um manual com sugestões para o manejo participativo em comunidades da Amazônia*. Rio Branco: Acre (PESACRE e CIFOR).
- MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento). Institucional: missão. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/aceso-a-informacao/institucional>. [Acedido em 12 de novembro de 2018].
- MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento). Instrução Normativa nº 64, de 18 de dezembro de 2008. Regulamento técnico para os sistemas orgânicos de produção animal e vegetal. Disponível em: http://ibd.com.br/Media/arquivo_digital/4c297318-e2cb-4784-aa22-f726260ce7e3.pdf. [Acedido em 05 de abril de 2016].
- MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento). Instrução Normativa nº 17, de 28 de maio de 2009. Normas técnicas para a obtenção de produtos orgânicos oriundos do extrativismo sustentável orgânico. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Desenvolvimento_Sustentavel/Organicos/Legislacao/Nacional/Instrucao_Normativa_Conjunta_MAPA-MMA_n_0_017_de_28-05-2009.pdf. [Acedido em 05 de abril de 2016].
- MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento). Plano setorial de mitigação e de adaptação às mudanças climáticas para a consolidação de uma economia de baixa emissão de carbono na agricultura: plano ABC (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono). Brasília: MAPA/ACS, 2012. 173

- p. Disponível em: < <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/plano-abc/arquivo-publicacoes-plano-abc/download.pdf> >. [Acedido em 13 de fevereiro de 2016].
- MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento). (2016a). Regularização da Produção Orgânica. Disponível em: < <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/regularizacao-da-producao> >. [Acedido em 13 de fevereiro de 2016].
- MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento). Legislação Orgânicos – Nacional. (2016b). Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/portal/page/portal/Internet-MAPA/pagina-inicial/desenvolvimento-sustentavel/organicos/legislacao/Nacional>>. [Acedido em 13 de fevereiro de 2016].
- MDA, MDS, MMA. Portaria Interministerial Nº 239, de 21 de julho de 2009. Estabelece orientações para a implementação do Plano nacional de proteção as cadeias de produtos da sociobiodiversidade. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <http://www.normasbrasil.com.br/norma/?id=215364>. [Acedido em 27 de outubro de 2018].
- MDA. (Ministério do Desenvolvimento Agrário). Institucional: Missão, Visão e Valores. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/miss%C3%A3o-vis%C3%A3o-e-valores>. [Acedido em 12 de novembro de 2018].
- MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário). (2016a). Programa de Agroindústria. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-agro/sobre-o-programa>>. [Acedido em 13 de fevereiro de 2016].
- MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário). (2016b). PRONAF Mais Alimentos. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-mais/sobre-o-programa>>. [Acedido em 13 de fevereiro de 2016].
- MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário). (2016c). Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar - Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-pgpaf/sobre-o-programa>>. [Acedido em 13 de fevereiro de 2016].
- MI (Ministério da Integração). Fundos Constitucionais de Financiamento (FCF). Disponível em: <http://www.mi.gov.br/fundos-constitucionais-de-financiamento>. [Acedido em 13 de novembro de 2018].
- MMA. (Ministério do Meio Ambiente). Apresentação institucional: missão. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/institucional.html>. [Acedido em 12 de novembro de 2018].
- MMA. Ministério do Meio Ambiente. Produtos Madeireiros e Não Madeireiros. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/florestas/manejo-florestal-sustent%C3%A1vel/produtos-madeireiros-e-n%C3%A3o-madeireiros>>. [Acedido em 03 julho de 2014].
- MMA (Ministério do Meio Ambiente). (2016a). Plano Amazônia Sustentável. Disponível em: < <http://www.mma.gov.br/florestas/controle-e-preven%C3%A7%C3%A3o-do-desmatamento/plano-amaz%C3%B4nia-sustent%C3%A1vel-pas.html> >. [Acedido em 14 de fevereiro de 2016].
- MMA (Ministério do Meio Ambiente). (2016b). Programa Nacional de Florestas. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/florestas/programa-nacional-de-florestas>>. [Acedido em 14 de fevereiro de 2016].
- MMA (Ministério do Meio Ambiente). (2016c). Projeto BR-163. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/florestas/projeto-br-163>>. [Acedido em 14 de fevereiro de 2016].
- MOURÃO, K. A. DA C.; AMIN, M. M. (2017). *O Fundo constitucional de financiamento do Norte (FNO) e o desenvolvimento econômico da região: Uma análise dos resultados alcançados no período 2007-2016*. In II Seminário Internacional América Latina: Políticas e conflitos contemporâneos. Universidade Federal do Pará. BELÉM, PA. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/327387889_O_FUNDO_CONSTITUCIO
- NAL_DE_FINANCIAMENTO_DO_NORTE_FNO_E_O_DESENVOLVIMENTO_ECONOMICO_DA_REGIAO_--_UMA_ANALISE_DOS_RESULTADOS_ALCANCADOS_NO_PERIODO_2007-2016. [Acedido em 13 de novembro de 2018].

- PECCATIELLO, A. F. O. (2000). *Políticas públicas ambientais no Brasil: da administração dos recursos naturais (1930) à criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense.
- PEDROZO, E. A.; SILVA, T. N. da; SATO, S. A. S.; OLIVEIRA, N. D. A. (2011). Produtos Florestais Não Madeiráveis (PFNMS): as Filières do açaí e da castanha da Amazônia. *Revista de Administração e Negócios da Amazônia*. [Online] 3(2), 88-112. Disponível em: <<http://www.periodicos.unir.br/index.php/rara/article/viewFile/201/234>>. [Acedido em 13 junho de 2014].
- SALIMON, C. I.; MARTINS, B.C. (2015). Uso de sementes de palmeiras na produção de artesanato no Acre. In R. C. dos Santos & A. Siviero (Org.), *Agroecologia no Acre*. (pp. 371-388).1 ed. Rio Branco: IFAC.
- SANTOS, A. J.; HILDEBRAND, E.; PACHECO, C. H. P.; PIRES, P.T.L.; ROCHADELLI, R. (2003). Produtos não madeireiros: conceituação, classificação, valoração e mercados. *Revista Floresta*. [Online] 33 (2), 215-224. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/floresta/article/view/2275/1900>. [Acedido em 14 de julho de 2014].
- SILVA, J. de A. (2003). *Quebrando castanha e cortando seringa*. Seropédica: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- SILVA, C. L. da; RAULI, F. de C. (2009). Avaliação de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável: um estudo de caso dos programas de educação de Curitiba de 1998 a 2005. *Semestre Econômico*. 12 (23), 77-96. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/seec/v12n23/v12n23a5.pdf>. [Acedido em 18 de julho de 2014].
- SILVEIRA, J.S. (2009). A multidimensionalidade da valorização de produtos locais: Implicações para políticas públicas, mercado, território e sustentabilidade na Amazônia. Tese de Doutorado. Brasília: Universidade de Brasília.
- SOUZA, Z. B.; MEDEIROS, A. K.; REIS, C. P. (2013). *Desafios para a articulação local e territorial em projetos de desenvolvimento: A experiência do Acre*. In: Encontro da ANPAD, 37. Rio de Janeiro (Universidade Federal Fluminense). Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad_2013/APB/Tema%202/2013_EnANPAD_APB2425.pdf>. [Acedido em 08 agosto de 2014].
- SCHMITHÜSEN, F. (2005). Comprender el impacto transversal de las políticas: aspectos jurídicos y de políticas. In Y. C. DUBÉ & F. SCHMITHÜSEN (Ed.), *Impactos inter-sectoriales de las políticas forestales y de otros sectores* (pp. 7-50). Roma: FAO. Foundation Agriculture Organization of the United Nations.
- VALLEJO, L. R. (2002). Unidades de conservação: uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e de políticas públicas. *Rev Geographia* [Online], 4(8), 51-72. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13433>. [Acedido em 22 de junho de 2014].
- VERÍSSIMO, A. (2006). *Estratégia e Mecanismos Financeiros para Florestas Nativas do Brasil*. Documento Técnico, FAO. Brasília: Ministério do Meio Ambiente.
- VIEIRA, T. R. S. (2010). As funções do Estado na área florestal: os instrumentos de gestão florestal e a descentralização ambiental no Brasil. *Revista EVOCATI*. n.60, 253-271.

AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS AGRÍCOLAS E DE DESENVOLVIMENTO RURAL, NO ENSINO E NA INVESTIGAÇÃO EM PORTUGAL

Margarida Quintela MARTINS

CICS.NOVA / INIAV.IP

Margaridaqm@gmail.com

Resumo

As alterações climáticas são identificadas "como uma das maiores ameaças ambientais, sociais e económicas que o planeta e a humanidade enfrentam". Nas últimas décadas tem-se vindo a verificar um aumento considerável de secas, de cheias e outros eventos extremos. A ocorrência destes fenómenos é cada vez mais frequente e a sua intensidade também tem vindo a aumentar.

Estes e outros eventos climáticos têm vindo a acontecer à escala global e estão a afectar o equilíbrio de alguns ecossistemas e até a sua própria continuidade. Neste sentido, o tema Alterações Climáticas tem suscitado a atenção de cientistas de várias especialidades que tentam procurar soluções de adaptação e mitigação das suas consequências.

Pretende-se estudar a integração desta problemática na investigação, formação de recursos humanos e políticas públicas nas áreas da agricultura, floresta e desenvolvimento rural. Tentando perceber a evolução, continuidade e inovação, nomeadamente, no desenho das políticas propriamente ditas, na disseminação do conhecimento académico e da formação profissional dos recursos humanos ligados ao sector primário e por outro lado, perceber como tem sido o caminho traçado no âmbito do conhecimento científico ao nível das instituições de investigação, desenvolvimento e inovação. O estudo focará o Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I.P., Laboratório do Estado do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural.

Palavras-chave: Agricultura e desenvolvimento rural, alterações climáticas, investigação e inovação, políticas públicas

Abstract

Climate change is identified as "one of the greatest environmental, social and economic threats facing the planet and humanity". In the last decades has been observed a considerable increase in droughts, floods and other extreme events. The occurrence of these phenomena is increasingly frequent and their intensities are also increasing.

These events occur on a global scale and are affecting the balance and even the continuity of life of various ecosystems. Climate Change is one of the main global challenges that has been studied from different perspectives with the aim of finding adaptation and mitigation solutions.

This project intends to study the integration of this problem in research, human resources training and public policies in the areas of agriculture, forestry and rural development. Trying to understand the evolution, continuity and innovation, particularly in the design of public policies, the dissemination of academic knowledge and training of human resources linked to the primary sector. On the other hand, realize how has been the path traced in the knowledge research, development and innovation institutions. The study will focus the National Institute of Agrarian and Veterinary Research, I.P., which is the State Laboratory of the Ministry of Agriculture, Forestry and Rural Development.

Keywords: Agriculture and rural development, climate change, research and innovation, public policy

1. Introdução

A generalidade dos cenários relativamente a alterações climáticas de acordo com o Intergovernmental Panel on Climate Change - IPCC, e também apresentados por estudos elaborados no âmbito dos projectos SIAM I (2002)¹, SIAM II (2006) e CLIMAAT (2006)², projecta para o período compreendido entre 2080-2100, um aumento de temperatura global entre 1,4°C e 5,8°C, relativamente à média de 1961 a 1990. A região mediterrânica devido à sua localização geográfica será uma das mais afectadas pelas características climáticas desta região, que é muito influenciada pelo clima seco e árido do Norte de África. Prevendo-se um aquecimento global das temperaturas, os principais efeitos poderão ser notados nas alterações dos padrões de pluviosidade que serão mais escassos, o que contribuirá para tornar os solos mais secos e contribuir cada vez mais para a escassez de água, nomeadamente na alimentação dos rios do Sul da Península Ibérica caracterizados, sobretudo por serem rios de regime irregular com períodos de estiagem. Por outro lado poderão também ocorrer chuvas muito fortes e cheias em épocas em que normalmente não é habitual. Toda a região mediterrânica tornar-se-á mais seca, o que provocará grandes impactes nas actividades agroflorestais e consequentemente produzirá efeitos económicos graves.

Este artigo descreve sumariamente o trabalho que se encontra em desenvolvimento, no âmbito da tese de doutoramento do programa doutoral em alterações climáticas e políticas de desenvolvimento sustentável, e procura fazer uma observação e análise aos caminhos percorridos ao longo dos últimos anos sobre este tema, bem como encontrar os actores envolvidos, os objectivos e o que se conseguiu alcançar.

Pretende-se estudar a integração desta problemática na investigação, formação de recursos humanos e políticas públicas nas áreas da agricultura, floresta e desenvolvimento rural. Tentando perceber a evolução, continuidade e inovação, nomeadamente, no desenho das políticas propriamente ditas, na disseminação do conhecimento académico e da formação profissional dos recursos humanos ligados ao sector primário e por outro lado, perceber como tem sido o caminho traçado no âmbito do conhecimento científico ao nível das instituições de investigação, desenvolvimento e inovação. O estudo focará investigação desenvolvida no Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I.P., Laboratório do Estado do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural.

2. As Alterações Climáticas na região mediterrânica

As Alterações Climáticas – AC são identificadas “como uma das maiores ameaças ambientais, sociais e económicas que o planeta e a humanidade enfrentam”. Nas últimas décadas tem-se vindo a verificar um aumento considerável de secas, de cheias e outros eventos extremos. A ocorrência

¹ O Projeto "Climate Change in Portugal. Scenarios, Impacts and Adaptation Measures" (SIAM) iniciou-se em meados de 1999, com o financiamento da Fundação Calouste Gulbenkian e da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

² O projeto “Clima e Meteorologia dos Arquipélagos Atlânticos” (CLIMAAT), foi desenvolvido no âmbito da iniciativa comunitária INTERREG_III B.

destes fenómenos é cada vez mais frequente e a sua intensidade também tem vindo a aumentar. Estes e outros eventos atmosféricos têm vindo a acontecer à escala global e estão a afectar o equilíbrio de alguns ecossistemas e até a sua própria continuidade.

As AC são um tema transversal de estudo e tem suscitado a atenção de cientistas de várias especialidades que tentam procurar soluções de adaptação e mitigação das AC.

Os principais efeitos notados devido às AC são o aquecimento global das temperaturas, alterações dos padrões de pluviosidade (mais escassos), os solos mais secos, a escassez de água, uma insuficiente alimentação dos rios da Península Ibérica. Toda a região mediterrânica tornar-se-á mais seca, o que provocará grandes impactes nas atividades agroflorestais e consequentemente produzirá efeitos económicos graves.

De acordo com diversos estudos, o clima está a mudar globalmente, há regiões do Mundo que serão mais afetadas do que outras devido à sua predisposição natural e localização geográfica. “Devido à variabilidade regional e à gravidade dos impactos climáticos, a maioria das medidas de adaptação deve ser tomada ao nível nacional, regional ou local” (CCE 2009). A região mediterrânica irá ser das mais afetadas no Mundo. As alterações dos padrões dos regimes de pluviosidade bem como a probabilidade de uma maior ocorrência de eventos extremos, como secas severas, ondas de calor, excesso de insolação e ventos com rajadas muito fortes, contribuirão acentuadamente para a problemática da desertificação. Estes eventos levarão à perda de matéria orgânica e portanto a capacidade de retenção de água nos solos diminuirá ou desaparecerá, o que nos sistemas de regadio é fundamental para a competitividade das culturas mediterrânicas, que provavelmente serão extintas se não se criarem medidas e técnicas de adaptação para estas regiões. Estes fatores, além do aumento da temperatura, vão precipitar o acentuar das consequências climáticas naturais em algumas regiões, que potenciarão a desertificação, a poluição e a pobreza, e muitas pessoas ver-se-ão obrigadas a deslocarem-se para outras regiões do Mundo para conseguirem subsistir.

O conceito de Desenvolvimento Sustentável foi utilizado pela primeira vez no Relatório de Brundtland, elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento e publicado em 1987, com o título “O Nosso Futuro Comum”, que define “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprirem as suas próprias necessidades”. O desenvolvimento sustentável é um conceito que abrange várias áreas, assentando essencialmente num ponto de equilíbrio entre o crescimento económico, equidade social e a protecção do ambiente. O equilíbrio destes três pilares fundamentais define este conceito. Trata-se de um conceito ainda impreciso e com lacunas e talvez inatingível para a humanidade, porém é utilizado de uma forma simbólica para definir o que se julga ser aceitável em termos de sustentabilidade do Planeta.

Olhando para o problema cada vez mais pertinente que são as AC sob várias perspectivas, sabe-se que os limites de sustentabilidade foram ultrapassados, já não havendo retorno possível. É portanto necessário e urgente adaptar a vida, a economia e o ambiente aos recursos que existem e

fazer tudo o que estiver ao alcance da humanidade de forma a preservar os recursos naturais possíveis.

2.1- Efeitos em cascata dos impactos das AC

Um das graves consequências dos efeitos das AC é a perda de biodiversidade à escala global (SANTOS, 2012), aspeto crucial para a sustentabilidade do desenvolvimento humano. Os efeitos das AC na atmosfera têm impactos em cascata em vários sectores até chegarem ao nível da segurança alimentar e nutricional (GITZ, 2016). O aquecimento global provoca alterações na composição da atmosfera, que provocam variações na temperatura, na precipitação, que por sua vez vão ter repercussões tais como a acidificação dos oceanos, a degradação dos solos, o aumento do nível do mar e a disponibilidade de água. Todos estes fatores vão contribuir para alterar e degradar os agro-ecossistemas, nomeadamente as espécies aquáticas, as terras cultivadas, a pecuária, as florestas, através do aparecimento de novas pragas e doenças. “Os ecossistemas naturais providenciam à humanidade um vasto e diversificado conjunto de serviços essenciais à vida. Constituem o suporte da biosfera, uma componente do sistema terrestre fundamental para assegurar o seu equilíbrio actual” (SANTOS, 2012, 89). “Além das alterações climáticas e da acidificação dos oceanos, muitas outras alterações ambientais já estão a degradar as terras de cultivo e a ameaçar a produtividade agrícola” (SACHS, 2017, 362). “A agricultura é uma grande fonte de emissões de CO₂ através do uso do solo, mas também uma grande fonte dos dois outros principais gases de efeito de estufa” (SACHS, 2017, 367) o metano (CH₄) emitido por determinadas culturas, nomeadamente do arroz e também pelo gado, e o óxido nitroso (N₂O), proveniente de fertilizantes.

Os eventos extremos cada vez mais frequentes, contribuem ainda para intensificar as modificações quer nos ciclos naturais, quer nos diversos ecossistemas. Estes fenómenos produzem efeitos na produção agrícola e pós-colheita, nos mercados e comércio, provocando reflexos económicos e sociais, nomeadamente no consumo e disponibilidade de bens, no aumento de preços e na diminuição da quantidade e da qualidade dos bens de consumo. Os efeitos em cascata traduzem-se por fim em graves problemas de segurança alimentar e nutricional, pois afetam a disponibilidade, o acesso, a utilização e a estabilidade dos bens de consumo alimentar e as suas características nutricionais.

2.2- As AC na agricultura e desenvolvimento rural como objecto de estudo

Quando se começou a constatar que os impactos das AC têm consequências em diversas áreas, sendo portanto, um problema transversal e global, a agricultura, os solos, os recursos hídricos e a biodiversidade emergiram como setores de atenção primordial. “Em ciência não existem verdades absolutas, apenas resultados e conclusões que têm maior ou menor probabilidade de descrever e prever os fenómenos com precisão” (SANTOS, 2012, 127). A nível da agricultura, as AC previstas afectarão o rendimento das culturas, a gestão de explorações pecuárias e a localização da produção.

A probabilidade e a gravidade crescentes dos fenómenos meteorológicos extremos vão ampliar, de forma considerável, o risco de quebra da produção agrícola. (CCE 2009).

Este estudo³ pretende fazer a ligação entre as políticas públicas, o ensino superior e formação profissional e a investigação. O trabalho será desenvolvido sob estes três aspectos distintos mas que se interligam, no sentido de encontrar soluções para problemas identificados no âmbito das alterações climáticas. Pretende-se perceber quais são as áreas mais afectadas e mais problemáticas dos dias actuais e que devem merecer uma maior atenção e prioridade no desenho das políticas públicas, nos programas de investigação e na formação dos recursos humanos, em Portugal.

Quando se começou a olhar para a agricultura sob a perspectiva das AC? Para que se estuda as AC na agricultura, para mitigar as consequências ou para adaptar a agricultura às AC? Quais são os caminhos que têm sido percorridos e para onde se está a caminhar? Quais são os temas mais abordados, ou mais preocupantes nesta área?

Estas são algumas das interrogações que se podem colocar quando se pensa, na alimentação humana, na conservação dos recursos naturais e no desenvolvimento agrícola sustentável. Na área da investigação em AC como tem sido abordado este assunto pelos organismos da Administração Pública Central, focando sobretudo o desenvolvimento de estudos e projectos no Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I.P. – INIAV⁴. O INIAV é o Laboratório de Estado, da área de competências da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, que desenvolve atividades de investigação nas áreas agrónoma e veterinária e foi criado no âmbito do PREMAC⁵ em 2012, por fusão de vários organismos. Ao longo dos anos, investigadores e técnicos do INIAV têm vindo a realizar estudos e projectos na procura de soluções de desenvolvimento tecnológico e inovação no âmbito das competências do Instituto. Os resultados de muitos destes estudos foram apresentados através de publicações e comunicações. Esta transferência e difusão do conhecimento, a par da formação dos recursos humanos, foram, são e serão um contributo para a melhoria e introdução de técnicas e sistemas de produção mais adaptados às novas realidades emergentes com as mudanças do clima, bem como de ir ao encontro de soluções para minimizar os danos económicos de pragas e doenças nas várias culturas e povoamentos florestais.

2.3- Abordagem às AC em três vertentes

Para analisar a problemática identificada, a tese será desenvolvida sob três aspectos distintos mas que se interligam no sentido de procurar resolver problemas identificados no âmbito das alterações climáticas. Assim, os três temas de base serão, as políticas públicas, o ensino académico e formação profissional e a investigação desenvolvida no INIAV relacionada com AC. Serão

³ Tese de doutoramento no âmbito do Programa doutoral em alterações climáticas e políticas de desenvolvimento sustentável (UL, UNL e U East Anglia).

⁴ O INIAV foi criado em 2012, no âmbito do PREMAC, ficando com as atribuições relacionadas com a investigação agrária (do L-INIA) e veterinária (do L-LNIV) do antigo Instituto Nacional dos Recursos Biológicos I.P. (INRB), tendo as atribuições deste relativas às áreas das pescas e da aquicultura sido incorporadas no Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P. (IPMA).

⁵ PREMAC – Plano de Redução e Melhoria da Administração Central.

elencados os temas mais estudados na agricultura e desenvolvimento rural, nomeadamente novas culturas em determinados locais, novas técnicas que podem ser implementadas devido às alterações de clima, bem como no controlo de doenças e de pragas. De uma forma geral pretende-se perceber como se está a operacionalizar a adaptação da agricultura em virtude das AC e a sua distribuição geográfica no nosso país.

- Políticas Públicas

“A adaptação tem de ser integrada nas políticas da União Europeia. Este exercício deve ser cuidadosamente preparado, baseando-se numa sólida análise científica e económica. Cada domínio político deveria efectuar uma análise da forma como as políticas poderão ser reorientadas ou alteradas para favorecer a adaptação.” (CCE, 2009) No que diz respeito às “políticas públicas agrícolas, florestais e de desenvolvimento rural”, será feita uma resenha à legislação portuguesa e comunitária, à PAC⁶, bem como ao PDR2020⁷ e aos PO⁸ regionais, que permitirá perceber a evolução na formulação das políticas públicas (Tabela I), bem como perceber ao nível da EU, se na implementação das mesmas se conseguem identificar padrões, quer ao nível geográfico, quer ao nível económico.

Tabela I – AC nas políticas públicas de agricultura, floresta e desenvolvimento rural

As AC nas políticas públicas de agricultura, floresta e desenvolvimento rural
União Europeia
Política Nacional
Política Regional / Planos / Programas
Organismos responsáveis pela aplicação das políticas públicas
Implementação

Fonte: Elaboração própria

Esta análise pretende identificar a evolução das políticas ao longo dos anos no sentido de se verificar a crescente preocupação com a produção agrícola e o desenvolvimento rural, mas também com a preocupação da preservação ambiental, preservação de solos e políticas florestais.

⁶ PAC – Política Agrícola Comum

⁷ Programa de Desenvolvimento Rural 2020

⁸ Programas Operacionais

- Formação Profissional e Ensino Superior

O segundo tema, pretende-se identificar quais são os organismos de ensino superior em Portugal que se têm debruçado sobre a problemática das AC e como tem sido incorporado nos currícula. Por outro lado é igualmente importante saber como tem sido feita a transmissão do conhecimento (Tabela II) para os profissionais, quer de organismos da administração pública, quer de associações agrícolas e florestais e como tem sido a evolução da formação profissional destes recursos ao longo dos anos.

Tal como foi referido em 2009, no Livro Branco da Comissão das Comunidades Europeias - Adaptação às alterações climáticas: para um quadro de acção Europeu, "no âmbito da PAC, os Estados-Membros devem inserir a adaptação às alterações climáticas nas três vertentes do desenvolvimento rural vocacionadas para a melhoria da competitividade, o ambiente e a qualidade de vida nas zonas rurais.

Tabela II – Transmissão do conhecimento: AC na formação de Recursos Humanos - formação profissional

Formas de Transmissão do conhecimento
Educação/ Formação
Associações de Agricultores
Autarquias
Universidades
Organismos do Estado
Entidades de formação e consultoria

Fonte: Elaboração própria

Assim como, deve ser analisada a aplicabilidade de medidas a uma escala territorial que transcenda o nível da exploração agrícola. O sistema de aconselhamento agrícola pode ser utilizado para divulgar conhecimentos e incentivar a adopção de novos métodos e tecnologias de gestão das explorações que facilitam a adaptação às alterações climáticas." (CCE 2009)

No que diz respeito ao ensino superior (Tabela III) pretende-se saber como tem sido a evolução do ensino, nomeadamente, na procura de cursos, na inserção desta matéria nos currícula dos cursos já existentes, bem como a criação de novos cursos superiores com matérias relacionadas sobretudo com as AC. A natureza política das AC não é apenas uma barreira, mas também uma oportunidade para investigadores e universidades mostrarem liderança na ação climática (FILHO, et al. 2018).

Tabela III – Inovação e Desenvolvimento em AC: ensino superior e investigação

Ensino superior e investigação em Alterações Climáticas
Instituições Públicas / Privadas? <small>Fonte: Elaboração própria</small>
Que cursos?
Curricula e carga horária?
Evolução do ensino?
Procura dos cursos?

Fonte: Elaboração própria

- Investigação no INIAV

Relativamente ao terceiro tema, investigação desenvolvida por investigadores do INIAV, o presente estudo pretende analisar e identificar estudos realizados no Instituto ao longo dos anos, que possam de alguma forma contribuir para alargar o conhecimento sobre a adaptação e mitigação das AC, ainda que o objectivo desses estudos não tenha sido esse. Além das pesquisas pretende-se realizar algumas entrevistas com investigadores do INIAV que tenham participado nestes estudos. Os resultados destes projectos de investigação levaram ao desenvolvimento de técnicas de diagnóstico e combate de pragas e doenças de determinadas culturas e povoamentos florestais, à percepção das melhores condições climáticas para a produção de determinadas culturas e também de técnicas utilizadas que possam contribuir para a conservação dos solos e uso mais eficiente da água, assim como para a conservação e valorização dos recursos genéticos regionais. Uma análise dos objectivos e resultados de estudos e projectos seleccionados permitirá fazer uma compilação de técnicas e conclusões que possam contribuir para a adaptação e mitigação das AC.

2.4- Metodologia adotada

- Instrumentos de recolha de informação

A aplicação de uma estratégia metodológica engloba várias técnicas de análise, nomeadamente quantitativa e qualitativa. A principal fonte de informação será secundária (relatórios institucionais, estatísticas oficiais, legislação, curricula escolares), mas também será feita a recolha de informação primária através de vários métodos, a saber, um inquérito por questionário, entrevistas e a formação de grupos focais. Quanto à forma de construção destes instrumentos, para a realização das respectivas análises quantitativa e qualitativa, será aplicado primeiro o inquérito por questionário. Posteriormente serão realizadas entrevistas compreensivas e grupos focais, a uma amostra a definir com os dados recolhidos através do inquérito por questionário.

Da recolha deste material, será realizada uma análise documental ao conteúdo dos documentos. «A análise documental faz-se principalmente, por classificação-indexação; a análise categorial temática é, entre outras, uma das técnicas da análise de conteúdo» (Bardin, 2007:41). O objectivo da análise documental, é a representação condensada da informação, que vai evidenciar indicadores que irão permitir inferir sobre uma realidade que não a da mensagem. Esta técnica consiste num conjunto de operações, que contribuem para a elaboração de um novo documento diferente do original que irão facilitar a sua consulta posterior mas também separar a informação através da categorização. A classificação pressupõe várias classes definidas pelo investigador, segundo alguns critérios comuns encontrados nos documentos, nomeadamente a utilização de expressões ou palavras, que possam levar a uma melhor compreensão bem como inferir, ou seja, extrair elementos subjacentes nos documentos, que não são perceptíveis numa simples leitura, e que poderão ser melhor compreendidos, num conjunto de diferentes documentos. Desta análise é expectável que se consiga encontrar algumas respostas que contribuam para um maior esclarecimento do objecto de estudo.

- Análise de conteúdo

A análise de conteúdo nesta investigação vai realizar-se em dois momentos distintos. O primeiro aplicando esta técnica às respostas dadas, às questões de resposta aberta, por todos os respondentes ao inquérito por questionário, e o segundo momento às respostas dadas nas entrevistas. «A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações (...) marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto» (Bardin, 2007:27). Para aplicar esta técnica é necessário recorrer à classificação por categorias que podem ser definidas à partida pelo investigador, ou podem surgir no momento da análise dos documentos. Esta categorização vai permitir reduzir a complexidade da informação. As categorias devem ser bem formuladas e adaptáveis ao objecto em análise. A análise de conteúdo vai permitir reduzir substancialmente a dimensão dos documentos, e permitir através da análise posterior, que utiliza o número de frequências e de ocorrências das categorias, uma melhor interpretação e a construção de tipologias. A construção de novos dados a partir desta técnica vai traduzir-se numa melhor interpretação dos resultados, e observar semelhanças ou diferenças que de outra forma não se conseguiria retirar duma análise da leitura dos documentos.

- Entrevistas

As entrevistas a realizar serão do tipo compreensivo “a aplicação da entrevista de tipo compreensivo pressupõe a obtenção de um discurso mais narrativo que informativo, resultado da intersubjectividade que se desenrola entre entrevistado e entrevistador” (Ferreira, 2014). Numa abordagem qualitativa, o que se procura não é uma representatividade estatística, mas sim uma “representatividade social”, como refere Guerra. O objectivo do investigador não é demonstrar mas compreender. Tem como base uma hipótese bem consolidada e procura-se confirmar ou infirmar

numa lógica mais compreensiva. Procura-se compreender comportamentos sem ter como pressuposto um quadro de hipóteses muito bem definidas. “As análises compreensivas têm em comum a assunção da concepção weberiana do sujeito, que o considera capaz de ter racionalidades próprias e comportamentos estratégicos que dão sentido às suas opções num contexto sempre em mudança provocada pela sua própria acção” (Guerra, 2006:17). Numa entrevista compreensiva, o entrevistado é o informador privilegiado, e não um informador objectivo como numa pesquisa do tipo mais cartesiano (Guerra, 2006). Integra-se o objecto de estudo com a entrevista compreensiva.

3. Considerações

Sendo as alterações climáticas uma das maiores ameaças a nível global é urgente a tomada de medidas capazes de minimizar os seus impactes. A partir do que foi explanado, pretende-se chegar a resultados que permitam encontrar novas pistas que venham a contribuir de uma forma positiva e enriquecedora para mitigar e adaptar as consequências das alterações climáticas.

Ao nível da agricultura e do desenvolvimento rural é necessário conhecer quais são os problemas mais sentidos e as necessidades reais dos agricultores e produtores, para se poder agir em conformidade. Uma análise à evolução das políticas públicas, sobretudo da PAC, bem como, às opções políticas tomadas pelos vários Governos Constitucionais, poderá permitir identificar lacunas, nomeadamente na transmissão de conhecimentos especializados a quem está no terreno.

A capacitação de recursos humanos, em novas áreas de formação profissional, possibilitará ir ao encontro de novas formas de actuação ao nível local contribuindo para a minimização deste problema global.

4. Bibliografia

- BARDIN, Laurence (2007) *Análise de Conteúdo*, Lisboa: Edições 70. [ed. original: 1977]
- FERREIRA, Vitor Sérgio (2014) *Artes e manhas da entrevista compreensiva*.
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902014000300979&lng=pt&tlng=pt
- FILHO, W. L. et al. (2018). Implementing climate change research at universities: Barriers, potential actions. *Journal of Cleaner Production*, 170 (2018), 269-277.
- GIDDENS, Anthony (2010), *A política da mudança climática*. Rio de Janeiro. Zahar
- GITZ, V. et al (2016). Climate change and food security: risks and responses. Mediterranean Agriculture and Climate Change. Impacts, adaptations, solutions. Paris: CIHEAM, Watch Letter n°37
- GUERRA, Isabel (2006) *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo – Sentidos e formas de uso*, Estoril, Príncipeia.
- Livro Branco - Adaptação às alterações climáticas: para um quadro de acção europeu -

COM(2009) 147 final

MORGAN, David L., KRUEGER, Richard A. (1998), *The focus group kit – The focus group guidebook*, Thousand Oaks, Sage

SACHS. J.D; (2017), *A era do desenvolvimento sustentável*. Conjuntura Actual Editora.

SANTOS, Filipe Duarte; MIRANDA, Pedro (2006), *Alterações Climáticas em Portugal. Cenários, Impactos e Medidas de Adaptação*. Lisboa. Gradiva

SANTOS, Filipe Duarte (2012), *Alterações Globais: Os desafios e os riscos presentes e futuros*. Lisboa. Fundação Francisco Manuel dos Santos

SANTOS, Filipe Duarte (2007), *Que Futuro? Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento e Ambiente*. Lisboa. Gradiva

EFFECTOS DE LA SEQUÍA DEL AÑO 2017 SOBRE LA NUBOSIDAD EN LA PENÍNSULA IBÉRICA

Dominic ROYÉ

Universidade de Santiago de Compostela

dominic.roye@usc.es

Nieves LORENZO

Universidade de Vigo

Resumen

El año 2017 fue un año climáticamente anómalo tanto en temperatura como en precipitación para la Península Ibérica. El patrón de precipitaciones se encuentra íntimamente relacionado con la nubosidad, y a su vez, las nubes juegan un papel fundamental en el sistema terrestre con fuertes efectos en los procesos atmosféricos. Las nubes son una pieza clave del estudio del clima y especialmente en la comprensión del cambio climático. Para conocer los efectos que tuvo la sequía en la nubosidad, en este estudio se hace uso de datos de observación satélite (MODIS). Además, con el objetivo de encontrar causas para las anomalías observadas se estimaron los tipos de circulación. Los resultados indican una clara correlación entre las anomalías de precipitación y las observadas en la fracción de nubosidad. La sequía de 2017 se caracterizó por un comportamiento de la circulación atmosférica similar al registrado en las tres sequías más severas sufridas en los últimos 11 años. La principal causa podemos encontrarla en una circulación anticiclónica y de tipo norte bastante superior a la media, e inversamente se registró una clara disminución de situaciones ciclónicas y de flujos procedentes del oeste.

Palabras clave: sequía, nubosidad, península ibérica, precipitación, tipos de circulación

Resumo

O ano de 2017 foi un ano climaticamente atípico tanto em temperatura como em precipitação na Península Ibérica. O padrón de precipitação encontra-se intimamente relacionado com a nebulosidade, e por sua vez, as nuvens apresentam un papel fundamental no sistema terrestre com fortes efectos nos procesos atmosféricos. As nuvens são uma peça chave para o estudo do clima e especialmente para a compreensão das alterações climáticas. Para conhecer os efeitos da seca na nebulosidade, neste estudo utilizam-se dados de satélite (MODIS). Para além disso, com o objetivo de encontrar causas para as anomalias observadas, estimaram-se os tipos de circulação. Os resultados indicaram uma evidente correlação entre as anomalias de precipitação e as observadas na fração de nebulosidade. A seca de 2017 caracterizou-se por um comportamento da circulação atmosférica similar ao registado nas três últimas secas mais severas sofridas nos últimos 11 anos. A principal causa apontada está na circulação anticiclónica e do tipo norte bastante superior à media, e inversamente, registou-se uma clara diminuição de situações ciclónicas e de fluxos procedentes do oeste.

Palavras-chave: seca, nebulosidade, Península Ibérica, precipitação, tipos de circulação

1. Introduccion

El año 2017 fue un año climáticamente anómalo tanto en temperatura como en precipitación para la Península Ibérica (PI). Según los datos registrados por la agencia estatal de meteorología

(AEMET), 2017 tuvo la temperatura media más alta desde 1965 y debemos retrotraernos a 2005 para registrar valores menores de precipitación media (474 mm). Estos episodios cada vez parecen ser más recurrentes en los últimos años. Desde la ola de calor de 2003 se han registrado siete años con temperaturas anómalamente elevadas y de esos siete años 5 se concentran en los últimos diez años. La anterior sequía de magnitud similar en la PI tuvo lugar en 2005 con 468 mm de precipitación media. Los años 2015, 2011, 2012 y 2007 también registraron precipitaciones por debajo de los 600 mm. Estos datos corroboran las proyecciones de cambio climático para el siglo XXI, que pronostican una PI con un clima más extremo dominado por olas de calor, periodos de sequía y precipitaciones torrenciales. Estos periodos de sequía tienen importantes secuelas en diferentes ámbitos socioeconómicos afectando a campos tan desiguales como el de la agricultura, el turismo o el de la producción eléctrica. Durante 2017 la producción hidráulica se situó en 18.364GWh, un 49% inferior a la de 2016 y la más baja desde el año 2005. De esta forma, la hidráulica contribuyó tan solo un 7,0% al total de la producción nacional, muy inferior a la contribución del 13,7% registrada en 2016.

El patrón de precipitaciones se encuentra íntimamente relacionado con la nubosidad. Las nubes juegan un papel fundamental en el sistema terrestre con fuertes efectos en los procesos atmosféricos, son una pieza clave en el estudio del clima y especialmente en la comprensión del cambio climático. Las nubes, así como los gases de efecto invernadero, pueden provocar un calentamiento del planeta al atrapar el calor que se encuentra debajo de ellas, pero también pueden tener un papel de enfriamiento al reflejar los rayos que provienen del sol. Además, en el proceso de formación de nubes, la temperatura del aire también se ve afectada. En particular, las nubes son un elemento clave en el balance de radiación, causando variabilidad en la radiación infrarroja solar y atmosférica debido a su alto grado de albedo. Otro papel clave importante existe en su participación en el balance hídrico global. En consecuencia, existen múltiples interacciones complejas con la superficie terrestre, que pueden influir en los patrones espacio-temporales de temperatura y precipitación. El calentamiento del verano observado en Europa desde la década de 1980 acompañado por un aumento en la ocurrencia de olas de calor y, en consecuencia, déficits de agua, puede explicarse parcialmente por cambios en la nubosidad del verano (Tang et al., 2012). Siguiendo esta idea, este trabajo analiza cómo la nubosidad podría estar relacionada con la sequía, o bien cómo se refleja la sequía en la nubosidad, que ha afectado a la PI durante 2017. Para llevar a cabo este estudio se utilizó la cobertura de nubes diaria de los satélites MOD09GA y MYD09GA (versión 6) para calcular la fracción de nubes promedio en 2017 y para los diferentes meses del mismo año, que se compara con el promedio a largo plazo entre 2001 y 2017. Analizamos estas anomalías en relación con los cambios en la precipitación, la temperatura y los cambios en la circulación atmosférica durante 2017, para comprender mejor las relaciones entre la nubosidad, la precipitación y el cambio climático.

El objetivo de esta investigación es mostrar las principales características climáticas ocurridas durante la sequía sufrida por la PI en 2017 atendiendo a la circulación sinóptica y a los principales modos de circulación que afectan a la PI. El artículo se organiza de la siguiente manera: la Sección 2 describe el área de estudio y la base de datos de nube y datos de patrones sinópticos y modos de circulación utilizados en este estudio. En la sección 3, se muestran los resultados de la distribución

espacial y temporal de la cobertura de nubosidad⁰ para el año 2017 en relación a la media del periodo 2001-2017 y se analizan las anomalías de circulación registradas en este periodo de sequía. Finalmente, en la sección 4 se resumen las principales conclusiones.

2. Área de estudio

La PI se encuentra al suroeste de Europa influenciada por climas tropicales y templados además de con un relieve complejo. Debido a esto y a la influencia del océano, presenta una marcada variabilidad climática con un gradiente de precipitación significativa norte-sur. La variabilidad climática de la PI está modulada principalmente por la Oscilación del Atlántico Norte (NAO), pero otros patrones como el patrón del Atlántico Este (EA) o el patrón del Atlántico Este/Rusia Occidental (EA/WR) también tienen una influencia notable en la variabilidad climática de esta región. (Rodríguez-Puebla et al., 1998,2001; Esteban-Parra et al., 1998; Muñoz-Díaz y Rodrigo, 2004; Aupí, 2005).

3. Datos y métodos

3.1 Datos de teledetección

Existen muchas técnicas disponibles para la detección de nubes, aunque solo la detección remota con instrumentos satelitales tiene la capacidad de recopilar y monitorizar continuamente la cobertura de nubes a gran escala y de manera eficiente. Los datos de la nubosidad en este estudio provienen del instrumento MODIS, un sensor a bordo de los satélites TERRA y AQUA, que producen varios productos de nube de alta resolución diarios (Baum y Platnick, 2006; Frey et al., 2008). Estos satélites tienen una órbita polar alrededor de la Tierra sincronizada con el Sol. Esto significa que recorre una trayectoria que pasa por ambos polos, caracterizada por aparecer cada día sobre un punto dado del ecuador siempre a la misma hora local. TERRA va de norte a sur pasando por el ecuador a las 10:30 A.M, mientras que AQUA orbita de sur a norte en el nodo ascendente y cruza por el ecuador a las 1:30 P.M.

En este estudio se utiliza la máscara de nubosidad de "State-1 km: Reflectance Data State", derivada de la máscara MOD35, en el producto atmosférico reticulado (colección 6) de la reflectancia global de superficie diaria L2G con una resolución de 500 m y 1 km. (MOD/MYD/ 09GA) (Baum et al., 2012; Vermote & Wolfe, 2015). El esquema de detección de nubosidad en MODIS intenta conservar los cielos despejados (Frey et al., 2008) y el algoritmo de máscara identifica varios dominios conceptuales según el tipo de superficie y la iluminación solar. Las mejoras de las colecciones 5 y 6 son discutidas por Frey et al. (2008) y Toller et al. (2013).

La capa "State-1 km: Reflectance Data State" incluye información sobre las condiciones de las nubes según la siguiente clasificación: cielo despejado (0), nublado (1), mixto (2) y datos faltantes (3). Para obtener valores entre 0 y 1, el tipo mixto (2) se convierte a 0.5 y los datos faltantes se ocultan

(Kotarba, 2010). La resolución de 1 km tiene un nivel de detalle suficiente para el objetivo de este estudio sobre la PI. El análisis del estudio cubre las series temporales diarias disponibles de MOD09GA y MYD09GA entre 2001 y 2017.

3.2 Tipos de circulación

La clasificación de los patrones atmosféricos se ha convertido en un tema importante en los estudios climáticos en los últimos años, ya que dichos patrones o tipos de circulación permiten integrar diferentes parámetros meteorológicos, como la lluvia, la dirección del viento, la intensidad y la temperatura en un solo índice. De esta forma a cada día se le asigna un tipo de circulación, haciendo posible estudiar la variabilidad meteorológica asociada y sus consecuencias de una manera sencilla (Huth et al., 2008; Philipp, 2009; Philipp et al., 2010; Ramos et al., 2015; Huth et al., 2016). En este estudio, se utiliza una clasificación que toma en cuenta los datos de SLP de NCEP-DOE Reanalysis 2. Estos datos se tomaron de una versión mejorada del modelo NCEP Reanalysis I que corrigió errores y actualizó las parametrizaciones de los procesos físicos. El procedimiento adoptado se desarrolló en Trigo & Da Camara (2000), que, a su vez, se adaptó del desarrollado por Jenkinson & Collison (1977) y Jones et al. (1993). Calculamos la dirección y la vorticidad de los flujos geostroficados, realizando cálculos a diario para el período 2001-2017 para el cual tenemos datos de cobertura de nubes.

3.3 Datos de teleconexiones

En lo referente a las teleconexiones que afectan a la PI, las series temporales se tomaron del centro de predicción climática de la NOAA (*National Oceanographic and Atmospheric Administration*) de Estados Unidos. Estos índices son calculados mediante un análisis de componentes principales a 500 hPa, y están disponibles en la página web www.cpc.noaa.gov/data/teledoc/telecontents.shtml.

4. Resultados

4.1 Patrones de la nubosidad

En la Figura 1 se muestra la fracción media de nubosidad registrada en el año 2017 frente a la fracción media de nubosidad para el periodo 2001-2017

Como se puede ver durante el año 2017 la nubosidad en toda la PI fue menor que la media de los últimos 17 años. Si analizamos la distribución de la fracción de nubosidad para este año comparándola con la referencia 2001-2017 (Figura 2), se puede observar que dicha función de densidad durante 2017 presenta dos particularidades a destacar. Por un lado, el máximo de menor fracción de nubosidad se encuentra significativamente desplazado hacia valores de fracción de nubosidad menores que los de la media, y además presenta una menor amplitud. Por otro lado, el

segundo máximo de la función de densidad, aunque no muestra un desplazamiento significativo con respecto a los valores del periodo 2001-2017, sí presenta una menor amplitud. Esto corrobora lo observado en la Figura 1 dónde se aprecia una disminución generalizada de la fracción de nubosidad para todo el territorio peninsular. La diferencia se ve reflejada en este desplazamiento, mostrando un claro comportamiento bimodal distinguiendo las regiones de menor nubosidad localizadas al sur de la PI de las de mayor nubosidad localizadas al norte de la PI.

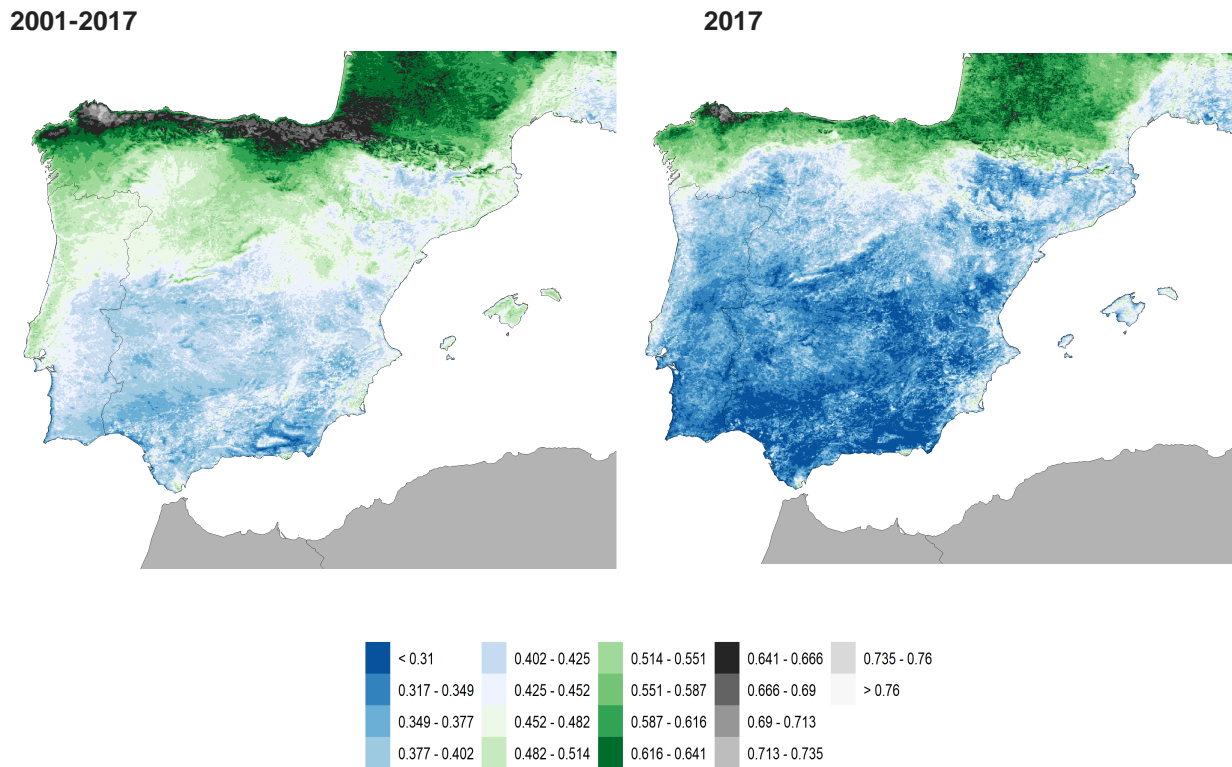


Figura 1: Fracción media de nubosidad para el año 2017 y para el periodo de referencia 2001-2017.

Quando analizamos mensualmente la distribución de la fracción de nubosidad, observamos que los meses que muestran una mayor desviación de la nubosidad son los meses de primavera y otoño (Figura 3). Se trata de meses esenciales respecto al balance hídrico de la PI. Abril, septiembre, octubre y noviembre han sido los meses con una mayor anomalía en su nubosidad, con lo que consecuentemente asociado a esta menor nubosidad se encuentra asociada una menor precipitación. El mes de enero, aunque no de manera tan significativa, presenta una importante anomalía, desapareciendo en distribución casi por completo el segundo máximo asociado a la región con una mayor cobertura nubosa. Ello se refleja en la Figura 4, donde se ve la nubosidad media de enero para el periodo 2001-2017 en contraposición con la nubosidad media ocurrida durante el enero de 2017. Las regiones de la mitad norte y oeste de la PI, presentaron una disminución importante de

nubosidad, no así la región este de la PI con valores similares a la media. Esta pérdida de nubosidad y consecuentemente de aporte hídrico en las regiones más húmedas de la PI en los meses considerados lluviosos, hizo que las reservas hídricas bajaran muy por debajo de la media y se llegara a niveles de sequía similares a los de la sequía registrada en 2005.

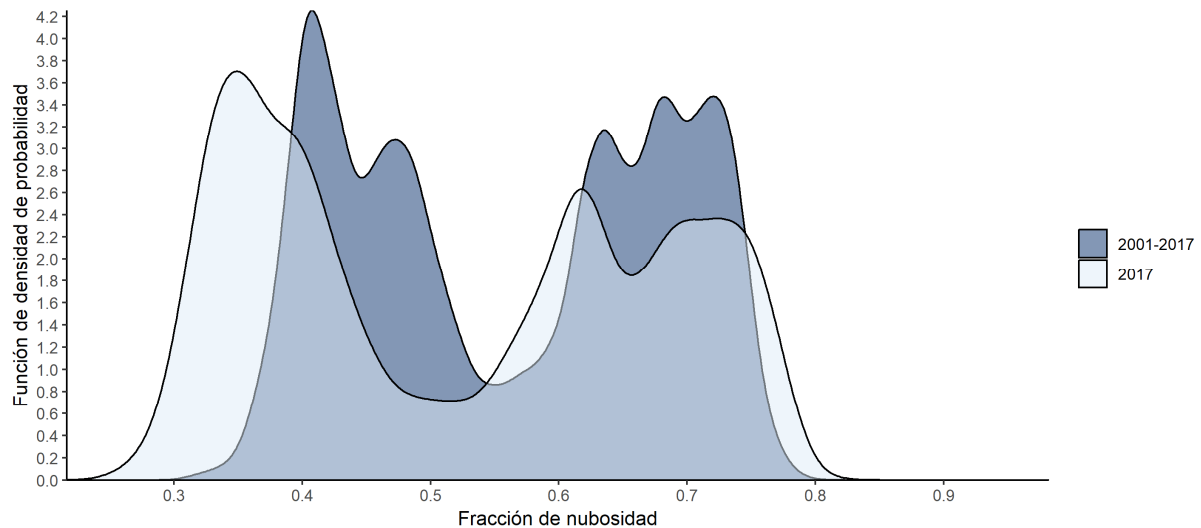


Figura 2: Función de densidad de probabilidad de la fracción promedio de nubosidad para el año 2017 y para el periodo 2001-2017.

Un comportamiento similar, aunque más acusado y extendido a toda la PI, tuvo lugar también durante los meses de abril y octubre, dos meses claves en el ciclo hidrológico de la PI. En la PI las lluvias tienen una distribución bimodal con un máximo en otoño y otro en primavera, aunque en la región más occidental el periodo de lluvias otoñal puede extenderse hasta el invierno.

La anomalía de precipitaciones registrada en los meses de primavera con un 23% por debajo de la media seguida de un otoño que registró una precipitación media sobre España de 84 mm, (59% inferior al valor medio del trimestre) provocó una de las sequías más graves de la última década, dejando un 15% de déficit respecto a la media histórica (1981-2010). El problema no es solo este año de sequía, sino que desde 2014 hemos ido encadenando años consecutivos con lluvias por debajo de la media histórica que se encuentra en el 648 l/m².

Las consecuencias de esta sequía se tradujeron en anomalías importantes en la humedad del suelo (Figura 5) y en la productividad de la vegetación con graves consecuencias en el sector agrícola y en el de producción energética. La producción hidroeléctrica en España, como mencionamos en la introducción, es muy variable con valores, según datos de Red Eléctrica de España, que pueden llegar al 25% de la energía eléctrica total o quedarse por debajo del 8%, como ocurrió en las sequías más severas de los últimos 30 años (1992, 2005, 2012). Durante la sequía del 2017 la producción se ha quedado en un 7%, y es una de la más baja registrada hasta el momento (Figura 6).

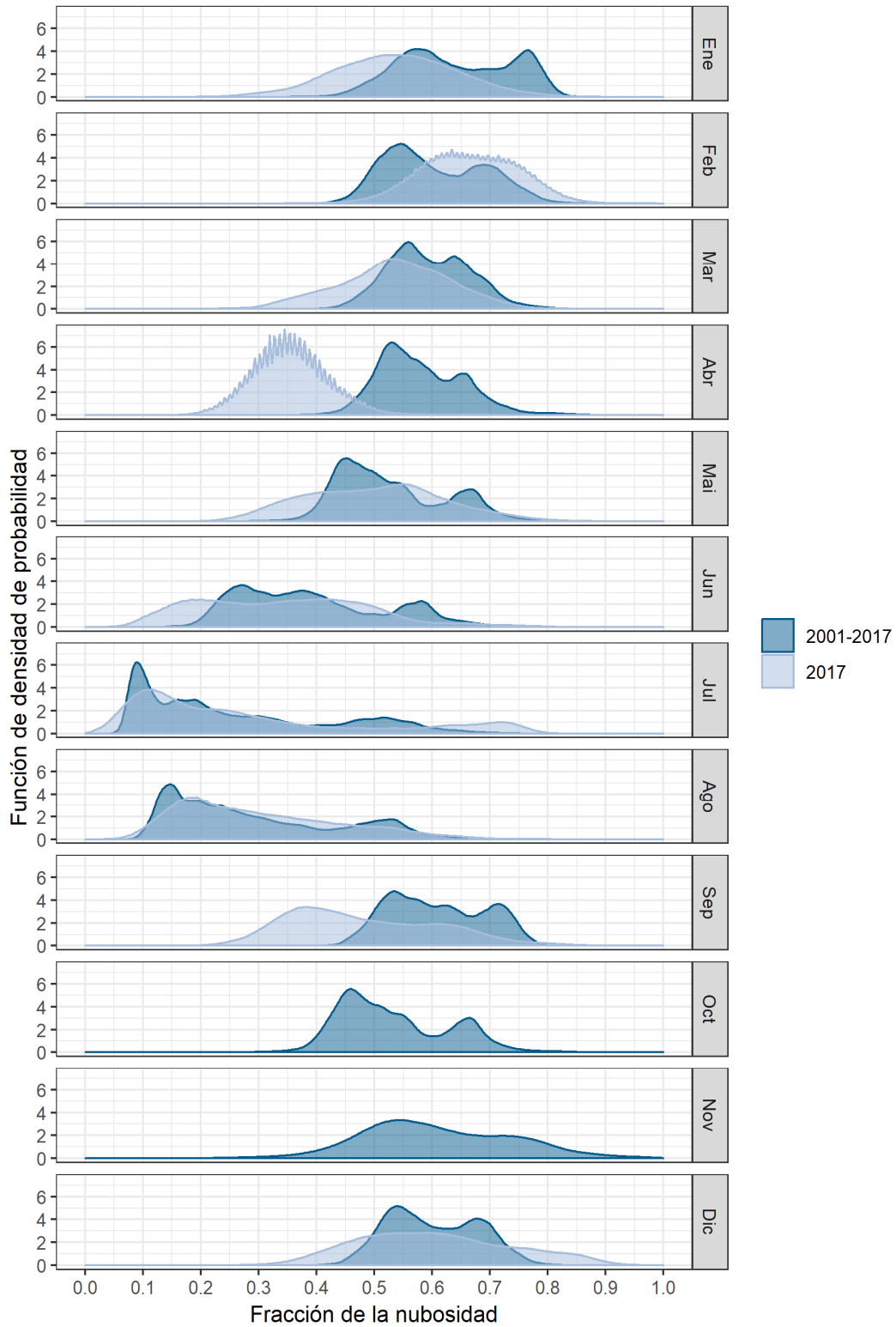


Figura 3: Función de densidad de probabilidad de la fracción promedio de nubosidad por mes para el año 2017 y para el periodo de referencia 2001-2017.

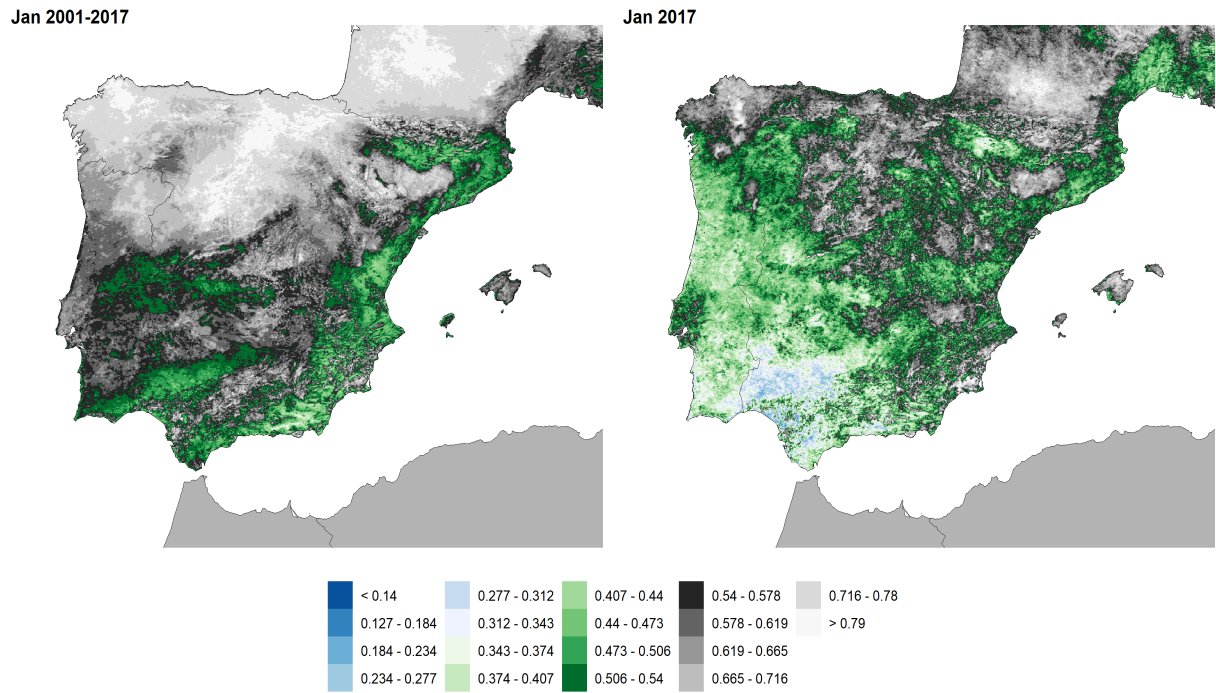


Figura 4: Fracción media de nubosidad (2001-2017) y 2017 para el mes de enero.

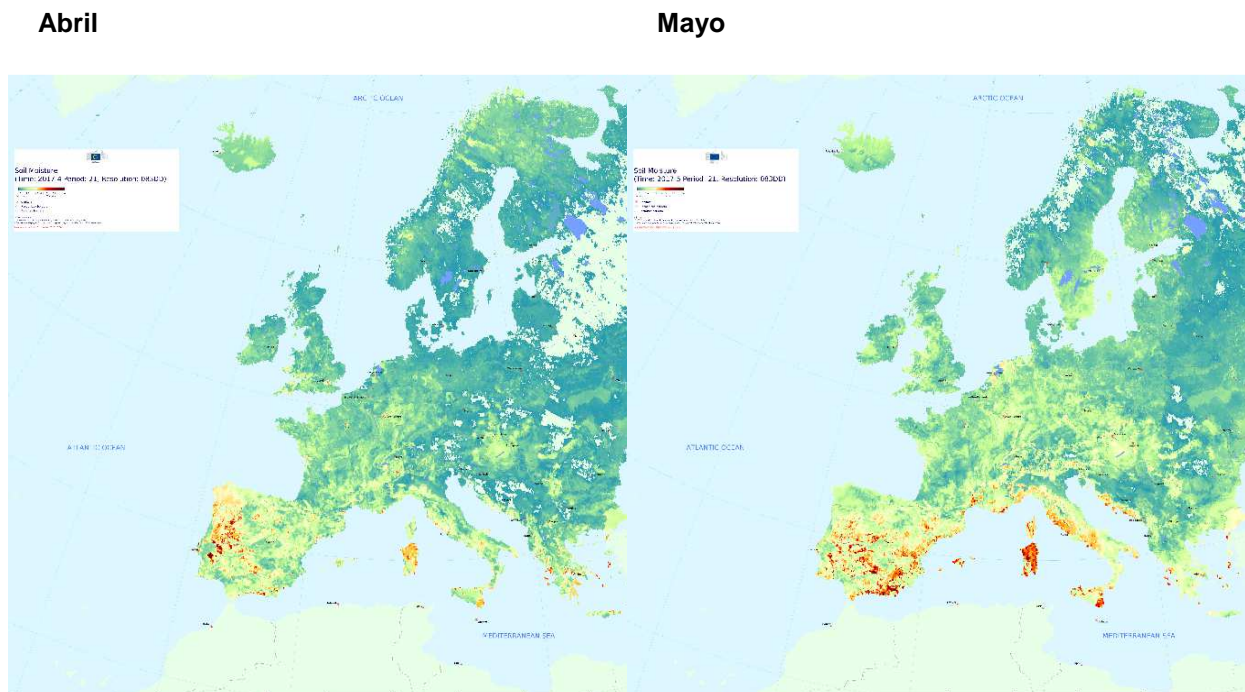


Figura 5. Anomalía de la humedad en el suelo en Europa de los meses abril y mayo de 2017.
Fuente: <http://edo.jrc.ec.europa.eu>

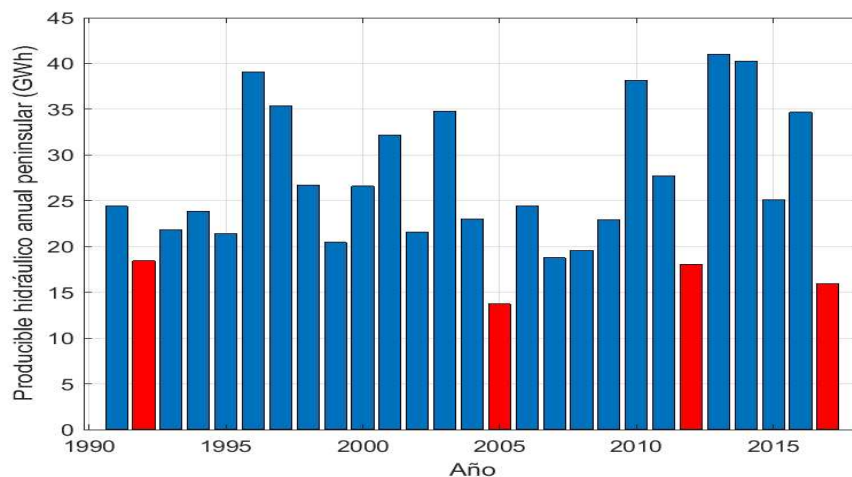


Figura 6. Producción de Hidroelectricidad anual. Fuente de datos: Red Eléctrica de España.

4.2 Patrones globales y mecanismos físicos

Un análisis de los patrones de circulación sinópticos sobre la PI nos muestra que durante el 2017 hubo una circulación anticiclónica y de tipo norte bastante superior a la media e inversamente se registró una clara disminución de situaciones ciclónicas y de flujos procedentes del oeste (Figura 7). Recientemente, Royé et al. (2018) hicieron el primer estudio relacionando los tipos de circulación con sus efectos en la nubosidad de la PI. En dicho estudio se observa que la mayor nubosidad registrada en los meses de invierno se debe al predominio de situaciones sinópticas zonales (W, SW, ASW) con predominio del flujo marítimo desde el océano Atlántico acompañado de sistemas frontales. Por el contrario la menor nubosidad se encuentra asociada a la prevalencia de situaciones estables (A, ANE, E, SE, etc.) y masas de aire con menor humedad. Los flujos del oeste son los que traen mayores precipitaciones a la PI (Lorenzo et al., 2008).

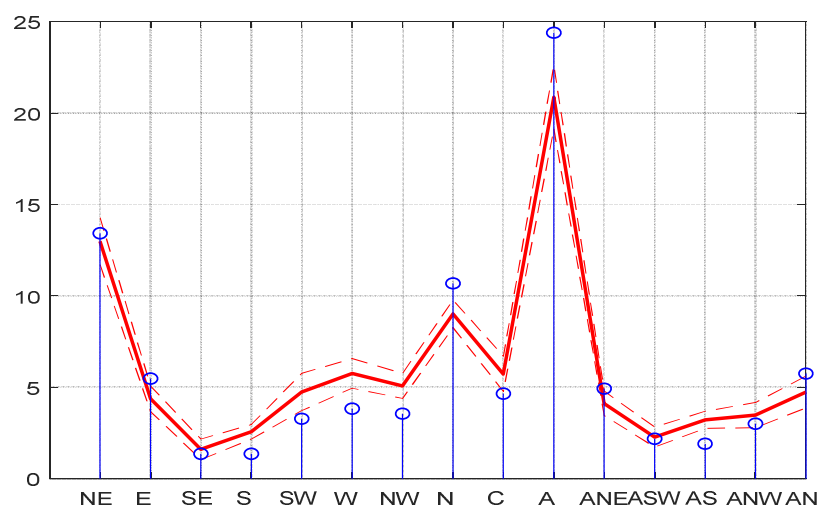


Figura 7: Anomalías de los tipos de circulación en 2017 en la PI con referencia al período 2001-2017. La línea roja continua es el porcentaje de frecuencia para el período 2001-2017, las líneas punteadas es la desviación estándar para el período 2001-2017. Los círculos azules se corresponden con el porcentaje de frecuencia del 2017.

La razón de esta anomalía en los patrones o tipos de tiempo locales se encuentra íntimamente relacionado con los patrones de circulación globales. El patrón de teleconexión del sector euroatlántico que mayor influencia muestra sobre la PI es la Oscilación del Atlántico Norte (NAO) que tiene una influencia significativa y conocida desde hace tiempo en el régimen de precipitaciones de la PI (Trigo et al. 2004). Dicha oscilación modula el flujo atmosférico del oeste de tal forma que cuando presenta valores positivos las precipitaciones en la PI presenta valores por debajo de la media y viceversa con valores negativos los valores de precipitación son superiores a la media. Sin embargo, otros patrones como el de Atlántico este (EA), el del Atlántico Este/Rusia occidental (EA/WR), el escandinavo (SCAN) o el polar (POL) también pueden jugar un papel importante en la variabilidad de la precipitación de la PI (deCastro et al., 2006; Trigo et al. 2008). Durante el año 2017 tanto NAO como EA y EA/WR se mostraron mayoritariamente positivas, mientras que el índice SCA y POL fueron negativos. La conjunción de las fases de NAO, EA/WR y SCA favorece un periodo menos adecuado para la ocurrencia de precipitaciones, ya que NAO y EA/WR presentan una correlación negativa y SCA una correlación positiva con las precipitaciones de la PI (deCastro et al., 2006; Casanueva et al., 2014). Esta conjunción se dio también en las otras dos sequías más severas sufridas en los últimos 11 años la del 2005 y la del 2011-2012. Kingston et al. (2013) encontraron que una combinación de los patrones de circulación NAO y EA/WR son las teleconexiones más importantes en épocas de sequías para Europa.

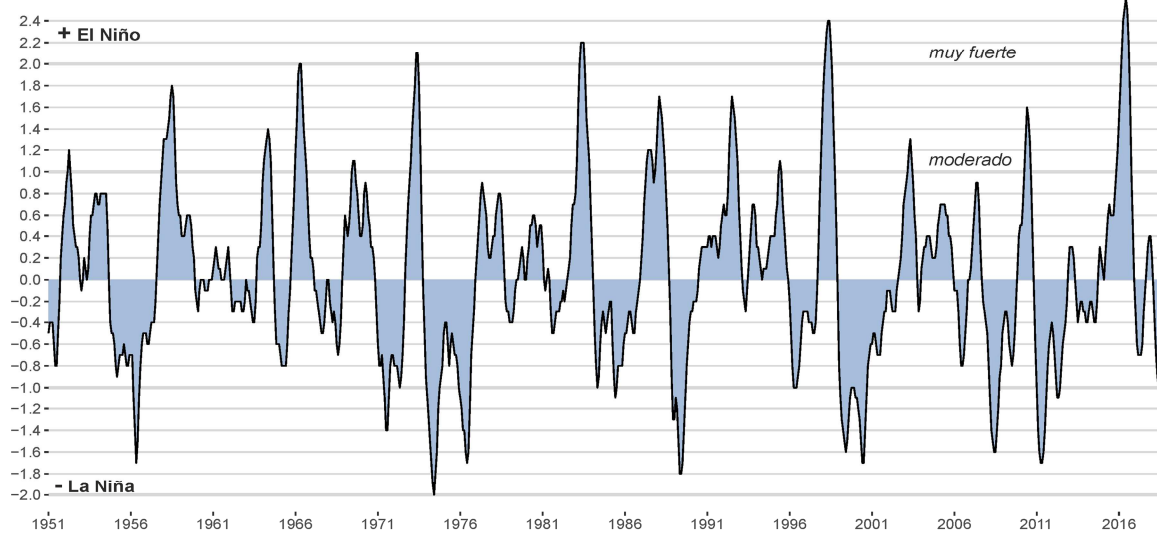


Figura 8. Evolución del índice ONI, anomalía de la temperatura superficial del mar durante tres meses, desde 1950 hasta 2017. Datos: <http://origin.cpc.ncep.noaa.gov>

La variabilidad intra- e interanual de la precipitación peninsular se ve influenciada no solo por los patrones de circulación del sector euroatlántico y la inestabilidad atmosférica, sino que también se encuentra afectada por el transporte de humedad desde el Atlántico norte y el Mediterráneo. Una de las principales fuentes de humedad, afectando a la precipitación en la PI corresponde a la región

atlántica que se extiende desde el Golfo de México a las islas del Caribe (Gimeno et al. 2010, 2013, 2016). Otros estudios también han encontrado relaciones entre el fenómeno del Niño y las precipitaciones en Europa (Tabari and Willems, 2018; Lorenzo et al., 2010). El índice de Niño Oceánico (ONI) se ha convertido en el valor de referencia que la NOAA utiliza para identificar los eventos de El Niño y La Niña en el Pacífico tropical. Es la anomalía media de SST de 3 meses en ejecución para la región del Niño 3.4 (es decir, 5°N-5°S, 120°-170°W). Los eventos se definen como 5 períodos consecutivos de 3 meses que se superponen en/o por encima de la anomalía de + 0.5 para eventos El Niño y en/o por debajo de la anomalía -0.5 para eventos La Niña. Las tres sequías más severas sufridas en los últimos 11 años (2005, 2011-2012 y 2017) en la PI coincidieron con eventos La Niña.

5. Conclusiones

En el análisis de la sequía de 2017 se observa que las anomalías de precipitación van parejas con las anomalías observadas en la fracción de nubosidad. Con repercusión en sectores tan dependientes de las condiciones meteorológicas como el sector agrícola o el de las energías renovables. Los patrones de circulación, tanto sinópticos como globales, son los que determinan las condiciones atmosféricas de una región concreta. En la sequía de 2017 se observa un comportamiento de la circulación atmosférica similar al registrado en las tres sequías más severas sufridas en los últimos 11 años (2005, 2011-2012 y 2017). NAO y EA/WR positivos y SCA negativo junto con eventos de La NIÑA en el Pacífico. Aunque los resultados de este estudio, usando particularmente la fracción de nubosidad, todavía son preliminares y precisarán de un mayor análisis, el hecho de que se repitan condiciones en los diferentes episodios de sequía nos podría abrir la posibilidad de llevar a cabo la elaboración de un sistema de alerta temprana que pudiera poner en aviso a los sectores más sensibles de la posibilidad de ocurrencia de un periodo de sequía severa.

6. Referencias

- BAUM, B & PLATNICK, S (2006). Introduction to MODIS cloud products. In J Qu, W Gao, M Kafatos, R Murphy, & V Salomonson (Eds.), *Earth Science Satellite Remote Sensing*, pp. 74-91. Springer.
- BAUM, B; MENZEL, W; Frey, R; Tobin, D; Holz, R; Ackerman, S; Heidinger, A; Yang, P (2012). MODIS cloud-top property refinements for collection 6. *J Appl Meteor Climatol*, 51:1145-1163.
- CASANUEVA, A; RODRÍGUEZ-PUEBLA, C; FRÍAS, MD; GONZÁLEZ-REVIRIEGO, N (2014a). Variability of extreme precipitation over Europe and its relationships with teleconnection patterns, *Hydrol Earth Syst Sci*, 18:709-725.
- DECASTRO, M; LORENZO, N; TABOADA, J; SARMIENTO, M; ALVAREZ, I; GOMEZ-GESTEIRA, M (2006). Teleconnection patterns influence on precipitation variability and on river flow regimes in the Miño River basin (NW Iberian Peninsula). *Climate Research*, 32:63-73.

- DECASTRO, M; LORENZO, N; TABOADA, JJ; SARMIENTO, M; ALVAREZ, I; GOMEZ-GESTEIRA, M (2006). Influence of teleconnection patterns on precipitation variability and on river flow regimes in the Miño River basin (NW Iberian Peninsula). *Clim Res*, 32: 63-73.
- ESTEBAN-PARRA, MJ; RODRIGO, FS; CASTRO-DÍEZ, Y (1998). Spatial and temporal patterns of precipitation in Spain for the period 1880-1992. *Int J Climatol*, 18:1557-1574.
- FREY, R., ACKERMAN, S., LIU, Y., STRABALA, K, ZHANG, H, KEY, J, & WANG, X (2008). Cloud detection with MODIS. part I: improvements in the MODIS cloud mask for collection 5. *J. Atmos. Oceanic Technol.*, 25, 1057-1072.
- GIMENO, L; DOMINGUEZ, F; NIETO, R; TRIGO, R; DRUMOND, A; REASON, CJC; TASCETTO, AS; RAMOS, AM; KUMAR, R; MARENGO MAJOR, J (2016). Mechanisms of Atmospheric Moisture Transport and Their Role in Extreme Precipitation Events. *Annual Review of Environment and Resources*, 41:117-141.
- GIMENO, L; DRUMOND, A; NIETO, R; TRIGO, R.M.; STOHL, A (2010). On the origin of continental precipitation. *Geophys Res Lett*, 37:L13804.
- GIMENO, L; NIETO, R; DRUMOND, A; CASTILLO, R; TRIGO, R.M. (2013). Influence of the intensification of the major oceanic moisture sources on continental precipitation. *Geophys Res Lett*, 40:1-8.
- HUTH, R; BECK, C; KUČEROVÁ, M (2016). Synoptic-climatological evaluation of the classifications of atmospheric circulation patterns over Europe. *International Journal of Climatology*, 36:2710-2726.
- HUTH, R; BECK, C; PHILIPP, A; DEMUZERE, M; USTRNUL, Z; CAHYNOVÁ, M; KYSELÝ, J; TVEITO, OE (2008). Classifications of atmospheric circulation patterns: Recent advances and applications. *Ann NY Acad Sci*, 1147:105-152.
- JENKINSON, AF & COLLISON, FP (1977). An initial climatology of gales over the North Sea. Synoptic Climatology Branch Memorandum, 62, Meteorological Office, Bracknell.
- JONES, PD; HULME, M; BRIFFA, KR (1993). A comparison of Lamb circulation types with an objective classification scheme. *Int J Climatol*, 13:655-663.
- KINGSTON, DG; STAGGE, JH; TALLAKSEN, LM; Hannah, DM (2015). European-Scale Drought: Understanding Connections between Atmospheric Circulation and Meteorological Drought Indices. *J. Climate*, 28:505-516.
- KOTARBA, A.Z. (2010). Estimation of fractional cloud cover for moderate resolution imaging spectroradiometer/terra cloud mask classes with high-resolution over ocean aster observations. *Geophys Res*, 115:D22210.
- LORENZO, M.N.; TABOADA, J.J.; GIMENO, L (2008). Links between circulation weather types, teleconnection patterns, and their influence on precipitation patterns in Galicia (NW Spain). *International Journal of Climatology*, 28:1493-1505.

- LORENZO, M.N.; TABOADA, J.J.; IGLESIAS, I, GÓMEZ-GESTEIRA, M (2010). Predictability of the spring rainfall in Northwestern Iberian Peninsula from sea surfaces temperature of ENSO areas. *Climatic Change*, 107:329-341.
- MUÑOZ-DÍAZ, D & RODRIGO, F (2006). Seasonal rainfall variations in Spain (1912-2000) and the links to atmospheric circulation. *Atmos Res*, 81:94-110.
- PHILIPP, A (2009). Comparison of principal component and cluster analysis for classifying circulation pattern sequences for the European domain. *Theor Appl Climatol*, 96, 31-41.
- PHILIPP, A; BARTHOLY, J; BECK, C; ERPICUM, M; ESTEBAN, P; FETTWEIS, X; HUTH, R; JAMES, P; JOURDAIN, S; KREIENKAMP, F; KRENNERT, T; LYKOU DIS, S; MICHALIDES, SC; PIANKO-KLUCZYNSKA, K; POST, P; ALVAREZ, DR; SCHIEMANN, R; SPEKAT, A; TYMVIOS, F (2010). Cost733cat - a database of weather and circulation type classifications. *Phys Chem Earth (Special Issue)*, 35:360-373.
- RAMOS, A.M.; BARRIOPEDRO, D.; DUTRA, E. (2015). Circulation weather types as a tool in atmospheric, climate, and environmental research. *Frontiers in Environmental Science*, 3.
- RODRÍGUEZ-PUEBLA, C.; ENCINAS, A.H.; NIETO, S.; GARMENDIA, J. (1998). Spatial and temporal patterns of annual precipitation variability over the Iberian Peninsula. *Int J Climatol*, 18:299-316.
- RODRÍGUEZ-PUEBLA, C.; ENCINAS, A.H.M.; Sáenz, J. (2001). Winter precipitation over the Iberian Peninsula and its relationship to circulation indices. *Hydrol Earth Syst Sci*, 5:233-244.
- ROYÉ, R.; LORENZO, N.; RASILLA, D.; MARTÍ, A. (2018). Spatio-temporal variations of cloud fraction based on circulation types in the Iberian Peninsula. *International Journal of Climatology*.
- TABARI, H. & WILLEMS, P. (2018). Lagged influence of Atlantic and Pacific climate patterns on European extreme precipitation. *Scientific Reports*, 8:5748.
- TABARI, H. & WILLEMS, P. (2018). More prolonged droughts by the end of the century in the Middle East. *Environ Res Lett*, 13.
- TOLLER, G.; XIONG, X.; SUN, J.; WENNY, B.; GENG, X.; KUYPER, J.; ANGAL, A.; CHEN, H.; MADHAVAN, S.; WU, A. (2013). Terra and Aqua Moderate-resolution Imaging Spectroradiometer collection 6 level 1b algorithm. *J Appl Remote Sens*, 7:073557.
- TRIGO, I. (2006). Climatology and interannual variability of storm tracks in the euro-atlantic sector: a comparison between era-40 and ncep/ncar reanalyses. *Clim Dyn*, 26:127-143.
- TRIGO, R. & DA CAMARA, C. (2000). Circulation weather types and their influence on the precipitation regime in Portugal. *Int J Climatol*, 20:1559-1581.
- TRIGO, R.M.; VALENTE, M.A.; TRIGO, I.F.; MIRANDA, P.M.A.; RAMOS, A.M.; PAREDES, D.; GARCÍA-HERRERA, R. (2008). The impact of North Atlantic wind and cyclone trends on European precipitation and significant wave height in the Atlantic. *Ann NY Acad Sci (Spec Issue Trends Dir Clim Res)*, 1146:212-234.
- VERMOTE, E., & WOLFE, R. (2015). MOD09GA/MYD09GQ MODIS/Terra Surface Reflectance Daily L2G Global 1kmand 500m SIN Grid V006 [Dataset]. NASA EOSDIS LP DAAC.. doi:10.5067/MODIS/MYD09GQ.006.

TRANSGRESSION AND REGRESSION OF THE SOUTH ATLANTIC OCEAN, BRAZILIAN COAST. CASE STUDY: COASTAL PLAIN OF THE PARAÍBA DO SUL RIVER, BRAZIL

Lucio Carramillo CAETANO

Departamento de Geociências, UFRRJ
carramillo@gmail.com

Sueli Yoshinaga PEREIRA

Instituto de Geociências, UNICAMP
sueliyoshinaga@gmail.com

Heitor MOTHÉ FILHO

Geociências, UFRRJ
heitorfmothe@gmail.com

Thiago Andrade de SOUZA

Geoquímica Ambiental, UFF
thiagoandrade.geologia@gmail.com

Sarah G. DUARTE

Secretaria de Estado de Educação do RJ
sarahpalino@yahoo.com.br

Thiago Machado do PINHO

Departamento de Geotecnia, USP
thiagompinho@usp.br

Igor Cristiano SILVA

Departamento de Geologia, UFRRJ
igor cristiano@hotmail.com

Abstract

During the 4.6 billion years, the planet Earth has been intensively transforming due to the Magnitude of internal forces of the planet that are responsible for the movement of tectonic plates. In the meantime to this situation countless periods of transgression and regression on the various continents are proven throughout geological time. The present work aims to allow the reader to understand the alternations of this movement of the South Atlantic Ocean on the coast of the northern coast of the Rio de Janeiro state, Brazil, specifically in Atafona, São João da Barra.

The work compiled information on the evolution of the South American continent in the Brazilian territory until reaching in detail the region in focus. In Atafona there are houses and streets destroyed by the invasion of the sea. However, in a detailed analysis, the intention of this work, in fact, the sea has been retreating more than invading, in the last millions of years, there has been more regression than transgression. The simple image allows observing the numerous lines of deposition of marine sediments in Atafona and other parts of the northern coast of the state of Rio de Janeiro, Brazil.

Key Words: Coast, Geological Time, Regression, South Atlantic Ocean, Transgression.

Resumo

Durante 4,6 bilhões de anos, o planeta Terra foi-se transformando intensamente através da magnitude de forças internas que são responsáveis pelo movimento das placas tectônicas. Concomitante a essa situação inúmeros períodos de transgressão e regressão nos diversos continentes são comprovados ao longo do tempo geológico. O presente trabalho tem como objetivo compreender as alternâncias dessa movimentação do oceano Atlântico sul na costa do litoral norte do estado do Rio de Janeiro, Brasil, mais especificamente em Atafona, São João da Barra.

O trabalho compilou informações da evolução do continente sul americano no território brasileiro até alcançar em detalhamento a região em foco. Uma visita realizada a Atafona permitiu observar casas e ruas destruídas pela

invasão do mar. Porém, numa análise mais aprofundada foi constatado que, na verdade, nessa localidade o mar vem recuando mais do que invadindo, ou seja, nesses últimos milhões de anos, tem ocorrido mais regressão do que transgressão. A simples imagem permite observar as inúmeras linhas de deposição de sedimentos marinhos tanto em Atafona com em outras partes do litoral norte do estado do Rio de Janeiro, Brasil.

Palavras chave: Costa, Oceano Atlântico Sul, Regressão, Tempo Geológico, Transgressão.

1. Introduction

Streets and houses near the Atafona beach in the coastal plain of the Paraíba do Sul river in the northern state of Rio de Janeiro, Brazil, are regularly destroyed by the advance of the Atlantic Ocean. This situation causes not only the destruction of commercial and private properties, as well as squares and access roads, and it is also responsible for damages to the public and private sector in their real estate investments and infrastructure, literally carried by the sea (figure 1).



Figure 1 – Damage caused by marine transgression in Atafona, RJ, Brazil (Caetano, 2018).

At first glance, and taking into account only the possible environmental changes brought about by Man throughout his life on planet Earth, one could imagine that the transgression in that locality was directly linked to the production of atmospheric pollutants that could provoke the global warming and, consequently, rising sea levels.

However, there is a fundamental question that must be considered, the Geological Time (figure 2). The knowledge of the geological time scale obliges us to take into account at least the 4.6 billion years of the existence of the planet Earth.

Thus, this work aims to clarify, based on the geological time scale, the transgressions and regressions that occur in the northern region of the state of Rio de Janeiro, Brazil.

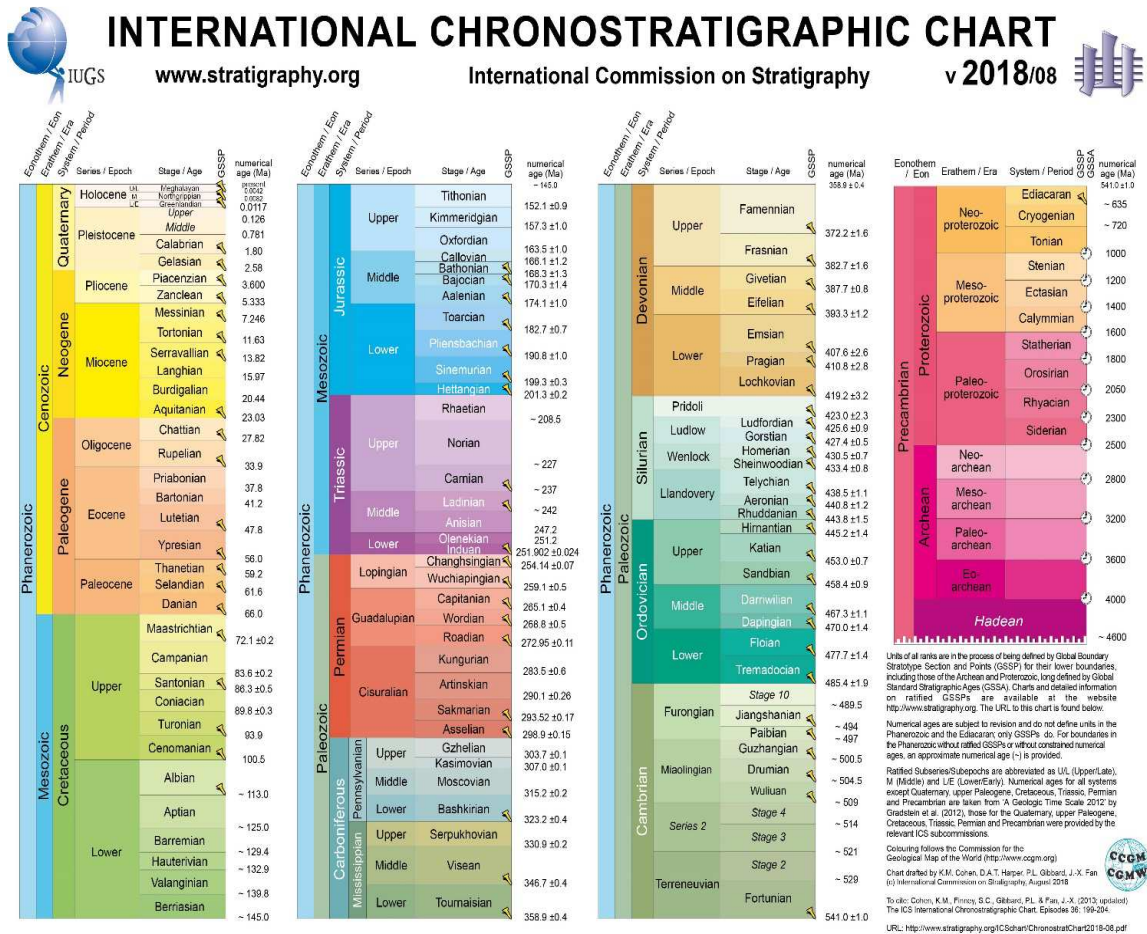


Figure 2 – Geological Time Chart (<http://www.stratigraphy.org/index.php/ics-chart-timescale>, accessed in 12/05/2019).

2. The Geological Time

Depending on the activities carried out by each one of us in our daily life, these are linked to our professions or even to our leisure moments, the notion of time is spontaneously related to our tasks.

It is natural to imagine that professionals in the field of physics and chemistry, for example, may more easily perceive situations occurring in fractions of seconds such as the separation of an atom's nucleus and chemical reactions, unlike professionals in the fields of social sciences, geography, biology and engineering, among others that will have a sharp perception for days, months, years, decades or even centuries through the evolution of human species, animals, plants, as well as some climatic phenomena. On the other hand, professionals in the field of geology, as well as those in the field of astronomy, will have a greater perception of time in such a way as to reach the order of billions of years, when analyzing the formation of the universe, the formation of mountains, the formation and movement of continents, marine transgressions and regressions, erosion and weathering, for example.

There is, however, a rather simplified way for anyone, regardless of this area of expertise, to know and even follow the evolution of our Planet from the moment of its formation, 4.6 billion years ago, to this day. The Geological Time Scale (figure 2) enables both geologists and paleontologists, as well as society in general, to acquire knowledge of events occurring at various intervals in the formation, transformation, and evolution of planet Earth.

For this, the study and knowledge of the rocks will be fundamental. The rocks formed in the past and preserved from erosion serve as a memory of the Earth, recording geological events such as glaciations that lasted many thousands or millions of years. Rock strata and fossils determine the relative age of sedimentary rock layers and radioactive decay determines the absolute age of the rock, identifying the different ages of evolution of the planet Earth (PRESS, 2006).

The Geological Time Scale is divided into Eon, Era, Period, Epoch, and Age (International Commission on Stratigraphy, 2018 v.8). This Scale divides geological time into two Eons, they are: Pre-Cambrian and Phanerozoic. The earliest geological Eon is the Precambrian, beginning 4.6 billion years ago with Hadean, passing through the Archean (from 4 Gy to 2.5 Gy ago) to the Neoproterozoic (2.5 Gy to 541 My). The most common rock units in the Archean are the metamorphic complexes consisting of gneisses and granitoids and subordinate metavolcanic sedimentary sequences (WINCANDER, 2009). During the Archean, when there was more heat on the Planet, the movement of tectonic plates was faster than at present. In the Proterozoic (from 2.5 Gy to 541 My), was a time of deposition of iron formations, red beds, sandstones, siltstones, carbonates, shales and sedimentary rocks glacial indicating glacial episodes. During the Proterozoic occurred important orogens with a great continental growth. It was in this Éon that Laurentia was formed (WINCANDER, 2009).

The Phanerozoic Aeon begins 541 million years ago and continues to this day. The Phanerozoic is divided into three great Eras: Paleozoic (from 541 My to 251 My), Mesozoic (from 251 My to 66 My) and Cenozoic (from 66 My to the present day). Each of these Eras is divided in Periods. The Paleozoic, for example, is divided between the Periods: Cambrian (from 541 My to 485 My), Ordovician (from 485 My to 443 My), Silurian (from 443 My to 419 My), Devonian (from 419 My to 358 My), Carboniferous (from 358 My to 298 My) and Permian (from 298 My to 251 My). The Mesozoic is distributed in 3 Periods, they are: Triassic (from 251 My to 201 My), Jurassic (from 201 My to 145 My) and Cretaceous (from 145 My to 66 My). Finally, the last Era, the Cenozoic, is divided into three periods: Paleogene (from 66 My to 23 My), Neogene (from 23 My to 2.58 My) and the Quaternary from 2.58 My to the present day. Still within the geological time scale, Periods are divided into Epochs. In order to give the present work more objectivity in relation to the most recent transgressions and regressions in the study area, it was decided to deepen the information from the Neogene Period, particularly the Pliocene Age, until the Holocene Age (or Recent) of the Quaternary Period. However, partial information will be given on the whole evolutionary process of the South American continent, especially in the present Brazilian territory, regarding transgression and regression during the Phanerozoic Era, beginning with the Paleozoic, followed by the Mesozoic and closing in the Cenozoic, including through images, of what happens at the present moment.

2.1. From the Cambrian (541 My) to the Ordovician (443 My)

In Cambrian the existing continents were: Baltica, China, Gondwana (composed of the South American continent, African, Antarctic, Australian, Indian, part of the Middle East and South of Europe, Kazakhstan, Laurentia (composed by much of North America, Greenland, Ireland, Scotland and part of Russia) and Siberia, besides these, numerous micro continents and island arches associated with micro plates also made up the planet Earth. During the Cambrian part of Laurentia, Baltic, Siberia, Kazakhstan and China, were covered by shallow seas (marine transgression), while in Gondwana, plateaus were present (WINCANDER, 2009),

Between the Cambrian and Devonian periods, fault zones on the South American continent were filled by sediments forming the sedimentary basins of what would become part of the Brazilian territory. Even today, sedimentary basins that have not been eroded are exposed in several parts of the Brazilian territory. Even without the presence of typically Marine fossils, they have layers indicative of marine deposition. In the basins, now called the basins of Acre, Solimões, Amazonas, Alto Tapajós, Parecis, Paraná, Parnaíba, among others of smaller extent where fossils are found, are also found epicontinental seas that in the Paleozoic flood large areas that, however, due to erosion at its edges, its limits cannot be precisely established. The sediments deposited during the Paleozoic transgressions and regressions are located mainly in the larger basins, revealing extensive transgressions in the Paleozoic (ALMEIDA, 2004).

2.2. From the end of the Ordovician (443 My) to the end of the Silurian (410 My)

Between the Ordovician and Silurian periods, the sea invasion occurred in the Amazon basin located in the northern region of Brazil (PETRI, 1983, ALMEIDA, 2004), where a neritic environment alternates with typically deltaic, coastal, glacial and glacial marine sediments (GRAHN, 1992, ALMEIDA, 2004). There is also evidence of Marine deposits occurring between the Ordovician and the Silurian in the Upper Tapajós, Parnaíba and Paraná basins, which also presents glacial evidence. During these periods a peak of marine transgression occurred in the central and northern area of this basin. There are numerous indications of glacial actions and indications that the sea was cold (ALMEIDA, 2004).

2.3. From the beginning of the Devonian (410 My) to the end of the Carboniferous (298 My)

At the beginning of the Devonian period (between 410 My and 303 My), an orogenic cycle took place causing epirogenetic lifting that reflected in the Marine regression, causing erosion in part of the sediments that had been deposited by the sea. The transgressive/regressive cycle during the Devonian caused the transgression of sediments to the same area that had eroded during the marine regression. The transgression occurred at the beginning of the Devonian, extending to the Amazon

basin (Figure 3) with deposition in the neritic environment, sea glacier, deltaic fluvial, lagoons and restricted sea, regressing at the end of the Period (BLESS, 1986, CUNHA, 1994, ALMEIDA, 2004). In the Devonian, marine flood occurred in the Parnaíba Basin (Figure 3). Part of the sediments typical of marine environments, deltaic, fluvial and tidal plains were removed during the regression at the beginning of the Carboniferous (GOES, 1994, ALMEIDA, 2004). Thus, during the Devonian several transgressions occurred depositing sediments that, despite the marine regression, were partially protected by allowing a more appropriate reading of the transgression and regression phases along the geological time (between 410 My and 358 My). Even when, through the orogeny occurred during the Carboniferous (between 358 My and 298 My) that caused the withdrawal (regression) of the sea leaving the deposited sediments previously exposed to erosion until a new transgression occurred more towards the end of the Carboniferous (between 323 My and 298 My). It is interesting to note that it was in the Upper Devonian (between 382 My and 358 My) that it reached the Maximum of flood (figure 4) during the whole Period (MELLO, 1989, ALMEIDA, 2004). It is believed that the proto pacific has come to cover ¼ of the entire Brazilian territory (PETRI, 1983, ALMEIDA, 2004). During the Devonian and the Carboniferous the evolution of the Marine basins occurred due to the sedimentary siltation, epirogenic movements and eustatic fluctuation. It was during the Devonian and Carboniferous periods that coastal, fluvial, deltaic, lagoon, tidal plains, periglacial and glacial deposits were found, evidencing the occurrence of sea retreat and glaciation in the basins that today are located in northern Brazil (ALMEIDA, 2004).

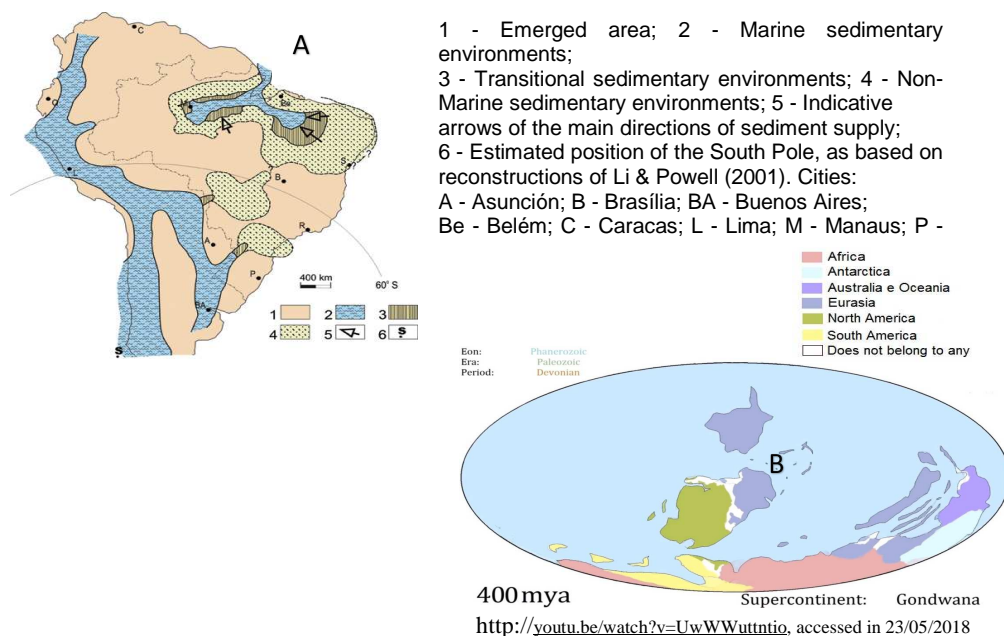


Figure 3 – A: Situation of Brazil during the Devonian. B: Approximate location of Brazil 400 mya.

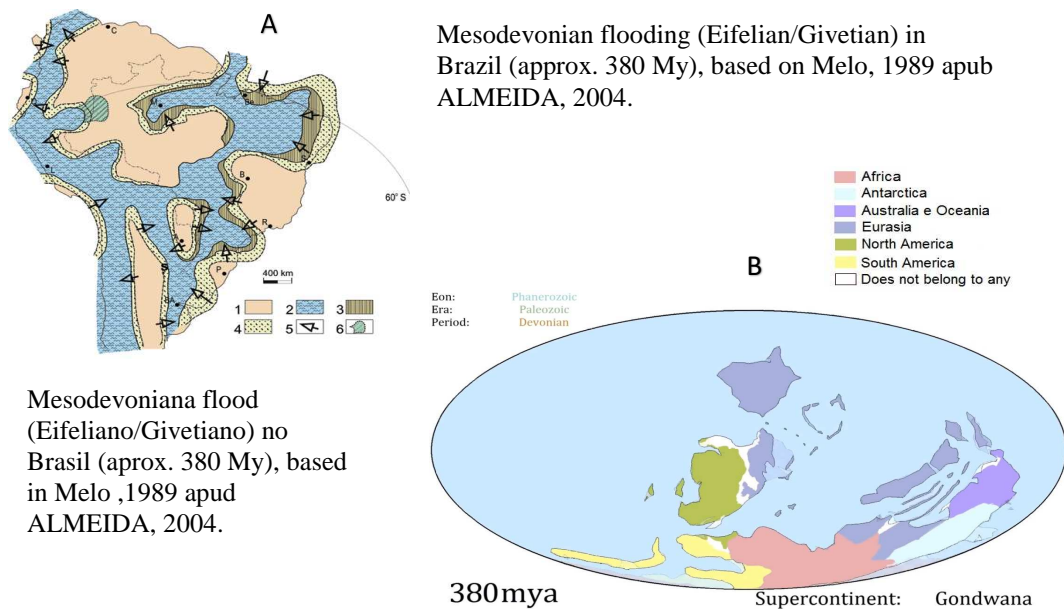


Figure 4 – A: Brazilian territory in its Maximum flood. B: Approximate location of Brazil 380 mya.

2.4. End of the Paleozoic Era, from the end of the Carboniferous (298 My) to the end of the Permian (251 My)

At the end of the Carboniferous occurs the marine transgression forming evaporitic carbonaceous deposits. This transgression had been preceded by a fluvial deltaic sedimentation to wind sedimentation (LEMONS, 1989; ALTINER, 1991, EIRAS, 1994, ALMEIDA, 2004). At the beginning of the Permian, caused by an orogenesis, there was a lacustrine fluvial regression sequence, followed by a long erosive phase with an estimated duration of 170 million years, that is, it remained until the end of Cretaceous, or up to 66 million years ago (ALMEIDA, 2004). In the Amazon basin, the discovery of several fossils of various marine organisms (cephalopods, braqueopods, equinoids, among others) indicating that the sediments forming this Basin are of Neocarboniferous origin. With the regression, evaporites were deposited still in the Carboniferous. Already with the Permian orogenesis, continental sedimentation occurred. The same occurred in the Parnaíba basin, where fossils of fish and other Marine animals are also found, suggest the occurrence of a marine transgression followed by a regression in the Permian where fossils characteristic of shallow marine environments, deltas, lakes and typical vegetation and terrestrial environment (ALMEIDA, 2004).

2.5. During the Mesozoic, from the beginning of the Triassic (251 My), Jurassic (201.3 My to 145 My) to the end of the Cretaceous (66 My)

Still between the Cambrian and Permian periods, the Pangeia (Figure 5) was located in a large thermal mantle (Anderson, 1992, VIEIRA, 1989, Almeida, 2004), which caused a regression of the sea. Tectonic events and magmatism caused the rupture of the continent and the emergence of

smaller continents and new seas as it is today. Part of what would be the Brazilian territory remained until the Eocretáceo (145 My to 100 My). Already situating itself in an arid zone propitiating the development of the Botucatu desert that today is part of the extensive aquifer Guarani one of the largest reservoirs of groundwater of the planet. During the fragmentation of the Pangeia, which began around 237 My during the Triassic period, it began soon after the drift of the continents around 175 My ago, already the Jurassic period. The Atlantic Ocean widens in such a way that the North American continents, part of the African continent and South America moved away (ALMEIDA, 2004).

Between the Triassic and the Cretaceous intense tectonic activities with faults being reactivated, the appearance of numerous fractures, basaltic lava effusion and alkaline magmatism occurred in the South American platform region (ALMEIDA, 2004). It was during the Mesozoic that the South American and African continents moved away and, despite the constant and uninterrupted movement, they are disposed with contours similar to the current ones. Figure 6 represents the appearance of the beginning of the separation between the Brazilian and African territories, as well as the current aspect and the forecast for 46 million years from now. Also in the Cretaceous, deposits of evaporites in much of the present Brazilian coast from the state of Alagoas in the Brazilian northeast to the city of Santos in the state of São Paulo, in the southeast of Brazil (ASMUS, 1980, ALMEIDA, 2004). In the Cretaceous, also deposition of carbonate rocks occurred and closer to the equator there were accumulations of continental and marine sediments (ALMEIDA, 2004).

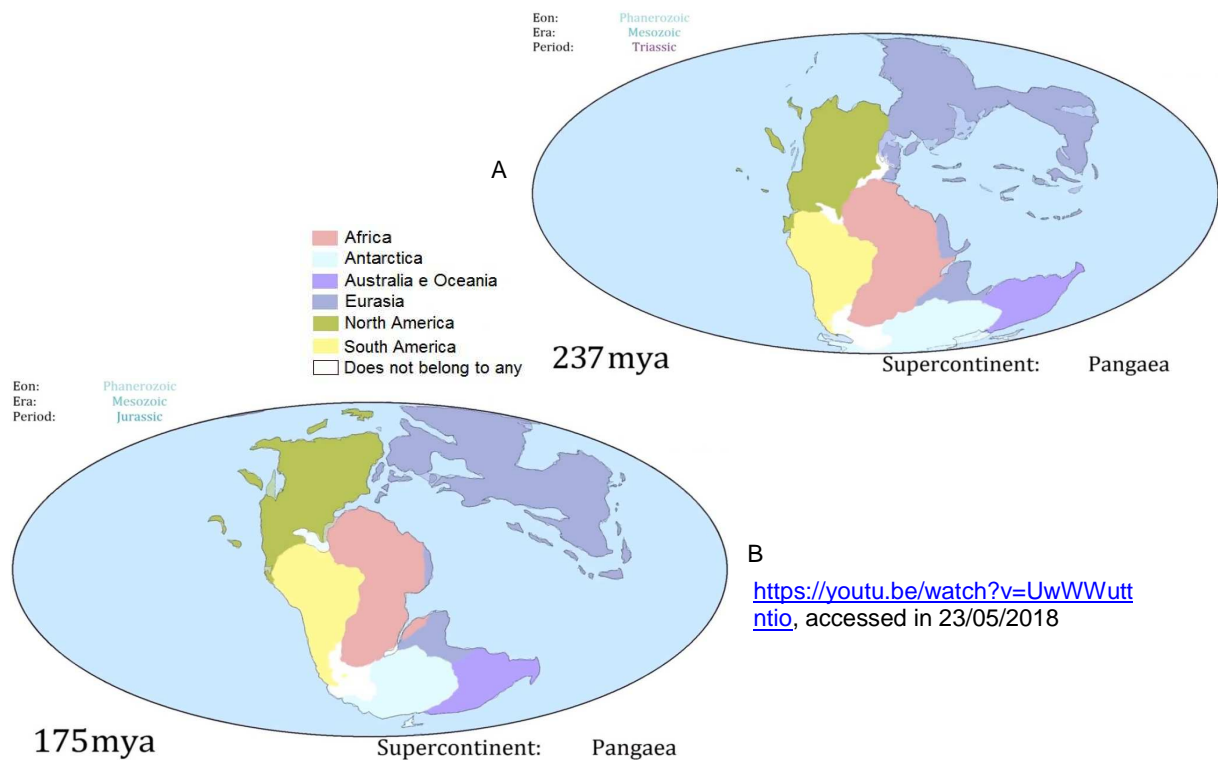
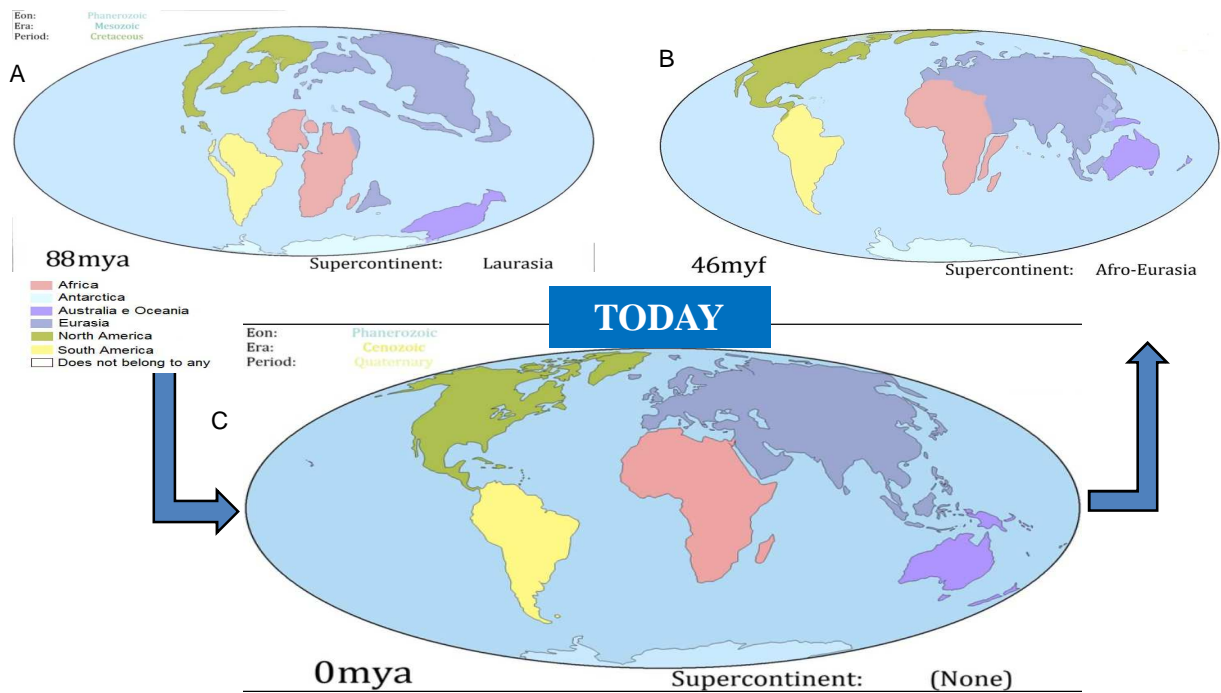


Figure 5 - Brazilian territory united to the African continent (Pangea). A: 237 mya; B: 175 mya.



<https://youtu.be/watch?v=UwWWuttntio>, accessed in 23/05/2018

Figure 6 – A: Beginning the separation of the Brazilian territory from the continent African, B: current situation and C: hence 46 Myf.

2.6. During the Cenozoic, from the Paleogene (66 My) to the Quaternary (days of today)

During the Cenozoic Era, on the northern Brazilian coast, a sedimentation caused by ocean transgression occurred (MILANI, 2000, ALMEIDA, 2004). Marine transgressions occurred in the northern Brazilian coast at various times of the Paleogene Period, such as: Paleocene (from 66 My to 56 My) and Eocene (from 56 My and 33 My). Transgressions are also identified in the Neogene Period, such as Miocene (from 23 My to 5.3 My) and Pliocene (from 5.3 My to 2.58 My), as evidenced by the deposition of typical marine sediments of the shallow sea (ALMEIDA, 2004). Although the entire Brazilian coast suffered transgressions and regressions during the Cenozoic Era, it was during the Quaternary Period that the sedimentation of the great deltaic plain of the Paraíba do Sul river occurred, representing the emergent part of the deltaic system with a great accumulation of marine sediments (RANGEL, 1994, ALMEIDA, 2004).

It is in this Era that it has been possible to collect the largest number of data to prove the transgressions and regressions that occur in the Brazilian coast, specifically in the north coast of the state of Rio de Janeiro, focus of this work (Figure 7). For this reason, an item will only be dedicated to the Quaternary Period (from 2.58 My to the present day) where it is possible to even visualize the

transgressive and regressive processes especially in the study area. In this way, the evolution of these processes is described below.

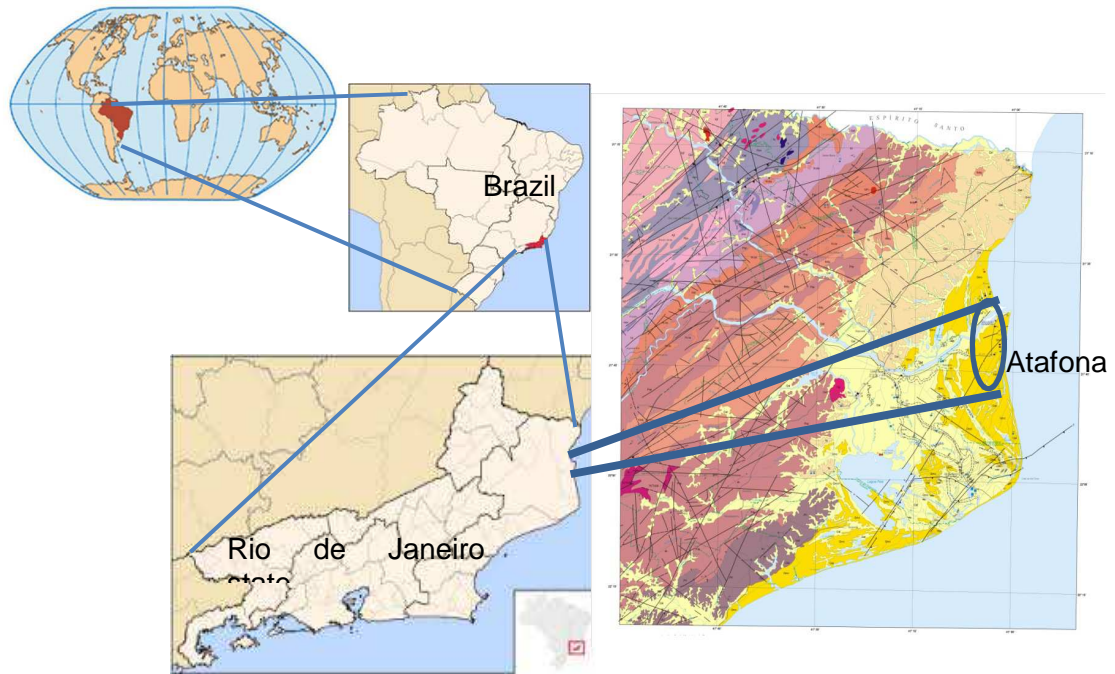


Figure 7 – Location of the study area of Atafona, RJ, Brazil.

In this age, too, it has been possible to collect information that demonstrates the great force exerted by the internal dynamics of the planet, when it can be observed at the very moment when the African continent opens in Kenya (figure 8a). This phenomenon has also been occurring in Iceland and Icelandic territory has also been divided (figure 8b). Apart from this, magmatic processes through intense volcanism occurring in the islands of Hawaii (figure 8c) in the United States of North America, extending the perimeter of some islands or even helping in the formation of new islands. In addition to Hawaii, other localities such as Chimaltenango, Escuintla and Sacatepéquez in Guatemala have been suffering the effects of volcanic. Tsunamis occurring in various parts of the planet but one of the last occurring in Japan caused by earthquakes on the high seas, as well as the earthquake that occurred in Nepal (Figure 8d) in 2015, are natural geological processes that, like the transgression and marine regression that has been occurring since the beginning of the formation of the planet, cause morphological and structural changes that, when in the presence of Man, usually cause apprehension, insecurity and panic, because they are totally beyond of human control.



(a) <https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/noticia/2018/04/rachadura-gigante-no-kenia-mostra-que-africa-se-dividira-em-duas.html> accessed in 23/05/2018



(b) <https://www.megacurioso.com.br/lugares-surpreendentes/42947-sabia-que-e-possivel-mergulhar-entre-duas-placas-tectonicas-na-islandia.htm> accessed in 23/05/2018



(c) <https://mormonsud.net/noticias/mormons-no-havai-vulcao-kilauea/> accessed in 23/05/2018



(d) <http://resumodanet.com/2015/04/fotos-de-antes-e-depois-do-terremoto-no-nepal.html> accessed in 23/05/2018

Figure 8 - Changes in the planet caused by the Earth's internal dynamics
Recent status of territories: (a) Kenya, Africa; (b) of Iceland; (c) from Hawaii and (d) from Nepal.

3. Transgressions and Regressions of the South Atlantic Ocean on the North Coast of the State of Rio de Janeiro, Brazil, in the Cenozoic between the Pliocene (5.3 My) and the Holocene or Recent (Quaternary)

In this section, the phases of transgression and regression occurring, and still occurring, on the northern coast of the state of Rio de Janeiro (figure 9) are described in more detail.

According to MARTIN, 1997 (CAETANO, 2000), between the Pliocene and the Quaternary, there were 7 stages of transgression and regression.

Stage 1: Probably during Pliocene (between 5,3 My and 2,5 My), in a phase of marine regression, in a semi-arid climate and subject to sporadic and torrential rains, the sedimentation of the Barreiras formation occurred in large bands of coalescent alluvial fans (MARTIN, 1997);

Stage 2: Humid climate interrupting the deposition of the Barreiras formation (MaRTIN, 1997). Next, during probably the Pleistocene (2.5 My to 0.01 My) there must have been a marine transgression. The outer part of the Barreiras Formation was eroded forming a line of cliffs;

Stage 3: In a marine regression phase, the climate must have returned to the semiarid zone, allowing a new sedimentation of continental deposits made up of coalescing alluvial fans at the foot of escarpments carved in the sediments of the Barreiras formation (MARTIN, 1997);

Stage 4: In the Middle Pleistocene, around 123,000 years BP (Before Present) when the sea, during the penultimate transgression, eroded all or part of the continental deposits of the previous stage, the low rivers were drowned giving rise to estuaries and lagoons;

Stage 5: Phase in which the sandy terraces formed by progradant beach ridges were constructed during the regression in the Middle Pleistocene to the Superior;

Stage 6: During the Holocene (from 11,000 years to today) at most in the transgression of about 5,100 years BP, the sea must have eroded all or part of Pleistocene marine terraces. The sea invasion of the Pleistocene Marine terraces and the sediments of the Barreiras

Stage 7: Phase relative to the lowering of the sea from 5,100 years BP that caused the transformation of the lagoons into freshwater lakes and, finally, into marshes. This stage is also related to small sea level fluctuations that were very important for the development of the newest portions of the coastal plains located in the mouths of the Paraíba do Sul river in the state of Rio de Janeiro and the Doce river in the state of Espírito Santo. It is possible to check several houses and streets destroyed by the advance of the sea just walking the streets of the city of Atafona going towards the beach. In the same way, one can observe the destruction caused by the most recent minor transgressions (figure 1). On the other hand, it is also possible to observe large extensions of marine deposits on the rim that clearly demonstrate seaward retreat activities (figure 9).



Figure 9 - View of marine deposits from Cenozoic on the northern coast of the State of Rio de Janeiro (Brazil) (Google Earth, 2018).

4. Conclusions

The planet Earth is being formed 4.6 billion years ago. It should be emphasized that "it is being formed" because, at this very moment, changes are occurring. Some coasts are being flooded by the

sea, others are being enlarged by the retreat of the sea, regions are having their areas reduced by the clash between continental plates (as is the case in Nepal), others are being enlarged by the expelled volcanic magmatism giving them new areas (as is the case in Hawaii), and there are still those that suffer only a few changes that do not necessarily imply the enlargement or diminution of their territories, as has happened in Iceland and Africa, through the rupture of the plates and openings with the distance between them and the volcanism in Guatemala that, for the moment, has caused only a change in the local morphology.

Thus the cyclical alterations of the continents that occurred uninterruptedly aggressions provoked by the internal dynamics of the Earth (earthquakes and magmatism) as well as by transgressions and regressions usually provoked, also, by the different phases of the evolution of the planet through the movement of the tectonic plates and the driving force fundamental for this movement attributed to thermal convection of the mantle, That is, the plates of the lithosphere move on the surface of the planet being dragged by the convection of the mantle, which consequently cause earthquakes, volcanism beyond the action of erosion. Figure 10 shows the division of the tectonic plates in the Earth. This whole system of natural alterations of the Planet allows the concentration of minerals with economic viability, formation of beautiful landscapes with the creation of geological monuments as well as unpleasant and worrying situations such as: destruction of houses, streets (figure 1), highways, bridges, viaducts which often cause accidents, deaths and dozens or hundreds of homeless. Figure 11 shows a hydrogeological profile of the Barreiras aquifer in Atafona, Rio de Janeiro, Brazil.

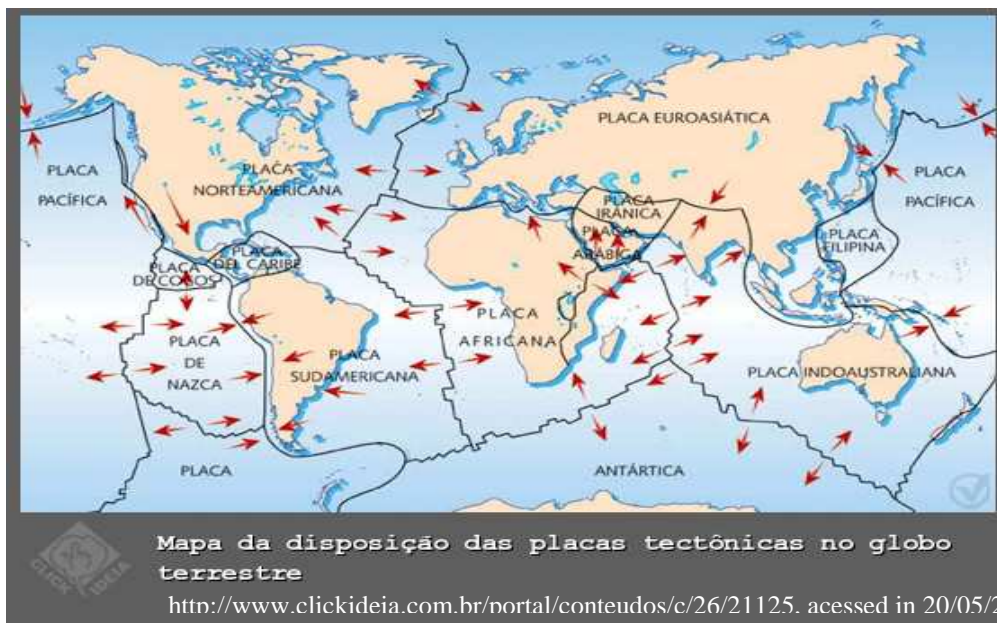


Figure 10 - Map of the Layout of Tectonic Plates in the Terrestrial Globe

Perhaps the greatest importance of this work is to allow the reader to observe that long before the human presence on Earth, the Planet alone made its own history by the evolutionary

transformations that, in a way, can be observed from 4.6 billion of years in a constant process of alterations (construction and destruction) of environments, through the own transgressions and marine regressions that has been offering us, throughout the geological time, varied regions of aspects so own and differentiated.

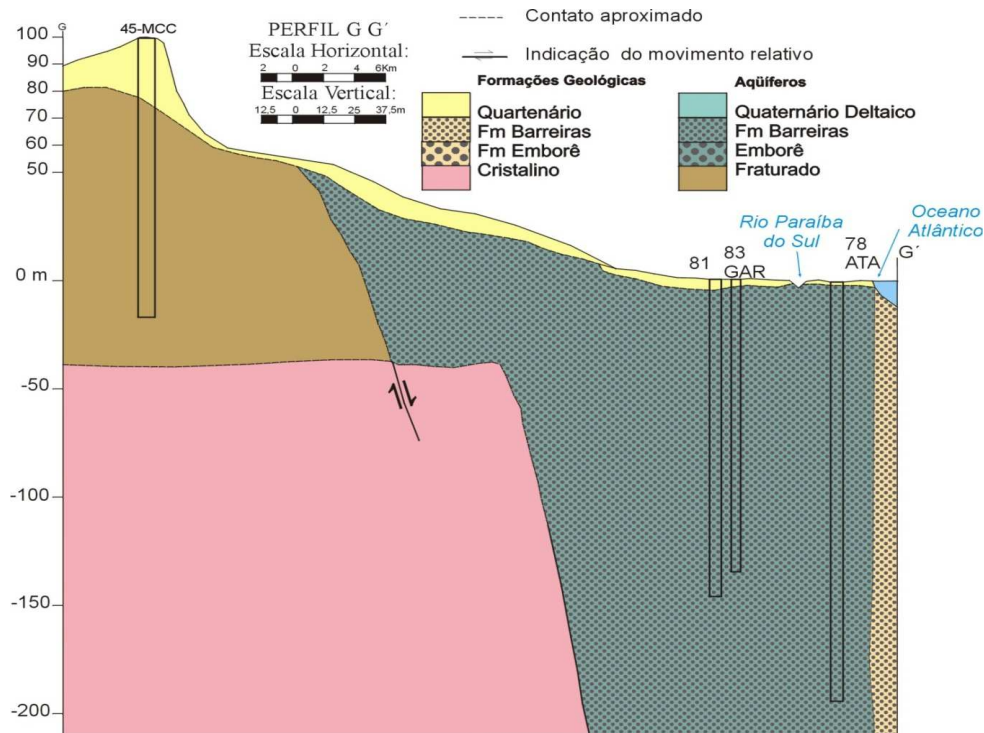


Figure 11 - Hydrogeological profile showing the aquifer Barreiras, Atafona, RJ, Brazil (CAETANO, 2000).

4. Bibliography

- ALMEIDA, F.F.M. & CARNEIRO, C.D.R. (2004), Inundações Marinhas Fanerozoicas no Brasil e Recursos Minerais Associados. In BECA (Ed.), *Geologia do Continente Sul Americano: Evolução da Obra de Fernando Flávio Marques de Almeida* (pp 43 a 58). São Paulo.
- ALTINER, D. & SALVINE, R. (1191), Pennsylvanian foraminífera and carbonate microfacies from the Amazonian and Solimões basins: bioestratigraphie, paleoecologic and paleogeographic results. Rio de Janeiro, PETROBRÁS. (rel. int.).
- ANDERSON, D.L., TANIMOTO, T. & ZHANG, Y.S. (1992). Plate Tectonics and Hotspot: The 3rd dimension. *Science*, 256:1645-1651.
- ASMUS H.E. & PORTO R. (1980), *Diferenças nos estágios iniciais da evolução da Margem continental brasileira: possíveis causas e implicações*. In: SBG, Conre. Bras Geol., 31 Baln. Camboriú. Anais, v. 1, p. 225-239.
- BLESS, M.J.M & STREET, M. (1986). *Late Devonian events around the old red continent*. Societé Geologique de Belgique, Liege.
- CAETANO, L. C. (2000). *Água Subterrânea no Município de Campos dos Goytacazes (RJ): Uma Opção para o Abastecimento*. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP.
- CUNHA, P.R.C & FRANÇA, A.B. (1994). *Estudo das taxas de sedimentação das formações Terezinha e Rio do Rastro – Bacia do Paraná*. B. Geoci. PETROBRÁS, 8 (2-4): 347-360.

- EIRAS, J.F., BECKER, C.R., SOUZA, E.M., GONZAGA, E.G., SILVA, J.G.E., DANIEL, L.M.F.M., MATSUDA, N.S. & FEIJÓ, F.J. (1994). *Bacia do Solimões*. B. Geoci. PETROBRÁS, 8: 17-45.
- FONSECA, M. J. C (1998). *Mapa Geológico do estado do Rio de Janeiro*. Brasília: DNPM.
- GÓES, A.M.O., TRASSOS, W.A. & NUNES, K.C. (1992). Projeto Parnaíba: Reavaliação da Bacia e Perspectivas Exploratórias. PETROBRÁS, Belém, 34p (Ret. Int.).
- GRAHN, C.Y. & PARIS, F. (1982). *Age Correlations of The Trombetas Group, Amazonas Basin, Brazil*. Rev. Micropaleontology, 35:197-209.
- LEMOS, V.B. (1989). *Bioestratigrafia do Paleozoico Superior das bacias do Amazonas e Solimões com base em conodontes*. PETROBRÁS, Rio de Janeiro. Rel. Int.
- MARTIN, L., SUGUIO, K., DOMINGUEZ, J.M.L. & FLEXOR, J-M. (1997). *Geologia do Quaternário costeiro do Litoral norte do Rio de Janeiro e do Espírito Santo*. CPRM. Belo Horizonte. 112p.
- MELLO, J.H.G. (1989). *The Malvinokaffric realm in the Devonian of Brazil*. In: N.J.McMillan, A.F. Embri, D.J. Glass (eds). Devonian of the world. CSPG, International Symposium on the Devonian System, 2, Calgary, 1989. Proceedings. Calgary, p. 669-703.
- PETRI, S. & FÚLFARO, V.J. (1983). *Geologia do Brasil: Fanerozoico*. Ed. USP, São Paulo, 631p.
- PRESS, F.; GROTZINGER, J.; SIEVER, R. & JORDAN, T. H. (2006). *Para Entender a Terra*. Tradução: MENEGAT, R. (coord.). 4a edição. Porto Alegre: BookMan.
- RANGEL, H.D., MARTINS, F.A.L., ESTEVES, F.R. & FEIJÓ, F.J. (1994). *Bacia de Campos*. B. Geoci. PETROBRÁS, 8 (1): 203-218.
- SUGUIO, K. & SALLUN, A. E. M. (2004). *Geologia do Quaternário e Geologia Ambiental*. In Mantesso-Neto, V. et. al. (Organizadores), *Geologia do Continente Sul-Americano*. (pp. 461 - 469). São Paulo: Beca.
- VIEIRA, JR.N & SOLIANI, JR. E. (1989). Um novo modelo genético – Evolutivo para o Maciço Granítico de Lavras do Sul, RS. ACTA GEOLOGICA Leopoldensia, 12 (29):143-160.
- WICANDER, R. & MONROE, J. S. (2009). *Fundamentos de Geologia*. São Paulo: Cengage Learning.
- <http://www.stratigraphy.org/ICSchart/ChronostratChart2018-08.pdf>, accessed in 23/11/2018.
- <https://www.google.com.br/Maps/place/Atafona,+S%C3%A3o+Jo%C3%A3o+da+Barra++RJ/@-21.630301,-41.01889>, accessed in 23/05/2018;
- Google earth, accessed in 23/05/2018;
- https://www.zazzle.com.br/relogio_grande_tempo//_geologico-256571964426580456, accessed in 21/05/2018;
- <https://www.youtube.com/watch?v=UwWWWuttntio>

Parte IV
Economia e Desenvolvimento
Economy and Development





GEOGRAFIA DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO: UM OLHAR ESTRATÉGICO DAS RELAÇÕES BRASIL- ÁFRICA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

André Santos da ROCHA

Departamento de Geografia, PPGGEO- UFRR

asrrgeo@gmail.com/ asrgeo@ufrrj.br

Resumo

No atual contexto mundial algumas estratégias são tomadas por países que querem se projetar politicamente e economicamente. Uma destas estratégias é fomentar, através de sua política externa os acordos de cooperação internacional. A cooperação Internacional tem seu marco nos rumos do desenvolvimento mundial do pós segunda guerra, e tem assumido um papel importante para alguns países, em especial os emergentes. Neste cenário se destaca o Brasil, que adotou como estratégia ampliar suas ações para cooperação com países do Sul Global, dando especial ênfase a cooperação técnica e econômica com países do Continente africano. Apontamos que o desenvolvimento desta atividade serve de exemplo de uma estratégia geopolítica que permite territorialização de empresas e instituições brasileiras na África bem como a projeção da hegemonia do Brasil no sistema internacional.

Palavras Chave: Cooperação Internacional; Relações Sul-Sul; Geografia Política; Brasil-África.

Abstract

In the current world context some strategies are taken by countries that want to project politically and economically. One of these strategies is to foster, through its foreign policy, international cooperation agreements. International cooperation has its milestone in the direction of world post-Second war development, and has played an important role for some countries, especially emerging ones. In this scenario we highlight Brazil, which adopted as a strategy to broaden its actions for cooperation with countries of the Global South, giving special emphasis to technical and economic cooperation with countries of the African continent. We point out that the development of this activity serves as an example of a geopolitical strategy that allows territorialization of Brazilian companies and institutions in Africa as well as the projection of Brazil's hegemony in the international system.

keywords: International cooperation; South-South relations; Political geography; Brazil-Africa.

1. Introdução

A construção de uma agenda de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CDI) tem seu marco institucional no contexto pós Segunda Guerra Mundial, com a criação do Plano Marshall na ajuda dos Estados Unidos para Europa (Milani,2012). Para além de ser uma ajuda mútua para superação de problemas econômicos, sociais e técnicos enfrentados pelos países centrais e periféricos, entendemos que a cooperação entre os países também assume um olhar estratégico

quanto à projeção da Hegemonia e territorialização das ações dos diferentes atores que são envolvidos.

Desde a segunda metade do século XX, o sistema-mundo vem experimentando transformações sensíveis em sua estrutura geopolítica, culminando na constituição de uma forma complexa de interpretação das relações de poder. Dentre essas mudanças, podemos citar emergência de novos polos de poder, na figura de Estados como potências Regionais que alçam esforços de projeção global, como é o caso dos BRICS – Brasil, Rússia, Índia e China e África do Sul - que alcançaram no século XXI o *status* de potências emergentes (Stuenkel, 2017).

A atuação destes países no sistema internacional vem desenhando uma nova geografia econômica e um novo quadro no contexto da geografia dos poderes. Neste contexto, percebe-se a constituição de novas estratégias, que incluem pensar a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CDI) que são adotadas por esses países como formas de extensão de seu poderio técnico e econômico. Parte destes países emergentes acabaram por adotar a estratégia da cooperação internacional baseada na perspectiva Sul-Sul, que significa privilegiar ações entre países do mundo periférico e semiperiférico (Pautasso,2010). Essa perspectiva tem se constituído como uma alternativa estratégica para consolidação de suas forças no mundo.

O exemplo Brasileiro é singular, pois no início do século XXI adotou uma mudança no paradigma de sua política externa ao dar maior ênfase nas relações Sul-Sul, em especial após o ano de 2003, na qual ganhou destaque os projetos de cooperação técnica e as aproximações econômicas com o continente africano. Para apresentar essas discussões, dividiremos o texto em duas principais partes, a saber: [1] Geografia da Cooperação Internacional: uma revisão – nesta parte apresentaremos uma revisão onde expomos as possibilidades de análise do cenário internacional tomando os conceitos da geografia para leituras das transformações desencadeadas pelos acordos de cooperação; e [2] Um olhar para cooperação brasileira como a África no século XXI – um olhar para cooperação técnica – aqui destacaremos a construção do perfil da política externa brasileira em torno da Cooperação Sul-Sul (CSS), que se constituiu no início do século XXI e apresentaremos as possíveis leituras de uma cartografia dos projetos de cooperação técnica desenvolvidos no continente.

2. Geografia da Cooperação Internacional – uma Revisão.

Esse primeiro tópico nos abre um precedente de uma revisão bibliográfica e metodológica para pensar: como se estruturam os estudos de cooperação internacional na geografia; e quais os indicativos para a análise de processo globais-regionais que materializam as dinâmicas atuais de cooperação.

Em primeiro lugar, não se quer aqui criar uma nova epistemologia geográfica, desse modo optamos que validar a concepção de geografia que se baseia em entender os “horizontes espaciais da sociedade” (Valcarcel,2000) que corrobora na noção de que a lógica espacial envolve *n* elementos que incluem as forças políticas, econômicas, culturais, ambientais que promovem transformações, apropriações, projeções e intervenções sensíveis, ou não, e que adquirem forma e

função na organização das sociedades. Neste sentido, como estatuto prático, no campo da geografia em articulação a política (Sanguin, 2016) não podemos ignorar a possibilidade de pensar como lógicas geográficas de análises os estudos que envolvem os associativismos políticos, das ideologias geográficas, das formas de apropriação territorial, da regionalização econômica, e das demandas de cooperação, seja local ou internacional.

Tendo a cooperação, como uma dimensão de análise possível, na qual se insere a proposta deste trabalho, se torna necessário pensarmos o que podemos entender por cooperação. De um modo geral, o termo “cooperação” é extremamente polissêmico, uma vez que pode traduzir uma série de questões – em nível técnico, econômico, diplomático, cultural, militar-defesa, associativismo regional, entre outras. Ela pode tratar tanto no sentido da promoção de níveis equivalentes de desenvolvimento, quanto mascarar uma nova roupagem colonial, na medida que trabalha a perspectiva da transferência de desenvolvimento (Lima & Milani, 2016). Todavia, em sua natureza, independente da amplitude de ações que envolve, o entendemos como um estatuto político de ação na qual muitos países têm tomado como estratégia geopolítica.

Assim, apoiado na concepção de política da Hannah Arendt (2009), podemos pensar a cooperação como uma forma lógica de “exercício de poder com os outros” (Allen, 2003), uma vez que ela envolve uma miríade de acordos que permitem alcançar objetivos comuns, ou parcialmente coletivos dos membros inseridos numa cooperação, e que tem em sua natureza uma dimensão espacial fundante, em especial porque envolve dimensões territoriais e projeções hegemônicas em diferentes escalas (Rocha, 2014).

Os estudos sobre o tema da cooperação assumiram lugar comum na literatura no campo científico da Economia, da Ciência Política, da História e das Relações Internacionais. No campo da geografia brasileira e latino-americana, esse tema ganhou pouca ênfase tendo sua presença em pesquisas que tratam de temas isolados sem uma proposta teórico-metodológica organizada. Todavia, alguns estudos vêm emergindo de forma mais sistemática no mundo, com o destaque da Geografia Italiana com os estudos de Valério Bini (2016) e Egídio Dansero et. All (2008) e na Geografia inglesa com Emma Mawdsley (2015) Danilo Marcondes e Emma Mawdsley (2017).

No que tange aos estudos, sobre cooperação internacional na geografia é possível traçar uma grande aproximação com o tema desenvolvimento. Neste sentido, observamos, pelo menos duas tendências analíticas de forma sistematizada e com diferentes abordagens sobre o tema, que em resumo apontam: [a] de um lado com um olhar mais macro das tendências internacionais (abordagem anglo-saxônica), e [b] de outro uma tendência para uma certa aproximação sobre os efeitos locais-regionais de forma empírica (abordagem italiana).

Dentro da primeira abordagem, numa perspectiva anglo-saxã, em especial aquela produzida no Reino Unido, com destaque para os estudos da Emma Mawdsley – evidenciamos os estudos dos processos de cooperação associados ao funcionamento da lógica capitalista de poder no enquadramento do sistema-mundo wallenteiniano. Os estudos são sistematizados tentando entender o funcionamento das cooperações, sejam elas qualificadas em Sul-Sul ou Norte-Sul, dentro de uma repercussão em escala mundo, que tenta entender os desdobramentos no modelo de acumulação e expropriação no sistema capitalista, sobretudo na tentativa de entender os desdobramentos das

“mudanças no sistema internacional de desenvolvimento”. Neste campo são inseridas questões como soberania, hegemonia, sistema-internacional e desenvolvimento como categorias essenciais para leituras do tema da cooperação internacional, tendo sobretudo as ações dos Estados como elemento de análise (Mcewan & Mawsdley, 2012).

Na outra abordagem, sistematizada no corpo da geografia Italiana, destacam-se os trabalhos do grupo GECO¹, em especial ganha destaque os debates de Egídio Densero e Valerio Bini que organizam estudos sobre a temática da cooperação internacional também associado à perspectiva do desenvolvimento. A abordagem da perspectiva italiana, se esforça em entender os desdobramentos da relação geografia e cooperação também numa base territorializadora, onde pode-se averiguar os efeitos em dimensões locais e regionais. Nesta abordagem é possível pensar, conforme aponta CECO (2016, p. 349) “uma geografia da cooperação”, mas também uma “geografia na cooperação” e uma “geografia para cooperação”. A primeira se relacionaria a abordagem mais comum – ligadas a formações de alianças no sistema internacional identificando países doadores e países receptores ou beneficiários. A segunda e a terceira se relacionariam a proposta mais instrumental de pesquisar uma aplicação – geografia a serviço da cooperação e os seus desdobramentos – a geografia em níveis regionais que são produzidos.

Diante dos esforços de revisão e leituras de pesquisa entendemos a importância de ampliar o olhar geográfico sobre o tema da cooperação Internacional. Assim, se faz mister, a interface destas abordagens a partir de multiescalaridade dos fenômenos. O tema da cooperação e da política externa são indicativos de uma faceta geopolítica - que permite uma análise de projeção hegemônica e de transformações territoriais que envolvem múltiplos atores (Estados, empresa, órgãos de pesquisa, ongs, etc.) e suas intencionalidades.

Neste sentido, com base nos estudos realizados nos últimos anos podemos apontar como elementos de análise para o campo da cooperação:

[a] **a projeção hegemônica e geopolítica que media novas relações de poder** - que permite analisar as estratégias traçadas pelos países no que tange a dimensão diplomáticas em acordos de cooperação, permitindo uma qualificação seja ela Sul-Sul ou Norte-Sul no geo-economia do sistema mundo, seja ela mais heterodoxa ou mais pragmática (Mawsdley, Kim, Marcondes, 2017; Marcondes & Mawsdley, 2017; Rocha, 2014), ;

[b] **a transformação material no território** - que indica a “geografia na cooperação” através da visualização e compreensão dos modelos de integração regional e o mapeamento da territorialização de instituições oriundas da cooperação (Bini, 2016; Densero Et All, 2008);

e [c] **a promoção geo-econômica de regiões criando circuitos de capitais e de cooperação** – *indicativo* da materialização de micro-regiões econômicas vistos nos inúmeros acordos regionais e blocos econômicos podem ser produzidos.

É ponto pacífico que vivenciamos um novo tempo na geo-economia mundial (Hurrell, 2009) onde a cooperação assume um lugar estratégico na agenda de muitos países. Na tentativa de avaliar

¹ Geco é uma assinatura coletiva do grupo "Geografia, cooperação para o desenvolvimento e desenvolvimento local" que envolve uma série de pesquisadores italianos de diferentes universidades. Destacando os estudos na universidade de Turin e Milão.

estas questões apontaremos aqui algumas considerações sobre a política externa brasileira, que foi empregada no início do Século XXI, em especial desenhando novos contornos geoeconômicos e geopolíticos, ao projetar sobre o continente africano sua plataforma de ação.

3. Um olhar para Cooperação brasileira como a África no século XXI – um olhar para cooperação técnica e econômica.

Quando buscamos entender o lastro cooperação brasileira, em especial, de sua relação com o continente Africano não podemos ignorar o histórico que envolvem esses territórios. Uma vez que estão intimamente conectados desde o período colonial, via comércio de escravos e outras mercadorias que se desenvolvia através de conexões tendo o Oceano Atlântico como intermediário (Penha,2011).

No campo diplomático, desde meados do século XX, o Brasil busca desenvolver políticas de aproximação, seja via PEI – Política externa independente; que buscava no governo Janio Quadros, com construção de ações diplomática alternativas, se alinhando a “países não convencionais” (países da América Latina e África) em relação a diplomacia de aproximação do países europeus e os Estados Unidos (Visentini ,2016). Todavia, embora existisse alguma aproximação com o continente africano durante o período da ditadura militar no Brasil (1964-1985), seja no reconhecimento de embaixadas de países acabaram se tornando independentes, tal como o reconhecimento de Angola em 1975, seja pela aproximação econômica e entendimento geopolítico desses países, essas aproximações não se mostraram como uma perspectiva sistemática prioritária (Cervo,2002). Dentro de uma perspectiva estratégica contemporânea, que circula nos altos escalões militares, a África seja interpretada como parte do seu “*entorno estratégico*”. Essa é uma região onde o Brasil quer projetar sua hegemonia – diplomática, econômica e militar, o que inclui a América do Sul, a África Subsaariana, a Antártida e a Bacia do Atlântico Sul (Fiori, 2013).

Para Visentini (2016) a maior inclinação de uma política externa que sistematiza aproximações com o continente africano emerge somente nos governos democráticos, com destaque para o período de 2003-2010 [governos de Luiz Inácio Lula da Silva] quando há um redirecionamento da política externa voltada para a Cooperação Sul-Sul (Costa Lima & Melo, 2010). A CSS, pode ser entendida como a perspectiva que busca incorporar o Brasil, como Player global e diplomático ao buscar um multilateralismo das relações, em especial diversificando regiões e buscando demandas presentes em países da periferia e semi-periferia do sistema mundial. É possível afirmar que cooperação Brasil-África se baseia na proliferação de acordos multilaterais, no aprofundamento das trocas comerciais, no aumento do intercâmbio cultural e na expansão do investimento externo brasileiro no continente no que diz respeito ao incremento tecnológico e no desenvolvimento de infraestruturas territoriais e sociais. Na qual insistimos que a cooperação técnica - como um tipo de cooperação internacional - é um elemento chave desta aproximação.

Neste sentido, entendemos que a CSS é uma estratégia geopolítica que toma a política externa como forma de projetar o Brasil para seu “entorno estratégico”. Assim, corrobora para pensar o primeiro elemento geográfico na análise do campo da cooperação: “a projeção hegemônica e geopolítica que media novas relações de poder”. Neste sentido, concorda-se com Emma Mawsdley (2015) que destaca que nesta nova conjuntura internacional emergem países que tradicionalmente não eram “doadores”, a exemplo do Brasil, que aumentou sistematicamente o número de projetos e os valores empregados na cooperação técnica internacional com países do Sul Global, em especial na América Latina e na África - vide que informamos essa questão em outro texto, tendo como base os dados da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) de 2014 ², que revelou o:

crescimento exponencial do número de projetos e atividades isoladas, que saiu de 17 no ano de 2003, chegando a número de 253 em 2010, que envolve 42 países no continente. Destaca-se também valor orçamentário para a África naquele ano, que ficou na ordem de 19.844,882,00 US\$. Valor que é superior ao destinado no mesmo período para América do Sul, Central, Norte e Caribe (14.009.188,00 US\$) e para a Europa, Ásia Oceania e Oriente Médio (2.158.840,00 US\$) (Rocha, 2018, p.137)

A construção da cooperação técnica brasileira no contexto da CSS passa diretamente pela ABC (Milani,2017). Esta é uma instituição ligada ao Ministério das Relações exteriores (MRE) responsável por organizar e sistematiza as ações de cooperação seja a recebida seja a demandada.

A cooperação técnica é uma modalidade no contexto da cooperação internacional para o desenvolvimento (CID). Esse tipo de cooperação consiste na construção de acordos de ajuda em determinados setores que visam a transferência de tecnologias (sociais, científicas ou operacionais), é percebido cada vez mais a utilização desta modalidade de cooperação como uma estratégia de projeção de hegemônias por parte dos países. Ela se insere no contexto das relações Norte-Sul, com o propósito de ajuda a países mais pobres (Milani,2012) mas que foi incorporado também no modelo Sul-Sul, em especial pelos países emergentes como Brasil, Índia, China e Rússia, que possuem em maior e menor grau um potencial tecnológico que pode ser “compartilhado” ou utilizado como um “Gain” estratégico em suas projeções geopolíticas. Assim, Brasil investe na cooperação técnica no contexto da CID / pelo viés da CSS para fomentar uma certa projeção diplomática.

No tocante a cooperação técnica, a ABC classifica suas ações como: [a] projetos – aqueles destinados a grandes dimensões e de longa duração; e [b] atividades isoladas, muitas vezes são ações pontuais ou de projeção de estudos para implementação de projetos. Os chamados projetos estruturantes são aqueles que possuem maior volume de investimentos e representam grandes impactos para o desenvolvimento local/regional [ver figura 1].

² Verificar gráficos correspondentes – América do Sul e Caribe < http://www.abc.gov.br/Content/ABC/imagens/americas_financeiro.png > ; e Asia, Europa, Oceania e Oriente Médio < http://www.abc.gov.br/Content/ABC/imagens/asia_financeiro.png > ; e da África

Projetos Estruturantes				
País	Título	Área	Executores Brasileiros	Recursos da ABC (US\$)
Guiné-Bissau	Centro de Formação Profissional Brasil-Guiné - Bissau / Fase II – Revisão B	Educação	SENAI	2.970.681,60
Cotton-4	Apoio ao Desenvolvimento do Setor Algodoeiro dos Países do Cotton-4 (Benin, Burkina Faso, Chade e Mali)	Agricultura	EMBRAPA	4.380.351,00
Gana	Centro de Hemoterapia e Doença Falciforme Brasil-Gana	Saúde	Ministério da Saúde, UFMG e Hemominas	4.500.000,00
Moçambique	Capacitação em Produção de Medicamentos Anti-Retrovirais	Saúde	Ministério da Saúde	754.530,00
Moçambique	Implantação do Centro de Formação Profissional Brasil-Moçambique.	Educação	SENAI	3.635.092,00
Moçambique	Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Moçambique – Fase II	Desenvolvimento Urbano	Caixa Econômica Federal	1.236.006,00
Moçambique	UAB - Moçambique	Educação	MEC/CAPES	488.797,00
Moçambique	Modernização da Previdência Social de Moçambique	Seguridade Social	MPS/DATAPREV/INSS	615.475,00
São Tomé e Príncipe	Centro de Formação Profissional Brasil – São Tomé e Príncipe	Educação	SENAI	4.073.428,00
São Tomé e Príncipe	Apoio ao Programa de Luta contra a Tuberculose em São Tomé e Príncipe	Saúde	Ministério da Saúde	1.153.698,83
São Tomé e Príncipe	Apoio ao Desenvolvimento da Produção de Artesanato em São Tomé e Príncipe – Fase II e III.	Desenvolvimento Social	Instituto Mazal	1.250.393,83
Senegal	Apoio ao Desenvolvimento da Rizicultura no Senegal	Agricultura	EMBRAPA	1.889.378,00
			Total	26.947.831,26

Figura 1 – Quadro dos projetos estruturantes para África Fonte: Site da ABC, 2018.

Todos os projetos de cooperação técnica estão baseados no “*Demand Driving*” (Demanda Dirigida). Isso reforça a percepção que os países solicitantes possuem do Brasil quanto sua capacidade técnica e financeira brasileira para cooperar no desenvolvimento de determinada atividade. Esses projetos em execução catalisam as potencialidades técnicas e produtivas brasileiras – uma vez que as solicitações de parcerias de cooperação técnicas evidenciam o potencial e determinadas áreas na qual o Brasil possui expertise. Isso é materializado na grande demanda de cooperação na área de saúde, educação e agricultura. Vide a tabela 1, onde são os projetos estruturantes, que em sua grande parte representam essas áreas de expertise brasileira.

A análise dos projetos estruturantes revela essa projeção hegemônica, que é medida tanto pelo espraiamento espacial para além dos PALOP's (Países Africanos falantes de língua Portuguesa) quanto pela territorialização de Instituições Brasileiras, que se reforça com a presença do total dos projetos e atividades isoladas desenvolvidos [Ver figura 2]

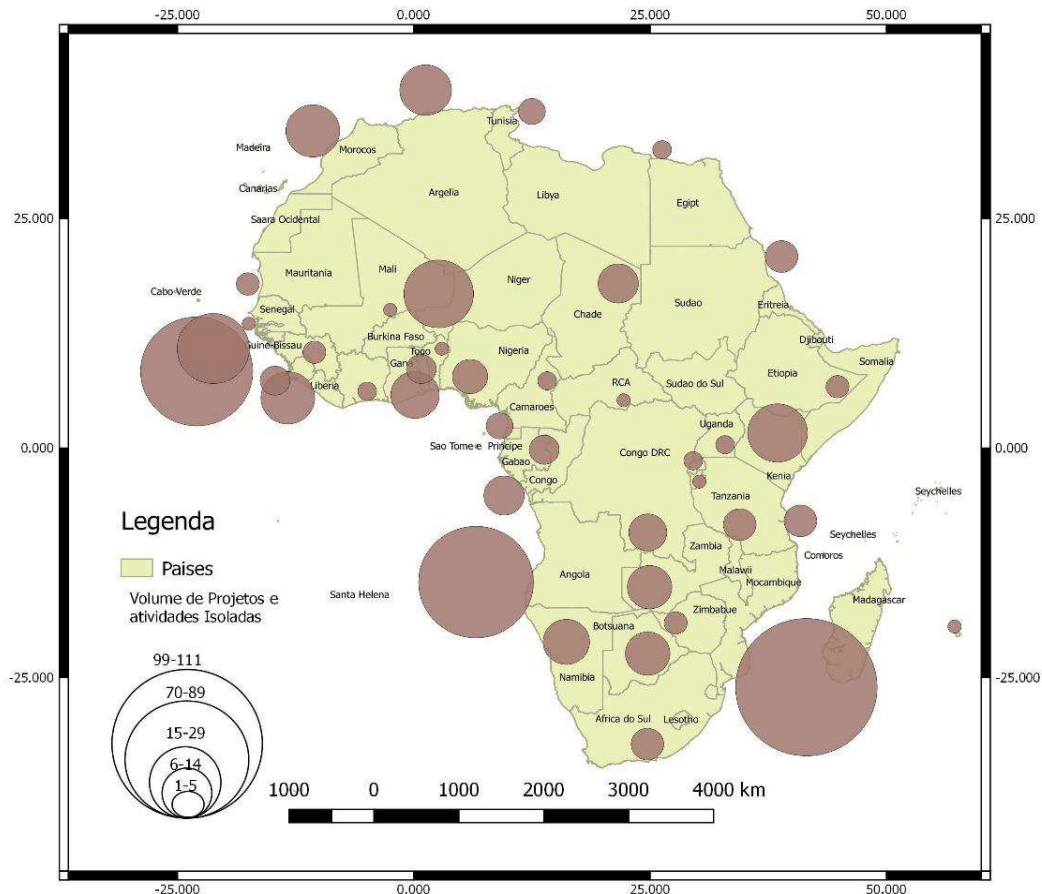


Figura 2- Mapa da Cooperação Técnica Brasileira na África com o total de Projetos e atividades isoladas Fonte: Site da ABC,2018. Org. LAGEPUFRRJ, 2018 - Fonte de financiamento: CNPq/FAPERJ

A presença dos projetos no Continente africano, revelam um espraiamento e diversificação para além dos PALOP's. Ganham destaque em volume e valores empregados na cooperação as regiões da África Ocidental e da África Meridional. A exemplo na África Ocidental, o projeto estruturante Coton4+togo, relacionado a área de agricultura, que tem como objetivo o melhoramento da produção de algodão em países como Benin, Chade, Burkina Faso, Mali e, agora incluindo o Togo, empregou a ordem de 4.380.351,00 US\$. Na área de agricultura, destaca-se também o projeto para desenvolvimento da Rizicultura no Senegal que empregou uma ordem de 1.889.378,00 US\$. Nesta mesma região, podemos mencionar o projeto estruturante de maior valor empregado que foi aplicado em Gana. O Centro de Hemoterapia e doenças falciforme Brasil-Gana contou com o apoio do Ministério da Saúde, da UFGM e do Hemominas e teve o valor empregado de 4.500.000,00 US\$. Para a África Meridional, destaca-se a importância tanto de Moçambique quanto de Angola que

possuem um número considerável de projetos e valores empregados, na qual destaca-se o primeiro por concentrar 5 projetos estruturantes. Mas ganha destaque também países como Namíbia, Botsuana e Zâmbia, que apresentaram quantidades significativas de projetos em desenvolvimento e ações isoladas. A cooperação Técnica Brasileira na África é marcada pela transformação material no território, que compreende tanto a territorialização de empresas e instituições Brasileiras, com maior destaque para Embrapa e a Fiocruz – que representam notoriamente o *know-how* brasileiro nestes setores de agricultura e saúde; e a transformação de bases e dinâmicas econômicas em muitas locais onde esses projetos se desenvolvem – vide o papel dos projetos na área de agricultura que dinamizam setores da agricultura familiar e melhoramento da produção de produtos de exportação.

Outrossim, não se pode ignorar a porção setentrional do continente africano, que vem marcando alternativas para o avanço de capitais brasileiros, em especial pelo volume que representam em negócios com o Brasil (ver figura 3).

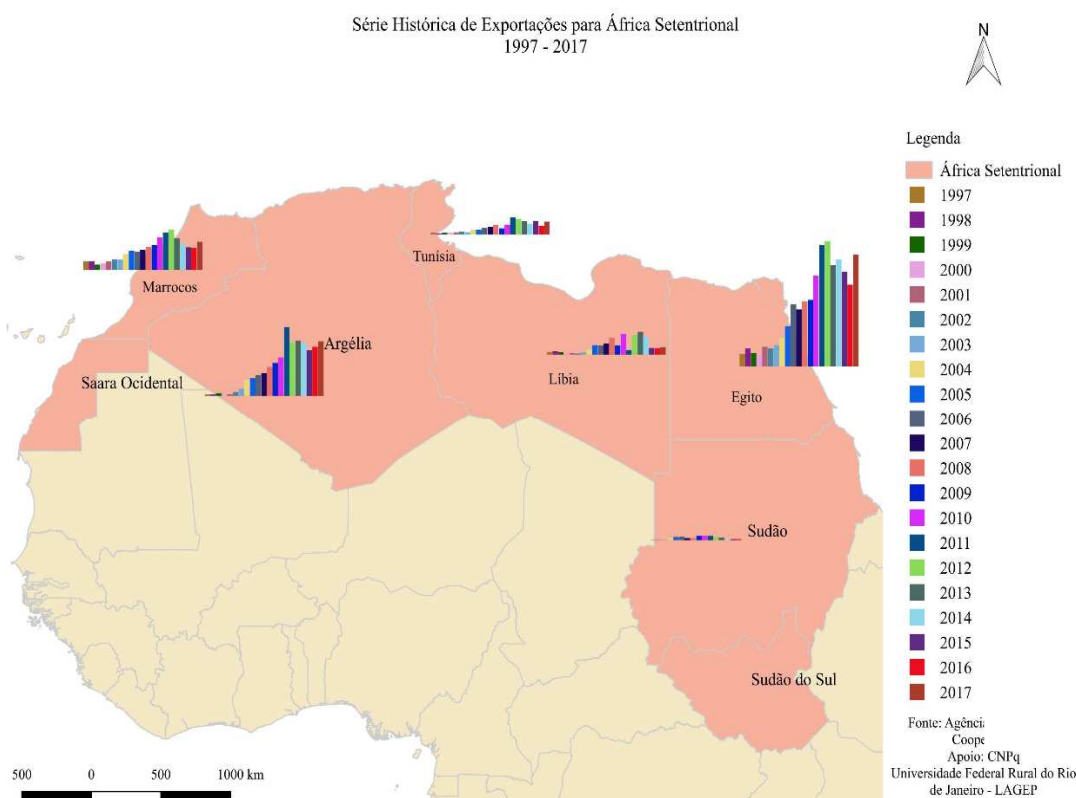


Figura 3 – Mapa da série histórica das exportações Brasileiras para África 1997-2017. Fonte: MIDC, 2018.

O mapa anterior (figura 3) permite visualizar o resultado da aproximação brasileira com a África Setentrional por destacar que após 2003 há um crescimento sensível do volume de exportações para essa região do continente. Ganham destaque os seguintes países: Egito, Argélia, Marrocos e Tunísia. Segundo dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC 2018), esses representaram juntos no ano de 2010 o somatório de 2.959.257.787 FOB(US\$) enquanto em 2003

representavam apenas 740.415.434 FOB(US\$), consolidando no período informado um crescimento superior a 390% nas exportações. Esses países além de serem importante produtores de petróleo, são aqueles que adquiriram produtos brasileiros do reino animal (carnes) e produtos de indústrias alimentares (café, cereais, sementes e frutos oleaginosos), se tornando os principais produtos exportados para essa região da África.

3. Alguns apontamentos finais – uma síntese e o que esperar da política externa brasileira.

A busca por consolidar ações de cooperação técnica econômica com países menos capacitados baseado no que ABC, chamada de “*Demand Driving*”, reforçou a tentativa brasileira de construir um novo marco estratégico numa geografia global em mudança. Ganham destaque os grandes investimentos nos setores de cooperação técnica na área de educação, saúde e agricultura feitos no continente africano, que superaram os valores para as demais regiões do mundo, materializando influências e expressivos retornos econômicos e diplomáticos em regiões da África Meridional, Ocidental e Setentrional e que revela profundas contradições internas (com esgarçamento do orçamento governamental interno do MRE e lastros indicativos de corrupção) e externas (com atividades sistêmicas de exploração e espoliação no continente africano).

Isto tem revelado ao mesmo tempo: [a] a expansão econômica e produtiva brasileira na escala mundo – retomando uma dimensão hegemônica de sua condição que almeja, entre outras coisas, a vaga como membro permanente do conselho de segurança da ONU; e [b] territorialização de suas empresas privadas e estatais que ganham com a manutenção de novos acordos técnicos e econômicos – revelando uma capacidade de operacionalização e de dimensionamento das demandas de expansão econômico-técnico-produtiva territorializada em outras escalas.

Reforçamos aqui que a ênfase na cooperação Sul-Sul, tomada no período de 2003-2010 revelou-se como um pilar importante na consolidação das estratégias brasileiras na sua afirmação no sistema econômico mundial. Isso demonstra um retorno relevante da projeção Geopolítica Brasileira que pode conferir um *up grade* em sua posição econômico produtiva, uma vez que a cooperação técnica revela seu *Know-How* tecnológico e a cooperação econômica permite o espraiamento de capitais Brasileiros e possibilidades de novos negócios que são rentáveis. Do outro lado, não se pode ignorar as demandas locais e os inúmeros questionamento das ações territorializadas por parte de comunidades locais em diferentes pontos na África que denunciam atitudes brutais de empresas e instituições brasileiras, seja pela intensificação da exploração e poluição ambiental, seja pela expropriação de terras, ao modelo “acumulação via espoliação” mencionado por David Harvey.

Segundo inúmeros autores (Leite,2011, Cervo, 2003, Visentini, 2013 e 2010) a política externa brasileira acaba repercutindo os reflexos do posicionamento da política interna. Desde agosto de 2016, tem se percebido mudanças nas orientações da política externa uma vez que ocorreu uma mudança no executivo brasileiro via Impeachment da presidente Dilma Rousseff, reverberando na política externa com valorização de tendências de aproximação com os Estados Unidos, vide os pronunciamentos do então chanceler Brasileiro José Serra em 2016. De fato, entendemos que a

construção de uma agenda de política externa deve preconizar os interesses de cunho geopolítico e geoeconômicos bem como pensar em matrizes solidárias que permitam o desenvolvimento dos povos.

Em suma, por todos os pontos apresentados, se torna relevante uma análise geográfica destas relações sobre a cooperação técnica e econômica Brasileira com os países Africanos, uma vez que permitem analisar estratégias de consolidação numa ordem global em mudança além de reafirmar a importância da análise geográfica no contexto de globalização.

5. Bibliografia.

- Arendt, Hannah. (2009). *O que é política?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Allen, Jonh. (2003). Power. in: Agnew, J. et all. *A Companion to political Geography*. Oxford: Blackwell. pp.95-108.
- AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. (2013). *Manual da gestão da Cooperação técnica Sul-Sul*. Brasília: ABC.
- Bini, Valério.(2016). *Coperazione allo sviluppo in Africa*. Teorie, politiche, pratiche.MImezis edizione, Milão.
- Cervo, Amado Luiz. (2003) Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Vol. 46, n. 2, 5-25.
- Cervo, Amado Luiz. (2002) Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 45, n. 2, 5-35.
- Costa Lima; M. F.; Nelo, V. D. S. (2010) Revalorização do lugar da África: Política de desenvolvimento e as relações Sul-Sul no Governo Lula da Silva. *SÉCULO XXI*, Porto Alegre, v. 1, n.1, jan-dez, 127-155.
- Dansero, E. et all. (2008). *Geografia e cooperazione allo sviluppo. Temi e prospettive per un approccio territoriale*. FrancoAngeli: Milão, 2008.
- Fiori, José Luis da Costa. (2013) O Brasil e seu "entorno esatratégico" na primeira década do século XXI. IN: Lula e Dilma; 10 anos de governos pós-neoliberais. (pp. 31-53.) Rio de Janeiro: Boitempo.
- GECO. (2016). Lasciarsi provocare dal mondo.geografia e Cooperazione allo sviluppo: una relazione Antica, un dibattito attuale. *Rivesta. Geografia. Italiana*. 124, 347-358.
- Hurrel, Andrew. (2008). Hegemonia, Liberalimo e ordem global: Qual é o espaço para as potências Emergentes?. In Lima, et all. *Os Brics e a ordem Global*.(pp.9-42) Rio de Janeiro: FGV editora ,
- Leite, P. S. (2011) *O Brasil e a cooperação sul-Sul em três momentos de política externa: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.
- Lima, M.RS; Milani, C. (2016). Política Externa, Geopolítica e Modelos de Desenvolvimento. In: LIMA, Maria Regina Soares et all (org's). *Cooperación Sur-Sur, política exterior y modelos de desarrollo en América Latina*. (pp. pp.21-39). Buenos Aires: CLASCSO.
- Milani, Carlos. (2017). *ABC 30 anos. História e desafios*. Brasília: Agência Brasileira de Cooperação.
- Milani, Carlos. (2012). Aprendendo com a história: críticas à experiência da Cooperação Norte-Sul e atuais desafios à Cooperação Sul-Sul. *Card.CRH*, Salvador, v. 25, n. 65, Maio/Ago, 211-231.
- Mawdsley, Emma; Kim, Sung-Mi; Marcondes, Danilo (2017): Political leadership and 'non-traditional' development cooperation, *Third World Quarterly*, 1-17. Disponível em < <http://dx.doi.org/10.1080/01436597.2017.1333416> > [Acedido em 15 de junho de 2017]

- Mawdsley, Emma. (2015) Development geography 1: Cooperation, competition and convergence between 'North' and 'South'. *Progress in Human Geography*, 1–10.
- Mawdsley, Emma. (2012.). *From Recipients to Donors: Emerging Powers and the Changing Development Landscape*. London: Zed Books
- Marcondes, Danilo; Mawdsley, Emma. (2017) "South–South in Retreat? The Transitions from Lula to Rousseff to Temer and Brazilian Development Cooperation." *International Affairs* 93, no. 3, 681–699.
- Pautasso, Diego. (2010). O fortalecimento das relações sul-sul: estratégia e realidade para os países emergentes. *Revista Conjuntural Austral*, vol.2, nº8 out-nov, 48-62
- Penha, Eli Alves.(2011). *Relações Brasil-África e Geopolítica do Atlântico Sul*. 1. ed. Salvador: EDUFBA.
- Rocha, André Santos. (2018). "A política externa e geopolítica brasileira na era Lula: uma análise dos acordos de cooperação técnica para a África". In: RÜCKERT, A. A.; SILVA, A. C. P. da; SILVA, G. de V. (Orgs.). *Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território: integração sul-americana e regiões periféricas*. (pp. 123-136)PortoAlegre: Editora Letra1.
- Rocha, André Santos. (2014). Território e Hegemonia no tear das Relações Internacionais na cooperação Sul-Sul: Apontamentos sobre a aproximação Brasil-África. In: *Anais do I Congeo*. Porto Alegre / Rio de Janeiro: Editora Letra 1 / REBRAGEO, v. 1. p. 39-48.
- Sanguin. André-Louis. (2016) A evolução d Geografia Política desde os anos de 1990: uma perspectiva internacional. In: SILVA, A.C.P. *Geografia Política, Geopolítica e Território: racionalidades e práticas em múltiplas escalas*. (pp.13-64.) Rio de Janeiro, Gramma.
- Stuenkel, Oliver. (2017) *BRICS e o futuro da ordem mundial*. Rio de Janeiro/São Paulo; Paz e Terra.
- Visentini, Paulo Fagundes. (2016). A relação Brasil-África. Prétigio, cooperação ou negócios? Rio de Janeiro: Ed. Altabooks.
- Visentini, Paulo Fagundes. (2013). *A projeção Internacional do Brasil 1930-2012*. São Paulo: Elseuvier.
- Visentini, Paulo Fagundes. (2010). Cooperação Sul-Sul, diplomacia de prestígio ou imperialismo "soft"? as relações Brasil-África no governo Lula. *Século XXI*, Porto Alegre, V. 1, Nº1, jan-dez, 65-84.
- Valcarcel, José Ortega. (2000). *Los horizontes de la geografía, teoría da La geografía*. Barcelona: Ariel, 2000.

6. Agradecimentos.

Agradeço ao Conselho o Nacional de Pesquisa (CNPq) que apoio no desenvolvimento da pesquisa - protocolo: 470176/2014-8, por intermédio da chamada MCTI/CNPQ/MEC/CAPES Nº 22/2014 - CIÊNCIAS HUMANAS. Também agradecemos o apoio da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UFRRJ, com apoio para participação e apresentação deste trabalho através do edital de Internacionalização 2018, no referido evento que dá origem a este e-book realizado na FLUP – Uporto no mesmo ano. Também agradecemos ao CNPq por conceder bolsa PIBIC para discente Mariana Herreira Pértile, que contribuiu na elaboração do Mapa de exportação brasileira para África Setentrional (figura 3). Bem como agradecemos a comissão organizadora do evento, pelo apoio logístico e científico e das discussões que foram propostas.

A STRATEGY FOR THE ADRIATIC AND IONIAN MARITIME REGION: THE MAKING OF A MACRO-REGION ACROSS THE EU BORDER

Regina SALVADOR

CICSNOVA – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa

regina.salvador@fcs.unl.pt

Resumo

O presente texto descreve a Estratégia da União Europeia para a Região Marítima dos mares Adriático e Jónico (RMUEAJ). As estratégias das Bacias Marítimas da UE sobrepõem-se parcialmente com as das Macro-Regiões, como acontece no caso das Regiões do mar Báltico e do Danúbio.

Este mecanismo combinado está a criar uma mega-região europeia, cuja estratégia de crescimento económico se baseia nas ligações de transportes terra-mar, na conectividade energética, na protecção ambiental e no turismo sustentável. A particularidade mais interessante é ser esta a primeira estratégia macro-regional que incorpora tanto Estados-Membros da UE (Croácia, Grécia, Itália e Eslovénia) como não EM's (Albânia, Bósnia-Herzegovina, Montenegro e Sérvia).

Palavras-Chave: Região Marítima dos mares Adriático e Jónico. RMUEAJ. Estratégias das Bacias Marítimas da UE. Estratégias das Mega-Regiões da UE.

Abstract

The paper describes the European Union Strategy for the Adriatic and Ionian Maritime Region (EUSAIR). The EU Sea Basins Strategies partially overlap those of the Macro-Regions, as it was the case in the Baltic Sea and the Danube Regions.

This combined mechanism is creating a maritime mega-region, whose economic development approach is based in the land-sea connection transports, energy connectivity, marine environment protection and sustainable tourism. The most interesting particularity of EUSAIR is that it is the first Macro-Regional Strategy that incorporates both EU Member States (Croatia, Greece, Italy, and Slovenia) and non-MS (Albania, Bosnia and Herzegovina, Montenegro and Serbia).

The main vulnerabilities of the region are displayed: socio-economic disparities, institutional weaknesses, infrastructural deficit, and ecological issues. About the latter (the Adriatic and Ionian seas are considered to be the most endangered area of the Mediterranean) a series of maritime problems are dealt: water pollution, high level of coastal urbanisation, lack of fish stocks. Good practices in other EU Member States with similar problems are presented.

Keywords: Adriatic and Ionian Region. EUSAIR. EU Sea Basins Strategies. EU Mega-Region Strategies.

1. Introduction

In 2005, the European Commission began developing the Integrated Maritime Policy (IMP) to manage maritime affairs with a radically new approach. The IMP arose from the need for a holistic

approach to the seas and oceans, in the face of renewed environmental challenges and global economic competition. This integration of maritime affairs recognises its importance in the socio-economic development of Europe, which counts 70,000 km of coastline. The EU coastal regions are also home to 40.8% of the EU-27 population, and where approximately 40% of the EU's GDP is generated (EUROSTAT, 2018).

The policy framework seeks to systematically connect and coordinate (rather than replace) maritime sectors, previously operating independently. It focuses on five branches – aquaculture, coastal tourism, blue biotechnology, ocean energy and seabed mining. According to the keynote speech that launched the IMP, José Manuel Barroso (2007) stated that with this policy *“Europe can draw much higher returns with a far lesser impact on the environment”*.

The IMP strategy is multifold including, among others, the following transversal subjects: blue growth, marine data and knowledge, maritime spatial planning, integrated maritime surveillance and sea basin strategy. In this paper one focus in particular the case of the Adriatic and Ionian Sea Basin strategy.

2. The Maritime European Union Basins

The Sea Basins Strategy partially overlap that of the Macro-Regional Strategy - an integrated framework of cooperation endorsed by the European Council, based on creating synergies and coordination in order to face common problems (i.e. pollution, navigability, global commercial competition, etc). Most of the macro-regions identified surround a large body of water: Baltic Sea Region (adopted in 2009), Danube Region (adopted in 2010), Adriatic and Ionian Region (adopted in 2014). The Alpine Region, which is the only designated region not surrounding a sea, was adopted in 2015. In some cases, the IMP Basin Strategy is implemented through the macro-regional approach as they both focus on similar agendas due to the geographical constitution of the region.

For instance, the Sea Basin Strategy for the Baltic Sea adopted the previously existing cooperation structure and multi-sector dialogue developed with the Macro-Regional Strategy (created in 2009). In fact, the policy for this area (EUSBSR) identified challenges and actions directed to save the sea that connects the eight Member-States of the Baltic sea region (Sweden, Denmark, Estonia, Finland, Germany, Latvia, Lithuania and Poland). It helped to mobilise funds in order to finance institutions and non-governmental bodies to promote a more balanced development of the Baltic Sea Region.

Also in the case of the Adriatic and Ionian Seas, there is a combined mechanism between the IMP's Basin Strategy and the Macro-Regional Strategy, which has been created hand-in-hand between 2012 and 2014. We explore the making of this maritime mega-region in the next chapter.

3. Macro-Regional Strategies and Sea Basin Strategies

The Sea Basin Strategy delineated by the IMP for the area surrounding the Adriatic and Ionian Seas was adopted in 2014. It revolves around the maritime economy opportunities – “blue growth”, land-sea connection transports, energy connectivity, marine environment protection and sustainable tourism. These are considered as “sectors ... to create jobs and boost economic growth in the region” (European Commission, 2014).

This strategy emerged from a new, broader and more systematic conception of the previous practices of cooperation implemented around this water basin. The Maritime Strategy for the Adriatic and Ionian Seas was adopted in 2012, incorporating a previous agreement of cooperation between coastal states stemming partly from European programmes (such as the IPA Cross-Border Cooperation Adriatic Programme and the Adriatic Ionian Initiative) within a framework of macro-regional cooperation.

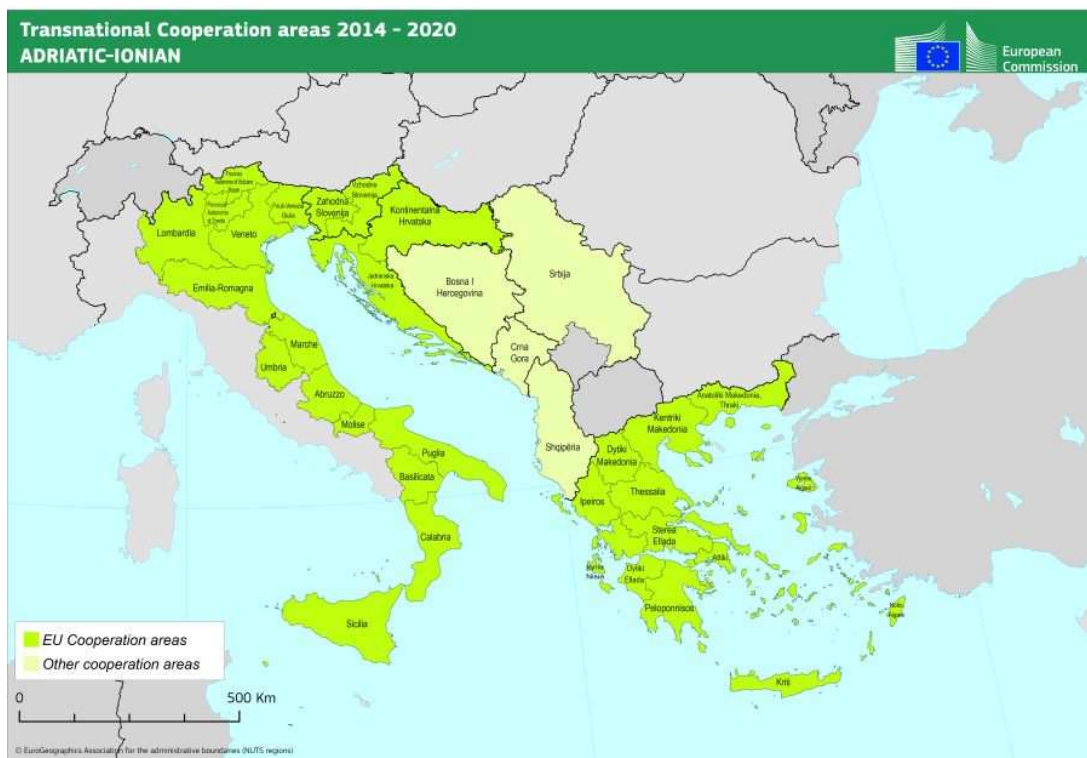


Figure 1 – The EU Adriatic and Ionian Maritime Region

The making of this Basin Strategy with the previous experiences of the macro-regions for the Baltic Sea and the Danube Region, “re-shuffled” the EU discussion about the European Union Strategy for the Adriatic and Ionian Region (EUSAIR). As a consequence a new EUSAIR was adopted by the European Council in 2014. It was defined as a Macro-Regional Strategy that integrated Maritime Strategy into a wider purpose that extended beyond the maritime dimension, also covering

the hinterland. Its four pillars were identified as: blue growth; connecting the region; preserving, protecting and improving the quality of the environment, and sustainable tourism. So, in few words, the Basin Strategy was designed in tandem with the new EUSAIR, in order to have a more complete approach to development, initiated from the maritime sphere and extended to the interior.

The particularity of EUSAIR (see Figure 1) is that it is the first Macro-Regional Strategy that incorporates a large number of non-EU countries (Albania, Bosnia and Herzegovina, Montenegro and Serbia) cooperating with EU countries (Croatia, Greece, Italy, and Slovenia). Nonetheless, the mentioned non-EU member states can be considered as candidates and potential candidates to join the Union. Hence, in some way EUSAIR holds also a sort of integrative power, providing a continuity to previous programmes, such as the 1999-2008 Stability Agreement for South-East Europe. In this perspective, EUSAIR has two potentialities: on the one hand, it can reinforce links among countries of a complex geographical area, recently affected by conflict, supporting the overcoming of the legacy of the past; on the other, it can strengthen the alignment of non-communitarian countries to EU normative mechanisms ('*acquis communautaire*'), favouring their path towards the Union.

The activities of the Action Plan are being developed in pairs: one EU country and one non-EU country (EU Commission, 2014):

- Greece and Montenegro work together on "Blue Growth": the aim is to drive innovative maritime and marine growth in the Region, by promoting sustainable economic development and jobs, and business opportunities in the Blue economy.
- Italy and Serbia cooperate on "Connecting the Region" (transport and energy networks). The aim is to improve transport and energy connectivity in the Region and with the rest of Europe. Here it is important to remember that Serbia does not have sea coast.
- Slovenia and Bosnia and Herzegovina work unite on "Environmental Quality". The aim is to address environmental quality through better cooperation at the level of the Region.
- Croatia and Albania work together on "Sustainable Tourism". The aim is to develop the full potential of the Region in terms of innovative, sustainable, responsible and quality tourism.

4. Vulnerabilities of the EUSAIR Macro-Region

As was identified by the 2014 EUSAIR policy driver, the Adriatic-Ionian Region faces a set of common challenges of differing natures. From socio-economic disparities (the countries involved have very different levels in terms of GDP per capita and unemployment), administrative and institutional issues (different legislation for accessing financial funds, corruption, cross-border crime and different speed of work), infrastructural deficit (accessibility problems such as poor connection, bottlenecks, lack of intermodal systems or maritime congestion) and energy difference (such as interconnection to electricity grid or limited capacity to exploit renewable energy sources).

However, a very sensitive side of this macro-region seems to be related especially to the ecological issue. Recently, particular attention has been directed to the environmental pressure and

natural and man-made hazards that these two bodies of water (Adriatic and Ionian seas) are experiencing, as this is considered to be the most endangered area of the Mediterranean Sea (Med-IAMER, 2014).

The shrinking of resources as a result of overfishing is a serious problem in both the Adriatic and Ionian Seas. In particular, the northern-central Adriatic Sea, has been affected by a dramatic expansion of marine capture fisheries since the early 1970s (FORTIBUONI et al., 2010). The northern-central Adriatic area is considered one of the most productive areas of the Mediterranean Sea and is one of the major fishing grounds in southern Europe (SEVERINI, 2013). The increasing in fishing and the small mesh sizes had the main consequence of decreasing the average size of fish caught, slowing down the biomass growth and avoiding a sustainable recruitment.

The European Commission issued fishing rules in order to reduce the pressure on stocks and avoid further depletion, while facilitating the recovery of marine resources. Some of them limited the overall size of the fleet, the number of days at sea, regulated the mesh sizes for nets, etc. Fisheries Restricted Areas were also created; in these zones, fishing is limited or prohibited due to spawning or over-exploitation (GICALA & SALVADOR, 2017).

A related threat is also represented by aquaculture, as it is an intensive industry that is responsible for discharging solids and chemical nutrients to the marine environment considered potentially degrading; aquaculture is also responsible for introducing alien species into the ecosystem.

Marine litter is another major environmental problem for the Adriatic and Ionian Seas, according to the marine litter assessment report released by the IPA-Adriatic funded DeFishGear project. This study estimate that 33-39% of the litter polluting these two seas, including their surface, seafloors and beaches, is produced from shoreline sources, mainly as a consequence of poor waste management practices, tourism and recreational activities, as well as from fisheries and aquaculture (17%) (VLACHOGIANNI, et. al, 2017).

Water pollution caused by ships has also increased over the years, due to the intensification of traffic. Operational discharges from all ship types (cargo, tanker, ferry, passenger) includes bilge water from machinery spaces, fuel oil sludge, and oily ballast water from fuel tanks (LIUBARTSEVA et al., 2014). Ship traffic density, including cruise ships, is expected to increase in the Mediterranean Sea and in particular in the southern Adriatic and northern Ionian region (REMPEC, 2008).

The exploration of seabed mineral resources, especially hydrocarbon extraction, is also producing water pollution, and exploitation is resulting in oil spills (although incidents are decreasing, the number of offshore installations is expanding). The intense use of nitrates on agricultural land also pollutes the seawater.

Coastal development is also considered an important factor of environmental pressure for this macro-region. The Italian coast is particularly affected by a high level of urbanisation, with areas of intense tourism development and widespread congestion, as well as a constant reduction of natural environment. Uncontrolled and illegal coastal development is often a problem on both sides, leading to the destruction of habitats of local species. The eastern Adriatic presents a continuity of landscape

and environmental heritage; nonetheless, the increasing threat of development processes, a lack of sewage and waste disposal systems and constant atmospheric emissions of polluting substances deriving from transport and industrial processes and combustible fuels for energy production are frequently detected in eastern Adriatic countries (Med-IAMER, 2014).

5. From political ambitions to the practical reality: the need of a multi-scalar sustainability

Environmental threats, as we have seen in the previous chapter, are diverse and intensified in this increasingly dense area of the Mediterranean Sea. Hence, the attention on ecological sustainability practices must be prioritised in the implementation of the EUSAIR.

Its Action Plan adopted in 2014 tried to address mainly two issues: the threat to coastal and marine biodiversity, and the pollution of the sea. The indicative actions of the plan aimed to protect the marine biodiversity focused on: increasing the marine knowledge, including monitoring and data sharing; enhancing the network of Marine Protected Areas through the designation of protected areas; exchanging best practices among managing authorities of Marine Protected Areas; implementing Maritime Spatial Planning and Integrated Coastal Management.

Regarding pollution of the sea, the indicative actions of the plan included: implementing a life cycle approach to marine litter through monitoring, promoting recycling and implementing preventive measures, especially for the abandonment of fishing gear; supporting clean-up programmes; implementation of measures to enable joint contingency planning and coordinated emergency response to oil spills; ensure prioritisation of investments to reflect the contribution to reducing pollution of the sea; addressing diffuse sources (e.g. nitrates from agriculture) through awareness-raising among farmers on the impacts of excessive use of fertilisers.

However, despite the good intention of the Action Plan, there is a discursive lack in the multi-scalar approach to sustainability and its management methods. In such a macro-region, where countries have different infrastructures, regulations and socio-economic practices, it is important to rethink about a more compelling model for sustainability management, which must be able to observe and incorporate practices at different scales. Some experiences in Europe have shown that only focusing a top-down approach is not always the best model for reaching capillary-like sustainability; bottom-up environmental micro-management, can be key in this regard. This is especially true for fishing, a sphere that has suffered undesired effects from the application of top-down regulation (JENTOFT & MCCAY, 1996).

The case of the introduction of the Environmental Management System (EMS) in Ireland is a good example of how community-led solutions can work effectively for environmental governance. The EMS was a voluntary auditing scheme designed to help Irish fishers to minimise their impact on the marine environment, where they were documenting different aspects of that impact. Engaging and negotiating with state and non-state actors and applying for international eco-accreditation, the involved lobster fishers managed (temporarily) to create a secondary market of “environmental”

seafood (GUTHMAN, 2007), resisting their “less sustainable” competitors at home and abroad. In this case, the EMS attempted to resolve economic and environmental problems by encouraging fishers to work collectively by demonstrating that a biologically sustainable fishery could also be a profitable fishery (BRESNIHAN, 2018). As claimed by Povinelli (2011:9), “*if we take neoliberal environmental governance to be characterised by the re-scaling of responsibility away from public institutions, the inclusion of difference, and the creative mobilising of individual agency, then it is possible to understand the proliferation of local, community-based initiatives as consistent with rather than alternative to late liberal forms of power*”.

Participatory modelling is another method emerging as a more transparent and effective management of natural resources (ROCKMANN et al., 2012; SHIRK et al., 2012). Even if the potential of participatory modelling to promote the sustainability of small-scale, artisanal marine fisheries has only been investigated in a handful of case studies (ARCULEO and LOBRUTTO, 2011; Trimble and BEKERS, 2013, 2015; GLASER et al., 2015; PITA et al., 2016), it appears as a possible solution to the failure of the singular top-down approach. The study of Maravelias et al. (2018) shows how seeking active stakeholder involvement throughout a participatory management process can offer a new comprehensive governance approach. Fishers are empowered (especially within the small-scale sector) through taking direct responsibility in the participative management of fisheries, build on the Mediterranean tradition of self-regulation.

6. Conclusions

One considers that the prosperity of the EUSAIR strategy is directly related to how successful it is in term of environmental sustainability, taking into account that “*from this precondition depends social sustainability*” (European Union, 2013).

For that reason, a stronger approach to explore and adopt new forms of sustainability management, based on small-scale good practices, participation and the creation of solid mechanism of transparency, can bring political ambitions closer to practical realities in this macro-region. This supports the search for better understanding and management of the impacts of the global on the local, while also highlighting the need to consider the kind of conflicts created from the combination of top-down directives and bottom-up approaches.

7. References

- ARCULEO, M., and LO BRUTTO, S. (2011), “Growth and reproduction data of *Plesionika narval* (Decapoda, Caridea, Pandalidae) off the island of Ustica (southern Tyrrhenian Sea)”, *Crustaceana*, 84:1367–1375.
- BARROSO, J.M. (2007), “Key note speech - European Maritime Policy”, Portuguese Presidency Ministerial Conference, Lisbon.
- BRESNIHAN, P. (2018), “Revisiting neoliberalism in the oceans: Governmentality and the biopolitics of ‘improvement’ in the Irish and European fisheries”, *Environment and Planning A: Economy*

and Space 0(0) 1–22. 2018

- EUROSTAT (2018), “Coastal regions: people living along the coastline, integration of NUTS 2010 and latest population grid”. https://ec.europa.eu/eurostat/statisticsexplained/index.php/Archive:Coastal_regions_-_population_statistics
- EU Commission (2014), “Sea basin regional strategy”, Available at https://ec.europa.eu/maritimeaffairs/policy/sea_basins_en
- EUROPEAN UNION (2013), Regulation (EU) No 1380/2013 of the European Parliament and of the Council of 11 December 2013 on the Common Fisheries Policy, amending Council Regulations (EC) No 1954/2003 and (EC) No 1224/2009 and repealing Council Regulations (EC) No 2371/2002 and (EC) No 639/2004 and Council Decision 2004/585/EC, L354/22. Official Journal of the European Union, L 354/22. <http://data.europa.eu/eli/reg/2013/1380/oj>.
- FORTIBUONI, T., LIBRALATO, S., RAICEVICH, S., GIOVANARDI, O., SOLIDORO, C. (2010), “Coding early naturalists' accounts into long-term fish community changes in the Adriatic Sea (1800–2000)”, *PLoS ONE*, 5 (11):15502.
- GICALA, A. & SALVADOR, R. (2017), “The EU Strategy for the Adriatic and the Ionian Region: from Marginalisation to Co-Development”, Proceedings of the “XI Congresso da Geografia Portuguesa. As Dimensões e a responsabilidade social da Geografia”, Porto.
- GUTHMAN, J. (2007), “The Polanyian way? Voluntary food labels as neoliberal governance”, *Antipode* 39(3): 456–478.
- JENTOFT, S. & MCCAY, B. (1996), “From the bottom up: Participatory issues in fisheries management”, *Society and Natural Resources*, 9: 237–250.
- MARAVELIAS, C.D. VASILAKOPOULOS, P. KALOGIROU, S. (2018), “Participatory management in a high value small-scale fishery in the Mediterranean Sea”, *ICES Journal of Marine Science* (2018), doi:10.1093/icesjms/fsy119
- MED-IAMER (2014), “Adriatic Ionian Ecoregion (AIE)”. Available at Medmaritimeproject.eu
- POVINELLI, E. (2011), “Economies of Abandonment: Social Belonging and Endurance in Late Liberalism”, Durham, NC: Duke University Press.
- REMPEC (Ed., 2002), “Protecting the Mediterranean Against Maritime Accidents and Illegal Discharges from Ships”.
- ROCKMANN, C., Ulrich, C., Dreyer, M., Bell, E., Borodzicz, E., Haapasaari, P., Hauge, K. H. et al. (2012), “The added value of participatory modelling in fisheries management—what has been learnt?”, *Marine Policy*, 36: 1072–1085.
- SEVERINI, N. (2013), “Management and overfishing problems in the High Adriatic sea and the future policy perspectives”, Proceedings of the 2nd AIEAA Conference, Parma.
- SHIRK, J. L., BALLARD, H. L., WILDERMAN, C. C., Phillips, T., Wiggins, A., Jordan, R., McCallie, E. et al. (2012), “Public participation in scientific research: a framework for deliberate design”, *Ecology and Society*, 17: 29.
- SVITLANA, P. L. DE DOMINICIS, M. ODDO, P. GREGGIO, N. (), “Oil spill hazard from dispersal of oil along shipping lanes in the Southern Adriatic and Northern Ionian Seas”, *Marine Pollution Bulletin* 90(1-2):259-272.
- TRIMBLE, M., and BERKES, F. (2013), “Participatory research towards co-management: lessons from artisanal fisheries in coastal Uruguay”, *Journal of Environmental Management*, 128: 768–778.
- VLACHOGIANNI T. AIKATERINI, A, ANASTASOPOULOU, B. FORFIBUONI, T. (2017), “Marine Litter Assessment in the Adriatic & Ionian Seas 2017”, http://mio-ecsde.org/wp-content/uploads/2017/02/Final-MLA-pages_final.pdf

ASPECTS THÉORIQUES ET PRATIQUES CONCERNANT LES RÉTROCESSIONS EN ROUMANIE

Ileana Constantinescu

Académie d'Études Économiques de Bucarest

ileanaconstantinescu2017@gmail.com

Adriana Moțatu

Académie d'Études Économiques de Bucarest

lucian_motatu@yahoo.com

Résumé

La restitution des propriétés en Roumanie après la révolution de 1989 a été un processus de longue durée qui n'a pas été encore terminé. Il a eu à sa base plusieurs lois parmi lesquelles la loi no. 18/1991 du fond foncier, la loi no. 1/2000 concernant la reconstitution du droit de propriété sur les terrains agricoles et forestiers, la loi no. 10/2001 concernant le régime juridique des immeubles pris abusivement par l'État, la loi no. 247/2005, la loi no. 165/2013 concernant les mesures pour terminer le processus de rétrocession. Il ne faut pas oublier la loi no. 112/1995, une loi par laquelle beaucoup de locataires ont pu acheter les immeubles nationalisés où ils habitaient qui n'avaient pas été notifiés par les anciens propriétaires jusqu'au 14 février 2002, le dernier terme accordé par la loi no. 10/2001 pour que les propriétaires déposent les notifications pour leurs immeubles.

Le système des rétrocessions des propriétés prises abusivement par l'État roumain entre le 6 mars 1945 et le 22 décembre 1989 n'a pas été unitaire. Il y a beaucoup de procès qui continuent encore entre les anciens propriétaires et les nouveaux locataires des immeubles, entre les propriétaires et les conseils locaux qui n'ont pas été d'accord de restituer les propriétés si les anciens propriétaires n'avaient pas envoyé avec les notifications les preuves qu'ils avaient payé les impôts pour toute la période jusqu'au moment où l'immeuble est entré dans la possession de l'État, une chose injuste car parfois ni la Direction de taxes et d'impôts n'avait de justificatifs ni pour l'ex-propriétaire ni pour un nouveau propriétaire de l'immeuble. Les processus continuent aussi parce que parfois les immeubles sollicités ont été sous-évalués ou parce que certains immeubles ont été vendus par l'État roumain même si les ex-propriétaires avaient déposé des requêtes pour les revendiquer sur la loi no. 112/1995, une loi qui avantageait les locataires. De plus, il y a beaucoup de personnes qui n'ont pas réussi à obtenir leurs ex-propriétés car elles n'ont pas déposé de notifications jusqu'au 14 février 2002 et d'autres qui attendent depuis des années, après avoir déposé leurs dossiers concernant leurs propriétés à l'Agence Nationale pour la Restitution des Propriétés. Tout cela a donné naissance à beaucoup d'injustice, de corruption et de malheur.

Mots-clé: rétrocessions, lois, procès, injustice, corruption.

Abstract

The restoration of properties in Romania after the 1989 revolution has been a long-term process that has not been completed yet. It was grounded on several laws among which Law no. 18/1991 of the land fund, Law no. 1/2000 concerning the reconstitution of the ownership title on agricultural and forest lands, Law no. 10/2001 concerning the legal regime of immovable property seized wrongfully by the Government, Law no. 247/2005, Law no. 165/2013 on the measures to finalizing the restitution process. We must not forget Law No. 112/1995, a law by which many tenants were able to buy the nationalized properties where they were living that had not been notified by the previous owners until February the 14th, 2002, the last term granted by Law no. 10/2001 so that the owners may submit the notifications for their properties.

The system of properties restitution wrongly seized by the Romanian Government between March the 6th, 1945 and December the 22nd, 1989 was not unitary. There are many lawsuits still in progress between the former owners and the new tenants of the properties, between the owners and the local councils that did not agree with the return of the properties if the previous owners had not sent the notifications together with the proofs that they had paid the taxes for the whole period until the moment when the immovable entered the possession of the

Government, an unfair thing as sometimes neither the Taxes and Fees Department had no evidence for the former owner or a new owner of the same property. Lawsuits also continue as sometimes the requested properties have been undervalued and some properties have been sold by the Romanian Government even if the former owners have filed petitions to claim them based on Law no. 112/1995, a law that favored tenants. In addition, there are many people who failed to obtain their former properties because they didn't submit notifications until February the 14th, 2002 and others who have been waiting for years, after submitting their files concerning their properties at the National Agency for the Restoration of Properties. All this resulted in a lot of injustice, corruption and misfortune.

Keywords: restitutions, laws, lawsuits, injustice, corruption.

1. Introduction

Nous présenterons le processus de restitution des propriétés prises abusivement par l'État roumain entre le 6 mars 1945 et le 22 décembre 1989, un processus qui n'a pas été unitaire, basé sur plusieurs lois y compris la loi no.10/2001, une loi spéciale qui déroge de la loi générale, conformément à laquelle la notification de la propriété qui devait être restituée par l'État roumain aurait dû être déposée jusqu'au 14 février 2002 à la mairie où il y avait la propriété, sinon le propriétaire ou son successeur en droits perdait le droit à cette propriété ou à un équivalent en argent si la propriété nationalisée n'existait plus parce qu'elle avait été démolie.

2. La législation roumaine concernant la propriété, les restitutions et les dédommagements

Conformément à la loi no. 18 du 19 février 1991 qui a été publiée de nouveau dans le Journal Officiel du 5 janvier 1998 „les terrains de tout type, sans tenir compte de destination, de titre de propriété sur la base duquel ils sont détenus ou du domaine public ou privé d'où ils font partie, constituent le fond foncier de la Roumanie. En fonction de la destination, les terrains ont une destination agricole, une destination forestière, des terrains, qui se trouvent en permanence sous l'eau, des terrains à l'intérieur des villes ou des localités rurales, des terrains à destinations spéciales comme par exemple ceux utilisés pour les transports routiers, ferroviaires, navales et aériens ..., les plages, les réservations, les monuments de la nature, les ensembles et les sites archéologiques et historiques etc.“ (Chapitre Ier Dispositions générales, p. 105). Conformément à l'article 4, l'alinéa 1 de cette loi „les terrains peuvent faire l'objet du droit de propriété privée ou des autres droits réels ayant comme titulaires d'autres personnes physiques ou juridiques ou ils peuvent appartenir au domaine public ou au domaine privé“. (p. 105)

Les requêtes pour la restitution des propriétés pouvaient être faites jusqu'au 31 décembre 1998 et déposées à la mairie de la localité où se trouve le terrain ou envoyées par la poste avec accusé de réception.

Selon l'article 9 de cette loi, le chapitre 2 „les personnes auxquelles on a reconstitué le droit de propriété dans la limite d'une surface de terrain de 10 ha par famille, en équivalent arable, peuvent demander la reconstitution du droit de propriété également pour la différence entre cette superficie et celle qu'elles ont apporté dans la coopérative agricole de production ou celle prise par celle-ci de

n'importe quelle manière jusqu'à la limite de la surface prévue à l'article 3 la lettre h) de la Loi no. 187/1945 pour la réalisation de la réforme agraire, par famille, sans tenir compte si la reconstitution va être faite en plusieurs localités ou d'auteurs différents". (p. 107)

Conformément à la loi no. 1 / du 11 janvier 2000 concernant la reconstitution du droit de propriété sur les terrains agricoles et forestiers sollicités conformément aux prévisions de la Loi du fond foncier no. 18/1991 et de la Loi no. 169/1997 „au cas où dans la localité il n'y a pas de terrains agricoles pour satisfaire les demandes, la reconstitution du droit de propriété est faite, par la proposition de la commission locale, sur les terrains agricoles passés dans la propriété de la commune, de la ville ou du municipe, selon la loi no. 18/1991 republiée, du terrain des communes limitrophes par rapport à l'endroit où se trouve le terrain agricole sollicité, par transfert d'annexes validé par la commission du département, de même que par des décisions judiciaires définitives et irrévocables" (p. 141).

Dans l'article 1 de cette loi on prévoit aussi que si l'on ne peut pas faire intégralement la reconstitution du droit de propriété, on accordera des dédommagements pour la différence de terrain qui n'a pas été restituée". (p. 141).

Conformément à la loi no. 10/2001 concernant le régime juridique des immeubles pris abusivement pendant la période le 6 mars 1945 – le 22 décembre 1989 et aux normes méthodologiques d'application unitaire de la Loi no. 10/2001 concernant le régime juridique de certains immeubles pris abusivement pendant la période le 16 mars 1945 – le 22 décembre 1989, les notifications pour les immeubles pris par l'État roumain devaient être déposées jusqu'au 14 février 2002, sinon les ex-proprétaires ou leurs successeurs en droits perdaient le droit à la restitution des propriétés.

Conformément à la loi no. 1 du 30 janvier 2009 reprise dans les normes méthodologiques d'application de la Loi no. 10/2001 publiée dans l'Édition actualisée du 5 juillet 2013 „on ne restitue pas en nature, mais seulement en équivalent les immeubles qui ont été vendus sur la loi no. 112/1995 pour régler la situation juridique de certains immeubles ayant la destination de logements, passés dans la propriété de l'État, avec les modifications ultérieures, en respectant les conditions demandées par la loi". (p. 58)

Mais si les contrats de vente-achat conclus sur la base de la loi no. 112/1995 ont été annulés par des décisions judiciaires définitives et irrévocables, les immeubles respectifs doivent être restitués en nature aux ex-proprétaires.

Conformément à la loi no. 247 du 19 juillet 2005 concernant la réforme dans les domaines de la propriété, de la justice, de même que certaines mesures adjacentes on régleme „les sources de financement, le montant et la procédure d'accorder des dédommagements afférents aux immeubles qui ne peuvent par être restitués en nature par l'application de la Loi no. 10/2001 concernant le régime juridique de certains immeubles pris abusivement pendant la période le 6 mars 1945 – le 22 décembre 1989, republiée, de l'Ordonnance d'urgence no. 94/2000 concernant la restitution des biens immeubles qui ont appartenu aux cultes religieux de Roumanie, avec les modifications et les compléments ultérieurs approuvés par la loi no. 501/2002, de l'Ordonnance d'urgence du Gouvernement no. 83/1999 concernant la restitution des biens immeubles qui ont appartenu aux

communautés de citoyens des minorités nationales de Roumanie, approuvée avec des modifications par la loi no. 66/2004, avec les modifications ultérieures“. (p. 160)

„Les dédommagements accordés conformément à la Loi du fond foncier no. 18/1991 republiée avec les modifications et les compléments ultérieurs, à la Loi no. 1/2000 pour la reconstitution du droit de propriété sur les terrains agricoles et forestiers sollicités conformément aux prévisions de la Loi du fond foncier no. 18/1991 et de la Loi no. 169/1997 avec les modifications et les compléments ultérieurs, vont suivre la procédure et vont se soumettre aux dispositions concernant l’octroi des dédommagements de cette loi“. (p. 160), c’est-à-dire la loi no. 247/2005.

D’autre part, conformément au recours dans l’intérêt de la loi, par la décision no. 27/2011 on a admis que „dans le cas des immeubles pris abusivement, l’État roumain n’a pas de qualité processuelle passive“ et que „les actions pour obtenir des dédommagements pour les immeubles pris abusivement, qui sont impossibles d’être restitués en nature et pour lesquels on prévoit des mesures réparatoires par le titre VII de la loi 247/2005, dirigées contre l’État roumain, l’article 1 du Premier Protocole additionnel à la Convention pour la défense des droits de l’homme et des libertés fondamentales et de l’article 13 de cette convention sont inadmissibles“ (p. 160).

Conformément à la loi no. 165/le 16 mai 2013 – la loi concernant les mesures pour terminer le processus de restitution, en nature ou par équivalent, des immeubles pris abusivement en Roumanie pendant la période du régime communiste, dans la situation où la restitution en nature n’est plus possible, „la seule mesure réparatoire en équivalent accordée est la compensation par des points, prévue dans le chapitre 3“. (p. 5)

3. La restitution des propriétés confisquées par l’État roumain – de la théorie à la pratique

Comme on a remarqué, les lois concernant la restitution des propriétés prises par l’État roumain entre le 6 mars 1945 et le 22 décembre 1989 ont été nombreuses avec des articles qui ont été abrogés plus tard, chose qui a donné naissance à une solution qui n’a pas été unitaire de la restitution des propriétés en Roumanie, à une longue liste d’attente à l’Agence Nationale pour la Restitution des propriétés des personnes qui ont déposé leurs dossiers depuis longtemps, et qui attendent encore, au fait que beaucoup de personnes ont déposé des notifications sur la Loi no. 247/2005, qui n’ont pas été prises en considération parce qu’elles n’ont pas eu de papiers justificatifs jusqu’en 1950, et devant les instances on a invoqué, quand c’était le cas, qu’elles n’ont pas de notification sur la Loi no. 10/2001, dans les conditions où dans beaucoup de cas il y a un vide dans les archives roumaines entre 10 et 15 ans et les personnes qui veulent compléter les justificatifs déposés n’ont pas cette possibilité comme à Iassy, à Medgidia ou à Constantza. De plus, les membres des conseils locaux s’ils ne pouvaient pas opposer d’autres justificatifs, ils devraient restituer les propriétés sur la base des justificatifs apportés par les ex-propriétaires qui détenaient aussi les originaux.

4. Quelques procès de notoriété en Roumanie pour la restitution des propriétés confisquées abusivement par l'État

Un cas très connu est celui d'une personne qui a hérité de son grand-père une villa dans le quartier de Cotroceni, nationalisée en 1950. La famille a formulé une requête en 1996 sur la Loi no. 112/1995 pour que cet immeuble ne se vende pas parce qu'il existe un propriétaire et cette personne a attaché à sa requête tous les justificatifs. Mais, l'État roumain a vendu 3 appartements de cet immeuble en 2000 et 2001 en pleine connaissance de cause, le propriétaire a dressé depuis quelques temps un procès pour obtenir le quatrième appartement, la mansarde, le sous-sol et la cour, mais deux experts désignés par l'instance n'ont pas fait l'expertise et le successeur en droits a obtenu le droit à un expert-part et le troisième expert désigné par l'instance il fera l'expertise à condition que la porte de la cour soit ouverte le jour où il convoquera les parties impliquées dans le procès.

Un autre cas est celui d'une personne qui avait obtenu 15.000 m² dans la rue Sportului de Bucarest par la Loi no. 18/1991 et qui a vendu ce terrain à une autre personne. Le problème est que dans la zone respective la mairie du 2^{ème} arrondissement de Bucarest a prié quelques personnes de nettoyer le terrain et de le cultiver depuis 1980 en leur délivrant des attestations pour la surface reçue. Actuellement ces familles détiennent des surfaces différentes de ce terrain possédé déjà depuis 38 ans, donc il s'agit d'une possession adversative. Celui qui a acheté le terrain prétend qu'ici était la coopérative agricole de production de Dobroești pendant l'époque communiste, chose qui n'est pas vraie car à Bucarest il n'y avait aucune coopérative agricole de production. De plus, l'acheteur du terrain a gagné au fond et à l'appel, il a évacué de sa petite maison celui qui est resté 38 ans sur le terrain, mais le propriétaire du terrain a perdu le procès au recours et maintenant suite à la contestation à l'exécution, celui qui a possédé 38 ans le terrain et qui a fait aussi construire une petite maison sur ce terrain pourrait entrer sur le terrain dans sa petite maison, mais cette maison a été démolie par l'acheteur du terrain.

Donc peu de temps après la cassation de la décision donnée en appel par la Cour d'Appel de Bucarest, dans ce cas, et l'envoi du dossier à la première instance, l'acheteur du terrain qui avait vendu le terrain à son fils sans informer l'instance pendant l'appel au Tribunal de Bucarest, il est venu un soir avec son fils et ils ont rompu le sceau mis par l'exécuteur judiciaire à la porte de la haie du terrain, ils ont fait démolir avec un bulldozer la maison, ils ont détruit le puits, etc. pour ne pas payer à celui qui avait construit la maison le prix de la construction et les matériaux de construction utilisés et pour effacer les traces, en oubliant que la décision du Tribunal de Bucarest a été cassée par la Cour d'Appel de Bucarest justement parce qu'elle avait admis la requête reconventionnelle formulée par l'acheteur du terrain à la première instance concernant son droit à la maison construite sur le terrain acheté par celui-ci en 1994 du premier propriétaire en dépit du fait que la maison et le puits avaient été construits par celui qui occupait ce terrain depuis 1980 avec l'accord de la mairie du 2^{ème} arrondissement de Bucarest, pour le cultiver.

Toute cette situation a donné naissance à d'autres procès. Le premier procès pénal contre l'exécuteur judiciaire qui a mis en exécution une décision qui n'est plus exécutoire pour l'abus en

service, et pour avoir assisté par complicité à la destruction de toutes les plantations faites sur le terrain de celui qui avait reçu le terrain en 1980 de la mairie du 2^{ème} arrondissement de la ville de Bucarest, par l'acheteur du terrain et son fils. Par ce procès pénal on a demandé des dédommagements pour les préjudices subis et le fait que celui qui était sur le terrain depuis 1980 a été obligé par l'exécutif judiciaire à quitter sa maison seulement avec quelques vêtements sans qu'il puisse prendre ses meubles, ses tapis etc. Celui qui a acheté le terrain en 1994 du propriétaire, il savait que celui-ci l'avait obtenu par la Loi no. 18/1991 du fond foncier et que derrière le contrat de vente-achat il n'y avait aucune preuve qui atteste la reconstitution du droit de propriété ou le fait que celui mis en possession ait eu le droit à une propriété quelconque, mais celui qui a acheté le terrain s'est opposé continuellement devant les instances à ce que les justificatifs concernant le propriétaire réel du terrain de la rue Sportului du 2^{ème} arrondissement de la ville de Bucarest, entre 1940-1950 soient appelés, comme le réclamant avait sollicité devant les instances.

Le deuxième procès est un procès civil par lequel celui qui a fait l'action, c'est-à-dire celui qui avait fait construire sa maison 26-68 rue Sportului de Bucarest sollicite du propriétaire du terrain la somme représentant la construction de sa maison et des matériaux utilisés, de même que la somme pour la construction du puits et des matériaux utilisés. Évidemment on a fait une évaluation hypothétique du préjudice subi et on a sollicité une expertise dans le domaine des constructions pour évaluer la valeur réelle du préjudice et on a sollicité la preuve avec un témoin pour le réclamant, qui atteste la situation.

5. Des situations limite qui imposent l'annulation du terme de 14 février 2002 pour déposer les notifications sur la Loi no. 10/2001 en Roumanie.

Beaucoup de Roumains partis à l'étranger n'ont pas réussi à notifier leurs immeubles situés en Roumanie et qui avaient été pris abusivement par l'État roumain entre le 6 mars 1945 et le 22 décembre 1989 parce qu'ils n'ont pas eu les justificatifs jusqu'au 14 février 2002 ou parce qu'ils n'ont pas connu ce terme limite qui vient en contradiction avec la Constitution de la Roumanie qui prévoit que le droit à la propriété est imprescriptible.

Dans ces conditions ils sont restés sans leurs propriétés prises abusivement par le régime communiste roumain.

D'autre part, il y a aussi beaucoup de Roumains qui ont appris plus tard qu'ils avaient le droit à des propriétés prises abusivement par l'État roumain et qui ont perdu leurs droits parce qu'ils n'avaient pas de notification sur la Loi no. 10/2001.

Enfin, il y a d'autres Roumains qui ont des notifications sur la Loi no. 247/2005, sur la Loi no. 165/2013 avant sa publication dans le Journal Officiel pour leurs propriétés prises abusivement par l'État roumain entre le 6 mars 1945 et le 22 décembre 1989 et qui n'ont rien obtenu ni par voie administrative, ni devant les instances par le droit commun en dépit des justificatifs déposés, du fait qu'ils sont les seuls successeurs en droits des ex-propriétaires pour le fait qu'ils n'ont pas de notification sur la Loi no. 10/2001, mais si nous revenons à la Loi no. 165 / le 16 mai 2013,

conformément à l'article 3 „par les requêtes on comprend les notifications formulées sur la Loi no. 10/2001 concernant le régime juridique des immeubles pris abusivement pendant la période le 6 mars 1945 – le 22 décembre 1989 republiée avec les modifications et les compléments ultérieurs, les requêtes formulées selon les prévisions de la Loi du fond foncier no. 18/1991 republiée avec les modifications et les compléments ultérieurs, de la Loi no. 1/2000 pour la reconstitution du droit de propriété sur les terrains agricoles et forestiers sollicités conformément aux prévisions de la Loi du fond foncier no. 18/1991 et de la Loi no. 169/1997 avec les modifications et les compléments ultérieurs, les requêtes formulées conformément à la Loi no. 247/2005 concernant la réforme dans les domaines de la propriété et de la justice de même que certaines mesures adjacentes, avec les modifications et les compléments ultérieurs, les requêtes de restitutions des immeubles pris abusivement par l'État roumain, formulées conformément à l'Ordonnance d'urgence du Gouvernement no. 94/2000 concernant la rétrocession des biens immeubles qui ont appartenu aux cultes religieux de Roumanie republiée, avec les modifications et les compléments ultérieurs, et de l'Ordonnance d'urgence du Gouvernement no. 83/1999 concernant la restitution des biens immeubles qui ont appartenu aux communautés de citoyens des minorités nationales de Roumanie, republiée, qui est en train d'être solutionnée par les entités investies par la Loi ou, selon le cas, par la Commission Centrale pour l'établissement des dédommagements“. (p. 5).

6. Propositions pour l'amélioration de la législation concernant la restitution des propriétés en Roumanie.

- L'uniformisation des lois concernant la restitution des propriétés prises abusivement par l'État roumain entre 1945 et 1989 dans le sens de l'admissibilité des requêtes déposées soit sur la loi no. 247/2005, soit sur la loi no. 10/2001, soit sur la loi no. 165/2013 ou même avant la publication de cette dernière loi.

- L'élimination de l'article 22, l'alinéa 5 de la loi no. 10/2001 c'est-à-dire l'élimination du terme limite de 14 février 2002 pour déposer les notifications pour la restitution des propriétés prises abusivement par l'État roumain.

- La vérification par la loi des personnes qui sont devenues propriétaires abusivement, en dépit du fait que les ex-proprétaires ou leurs successeurs en droits ont déposé des notifications ou des requêtes pour les immeubles sollicités, chose qui peut être vite réalisée par l'analyse des archives des mairies et des conseils locaux au niveau du pays.

7. Propositions pour la solution des actions de restitution des propriétés prises abusivement par l'État roumain avant 1989.

L'admissibilité des actions doit être prise en considération pour la restitution des propriétés prises abusivement par l'État roumain si on ne porte pas atteinte à un autre droit de propriété, à la

sécurité des rapports juridiques et si l'immeuble revendiqué est dans le domaine privé de l'unité territoriale.

En ce sens on applique la Convention européenne des droits de l'homme ratifiée par la Roumanie en 1994.

L'État roumain, après la ratification de cette Convention en 1994, a adopté en 1995 la loi no. 112, donc une législation spéciale concernant la restitution des biens pris dans un régime antérieur, une pareille législation donnant naissance à un nouveau droit de propriété protégé par l'Article 1 du Premier Protocole Additionnel à la Convention pour la défense des droits de l'homme et des libertés fondamentales, fait à Paris le 20 mars 1952.

Au cadre du procès, il faut faire la preuve que le réclamant détient un bien dans le sens de l'article 1 du Protocole no. 1 de la Cour européenne des droits de l'homme.

Par la comparaison des titres de propriété présentés par les parties impliquées dans le procès, il résulte que le titre de propriété du réclamant est préférable, plus ancien, mieux caractérisé en provenant du vrai propriétaire, tandis que le titre de l'État est fondé sur la violence par le fait que l'immeuble a été pris abusivement par l'État.

8. Conclusions

Le processus de restitution des propriétés prises abusivement par l'État roumain n'a pas été unitaire du tout en Roumanie, il n'est pas encore terminé, il a provoqué beaucoup d'injustice, de malheur et de corruption étant donné que beaucoup de personnes qui n'ont eu aucun droit ont obtenu des immeubles qui appartenaient à d'autres personnes, par de faux papiers, d'autres personnes ont été dépossédées de leurs droits parce qu'elles n'avaient pas de notification sur la Loi no. 10/2001, en dépit du fait qu'elles avaient des notifications sur la Loi no. 247/2005 et sur la Loi no. 165/2013 et elles avaient tous les justificatifs, qu'elles avaient le droit aux propriétés revendiquées, d'autres personnes par des propriétés surévaluées ont obtenu des sommes énormes très vite, tandis que beaucoup de Roumains avec les dossiers déposés à l'Agence Nationale pour la Restitution des propriétés attendent depuis plus de 10 ans et n'ont encore rien reçu.

C'est un tableau sombre qui montre que le terme limite, c'est-à-dire le 14 février 2002 pour déposer la notification pour la restitution des propriétés prises abusivement par l'État roumain, prévu par la Loi no. 10/2001 doit être annulé, pour donner une chance égale à tous les Roumains qui sont à l'intérieur des frontières de la Roumanie et qui sont au-delà des frontières de la Roumanie. De plus, la reconstitution du droit de propriété doit être faite sur l'emplacement initial pas sur un autre emplacement. Il faut vérifier toutes les décisions définitives et irrévocables concernant la restitution des propriétés car il y en a qui n'ont derrière aucun dossier, donc qui sont fictives et de plus il faut présumer que si un propriétaire d'un immeuble démoli pendant la période communiste a déposé une requête sur la Loi no. 10/2001 pour obtenir un terrain équivalent à son immeuble tous les propriétaires des autres appartements du même immeuble, ont ce droit. De plus, il faut vérifier les dossiers où par de faux testaments et des donations fausses présentés à la dernière instance l'une des parties du

procès a gagné sans que l'autre partie puisse se défendre pour le fait qu'elle n'a pas reçu ce papier communiqué dans un seul exemplaire, à la dernière instance, parmi d'autres papiers communiqués au complet.

Enfin, il faut tenir compte dans le processus de restitution des propriétés prises abusivement par l'État roumain des testaments faits dans d'autres pays par des personnes qui ont quitté la Roumanie pendant l'époque du communisme et qui ont laissé leurs maisons à l'État roumain, comme par exemple beaucoup de Juifs qui ont fait ensuite (après la révolution de 1989) des testaments pour des personnes de Roumanie, même si ces testaments ont été faits en 2007, 2008, 2009, etc.

9. Bibliographie

1. Legislația privind proprietatea. Restituiri și despăgubiri (La Législation concernant la propriété. Restitutions et dédommagements), édition actualisée le 5 juillet 2013, la Maison d'édition Moroșan, Bucarest, Roumanie
2. Primul Protocol adițional la Convenția pentru apărarea drepturilor omului și a libertăților fundamentale, încheiat la Paris la 20 martie 1962, publicat în Monitorul Oficial din România no. 135 din 31 mai 1994. (Le Premier Protocole Additionnel à la Convention pour la défense des droits de l'homme et des libertés fondamentales fait à Paris le 20 mars 1952, publié dans le Journal Officiel de Roumanie no. 135 du 31 mai 1994)

AS “FRONTEIRAS” DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO: MUDANÇAS TERRITORIAIS E AJUSTES NO CIRCUITO ECONÔMICO- PRODUTIVO

Leandro Dias de OLIVEIRA

PPGGEO , Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ / Brasil)

ldiasufrj@gmail.com

Resumo

O objetivo deste artigo é fazer uma breve revisão analítica da expansão econômica da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Após o momento de expansão, no início do século XXI, com a implementação de novas empresas dos ramos industrial e logístico, num processo de consolidação econômica de suas “fronteiras”, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro vive um verdadeiro desmoronamento político, econômico e social mediante a grave crise que atinge o Brasil nos últimos anos. Fruto de dez anos de investigação e amparado na pesquisa de pós-doutoramento, realizado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH-UERJ), a proposta é fazer um balanço teórico do modelo e apresentar novos desafios de pesquisa.

Palavras chave: Região Metropolitana do Rio de Janeiro – Desenvolvimento Econômico – Crise.

Abstract

The objective of this article is to make a brief analytical review of the economic expansion of the Metropolitan Region of Rio de Janeiro. After the moment of expansion, in the beginning of the 21st century, with implementation of new enterprises in industrial and logistical the economic consolidation of its "Frontiers", the Metropolitan Region of Rio de Janeiro is experiencing a real political, economic and social collapse due to the serious crisis that has hit Brazil in recent years. As a result of ten years of research and supported by postdoctoral research, conducted at the Universidade do Estado do Rio de Janeiro, under the Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH-UERJ), the proposal is to make a theoretical balance of the model and present new research challenges.

Keywords: Metropolitan Region of Rio de Janeiro – Economic Development – Crisis.

1. Introdução

Nas últimas duas décadas, o estado do Rio de Janeiro assistiu à expansão da metrópole por meio de novas centralidades econômicas, industriais e logísticas situadas em suas “fronteiras”, que têm se caracterizado pela expansão urbana, política, econômica, cultural e ambiental da própria

metrópole. A implantação de indústrias, de empreendimentos logísticos e condominiais permitiu alentar a concretização de um circuito econômico-produtivo, no qual nas bordas da metrópole novas economias de aglomeração urbana se consolidam, reconstituindo os novos empreendimentos produtivos como centralidades urbanas e requalificando a indústria.

Tais transformações, especialmente no que se refere ao Oeste Metropolitano Fluminense – formado pelas cidades de Seropédica, Itaguaí, Paracambi, Japeri e Queimados –, têm sido foco de nossas análises na última década (Ver: OLIVEIRA e ROCHA, 2012 e 2014; OLIVEIRA, 2015, 2016 e 2017). Mas, mediante a crise de graves proporções que assolou o Brasil nos últimos anos, agravada pela deposição da então presidente Dilma Rousseff em 2016, o Rio de Janeiro tem vivido uma verdadeira “atmosfera de crise”, com a desconstrução das bases produtivas emergentes e constante piora dos índices econômicos e sociais em seu território.

Este trabalho se divide em três principais núcleos de análise: [1] uma breve revisão da expansão econômica do Rio de Janeiro, como escopo especialmente na Região Metropolitana Fluminense; [2] os “marcos teóricos” consolidados na pesquisa efetivada acerca da dinamização produtivo-logística do estado do Rio de Janeiro e a constituição de uma verdadeira “atmosfera de crise”; e, por fim, [3] os novos caminhos e desafios de investigação em meio ao desmoronamento e as novas oportunidades do recorte espacial aqui consolidado.

2. A expansão econômica do Rio de Janeiro: um olhar a partir do Oeste Metropolitano Fluminense

Durante décadas, o estado do Rio de Janeiro esteve marcado pela evasão de fábricas, desmobilização de ramos estratégicos e migração de sedes empresariais para outros estados (Floriano OLIVEIRA, 2008; SILVA, 2012). Todavia, nos últimos vinte anos, o território fluminense se tornou um polo atrativo de investimentos. Ou seja, houve o aparecimento de novos investimentos e ou incremento de antigas bases produtivas, que compreendem a instalação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ, a ampliação do complexo portuário de Itaguaí e a implementação do Arco Rodoviário Metropolitano do Rio de Janeiro, ligando bordas metropolitanas para além da capital. Evidentemente, este ciclo virtuoso da economia fluminense [e brasileira] vive o seu reverso, de maneira que o estado do Rio de Janeiro assiste o estacionamento de suas obras, a fuga de capitais, a retração produtiva e pessimismo em curto prazo acerca dos rebatimentos da crise de largo espectro econômico nacional e internacional.

Não há dúvidas que tais investimentos modificaram a paisagem geoeconômica do estado do Rio de Janeiro. Se tal expansão econômica tem implicado na redinamização da própria Região Metropolitana (OLIVEIRA, 2006 e 2008; PAGANOTO, BECKER, 2012; SILVA, 2012; SOBRAL, 2013), a Baixada Fluminense também foi impactada pelo espraiamento dos serviços em suas diversas formas (hotéis, shoppings, supermercados etc.) (SIMÕES, 2007; OLIVEIRA & RODRIGUES, 2009; ROCHA, 2014 e 2015; OLIVEIRA, 2014), por meio da constituição de áreas revitalizadas e manutenção dos problemas sociais históricos.

Neste item, as cidades de Itaguaí, Japeri, Paracambi, Queimados e Seropédica – observar, na Figura 1, que tais cidades formam a parte oeste da Região Metropolitana – preconizaram um verdadeiro processo de industrialização, ainda que com características bastante peculiares, ultrapassando-se os modelos de grandes plantas fabris e vilas operário-industriais e adotando-se sistemas de volatilização, subcontratação e terceirização de funcionários. Esta industrialização extemporânea implicou na ideologização do processo de implantação das indústrias como signo de progresso combinada com uma mão-de-obra com diferentes níveis de qualificação. A borda da área metropolitana do Rio de Janeiro redinamizou-se como área de expansão, influência e polo de propagação da própria metrópole.

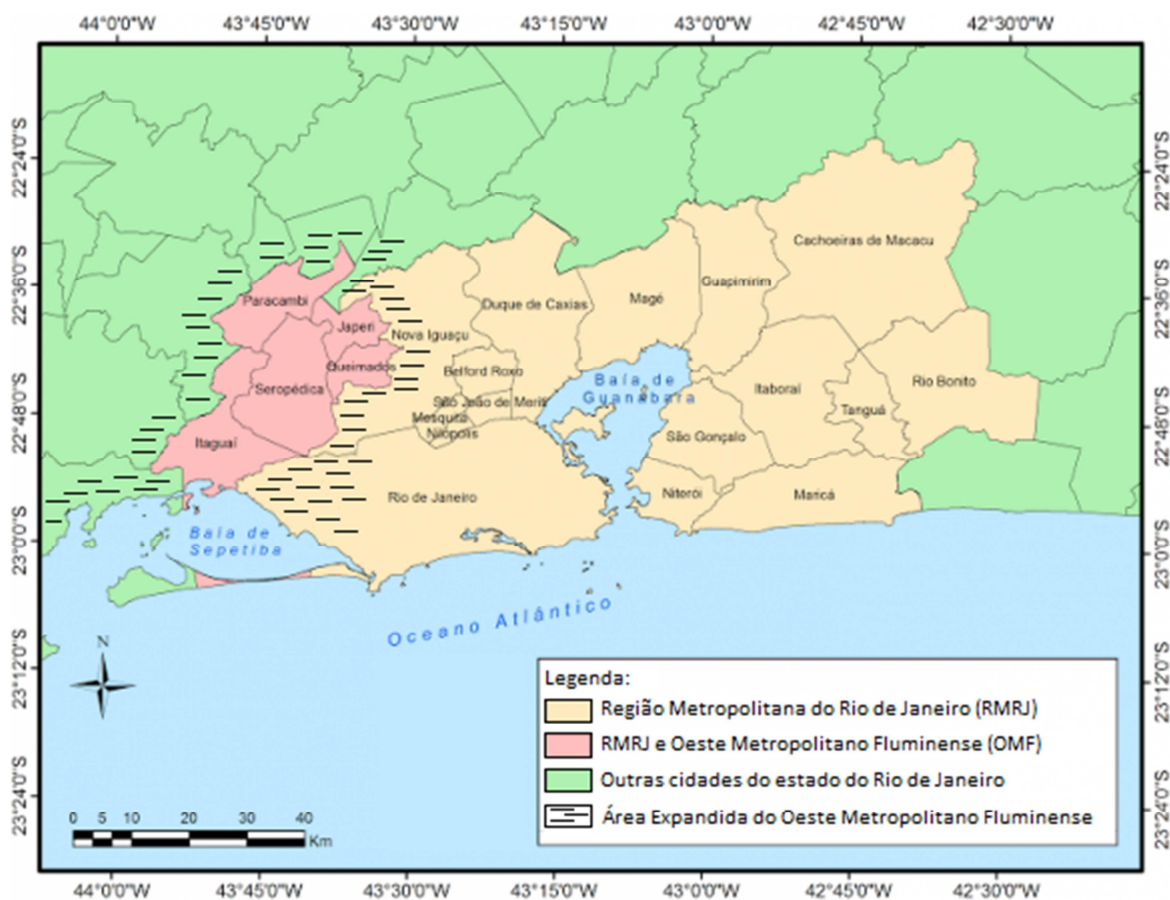


Figura 1: Oeste Metropolitano Fluminense
Fonte: Organização: Prof. Dr. Leandro Dias de Oliveira e Prof. Dr. Andrews José de Lucena [DGG/PPGGEO/UFRRJ]. Novembro / 2015 [Adaptado]

Neste sentido, reforça-se a contiguidade da parte oeste da região metropolitana com a Região do Médio Vale Paraíba Fluminense, seja pelo entroncamento logístico, seja pela potencialidade de contatos com a economia regional baseada no ramo metal-siderúrgico-automobilístico baseada no eixo Volta Redonda – Resende. Da mesma maneira, consolida-se um verdadeiro eixo produtivo com o Leste Metropolitano, onde a constituição de Itaboraí como polo petrolífero envolveu a proposição de

um contato profícuo com a Região Norte Fluminense, cuja economia petrolífera permanece como motor do desenvolvimento e praticamente envolve todas as cidades do Norte-Nordeste do estado. A REDUC (Refinaria Duque de Caxias, na cidade homônima) completa o encadeamento energético-petrolífero do estado do Rio de Janeiro (PESSANHA, 2015). Ainda é importante asseverar que Itaguaí é a porta de entrada da “Região da Costa Verde”, que vive grande expansão de oferta de moradias em condomínios residenciais de classe média e alta.

A borda metropolitana torna-se responsável por oferecer na realidade do Rio de Janeiro “convecções econômicas”, por meio de redes convectivas de troca de mercadorias e da consolidação de uma verdadeira engrenagem da oferta de empregos, construção de condomínios, meios de transporte, na ampliação das vagas em escolas e universidades, acordos e trocas políticas, ajustes ambientais e reestruturação urbano-regional (OLIVEIRA, 2015). Assim, a criação dos Condomínios Industriais I, II e III no bairro Marajoara (distrito de Engenheiro Pedreira), em Japeri, em 2005, junto às áreas da APA (Área de Proteção Ambiental) do Rio Guandu, com inúmeras empresas de diferentes portes, com destaque para a unidade fabril da Granado, a INCOPRE [pré-fabricados de concreto], a Embelmar (empresa de envazamento da EMBELLEZE) e a Poly Rio Polimeros Ltda; implantação dois condomínios Industriais em Paracambi, em 2002, às margens da Estrada RJ-127, com mais de dez indústrias em funcionamento, como a Lansa Ferro e Aço e Botafogo Lar e Lazer; a consolidação do Distrito Industrial de Queimados, instituído em 1976, nas margens da Rodovia Presidente Dutra e próxima ao Rio Guandu, com 23 empresas ativas, como a Arfrio, Citycol, Tangará Foods/Sanes, Quartzolit, etc.; a formação em Itaguaí de uma verdadeira “capitania industrial”, com especial destaque para a Ilha da Madeira e a efetivação do contíguo industrial Itaguaí-Santa Cruz [Rio de Janeiro], com destaque para a Ternium Companhia Siderúrgica do Atlântico (antiga TKCSA), a Gerdau, a Usiminas, etc. combinados com a expansão do Porto de Itaguaí e a fundação do Porto Sudeste; e, por fim, ao acolhimento recente em Seropédica, especialmente devido à sua posição logística, de empresas como a Eletrobolt, a alimentícia Panco, a Procter & Gamble e de condomínios logísticos, como o Golgi Seropédica, na RJ-125, e VBI LOG Seropédica, próximo à Rodovia Presidente Dutra expressam a dimensão dos investimentos realizados nesta região, polo atrativo para o modelo de desenvolvimento empreendido desde a virada de século.

É lição básica de geografia econômica que todo e qualquer empreendimento causa impacto de diferentes forças escalares. De um lado, seja por meio de economias de aglomeração – noção que implica na atração econômica e transbordamento de ações oriundas pela instalação de aportes na cidade –, resultado na emersão de novos aportes de setores secundários e terciários, como a construção civil e as demandas por serviços diversos; de outro, ainda que as empresas tenham baixos índices de ofertas de empregos e admitam funcionários com diferentes níveis de qualificação [e não somente de conhecimentos elementares, como se tornou comum argumentar], há evidente ampliação do número de habitantes locais, em busca de novas oportunidades. O aumento populacional desta sub-região pode ser verificado comprando-se as tabelas 1 e 2.

Nota-se facilmente que o crescimento populacional das cidades que compõem o Oeste Metropolitano Fluminense – Itaguaí, Japeri, Paracambi, Queimados e Seropédica – é bastante significativo. O percentual de crescimento de todas as cidades entre o ano 2000 e a estimativa atual do IBGE é maior que a da cidade do Rio de Janeiro e de todo o estado no mesmo período. Assim como nas cidades da Região das Baixadas Litorâneas e do Médio Vale Paraíba Fluminense, o Oeste Metropolitano Fluminense impulsionou o crescimento populacional do estado do Rio de Janeiro. São novos moradores, enfrentando novas questões políticas, econômicas, sociais e ambientais.

Tabela 1- Crescimento Populacional – Cidades do Oeste Metropolitano Fluminense

Cidades	2000	2010	2018	Percentual de Crescimento [2000-2018]
Itaguaí	82.003	109.091	125.913	53,55 %
Japeri	83.278	95.492	103.960	24,83 %
Paracambi	40.475	47.124	51.815	28,02 %
Queimados	121.993	137.962	149.265	22,36 %
Seropédica	65.260	78.186	86.743	32,92 %
Oeste Metropolitano Fluminense	393.009	467.855	517.696	31,73 %

Organização: Leandro Dias de Oliveira [Outubro, 2018], com dados do IBGE (Censo 2000, Censo 2010 e Estimativa 2018)

Tabela 2: Crescimento Populacional – Cidade e Estado do Rio de Janeiro

	2000	2010	2018	Percentual de Crescimento [2000-2018]
Cidade do Rio de Janeiro	5.857.904	6.320.446	6.688.927	14,19 %
Estado do Rio de Janeiro	14.391.282	15.989.929	17.159.960	19,24 %

Organização: Leandro Dias de Oliveira [Outubro, 2018], com dados do IBGE (Censo 2000, Censo 2010 e Estimativa 2018)

3. Marcos teóricos da dinamização metropolitana do Rio de Janeiro: Um esforço de análise

As mudanças ocorridas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, constituídas a partir de novos investimentos produtivo-logísticos – basicamente, empreendimentos fabris, galpões e silos de estocagem e trânsito de mercadorias, estruturas rodoviárias e portuárias de transportes de carga, etc. – não somente reverberam a ideologia do desenvolvimento, mas suas adaptações contemporâneas:

desenvolvimento local, regional, sustentável, integrado, bem como ocorrem com seletivas adaptações do modelo flexível de produção.

Assim, é possível traçar alguns importantes marcos teóricos, sob o prisma da Geografia Econômica e da Indústria e a partir da experiência da análise metodológica da geoeconomia das fronteiras da Região Metropolitana do Rio de Janeiro:

[1] Ocorreu a reabilitação da fábrica como esperança de desenvolvimento e criação de uma espécie de “acumulação flexível à brasileira”;

Ciente que o fordismo não completou o ciclo evolutivo em terras brasileiras, torna-se possível alentar que houve a emergência de uma espécie de “acumulação flexível à brasileira”, adequando o arcaico e o moderno, a vigilância e a multifunção, o controle e o distanciamento urbano, que em conjunto inscrevem no trabalhador as características mais duras de ambos os regimes de acumulação. Assim, à revelia dos péssimos indicadores sociais destas cidades, a chegada de novos empreendimentos redinamizou a crença no defasado modelo de desenvolvimento em moldes “fordistas”, fazendo com que cada indústria que anuncie sua instalação nestas cidades seja saudada como um grande triunfo das prefeituras.

[2] Houve a consolidação da ideologia do desenvolvimento sustentável como opção produtiva;

Junto ao atual processo de industrialização em curso emerge o modelo de adequação sociedade-natureza em moldes destacadamente econômicos intitulado desenvolvimento sustentável. Trata-se de um modelo eminentemente produtivo, que propugna a utilização mais racional da natureza, a absorção de técnicas de filtragem e despoluição e mecanismos de compensação ambiental. Assim, bastou que cidades outrora com características rurais iniciassem um movimento de industrialização para que a questão ambiental emergisse nas políticas públicas das Prefeituras Municipais e nos setores de *marketing* das empresas recém-chegadas; ou seja, no exato momento que rompem progressivamente o estatuto da ruralidade, a “proteção do meio ambiente” se tornou um significativo alvo político.

[3] O álibi logístico se tornou um trunfo territorial do modelo “foot-loose” do desenvolvimento industrial;

O advento do Arco Rodoviário Metropolitano, uma rodovia que margeia a capital estadual e aproxima o leste do oeste da região metropolitana, é o símbolo maior de uma verdadeira revolução no universo dos transportes de carga fluminense: junto às demais estradas existentes – Rodovia

Presidente Dutra (BR-116) e Rodovia Rio-Santos (BR-101), além da RJ-099, conhecida como Reta de Piranema, da Rodovia Ary Schiavo (RJ-125), da RJ-127 (acesso a Paracambi), entre outras –, linhas férreas da MRV e complexo portuário de Itaguaí, a parte oeste se tornou símbolo de mobilidade, fluidez e desenraizamentos, num território sem barreiras, marcas, signos, viscosidades e espessuras da sociedade local. A logística é o capital se realizando em velocidade para além da vida urbana.

Mesmo com o desmoronamento do modelo “aceleração do crescimento”, há de fato a consolidação de tais áreas como novos polos produtivos. O desmantelamento do modelo de desenvolvimento nacional, a contração do mercado imobiliário, o arrefecimento dos investimentos industriais, a subutilização de alguns empreendimentos e o próprio alastramento da crise política, econômica e social que o Brasil vive implicaram numa abordagem geral bastante pessimista sobre o crescimento produtivo do estado e do próprio país.

Assim, é importante destacar: [1] As cidades situadas nas fronteiras da região metropolitana se consolidaram, ainda que com a crise atual, como pontos de reverberação metropolitana; [2] O desinvestimento e dissolução do modelo desacelerou a consolidação econômica destes espaços, mas os objetos criados permanecem como novas oportunidades industrial-mercado-lógicas, em qualquer regime de acumulação que se proponha e que se constitua futuramente; [3] A desestruturação em curso apresenta trágica repercussão social nas bordas metropolitanas do Rio de Janeiro e se torna um profundo abalo no próprio sentimento de esperança. Se a população local já enxergava com desconfiança os empreendimentos instalados no território, a crise revelou que os investimentos sonhados – postos de saúde, escolas, praças públicas, asfaltamento, saneamento básico, coleta de lixo regular; mobilidade espacial, segurança – se tornaram mais distantes nesta verdadeira “atmosfera de crise”.

4. Para não concluir: para além do Oeste Metropolitano Fluminense

Em tempos de crise e desmoronamento produtivo do recorte espacial analisado, os desafios analíticos permanecem. Metodologicamente, nossos esforços sempre partiram de estudos já considerados clássicos no pensamento geográfico contemporâneo, como “Condição Pós-Moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural” (1989) e “*Justice, Nature and the Geography of Difference*” (1996), de autoria de David Harvey, atentando às flexibilizações produtivas em curso, ainda que para além da dicotomização simples entre modelos fechados de “fordismo” e “acumulação flexível”; as obras “Geografias Pós-Modernas: A Reafirmação do Espaço na Teoria Social Crítica” (1993) e “*Postmetropolis: Critical Studies of Cities and Regions*” (2000), de Edward Soja, permitiram analisar as “*edge cities*”, nas quais a suburbanização e o crescimento das periferias colocam em questão a centralidade urbana desta verdadeira “galáxia metropolitana” contemporânea, permitindo-se refletir acerca das frentes produtivo-logísticas destas áreas que proporcionam a expansão da metrópole de variadas maneiras e da formação de um cordão turístico pós-metropolitano.

Além destes, trabalhos como “*Technopolis: High-Technology Industry and Regional Development in Southern California*” (1993) e “*The Capitalist Imperative: Territory, Technology and Industrial Growth*” (1989), o primeiro de Allen Scott e o outro de Michael Storper e Richard Walken, fundamentam a interpretação da retomada do desenvolvimento regional e constituição das aglomerações locais flexíveis. Por fim, textos como “Desenvolvimento Desigual: Natureza, Capital e a Produção do Espaço” (1988), de Neil Smith, e “O fim do capitalismo como o conhecemos” (2010), de Elmar Altvater, são norteadores das reflexões acerca do modelo de desenvolvimento sustentável e da readequação sociedade-natureza do tempo presente. São todas obras norteadoras que alicerçaram nossos estudos e permitirão caminhar por novos horizontes de pesquisa e se aproximar de temáticas e questões teóricas mais contemporâneas.

Assim, para além da borda metropolitana, o que assistimos no entorno regional é a emergência de um processo de “condominização” e “turistificação” nos espaços contíguos-imediatos. Mangaratiba, por exemplo, cidade vizinha à Itaguaí e porta de entrada para a região turística da Costa Verde, vive um processo de “resortificação do espaço”, com a corroboração de atividades de turismo e recreação para o cidadão metropolitano. Assim, novos espaços no interior do estado alimentam um novo modo de consumir o tempo livre na mesma medida que se assiste a expansão da malha urbana para além da metrópole. O avanço da população metropolitana para áreas litorâneas e serranas do estado a fim de encontrar espaços de revigoramento, mesmo diante da construção de um complexo portuário bem próximo à região e degradação da Baía de Sepetiba, é consolidado com empreendimentos com bandeiras internacionais na área de hospedagem (DINIZ-SILVA, 2018). Tais mudanças territoriais significam importantes ajustes no circuito econômico-produtivo do Rio de Janeiro.

Assim como a Costa Verde, a Região do Vale do Café, contígua ao Oeste Metropolitano, é a denominação turística para o conjunto de quinze cidades – Vassouras, Valença, Rio das Flores, Piraí, Engenheiro Paulo de Frontin, Paty do Alferes, Paracambi¹, Miguel Pereira, Mendes, Barra do Piraí, Pinheiral, Barra Mansa, Paraíba do Sul, Volta Redonda e Resende – que juntos chegaram a produzir, na década de [18]60, 75% do café consumido no mundo, fazendo do Brasil o líder mundial na produção e exportação deste produto. Está em curso a redinamização da visitação turística às cerca de trinta fazendas históricas do café preservadas em sua arquitetura, que remetem ao tempo em que os barões ostentavam poder e riqueza.

Também contígua e em constante convecção econômica com a Região Metropolitana, a Região Serrana tem consolidado novas frentes turísticas, como o caso da Rota Turística e Cervejeira do Rio de Janeiro, que abrange as cidades de Petrópolis, Teresópolis, Nova Friburgo, Santa Maria Madalena, Guapimirim e Cachoeiras do Macacu, envolvendo atrações como as intituladas “*beer experiences*” nas grandes cervejarias, degustações harmonizadas e visitas às microcervejarias combinadas com os próprios atrativos turísticos destas cidades. Segundo a ACCERJ (Associação Turística das Cervejarias e Cervejeiros do Estado do Rio de Janeiro), fazem parte da Rota Cervejeira

¹ A regionalização turística do Rio de Janeiro possui sobreposições com a regionalização político-administrativa. Paracambi, neste caso, pertence à Região do Vale do Café, pois possui uma fazenda histórica e corresponde à porta de entrada da região.

na cidade de Petrópolis a Cervejaria Bohemia [maior centro de experiência cervejeira do país], a Cervejaria Cidade Imperial [fábrica da família Orleans e Bragança e que possui um beer tour], o Grupo Petrópolis, a Cervejaria Real, além da Cervejaria Buda Beer (esta possui um brewpub), a Cervejaria Duzé, a Cervejaria da Corte, a Cervejaria Cazzera e a Imperatriz Beer, todas de pequeno e médio porte e que produzem cervejas de tipos e ascendências variadas. Com um calendário já consolidado de atrações, Petrópolis, a Cidade Imperial, promove anualmente a Bauernfest no Palácio de Cristal, com uma série de atrações dedicadas à produção e comercialização de cerveja.

Conforme é perceptível, estudar a realidade fluminense e a economia regional em áreas contíguas à região metropolitana é um exercício analítico fundamental para pensar uma política de desenvolvimento mais integrado e harmônico do Rio de Janeiro, com a superação da crônica hipertrofia econômica do núcleo metropolitano. Pensa-se assim nas potencialidades do desenvolvimento local, com melhor distribuição dos recursos e divisão mais igualitária dos dividendos que dê contributos para uma vida melhor para todos. Outrossim, consolida-se o processo de "exopolização" – entendido aqui como crescimento para além do núcleo metropolitano –, que ocasiona a consolidação de um cinturão de amortecimento por intermédio de um verdadeiro "escapismo" dos ritmos metropolitanos.

São questões de fundamental importância para se compreender a economia da fronteira metropolitana do Rio de Janeiro no tempo presente. Pensa-se assim nas potencialidades do desenvolvimento local, com melhor distribuição dos recursos e divisão mais igualitária dos dividendos que dê contributos para uma vida melhor para todos, e que desta maneira não se efetive um processo de desenvolvimento urbano-econômico que seja concentrador, excludente e que apenas repita os erros históricos, mas antes que dê contributos para uma vida melhor para todos.

5. Agradecimentos

Estas reflexões estão vinculadas ao Grupo de Pesquisa "Reestruturação Econômico-Espacial Contemporânea" [DGG-PPGGEU-UFRRJ] e se baseiam nos resultados finais do projeto de pesquisa "O Processo de Reestruturação Territorial-Produtiva do Oeste Metropolitano Fluminense", desenvolvido com o apoio da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ (Auxílio Instalação / 2012 e bolsas de iniciação científica), do CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, por meio de bolsas de iniciação científica (PIBIC), iniciação à docência (PIBID) e de mestrado. Agradecemos, assim, à FAPERJ, ao CNPq e à CAPES pelo apoio imprescindível à realização destas investigações.

Este estudo também é integrante do projeto de cooperação internacional, no campo da geografia, entre a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e a Universidade do Porto, intitulado "Reestruturação Espacial e Desenvolvimento Regional: Um Estudo Comparativo entre a Região Norte de Portugal e o Estado do Rio de Janeiro", do qual o autor é coordenador juntamente com a Prof.^a

Dr.^a Maria Helena Mesquita Pina, da Universidade do Porto, a quem agradecemos pelo importantíssimo diálogo no cumprimento das agendas de pesquisa. Por fim, este trabalho também é fruto dos esforços no âmbito do NuPEE – Núcleo de Pesquisa Espaço e Economia, coordenado pelo Prof. Dr. Floriano José Godinho de Oliveira (UERJ), supervisor de nosso estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPFH-UERJ), por intermédio do desenvolvimento do projeto “Estado, Políticas de Gestão e Território: Um estudo sobre o Oeste Metropolitano do Rio de Janeiro”, a quem agradecemos pelos ensinamentos sempre oportunos.

6. Bibliografia

- ALTVATER, E (2010). *O fim do capitalismo como o conhecemos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- DINIZ-SILVA, R. C. (2018). A produção do espaço de lazer: Um estudo sobre “turistificação” e “resortificação” a partir do Portobello Resort & Safári (Mangaratiba-RJ). Seropédica (RJ): Dissertação de Mestrado em Geografia, PPGGEO – Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- HARVEY, D. (1989). *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola.
- HARVEY, D. (1996). *Justice, Nature and the Geography of Difference*. Oxford: Blackwell Publishing.
- OLIVEIRA, A.; RODRIGUES, A. O. (2009). Industrialização na periferia da região metropolitana do Rio de Janeiro: novos paradigmas para velhos problemas. *Semestre Económico*, v. 12, n. 24, p. 127-143. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/seec/v12nspe24/v12nspe24a8.pdf>. [Acesso em: 05 de dezembro de 2015].
- OLIVEIRA, F. J. G. de (2006). Mudanças no espaço metropolitano: novas centralidades e dinâmicas espaciais na metrópole. In: F. J. G. de OLIVEIRA; C. A. S; D. G. FREIRE. Guichard. *Metrópole: governo, sociedade e território* (pp. 80-97). Rio de Janeiro: DP&A.
- OLIVEIRA, F. J. G. de (2008). *Reestruturação produtiva, território e poder no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Garamond / Faperj.
- OLIVEIRA, L. D. de (2017). A construção da Cidade Sustentável: Um estudo de caso sobre Seropédica (Rio de Janeiro, Brasil). In: H. Pina; P. Remoaldo; M. da C. Ramos (Orgs.). *Grandes Problemáticas do Espaço Europeu - Sociedade, Economia e Património num Contexto de Maior Coesão Territorial* (pp. 301-311). Porto: Fundação Universidade do Porto – Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- OLIVEIRA, L. D. de (2014). Uma Nova Geografia da Baixada Fluminense. Resenha do livro de MAGALHÃES, A. L.; ROCHA, A. S. da; SANTANA, M. C. de; SANTOS FILHO, Sidney Cardoso. *Alma(naque) da Baixada!* [Duque de Caxias – RJ, Editora APPH-CLIO, 2013, 104 p.] *Recôncavo: Revista de História da UNIABEU*, V. 4, N. 7, Julho-dezembro de 2014. Disponível em: www.uniabeu.edu.br/publica/index.php/reconcavo/article/.../pdf/46. Acesso em: 10 de setembro de 2018.
- OLIVEIRA, L. D. de (2016). Seropédica Sustentável: Transformações ecológico-econômico-espaciais recentes em um lacônico julgamento. *Recôncavo: Revista de História da UNIABEU*, v. 6, p. 87-101.
- OLIVEIRA, L. D. de (2015). A emersão da região logístico-industrial do Extremo Oeste Metropolitano fluminense: reflexões sobre o processo contemporâneo de reestruturação territorial-produtivo. *Espaço e Economia: Revista Brasileira de Geografia Econômica*, v. IV, p. 1-30.

- OLIVEIRA, L. D. de; ROCHA, A. S. da (2012). As Novas Dinâmicas Produtivas em curso na Baixada Fluminense: Breves apontamentos sobre uma nova geografia da indústria. *Revista Pilares da História*, v. Ano 11, p. 7-13.
- OLIVEIRA, L. D. de; ROCHA, A. S. da (2014). Neodesenvolvimentismo e reestruturação produtiva: O processo de reordenamento territorial no Oeste Metropolitano Fluminense (Rio de Janeiro, Brasil). In: H. Pina; P. Remoaldo; M. da C. Ramos; H. Marques. (Orgs.). *Grandes Problemáticas do Espaço Europeu: Diversidade Territorial e Oportunidades de Desenvolvimento num Cenário de Crise* (pp. 126-142). Porto: Fundação Universidade do Porto – Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- PAGANOTO, F.; BECKER, O. M. (2012). A emergência de novas centralidades na periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e a reorganização dos deslocamentos espaciais da população. *Anais do XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP. Águas de Lindóia/SP. Disponível em: [http://www.abep.nepo.unicamp.br/xviii/anais/files/POSTER\[116\]ABEP2012.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/xviii/anais/files/POSTER[116]ABEP2012.pdf). Acesso em: 10 de novembro de 2015.
- PESSANHA, R. M. (2015). A ampliação da fronteira de exploração petrolífera no Brasil é parte da geopolítica da energia: oportunidades e riscos de inserção global em meio às novas territorialidades regionais e ao desafio da abundância na economia dos royalties no Estado do Rio de Janeiro. *Espaço e Economia: Revista Brasileira de Geografia Econômica*, Ano 3, n.º 6, Janeiro / Junho de 2015. Disponível em: <http://espacoeconomia.revues.org/1511>. [Acesso em: 10 de dezembro de 2015].
- ROCHA, A. S. da (2014). *As representações ideais de um território: Dinâmica econômica e política, agentes e a produção de novos sentidos na apropriação territorial da Baixada Fluminense pós 1990*. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em Geografia, PPGG – Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- ROCHA, A. S. da (2015). Os efeitos da reestruturação econômica metropolitana na Baixada Fluminense: Apontamentos sobre o “novo” mercado imobiliário da região. *Espaço e Economia: Revista Brasileira de Geografia Econômica*, Ano 3, n.º 6, Janeiro / Junho de 2015. Disponível em: <http://espacoeconomia.revues.org/1677>. [Acesso em: 10 de dezembro de 2015].
- SCOTT, A. J. (1993) *Technopolis: High-Technology Industry and Regional Development in Southern California*. Berkeley: Un. of California Press, 1993.
- SILVA, R. D. da (2012). *Indústria e Desenvolvimento Regional no Rio de Janeiro (1990- 2008)*. Rio de Janeiro: Editora FGV [Faperj].
- SIMÕES, Manoel Ricardo (2007). *A cidade Estilhaçada – reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense*. Mesquita: Entorno.
- SMITH, N. (1988). *Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e a produção do espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- SOBRAL, B. L. B. (2013). *Metrópole do Rio e projeto nacional: Uma estratégia de desenvolvimento a partir de complexos e centralidades no território*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária [Faperj].
- SOJA, E. W. (1993). *Geografias Pós-Modernas: A Reafirmação do Espaço na Teoria Social Crítica*. Rio de Janeiro: Zahar.
- SOJA, E. W. (2000). *Postmetropolis: Critical Studies of Cities and Regions*. Oxford: Blackwell Publishing.
- STORPER, M.; WALKEN R. (1989). *The Capitalist Imperative: Territory, Technology and Industrial Growth*. Oxford: Blackwell Publishing,

FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA BAIXADA FLUMINENSE - RJ (BRASIL): IDENTIDADE CAMPONESA E INCLUSÃO SOCIAL

Edilene PORTILHO

eu.portilho@gmail.com

Leticia Ribeiro Pinto dos SANTOS

leticia_ribeiro-pinto@yahoo.com.br

Livea Cristina Rodrigues BILHEIRO

liveabilheiro@hotmail.com

Gabriel Alves Botelho de MELO

gabirrrural@gmail.com

Stéfane Ketlyn de OLIVEIRA

ste_koliveira@hotmail.com

Nidia MAJEROWICZ

nidiamajero@gmail.com

Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde, UFRRJ

Anelise DIAS

Instituto de Agronomia, UFRRJ

anelise.dias@gmail.com

Resumo

O trabalho tem a finalidade de perceber como acontece a inclusão social de agricultores e agricultoras familiares, no decorrer das ações desenvolvidas pelo “Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar”, na Baixada Fluminense, no estado do Rio de Janeiro. A metodologia utilizada aportou-se em análises de registros visuais (fotografia) e de documentos produzidos pelas atividades do referido programa. Constatou-se que a inclusão social das famílias agricultoras é consequência das ações de assistência técnica e de extensão rural, quando elas geram os processos educativos para a produção orgânica e agroecológica, quando promovem acompanhamento produtivo das propriedades e auxiliam no funcionamento dos circuitos curtos de comercialização; sendo que estas ações são integradas e permanentemente avaliadas por um corpo de atores multi e transdisciplinar.

Palavras chave: inclusão social, geração de renda, produção orgânica, agroecologia.

Abstract

The aim of this study is to understand how social inclusion of family farmers occurs through the actions developed by the Family Agriculture Strengthening Program at Baixada Fluminense, in the state of Rio de Janeiro. The methodology used was based on analyzes of visual records (photography) and documents produced by the activities of this program. It was verified that the social inclusion of the agricultural families is a consequence of the technical assistance and rural extension actions, as they generate educational processes for the organic production and agroecology, promote productive monitoring of the properties, as well as the operation of the short commercialization circuits. These actions are integrated and permanently evaluated by a body of multi and transdisciplinary agents.

keywords: social inclusion, income generation, organic production, agroecology.

1. Introdução

Este trabalho busca perceber como acontece a inclusão social de agricultores e agricultoras familiares, por meio das ações voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar na Baixada Fluminense, no estado do Rio de Janeiro. O programa: “Fortalecimento da Agricultura Familiar na Baixada Fluminense e Centro Sul do Estado Rio de Janeiro” executado pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), está desenvolvendo um conjunto de ações baseadas na política de segurança alimentar e nutricional, a fim de gerar espaços de integração social. Busca-se valorizar os atores sociais envolvidos no processo produção/consumo de alimentos oriundos da agricultura familiar local. São objetivos deste trabalho:

- observar e descrever as formas de interação, estabelecidas entre agricultores e sociedade, no âmbito do programa;
- identificar o processo de inclusão nas práticas produtivas e pedagógicas desenvolvidas nos espaços institucionais e nos das famílias agricultoras;
- exercitar o modelo metodológico *fotografia de campo*, que permite a observação de diferentes atores presentes nas diversas atividades.

Sobre a metodologia adotada, partiu-se do estudo dos registos das atividades desenvolvidas no âmbito do Programa (RIOS *et al.*, 2016, 105), por meio da:

- 1) estudo dos relatórios dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural;
- 2) estudo das fotografias utilizadas como dado e instrumento analítico de pesquisa.

Procedeu-se da seguinte forma no tratamento dos dados visuais:

- obtenção das imagens em seus meios como: feiras, propriedades rurais, instituições, etc.;
- controle da coleta de dados: busca espontânea de sujeitos aos ângulos fotográficos e reais condições de obtenção de luz, valorização da espontaneidade dos objetos, das pessoas ou das situações, sem preocupação com planeamento da fotografia;
- seleção de imagens, com a inclusão ou a exclusão de fatos ou personagens e a geração de um arquivo fotográfico;
- análise de conteúdo das imagens em associação com a observação participativa.

2. Agricultura familiar: uma atualização da identidade camponesa na Baixada Fluminense – RJ (BRASIL)

De acordo com CASTELLS (2003, 2), identidade é a fonte de significado e de experiência de um povo. A identidade camponesa na Baixada Fluminense se retrata pela história de resistência e luta quanto ao acesso e permanência no campo, processo visto desde o início dos conflitos pela ocupação da região. Porém, atualmente, ela se constroi sob grandes desafios de natureza política, cultural e económica, que estão intimamente relacionados com a história da região.

A ocupação da Baixada Fluminense data do primeiro século da colonização portuguesa no Brasil, quando integrada “ao Mundo Português na fase inicial do desenvolvimento açucareiro na franja costeira atlântica” (GEIGER e SANTOS, 1954, 3). Se antigamente as cidades surgiam nas margens dos rios e o transporte dos produtos era feito pelas vias hídricas, hoje esses rios estão em sua maioria contaminados e as cidades integradas por meio das vias rodoviárias.

Afirmam GEIGER e SANTOS (1954), que no decorrer do século XX, a agricultura foi incapaz de acompanhar o desenvolvimento industrial acelerado, pois a “industrialização, urbanização e modernização de transportes estão muito ligados e a sua evolução se caracteriza pela tendência à concentração, mais nitidamente do que na agricultura” (GEIGER e SANTOS, 1954, 297). Desta forma, o processo de urbanização elegeu o loteamento como atividade mais lucrativa, desmembrando as áreas rurais da Baixada Fluminense, enquanto que “o aproveitamento produtivo com fins agrícolas foi sacrificado em prol dos loteamentos urbanos e da especulação” (MENEZES, 1991, 91).

É importante destacar que a ocupação e o processo de urbanização da Baixada Fluminense nos últimos séculos tem relação direta com o crescimento da cidade do Rio de Janeiro dirigido seu desenvolvimento a partir das necessidades desta metrópole (MENEZES, 1991). Houve diversas ações governamentais “configurando a ideia muito difundida de que essas políticas de saneamento e colonização eram a solução para a decadência advinda desde a abolição da escravidão” (SILVA, 2012, 06).

A Baixada Fluminense possui um limite geográfico que corresponde à região de planícies que se estendem entre o litoral e a Serra do Mar, desde o município de Campos, no extremo norte, até ao de Itaguaí, sendo pois a delimitação geográfica recorrente que vai de Cachoeira de Macacu a Itaguaí (ALVES, 2003). Neste território, atualmente, as relações “campo-cidade” não se fazem pela harmonia mas sim por muitos conflitos, que envolvem disputas pelas terras, pelos recursos naturais, pelas vias de acesso, entre outros.

Os atores sociais que participam neste contexto (conflituoso) são mineradores, especuladores de terrenos urbanos e periurbanos, traficantes de drogas, milicianos (grupos que controlam o território a partir da violência, explorando serviços) e as históricas famílias camponesas que se mantêm na prática agrícola, mesmo num território amplamente disputado.

Nestas famílias há a ocorrência dos microempresários rurais ou periurbanos que têm na agricultura sua base de sustentação socioeconômica, e ainda, as famílias que vivem estritamente do trabalho na agricultura e aquelas que compartilham o trabalho urbano com outro tipo de trabalho executado no campo. No geral, as populações do campo e da cidade estão expostas à violência de grupos como traficantes, milicianos e assaltantes.

Esse breve histórico revela que o processo de transformação da identidade camponesa vem, de longa data, sofrendo graves golpes. E, diante da crise política, social e econômica que o estado do Rio de Janeiro vem sofrendo nos últimos anos, aumenta a urgência da criação de novas formas de inclusão social que atinjam positivamente as populações mais empobrecidas e excluídas. Outro passo importante é a necessidade de realizar ações de segurança alimentar num território tão

afetado pela falta de políticas de combate à pobreza, uma dimensão da segurança social que reflete se na saúde pública.

Viram-se na região, principalmente nas últimas três décadas, aumentos significativos da concentração das terras e dos empreendimentos de grande escala. Desde o passado ainda sobrevivem as elites agrárias do estado que no passado tinham na Baixada Fluminense seus projetos. Atualmente estão sendo suprimidas agressivamente os lotes rurais destinados para reforma agrária. Este cenário acaba reconfigurando toda a região com a restrição de áreas agricultáveis para dar lugar aos diversos empreendimentos relacionados à comercialização e transporte de produtos.

Hoje, a região da Baixada é composta por áreas urbanas e rurais com limites muito estreitos. A população está disposta, na sua maioria, na região metropolitana do Rio de Janeiro em cidades dormitórios, ou seja, localidades as quais vivem os trabalhadores. Durante o dia, estes trabalhadores estão nos grandes centros urbanos e no final do dia retornam para suas casas. A outra parte da população corresponde de famílias camponesas que viveram este período estabelecendo um processo de luta e de resistência, buscando o acesso ou a sua permanência na terra a partir da cultura e do trabalho agrícola.

Na região metropolitana, o transporte destes trabalhadores é realizado em primeiro lugar por ônibus e, em segundo lugar por trem. Nas áreas rurais raramente há serviços de transporte coletivo, o que torna muito difícil o acesso às cidades daquelas pessoas que não têm transporte próprio.

Este cenário de acentuada segregação entre espaço *urbanizado* - que conta com serviços e saneamento básico - e o *ruralizado* - que não apresenta ruas pavimentadas nem coleta de lixo, facto comum nas periferias dos municípios da Baixada Fluminense, estruturou-se com o apoio de políticas setoriais, principalmente urbanistas e industriais. Uma análise da história da Baixada leva dizer que a ausência de investimentos em políticas que atendessem as peculiaridades do campo.

Com esta história de esvaziamento de investimentos públicos no campo, construiu-se o retrato de uma agricultura familiar precária que sobrevive teimosamente dos rendimentos obtidos dos altos e baixos da economia do estado do Rio de Janeiro.

Atualmente, a Baixada Fluminense revela-se como a região com maior índice de pobreza e violência. Aqui, os crimes contra as populações negras e pobres são crescentes, sendo os jovens a maior parte das vítimas. A situação de precariedade também é vivida pelas populações quanto a moradia, educação, saúde, alimentação, etc.

É notável, portanto, que o discurso do desenvolvimento social a partir da indústria e do comércio faliu, assim como definiu a promessa de que as cidades iriam oferecer estruturas de apoio suficientes para toda a população. Apesar dos embates estabelecidos pelos grupos econômica e politicamente mais fortes, como os empresários e as milícias, ainda sobrevivem os atores da agricultura camponesa, desgastados e socialmente invisibilizados.

Estas famílias agricultoras, em geral, trabalham no campo e na cidade e vivem de baixas remunerações e, principalmente, daquilo que produzem em suas terras. Os produtos típicos são: aipim, banana, abóbora, milho, hortaliças e pequenos animais. Há entre essas famílias aquelas que

conseguem fazer o processamento dos seus produtos a fim de agregar valor e aumentar o tempo de vida útil, como é o caso de doces, compotas, frutas desidratadas ou bolos, entre outros.

Desde 2015, o programa de extensão universitária intitulado “Fortalecimento da Agricultura Familiar na Baixada Fluminense e Centro Sul do Estado Rio de Janeiro”, executado pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), está desenvolvendo um conjunto de ações baseadas na política de segurança alimentar e nutricional. Estas ações têm as finalidades de gerar espaços de integração social e de valorizar os atores sociais envolvidos no processo produção/consumo de alimentos oriundos da agricultura familiar local.

Segundo JACQUES (1998, 150), a dificuldade em estabelecer a identidade deve-se à variedade e sentido com que o termo é utilizado popularmente, tornando-o “sujeito a inúmeras variações”, uma vez que a temática pode ser classificada “como identidade pessoal (atributos específicos do indivíduo) e/ou identidade social (atributos que assinalam a pertença a um grupo ou categoria)”.

Percebe-se uma relação com a individualidade do sujeito mas também com o segmento social ao qual esse sujeito tem seu pertencimento (SOUSA, 2005). Neste sentido, a identidade camponesa na Baixada Fluminense se produz num contexto de permanentes mudanças, uma vez que, no mundo contemporâneo, ocorre o funcionamento de novas dinâmicas que se situam entre o rural e o urbano. Considera-se que os próprios atores podem construir e, por sua vez, definir essa identidade, dado que esta é um construto de memórias, afetividades, valores e perspectivas próprias de um segmento social.

No tocante à questão do estudo de identidade, utilizou-se o aporte teórico de Manuel Castells (2003):

“No que diz respeito aos atores sociais, entendo por identidade o processo de construção do significado com base no atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, os quais prevalecem sobre outras formas de significado. Para um dado indivíduo ou ainda um actor coletivo, pode haver identidades múltiplas. No entanto, essa pluralidade é fonte de tensão e contradição tanto na auto-representação quanto na ação social. Isto porque é necessário estabelecer a diferença entre a identidade e o que os sociólogos têm denominado papel, e conjunto de papéis. Esses papéis são definidos por normas estruturadas pelas instituições e organizações da sociedade. A importância relativa desses papéis no ato de influenciar o comportamento das pessoas depende de negociações e acordos entre os indivíduos e essas organizações e instituições. As identidades, por sua vez, constituem fonte de significado para os próprios actores, por eles originadas, e construídas através de um processo de individualização.” (CASTELLS, 2003, 2-3)

Neste cenário de permanente reconstrução da identidade camponesa na Baixada Fluminense é importante destacar a importância das instituições públicas de ensino, pesquisa e extensão voltadas ao meio rural. Dentre elas se destacam a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Agrobiologia, a Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária (Pesagro-Rio) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão

Rural (Emater). A multiplicidade das ações desenvolvidas por e entre estas instituições, exige adaptação ao contexto de grandes adversidades sociais e económicas geradas por uma história específica da região.

Subjacente a tudo isso, existe, portanto, um esforço mais profundo de redefinição da identidade camponesa na Baixada, dentro de uma lógica inclusiva, com a participação das instituições governamentais, o que requer a análise do papel das instituições e das reflexões sobre a qualidade da relação das instituições entre si e com as famílias agricultoras envolvidas.

Um desafio assumido pelo “Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar na Baixada Fluminense e Centro Sul do Estado Rio de Janeiro” traduz-se no questionamento: como garantir, nesta condição de precariedade, o cumprimento das ações voltadas para a visibilidade dos agricultores familiares e a valorização da agricultura familiar na região?

3. Agroecologia como princípio orientador da agricultura familiar na Baixada Fluminense

O “Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar na Baixada Fluminense e Centro Sul do estado do Rio de Janeiro”, desenvolvido pela UFRRJ em seus Campi (Nova Iguaçu, Três Rios e Seropédica) tem se mostrado como uma alternativa, institucionalizada, de gerar melhorias dos indicadores socioeconómicos no curto, médio e longo prazo, sendo um dos resultados esperados, o aumento da oferta de alimentos orgânicos na sua área de abrangência.

Destacaram-se no Programa os princípios da agroecologia, como um enfoque que orienta sistemas agroalimentares mais sustentáveis a partir de uma base epistemológica pluralista e integradora. A ideia central da agroecologia é desenvolver práticas agrícolas alternativas, envolvendo a construção e intercâmbio de conhecimentos, a consolidação de políticas públicas destinadas à agricultura familiar e estimular os canais de venda direta. Outrossim, estimular a educação para o consumo consciente, e ainda para os processos de garantia da qualidade e de visibilidade dos sujeitos.

Agricultura orgânica, agroecológica ou biodinâmica, entre outras, são correntes de agriculturas alternativas que, embora guardem diferenças entre si, materializam a agroecologia na prática. Agroecologia foi um termo adotado na década de 1980 para englobar um conjunto de princípios, práticas e metodologias – um paradigma. O termo ‘orgânico’ foi escolhido para representar no marco legal brasileiro, o conjunto de agriculturas alternativas (Lei 10.831/ 2003).

Orgânico diz respeito a ‘organismo’, e, como tal, é uma totalidade integrada, um conjunto de partes integradas e interdependentes. Este organismo é fechado quanto à sua organização mas aberto ao fluxo de matéria, de energia. Sendo assim, as propriedades das unidades de produção orgânica na perspectiva agroecológica, emergem da integração entre as suas estruturas. Construir essa mentalidade é uma forma de internalização do enfoque sistémico, ou holismo, uma abordagem necessária para desenhar o sistema de produção de forma a promover os serviços ecossistémicos e diminuir a dependência externa de matéria e de energia.

No Brasil, a agroecologia orientou a construção do marco legal para a agricultura orgânica, incorporando além da dimensão ecológica e técnica, a dimensão social articulada aos movimentos e organização sociais. Isso se verifica por princípios como a equidade, a soberania alimentar e a economia solidária:

“ considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso de recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente” (Lei 10.831/ 2003).

Além da certificação por auditoria (3ª parte), a legislação brasileira regulamentou o “Sistema Participativo de Garantia” (SPG) como mecanismo de garantia da qualidade orgânica. A organização social que se destaca em incentivar a prática do SPG é a Associação dos Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO). Esta entidade credenciada no Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Criada em 1984, a ABIO é composta de mais de quarenta grupos de SPG no estado do Rio de Janeiro, congregando mais de 600 agricultores orgânicos. É citada como uma iniciativa de grande importância social e ambiental por diversas razões: interliga agricultores familiares entre si e os consumidores, garante a origem dos produtos com a responsabilidade solidária entre os seus membros, melhora a qualidade e a saúde dos alimentos e favorece a conservação dos recursos ambientais (<http://abiorj.org>).

Esta experiência tem apresentado resultados consistentes por considerar a participação efetiva dos agricultores em todos os processos da cadeia produtiva, desde a produção até à comercialização estendendo-se à garantia da qualidade. Esta dinâmica interna facilita a criação de uma metodologia participativa específica e integrada ao manejo agroecológico. Os membros dos grupos de SPG auxiliam-se mutuamente na construção do plano de manejo orgânico, bem como na correção das não conformidades das unidades de produção. É composta também de grupos de comercialização para melhorar o escoamento da produção, principalmente nas feiras orgânicas.

Estas diretrizes apoiaram o desenvolvimento de ações que auxiliaram as agricultoras e agricultores familiares desde o processo de produção de alimentos saudáveis, até à comercialização de seus produtos, em canais de venda direta no espaço universitário. Posteriormente, estas ações se integraram a outras, ampliando o número de beneficiários de diferentes localidades.

3.1- Assistência Técnica e Extensão Rural

Da mesma forma vale ressaltar que todos os integrantes das feiras, no período de um ano, receberam acompanhamento técnico através de cursos e de orientações técnicas que, de alguma forma, contribuíram para o aumento da produtividade pela adoção de práticas conservacionistas e de técnicas de melhoria da qualidade ambiental a serem por eles desenvolvidas nas suas propriedades. Há ainda experiências de agricultoras em projetos de produção, por exemplo: arroz e tomates especiais.

As ações de Assistência Técnica e Extensão Rural têm como bases principais: promoção de cursos e formação permanente; organização de grupos informais; verificação nas propriedades incluídos no programa; orientação de agricultores quanto aos trâmites necessários para a participação como fornecedores do programa de Aquisição de alimentos. Assistem ainda os agricultores e agricultoras familiares em projetos integrados em favor da produção orgânica, incluindo: projetos de irrigação; planejamento de produção; manejo ecológico do solo e da água bem como de fitoparasitas, etc.

Além destas ações, são realizadas atividades que compreendem os circuitos curtos de comercialização (Feira da Agricultura familiar da UFRRJ e o Programa de Aquisição de Alimentos), a adoção de metodologias participativas e as relações dialógicas e de educação voltadas ao consumo consciente.

3.2 - Circuitos curtos de comercialização

O conceito de circuitos curtos (CC) aponta para uma proximidade geográfica, facilitando a conexão entre produtores e consumidores. De acordo com DAROLT et al (2013, 9), há dois casos de CC que podem ser distinguidos: a venda direta, quando o produtor entrega diretamente a mercadoria ao consumidor, e a venda indireta, através de um único intermediário que pode ser outro produtor, uma cooperativa, uma associação ou uma loja especializada, um restaurante ou até um pequeno mercado local. Consiste em forma de criar mercados locais que permita a conexão entre consumidores e produtores e novas relações de produção-distribuição-consumo (DAROLT et al, 2016, 18).

No âmbito do “Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar” desenvolvido pela UFRRJ, a comercialização de alimentos produzidos pela agricultura familiar em circuitos curtos, tem por objetivo o acesso dos agricultores familiares ao mercado sem a presença de intermediários, sendo privilegiada nessa tipologia e a venda direta produtor-consumidor.

Há diversas formas de efetivar o funcionamento dos circuitos curtos que podem ser, por exemplo: as feiras, a aquisição de alimentos pelas instituições, os grupos de compras diretas do produtor, entre outras. O Programa citado operacionaliza dois canais de venda direta, os quais estão descritos abaixo.

a) A Feira da Agricultura Familiar da UFRRJ (FAF)

No Campus Seropédica da UFRRJ, participam cerca de 30 feirantes, sendo que mais de 90% são também agricultores e agricultoras residentes nos municípios de Seropédica, Nova Iguaçu, Itaguaí, Paracambi e Rio de Janeiro. A maior parte dos feirantes conta com a ajuda de familiares e cônjuges na produção e na comercialização. Na FAF, 87,5% dos feirantes possuem a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) que é o documento de identificação da agricultura familiar no Brasil (Lei n.º 11.326/ 2006). Esse é um documento indispensável para que agricultores consigam acessar políticas públicas para o fortalecimento desse segmento no País.

A articulação entre a UFRRJ e o Emater-Rio possibilitou, pelo menos a quatro feirantes, o acesso a esse documento. A maioria dos feirantes é vinculada ao “Sistema Participativo da Qualidade Orgânica” (SPG-ABIO), ou está em fase de transição para a agroecologia. A integração entre os agricultores na FAF facilitou o processo de certificação e transição agroecológica de, pelo menos, oito feirantes.

Como exemplo de análise, utilizou-se o faturamento bruto da “Feira de Agricultura Familiar” na UFRRJ (FAF) no período de 12 dos anos de 2016 e 2017, R\$ 196.249,06. Nos meses de setembro a novembro de 2016, nos quais ocorreram duas feiras mensais, o faturamento médio foi de R\$ 7.911,10. A partir do mês de fevereiro de 2017, a FAF passou a ser semanal e o faturamento médio dos meses de abril a outubro foi de R\$ 21.502,91, registrando um aumento de 171% em comparação à média do período de setembro a novembro do ano anterior.

O mês com maior faturamento bruto foi maio e agosto, ambos com cinco semanas. Esse resultado mostrou que o aumento da frequência da feira de duas para quatro ou cinco vezes por mês, impactou positivamente o faturamento bruto. Além disto, foi acertada a decisão dos feirantes, estimulados pelos fregueses, de manter a frequência semanal da FAF. Mais de 50% dos feirantes alcançam um faturamento de até três salários mínimos e consideram a FAF como um canal que contribui expressivamente para a remuneração da família (SANTOS, 2018).

De um total de 234 itens ofertados na FAF-Rural, mais de 70% dos produtos são fornecidos frescos ou *in natura*, privilegiando a comercialização exclusiva de produtos vegetais. O maior volume de produtos correspondeu a: frutas (banana, caqui, coco, limão e abacate, etc.), hortaliças folhosas (alface, couve, rúcula) incluindo as plantas alimentícias não convencionais (PANC) (chaia, bortalha e peixinho), hortaliças fruto (quiabo, pimenta, tomate cereja, berinjela, abóbora), raízes e tubérculos (aipim, batata doce, cenoura, inhame, beterraba) hastes e brotos. Destaca-se ainda a oferta de plantas medicinais e aromáticas, comercializadas em molhos, e as mudas de plantas ornamentais, hortaliças, medicinais e frutíferas. Outra parte corresponde a alimentos orgânicos processados (SANTOS, 2018).



Fernanda Medeiros (produtora orgânica) e Anelise Dias (cliente e professora da UFRRJ) – Feira da Agricultura Familiar – UFRRJ. Acervo da Feira (2018).

b) O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

Tem destaque as compras institucionais, que são caracterizadas como venda direta e, nesse caso, a sociedade é representada pelo Estado que atua como consumidor coletivo, possui destaque o “Programa de Aquisição de Alimentos” (PAA) (Lei nº 10.696/ 2003; Lei nº 12.512/ 2011; Decreto nº 7.775/ 2012).

As finalidades do PAA são incentivar a agricultura familiar e fortalecer os circuitos locais; estimular o cooperativismo e o associativismo; incentivar hábitos alimentares saudáveis, para além de valorizar a produção orgânica e agroecológica de alimentos. Além dos agricultores familiares, são beneficiários os fornecedores assentados da reforma agrária, os silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, comunidades indígenas e os quilombolas.

Por meio da modalidade “Compra Institucional”, estados, municípios e órgãos federais devem gastar pelo menos 30% dos recursos orçamentários para aquisição de alimentos, de produtos da agricultura familiar (Decreto n.º 8.473/2015).

No ano de 2016, a aquisição de gêneros alimentícios (banana, aipim e abóbora) produzidos por três agricultores familiares foi destinada ao Restaurante Universitário do campus Seropédica. Precedeu-se com uma chamada pública, pioneira entre as universidades do estado do Rio de Janeiro. Posteriormente, os alimentos foram direcionados também para os Restaurantes Universitários do campus Nova Iguaçu. Estes restaurantes servem em média 5.500 refeições diárias aos discentes durante o período letivo. Uma parte dessa demanda é atendida pelos alimentos adquiridos na agricultura familiar pela UFRRJ, com ênfase para os orgânicos, beneficiando a

segurança da comercialização um número maior de agricultores. Além disto facilita o acesso à alimentação saudável aos estudantes universitários.

Vale ressaltar que esses canais (a FAF e o PAA) impactam positivamente a economia local, com o pagamento de preços mais justos, a criação de oportunidades de trabalho e renda e a aproximação de produtores e consumidores. No decorrer dos anos de 2016, 2017 e 2018, as experiências dos circuitos curtos implementados geraram:

- Diminuição de custos e distâncias entre produção e consumo;
- Vínculos relacionais de afinidade entre produtores e consumidores;
- Favorecimento no acesso dos consumidores aos produtos locais;
- Mecanismos para a territorialização da alimentação;
- Aprofundamento dos princípios de troca e relações mais justas entre produtores e consumidores.

3.3 Metodologias participativas e relações dialógicas



Oficina de doação e troca de sementes e mudas na Feira da Agricultura Familiar - UFRRJ. Acervo da Feira (2018).

As ações do programa possuem a característica de serem desenvolvidas dentro da proposta das metodologias participativas: oficinas, reuniões e assembleias, onde as decisões são tomadas a partir das ideias e experiências do coletivo.

Ressalta-se o valor da participação individual como princípio norteador dos trabalhos em grupo. Foram desenvolvidos eventos e cursos com a finalidade de aprofundar as experiências em agroecologia a partir dos saberes produzidos pelos(as) agricultores(as) locais. Destacam-se entre os cursos, as seguintes temáticas:

- criação de pequenos animais em sistema orgânico;
- sistemas agroflorestais;
- produção e utilização de plantas alimentícias não convencionais;
- controle biológico;
- horticultura orgânica;
- rotulagem de produtos processados;
- fruticultura orgânica;
- processamento de produtos da agricultura.

3.4 Educação para o consumo consciente

Do trabalho coletivo dos educadores feirantes, conjugado com outros profissionais da pesquisa e a assistência técnica, nasce a necessidade de perceber o meio universitário dentro de uma realidade agrária e social em que cada sujeito interage, aprende e desenvolve o seu repertório de conhecimentos relacionados desde o cultivo de produtos saudáveis ao consumo consciente. O saber social de todos os sujeitos integrados nas experiências do trabalho coletivo gera segurança, porque está presente junto aos outros. O desenvolvimento destas dimensões coletivo-reflexivas, dentro de uma lógica planejada, são as aliadas na busca pelo aperfeiçoamento humano e educacional. Pois:

“cada vez mais o consumidor consciente busca nos mercados locais produtos ecológicos, de época e com preços justos, mas também quer adquirir produtos com a cara do produtor, em que sejam ressaltadas as características locais das comunidades, como as tradições, o modo de vida, a valorização do saber-fazer, o cuidado com a paisagem, etc. Esse conjunto de características singulares pode ser a marca local que os consumidores procuram. Não se trata apenas de um ganho em escala (quantidade), mas em qualidade. Isso cria novas relações sociais e novos valores, promovendo o resgate da autonomia dos agricultores”. (DALROT, 2013, 13).

Neste sentido, a FAF consiste também de um espaço educativo por apoiar, desenvolver e integrar ações educativas em favor do consumo consciente. Destacam-se atividades como as campanhas de esclarecimento sobre o produto orgânico, a agricultura familiar, a sustentabilidade, a economia solidária e o comércio justo. Também foram desenvolvidas oficinas abordando os seguintes temas: princípios da economia solidária; alimentação viva; produção de probióticos artesanais e de produtos minimamente processados, etc.



Oficina de Alimentação Viva – realizada por Edilene Santos Portilho e Priscilla Menezes, na Feira da Agricultura Familiar – UFRRJ. Acervo da Feira (2018).

4. Pela inclusão da agricultura familiar

A história da população camponesa no estado do Rio de Janeiro, em especial a Baixada Fluminense, caracteriza-se por resistências ao longo do tempo. Vale dizer que sua definição identitária pode ser assim resumida:

“Identities de resistência: criadas por actores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo assim, trincheiras de resistências e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições das sociedades, ou mesmo opostos a estes últimos...” (CASTELLS, 2003, 4-5).

Esse tipo de identidade, na perspectiva de CASTELLS (1999, 25) “dá origem a formas de resistência coletiva em face de uma opressão que de outra forma não seria suportável”. Levando em conta que a região em estudo é marcada pela violência, a exclusão social, a pobreza e a insegurança alimentar, faz-se necessário reforçar que a agricultura familiar ainda é um construto que permite a inclusão, que busca superar o racismo e o desamparo social que oprime a maior parte da população das localidades observadas neste estudo.

Mesmo que venha ocorrendo uma crise universitária relativa à incapacidade de criar relações de divulgação e utilização do conhecimento técnico-científico pautado na sustentabilidade social e ambiental (SANTOS, 2004), entende-se que é necessária uma reforma democrática e emancipatória e interna da Universidade, para que se possa estreitar as relações entre instituições de ensino, pesquisa e extensão focalizando agricultores e consumidores locais.

Ressalta-se que as demandas sociais na Baixada são amplas e complexas, exigindo um olhar investigativo amplo por parte da universidade pública no sentido de enfatizar o comprometimento desta instituição para com a geração de conhecimento presente na dinâmica social, na qual a agricultura familiar é um pilar importante a ser ressignificado e valorizado.

A agricultura familiar na Baixada Fluminense, além de ter relevante valor económico para o país, corresponde a uma histórica que também é coletiva e comunitária. A utilização ecológica dos recursos que hoje estão em vias de degradação pelas práticas da mineração, por exemplo, somente é possível por meio da existência de uma agricultura de base ecológica. Vale ressaltar que as disputas devem ser compreendidas, ao mesmo tempo que a região deve receber amplos investimentos no setor da agricultura familiar para mudar o cenário atual.

Para isto, é necessário mobilizar esforços públicos, individuais, coletivos e comunitários, com a missão de integrar conteúdos diferenciados de natureza epistémica, cultural e artística, que permitirá o desenvolvimento de diálogos de saberes entre instituições e grupos locais.

5. Conclusão

Em um processo de permanentes transformações sociais, económicas e culturais, a agricultura familiar elaborou-se como identidade da grande região da Baixada Fluminense (RJ), possuindo a característica principal a resistência das populações do campo, das suas práticas agrárias, mesmo em situação de êxodo e de “desestruturação” do rural. A busca pela atualização da identidade campesina regional faz-se em conjunto com a restauração da identidade da Universidade, enquanto instituição pública e comprometida com a sociedade. Esta tem o papel de atuar juntamente com docentes, pesquisadores e extensionistas, e também com estudantes dos diversos níveis de escolaridade, em função do reconhecimento da agricultura familiar sustentável e das suas transformações ao longo do tempo.

Vale realçar o conjunto de pessoas profissional e humanamente comprometidas com o processo de produção de conhecimento, que instrumentalizam metodologias participativas em favor de inclusão social, da sustentabilidade como o horizonte maior, da geração de oportunidades e alternativas.

A identidade, portanto, de agricultores e das agricultoras familiares da Baixada Fluminense, está integrada no seu papel social, na sua importância política pautada na sua história de resistência, que se renova nos dias de hoje orientados pela agroecologia e pelo comércio justo. Neste sentido, as políticas voltadas para a segurança alimentar e a assistência estudantil entrecruzam-se como pontes de apoio para a educação para a produção e o consumo consciente.

Considerando sua incipiente realização, o “Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar”, comparado com a história agrícola da Baixada Fluminense, permite afirmar está sendo construído formas de superação da invisibilidade, da falta de apoio aos agricultores e agricultoras. Para que se estabeleça um permanente acompanhamento, é necessária a restauração das relações

entre estes diferentes setores da sociedade: a universidade e a sociedade (produtores e consumidores).

Constatou-se, no decorrer deste processo, que a inclusão social das famílias agricultoras, (mesmo neste curto prazo de pouco mais de dois anos), é a consequência das ações de assistência técnica e de extensão rural que geram: processos educativos para a produção orgânica e agroecológica, o acompanhamento produtivo das propriedades e o funcionamento dos circuitos curtos de comercialização, mas quando estas ações são integradas e permanentemente avaliadas por um corpo multi e transdisciplinar e apoiada pela sociedade em geral.

6. Agradecimentos

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Proc. 402830/2017-2 e 443243/2016-6). À UFRRJ pelo apoio ao Programa de Extensão “Fortalecimento da Agricultura Familiar na Baixada Fluminense e Centro Sul do Estado do Rio de Janeiro” (Proc. 23083.003461/2015).

7. Referências Bibliográficas

- ALVES, J. C. S. (2003). *Dos barões ao extermínio: uma história de violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias: APPH-CLIO.
- BRASIL a. Lei 10.696 de 2 de julho de 2003. Diário oficial da União, Brasília-DF, 3 de julho, 2003.
- BRASIL b. Lei 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Diário Oficial da União de 24 de dezembro de 2003.
- BRASIL Lei 10.326, de 24 de julho de 2006. oficial da União, Brasília-DF. 27 de julho de 2006.
- BRASIL. Lei 12.512, de 14 de outubro de 2011. Diário oficial da União, Brasília-DF, 17 de outubro, 2011.
- BRASIL. Decreto 7.775, de 4 de julho de 2012. Diário oficial da União, Brasília-DF, 5 de julho, 2012.
- BRASIL. Decreto 8.473, de 22 de junho de 2015. Diário Oficial da União de 23 de junho de 2015.
- CASTELLS, M. (1999). *O poder da identidade: a era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra.
- CASTELLS, M. (2003). *O poder da identidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- DAROLT, M. R. et al. (2013). A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. *Agriculturas*, 10(2), 8-13.
- DAROLT, M. R. et al. (2016). Redes alimentares alternativas e novas relações produção-consumo na França e no Brasil. *Ambiente & Sociedade* 19(2), 1-22.
- GEIGER, P. P.; SANTOS, R. L. (1954). Notas sobre a evolução da ocupação humana na Baixada Fluminense. *Revista Brasileira de Geografia*, 21(3), 291-313.
- JACQUES, M. J. C. et al (1998). *Psicologia Social Contemporânea*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- MENEZES, H. R. G.(1991). Reforma Agrária e identidade social na Baixada Fluminense: uma nova correlação rural-urbana. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

- RIOS, S. O.; COSTA, J. M. A.; MENDES, V. L. P. S. (2016) A fotografia como técnica e objeto de estudo na pesquisa qualitativa. *Discursos fotográficos*, 12(20), 98-120.
- SANTOS, B. S. (2004). *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. São Paulo: Cortez.
- SANTOS, L. R. P. (2018). Residência agrônômica com enfoque agroecológico: o caso dos canais de venda direta na UFRRJ. 2018. 152p. Dissertação de Mestrado. Seropédica-RJ: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- SILVA, H. D. S. (2012). Uma semente no campo do Vargas: A questão agrária e social da colônia agrícola de Santa Cruz (1930-1945). *Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-Rio*, 13p.
- SOUSA, F. M. N (2005). Linguagens escolares e reprodução do preconceito. In BRASIL. *Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/03*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.

A VARIEDADE DAS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS BRASILEIRAS E O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Regina Cohen BARROS

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) – Brasil

reginacohenctur@gmail.combr

Resumo

Nos últimos anos tem aumentado novas afirmações das Indicações Geográficas (IG), que vêm como uma opção de valorização das atividades produtivas no Brasil. O reconhecimento da qualidade desses produtos em relação à sua origem é uma prática antiga, e que na atualidade é uma forma de diferenciá-los, podendo ser objeto de interesse de mercados capazes de valorizarem particularidades, permitindo a agregação de valor por meio da Indicação Geográfica, e com isso levar a um desenvolvimento local com uma geração de renda para a população, através da visibilidade e confiabilidade de seus produtos por serem únicos no mercado. Partimos do pressuposto de que a Indicação Geográfica (IG) é capaz de dar nova forma e função ao espaço, agregando valores e dimensões socioeconômicas, associativistas, culturais e ambientais e, ao mesmo tempo, reestruturando toda uma cadeia produtiva, colocando os setores primários e terciários numa única conexão para atender à demanda do mercado emergente, que exige padrões diferenciados de qualidade e confiabilidade dos produtos de origem agropecuária, artesanais, de extração mineral e de serviços. O INPI através de Atos Normativos 134 e 143, de 15/04/97 e 31/08/98, respectivamente, institui as normas de procedimento e os formulários próprios que deverão ser utilizados para apresentação de requerimento de registro de indicações geográficas. As Indicações Geográficas brasileiras concedidas pelo INPI são em numero total de 70 (Fonte: INPI/2018), diferenciadas da seguinte maneira: 50 como Indicação de Procedência(IP) e 20 de Denominação de Origem(DO), sendo 12 nacionais e 08 estrangeiras.

Palavras-chave: Indicação Geográfica Brasileira; Desenvolvimento local; Desenvolvimento rural.

Abstract

In last years, new statements of Geographical Indications (GI) have increased, which came as an option to value productive activities in Brazil in addition. The recognition of the quality of these products in relation to their origin is an old practice, andndodays it a way of differentiating them, being able to be object of interest of markets able to value particularities, allowing the aggregation of value through the Geographical Indication, and by that leading to a local development with a generation of income for the population, through the visibility and reliability of its products unique in the market. The objective of this work is to show the variety of Brazilian products of the Geographical Indication (GI) as productive activity inserted in the rural - urban interaction set, with possibilities for local development. We start from the assumption that the Geographical Indication (GI) is capable of giving new form and function to space, adding socioeconomic, associative, cultural and environmental values and dimensions, and at the same time, restructuring a whole productive chain, placing the primary and tertiary industries in a single connection to meet emerging market demand, which requires differentiated standards of quality and reliability of agricultural products, artisanal, mineral extraction and services. The INPI, through Regulatory Acts 134 and 143, dated 04/15/97 and 08/31/98 respectively, establishes the rules of procedure and the proper forms that must be used to file a geographical indications. The protection of a Geographical Indication in Brazil is concluded by registering with the INPI, being it national or foreign. The Brazilian Geographical Indications granted by the INPI are in total number of 70 (Source: INPI / 2018), differentiated as follows: 50 as Indication of Origin (IP) and 20 of Denomination of Origin (DO), of which 12 are national and 08 are foreign .

Keywords: Brazilian Geographical Indication; Local development; Rural development.

1. Apresentação

Nos últimos anos tem aumentado novas afirmações das Indicações Geográficas (IG) que vêm como uma opção de valorização das atividades do campo no Brasil. Verifica-se, também, que vem ampliando o estudo nessa temática, através de levantamentos feitos pelo (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o crescente número de pedidos de registro feitos junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), e de cursos e trabalhos científicos dedicados as Indicações Geográficas (IGs).

O reconhecimento da qualidade desses produtos em relação à sua origem é uma prática antiga, e que na atualidade é uma forma de diferenciá-los, podendo ser objeto de interesse de mercados capazes de valorizarem particularidades, permitindo a agregação de valor por meio da Indicação Geográfica, e com isso levar a um desenvolvimento local com uma geração de renda para a população, através da visibilidade e confiabilidade de seus produtos por serem únicos no mercado

A IG é uma ferramenta de desenvolvimento principalmente o do setor agropecuário, porque ela embute e reconhece fatores ligados a origem, que vão além das condições naturais incluindo o fator humano e suas relações sociais como: conhecimento tradicional, segurança alimentar, fixação do homem no campo, agregação de valor, valorização do meio rural, que contribuem diretamente para o desenvolvimento rural sustentável. No conceito de IG destacam-se particularidades de diferentes produtos de inúmeras regiões, valorizando, então esses territórios, criando um diferenciador para o produto e território, que apresentam originalidade e características próprias, pois uma IG funciona como um instrumento aliando a valorização de um produto típico e seus aspectos históricos e culturais, a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento rural.

A busca pelo desenvolvimento local se apresenta como um tema de extrema importância no contexto econômico e social brasileiro. Neste cenário, ações ou estratégias adotadas em determinados arranjos produtivos locais tem contribuído para fortalecimento de regiões, especialmente em atividades ligadas as IGs. No processo de reconhecimento de um produto ou serviço por sua Indicação Geográfica, agrupamentos de produtores necessitam desenvolver aspectos ligados à governança local, à definição de padrões de qualidade do produto, à comercialização e mesmo marketing dos produtos das IGs; uma tarefa que requer coordenação de relacionamentos e interesses diversos.

Neste contexto, é notável a valorização da origem e procedência dos alimentos aproximando produtores de consumidores e partimos do pressuposto de que a Indicação Geográfica (IG) é capaz de dar nova forma e função ao espaço, agregando valores e dimensões socioeconômicas, associativistas, culturais e ambientais e, ao mesmo tempo, reestruturando toda uma cadeia produtiva, colocando os setores primários e terciários numa única conexão para atender à demanda do mercado emergente, que exige padrões diferenciados de qualidade e confiabilidade dos produtos de origem agropecuária, artesanais, de extração mineral e de serviços.

No Brasil o maior avanço das IGs tem sido nas regiões e nos produtos mais associados com o modelo europeu de agricultura, que possui uma experiência prática, técnica, institucional e acadêmica que vem se acumulando em torno dessas iniciativas pioneiras em IGs.

Se reportarmos a história, vamos constatar que os diversos sinais distintivos ou Indicações Geográficas nasceram de um objetivo em comum que era distinguir a sua origem que pode ser geográfica ou pessoal de um produto.

Para ilustrar encontram-se indicações de sinais distintivos de uma origem, como os vinhos de Em-Gedi e o Cedro do Líbano. Na Grécia e em Roma havia produtos diferenciados justamente pela sua origem, como: o bronze de Corinto, os tecidos da cidade de Mileto, as ostras de Brindisi, o mármore de Carrara e o vinho do Porto.

No conceito de IG destacam-se particularidades de diferentes produtos de inúmeras regiões, valorizando, então esses territórios, criando um diferenciador para o produto e território, que apresentam originalidade e características próprias, pois segundo INAO (2010) uma IG funciona como um instrumento aliando a valorização de um produto típico e seus aspectos históricos e culturais, a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento rural. Cria um fator diferenciador para produto e território, geram originalidade e características próprias, assim as IGs não diferenciam somente os produtos ou serviços, mas os territórios.

O Brasil é um país que apresenta grande diversidade de produtos de Indicação Geográfica diferente da Europa, pois engloba outros produtos como artesanato, serviços, mas principalmente agropecuários com qualidade diferenciada, que podem ter forte identidade com sua origem geográfica dada a influência de aspectos étnicos, culturais, geográficos e climáticos.



2. Conceito, regulamentação e reconhecimento de IG no Brasil

A Lei 9.279, No Brasil, a Lei nº 9279/1996 de 14/05/96, regulamentou, em seus artigos 176 a 182 direitos e obrigações relativas à propriedade industrial, inovou ao prever que o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), estabelecesse as condições de registros das indicações geográficas. O INPI através de Atos Normativos 134 e 143, de 15/04/97 e 31/08/98, respectivamente, instituiu as normas de procedimento e os formulários próprios que deverão ser utilizados para apresentação de requerimento de registro de indicações geográficas.

“Indicação Geográfica” é um conceito cada vez mais difundido e regulamentado, que visa estabelecer qualidades e diferenças para determinados produtos de acordo com a região onde é produzido. As Indicações Geográficas são uma ferramenta coletiva de promoção comercial dos produtos. Mas há um pré-requisito: que haja algum componente histórico ou cultural que identifique o produto com a região. Champanhe é um exemplo clássico. Após anos de processo, passou-se a considerar “champanhe” apenas o espumante produzido na região de Champanhe, na França. O queijo de Minas pode ser considerado outro exemplo de possível aplicação do conceito de indicação geográfica. O produto portador de uma Indicação Geográfica tem identidade própria e é inconfundível. Isto não quer dizer que ele seja melhor que seus similares, mas é diferente, pois adquire pela íntima ligação com o território um sistema de garantia desta qualidade. É considerada

pela lei brasileira como indicação geográfica a *indicação de procedência* ou a *denominação de origem*.

- **Indicação de procedência(IP)** é o nome geográfico de um país, cidade, região ou uma localidade de seu território, que se tornou conhecido como centro de produção, fabricação ou extração de determinado produto ou prestação de determinado serviço.

- **Denominação de origem(DO)** é o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos. A indicação geográfica confere ao produto ou ao serviço uma identidade própria, visto que o nome geográfico utilizado junto ao produto ou ao serviço estabelece uma ligação entre as suas características e a sua origem. Consequentemente, cria um fator diferenciador entre aquele produto ou serviço e os demais disponíveis no mercado, tornando-o mais atraente e confiável. Uma vez reconhecida, a indicação geográfica só poderá ser utilizada pelos membros daquela localidade que produzem ou prestam serviço de maneira homogênea.

3. Reconhecimento e titularidade no Brasil

A competência legal do Instituto Nacional de Propriedade Industrial, em relação às Indicações Geográficas é reconhecida com a Lei de Propriedade Industrial, *Lei n.º 9.279, de 14 de maio de 1996*, ao estabelecer no parágrafo único do Art. 182, que "*o INPI estabelecerá as condições de registro das indicações geográficas*". Tal norma decorre do fato de ser o Brasil signatário da Convenção da União de Paris (CUP), do Acordo de Madrid sobre Indicações de Origem e do Acordo sobre os Aspectos do Direito da Propriedade Intelectual Relacionado ao Comércio (ADPIC ou TRIPS, em inglês), tendo, via de consequência, o dever de proteção das Indicações Geográficas. Para garantir efetividade a este direito, o INPI edita a Resolução INPI número 075, de 28 de novembro de 2000, com o objetivo de organizar os procedimentos de registro e estimular a utilização deste ativo de propriedade industrial. O INPI não apenas efetua o registro, mas também fornece assistência e orientações diretamente aos produtores e prestadores de serviço interessados. A Lei Federal nº. 9.279/96 define o uso da indicação geográfica:

- Art. 176 - Constitui indicação geográfica a indicação de procedência ou a denominação de origem.
- Art. 177 - Indicação de Procedência: Considera-se indicação de procedência o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que se tenha tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço.
- Art. 178 - Denominação de Origem: Considera-se denominação de origem o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos.
- Art. 182 - O uso da indicação geográfica **é restrito aos produtores e prestadores de serviço estabelecidos no local**, exigindo-se, ainda, em relação às denominações de origem, o atendimento de requisitos de qualidade.

A Resolução INPI nº 75, de 28 de novembro de 2000, estabelece: Art. 5º Podem requerer registro de indicações geográficas, na qualidade de **substitutos processuais**, as associações, os institutos e as pessoas jurídicas representativas da coletividade legitimada ao uso exclusivo do nome geográfico e estabelecidas no respectivo território.

§ 1º Na hipótese de um único produtor ou prestador de serviço estar legitimado ao uso exclusivo do nome geográfico, estará o mesmo, pessoa física ou jurídica, autorizado a requerer o registro da indicação geográfica em nome próprio."

§ 2º Em se tratando de nome geográfico estrangeiro já reconhecido como indicação geográfica no seu país de origem ou por entidades/organismos internacionais competentes, o registro deverá ser requerido pelo titular do direito sobre a indicação geográfica.

A Resolução INPI n.º75, de 28 de novembro de 2000 também estabelece as condições para o registro das Indicações Geográficas: Depositante; Nome do produto objeto da indicação geográfica; Tipo e descrição do produto; Delimitação da área geográfica e Elementos que comprovam que o produto é originário da área delimitada.

4. A Indicação Geográfica e o desenvolvimento local

O reconhecimento da qualidade dos produtos agrícolas em relação à sua origem é uma prática antiga, e que na atualidade é uma forma de diferenciá-los, podendo ser objeto de interesse de mercados capazes de valorizarem particularidades, permitindo a agregação de valor por meio da Indicação Geográfica (IG). KAKUTA *et al* (2006) traz uma noção de IG,

"Essa noção de IG surgiu de forma gradativa, quando produtores e consumidores passaram a perceber os sabões ou qualidades peculiares de alguns produtos que proviam de determinados locais. Isto é, qualidades diferenciadas, jamais encontradas em produtos equivalentes feitos em outro local. Por isso começou-se a denominar os produtos com o nome geográfico de procedência. Os vinhos foram os primeiros exemplos de IG."

A IG é uma ferramenta de desenvolvimento principalmente no setor agropecuário, porque ela embute e reconhece fatores ligados a origem, que vão além das condições naturais incluindo o fator humano e suas relações sociais como: conhecimento tradicional, segurança alimentar, fixação do homem no campo, agregação de valor, valorização do meio rural, trabalho cooperativado, que contribuem diretamente para o desenvolvimento rural sustentável.

As Indicações Geográficas (IGs) podem ser entendidas, do ponto de vista econômico, como uma estratégia para agregar valor a produtos ou serviços que têm características próprias relacionadas ao território ao qual estão inseridas, e, assim, fortalecer o desenvolvimento territorial. Nos últimos anos as Indicações Geográficas (IGs) têm sido consideradas indutoras de desenvolvimento de uma região, com a valorização dos recursos territoriais e possibilitando o surgimento de novos nichos de mercados. Podem ser pensadas, portanto, como uma ferramenta de ocupação harmoniosa do espaço cultural produtivo, aliando a valorização de um produto típico e seus aspectos históricos e culturais à conservação da biodiversidade e ao desenvolvimento rural.

Segundo Wilkinson (2008) a IG consiste em um indicador de qualidade dos produtos ancorados em uma região, sendo o resultado da combinação de características tangíveis (solo, relevo

e clima) e intangíveis (patrimônio cultural, cultura local, tradição, história, *savoir faire*) e ratificando, os autores Belas (2012), Nierdele (2013) e Cerdan (2013), indicam que um produto com certificação de IG possui características que lhe conferem notoriedade devido a fatores físicos do local de origem, e que ocorre também uma diferenciação dos fatores humanos e naturais presentes no espaço e no modo de produção da IG pertencentes a um território definido.

Para Dullius (2009), nesse contexto, as IGs surgem com o propósito de desenvolver as atividades em uma região única que confere todas as condições para desenvolver, agregando valor de mercado ao produto. As IGs podem ser consideradas como Arranjos Produtivos e Inovadores Locais (APLs). Caldas, Cerqueira e Perin (2005), que aproximam a ideia de Indicação Geográfica com a de Arranjos Produtivos Locais, as quais podem ser consideradas como estratégias de desenvolvimento local, destacam que as IGs podem ser entendidas como uma qualificação para o desenvolvimento do arranjo produtivo, por incluir em seus critérios, físicos, sociais e subjetivos as características essenciais de uma nova forma de olhar o território.

Para a Rede de Pesquisas em Sistemas Produtivos e Inovadores Locais (REDESIST), os “Arranjos Produtivos e Inovativos Locais – APLs” são

“aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas e que apresentam vínculos e interdependência. Isso costuma envolver a participação e a interação de empresas, as quais podem ser produtoras de determinados bens e serviços ou fornecedores de insumos e equipamentos, além de poderem ser prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros. Para eles, essas empresas podem ter as mais variadas formas de representação e associação, incluindo as instituições públicas e as instituições privadas voltadas para formação e capacitação de pessoas, como escolas técnicas e universidades (CASSIOLATO et al, 2004).”

De acordo com Guedes (2012), no Brasil, as experiências em diferenciações e regiões demarcadas tiveram início na década de 90, por meio de entidades públicas que iniciaram atividades de intercâmbio de políticas públicas de promoção do desenvolvimento rural no Mercosul. A discussão ganhou impulso, no Brasil, com a adesão das agências de fomento e desenvolvimento rural, como a *Food and Agriculture Organization (FAO)*, o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), e algumas organizações do estado regulando e criando normas, como o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), organizações governamentais, entre elas os Ministérios e a EMBRAPA, e outras com apoio direto junto aos produtores como fazem a própria EMBRAPA, o SEBRAE e alguns grupos nas universidades.

Em 1994, foi assinado o Acordo de Direitos de Propriedade Industrial relativo ao comércio – ADPIC/*Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights (TRIPS)* gerido pela Organização Mundial do Comércio (OMC) que estipulou os padrões mínimos de proteção das Indicações Geográficas no âmbito internacional.

Para Sen (2000), o desenvolvimento consiste no processo de ampliação da capacidade de realizar atividades previamente escolhidas e valorizadas. Uma nova política social é concebida como condição para o desenvolvimento sustentável, uma vez que este envolve fatores sociais, culturais e políticos. Como ressalta Wittmann et al (2003), o desenvolvimento regional “*Alicerça-se em diferentes modelos e fatores que geram práticas e dinâmicas distintas. Tais fatores, como cultura, tradição, crença, arranjos organizacionais, liberdade, capital social e associativismo, quando integrados, tendem a potencializar a região*”.

O desenvolvimento regional baseia-se na consecução de políticas de fortalecimento e qualificação das estruturas internas em prol do desenvolvimento local, criando condições sociais e econômicas para fomentar novas atividades produtivas. Wittmann et al (2003) afirma que, “já não basta o pensar global e o agir local; é preciso ir além, pensar local e agir globalmente”, uma vez que o desenvolvimento ocorre de forma a viabilizar os processos, fazendo com que as organizações possam competir no mercado mundial. Entretanto, sem desenvolvimento social concomitante, não é possível haver um desenvolvimento econômico satisfatório. Face ao exposto, pode-se afirmar que o desenvolvimento regional se constitui em uma estratégia de cunho político, econômico, social e cultural, sendo que o processo de desenvolvimento carece de apoio institucional e governamental que conduza à aquisição de credibilidade e sustentação em um ambiente competitivo.

Neste contexto que surge recentemente no Brasil discussões voltadas às contribuições que as IGs podem oferecer para o desenvolvimento territorial. Deste ponto de vista, este trabalho identifica as IGs como fatores de desenvolvimento local porque pode promover o diferentes regiões e produtos diferenciados, identificando pontos fortes e vocações econômicas que podem tornar a região mais competitiva.

Segundo Mascarenhas (2008), são necessários fatores para o uso e importância das Indicações Geográficas:-Diferenciar e singularizar os produtos com reputação vinculados a territórios e proteger a genuinidade e a qualidade desses produtos ; -Combater a concorrência de produtos similares sem vínculo com o território ; - Garantir a sustentabilidade do negócio do território/produto protegido;- Informar e promover a confiança do consumidor; - Garantir e ampliar o acesso a mercados;-Promover o estudo das condições de inovação aliadas aos aspectos tradicionais de produção ;- Viabilizar a organização da produção e a busca do lucro coletivo;- Tornar a IG um elemento estruturante do arranjo produtivo.

Abramovay (2005), discute o território principalmente a partir dos espaços rurais, e destaca que existem ativos e processos específicos cuja valorização supõe uma ação coordenada: é o caso tanto do aproveitamento de amenidades naturais e do patrimônio histórico quanto da colocação em mercados dinâmicos dos produtos, dos conhecimentos produtivos tradicionais, das habilidades artísticas, culinárias e da própria tradição folclórica de determinada população. Assim, o entendimento é que espaços rurais, a partir de suas especificidades e potencialidades, podem encontrar formas de transformação de suas realidades em busca de melhoria da qualidade de vida a partir dos processos globais (Caldas, 2003). É neste contexto que as IGs surgem como possíveis estratégias de desenvolvimento ou fortalecimento do território

5. A Importância das IGs para o desenvolvimento local

Para Mascarenhas, (2008) uma IG promove desenvolvimento rural sustentável a partir dos seguintes fatores:


- Uma base produtiva organizada coletivamente - visando a formação de economias de escala, escopo, aglomeração, autonomia financeira, poder de barganha político, geração de inovação, informação e fortalecimento dos produto(s) com potencial de diferenciação (intangível ou tangível) e valorizado pelos mercados as rendas de monopólio;
- Produto(s) com potencial de diferenciação (intangível ou tangível) e valorizado pelos mercados;
- Potencial de coordenação, agregação de valor e auferição de rendas de monopólio por parte do elo da IG na cadeia produtiva;
- Apoio financeiro e técnico nas fases iniciais de reconhecimento e implantação da iniciativa;
- Promoção nacional do conceito de IG e negociações internacionais para entrada do produto;
- Análises e harmonização da legislação de fiscalização em nível federal e estadual, bem como estudos no sentido de preservar a tipicidade dos produtos.









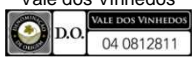


As IGs têm sido amplamente utilizadas nos mercados agroalimentares para proteger e valorizar produtos de diferentes tipos. Neste sentido, tem sido fomentadas iniciativas para que os produtos considerados locais criem estratégias de diferenciação no mercado a partir das denominações de origem, a exemplo da qualidade do produto, agregação de valor ao produto, etc. (Vieira; Buainain, 2011).

6. Indicações Geográficas Nacionais Registradas (INPI)

Informações sobre as Indicações Geográficas nacionais concedidas pelo INPI. A proteção de uma Indicação Geográfica no Brasil se aperfeiçoa com o registro junto ao INPI, seja ela nacional ou estrangeira. As Indicações Geográficas brasileiras já concedidas pelo INPI, listadas em ordem cronológica crescente de entrada do pedido de registro, são em numero de 70. Atualmente: 50 registradas como Indicação de Procedência (IP) e registradas como Denominação de Origem (DO):12 nacionais e 08 estrangeiras (Tabela 1).

Tabela1- Indicações geográficas brasileiras(IG)s concedidas pelo INPI (2018)

IG NOME GEOGRÁFICO ESTADO/ PAIS	PRODUTO	MODALIDADE	REGISTRO NO INPI	
Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes Região dos Vinhos Verdes PT	Vinhos	DO	10/08/1999	Região dos Vinhos Verdes
Bureau National Interprofessionel du Cognac FR	Cognac Destilado vínico ou aguardente de vinho	DO	11/04/2000	Cognac
Vale dos Vinhedos BR/RS	Vinhos: tinto, branco e espumante	IP - DO	19/11/2002	

Franciacorta IT	Vinhos, vinhos espumantes e bebidas alcoólicas	DO	21/10/2003	
Região do Cerrado Mineiro BR/MG	Café	DO	14/04/2005	
Consorzio del Prosciutto di San Daniele IT	Coxas de suínos frescas, presunto defumado e cru	DO	07/04/2009	San Daniele
Associação dos Produtores de Arroz do Litoral Norte Gaúcho – APROARROZ Litoral Norte Gaúcho BR/RS	Arroz	DO	24/08/2010	
Costa Negra BR/CE	Camarões marinhos cultivados da espécie Litopenaeus Vannamei	DO	16/08/2011	
Instituto do Vinho do Douro e Porto Porto PT	Vinho generoso (vinho licoroso)	DO	17/04/2012	Porto
Região Pedra Carijó Rio de Janeiro RJ/BR	Gnaiss fitado milonítico de coloração branca e pontos vermelhos de diâmetro geral inferior a 1 centímetro	DO	22/05/2012	
Região Pedra Madeira Rio de Janeiro RJ/BR	Gnaiss fitado milonítico de coloração clara com quatro variedades de cor: branca, rosa, verde e amarela.	DO	22/05/2012	
Região Pedra Cinza Rio de Janeiro RJ/BR	Gnaiss fitado milonítico de coloração cinza possuindo 3 variedades: "Olho de pombo", "Pinta Rosa" e "Granito Fino".	DO	22/05/2012	
Manguezais de Alagoas AL/BR	Própolis vermelha e extrato de própolis vermelha	DO	17/07/2012	
Napa Valley US	Vinhos	DO	11/09/2012	Napa Valley
Vale dos Vinhedos BR/RS	Vinho e espumantes	IP - DO	25/09/2012	
Roquefort FR	Queijo	DO	28/05/2013	Roquefort
Ortigueira BR/PR	Mel de abelha – Apis Mellifera	DO	01/09/2015	
Região da Própolis Verde de Minas Gerais BR/MG	Própolis Verde	DO	06/09/2016	

Banana da Região de Corupá BR/SC	Banana (subgrupo Cavendish)	DO	28/08/2018	
Pampa Gaúcho da Campanha Meridional BR/RS	Carne Bovina e derivados	I.P.	12/12/2006	
Paraty BR/RJ	Produção de Aguardentes, dos tipos, cachaça e aguardente composta azulada	I.P.	0/07/2007	
Vale do Sinos BR/RS	Couro Acabado	I.P.	19/05/2009	
Vale do Submédio São Francisco	Uvas de Mesa e Manga	I.P.	07/07/2009	
Pinto Bandeira BR/RS	Vinhos tintos, brancos e espumantes	I.P.	13/07/2010	
Região da Serra da Mantiqueira de Minas Gerais BR/MG	Café	I.P.	31/05/2011	
Região do Jalapão do Estado do Tocantins BR/TO	Artesanato em Capim Dourado	I.P.	30/08/2011	
Pelotas RS	Doces tradicionais de confeitaria e de frutas	I.P.	30/08/2011	
Goiabeiras BR/ES	Panelas de barro	I.P.	04/10/2011	
Serro BR/MG	Queijo Minas Artesanal do Serro	I.P.	13/12/2011	
São João del Rei BR/MG	Peças artesanais em estanho	I.P.	07/02/2012	
Franca BR/SP	Calçados	I.P.	07/02/2012	
Vales da Uva Goethe BR/SC	Vinho Branco Seco, Vinho Branco Suave, Vinho Espumante, Vinho Licoroso	I.P.	04/02/2012	

Canastra BR/MG	Queijo	I.P.	03/03/2012	
Pedro II	Opala preciosa de Pedro II e jóias artesanais de opalas de Pedro II	I.P.	03/04/2012	
Cachoeiro de Itapemirim BR/ES	Mármore	I.P.	29/05/2012	
Norte Pioneiro do Paraná BR/PR	café verde em grão e industrializado torrado em grão e ou moído	I.P.	25/09/2012	
Linhares BR/ES	Cacau em amêndoas	I.P.	31/07/2012	
Paraíba BR/PB	Têxteis de algodão natural colorido	I.P.	16/10/2012	
Região de Salinas BR/ MG	Aguardente de cana tipo cachaça	I.P.	16/10/2012	
Porto Digital BR/PE	Serviços de Tecnologia de Informação e comunicação através de desenvolvimento, manutenção e suporte	I.P.	11/12/2012	
Altos Montes BR/RS	Vinhos e espumantes	I.P.	11/12/2012	
Divina Pastora BR/SE	Renda de agulha em Lacê	I.P.	26/12/2012	
São Tiago	Biscoito	I.P.	05/02/2013	
Alta Mogiana	Café	I.P.	17/09/2013	
Mossoró BR/RN	Melão	I.P.	17/09/2013	
Cariri Paraibano BR/ PB	Renda renasença	I.P.	24/09/2013	
Monte Belo BR/RS	Vinhos e espumantes	I.P.	01/10/2013	

Piauí BR/ PI	Cajuína	I.P.	26/08/2014	
Rio Negro BR/ AM	Peixes Ornamentais	I.P.	09/09/2014	
Microrregião Abaíra	Aguardente de Cana do Tipo Cachaça	I.P.	14/10/2014	
Pantanal BR/MT	Mel	I.P.	18/02/2015	
Farroupilha BR/RS	Vinho Fino Branco Moscatel, Vinho Moscatel Espumante; VinhoFrisanteMoscatel;	I.P.	14/07/2015	
Maracaju	Linguiça	I.P.	24/11/2015	
Região de Mara Rosa	Açafrão	I.P.	02/02/2016	
Região das Lagoas Mundaú-Manguaba	Bordado Filé	I.P.	19/04/2016	
Carlópolis	Goiaba	I.P.	17/05/2016	
Região de Pinhal	Café Verde e Café Torrado e Moído	I.P.	19/07/2016	
Região São Bento de Urânia	Inhame	I.P.	20/09/2016	
Marialva	Uvas Finas de Mesa	I.P.	27/06/2017	
São Matheus	Erva-mate	I.P.	27/06/2017	

Oeste do Paraná BR/ PR	Mel de abelha ApisMelífera Escutelata (Apis Africanizada) - Mel de abelha Tetragonisca Angustula (Jataí)	I.P.	04/07/2017	
Cruzeiro do Sul BR/AC	Farinha de Mandioca	I.P.	22/08/2017	
Maués BR/AM	Guaraná	I.P.	16/01/2018	
Colônia Witmarsum	Queijo	I.P.	24/04/2018	
Venda Nova do Imigrante BR//ES	Socol	I.P.	12/06/2018	
Associação dos Produtores de Cacau do Sul da Bahia BR/BA	Amêndoas de cacau (Theobromacacao L.)	I.P.	24/04/2018	
Sabará BR/MG	Derivados de jabuticaba: licor, geléia, molho, casca cristalizada e compota	I.P.	23/10/2018	

7. Considerações Finais

O que se percebe pelos estudos é que a agricultura tem um importante papel no setor agroalimentar. Neste sentido, as IGs têm como fim agregar valor e gerar riqueza constituindo-se em uma opção concreta para uma nova etapa de desenvolvimento do agronegócio brasileiro, com a geração de produtos típicos e tradicionais, com qualidade diferenciada, a partir do momento em que a qualidade destes produtos são controlados pelo Conselho Regulador das IGs, por meio da fiscalização das normas instituídas pelo Manual de Uso, podendo atender o mercado nacional e internacional.

8. Referências

- ABRAMOVAY, R. (2015), Representatividade e inovação. In: Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília. Disponível em: <<http://http://issuu.com/ricardoabramovay/docs/condraf>> Acesso em: 20 mar. 2014.
- ANJOS, F. S. dos.; CRIADO, E. A.; CALDAS, N. V. (2013), Indicações geográficas e desenvolvimento territorial: um diálogo entre a realidade europeia e brasileira. *Revista de Ciências Sociais*, vol. 56, n. 1, p. 207-233.

- AGUINALDO, J.L. (2008), Experiências inovadoras em certificação e indicações geográficas. Curso sobre Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários.
- ALMEIDA, A. F. R. (2001), Indicação Geográfica, indicação de procedência e denominação de origem. In: LEITAO, A. et al. Direito industrial. Coimbra: Almedina.
- BARBOSA, P. M. S. (2013), Marcas coletivas e marcas de certificação: marcas de uso coletivo. In: PIMENTEL, L. O.; SILVA, A. L. (Org.). Curso de propriedade intelectual & inovação no agronegócio: módulo II, indicação geográfica. 3. ed. Florianópolis: Mapa – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Funjab, p. 269-292.
- BELAS, Carla Arouca. (2012), Indicações geográficas e salvaguarda do patrimônio cultural: artesanato de capim dourado Jalapão-Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ.
- BERNSTEIN, Henry. (2011), A dinâmica de classe do desenvolvimento agrário na era da globalização. Porto Alegre: Sociologias, ano 13, n.º 27, mai./ago. 2011.
- BRASIL. (2009) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Curso de propriedade intelectual & inovação no agronegócio: Módulo II, indicação geográfica / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; organização Luiz Otávio Pimentel. – Brasília: MAPA; Florianópolis: FAPEU, 418 p.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Curso de propriedade intelectual & inovação no agronegócio: Módulo II, indicação geográfica / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; organização Claire Marie Cerdan, Kelly Lissandra e Aparecido Lima da Silva. 2ª ed – Brasília: MAPA; Florianópolis : SEAD/UFSC/FAPEU, 2010. 376 p.: il.
- BRASIL. Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial. Disponível em [HTTP/WWW.inmetro.gov.br](http://www.inmetro.gov.br) acesso em; 10 jun, 2010.
- BRASIL. <http://www.inpi.gov.br/menu-esquerdo/indicacao/legislacao/resolucao-inpi-075-de-28-de-novembro-de-2000>, acesso em: 10.out.2009.
- BRASIL. <http://www.inpi.gov.br/menu-esquerdo/indicacao/o-que-e-indicacao-geografica>, acesso em: 10.out.2009.
- BRUCH, K. L. (2008), Indicações geográficas para o Brasil: problemas e perspectivas. In: PIMENTEL, Luiz Otávio; BOFF, Salete Oro; DEL'OLMO, Florisbal de Souza. (Org.). Propriedade intelectual: gestão do conhecimento, inovação tecnológica no agronegócio e cidadania. 1 ed. Florianópolis: Fundação Boiteux.
- CALDAS, A. S. (2003), As denominações de origem como unidade de planejamento, desenvolvimento local e inclusão social. Revista de Desenvolvimento Econômico, Salvador, v.5, n.º8.
- CALDAS, A. S.; CERQUEIRA, P. S.; PERIN, T. F. (2005), Mais além dos arranjos produtivos locais: as indicações geográficas protegidas como unidades de desenvolvimento local. Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE, Salvador – BA, ano VII, n 11, jan. 2005.
- CASSIOLATO, J. E.; SZAPIRO, M.; LASTRES, H. M. M. (2004), Caracterização e taxonomias de arranjos e sistemas produtivos locais de micro e pequenas empresas. Rio de Janeiro: UFRJ, Redesist, 2004.
- CERDAN, C. (2013), Indicações Geográficas e estratégias de desenvolvimento territorial. In: NIEDERLE, P.A. (Org.). Indicações Geográficas: qualidade e origem nos mercados alimentares. Porto Alegre: UFRGS, 2013. pp. 125-150.
- CERDAN, C. et al. (2010), Indicação geográfica de produtos agropecuários: importância histórica e atual. In: BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Curso de Propriedade Intelectual & Inovação no Agronegócio: módulo II, indicação geográfica. Organização Claire Marie Cerdan, Kelly Lissandra Bruch e Aparecido Limada Silva. 2. ed. rev. e atual. Brasília: Mapa; Florianópolis: EAD; UFSC; Fapeu.
- DULLIUS, P. R. (2009), Indicações geográficas e desenvolvimento territorial: as experiências do Rio Grande do Sul. 2009. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Extensão Rural da Universidade de Santa Maria. Santa Maria, RS.

- EMBRAPA(2015) – EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. (2015) *Indicações geográficas no Brasil*.Disponível em: <<http://www.embrapa.br>>. Acesso em: 04 mai 2015
- FÁVERO, K. C. et al. (2010), Indicação geográfica. In: BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Curso de Propriedade Intelectual & Inovação no Agronegócio: módulo II, indicação geográfica. Organização Claire Marie Cerdan, Kelly Lissandra Bruch e Aparecido Lima da Silva. 2. ed. rev. e atual. Brasília: Mapa; Florianópolis:EAD; UFSC; Fapeu.
- GUEDES, C., (2013),Denominações territoriais: Brasil e Portugal no contexto do Mercosul e da União Europeia.Que lições tirar da experiência portuguesa?Rio de Janeiro: UFRJ.
- GUEDES, C., (2012), Denominações territoriais agroalimentares, políticas e gestão social: Argentina, Brasil e a experiência espanhola no contexto europeu. Rio de Janeiro: UFRJ.
- GUEDES, C.; SILVA, L. D. R. (2012), Denominações Territoriais: Significado e importância para a agricultura familiar no Brasil. In: V ENAPID - Encontro Acadêmico de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: INPI.
- GURGEL, Viviane Amaral. (2005) Aspectos jurídicos da indicação geográfica In: Valorização de Produtos com Diferencial de. Qualidade e Identidade: Indicações Geográficas e Certificação para Competitividade nos Negócios.
- INAO. Institut National de Origine et de La Qualité. Disponível em <http://WWW.inao.gouv.fr>. acesso em julho de 2010.
- INPI. Instituto Nacional da Propriedade Industrial. Disponível em <http://WWW.inpi.gov.br>. acesso em julho de 2010.
- KAKUTA, S.;SOUZA,A.; SCHWANKE, F. e GIESBRECHT, H. (2006), Indicações geográficas: guia de respostas. Porto Alegre: SEBRAE/RS, p.38.
- MAPA, (2009).Guia para solicitação de registro de Indicação geográfica para produtos agropecuários. Disponível em <http://agricultura.gov.br>. acesso em julho de 2010.
- MASCARENHAS, G. (2008), Indicações geográficas no Brasil: principais características, desafios e oportunidades.In:Seminário Internacional Indicações Geográficas no Brasil: perspectivas e desafios, Florianópolis/SC.
- MASCARENHAS, G.; WILKISON, J. (2013), Desafios institucionais e organizacionais ao desenvolvimento das IGs no Brasil. In: NIEDERLE, P. A. (org.). Indicações geográficas. Qualidade e origem nos mercados alimentares, Porto Alegre: Editora UFRGS, 2013.
- NIEDERLE, P. A. (org.). (2013), Indicações geográficas. Qualidade e origem nos mercados alimentares.Porto Alegre: Editora UFRGS.
- NABINGER, C. (2008), Pesquisa da implementação das indicações geográficas In:Seminário Internacional Indicações Geográficas no Brasil: perspectivas e desafios, Florianópolis/SC.
- PÉREZ ALVAREZ, F. (2010), Diferencias jurídicas que permiten la distribución entre las denominaciones de origen y las marcas.Disponível em <http://seain.es/es/noticias>. Acesso em julho de 2010.
- PRONER, Carol. (2007), Propriedade Intelectual: Para uma outra ordem jurídica possível. São Paulo: Cortez, p.111.
- SEN, Amartya.(2000), Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras.
- SILVA, F. N. et al. (2012), Desafios à institucionalização das indicações geográficas no Brasil. Revista Desenvolvimento Regional em Debate, ano 2, n. 2, nov. 2012.
- VELLOSO,C. Q. (2008), Indicação geográfica e desenvolvimento territorial sustentável: a atuação dos atores sociais nas dinâmicas de desenvolvimento territorial a partir da ligação do produto ao território(um estudo de caso em Urussanga,SC). Dissertação de Mestrado, UFSC, Centro de Ciências Agrárias, Florianópolis: UFSC, 166p.
- VIEIRA, A. A (2007), Indicação geográfica de procedência (Paraty para cachaça). Curso sobre Indicação Geográfica de produtos agropecuários. Bento Gonçalves,RS.

- VIEIRA, A. C. P.; BUAINAIN, A. M. (2011), Propriedade intelectual na agricultura. In: AVILA, Charlene, DEL NERO, Patricia Aurelia (Org.). *Aplicação da propriedade intelectual no agronegócio*. 1. ed. Belo Horizonte: Editora Fórum, p. 21-50. V. 1.
- VIEIRA, A. C. P.; GARCIA, J. R.; BRUCH, K. L. (2013), Análise econômico-ecológica dos efeitos da mudança climática na região delimitada pela Indicação de Procedência Vales da Uva Goethe em Santa Catarina – Brasil. In: CONGRESSO INTERNACIONAL SISTEMAS AGROALIMENTARES LOCALIZADOS, 6., 2013, Florianópolis: UFSC; Cirad.
- WILKINSON, J., (2008), Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora UFRGS, 213p.
- WILKINSON, J.; BRUCH, K.L.; SILVA, A.L.; COPETTI, K.C.; LOCATELLI, L. (2010), Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários: importância histórica e atual. In: BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Curso de Propriedade Intelectual & Inovação no Agronegócio: Módulo II, Indicação Geográfica*. Organização: Claire Marie Cerdan, Kelly Lissandra Bruch e Aparecido Lima da Silva. 2^oed. rev. e atual. Brasília: MAPA; Florianópolis: EAD/UFSC/FAPEU.
- WILKINSON, J.; VITROLLES, D. (2008) Valorisation des produits d'origine: contribution pour penser le développement durable dans la Pampa Gaúcha au Brésil. *Géocarrefour*, Lyon, v. 83/ 3.
- WILKINSON, John. (2008), *Indicações Geográficas no Brasil: situação atual e perspectivas*. Florianópolis, UFSC.
- WILKINSON, John. (2008), Global Values chains and networks in dialogue with consumption and social movements. *Int . J. Technological Learning, Innovation and Development*, Vol 1, No. 4.
- WITTMANN et.al. (2003), *Desenvolvimento regional: análise de processos organizacionais de desenvolvimento integrado*. In: *Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.

LA AGRICULTURA SOCIAL (AS) COMO UNA OPORTUNIDAD EN EUROPA EN EL MARCO DE UN NUEVO ENFOQUE DE DESARROLLO RURAL SOSTENIBLE (DRS)

Antoni F. TULLA

Departamento de Geografía (Universidad Autònoma de Barcelona)

Antoni.tulla@uab.cat

Resumen

El objetivo principal de esta presentación es mostrar como la AS resulta ser un actividad estratégica para el desarrollo local sostenible, tanto social, económica como ambiental, y como esta se implanta en un territorio concreto. La Agricultura social (AS) pretende facilitar la inserción laboral de colectivos en riesgo de exclusión social (RES) a través de la actividad agraria y su transformación o utilizando el contacto con la naturaleza. Podríamos definir la AS, a grandes rasgos, como un proceso de inclusión social y empoderamiento de colectivos en RES a través de la ocupación en actividades agrarias o en la transformación de sus productos mediante procesos artesanales, que permitan conectar al individuo con la naturaleza, el origen del producto, el ciclo de vida de los organismos vivos y con los beneficios de los procesos de manipulación manual. La ventaja comparativa que utiliza la segunda mejor opción (SMO) encuentra en la AS una actividad favorable a la creación del valor añadido en las áreas rurales periféricas. La metodología del retorno social de las inversiones (SROI) nos permite contabilizar cuál es el beneficio de la sociedad en relación al conjunto de las aportaciones de los colectivos de interés (*stakeholders*). Entonces hay que identificar los colectivos de interés implicados. Pretendemos analizar una selección de diez proyectos de AS sobre la base de datos de 161 entidades en Cataluña. Para el conjunto hay un retorno social, económico y ambiental de aproximadamente 3 € por cada euro utilizado en el proyecto.

Palabras clave: Agricultura Social, Personas en riesgo de exclusión social, SROI, Tercer Sector Social, Valor añadido.

Abstract

The main objective of this presentation is to show how the Social Farming (SF) turns out to be a strategic activity for sustainable local development, both social, economic and environmental, and how it is implemented in a specific territory. The SF aims to facilitate the labor insertion of groups at risk of social exclusion (RSE) through agricultural activity and its transformation or using contact with nature. We could define the SF, broadly speaking, as a process of social inclusion and empowerment of groups in RSE through occupation in agricultural activities or in the transformation of their products through artisanal processes that allow connecting the individual with nature, the origin of the product, the life cycle of living organisms and the benefits of manual handling processes. The comparative advantage that the second best option (SBO) uses finds in the SF an activity favorable to the creation of added value in peripheral rural areas. The methodology of social return on investments (SROI) allows us to account for the benefit of society in relation to the total contributions of stakeholders. Then we must identify the stakeholders involved. We intend to analyze a selection of ten SF projects based on data from 161 entities in Catalonia. For the whole there is a social, economic and environmental return of approximately € 3 for each euro used in the project.

Key words: Social Farming, People at risk of social exclusion, SROI, Third Social Sector, Added value.

1. Introducción: Agricultura Social (AS) y Desarrollo Rural Sostenible (DRS)

Se pretende explicar el proceso crítico actual de la actividad en las áreas rurales en Europa. Primero se presenta la crisis económica, social y ambiental de las áreas en situación marginal con el auge del productivismo agrario y como, posteriormente se ha transformado el campo en un espacio multifuncional donde las actividades con valor añadido ayudan a su desarrollo y supervivencia. La agricultura social (AS), es una nueva actividad en esta diversificación del post-productivismo agrario. En muchos casos la AS puede ayudar no solo a la creación de empleo y a resolver la problemática de colectivos en riesgo de exclusión social (RES), sino también al desarrollo rural sostenible (DRS) de los territorios con predominio rural (GUIRADO, C. et al., 2014).

La AS pretende facilitar la inserción laboral de colectivos en RES a través de la actividad agraria y su transformación o utilizando el contacto con la naturaleza. Podríamos definir la AS, a grandes rasgos, como un proceso de inclusión social y empoderamiento de colectivos en RES a través de la ocupación en actividades agrarias o en la transformación de sus productos mediante procesos artesanales, que permitan conectar al individuo con la naturaleza, el origen del producto, el ciclo de vida de los organismos vivos y con los beneficios de los procesos de manipulación manual. Así pues, la AS es una actividad que añade nuevos significados a la práctica agrícola más allá de las cuestiones productivas, proporcionándole una función social concreta con el objetivo de aumentar la calidad de vida de las personas en RES. Los procesos de inclusión de estos colectivos a través de la AS se basan en la creación de lugares de trabajo o de formación, que a menudo van acompañados de un conjunto de medidas terapéuticas, de inserción laboral o de apoyo psicológico o sanitario. Las entidades promotoras y los equipos técnicos son, junto a las familias y las entidades del Tercer Sector Social (TSS) o la administración pública, sujetos básicos para el desarrollo con éxito de la AS (TULLA, A.F. et al., 2014).

2. La transformación contemporánea del campo en Europa

La agricultura comercial busca maximizar la eficiencia productiva desde mediados del Siglo XX. Lo cual ha comportado cambios profundos en explotaciones agrarias y áreas rurales en toda Europa. La agricultura intensiva de la denominada "Revolución Verde" ha convertido muchas áreas rurales en marginales, las cuales se han ido despoblando. La diversificación económica en las áreas rurales desde la década de 1980, incorporando las actividades turísticas y generando un valor añadido en los productos agrícolas, ha llevado a la actual multifuncionalidad (POTTER, C., 2004).

Al mismo tiempo, los consumidores aprecian cada vez más la agricultura orgánica y los productos de proximidad, adaptándose algunos de los agricultores a este nuevo tipo de mercado. Sin embargo, desde la crisis global iniciada el 2008, se ha agravado la situación económica de una gran parte de la población, que ha comportado:

- La importación de productos alimentarios de baja calidad, con una situación insostenible de elevados costes energéticos (transporte, productos químicos y maquinaria).

- La falta de oportunidades de empleo que ha llevado a muchos jóvenes a buscar oportunidades económicas en el campo, dando lugar a experiencias innovadoras de producción, frecuentemente con valor añadido y criterios ecológicos, y distribuyendo la producción a través de circuitos cortos en mercados de proximidad.

Al final del siglo XX fue tomando mucha importancia la discusión sobre la “transición post-productivista” dando lugar a nuevas políticas para facilitar la diversificación productiva y la pluriactividad en las áreas rurales, inicialmente con el turismo y las actividades recreativas (EVANS, S. et al., 2002). En la Unión Europea (UE), fue creciendo la idea que era necesario evitar el impacto ambiental de la agricultura intensiva a través de las directrices de las agencias públicas. Se han facilitado ayudas a través de la “Política Agraria Comunitaria” (PAC) para la transición de las prácticas tradicionales hacia la agricultura ecológica u orgánica. Los agricultores han recibido subsidios para mejorar el medio ambiente plantando árboles, incrementando la ganadería extensiva y el uso de técnicas agrarias extensivas, y muy especialmente desarrollando productos agrarios de alta calidad. El resultado ha sido un cambio muy importante en la diversificación de actividades y de usos del suelo de las áreas rurales, que nos ha llevado a afirmar que hay una “naturaleza multi-funcional en el campo contemporáneo” junto a una mercantilización del campo (PERKINS, H.C., 2006).

Quizás nos convenga recordar los principales elementos de la Revolución Verde (1960-80):

- Uso intensivo de factores de producción, priorizando la producción por encima de las consideraciones sociales y medioambientales.
- La mecanización de la agricultura, el uso creciente de productos químicos, la reducción del factor trabajo, etc.

Lo cual ha comportado una distinción entre las áreas rurales de Europa, donde predomina:

- Agricultura productiva integrada en el mercado global con una protección decreciente de las políticas agrarias de la UE en los últimos 20 años.
- Áreas de agricultura productiva marginal, como las zonas de montañas, las regiones áridas o el periurbano, donde la población diversifica sus actividades, principalmente adaptándolas al turismo o a la producción agraria de calidad, con denominación de origen, consumo de proximidad y con productos de valor añadido, siguiendo las directrices de las políticas estructurales de las agencias de agricultura de la UE.

Un campo multifuncional significa que la actividad rural puede obtener resultados múltiples, no solo con la producción de alimentos y materias primas, sino también con productos agro-alimentarios de valor añadido, turismo, medio ambiente y beneficios sociales:

- La agricultura también puede contribuir a la sustentabilidad del paisaje rural, la protección de la biodiversidad, la creación de empleo junto con la diversificación de las actividades agro-industriales y los servicios y por lo tanto contribuir a la viabilidad de las áreas rurales (CUELLAR, M. et al., 2013).
- Esta nueva situación representa una “mercantilización del campo” (*the commodification of the countryside*), donde los consumidores que mayoritariamente viven en ciudades, están dispuestos a pagar más del valor de ciertos bienes. Un ejemplo sencillo es el coste

comparativo del suelo agrario, donde el precio se basa en el valor de su producción, mientras que si este suelo es ocupado por segundas residencias o actividades turísticas, entonces el precio depende de cuánto está dispuesto a pagar el consumidor. Entonces el uso agrario de este suelo puede estar fuera del mercado y, podemos hablar de un doble mercado sobre una parcela dependiendo del uso que se le quiera dar (BEST, 1989).

- La única solución es que los territorios implementen políticas de planificación para las actividades y los usos del suelo que se necesite, evitando el doble mercado. Algunas actividades rurales tradicionales como el ciclismo, la pesca, ir a caballo, ir en barca o caminar por la montaña se convierten en experiencias para vender a los turistas junto a la calidad de los productos agrarios, incorporando también las nuevas tecnologías.

3. Desarrollo Rural, Sostenibilidad y Resiliencia

Puede considerarse que hay un doble enfoque del concepto de desarrollo rural (DR): integración y transversalidad. El DR trata con todas las dimensiones del mundo rural (especialización económica, patrimonio cultural, capital social y humano, medio ambiente, etc.). Pero al mismo tiempo se basa en el bienestar social y económico de la población, que se mide más por la calidad de vida en el campo que por el Producto Interior Bruto (PIB) per cápita del área.

El DR, según la FAO/UNESCO (ATCHOARENA, D. y GASPERINI, L., 2004): comprende agricultura, educación, infraestructura, salud, fortalecimiento de las capacidades en función del empleo no agrícola, las instituciones rurales y las necesidades de los grupos vulnerables. *El DR persigue la mejora de las condiciones de vida de la población rural, de manera equitativa y sostenible, tanto desde el punto de vista social como del medioambiente, gracias a un mejor acceso a los bienes (naturales, físicos, humanos, tecnológicos y al capital social) y servicios; y al control del capital productivo (en sus formas financiera o económica) que hacen posible mejorar su subsistencia de manera sostenible y equitativa.*

EL DR debe combinar las políticas económicas, sociales y medioambientales con el objetivo que los recursos deben estar disponibles para las generaciones futuras y no agotarse en esta generación. En este sentido, hay una contraposición entre crecimiento, entendido únicamente como un incremento de las magnitudes económicas, y el desarrollo sostenible donde la calidad de vida, el uso correcto de los recursos y la protección ambiental son más importantes que el PIB de un área. El "Desarrollo Sostenible" es un concepto formulado en el Informe Brundtland (Asamblea General de las UN, 1987) donde el desarrollo para satisfacer las necesidades actuales de la población no debería comprometer recursos que pueden ser necesarios para las generaciones futuras. Entonces se deberá evitar el uso excesivo de recursos escasos disponibles.

Desde la década de 1960, el DR intenta resolver, por lo menos, tres problemas. (1) Encontrar una base económica viable para las áreas rurales; (2) Conseguir un nivel de vida de calidad para la población de estas áreas rurales, que incluya las condiciones medioambientales; y (3) Reorganizar la sociedad local rural en el marco de un mundo globalizado sin perder su identidad. Entonces, la resiliencia aparece como un proceso dinámico social, determinado parcialmente por la capacidad de

las comunidades de actuar colectivamente y resolver los problemas en común (PLOEG, J.D. van, et al., 2000).

El concepto de “Resiliencia”, incorporado hace menos de 20 años en las Ciencias Sociales y solo 10 en los análisis territoriales, puede también utilizarse en el DR. La noción de resiliencia aparece como la capacidad de un sistema ecológico-social para absorber las perturbaciones y reorganizarse mientras está sujeto a las fuerzas del cambio, siendo capaz de mantener lo básico de sus funciones, estructura, identidad y realimentación del sistema (KOCK EXTERCKOTER, R. et al., 2016).

Los ciclos económicos y las crisis forman parte de la vida diaria de las comunidades rurales. Los agricultores siempre deben encontrar soluciones para resolver acontecimientos inesperados del medio natural (granizo, heladas, sequía, etc.), así como de la incertidumbre económica y de los precios de mercado. Sin embargo, el incremento de la competencia, la globalización y los cambios medioambientales requiere cada vez más de respuestas muy ajustadas a la solución de los problemas concretos por parte de los grupos de agricultores y la administración.

Para poder captar mejor cuales son las políticas de la administración comentaremos dos actuaciones. Primera, como las ayudas estructurales de la UE (PAC), desde 1989, se han dirigido a las regiones rurales con tres objetivos principales: (1) Compensar los desequilibrios territoriales con un mejor acceso a las oportunidades económicas y sociales; (2) Corregir las desigualdades socioeconómicas, básicamente entre géneros y los grupos de edad; y (3) Protección medioambiental e implementación gradual de las políticas de sostenibilidad. Segunda, en la práctica significa “introducir nuevas políticas de DRS”, como por ejemplo en la introducción de la metodología del Programa LEADER (Esparcia, J., 2000):

- a) Fijar un diseño espacial de las políticas rurales en vez de un enfoque sectorial.
- b) Toma de decisiones de abajo a arriba frente a las políticas de arriba abajo en las políticas económicas.
- c) Sistemas participativos y de integración de los actores e instituciones en el territorio, debiendo remarcarse la creación de los “Grupos de Acción Local” (GAL) para coordinar estas políticas y acciones.
- d) Acciones innovadoras para promover el DRS como los alimentos orgánicos, la energía agro-eco, o la biomasa, con el apoyo científico y tecnológico así como de las finanzas públicas y privadas.
- e) Análisis global de los problemas y oportunidades en un enfoque multi-sectorial.
- f) Soporte financiero descentralizado a través de cooperativas, banca ética y gestión local
- g) Una red organizativa de los proyectos, de sus actores e instituciones involucradas para poder mejorar la gestión con el intercambio de experiencias.

4. Ventaja comparativa en las áreas rurales.

El principio de ventaja comparativa, cuando se aplica utilizando el método de la segunda mejor opción (SMO), se fundamenta en dos supuestos: (1) El espacio es un recurso escaso que obliga a

tomar decisiones para la mejor localización de actividades; y (2) Siempre existe una segunda localización, que sin ser la más óptima, permite localizar dichas actividades. Primero recordaremos de forma sintética la teoría de la ventaja comparativa y, segundo, presentaremos el método de la SMO (VERA, A. et al., 2011).

Cada región se especializa en producir bienes y servicios con ventaja comparativa en relación a otras regiones. Ventajas por los recursos naturales o por criterios de localización, así como por un mejor uso de factores intensivos o extensivos y de los recursos disponibles. El principio de ventaja comparativa de la escuela clásica nos dice que cada territorio se especializará en aquellos bienes y servicios que produce en mejores condiciones, en lugar de producir todos los bienes y servicios que necesita dicho territorio.

Para *David Ricardo* (1817), creador de la teoría de los costes comparativos entre distintas regiones, los costes se definen por las condiciones naturales y de desarrollo histórico para producir bienes. Ello genera rentas diferenciales derivadas de las diferentes calidades del suelo o de los recursos naturales disponibles. *Henrich von Thünen* (1826) incorpora los costes de localización y los costes de transporte al análisis anterior, añadiendo las rentas diferenciales de localización. En la aportación del modelo de *Eli Heckscher* y *Bertil Ohlin* (1933) se hace hincapié en las características de los factores de producción de cada región, tales como los niveles en tecnología y conocimiento de las regiones, introduciendo la consideración del valor añadido. De este modo, un territorio tenderá a exportar bienes y servicios que requieren factores intensivos de los que esté bien dotado mientras que procurará importar aquellos bienes y servicios que precisen factores intensivos de los que no disponga. Será *Earling Olsen* (1971) quien planteará que existe una ventaja relativa para cada región, que puede medirse con el coste de oportunidad de no especializarse en la producción de bienes y servicios para los que estuviera mejor dotada. Es decir, de no existir estos productos o servicios se debería importar.

Las regiones desarrolladas generan efectos negativos debido a un excesivo crecimiento y congestión. Estas deseconomías incrementan las desigualdades en el desarrollo, tal y como expuso *Gunnar Myrdal* (1957) con la teoría centro-periferia. Ante tales desigualdades, las regiones periféricas tienen la oportunidad de localizar actividades económicas de ventaja comparativa en relación a los grandes centros de producción y distribución, en una red de pequeñas y medianas empresas innovadoras, apoyadas por la lealtad espacial entre los agentes económicos y sociales de cada ámbito territorial (PALLARÈS-BARBERÀ et al., 2004). *Peet* y *Hartwick* (1999) constatan que los modelos de desarrollo cada vez se alejan más del simple crecimiento de las magnitudes económicas y priorizan, especialmente en las áreas periféricas, los pequeños emprendimientos basados en las actividades de valor añadido.

El dilema entre un desarrollo equilibrado y la polarización de un desarrollo regional desigual, sugiere la posibilidad que algunas regiones periféricas tengan “una ventaja comparativa relativa” tomando como referencia determinados bienes y servicios. Se han podido realizar proyectos de investigación en el Pirineo Catalán que demuestran como la transformación de productos lácteos, la ganadería ecológica extensiva para carne, las actividades turísticas respetuosas con el medio natural

como la artesanía, el senderismo o el esquí de fondo, y también las manifestaciones culturales que se basan en la riqueza histórica, social y patrimonial del Pirineo.

Para ilustrar esta ventaja comparativa relativa en determinadas áreas del Pirineo Catalán explicaremos la transformación de productos lácteos. El espacio útil para los pastos del ganado vacuno es limitado y se deben tomar decisiones políticas en la planificación para poder preservarlo. Esta producción se lleva a cabo con la colaboración entre dos cooperativas. La Cooperativa Cadí, fundada en 1915, recoge la leche de vaca de sus socios y la transforma en mantequilla y quesos de alta calidad, que se exportan en más del 50%. La Cooperativa Pirenaica, creada el 1944, abastece de factores de producción, especialmente alimentos para el ganado como el “*Uni feed*”, combinación de piensos y minerales elaborados a las necesidades de cada explotación agraria que lo recibe “in situ” cada 2-3 días. Favorece desligar la producción de los prados y los campos de cada explotación, adquiriendo los productos que no aportan los socios. También facilita maquinaria, simientes y otros factores, pero lo más remarcable son los servicios como la centralización del cuidado de las “bravas” o la suplencia durante las vacaciones o las bajas médicas de los socios ganaderos a través de un equipo de trabajadores especializados contratados por la cooperativa.

En un estudio entre 1985 y 2015, la diferencia entre los precios percibidos por los aportantes a Cadí por Kg de leche y la media percibida por los ganaderos en España es de más del 18,06%, y en relación a la media de los ganaderos en Francia de más del 10,53%. Por parte de los costes, excluidos los factores tierra y trabajo, los precios medios pagados a Pirenaica son un 26,80% menos en relación a la media en España y un 10,78% más en relación a la media en Francia. Lo cual implica una ventaja comparativa de un 44,86% en relación al conjunto de España y de la misma situación (-0,25%) que para la media en Francia. Al ser productos de calidad, con denominación de origen, los precios de venta son algo superiores a los productos de menor calidad pero tienen una buena aceptación en el mercado llegando a situaciones de escasez con la mantequilla y algún tipo de queso. En estos 30 años, la producción de kg de leche en Alt Urgell y Cerdanya (francesa y española) ha pasado de 71,3 a 94,8 millones, mientras que el número de explotaciones ha disminuido de 1.579 a 198. La producción media por explotación ha aumentado desde 45.176 a 478.889 kg de leche. El número de unidades de trabajo (UdT) ha pasado de 3.543 a solo 748, aunque la media por explotación ha aumentado desde 2,24 a 3,78.

5. La metodología de la Segunda Mejor Opción (SMO).

El concepto de “segunda mejor opción” (SMO), formulada por Richard G. Lipsey y Kelvin Lancaster (1956), complementa el de la ventaja comparativa. Lo plantean como un equilibrio del “óptimo de Pareto” en el que solo falte una de las condiciones necesarias. En nuestra investigación tomamos la idea de que falte alguna condición para el desarrollo de actividades y servicios rentables en una región periférica. No hemos utilizado un análisis econométrico sino un análisis cualitativo (entrevistas en profundidad y grupos focales).

Entonces la SMO se puede expresar como que “cada territorio puede desarrollar actividades o servicios, incluso si hay otros territorios mejor preparados para ello, cuando es la mejor especialización que se puede realizar en dicho territorio”. La existencia de una SMO de un territorio significa impulsar con éxito una o más actividades económicas que permitan conseguir una ventaja comparativa. En las actividades con ventaja comparativa citadas anteriormente, hay un valor añadido importante que implica la transformación o elaboración de los productos con la incorporación de conocimiento, tecnología e innovación. Sin lugar a dudas, estas actividades se podrían realizar en otros territorios con mayor éxito pero son las mejores opciones que pueden desarrollarse en este territorio pirenaico con ventaja comparativa. Al decir que puede faltar alguna condición en cada caso para que sea óptimo, podría ser, por ejemplo, que el número de explotaciones para producir leche o carne es muy reducido para una producción de máxima rentabilidad.

En el método de la SMO (Figura 1), escogemos cuatro actividades o usos del suelo (filas) y tres regiones (columnas). Si asumimos que cada región debe tener por lo menos una de las actividades, entonces deberá acoger aquella para la que está más bien dotada (TULLA, A.F. et al., 2009). Se pueden utilizar diversos métodos para valorar los aspectos positivos y negativos de la localización en cada región, como puede ser la opinión de un grupo de expertos.

ACTIVIDADES Y USOS DEL SUELO	REGIONES		
	A	B	C
ÁREA NATURAL PROTEGIDA	70%	80%	20%
RESIDENCIAS EXTENSIVAS	50%	90%	40%
PANTANO Y PRESA	40%	70%	50%
ESCUELA PROFESIONAL AGRARIA	60%	75%	30%

El porcentaje (filas) es el valor máximo que se obtendría por la localización de un uso/actividad en un área determinada (utilizando diversos métodos de evaluación).

Si la lectura es por columnas, se expresa el mejor valor para cada área de un uso/actividad.

En las filas, los círculos son los usos/actv más apropiados para cada área aunque haya otras áreas con mejores condiciones.

Se asume que cada región tiene condiciones por lo menos para una actividad

Figura 1- Ejemplo de aplicación del método de la Segunda Mejor Opción (SMO). Elaboración propia.

La región B tiene los valores máximos en los cuatro usos/actividades y, por lo tanto, concentraría todas ellas mientras que las áreas A y C quedarían desiertas. La ventaja comparativa al hacer uso de la SMO buscará cual es la mejor capacitación de cada región para una actividad aunque pudiera haber otras regiones mejor dotadas. De esta forma, la región A acogerá el área natural (70%) para la que ofrece mejores condiciones, la región B las residencias (90%) y la región C el pantano

(50%). Como cada región ya tiene una actividad o uso del suelo, entonces iniciaríamos una segunda ronda correspondiendo a la región B la Escuela Profesional (75%). En nuestra investigación, apuntamos que la AS puede ser una SMO para muchas áreas rurales y periurbanas y puede considerarse de interés para el DRS.

6. La AS como una oportunidad para el DRS.

La agricultura social (AS) incluye un amplio abanico de actividades que tienen en común la práctica de producir, transformar o distribuir productos agrarios, con relación a la atención directa de colectivos y personas en riesgo de exclusión social (RES) por parte de entidades públicas o del Tercer Sector Social (TSS) básicamente.

La AS ofrece en el marco de la multifuncionalidad agraria:

- Ocupación y empoderamiento de las personas en RES.
- Terapias y servicios socio-sanitarios.
- Nuevas formas de producción y comercialización de productos agrarios.
- Una vinculación territorial (localidad, población, etc), institucional (especialmente con la administración local) y social (TSS, cooperativas, fundaciones, etc).
- Favorecer el desarrollo social sostenible, y
- Mejorar el medio ambiente y los paisajes rural y del periurbano.

Si nos fijamos en los elementos de la AS, los podemos definir de la forma siguiente:

- (1) *Actividad*, productos agrarios y su transformación, servicios rurales, paisaje natural, rural y medioambiental;
- (2) *Objeto*, la integración de personas o grupos en RES, facilitándoles servicios sanitarios y/o creando lugares de trabajo para obtener unos ingresos y empoderarlos al recuperar la confianza en si mismos;
- (3) *Sujetos*, las diversas situaciones de personas en RES, con discapacidades (disminuciones mentales, físicas o psicológicas), con dificultades de integración económica y social e incluso en situación de riesgo de pobreza (desempleo estructural, adicciones –a drogas, por ejemplo-, presos, inmigrantes, etc.), y exclusión de jóvenes (por dificultades de aprendizaje o familias desestructuradas) o personas mayores (ingresos insuficientes o necesidades sociales);
- (4) *Recursos*, servicios de salud o terapia, trabajo en explotaciones agrarias, públicos (ayudas y subvenciones, subsidios para los costes de la seguridad social o la vivienda, etc.) y privados (fundaciones, organizaciones religiosas, asociaciones y otras entidades del TSS que proveen de ayuda social o monetaria), acceso a la tierra y a los edificios, y el apoyo de la administración local, entre otros. El acceso a la tierra es muy complicado y hay organizaciones como “Terra Franca” en Cataluña que facilitan contactos entre personas interesadas en vender o alquilar y los proyectos de AS interesados.

- (5) *Forma legal y tipos de gestión*, hay diversas formas de organización y de condición legal de las entidades o proyectos de AS como las empresas privadas sin ánimo de lucro (algunas de carácter religioso), la administración (básicamente la local) y el TSS (cooperativas, asociaciones y los Centros Especiales de Trabajo –CET-).
- (6) *Las relaciones con y entre las instituciones*, las redes de apoyo a plataformas de ayuda, creación y consolidación de la AS (Xarxa Agrosocial, por ejemplo) o diversas formas de colaboración entre proyectos de AS (asesoramiento, formación, comercio, compartir recursos, etc.).

La AS, como sector, se propone desarrollar proyectos en los que se combine en una relación circular: (a) La actividad agraria y su transformación y distribución, (b) La atención social, sanitaria y terapéutica, (c) Las políticas y programas sociales de la administración y el TSS, (d) La innovación social de productos orgánicos, con valor añadido y denominación de origen, (e) La inclusión de grupos socialmente vulnerables en RES, y (f) Un desarrollo local sostenible en colaboración con la administración local y otras actividades del territorio.

La implementación de la AS puede esquematizarse en dos aproximaciones, la conceptual en tres modelos (CARLOS GUIRADO y 9 autores más, 2017) y la institucional en cuatro modelos, según Francesco Di Iacovo y Deirdre O'Connor (2009). Los modelos conceptuales tienen en cuenta la relación entre los usuarios de la AS con los gestores de los proyectos y, el uso de los elementos naturales (paisaje, plantas y animales) en las actividades realizadas:

- a) El “*Green Care*” utiliza terapias que se fundamentan en el uso de la naturaleza para mejorar las condiciones de las personas en RES, especialmente las que tienen disminuciones mentales, físicas o psíquicas. Por lo general, los usuarios son tratados como clientes y pagan por este servicio, las familias directamente o a través de una subvención pública. Priorizan las atenciones terapéuticas de las personas en RES.
- b) El “*Social Farming*” (Agricultura Social) ocupa personas en RES, que pueden recibir una remuneración junto a la atención social y sanitaria, e incluso pueden participar en el funcionamiento del proyecto. Uno de los objetivos es lograr el empoderamiento de estas personas. Los colectivos beneficiados son más amplios que en el *Green Care*. Las explotaciones agrarias priorizan la producción y el empleo de personas en RES.
- c) El “*Care Farming*” se distinguiría por utilizar el trabajo agrario en explotaciones agrarias como terapia para mejorar la situación de personas con fragilidades. Tendría características de los otros dos modelos pero siempre utilizando explotaciones agrarias aunque sea con convenios con la administración para recibir subvenciones por el trabajo social y/o sanitario que llevan a cabo.

En cambio, los modelos institucionales toman en consideración la tipología de las entidades, los agentes implicados en el sector, el financiamiento de los proyectos, los modelos de gestión y el reconocimiento institucional de las iniciativas:

- A) Modelo de la Sociedad del Bienestar (principalmente en los países nórdicos), donde hay un derecho fundamental de acceso a los servicios sociales y sanitarios a través de un sistema nacional de salud. La contribución tributaria de la población es alta. La AS se orienta más hacia los tratamientos terapéuticos (*Green Care*).

- B) Modelo Corporativo (en los países de la Europa central), donde se garantiza el acceso a la salud pública con una combinación de los sistemas público y privado de los servicios socio-sanitarios. Existe una normativa pública pero puede adjudicarse competencias a entidades privadas que lo gestionen. La AS se realiza en explotaciones agrarias que reciben subvenciones públicas previa formación de los responsables.
- C) Modelo (neo) Liberal (Reino Unido e Irlanda, principalmente), donde la ayuda a las familias y a las personas en RES se realiza a través de entidades del TSS, el voluntariado y las instituciones religiosas (*Charities*). La AS está muy relacionada con proyectos sectoriales o con explotaciones agrarias.
- D) Modelo Mixto (Países del sur de Europa), donde la reducción gradual del estado del bienestar frente a un auge del sector privado. Cada vez más ganan importancia las entidades del TSS y las acciones comunitarias de apoyo mutuo de las familias. El desarrollo de la AS se lleva a cabo en cooperativas, fundaciones y asociaciones con apoyos indirectos de la administración pública

Tal como se ha explicado los sistemas institucional y financiero relacionados con la AS varían según cada país en Europa. A título de ejemplo, en Italia, uno de los países pioneros donde la AS empezó en la década de 1970-79, encontramos organizaciones sin ánimo de lucro como las cooperativas sociales, iniciativas privadas y organizaciones de voluntariado, con ayuda pública o del TSS. En el 2000 había más de 6.000 cooperativas sociales y 190.000 empleados. En Francia, *Les Jardins de Cocagne*, del TSS, es una red de más de 120 huertos comunitarios, y existen redes desarrolladas por organizaciones agrarias para emplear personas en RES.

Hemos podido observar una cierta escasez de trabajos sobre la AS en España y Portugal, ya que hay pocos grupos de investigación que estén trabajando en esta temática. En España podemos destacar, en primer lugar, los trabajos realizados por el *Equip de recerca en AS (ERAS-UAB)* que ha estudiado esta actividad en Cataluña así como el retorno social de las inversiones, SROI (GUIRADO, C. et al., 2017), en segundo lugar, el Programa de Soberanía Alimentaria para la Lucha contra el Hambre y el Desarrollo Local impulsado por el Área de Cooperación y Solidaridad de la Universidad de Córdoba, que ha llevado a cabo un diagnóstico comarcal de las experiencias de AS en la campiña sur de esta ciudad (LAMARCA, 2015), y, en tercer lugar, las investigaciones del equipo de la *Aliança per la Sobirania Alimentària de Catalunya*, que analiza la práctica de la AS como un mecanismo para contribuir a la soberanía alimentaria y reducir la pobreza alimentaria de ciertos colectivos en Cataluña (Pomar, A. et al., 2015). También aparecen otras investigaciones y artículos de divulgación que han ido abordando el tema desde múltiples puntos de vista, como la sostenibilidad ecológica (GARCÍA-LLORENTE et al., 2015), el *Green Care* (IRANZO-GARCIA et al, 2015) o los huertos comunitarios (FERNÁNDEZ, J.L. et al., 2011).

En el caso de Portugal, son conocidos los trabajos de Isabel de Maria Mourão y Luís Miguel Brito (2013), sobre las características y los beneficios de la horticultura social y terapéutica; de Ana Firmino (2011), sobre la situación de la AS en Portugal; y de Da Silva (2015), que realiza un estudio aplicado de los beneficios económicos, sociales y ambientales de los huertos sociales ecológicos de un municipio del norte de Portugal, cercano a Porto. Pese a que cada vez son más los investigadores

y las instituciones que muestran interés por analizar este fenómeno social en auge, aún queda mucho por hacer en este campo. Algunos enfoques se aproximan al tema, a través del estudio de los espacios agrarios periurbanos (Matarán, 2013), la producción ecológica y la soberanía alimentaria (CUÉLLAR et al., 2013).

7. Cataluña como un ejemplo de DRS a través de las estrategias de proyectos de AS.

La AS surge en Cataluña entre 1974 y 1982 con dos iniciativas emblemáticas, *l'Olivera* y la *Fageda*, ambas cooperativas. El sector crece suavemente hasta la década de 1990 cuando hay un incremento significativo. Este momento coincide con un contexto socioeconómico que propicia la eclosión del voluntariado y una preocupación por los derechos de los colectivos con fragilidades que hasta este momento no tenían visibilidad social (MARBAN, V. et al., 2006). Los colectivos más usuales en la AS hasta este momento son los que tienen discapacidades o trastornos mentales. Después de la crisis de 1993, las administraciones públicas crearon programas de acción social, favoreciendo las ayudas a la AS. La crisis global de 2008 hizo aumentar la diversidad de los colectivos en RES, así como la mayor implicación del TSS al reducir las ayudas el sector público. Sin embargo, el número de proyectos crece, pasando de 58 (2008) a 206 (2017). De los cuales, 161 son propiamente de AS y los otros 45 únicamente de jardinería, que es un ámbito potencial para las iniciativas de AS.

El ámbito de actuación de estos 161 proyectos de AS, se focaliza en la inserción socio-laboral (46%), para dar nuevas oportunidades de ocupación a las personas en RES, y en los huertos sociales (45%), que es un fenómeno en expansión, promovidos por movimientos sociales, iniciativas ciudadanas o por la administración local, como respuesta a la precariedad y emergencia social como resultado de la crisis económica. Otras entidades trabajan con la terapia o la rehabilitación (5%), orientada principalmente a personas con algún tipo de adicción, y un 4% trabajan en el ámbito de la educación y la formación de jóvenes que han abandonado prematuramente los estudios.

La actividad principal de la AS es la agricultura (77%), orientándose a la horticultura y los cultivos de la vid, los olivos y las setas. La transformación agroalimentaria (8%) incluye la elaboración de mermeladas y conservas, cerveza artesana o transformación de lácteos. También hay trabajos forestales (7%) y servicios (6%) relacionados con la comercialización en circuitos cortos y con la restauración. Hay alguna experiencia en ganadería y artesanía. Cabe remarcar que en el 61% de los casos se produce con criterios ecológicos, fortaleciendo la imagen del sector pero también la atracción por parte de los consumidores responsables.

El colectivo principal como usuarios de la AS corresponde a las personas con discapacidad o trastorno mental (35%) hasta la crisis de 2008. Después se estanca y, en cambio, aparecen nuevos colectivos que la situación de emergencia social ha puesto en evidencia. Sería el caso de los grupos en situación de pobreza material (28%) o de desempleo (9%). Estas personas tienen opciones de ocupación en el trabajo agrario, y también pueden cultivar sus propios productos de huerta en espacios cedidos. Las personas mayores (14%) se han beneficiado de la creación de huertos para

jubilados por parte de algunos ayuntamientos. Finalmente, otros colectivos socialmente vulnerables como los jóvenes, las mujeres maltratadas, las personas sin hogar, los inmigrantes o las personas del ámbito penitenciario, representan un 14%.

En la forma jurídica de las entidades de AS predominan las organizaciones de carácter ciudadano y las que desarrollan su actividad sin ánimo de lucro, como las fundaciones (14%) o las asociaciones (23%). Hay instituciones privadas del TSS, con orientación mercantil (14%) y las cooperativas (12%) con una función social y asistencial. Finalmente, tenemos a las entidades promovidas desde la administración local (37%), como los huertos sociales, que a menudo implican la colaboración entre el sector público y el privado, fomentando la cohesión social, la economía solidaria y el desarrollo local resiliente (Estela, O., 2015).

Las formas más usuales de organización legal son los “*Centres Especials de Treball, CET*” (31%), empresas que garantizan el trabajo remunerado a personas con discapacidad y así garantizan su integración laboral en un entorno de trabajo protegido. Dependen del *Departament d’Empresa i Coneixement de la Generalitat de Catalunya* y están regulados por los Reales Decretos 2273/1985, de 4/12, y 1368/1985, de 17/07. Reciben subvenciones a los costes de la Seguridad Social y a los salarios. Las “Empresas de Inserción, EI” (13%), priorizan la integración socio-laboral de personas en RES con una tutela temporal de 2-3 años, preparándolas para el mercado laboral. Hay otras modalidades de inserción como los “Centros de Terapia Ocupacional, CO” (2%) que promueven la incorporación de personas con dificultades al mercado laboral ordinario. En el contexto local, y a veces informalmente, aparecen acciones colectivas de soporte mutuo (42%) para dar oportunidades a los colectivos en RES. Abarcan desde cooperativas agrícolas para fomentar la auto-ocupación de personas en paro estructural hasta la creación de huertos de autoconsumo promovidos por los Servicios sociales de las administraciones locales, sin ninguna figura jurídica específica coordinándose con otras entidades de AS para la atención social y la inserción laboral.

8. Algunos ejemplos de la AS en Cataluña.

Hemos estudiado a través de entrevistas en profundidad a 10 entidades de AS en Cataluña. Se han seleccionado de acuerdo con un criterio de ubicación y dependencia: 3 casos en el espacio periurbano metropolitano de Barcelona (L’Ortiga, Masia Can Calopa y l’Heura) con dependencia urbana; 3 casos en municipios rurales sin dependencia urbana (Casa Dalmases, Riu Verd y Aprodisca); y 4 casos en el ámbito rural pero con dependencia urbana de los promotores o de sus productos (La Klosca, Sambucus, Bolet ben fet y Delicies del Berguedà).

L’Ortiga (Can Montmany, Valldoreix, Sant Cugat del Vallès). Se orienta a la agro-ecología, la horticultura ecológica, la formación y los huertos sociales. Es un equipo técnico de 20 personas (35% mujeres), con voluntarios y estudiantes en prácticas. Los usuarios son básicamente personas en riesgo de pobreza o desempleo, inmigrantes, discapacitados psíquicos y docentes interesados en la agricultura ecológica y la AS. Tienen 43 a tiempo completo con el salario mínimo y ayuda para la

seguridad social. Se financia con la venta de la producción “en cestas” y a restaurantes. Tiene un convenio con el ayuntamiento de Sant Cugat de cesión de una finca por 20 años y por diversos programas sociales en el municipio.

Masia Can Calopa (Parc Natural de Collcerola, Barcelona). Es un proyecto fruto de un convenio entre el Ayuntamiento de Barcelona y la Cooperativa l'Olivera, por su *know how*, para recuperar una *masia* del siglo XVI y campos de viñedo en la Sierra de Collcerola. Producen vino y aceite de calidad, que lo utiliza el Ayuntamiento para sus eventos o l'Olivera lo comercializa. La *masia* acoge diversas actividades (Seminarios, cata de vinos) y gestionan una residencia para 17 jóvenes problemáticos que son el principal colectivo en RES. El equipo técnico son 12 (67% mujeres), con diversos voluntarios. Se financia con la venta de vino y aceite embotellado y por el convenio con el Ayuntamiento y las ayudas públicas como Centro Especial de Trabajo (CET), a la seguridad social y formación de técnicos.

L'Heura (Horts de Can Salas, Terrassa). La entidad matriz “L'Heura SLL” es un CET dedicado a la jardinería, los viveros y el mantenimiento de los espacios verdes, orientado a la inserción sociolaboral de personas en RES. Desde la crisis de 2008 al reducirse las ayudas públicas se orientó a la producción de agricultura ecológica y a la formación. Son 6 técnicos (50% mujeres) y 4 usuarios (25% mujeres) con discapacidad psíquica o trastorno mental. Comercializan los productos propios y de otras explotaciones eco en una Agro-tienda, gestionan las cestas del grupo de consumo EcoMola y se benefician de las ayudas como CET.

Casa Dalmases (Cervera). Es una fundación sin ánimo de lucro que gestiona un palacete del siglo XVII fruto de una herencia. Produce cerveza y chocolate artesanos, y gestiona una tienda de productos sociales junto con la Asociación Alba. Es un equipo de 13 técnicos (46% mujeres), la mayoría voluntarios y a tiempo parcial. Atienden un discapacitado intelectual a jornada completa y 8 (50% mujeres) con dificultades especiales a tiempo parcial. Hay un patronato que hacen aportaciones regulares, se comercializa la producción y reciben ayuda pública y privada, tanto para el palacete como para las instalaciones productivas.

Riu Verd (Cal Robert, el Vinyet de Solsona). Es una cooperativa fundada el 2014 para inserir laboralmente y ofrecer educación a 6 jóvenes (33% mujeres) problemáticos (familias desestructuradas o con perfil de delincuencia). Disponen de la *masia*, tierras e instalaciones (invernadero y obrador) de Cal Robert, donde cultivan huerta, hierbas aromáticas y elaboran productos alimentarios y conservas. Son 3 técnicos y se financian por la venta de la producción, las ayudas públicas de emprendimiento de la Generalitat de Catalunya y la entidad matriz (Asociación l'Afrau) como Programa de Garantía Juvenil.

Aprodisca Ambiental i Ecològica (Can Mas Fàbregas). Es una empresa de inserción (EI) creada el 2015 y promovida por la Asociación Aprodisca (entidad matriz) fundada el 1986 en

Montblanc para la integración social y laboral de los hijos de familias de la comarca. La EI se orienta a la producción hortícola empleando 7 hombres en el paro de acuerdo con los Servicios Sociales de los municipios cercanos. La finca es una torre modernista en Constantí, cedida por 25 años por la Generalitat de Catalunya. Hay 3 técnicos (67% mujeres) y voluntarios con dedicación variable. Se financia con la venta de la producción, la ayuda de la administración (estatal, autonómica y municipal), y la entidad matriz.

La Klosca (Sant Miquel de Mata, Mataró) es un CET (2009) promovido por la Asociación del Centro de Formación y Prevención (CFP) de 1970, dedicada a los viveros de plantas aromáticas y ornamentales. La Klosca se orienta al cultivo de huerta y la cría de gallinas para la producción de huevos ecológicos de proximidad. Los técnicos son una mujer y un hombre, y los usuarios son 8 personas (50% mujeres) con trastorno mental severo. La finca con 1.772 gallinas y 2.250 docenas de huevos mensuales, se sitúa en el límite del *Parc Natural del Montnegre-Corredor*. Se financia con la venta de la producción, las ayudas públicas como CET, y las facilidades de crédito por parte de fundaciones privadas.

Sambucus (Manlleu) es un proyecto para dar oportunidades a personas con dificultades sociolaborales desde la crisis de 2008. Se constituye como cooperativa de trabajo y EI con el apoyo de la administración local. Se fundamenta en la gestión del restaurante del Mercado Municipal de Manlleu, el catering a colectivos, la producción de huerta, y el cultivo y secado de plantas aromáticas y medicinales con criterios ecológicos en la finca Mas Vinyoles en Sant Pere de Torelló. Hay 5 técnicos (60% mujeres) y voluntarios, y 11 usuarios (45% mujeres) de los Servicios Sociales municipales (mujeres inmigrantes, parados estructurales, jóvenes con problemas). Tienen subvenciones públicas como EI, venden la producción y los servicios de restauración, pero también dependen del crédito de entidades del TSS.

Bolet ben fet (Sant Antoni de Vilamajor) es el resultado del proyecto de un emprendedor que producía setas artificiales (shitake y mitake) y se asoció como CET con la Cooperativa Taller Escuela de Barcelona (TEB) el 2007. Forma parte de TEB verde y producen en una granja en Sant Antoni de Vilamajor. Son 13 técnicos y voluntarios (38% mujeres) para colaborar y atender 10 usuarios (20% mujeres), con debilidad intelectual o jóvenes con riesgo de pobreza. La producción de setas, de calidad ecológica, se vende en restaurantes japoneses (un tercio se exporta al sur de Francia), y han recibido financiación del Programa Momentum del BBVA y como CET ayuda pública. Reducen gastos al formar parte de la administración de la entidad matriz, que les ayuda económicamente de forma puntual.

Portal Berguedà SL, con la marca Delicies del Berguedà (Cercs, Berga) es una EI laboral promovida el 2011 por la Fundació Portal (FP) que da apoyo a los jóvenes con patología dual y a sus familias. La EI produce yogurts naturales ecológicos con la leche de vaca de una granja próxima (Can Gris), que garantiza el bienestar animal y la calidad del producto. El equipo técnico son 3 hombres y 2

voluntarios, mientras los usuarios son 6 jóvenes con patología dual que residen en pisos atendidos y se preparan para la inserción laboral. Se busca crear un producto de calidad con materias primas del territorio y orientado básicamente al consumo local y en el eje Berga-Manresa-Barcelona. El centro de producción recibe las ventajas económicas de la Agencia de desarrollo del Berguedà, y las subvenciones públicas como EI. También se han acogido al Programa de Emprendimiento Social de Cataluña.

9. El retorno a la sociedad (SROI) de la AS.

El retorno de las inversiones a la sociedad (SROI) podemos definirlo como la medición de los valores sociales, medioambientales y económicos que se crean por una determinada acción de AS. Este método aparece el año 1997 cuando la *Roberts Enterprise Development Fund* (REDF), entidad del TSS que fomenta la inserción sociolaboral de personas en RES, quiso medir el impacto de empresas sociales en la ciudad de San Francisco (California, USA). En 2004 se creó *The SROI Network*, una red europea que pretende fijar “estándares” para medir el valor del retorno social a través de los cambios generados en los agentes de interés (Nicholls et al., 2012). El proceso de cálculo consta de 5 fases.

En la fase primera se define quienes participarán en el proceso y como lo harán. Se debe determinar los agentes de interés (*stakeholders*) y alcance temporal. Para cada uno de ellos se identifica y cuantifica la inversión realizada (inputs), la aportación a la entidad y los resultados (outputs) obtenidos. La inversión total será la suma de la inversión en euros que aporta cada agente de interés. Los resultados se refieren a las actividades en AS de la entidad, según la inversión realizada, el número de personas en RES atendidas, de voluntarios o de familiares, así como las acciones realizadas. A continuación explicaremos algunos de los *stakeholders* más frecuentes en la AS en Cataluña:

- (a) Los/as trabajadores/as en RES, usuarios de las entidades de AS y que a menudo se benefician de un contrato de trabajo. Son el principal sujeto de los proyectos de AS.
- (b) Los/as trabajadores/as profesionales (equipo técnico) con competencias agrarias, de atención social o económica, adquiridas antes o con la actividad realizada. Son los responsables del impulso y gestión del proyecto, como empresa productiva i social.
- (c) Las personas voluntarias o en prácticas dan soporte al equipo técnico y mejoran el capital social. Adquieren habilidades, satisfacción y mejoran las relaciones sociales.
- (d) Los familiares son el entorno más próximo a los/as usuarios/as, y experimentan cambios positivos como el bienestar emocional y material. Las entidades de AS dan soporte y descargan a los familiares de parte de la atención a personas en RES.
- (e) Los clientes de la entidad son otras entidades o personas que valoran la calidad del producto y de los servicios que ofrecen. Aportan ingresos a la entidad de AS.

- (f) Los proveedores son empresas que aportan inputs para la elaboración de los productos. Son agentes clave, ya que a menudo deben tener características específicas como las ecológicas o ser entidades sin ánimo de lucro.
- (g) Las *Asociaciones* y *Fundaciones* son las promotoras de proyectos de AS, consideradas a veces como “entidades matriz”, que proveen de financiamiento y otros apoyos.
- (h) Las administraciones públicas dan subvenciones y ayudas para los lugares de trabajo protegidos y facilitan el desarrollo de la entidad. Es un *stakeholder* importante por registrar cambios importantes (recaudación de impuestos y desaparición del subsidio de empleo al crearse un lugar de trabajo) y aportar inversiones (Seguridad Social).
- (i) La administración local es aún más importante por promover convenios con entidades de AS, al facilitar recursos a cambio de servicios como la atención a personas en RES.
- (j) La comunidad y el territorio local donde se realiza la AS puede generar efectos positivos y generar cambios. La entidad de AS puede contribuir al desarrollo social y a la puesta en valor de los productos locales, así como generar sinergias con otras actividades del territorio. Puede ayudar a mejorar el medio ambiente y el paisaje.

En la segunda fase, se elabora el mapa del impacto. Este pretende ayudar a entender y articular la teoría del cambio para explicar de qué forma la organización crea valor mediante el uso de recursos a partir de determinar el valor de la aportación de cada *stakeholder*. Se deben poder identificar los cambios (*outcomes*) sociales, económicos y ambientales que son fruto de la actividad de la entidad para cada grupo de interés. El objetivo, en la AS, es la mejora de la autonomía personal de los usuarios en RES (ponderado por el número). Algunos de los cambios son difíciles de medir ya que requerirán estudios específicos. Como sería el caso de la valoración económica de una mejora de la biodiversidad o del riesgo de incendios.

En la tercera fase, se da un valor a los resultados (*outputs*). Para los cambios (*outcomes*) que hemos identificado se han establecido indicadores que explican cuál es el impacto que se ha conseguido y, además se cuantifican las unidades de cambio obtenidas por un período determinado. Se aplican aproximaciones monetarias específicas (*financial proxy*) para los indicadores, lo cual permite cuantificar los cambios conseguidos en unidades monetarias.

En la cuarta fase se mide el impacto total para cada uno de los cambios. Se cuantifica el impacto de la inversión que se relaciona con el valor de los resultados que se han obtenido y se corrigen los cambios (*outcomes*) restando las atribuciones que no han estado producidas por la entidad analizada a través de diversos correctores: peso muerto, atribución y deterioro, y también se aplica un corrector temporal por los cambios de más o menos de un año.

En la quinta fase, se realiza el cálculo del SROI. Se suman los beneficios, restando los elementos negativos, y se compara el resultado con la inversión. En el desarrollo de esta metodología es importante comunicar los resultados, transmitiendo toda la información a los *stakeholders* para poder contrastar y verificar los resultados obtenidos.

En el estudio realizado a nueve entidades de AS en Cataluña, la mediana aritmética del SROI ha sido de 3,02 € por cada euro invertido. La distribución de este retorno entre los *stakeholders*

podemos expresarlo en porcentajes: los usuarios (16,6%), sus familias (12,3%), el equipo técnico (19,9%), el voluntariado (3,3%), la administración pública (21%), la Comunidad local y la región (25,7%), y otros (1,2%). Estos 3,02 € de retorno por cada euro invertido se distribuyen entre:

- Beneficios sociales como la inserción, facilitar servicios sanitarios o conseguir el apoderamiento de personas en RES.
- Beneficios económicos, como la ocupación remunerada de los colectivos en RES o la reducción de los gastos de la administración pública (subsidio de paro, recaudación de impuestos), además de los ingresos por la venta de los productos y servicios.
- Beneficios ambientales, como la recuperación de tierras de cultivo, la reducción de los riesgos de incendios, la reducción de las emisiones de gases contaminantes o la mejora de la biodiversidad.

10. Resultados y Conclusiones de DRS.

La agricultura intensiva de la denominada “Revolución Verde” ha marginado muchas áreas rurales que han terminado despoblándose. La diversificación económica en algunas de estas áreas desde la década de 1980, incorporando actividades turísticas y generando valor añadido en productos agrarios, ha permitido su recuperación parcial con la multifuncionalidad.

Los productos de valor añadido, como sería el caso de los productos lácteos de la Cooperativa del Cadí, con el soporte en la provisión de factores de producción de la Cooperativa Pirenaica, permiten afirmar que esta actividad puede considerarse como una ventaja comparativa en las regiones de montaña, utilizando el método de la segunda mejor opción (SMO)

La producción extensiva de ganado (y si es en orientación ecológica mejor) tiene una mejor relación con la calidad del medio ambiente y el paisaje que algunas de las producciones intensivas. Favorece la gestión de los recursos naturales y humanos en áreas de montaña como los Pirineos. Mejora la biodiversidad y hace disminuir los riesgos de incendios.

La mayor apreciación por parte de los consumidores de las ventajas de la agricultura orgánica y de proximidad ha favorecido la participación de los agricultores en los mercados locales. Al mismo tiempo, la menor oportunidad de empleo ha conllevado que los jóvenes busquen oportunidades en el campo con la nueva producción ecológica y de “circuito comercial corto”.

La resiliencia aparece como un proceso social dinámico, determinado en parte por la capacidad de muchas comunidades de resolver problemas comunes y actuar colectivamente. En este sentido, los fondos estructurales de la PAC, desde 1989 han considerado tres objetivos básicos: Compensar los desequilibrios territoriales facilitando oportunidades económicas y sociales, Corregir las desigualdades económicas (género y edad, principalmente), y Proteger el Medio Ambiente implementando gradualmente políticas de sustentabilidad.

Las regiones periféricas, en base a la Teoría de la Ventaja Comparativa, pueden tener la oportunidad de nuevas localizaciones económicas por una congestión de las áreas centrales, pero también por la innovación y la lealtad espacial de las pequeñas y medianas empresas (PiMEs).

11. Resultados y Conclusiones de AS como un instrumento del DRS.

Las actividades en las áreas periféricas, en el marco del DRS, se fundamentan más en los “costes relativos” por unidad que en los “costes totales”. Por ello, es muy importante incorporar costes y beneficios sociales en el balance final. Entonces, vemos como la Agricultura Social (AS) aparece como una de las actividades como SMO en muchas regiones.

La AS muestra una expansión heterogénea en Europa, donde hay tradiciones y normas distintas entre los países del norte y centro en comparación con los del sur. Se ha elaborado una legislación específica en Italia, Bélgica y los Países Bajos. En Cataluña se ha pasado de 42 proyectos en el 2008 a 161 en el 2017, básicamente por la eclosión de los huertos sociales.

La AS en Cataluña aparece en la década de 1970 para atender las personas con dificultades especiales, básicamente disminuidos físicos, psíquicos o mentales, con asociaciones o fundaciones de origen familiar que reciben ayudas del Estado Español y/o la Generalitat de Catalunya. En el siglo XXI se han incrementado los colectivos en RES con mayores problemas económicos y sociales (personas en riesgo de pobreza o desempleo, con adicciones, etc.), y mayor implicación de las cooperativas.

Del estudio de la AS en Cataluña podemos considerar que hay 5 aportaciones importantes:

- Empoderamiento de personas socialmente vulnerables y recuperación de su dignidad.
- Contribución al desarrollo local y a la equidad territorial (resiliencia territorial)
- Fomentar la economía social y solidaria (ESS) y el cooperativismo.
- Difusión de proyectos sociales innovadores y de estrategias de promoción de la agricultura orgánica y de la producción agro-ecológica con mercados de proximidad,
- Contribución a la protección ambiental y la recuperación de suelo agrario.

Que se pueden resumir en los principios de equidad y justicia social. Muchas de las entidades de AS en Cataluña tienen una vocación ética y social, priorizando a las personas sobre los beneficios económicos. Se pretende dar la oportunidad de obtener un trabajo decente a los colectivos en RES, junto al uso de la terapia y otros servicios relacionados con la salud.

Los proyectos de AS, impulsados por entidades del Tercer Sector Social (TSS) o empresas sin ánimo de lucro, promueven el retorno a la sociedad (SROI) de beneficios sociales, económicos y ambientales (alrededor de 3 € por euro invertido en Cataluña). Estos proyectos buscan tener una cierta viabilidad económica sin renunciar a los objetivos sociales.

12. Bibliografía

- ATCHOARENA, D.; GASPERINI, L., eds. (2004) *Education for Rural Development. Towards New Policy Responses*. FAO/UNESCO-IIEP, Roma.
- BEST, S. (1989) The commodification of reality and the reality of commodification: Jean Baudrillard and post-modernism. *Current Perspectives in Social Theory*, 19: 23-51.
- CUÉLLAR, M., CALLE, A. y GALLAR, D., eds. (2013) *Procesos hacia la soberanía alimentaria. Perspectivas y prácticas desde la agroecología política*. Barcelona, Ed. Icaria.

- DA SILVA, N. (2015): *Estudo dos benefícios sociais, ambientais e económicos das hortas sociais biológicas do município da Póvoa de Lanhoso*. Master dissertation. Instituto Politecnico do Viana do Castelo, Viana do Castelo.
- DI IACOVO, F.; O'CONNOR, D. (2009) *Supporting Policies for Social Farming in Europe. Progressing Multifunctionality in Responsive Rural Areas. So Far. Social Services in Multifunctional Farms ("Social Farming")*. ARISA, Florencia.
- ESPARCIA, J. (2000) The LEADER Programme and the Rise of Rural Development in Spain. *Sociologia Ruralis*, 40 (2): 200-207.
- ESTELA, O. (2015) Politiche pubbliche per economie locali resilienti, Territorio della Ricerca su Insediamenti e Ambiente. *Rivista Internazionale di cultura urbanistica*, nº 15: 81-94.
- EVANS, S.; MORRIS, C.; WINTER, M. (2002) Conceptualizing agriculture: a critique of post-productivism as the new orthodoxy. *Progress in Human Geography*, 26: 313-32.
- FERNÁNDEZ J.L. y MORÁN, N. (2011). «Huertos Comunitarios». *El Ecologista*, nº 70, 23-26.
- FIRMINO, A. (2011): Agricultura Social em Portugal – inovação de futuro incerto?, Comunicação oral no I Encontro de Agricultura Social, Escola Superior Agrária de Coimbra.
- GARCÍA-LLORENTE, M., ROSSIGNOLLI, C., MORUZZO, R. Y Di Iacovo, F. (2015) «Social Farming practices to promote social-ecological sustainability in rural areas». Second International Conference on Agriculture in an Urbanizing Society, Rome (Italy) 14-17 September 2015.
- GUIRADO, C.; BADIA, A.; TULLA, A.F.; VERA, A.; VALLDEPERAS, N. (2014) La agricultura social em Catalunya: innovación social y dinamización agroecológica para la ocupación de personas en riesgo de exclusión. *Ager. Revista de estudios sobre despoblación y desarrollo rural*, 17: 65-97.
- GUIRADO, C.; VALLDEPERAS, N.; TULLA, A. F.; SENDRA, L.; BADIA, A.; EVARD, C.; CEBOLLADA, A.; ESPLUGA, J.; PALLARÈS, I.; VERA, A. (2017). «Social Farming in Catalonia: rural local development, employment opportunities and empowerment for people at risk of social exclusion». *Journal of Rural Studies*, volume 56 (2017): 180-197.
- INFORME BRUNDTLAND (1987) *Informe de la Comisión Mundial sobre el Medio Ambiente y el Desarrollo*. Asamblea General de las Naciones Unidas, 4-08-1987.
- IRANZO-GARCÍA, E.; PASCUAL, J.A.; BLASCO, C. y FANSA, G. (2015). «Accessible landscapes and health: A proposal for a comprehensive development of the rural landscape and heritage resources for therapeutic purposes» en *23rd Annual Colloquium Sustainable Rural Systems: Smart Answers for a Smiling Future* (Lisboa - Porto, 27th July - 2nd August, 2015).
- KOCK EXTERCKOTER, R.; TULLA, A.F.; AZEVEDO DA SILVA, C. (2016) Análisis bibliométrico del concepto de resiliência aplicado al desarrollo regional. *Documents d'Anàlisi Geogràfica*, vol. 62 (2): 275-298.
- LAMARCA, A. (2015): *Agricultura Social: experiencias en la campiña sur de Córdoba*, Área de Cooperación y Solidaridad (Universidad de Córdoba), Córdoba.
- LIPSEY, R. G. and LANCASTER, K. (1956): The General Theory of Second Best. *Review of Economic Studies*, 24: 11-32.
- MARBÁN, V.; RODRÍGUEZ, G. (2006) Estado de bienestar y tercer sector social en España. El estado de la investigación social. *CIRIEC, Revista de economía pública, social y cooperativa*, nº 56: 117-139.
- MATARÁN RUÍZ, A. (2013) «Participación social en la protección activa de los espacios agrarios periurbanos: un estado de la cuestión». *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles*, nº 63, 57-79.
- MOURÃO, I. e BRITO, L.M. (2013) *Horticultura Social e Terapêutica. Hortas urbanas e atividades com plantas no modo de produção biológico*. Publindústria, Porto.
- MYRDAL, G., (1957) *Economic Theory and Under-Developed Regions*. Gerald Duckworth & Co.Ltd, London.

- NICHOLLS, J.; LAWLOR, E.; NEITZERT, E.; GOODSPEED, T.; CUPITT, S., eds. (2012) *A Guide to Social Return on Investment*. Office of The Third Sector. The SROI Network. Accounting for Value.
- OHLIN, B., (1933) *Interregional and International Trade*. Harvard University Press, Cambridge, MA.
- OLSEN, E. (1971): *International Trade, Theory and Regional Income Differences*. Amsterdam: North-Holland.
- PALLARÈS-BARBERÀ, M.; TULLA, A. F.; VERA, A. (2004) Spatial Loyalty and Territorial Embeddedness in the Multi-Sector Clustering of the Berguedà Region in Catalonia (Spain). *Geoforum*, 35(5): 635-649.
- PERKINS, H.C. (2006) Commodification: re-resourcing rural áreas, 243-257, in Cloke, P.; Marsden, T. & Mooney, P. (eds) *Handbook of Rural Studies*. Sage, London.
- PLOEG, J.; RENTING, H.; BRUNORI, G.; KNICKEL, K.; MANNION, J.; MARSDEN, T.; DE ROEST, K.; SEVILLA-GUZMÁN, E.; VENTURA, F. (2000) Rural development: from practices and policies towards theory. *Sociologia Ruralis*, 40 (4): 391-408.
- POMAR, A. y TENDERO, G. (2015): *Ja volem el pa sencer. Respostes a la pobresa alimentària en clau de Sobirania Alimentària*. Barcelona, Aliança per la Soberania Alimentària de Catalunya (ASAC).
- POTTER, C. (2004) Multifunctionality as an agricultural and rural concept, 15-35, in Brouwer, F. (ed) *Sustaining Agriculture and the Rural Environment*, Edward Elgar, Cheltenham.
- RICARDO, D., (1817) *On the principles of political economy and taxation*. Cambridge University Press, Cambridge, 1950.
- THÜNEN, J., (1826) *Der Isolierte Stadt in Beziehung auf Landwirthschaft und National o Konomze*. Rostock (version original en alemán). In Peter Hall (ed.) *Von Thünen's isolated state*. Pergamon Press, Oxford, 1966.
- TULLA, A. F., PALLARÈS-BARBERÀ, M. and VERA, A. (2009): Naturbanization and Local Development in the Mountain Areas of the Catalan Pyrenees. In Prados, M. J. (ed.): *Naturbanization: New Identities and Processes for Rural-Natural Areas*. London: Taylor & Francis, p. 75-92.
- TULLA, A.F., VERA, A., BADIA, A., GUIRADO, C. y VALLDEPERAS, N. (2014): «Rural and Regional Development Policies in Europe: Social Farming in the Common Strategic Framework (Horizon 2020)», *Journal of Urban and Regional Analysis*, Vol. VI (1), 35-52.
- VERA, A.; BADIA, A.; TULLA, A., (2011) Desarrollo local en el Pirineo Catalán: Impulso económico y uso sostenible del territorio. *FINISTERRA. Revista Portuguesa de Geografía*, XLVI, 92: 9-27.